

**Anais da V Semana da
Faced e X Semana da
Educação: A Educação
tem futuro? Desafios e
Possibilidades**

• ANAIS •

ISSN 2448-2110

1º edição

Even3

Juiz de Fora/MG 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

AN532 Anais da V Semana da Faced e X Semana da Educação: A Educação tem futuro? Desafios e Possibilidades. Anais...Juiz de Fora(MG) UFJF, 2019

Disponível em <www.even3.com.br/anais/vsemanadafacedufjf>

ISSN: 2448-2110

1. Educação

UFJF

CDD - 370

CORPO EDITORAL

COMISSÃO CIENTÍFICA

PROFA. DRA. ELIANE PATRICIA GRANDINI SERRANO – UNESP

PROFA. DRA. FERNANDA LUIZA DE FARIA – UFSC

PROFA. DRA. IZA RODRIGUES DA LUZ – UFMG

PROF. DR. JOSÉ DOS SANTOS SOUZA – UFRRJ

PROFA. DRA. MARIA DA CONCEIÇÃO M. POPPE – UFRJ

PROF. DR. MARCUS VINICIUS DA CUNHA – USP

PROF. DR. SANDRO VINICIUS SALES DOS SANTOS – UFVJM

PROFA. DRA. SOLYANE SILVEIRA LIMA SOLYANE – UFRB

PROFA. DRA. STELA MARIS SANMARTIN – UFES

PROFA. DRA. TELMA FERRAZ LEAL – UFPE

PROFA. DRA. VERÔNICA MENDES PEREIRA – UFOP

PROF. DR. WAGNER RODRIGUES SILVA – UFT

COMISSÃO ORGANIZADORA

PROFA. DRA. ANA CAROLINA ARAÚJO DA SILVA

PROFA. MS. ADRIANA APARECIDA SILVA

PROF. MS. DOUGLAS WILLIAN FERREIRA

PROFA. DRA. GERUZA C. MEIRELLES VOLPE

PROFA. DRA. MARIA ZÉLIA MAIA DE SOUZA

PROFA. DRA. NÚBIA A. SCHAPER SANTOS

PROFA. DRA. OLGA MARIA BOTELHO EGAS

PROFA. DRA. RAFAELA REIS AZEVEDO OLIVEIRA

PROFA. DRA. RITA DE CÁSSIA PIMENTA DE ARAÚJO CAMPELO

PROF. MS. RODRIGO GERALDO MENDES

PROFA. DRA. TÂNIA GUEDES MAGALHÃES

PROFA. DRA. YARA CRISTINA ALVIM

"COOPERAR PARA VENCER" - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PROJETO DESENVOLVIDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Área temática: Práticas educativas

Fernanda de Moura Simões; e-mail; nandinha_simoes@hotmail.com IF Sudeste MG,
Barbacena; CAPES;

Aline de Paiva Canuto; e-mail; alinecapelanova@gmail.com IF Sudeste MG,
Barbacena; CAPES;

Victória Carolina Silva; e-mail; victoriaspbq@hotmail.com IF Sudeste MG,
Barbacena; CAPES;

Bernardo Miloski; bernardo.miloski@ifsudestemg.edu.br; IF Sudeste MG, Barbacena;
CAPES.

Objetivo: Desenvolver a coordenação motora e a atitude de cooperação a partir da prática de jogos cooperativos nas aulas de Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental. Justificativa: Jogos e Brincadeiras são manifestações culturais inseridas na cultura corporal do movimento, sendo parte do campo de conhecimento que professores de educação física devem transmitir nos anos iniciais do ensino fundamental. Assim relatos de experiência sobre abordagens para transmissão desse conhecimento nas aulas de Educação Física podem contribuir para futuras ações docentes. Problema: Como estimular a atitude de cooperação a partir de jogos e brincadeiras em uma sociedade com fortes hábitos de competição? Referencial teórico-metodológico: O trabalho foi desenvolvido nas aulas de Educação Física de uma turma de segundo ano do Ensino Fundamental em uma Escola Estadual de Barbacena, no Programa Residência Pedagógica. Residentes e preceptora elaboraram o projeto para tratar o problema educacional supracitado. Foram ministradas: a) duas aulas para apresentação do projeto, discussão sobre cooperação e vivências de jogos cooperativos; b) duas aulas para construção e vivência do jogo Boliche inclusivo; c) três aulas com atividades cooperativas inclusivas envolvendo a turma inteira e debate sobre as atividades vivenciadas. Resultados: Pode-se notar o desenvolvimento gradativo da cooperação ao se observar as relações com o colega, com a equipe e com a turma como um todo, bem como o respeito à equipe adversária. O jogo boliche inclusivo foi construído com materiais de baixo custo e fácil acesso e possibilitou a vivência de inclusão a pessoas

com deficiência visual, uma vez que houve o momento em que um aluno realizava a atividade vendado e com auxílio do colega. Também o desenvolvimento de criatividade e coordenação motora fina, pois o jogo foi contruído pelos próprios alunos. Os aspectos motores foram avaliados também através de observação, no qual os mesmos demonstraram mais controle de seus movimentos durante as atividades. Através das rodas de debate, pode-se observar que trabalhar cooperação nas aulas de educação física também se torna importante para a cooperação dos alunos com a professora regente e com a família. Conclusões: Através dos resultados observados concluí-se que trabalhar jogos cooperativos nas aulas de educação física é uma importante ferramenta para o desenvolvimento da cooperação no ambiente escolar e familiar, bem como o desenvolvimento de aspectos motores e afetivos, como o respeito ao próximo.

Palavras-chave: Educação Física escolar; Jogos e Brincadeiras; Residência Pedagógica.

“MEU AMIGO GOKU: UMA VIVÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL”

Área temática: Práticas educativas

Ellen de Paula Moreira Abreu
ellenmoreiraabreu@yahoo.com.br

E.M. Santos Dumont -JF

Queila Adriana de Alcântara
adrianaqueila@gmail.com
Secretaria Municipal de Educação-JF

Este relato de experiência tem o intuito de demonstrar a prática de uma professora que, no ano de 2018, desenvolveu um trabalho utilizando a Pedagogia de Projetos na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora – MG, com 22 crianças na faixa etária de cinco anos. No dia do brinqueado um o aluno da turma do 2º período A, levou um dinossauro. Segundo ele, o dinossauro nasceu de um ovo que a mãe comprou na “vendinha” perto da granja. O fato causou espanto entre os colegas. Um dos colegas questionou dizendo que os dinossauros foram extintos há milhares de anos. Outro amigo contestou dizendo que era mentira, pois, dinossauros não nascem de “ovos”! Todos ficaram curiosos querendo saber como isso se deu. Como pode um dinossauro sair de um ovo? Durante o momento da rodinha, as crianças demonstraram interesse em saber como era a vida dos dinossauros e levantaram alguns questionamentos interessantes, os quais foram trabalhados em atividades posteriores, surgindo, assim, o projeto de trabalho intitulado “Meu amigo Goku: uma vivência na Educação Infantil”, que envolveu as seguintes questões: O que sabemos sobre os dinossauros? O que queremos saber sobre eles? Como iremos saber? Foi nesse cenário, que as crianças, instigadas pela curiosidade, se sentiram motivadas a querer conhecer mais sobre os dinossauros, fato que nos levou a uma viagem no tempo. Crianças adoram explorar e conhecer coisas novas — imagine, então, saber sobre um mundo inteiro que não existe mais? Esse é o principal motivo dos dinossauros fascinarem tanto os pequenos, já que é algo que não está mais lá para ser visto. É preciso muita imaginação para recriar visualmente o planeta Terra como era, sem prédios e estradas, apenas com animais enormes. Trabalhar na perspectiva da Pedagogia de Projetos favorece as

crianças a criação de estratégias de organização de seu saber em relação à aprendizagem e entre os diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitam a construção de seu conhecimento. Como metodologia de trabalho, a Pedagogia de Projetos visa organizar os alunos em torno de objetivos previamente definidos coletivamente. Para a realização do projeto, foram coletadas informações utilizando a internet, livro informativo, revista Ciências Hoje das Crianças, filmes e livros de literatura infantil. Além disso, foi construído um vulcão de argila para simulação de vulcão em erupção junto com as crianças. Outras linguagens como brincadeiras, músicas e artes visuais também fizeram parte deste projeto. Conforme Hubner (2001), o professor tem a função de sistematizar os conhecimentos e alimentar uma postura investigativa nas crianças. É preciso intervir e propor situações que levem as crianças à ação reflexiva, ao levantamento de hipóteses interpretativas e explicativas. O objetivo do projeto era: a- responder aos questionamentos apresentados pelas crianças e ampliar os conhecimentos que tinham acerca dos dinossauros; b- desenvolver atitudes de respeito e preservação com o meio ambiente e com os animais. Como referencial teórico empregado no projeto, utilizamos Barbosa e Horn (2008), Cortez (2013), Hubner (2001), documentos como Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009), Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Pedagogia de Projetos. dinossauros, experiência.

“HOJE MEU CORAÇÃO BATEU NA PORTA DA MINHA CASA”: O PROTAGONISMO DAS CRIANÇAS NAS RODAS DE CONVERSA NA CRECHE

ÁREA TEMÁTICA: PRÁTICAS EDUCATIVAS

Miriam Nogueira Duque Villar
Universidade Federal de Juiz de Fora – PPGE/UFJF
miriamduquev@hotmail.com

Ana Rosa Costa Picanço Moreira
Universidade Federal de Juiz de Fora – PPGE/UFJF
anarosamaio6@gmail.com

Andressa Lodron de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora – FACED//UFJF
andressalodron@hotmail.com

RESUMO

A pesquisa em andamento tem como eixo de investigação e discussão o protagonismo infantil nas rodas de conversa das crianças bem pequenas na creche. Considerando as crianças como atores sociais e sujeitos de direitos, a educação infantil pode contribuir como um espaço fundamental para atender às crianças nas suas especificidades, rompendo com a visão adultocêntrica e ressignificando relações entre adultos e crianças a partir de uma visão mais horizontalizada. De acordo com Vigotski (1996), a criança participa desde o seu nascimento na vida social, e esse ambiente social é condição para o seu desenvolvimento humano. O conceito de criança protagonista está relacionado à imagem de criança potente, competente, e portadora de direitos, definida pela Sociologia da Infância. Favorecer o protagonismo infantil baseia-se na ideia de que a criança estabelece relações e diálogos com o seu tempo e espaço, constrói significados e conhecimentos acerca do mundo. Estudos recentes sobre crianças e suas infâncias (AGOSTINHO 2016; OLIVEIRA, 2011) têm indicado que a criança pequena precisa ser compreendida como protagonista, e que a creche constitui um espaço privilegiado para que as elas sejam capazes de protagonizar o seu processo de aprendizagem e suas vozes sejam expressas em diferentes linguagens. O estudo

está pautado na Teoria Histórico-Cultural em diálogo com a Sociologia da Infância. Sendo assim, o objetivo principal da pesquisa é conhecer como a Roda de Conversa propicia o protagonismo infantil em um agrupamento de crianças de três anos de idade de uma creche conveniada do município de Juiz de Fora/MG. Diante disso, estabelece-se a seguinte questão norteadora: Quais os sentidos que emergem da Roda de Conversa na creche? Como a Roda de Conversa propicia o protagonismo infantil em uma turma de crianças de três anos de idade na creche? Quais experiências de participação as crianças estão vivenciando na creche? Como a professora propicia a participação das crianças? Quais participações refletem o protagonismo infantil? Qual o papel da professora nas Rodas de Conversa? Para responder tais questionamentos realizamos a pesquisa de natureza qualitativa. Os instrumentos para a geração de dados foram a observação participante, notas de campo, entrevista semiestruturada, filmagens e fotografias. Até o momento, foram realizadas análises sobre dois acontecimentos nas Rodas de Conversa a partir das referências teóricas fundamentadas nesta pesquisa. Esperamos que este estudo possa contribuir com o debate democrático sobre o protagonismo infantil no espaço da creche, problematizando a participação das crianças e o papel dos adultos nas rodas de conversa.

Palavras-Chave: Protagonismo Infantil; Roda de Conversa, Creche.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, K. A. A Educação Infantil *com* a Participação das Crianças: algumas reflexões. Invest. Práticas vol.6 no.1, p.69-86 Lisboa mar. 2016.

OLIVEIRA, R.C.D. “Agora eu...” Um estudo de caso sobre as vozes das crianças como foco da pedagogia da infância. São Paulo, 2011. 187 p. Dissertação (Mestrado em Educação: Didática, teorias de ensino e práticas escolares). Universidade de São Paulo.

VYGOTSKI, L. S. Obras escogidas IV. Madrid-España: Visor, 1996.

A CONSTRUÇÃO DE POSICIONAMENTOS NA SALA DE AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Práticas Educativas

Camila Aparecida de Souza Santos (camylla31souza@gmail.com)

(UFJF/PIBID Letras)

Elenara Souza Vieira (elenara1955@gmail.com)

(UFJF/PIBID Letras)

Livia Vicente Dutra (livia.vdutrael@gmail.com)

(UFJF/PIBID Letras)

Neste trabalho, temos como objetivo analisar uma prática de sala de aula voltada para a construção de posicionamentos (BAMBERG, 2002; BLOCK, 2015) de estudantes do 9º ano do ensino fundamental em uma escola pública de Juiz de Fora - MG, orientada por um trabalho de produção de textos argumentativos. Essa análise foi realizada no âmbito do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) envolvendo os bolsistas, a supervisora da escola e o coordenador da UFJF. A partir das observações das aulas de Língua Portuguesa, viu-se a necessidade de desenvolver a capacidade dos alunos de se posicionarem criticamente – tal como previsto, tanto nos parâmetros curriculares quanto nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) –, uma vez que foram observadas dificuldades em distinguir opinião e argumento. Isto é, fazer com que os alunos alcancem o objetivo de se posicionar acerca de um tema a partir de fatos e dados que possam embasar seus argumentos, tornando-os fundamentados, para além do senso comum. Partindo do princípio de que o estudante não pode ser um simples receptor de informações, a apropriação do mesmo sobre o conhecimento faz-se necessária para o desenvolvimento de sua capacidade argumentativa. Mais que uma tábula rasa, o aluno traz consigo conhecimentos oriundos de conceitos, crenças e expectativas que influenciam na construção de sua crítica. Diante disso, iniciou-se um trabalho visando a produção de um texto dissertativo-argumentativo que considerasse esse cenário. No entanto, os eixos de produção escrita, leitura, oralidade e análise linguística são indissociáveis e precisam ser trabalhados de forma conjunta, como previsto na BNCC e abordado por Leal e Brandão (2006, p.45): “o tempo pedagógico precisa ser organizado de modo a contemplarmos cada um desses eixos no dia-a-dia da sala de aula, sem perdermos de vista nossas metas para o ano escolar que estamos lecionando.” Assim sendo, esse trabalho iniciou-se com a realização de um debate a respeito do tema “Pena Capital no Brasil”, e foi

construído por meio de uma sequência de atividades articulando os eixos que orientam o ensino de Língua Portuguesa, que levou ao alcance da meta determinada inicialmente. Considerando os aspectos trabalhados, notou-se uma curva de crescimento no que tange à capacidade de selecionar informações, de argumentar, de escrever e de perceber a língua

como uma prática social. Assim, neste trabalho, em que analisamos uma prática de sala de aula a partir do registro de observações e dos textos produzidos pelos estudantes, discute-se como uma aula de Língua Portuguesa pode ser um espaço para a formação crítica e cidadã (OLIVEIRA, 2017) do estudante a partir do trabalho com a argumentação.

Palavras-chave: Posicionamento, Argumentação, Ensino de Língua Portuguesa.

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO NA SOCIEDADE DO CANSAÇO DIGITAL

Área Temática:

6) Práticas educativas

Práticas educativas democráticas e saberes produzidos sobre o cotidiano escolar.

Canêdo, Natália Nóbrega

nataliacanedo@gmail.com

Cruz, Andréa Otoni Antunes Sales

andreaotonisales@gmail.com

Escola Estadual Antônio Carlos/ Juiz de Fora

Nos últimos anos, recebemos vários alunos e alunas do Ensino Médio, com problemas emocionais relacionados à ansiedade e depressão que acabam influenciando as relações sociais dentro e fora da escola, além de impactar também no desenvolvimento escolar. Investigando junto com professores e familiares desses alunos e através de várias tentativas de aproximação com os mesmos, percebemos o quanto a tecnologia e as redes sociais estão presentes no cotidiano desses alunos e o quanto suas dores internas são muitas vezes expressas através dessas redes através de imagens, frases em status de whatsapp ou stories do Instagram. Segundo Han, (2018) no mundo atual e digital tão intenso de informações existe o cansaço da informação ao qual pertencem sintomas que são característicos da depressão que é sobretudo, uma enfermidade narcisista (p.106). De acordo com o autor, a autorreferência exagerada e doentamente sobrecarregada acaba levando à depressão. Sendo assim, preocupados com nossos alunos e buscando caminhos e alternativas para impactá-los positivamente, nos colocamos dispostos a promover algumas ações envolvendo a disciplina de Educação Física. Consideramos essa disciplina como um canal que pode ser utilizado como conexão com vida, através da elaboração de projetos de cunho social e esportivo. Neste relato, apresentamos duas experiências aplicadas na escola que tiveram grande participação e impactaram o modo de pensar dos participantes de forma positiva. Como anualmente realizamos os jogos esportivos de Interclasse na escola, os alunos inscrevem-se em algumas modalidades esportivas e cada turma forma uma equipe e se organiza para participar. No ano de 2017, atrelada à inscrição dos jogos Interclasse, realizamos com os alunos uma campanha de arrecadação de alimentos para doação à uma escola da rede estadual que

foi arrombada, roubada e precisava de itens para a confecção da merenda escolar. Já em 2019 associamos a inscrição do Interclasse à campanha do agasalho para os moradores de rua de Juiz de Fora. Consideramos as campanhas de mobilização social junto aos alunos, uma forma de solidarizar com a dor do outro, mostrando a esses alunos uma realidade objetiva diferente das deles, apontando um dos caminhos para minimizar as dores internas emocionais. A prática esportiva construída coletivamente nos coloca em contato com o outro, nos aproxima e nos faz empenhados a alcançar juntos objetivos comuns, que vão além do ganhar ou perder, mas entender, que ser solidário é essencial para o bom convívio social. Através das nossas observações percebemos que a "vitória" no esporte e nas ações solidárias, ajudam nossos alunos na superação das dores emocionais, tão presentes em nossos jovens e adolescentes na sociedade digital contemporânea.

Palavras-chave: esporte, educação, educação física, depressão

A IMPORTÂNCIA DA INTERPRETAÇÃO CARTOGRÁFICA EM SALA DE AULA

PRÁTICAS EDUCATIVAS- Práticas educativas democráticas e saberes produzidos sobre o cotidiano escolar

Marcela Rosa de Oliveira Carmo

marcela.rosa@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

A partir do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), de geografia, foi possível observar na Escola Estadual Francisco Bernardino a defasagem dos alunos quanto à interpretação de produtos cartográficos, especialmente o mapa, ao chegarem no ensino médio. Dessa forma, ao observar as aulas dadas em turmas de 6º ano, onde há a introdução cartográfica, a matéria é dada de forma rápida e focada somente nos elementos cartográficos e não na sua interpretação e utilização dessa ferramenta pedagógica para o ensino de outros conteúdos da disciplina.

O mapa é um material didático com ampla aplicação, não só dentro da geografia mas em outras disciplinas também. Contudo, desenvolver esse raciocínio vai além de uma aula, é necessário desenvolver atividades ao longo de vários anos, envolvendo diversos temas e associações. Logo, essas ideias iniciais se confirmam quando Santo et al., (2011), comenta sobre a necessidade da ciência geográfica trabalhar com várias ferramentas afim de facilitar a compreensão do aluno frente aos diversos lugares e espaços que a disciplina trabalha, é então, ainda segundo ela, uma forma de aproximação de lugares à realidade do aluno.

Assim, pensando nessa problemática, foi desenvolvido em duas turmas de 6º ano, da Escola Estadual Francisco Bernardino, localizada no Bairro Manoel Honório em Juiz de Fora, uma

atividade com essa temática. Os alunos realizaram 7 atividades sobre o mapa do relevo do Brasil que envolvia os entendimentos básicos de uma mapa (assunto, localização e escala), assim como de interpretação, com dois eixos: associação de um tema paralelo (ocupação humana), relação do cotidiano (descrição). Assim, de forma geral os alunos conseguem entender bem o assunto que o mapa trata assim como a localização que este está representando, além disso a maioria consegue se situar no mapa, ou seja identificar aonde está a cidade em que vive, com uma minoria que se destoa bastante da região. Contudo, a principal dificuldade está na interpretação, ou seja ir além das informações que o mapa apresenta.

Assim, um mapa vai muito além do que lhe esta sendo representado, aborda questões implícitas, e é preciso fazer com que o aluno leia um mapa assim como se lê um texto (Silva e Toffolo, 2016), afim de que este tenha uma boa leitura de mundo, e que esta seja crítica. Segundo Callai (2005), ler o mundo é ler o espaço, e a representação cartográfica traz consigo o cotidiano de uma dada sociedade, e isso vai além da delimitação de fronteiras, divisão política e denominação de toponímias. Portanto, é notória que está se trata de uma atividade que sozinha não trará grandes resultados e que é necessário ser algo frequente e criativo, como uma rosa de conversas e debates, mas trata-se de um possível exemplo à ser aplicado em sala de aula visando a importância desse conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE: mapa, interpretação, leitura, cartografia.

Referências bibliográficas

CALLAI, Helena Copetti. *Aprendendo a ler o mundo: A geografia nos anos iniciais do ensino fundamental*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

SANTOS, C. et al. *A Cartografia e o Ensino da Geografia*. Revista Geográfica de América Central, Costa Rica, Número especial EGAL, p. 1-15, julho, 2011.

SILVA, A. S.; TOFFOLO, G. *A cartografia no ensino da Geografia: leitura e interpretação de mapas*. Paraná: Programa de Desenvolvimento Educacional, 2016



**A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA REFLEXIVA NAS AULAS DE GEOGRAFIA
SUBPROJETO PIBID – GEOGRAFIA NA ESCOLA ESTADUAL FRANCISCO
BERNARDINO – JUIZ DE FORA/MG**

Rosana Souza¹
Graduada em geografia – UFJF
Email: sanasouza@hotmail.com

Jorge Eduardo dos Santos²
Graduando em geografia – UFJF
Email: xjorginhox@hotmail.com

RESUMO

Através de pesquisa de caráter teórico/investigativo dentro do Subprojeto Pibid – Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora surgiu a possibilidade de refletir atividades que os alunos do curso de licenciatura em Geografia poderiam vir a desenvolver para uma melhor interação com a realidade da prática escolar junto aos alunos da Escola Estadual Francisco Bernardino (EEFB), a esse processo demos o nome de prática reflexiva.

Nos primeiros meses de atuação na escola o principal foco foi a prática reflexiva ou observação inicial, onde o aluno bolsista do Subprojeto Pibid – Geografia teve a possibilidade de aperfeiçoar seu entendimento sobre as turmas e os assuntos institucionais ligados ao cotidiano escolar.

Palavras-chave: Pibid. Aula de Geografia. Observação.

1 Supervisora Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

2 Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

INTRODUÇÃO

Ante a possibilidade de ingressar no subprojeto de geografia do PIBID, surgiram alguns questionamentos de quais poderiam ser as frentes primeiramente trabalhadas, principalmente no que se referia à dinâmica ou comportamento do bolsista nas aulas de geografia.

A oportunidade de qualificação e formação inicial à docência, pela participação no planejamento, na elaboração de planos de aula, além de vivenciar o ambiente escolar, possibilitou a nós, bolsistas a reflexão no uso de novas metodologias no ensino, buscando sempre associar teoria da sala de aula com a prática do cotidiano dos próprios alunos, oportunidade esta que possibilitou a elaboração desse relato de experiência.

Sendo assim, no início basicamente nos fizemos presentes na escola e para os alunos da escola, esse contato inicial foi fundamental para o bom andamento das atividades realizadas em grupo e também uma excelente oportunidade de se aproximar a Universidade Federal de Juiz de Fora da escola pública. A curiosidade sobre os bolsistas era notada diariamente pelos alunos da Escola Estadual Francisco Bernardino, curiosidade que facilitou o nosso entrosamento, já que vez ou outra alguma ajuda por parte do alunado ao bolsista era solicitada. Como destaca Pedro Demo At. AL Sena e Santos (2011) “(...) o processo de pesquisa no aluno, que deixa de ser objeto de ensino, para tornar-se parceiro de trabalho”. A apropriação do ambiente escolar por parte dos oito bolsistas selecionados para atuarem na EEFB foi fundamental para o processo de maturação de idéias que poderão a ser colocadas em prática futuramente.

Conhecer a realidade da escola de uma forma mais intimista, foi fundamental para a compreensão daquilo que poderá ser trabalhado no futuro. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é relatar as primeiras experiências do bolsista do PIBID – Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, que ainda em formação inicial, já se encontra atuando em sala de aula por meio do programa.

A PRÁTICA REFLEXIVA OU OBSERVAÇÃO INICIAL

O processo de observação inicial se mostrou como uma ferramenta muito importante para a aprendizagem tanto do bolsista como também do aluno do 6º ano matriculado na EEFB, que por sua vez nos demonstrou seu nível de interesse no tocante à disciplina de geografia, podendo se observar ainda nessa fase os pontos fortes e fracos das atividades desenvolvidas pela escola além da possibilidade de se planejar possíveis práticas, de acordo com a faixa etária dos alunos, e também a possibilidade de se desenvolver estratégias que possam vir a ajudar os mesmos nas suas principais dificuldades.

O PIBID – Geografia se mostrou nesse início de programa como um leque de possibilidades a serem desenvolvidas após o processo de observação inicial. Os trabalhos foram conduzidos sob a orientação da professora Rosana Souza, que permaneceu desenvolvendo suas atividades junto à primeira turma com a qual tivemos contato, o sexto ano do ensino fundamental.

Nesse trabalho inicial a professora norteou os bolsistas como operar, analisar, executar, comparar e até mesmo como promover os debates junto aos alunos em sala de aula. Nesse sentido, Tomita (1999) destaca que é importante que se estimule o educando a indagar o por que das coisas para o mesmo não se conformar com as simples situação dos fatos, mas partir para uma análise criteriosa com uma visão mais crítica.

O processo de observação abrangeu toda a estrutura física da escola, tais como: sala dos professores, sala de aula, coordenação, secretaria, pátio, biblioteca, cantina, etc, e mais especificamente às aulas de geografia. Neste último caso foi observada a relação professora-aluno, aluno-professora, aluno-aluno, a prática pedagógica utilizada pela professora Rosana ao ministrar suas aulas, além dos aspectos que influenciavam diretamente a motivação dos alunos para assistir e permanecer em sala de aula.

A presente prática reflexiva ou observação inicial permitiu a nós, alunos bolsistas, ampliar nosso conhecimento da realidade acerca do trabalho docente, fator que contribuiu também para aguçar nossa visão no tocante ao processo didático-pedagógico que compõe o ambiente organizacional da EEFB. Neste sentido, o termo “ambiente” assume uma conotação mais

complexa, ultrapassando a idéia de espaço físico, ou algo que envolve ou cerca os indivíduos (RODRIGUES, 2008). Sendo esse o nosso ambiente de investigação durante os meses de Agosto a dezembro de 2018.

RELATO DE EXPERIÊNCIAS

A observação em sala de aula foi, primeiramente, o processo mais importante e praticado pelos bolsistas, sendo esse modelo de captação de dados mais valioso no tocante da observação inicial, pois nesse processo foi possível perceber os alunos no seu ambiente escolar mais íntimo, como também aprender com a metodologia utilizada pela professora durante as aulas. Dentro do processo de observação foi possível experimentar também outras formas de interação com a turma, onde aprendemos que ela implica em saber ouvir, ver e falar apenas nas horas certas, fazendo uso de todos os outros sentidos (VALLADARES, 2007).

Mesmo sabendo que ao chegar em sala de aula geralmente o observador causa mudanças no comportamento dos alunos e até mesmo do professor, percebemos que a presença constante desse observador pode gerar mais confiança, levando professor e alunos a se comportar de forma mais natural (VALLADARES, 2007; VIANNA, 2003).

Sendo assim, os bolsistas do subprojeto PIBID-Geografia atuantes na Escola Estadual Francisco Bernardino iniciaram seus trabalhos de forma ativa e gradual para não comprometer não somente as aulas, mas também as outras atividades que já estavam em curso na escola, nas quais fomos inseridos a título de qualificar mais o grupo que articulavam as mesmas. Cabe destacar que nossa participação foi importante, pois possibilitou um maior entrosamento com as outras turmas da escola.

Dentre as atividades já em curso destaca-se a gincana escolar que em sua 3ª edição conseguiu proporcionar a interação da equipe escolar e dos alunos bem como os bolsistas do PIBID-Geografia, promovendo o aprendizado significativo e o respeito à diversidade, além da importância do trabalho em equipe e da solidariedade como elementos essenciais para se viver em sociedade. Também se destaca como atividade em curso, a feira de ciências que teve como foco dos trabalhos dessa edição o tema: Sustentabilidade.

A OBSERVAÇÃO DENTRO DA OBSERVAÇÃO

Os trabalhos nas dependências da EEFB iniciaram-se em agosto de 2018 e por conta das atividades já programadas para o segundo semestre pelo corpo docente da escola, os bolsistas tiveram que se adequar as especificidades de cada momento e de acordo com as demandas que nos eram solicitadas.

Desde o primeiro contato com os alunos, podemos perceber a relevância que esse tipo de atividade possibilitaria para o amadurecimento em nossa futura área de atuação. Como professores em formação inicial, compreender a rotina, a estrutura física e organizacional da escola, o comportamento dos alunos em sala de aula era de fundamental importância para as primeiras atividades elaboradas e aplicadas por nós bolsistas, e este primeiro trabalho se deu com uma discussão sobre a produção crescente do “lixo” nos grandes centros urbanos, logo após um trabalho de campo realizado no aterro sanitário municipal da cidade de Juiz de fora, trabalho idealizado e organizado pela própria escola. Nós bolsistas apenas acompanhamos os alunos e direcionamos algumas ações junto com o núcleo de educação ambiental da empresa que administra o aterro sanitário.

Com o objetivo de analisar os impactos que o trabalho de campo teria causado na percepção deles sobre as diversas formas de se tratar dos resíduos produzidos nos grandes centros urbanos, foi proposto pelos bolsistas Jorge e Jodayni uma atividade com os alunos do 6º ano que estiveram presentes na atividade. Na oportunidade os alunos puderam assistir ao documentário “Ilha das flores” e terminamos os trabalhos com um debate sobre a importância de se tratar dos resíduos produzidos na escola e também em nossas casas.

Dentro dessa perspectiva, percebemos que os alunos conseguiram aprimorar sua percepção de meio ambiente como algo integrado diretamente as cidades, melhorando assim sua capacidade de análise e compreensão dos problemas ambientais da sua casa, como também do seu bairro. Após a atividade em sala de aula, os alunos realizaram um exercício teórico envolvendo o tema poluição urbana.

Após o desenvolvimento dessa atividade, que também serviu como base para a elaboração dos trabalhos na feira de ciências, nós bolsistas percebemos a importância da quebra de paradigma do modelo tradicional de ensino

praticado nas escolas, com o uso massivo e quase que exclusivo de quadro e giz, quando se adota outros recursos, uma nova janela se abre para os alunos, que por muitas das vezes não acompanham de forma efetiva as aulas teóricas ministradas pela professora regente. Segundo Pontuschka; Paganelli; Cacete (2009) [...] Esses recursos, se adequadamente utilizados, permitem melhor aproveitamento no processo de ensino e aprendizagem, maior participação e interação aluno-aluno e professor-aluno.

A partir da execução dessa atividade conseguimos perceber a importância da interdisciplinariedade no âmbito da escola e como experiências como essa podem influenciar positivamente os trabalhos em sala de aula, nesse sentido, Rodrigues afirma que a estrutura curricular que favorece a fragmentação dos conteúdos e da aprendizagem gera um isolamento entre os professores, fechando-os em suas disciplinas e em seu mundo particular (RODRIGUES, 2008). Contudo, ao assumir uma postura de observador, o aluno bolsista do subprojeto PIBID-Geografia da UFJF consegue obter uma visão mais elaborada em relação a todo o corpo escolar e ao funcionamento da escola, e em parceria com a professora regente, busca-se a possibilidade de uma melhor interação com os demais professores na missão de ampliar o conhecimento geográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática reflexiva ou observação realizada nos primeiros meses dentro do programa institucional de bolsas de incentivo a docência – PIBID, subprojeto geografia, além da importância inenarrável para mim, graduando do curso de geografia, vem me oportunizando experiências que certamente enriquecerão minha trajetória acadêmica e conseqüentemente minha vida profissional.

Sendo assim, o processo inicial de observação se tornou de fundamental importância, pois, contribuiu para o meu amadurecimento como aluno e aguçou minha forma de enxergar melhor os espaços da escola, melhorando o meu entendimento com relação à dinâmica estrutural do cotidiano escolar. Desta forma o período inicial de observação veio de encontro à diversificação do ensino/aprendizagem possibilitando assim, a contribuição para projetos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEMO, Pedro, 1941 – **Educar pela pesquisa** / Pedro Demo. – 9. ed. revista – Campinas, SP: Autores Associados, 2011. – (Coleção educação contemporânea).

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I. CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender geografia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, Angélica Cosenza. **A educação ambiental eu fazer interdisciplinar na escola**. Araraquara/SP: Junqueira e Marin: Juiz de Fora, MG: FAPEB, 2008.

VALLADARES, L. **Os dez mandamentos da observação participante**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.22, nº 63 São Paulo Feb. 2007.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003.

A LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA: A PESQUISA SOBRE INTERAÇÃO PRODUTIVA

ÁREA TEMÁTICA: PRÁTICAS EDUCATIVAS

Dedilene Alves de Jesus
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
dedilene.alves@uemg.br

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados preliminares da pesquisa “A Linguística Cognitiva em sala de aula: práticas pedagógicas de leitura, escuta, fala e escrita”, desenvolvida pelo Grupo de Estudos sobre Ensino, Linguagens e Cognição (GELINC), com prazo de encerramento no ano de 2020. Tal projeto está sendo aplicado em turmas de 4º e 5º anos de escolaridade, em uma escola da rede pública estadual de Barbacena, com a proposição de práticas pedagógicas eficazes para os eixos da leitura, escrita, oralidade e escuta. Até o momento, foram realizadas as atividades de entrevista semiestruturada, observação de aulas, categorização dos eixos de análise, reflexão sobre materiais didáticos e elaboração de atividades a partir de gêneros textuais, com o intuito de gerar uma interação produtiva. O embasamento teórico utilizado para a pesquisa está pautado nas seguintes premissas: a) a base da linguagem humana é a interação. Não existe ser humano que não tenha em si o “ímpeto comunicativo”, o desejo de se comunicar com o outro, mesmo que seja por meios não corriqueiros de linguagem (TOMASELLO, 2003; MARCUSCHI, 2004); b) a situação de aprendizagem em uma sala de aula deva passar também pelo viés cognitivista, em que a interação entre os participantes da cena e a observância dos processos cognitivos desencadeados pelas práticas pedagógicas dos docentes são considerados eixos fundamentais para a análise de desenvolvimento adequado das habilidades de leitura, escrita, fala e escuta previstas pela BNCC (2017); c) estudos tratam a questão da cognição atrelada à interação em sala de aula, apontando que a construção conceptual é gerada a partir da interação professor-aluno, mostrando que ocorrem estratégias produtivas e não produtivas de interação em sala de aula (ALVES, 2005). Por se tratar de uma pesquisa-ação, definida como “uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos (...)” (TRIPP, 2005, p. 445), coube-nos ensejar uma metodologia com as seguintes etapas: a) entrevista inicial com os professores regentes acerca da concepção de linguagem aplicada em suas aulas; b) caderno (diário) de campo para anotações do transcorrer da aula observada; c) análise das entrevistas semiestruturadas, relacionando com as perspectivas teóricas estudadas; d) elaboração de categorias de análise das aulas observadas, com base nos pressupostos da Linguística Cognitiva; e) preparação de materiais didáticos para aplicação de atividades baseadas em gêneros textuais na perspectiva da interação produtiva. Os resultados prévios mostram que há uma relação intrínseca entre aprendizagem e interação produtiva, a partir de estratégias planejadas na consideração dos conceitos cognitivistas de

categorização, Modelo Cognitivo Idealizado (MCI), *frames*, espaços mentais, cognição situada e perspectivação conceptual (*construal*) (ABREU, 2010; FERRARI, 2011; FILLMORE, 1982; SILVA, 1997).

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Linguística Cognitiva. Pesquisa.

Referências

ABREU, A.S. **Linguística Cognitiva: uma visão geral e aplicada**. São Paulo: Ateliê Editora, 2010.

ALVES, M.F. Interação e cognição em sala de aula. **Tese de doutorado** – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Linguística, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC versão final. Brasília, DF, 2017.

FERRARI, LILIAN. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: contexto, 2011.

MARCUSCHI, L.A. **O diálogo no contexto da aula expositiva: continuidade, ruptura e integração**. Recife (mimeo), 2004, p.1-20.

FILLMORE, C.J. Frame semantics. In: **Linguistics in the Morning Calm**, Seoul, Hanshin Publishing Co., 1982, p. 111-137.

SILVA, A.S. A linguística cognitiva - Uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. **Revista portuguesa de humanidades**, ISSN 0874-0321, Vol. 1, Nº 1-2, 1997, págs. 59-101.

TOMASELLO, M. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1999].

A MONITORIA COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA NO DESEMPENHO ACADÊMICO

Área Temática: Práticas educativas

Gabriela Teixeira Paula,
gabrielatpaula@hotmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora

Leandro Damasceno Kreutzfeld
leandrodk@yahoo.com.br
Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

A monitoria é uma estratégia usada para apoio pedagógico, o qual visa oportunizar o aprofundamento teórico-prático de conteúdos relacionados às disciplinas, e, portanto, proporciona o aperfeiçoamento acadêmico e melhor desempenho, além de possibilitar uma melhoria na vida, não só no âmbito pedagógico, mas, também, em aspectos sociais, psicológicos e afetivos, implicando melhora na comunicação, diminuição da timidez, maior motivação, dentre outros (FRISON, 2016). O presente estudo objetiva apresentar elementos e perspectivas que surgiram sobre esta estratégia pedagógica expressas por estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Os dados analisados fazem parte de um questionário aplicado pela PROAE - Pró-reitoria de Assistência Estudantil, sendo utilizado como uma estratégia de acompanhamento psicopedagógico, como uma forma de conhecer as condições de estudos dos estudantes, bem como, contribuir para a formulação, implantação, gestão e acompanhamento de políticas de assistência estudantil. É aplicado ao final de cada semestre, sendo respondido pelos alunos cujo rendimento acadêmico se encontra abaixo do esperado, abordando questões relacionadas a problemas e dificuldades que podem implicar no baixo rendimento acadêmico. É considerado baixo rendimento acadêmico a reprovação em 60% ou mais dos créditos das disciplinas matriculadas no semestre letivo. Foram analisados questionários respondidos no 2º semestre de 2016, 1º e 2º semestres de 2017. À partir dos dados apresentados, buscou-se refletir sobre os benefícios existentes em uma frequência regular às monitorias e os motivos da baixa frequência apontados pelos estudantes. No período analisado 608 estudantes, dentre o grupo de alunos assistidos pela POAE-UFJF, responderam ao questionário. Dentre as questões abordadas, uma delas é o foco do presente estudo, a monitoria, muito citada pelos participantes da pesquisa.

Sabendo da importância desta prática pedagógica em um contexto de maior aprofundamento, se apresentando como uma importante ferramenta para melhora do rendimento acadêmico, faz-se necessário desvelar as opiniões dos discentes com relação às vivências por eles e elas experimentadas no âmbito das monitorias presentes em cada um dos cursos. Como resultado, encontramos que 35% dos respondentes não frequentam a monitoria, e ao se debruçar sobre as possíveis causas, obtivemos justificativas que foram organizadas em seis categorias: horário da monitoria; não existência da monitoria; falta de tempo; trabalho; desconhecimento da oferta de monitoria de determinada disciplina; e outros. Conclui-se que apesar de a monitoria ser oferecida e ser benéfica em vários aspectos da vida dos alunos, nem todos eles conseguem percebê-la como um potencial fator de melhora não só acadêmica, mas também em aspectos sociais, afetivos e psicológicos, o que poderia também agir como uma ferramenta de auxílio no combate ao adoecimento discente, fato muito presente entre os respondentes da pesquisa.

Palavras-chave: Monitoria; Desempenho Acadêmico; Assistência Estudantil

REFERÊNCIA

FRISON, L. M. B.. **Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada**. Pró-Posições, v. 27, p. 133-153, 2016.

AMBIENTES PEDAGÓGICOS: POSSIBILIDADES DOS ESPAÇOS EXTERNOS DA CRECHE

ÁREA TEMÁTICA: PRÁTICAS EDUCATIVAS

Eliza Kelly Grosman Amorim
elizakellyga@gmail.com
Mestranda do PPGE/UFJF/GRUPAI

Trata-se numa pesquisa de mestrado em andamento com dados preliminares do levantamento bibliográfico. O objetivo geral é compreender os sentidos que as professoras produzem sobre os espaços externos da creche. Também busca conhecer como as crianças usam as áreas externas de uma creche conveniada do município de Juiz de Fora-MG. Além disso, irá investigar se há sinais da participação das crianças no planejamento e na organização e/ou reorganização desses espaços ou se eles são sempre projetados pelos adultos. Entende-se que o espaço não é neutro, tampouco se constitui no pano de fundo para a realização do trabalho pedagógico (MOREIRA 2011). Ao contrário, ele é um elemento constitutivo desse próprio trabalho que se constrói e se transforma cotidianamente. Não se trata apenas de um local onde as práticas acontecem, ele é um elemento pedagógico que norteia as práticas educativas num contexto histórico-cultural. Neste viés, para Vigotski (1999; 2010) o espaço/meio também se torna veículo para zona de desenvolvimento proximal pois transforma e é transformado pela criança através das interações, num processo contínuo. Portanto, trata-se de um elemento fortemente relacionado ao desenvolvimento infantil que deve ser compreendido como um elemento constitutivo da prática educacional, que considera a participação da criança na sua construção. Ao valorizar a coautoria da criança na proposição dos desafios, descobertas e criações, o ambiente pedagógico mostra-se um contexto potente para o aprendizado e o desenvolvimento infantil (MOREIRA E SOUZA, 2016). Frago e Escolano (2001, apud Moreira, 2011), dizem que o espaço é uma forma silenciosa de ensino visto que transmite mensagens poderosas sobre o ensinar e o aprender. Rinaldi (2012). Malaguzzi (apud Rinaldi 2012) entende o espaço como uma forma de linguagem e como o “terceiro educador”. Tuan (1983, p. 21) diz que a criança conhece o mundo pelos sentidos. Exatamente por isso, é preciso que os espaços coletivos de educação e cuidado de bebês e crianças bem pequenas estejam atentos à sua importância. Inclusive, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), é necessário que o

cuidar e o educar contemplem também as áreas externas das unidades, proporcionando os direitos de deslocamentos, dos movimentos amplos nos espaços internos e externos das salas de referência, das turmas e da instituição (BRASIL, 2009a; 2009b). Por isso, é preciso que o espaço seja planejado de modo que potencialize o desenvolvimento infantil, permeados pelas interações e brincadeiras – que são os eixos norteadores do trabalho na/da Educação Infantil. A metodologia escolhida para investigar estas questões é de cunho qualitativo, numa perspectiva crítica de colaboração, onde se estabelecem diálogos entre os participantes da pesquisa a construção de conhecimento de modo recíproco (MAGALHÃES, 2010).

Palavras-chave: creches; espaços externos; brincar com a natureza; ambientes pedagógicos.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB no 20, de 11 de novembro de 2009. Revisão das diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 dez. 2009^a

_____. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das Crianças / Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. 6. ed. Brasília. MEC, SEB, 2009b.

MAGALHÃES, Maria Cecília Camargo. Pesquisa Crítica de Colaboração: uma pesquisa de intervenção no contexto escolar. In.: SILVA, Léa Stalschmidt Pinto; LOPES, Jader Janer. *Diálogos de Pesquisas sobre crianças e infâncias*. Niterói, Rio de Janeiro, Editora da UFF, 2010

MOREIRA. **Ambientes da infância e formação do educador**: arranjo espacial no berçário. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MOREIRA, Ana Rosa Picanço; SOUZA, Tatiana Noronha de. Ambiente pedagógico na educação infantil ea contribuição da psicologia. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 2, p. 229-237, 2016.

RINALDI, C. **Diálogos com Reggio Emilia**: escutar, investigar e aprender. São Paulo: Paz e Terra. 2012.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar. **São Paulo: Difel**, p. 01-22, 1983.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999

___ **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Ática, 2009.

**AMPLIAÇÃO DO REPERTÓRIO LITERÁRIO DO JOVEM LEITOR
MEDIANTE O GÊNERO TEXTUAL FÁBULA, NAS AULAS DE LÍNGUA
PORTUGUESA, NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Área Temática: Práticas Educativas

Autora: Helga Carvalho Baptista de Almeida / E-mail: helgabapalmeida@gmail.com /

Instituição de origem: Universidade Federal de Juiz de Fora

Coautor: José Ignacio Ribeiro Marinho / E-mail: josebrenatti@hotmail.com / Instituição
de origem: Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: O objetivo deste trabalho é a aplicação e o desenvolvimento de um projeto de intervenção pedagógica a partir do gênero textual fábula, que é consagrado na tradição literária, a fim de ampliar o repertório literário dos alunos, de uma turma de sexto ano, do Ensino Fundamental II, em uma escola da rede pública de ensino (CIEP 422 Municipalizado Haroldo Machado de Barros), em Paraíba do Sul, no interior do estado do Rio de Janeiro. A justificativa baseia-se, sobremaneira, na necessidade de ampliar o repertório literário dos alunos, dado que, no que concerne ao ensino de Língua Portuguesa/Literatura, o ensino do texto literário, em linhas gerais, é posto em segundo plano, trabalhando-se, na maioria das salas de aula, apenas questões relacionadas à gramática normativa; quando este é trabalhado (o texto literário), baseia-se em finalidades didático-pedagógicas, deixando o conteúdo literário, assim como sua materialidade linguístico-literária, em um lugar de menos importância. Ressalta-se que este trabalho tem como questão-problema o fato de como o gênero textual fábula pode contribuir de forma muito proveitosa para introduzir a literatura na sala de aula nos anos finais do Ensino Fundamental e, assim, construir paulatinamente a ampliação do repertório literário dos alunos. Salienta-se, ainda, que tal trabalho propõe-se a despertar o gosto pelo texto literário, relacionando os textos selecionados às experiências vividas pelos alunos e ainda estimular o pensamento crítico-reflexivo sobre o mundo que os cerca, a partir dos significados apreendidos no texto, ampliando, portanto, seu repertório. Quanto ao referencial teórico, ancoramo-nos em Antonio Candido (2004), Graça Paulino e Rildo Cosson (2009), Harold Bloom (2010), Magda Soares (2007), Rildo Cosson (2006), Roxane Rojo (2012), Teresa Colomer (2007), Wolfgang Iser (1996), dentre outros. Quanto aos textos selecionados para a confecção da sequência didática, utilizamo-nos de fábulas

de Esopo, Fedro, Millôr Fernandes, Monteiro Lobato, dentre outros. No que diz respeito aos resultados, assinalamos que tal projeto de intervenção pedagógica será aplicado entre a segunda quinzena do mês de junho e a primeira quinzena do mês de julho. Em síntese, pretende-se com a aplicação e o desenvolvimento deste projeto de intervenção pedagógica ampliar o repertório literário dos alunos mediante uma sequência didática, dividida em diversas etapas (“Confabulando”, “Viajando nas asas da leitura”, “Estudando os elementos do gênero”, “Conhecendo outros gêneros”, “Reinventando”, “Pondo a mão na massa”, “Arquitetando – parte I”, “Arquitetando – parte II” e “Avaliando e reescrevendo”), que será desenvolvida em dezessete aulas.

Palavras-chave: Ampliação do repertório literário do jovem leitor. Fábula. Língua Portuguesa. Anos finais do Ensino Fundamental.

APRENDENDO SOBRE VALORES: FORMAÇÃO DE CONHECIMENTOS E PRINCÍPIOS ÉTICOS A PARTIR DA LITERATURA INFANTIL

Área temática: Práticas educativas

Caroline Almeida Silva de Paula

carol.pedagogiacesjf@yahoo.com.br

Secretaria de Educação de Minas Gerais/Escola Estadual Mariano Procópio

Luka de Carvalho Gusmão

lukagusmao87@yahoo.com.br

Secretaria de Educação de Minas Gerais/Escola Estadual Mariano Procópio

Michele Gomes da Silva

michele_gomess@homtmail.com

Secretaria de Educação de Minas Gerais/Escola Estadual Mariano Procópio

De acordo com os apontamentos da Lei 9394/1996 (LDB), a educação tem por finalidade “[...] o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, p. 1). Refletindo sobre os dois primeiros itens, consideramos que o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para a vida cidadã dependem de um processo de formação que se apoia em dois eixos: o acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela sociedade e a aprendizagem de princípios éticos que somente o ser humano é capaz de possuir.

A partir das considerações anteriores, neste artigo buscamos responder a seguinte pergunta: Em que medida o uso da literatura infantil em sala de aula permite a realização de ações pedagógicas que favoreçam a construção de conhecimentos e princípios éticos por parte dos educandos? Com tal questão, nosso objetivo é discutir a possibilidade de entrelaçar os saberes e valores éticos por meio do trabalho com a literatura infantil. Esse objetivo se justifica pela necessidade de proporcionar ao público infantil uma formação que contemple, de modo significativo e estimulante, as finalidades educacionais expostas na LDB.

Para respondermos a questão acima, usaremos referenciais teóricos que nos auxiliem a refletir sobre o significado de “valores éticos”, o ensino de literatura infantil em sala de aula e, por fim, o entrelaçamento entre esses dois campos.

No tocante à ética, Chauí (2003) considera que a existência humana é indissociável do sentimento e da consciência moral. Em suas vivências, os indivíduos realizam juízos de valor, isto é, interpretam os acontecimentos à sua volta e atribuem a eles determinações como bom e mau. Não obstante o sentido cultural e subjetivo dos juízos e valores éticos, existem aqueles que são indispensáveis à vida social. Valores como respeito, tolerância e solidariedade são alguns exemplos disso.

Em relação ao ensino de literatura em sala de aula, Gregorin Filho (2009) considera que há um grande potencial para a formação plural e cidadã dos educandos, contribuindo na construção de uma sociedade sem opressão. Para esse autor, os valores discutidos na literatura infantil são valores humanos construídos historicamente, caracterizando-se apenas por uma outra roupagem linguística. Quando os educadores discutem sobre tais valores em sala de aula procurando desvelar seus sentidos, eles se tornam mais explícitos e convertem-se em objeto de aprendizagem.

Embora possamos dizer que nossa sociedade seja diversificada e possua concepções éticas distintas, consideramos que um dos objetivos da educação é auxiliar na construção de valores que tenham validade geral. Embora valores como respeito, tolerância e solidariedade não sejam efetivamente praticados em âmbito geral, podemos considerar que eles são metas a serem alcançadas. A partir das reflexões e discussões potencializadas pela literatura infantil, acreditamos que os educadores podem auxiliar na realização dessas metas.

Palavras-chave: Valores éticos – Literatura infantil – Formação humana

Referências bibliográficas:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 9.394/1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 1 jun./2019.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. **Literatura infantil: Múltiplas linguagens na formação de leitores**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

AS HORTAS ESCOLARES AGROECOLÓGICAS COMO CAMINHO DE INVESTIGAÇÃO E DE FORMAÇÃO PARA JUSTIÇA AMBIENTAL

Práticas educativas

Letícia Riguetto Nunes
leticiariguettonunes@gmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora

Angélica Cosenza Rodrigues
ar_cosenza@hotmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora

Camila Cristina Rotatori Pereira
camila.rotatori@hotmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora

O Grupo de Educação Ambiental da Universidade Federal de Juiz de Fora (GEA/UFJF), vinculado ao NEC – Núcleo de Educação em Ciência, Matemática e Tecnologia, foi criado no final do ano de 2000 e desde então tem atuado na defesa de uma educação ambiental voltada para a justiça ambiental. Nesse sentido, entre os anos de 2016 e 2018 o grupo realizou duas pesquisas que buscaram entender o que fazem as escolas públicas de Juiz de Fora que dizem fazer/ter uma horta. Foram mapeadas 18 escolas estaduais e 7 municipais que possuem horta. Ela é utilizada para fins didáticos e fonte de alimentação saudável. Entretanto, ainda que a horta tenha finalidade pedagógica em tais escolas, geralmente não é utilizada para trabalhar a educação ambiental e conteúdos sociocríticos ligados à justiça ambiental e soberania alimentar (ARAÚJO et al, 2017). No ano de 2017 o GEA em parceria com a associação Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico (MOGICO) buscou um caminho sob forma de atividade de extensão, em que fosse possível criar momentos de troca de saberes sobre hortas (esses momentos foram chamados de Encontros Formativos). Foram realizados cinco Encontros Formativos, na perspectiva do Diálogo Cogenerativo (TOBIN, 2005), entre dezembro de 2017 e setembro de 2018. Participaram dos encontros professoras de escolas municipais e creches de Juiz de Fora, além de integrantes do GEA e do MOGICO. Os encontros oportunizaram a realização da pesquisa de mestrado “Trajetórias formativas docentes: o que significam professoras em diálogos cogenerativos sobre hortas escolares” que por meio da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2003) buscou entender como se deslocaram os discursos das professoras, que participaram dos encontros, sobre hortas escolares. Em agosto de 2018 o GEA deu início ao projeto de extensão “Percursos

sustentáveis em busca de novas possibilidades para as hortas escolares: quando professores/as e agricultores/as urbanos se encontram”. Sua primeira etapa se deu por meio de visitas a todas as escolas estaduais e municipais que têm horta, com o intuito de conhecermos o que é feito pedagogicamente na/com a horta, o que é produzido e quais são as dificuldades de sua prática. Partindo dessas informações os Encontros Formativos de 2019 foram planejados e até o momento dois foram realizados. O primeiro aconteceu na Faculdade de Educação da UFJF onde o grupo pode se conhecer, discutir sobre a realidade da horta em suas escolas e plantar alguns alimentos. O segundo ocorreu na propriedade rural de uma integrante do MOGICO onde discutimos sobre a Agroecologia. Estimando a importância do processo educativo na transformação social e na luta contra a naturalização e invisibilização da desigualdade socioambiental, é possível, através das pesquisas e da proximidade que o projeto de extensão proporciona, aprofundar o olhar sob as práticas pedagógicas e questionar as problemáticas políticas e sociais relacionadas às hortas, além de entender se as elas reforçam ou denunciam o modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Hortas Escolares; Agroecologia Escolar

ATIVIDADES DE ENSINO DO PET-PSICOLOGIA UFJF

Área temática: Práticas educativas

Amanda Guimarães Lutz ¹; Júlia Stersi Bonfatti ¹ & Marisa Cosenza Rodrigues².

¹ *Discente do curso de Psicologia da UFJF e Bolsista PET-Psicologia/UFJF;* ² *Docente do curso de Psicologia da UFJF e Tutora PET-Psicologia/UFJF.*

amandaglutz23@gmail.com; julia.bonfatti@hotmail.com; rodriguesma@terra.com.br

UFJF-Universidade Federal de Juiz de Fora

Palavras chave: Ensino; Atividades extracurriculares; Pet-Psicologia

O Programa de Educação Tutorial - PET Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF oferece atividades do segmento ensino para a comunidade acadêmica, compondo, juntamente com atividades de extensão e pesquisa, o tripé de atuação proposto pelo Manual de Orientações Básicas - MOB (MEC/Brasil, 2006). Desde seu surgimento, o programa tem contribuído de forma significativa para a formação dos PETianos e demais estudantes por meio de atividades extracurriculares que complementam e qualificam a formação dos alunos (Lourenço, 2008).

As atividades de ensino são planejadas previamente mediante reuniões setoriais entre a tutora e o grupo de PETianos para discutir a relevância e os interesses na realização das ações, passando por estratégias de avaliações com questionários e sugestões dos participantes e bolsistas, que objetivam analisar e propiciar possíveis melhorias na execução. No que tange ao escopo dessa apresentação, no ano de 2018 foram realizadas 14 atividades de ensino, dentre elas: *O Problema mente-cérebro e sua relevância para a Psicologia; Palestra - Psicologia e Surdez: As peculiaridades no atendimento de um surdo* que serão apresentadas a seguir pois são atividades com maior adesão dos alunos.

A palestra *O Problema mente-cérebro e sua relevância para a Psicologia*, objetivou promover discussões acerca da relação mente e cérebro e as duas principais correntes históricas desse debate: a materialista e a não materialista, proporcionando um panorama acerca das implicações éticas, filosóficas e profissionais no campo da Psicologia. A atividade contou com a colaboração de um professor do Departamento de Psicologia da UFJF referência nacional e internacional na área de filosofia da mente. A

avaliação foi positiva, o questionário de satisfação foi respondido por 61 pessoas e 85% do público avaliou a atividade como ótima.

A palestra *Psicologia e surdez: As peculiaridades no atendimento de um surdo*, discutiu a importância da língua dos sinais no atendimento psicoterapêutico de pessoas surdas e seus desafios. A realização da atividade contou com a colaboração de uma psicóloga bilíngue (português/libras), bem como de quatro intérpretes para alunos não ouvintes. A palestra foi avaliada positivamente, a partir dos questionários avaliativos que foram respondidos por 45 pessoas e 100% dos respondentes classificou o conteúdo/formato do evento como bom ou ótimo.

A avaliação das duas atividades por meio dos questionários avaliativos e do feedback dos bolsistas, indica que essas ações foram inovadoras e contribuíram de forma expressiva para a aquisição e ampliação do conhecimento dos participantes. Considera-se, portanto, a relevância de eventos dessa natureza, que objetivam qualificar a formação acadêmica abordando temáticas pouco contempladas na grade curricular. Tais atividades possibilitam também aos bolsistas uma maior experiência em organização de eventos, desenvolvendo habilidades de liderança e maximizando a autonomia e a capacidade crítica.

Referências Bibliográficas

Lourenço, Lélío Moura. (2008). O PET-Psicologia na Universidade Federal de Juiz de Fora. *Psicologia em Pesquisa*, 2(1), 98-100.

Ministério da Educação [MEC]. (2006). *Manual de Orientações Básicas do Programa de Educação Tutorial*. Brasília.

AULA PRÁTICA SOBRE SISTEMA SENSORIAL

Prática Educativa

André Henrique Rocha Neres dedeneresjf@gmail.com UFJF CAPES

Wendel Victor Campos wendelviictor@hotmail.com UFJF CAPES

Matheus Tavares theustavares2014@gmail.com UFJF CAPES

Ana Maria do Carmo anadcarmo@yahoo.com.br PJJ/UFJF CAPES

O trabalho foi realizado com duas turmas de oitavo ano do ensino fundamental na Escola Municipal Engenheiro André Rebouças através do Subprojeto Pibid de Química da UFJF e teve como objetivo trabalhar sistema sensorial com os alunos. Foi organizada uma aula prática baseada em testes e aplicações do sistema sensorial tais como a diferença entre odor e aroma utilizando bala de mascar para uma melhor compreensão do sentido olfato, a utilização de dois refrigerantes distintos para notarem suas diferenças para o paladar, a utilização de uma “caixa sensorial” para identificarem os objetos misteriosos contidos nela através do tato, o “Teste de cores de Ishihara” para explicação e um melhor entendimento da visão e o uso de “headsets”/fones de ouvido com músicas 3D/8D para a audição.

Ao trazermos essa aula prática com os alunos visamos uma maior reflexão dos alunos a respeito do assunto ao contextualizarmos a aula teórica e uma maior compreensão sobre seus sentidos. Como a matéria pode ter um entendimento um pouco abstrato elaboramos a aula prática para que houvesse maior entendimento por parte dos alunos tendo em vista que o conteúdo ficar mais claro para eles.

Através de artigos que retratam os resultados e a importância das experimentações e aulas práticas nas escolas, procuramos trabalhar com uma metodologia nova no âmbito escolar, onde não utilizamos o espaço “sala de aula” e também introduzimos diversos materiais que estão presente no dia a dia dos alunos para aproximar cada vez mais o estudo teórico com a realidade deles.

Os resultados foram positivos em todos os quesitos, tivemos a preocupação em passar uma atividade avaliativa onde eles relacionavam a experiência que tiveram na prática fora de sala, com o conteúdo teórico ministrado pela professora em sala de aula. A maioria dos alunos souberam responder e relacionar os tópicos estudados das duas maneiras. Percebemos também uma maior participação de todos para o que estava sendo explicado e a relação em que fazíamos com o que eles já haviam aprendido, porém com outro olhar.

A utilização de métodos variados para o ensino é de extrema importância, o retorno e a efetivação do entendimento dos alunos são o foco nesses casos, dinamizando e compreendendo as dificuldades deles para entender assuntos complexos e totalmente novos.

**AUSCULTANDO JOVENS: SIGNIFICADOS E SENTIDOS
ATRIBUÍDOS AO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Práticas Educativas

Maryangela Mattos da Motta

maryangelammattos@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

O objetivo da comunicação é apresentar resultados selecionados de uma pesquisa de Mestrado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação nesta instituição. Com uma problemática centrada na dinâmica da política de avaliação em larga escala do Estado do Rio de Janeiro, SAERJ e Saerjinho, este trabalho buscou compreender os impactos causados por esse programa no cotidiano da escola, no interior da sala de aula, na prática curricular e no trabalho docente, sob o ponto de vista de jovens alunos, a quem essas provas eram dirigidas. Algumas conclusões foram tiradas a partir da análise do campo da pesquisa, que teve como norte questões do tipo, como os estudantes avaliam as provas padronizadas e quais suas experiências com as avaliações do Estado do Rio de Janeiro, SAERJ e Saerjinhos? Como rememoram essas experiências avaliativas no cotidiano da escola e se posicionam diante das políticas públicas?

Hoje, a avaliação em larga escala se coloca como um tema e um problema da educação contemporânea, além de se constituir como chave de boa parte das políticas públicas, se transformou em objeto de investigação, que mobiliza o debate e é apropriado de diferentes formas e com diversas finalidades. Contudo, o conhecimento produzido em torno dessa questão mostra que a utilização das avaliações estandardizadas como instrumento de gestão das redes de ensino tem aumentado de maneira significativa e de diferentes formas as estratégias de gerenciamento e controle dos sistemas educacionais.

Nesse contexto, com a ampliação e diversificação desses mecanismos de avaliação para o ensino fundamental e médio do país, o estado do Rio de Janeiro, contou com um programa, organizado pelo Centro de Avaliação e Políticas Públicas/ CAED – em vigor do ano de 2010 a 2015, que seguiu uma mesma política materializada em provas padronizadas, resultados quantitativos comparáveis e favorecedores de medidas de ranqueamentos, apropriação dos resultados e fixação de estratégias de intervenção para

melhoria do desempenho dos estudantes, com impactos não só na rotina desses jovens, como também dos docentes.

Com o propósito de rememoração dessa política de avaliação, através de grupos focais, estudantes, do último ano do ensino médio, relataram suas experiências e vivências acerca da política pública em questão, de onde algumas considerações ficaram claras, dentre elas, a clareza da educação como um direito; a denúncia da ausência de uma maior aproximação e escuta da comunidade escolar, por parte dos organizadores desses programas, para saber o que realmente demandam os espaços educativos; que é possível transformar a escola em um espaço de trabalho coletivo, de cooperação, de prazer e busca do conhecimento; que o maior problema não se concentra nas avaliações estandardizadas, mas no tipo de ensino oferecido incapaz de habilitá-los para essas provas.

Palavras-chave: Jovens, avaliação em larga escala, cotidiano escolar e ensino de História

AUTONOMIA DA CRIANÇA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Wederson Paulo de Souza

wedersonsouza@hotmail.com

Mestrando em Educação- UCP

Fabiana Eckhardt

fabiana.eckhardt@ucp.br

Doutora em Educação – UCP

Área temática: Práticas educativas

O presente texto transcorre de uma pesquisa de mestrado que tem como objeto as práticas pedagógicas desenvolvidas numa turma do ciclo de alfabetização em uma escola da rede pública municipal de Juiz de Fora- MG. Seu objetivo é compreender a relação entre a aprendizagem da leitura e da escrita e o desenvolvimento da autonomia dos estudantes no processo de alfabetização. Pesquisar sobre práticas autônomas no processo de alfabetização apresenta-se como relevante ao considerarmos que alfabetizar-se é colocar-se em movimento no processo de consciência reflexiva da cultura. Justifica-se ainda pelos ataques que a escola e os professores sofrem na atualidade, acompanhados do prenúncio de um retorno a uma alfabetização que se ocupe apenas da decodificação dos signos linguísticos. A questão-problema que orienta o estudo é: em quais momentos, sejam eles dirigidos pela professora ou não, no processo de alfabetização emergem nuances de autonomia das crianças na construção do conhecimento. O referencial teórico que ampara a pesquisa é Paulo Freire (2015; 2018) para quem a autonomia aparece como um princípio necessário ao processo de alfabetização que se pretende significativo. O autor, nos apresenta o termo como um princípio pedagógico aos docentes que compreendem as finalidades sócio-políticas da educação. Nesta perspectiva, autonomia não é sinônimo de independência, mas ao contrário, é fruto da relação dialógica autonomia/dependência. Como seres humanos, somos seres de cultura, por isso, dependentes. Dessa forma, diferente do que nos parece crer o senso comum, autonomia nada tem a ver com individualismo. O individualismo gera a competição, a autonomia, a solidariedade e a cooperação. No trabalho pedagógico, Freire não vê a possibilidade de o individualismo prevalecer. O trabalho docente se efetiva na relação entre sujeitos. Se compreendemos que ler e escrever é uma forma de nos comunicar com o mundo e com os outros, há de se compreender que a mensagem precisa fazer sentido para os sujeitos envolvidos nesse processo e não fundar

a aprendizagem na repetição mecânica. Dessa forma, dialogamos com Smolka (1998) para que defenda o processo de alfabetização como um processo discursivo valorizando sempre a criança como autora principal do seu próprio conhecimento, e não como um “depósito” de informações de maneira mecânica sem significado. Trata-se de uma pesquisa que privilegia uma abordagem qualitativa e exploratória, tendo como pressuposto metodológico o paradigma indiciário (GINZBURG, 1998) selecionando como instrumentos necessários para levantarmos os indícios para a produção das evidências relatos extraídos de rodas de conversas com as crianças, entrevista semiestruturada com a professora, análise de atividades desenvolvidas pelas crianças, do planejamento docente e registros de observação transcritos em caderno de campo. A pesquisa encontra-se na fase inicial e, portanto, ainda não temos resultados para divulgação, bem como conclusões.

PALAVRAS-CHAVE: educação, alfabetização, autonomia, prática

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 52ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido**. 65ª edição. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamente. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. São Paulo: Cortez: Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

CAPACIDADES DE LINGUAGEM E EIXOS DE ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PRIVILEGIADOS NA ALFABETIZAÇÃO: FRAGMENTOS DE UMA INVESTIGAÇÃO

Área temática: Práticas Educativas

**Analina Alves de Oliveira Müller
Mestre em Educação PPGE/UFJF**

Este trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida nos anos 2017 e 2018 cujo objetivo principal é investigar práticas interdisciplinares no processo de alfabetização a partir da análise de propostas didáticas dos cadernos de formação referentes ao terceiro ano de execução do programa Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC/2015). Como referencial teórico, pautamo-nos nos pressupostos teóricos do Interacionismo Sociodiscursivo (BRONCKART, 2006 2009; SCHNEUWLY e DOLZ, 2004) quanto ao ensino da língua com gêneros textuais. Aliado a isso, baseamo-nos numa concepção de letramentos e alfabetização a partir das contribuições de Street (1984, 1995) e Soares (2003, 2004, 2016). Nessas perspectivas, as práticas de linguagem que correm na escola, relativas à leitura, escrita e oralidade, colaboram para efetiva inserção social dos discentes em práticas de letramento por meio de diversos gêneros textuais em diferentes situações discursivas. Sendo assim, a integração dos saberes dos diversos componentes curriculares no ciclo de alfabetização contribui para a elaboração de práticas pedagógicas relevantes com a linguagem que, segundo nossos pressupostos, é um dos principais fatores do desenvolvimento humano. Através de uma pesquisa documental, analisamos, nos quatro primeiros cadernos do terceiro ano do PNAIC/2015, tanto as seções teóricas quanto a seção que apresenta relatos de práticas, objetivando identificar tendências interdisciplinares e estratégias utilizadas para a integração entre diferentes disciplinas. Neste recorte apresentaremos as capacidades de linguagem predominantes subjacentes a essas estratégias, bem como os eixos de ensino da língua predominantes nas experiências relatadas, dados que foram gerados a partir da investigação dos relatos das práticas. Os dados revelam que as propostas didáticas relacionam a interação social pelos gêneros aos diferentes componentes curriculares, propiciando situações de uso da língua em contextos autênticos. Quanto às capacidades de linguagem, identificamos um número reduzido de capacidades linguístico-discursivas, as quais envolvem reflexão do sistema de escrita alfabético (SEA) e uma predominância maior da capacidade de ação nas propostas didáticas analisadas. Tais dados atrelados aos dados dos eixos linguísticos, revelam que a proposta de alfabetização do material prioriza o uso da linguagem em situações de interação, numa perspectiva dos letramentos, sem desconsiderar a apropriação do SEA de modo sistematizado.

Palavras-chave: Alfabetização; Práticas pedagógicas; Capacidades de linguagem, Eixos da língua

CARTOGRAFIAS DE UMA CIDADE SILENCIADA: A (RE) ESCRITA DA HISTÓRIA LOCAL NAS NARRATIVAS DE MEMÓRIA DA PERIFERIA

Área Temática: Práticas Educativas

Yara Cristina Alvim (yarylvm@yahoo.com.br/ Faced-UFJF/Proex)

Francislene Eveling Albano (francislene1998@yahoo.com.br/ Faced- UFJF/Proex)

Jussara Cristiane Euzebio de Melo (jussaramelo20@outlook.com// Faced- UFJF/Proex)

RESUMO

A presente comunicação tem por objetivos apresentar resultados de pesquisa em andamento, desenvolvida no âmbito do projeto de extensão intitulado “Construindo narrativas periféricas pelas lentes do olhar e pelas vozes da comunidade local”. Tal projeto tem como proposta fortalecer e fomentar a (re) escrita da história local, privilegiando a produção de narrativas de bairros periféricos de Juiz de Fora, cujas histórias são silenciadas nas narrativas oficiais da cidade. O projeto se orienta a partir de três princípios. O primeiro deles relaciona-se ao necessário rompimento com uma tradição nas práticas educativas escolares que, ao focalizarem temáticas relacionadas à história local, baseiam-se em uma abordagem voltada para o centro urbano e para o protagonismo dos vultos históricos da localidade e de seus feitos, silenciando a periferia, os sujeitos comuns e as diversas experiências que atravessam a história da cidade (OLIVEIRA; ZAMBONI, 2008). Relacionado ao primeiro princípio, buscamos ultrapassar visões simplistas e dicotômicas construídas no presente, que associam a periferia ao espaço da ausência e da marginalidade. Por fim, apontamos como terceiro princípio a aposta no fortalecimento do sentimento de pertencimento das comunidades locais à cidade a partir da (re) escrita de suas próprias histórias. O projeto pauta-se numa abordagem centrada nos sujeitos comuns (SHARPE, 1992) – membros das comunidades locais – considerando seu protagonismo enquanto atores de suas histórias. Partindo desses princípios, buscamos como referencial a pesquisa narrativa (LARROSA, 1995; CLANDININ; CONNELLY, 2015), abordagem que tem nos apresentado caminhos teóricos e metodológicos pautados na valorização das narrativas de memórias enquanto importantes fontes para a (re) escrita das histórias das

comunidades locais. Na presente comunicação, buscamos apresentar algumas reflexões advindas das narrativas de memória de três sujeitos, três mulheres e antigas moradoras do bairro São Benedito, localidade marginalizada nas narrativas hegemônicas do presente e silenciada nas narrativas históricas escolares oficiais. Longe de espaço marginal, como são produzidas nas narrativas do presente, e longe de espaço ausente, como podemos notar nas produções narrativas da história de Juiz de Fora, as narrativas de memória das três mulheres, Lilia, Lena e Patida – todas conhecidas no bairro por seus apelidos –, revelam uma polifonia de histórias, que dizem de um bairro plural, cuja história tem sido permeada pela ação de sujeitos múltiplos em suas individualidades e em seus pertencimentos coletivos. Suas narrativas revelam, ainda, as dinâmicas históricas daquela localidade, permeadas por relações de classe, de gênero, por estratégias, bem como por relações de conflito e de alianças. Com base na análise das vozes de Lilia, Lena e Patida, buscaremos apresentar as possibilidades de (re) escrita da história local a partir da valorização das narrativas de memórias dos sujeitos comuns.

Palavras chave: Ensino de História; História Local; Narrativas de Memória; Pesquisa Narrativa

REFERÊNCIAS

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. *Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa*. Uberlândia: EDUFU, 2015.

LARROSA, Jorge et al. *Dejame que te cuente: ensaios sobre narrativa y educación*. Barcelona: Laertes, S.A. de Ediciones, 1995.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira; ZAMBONI, Ernesta. “O estudo do município nas séries iniciais: refletindo sobre as relações entre história local, história do local e a teoria dos círculos concêntricos”. In: ZAMBONI, Ernesta et al. *Memórias e Histórias da Escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2008, p. 173-187.

SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CHARGES NO ENSINO DE HISTÓRIA DA ESCOLA BÁSICA: RECURSO OU FONTE DOCUMENTAL/VISUAL EM LIVROS DIDÁTICOS?

Eixo: Práticas Educativas

Paulo Roberto Franco Ferreira; <paulo.r.18@hotmail.com>;
Graduando na Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.

A presente comunicação tem como objetivo abordar a pesquisa sobre a utilização de charges em três coleções de livros didáticos de História. As coleções selecionadas para análise pertencem do 9º ano de História do Ensino Fundamental Básico e são intituladas “História: nos dias de Hoje” (2015), da Editora Leya, “Projeto Radix” (2013) e “História: Mosaico” (2015), da Editora Scipione. Os capítulos examinados ao longo da pesquisa serão sobre a “Era Vargas”, período compreendido entre os anos 1930 a 1955. A relevância desta pesquisa justifica-se no uso quantificado e qualificado de charges no livro didático de História do Ensino Básico. O uso de charges em aulas do Ensino de História dialoga com as novas abordagens históricas, tornando-se imprescindíveis para um crescimento na educação no país, ajudando o docente na sua prática educativa e tornando atrativo o ensino para o discente. A problemática dessa pesquisa se deve ao questionamento da charge como recurso dentro das coleções de livros didáticos de História, sobretudo na cultura de massas em escolas públicas. Desse modo, evidencia-se que tais coleções são destacadas como obras importantes pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), destinado a avaliação e a disponibilização de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio a prática educativa às escolas públicas de educação básica das redes federal, estadual, municipal e distrital. Assim, é fundamental uma investigação sobre o papel das charges na geração de crítica política e social na área de Ensino de História, especialmente como fonte documental/visual advinda de pesquisas acadêmicas do Ensino Superior; a função do Estado no lançamento de diretrizes dos editais; o contexto dos livros didáticos selecionados; e o conteúdo das charges envolvidas. Portanto, para ajudar a responder essas questões, as referências bibliográficas utilizadas são relacionados a pesquisadores sobre o tema de livros didáticos na Educação, como Yara Alvim (UFJF), Circe Bittencourt (USP/PUC-SP), Kazumi Munakata (PUC-SP) e Margarida Dias Oliveira (UFRN). Bem como historiadores ligados à pesquisa com charges na área de História Política e Social, Rodrigo Patto de Sá Motta (UFMG), Vinícius Aurélio Liebel (UFRJ) e Marcelo

Almeida Silva (UFJF). Portanto, os resultados e as conclusões da análise sobre a utilização de charges nas três coleções de livros didáticos, apontados nessa comunicação, estarão em desenvolvimento no decorrer da pesquisa. Além disso, é essencial apontar que essa análise complementa os estudos sobre charges do Laboratório de História Política e Social (LAHPS), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a dialoga com os trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos para a licenciatura e bacharelado do departamento de História, da UFJF.

Palavras-chave: Educação; Ensino de História; História Política e Social; charges; livro didático.

CINEMA NA PONTA DA LÍNGUA – A ESCOLA QUE A GENTE QUER

PRÁTICAS EDUCATIVAS

Alice Pereira Carlos

alicepcarlos@gmail.com

Clara Aparecida de Almeida Silveira

claracaas@gmail.com

Karina Fagundes

karinamenonfagundes9@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Este trabalho apresenta considerações parciais de um projeto em andamento intitulado “Cinema na ponta da língua – a escola que a gente quer” do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), desenvolvido entre 2018/2019. Por meio desse projeto pretendemos promover a interação dos alunos com a escola, bem como com a comunidade local, visando ao acesso, à permanência e à aprendizagem da língua como elemento transformador. Assim como levá-los à conscientização e à valorização do espaço escolar, através dos estudos de (multi) letramentos no ensino de Língua Portuguesa (ROJO, 2012), os alunos também serão inseridos no universo do cinema como ferramenta para auxiliá-los na compreensão da realidade e, assim, transformá-la. O espaço escolar transparecia uma realidade que distanciava os alunos do ambiente ao todo, não os permitindo atingir um ponto identitário com a comunidade escolar. Portanto, o trabalho sugerido pelo projeto, como a construção de uma horta e o grafite, mantém o objetivo de reorganização e interação dos alunos com a escola. Baseamos nosso trabalho em dois conceitos de pedagogia de Paulo Freire: a pedagogia dos dominantes, cuja educação se articula como prática de dominação, e a pedagogia do oprimido, pautada numa pedagogia libertária, na qual a educação existe como prática da liberdade e amenizadora das desigualdades sociais (FREIRE, 1968). Entendemos, portanto, a importância dos projetos desenvolvidos pelo PIBID, como “força motriz” no desenvolvimento do aluno de expressar e afirmar sua identidade, além de desenvolver nele uma responsabilidade coletiva e de preservação do espaço escolar. Aproximar o espaço escolar da realidade do aluno da escola pública, na maioria afrodescendente, morador de favelas e periferias e de origem popular, é uma forma de educá-lo, bem

como emancipá-lo no que tange ao exercício da sua cidadania. O projeto, ainda em andamento, tem previsão de término no final do ano de 2019. O objetivo final, portanto, é registrar toda a experiência com a comunidade escolar e as transformações do espaço em um curta-documentário. A construção e exibição do curta contribuirão para a conscientização e identificação do aluno como sujeito atuante, através da “construção e reconstrução de imagens, memórias e acontecimentos ao longo da sua trajetória pela escola” (FERRARI, 2012), pois servirá como um suporte para nos ocuparmos de nós mesmos e questionarmos a realidade ao nosso redor, a partir do que o cinema possibilita para nós.

Palavras chaves: Multiletramentos, Língua Portuguesa, Cinema, Valorização escolar.

CLUBE DA COLAGEM: A AFETIVIDADE E A CRIAÇÃO DE UM LUGAR DE TROCA NO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Práticas Educativas

Ana Beatriz Marques Penna, ana.penna@design.ufjf.br - UFJF

Vitor Fernando de Barros Sant'Ana, vitorfernando2011@gmail.com - UFJF

Agência Financiadora: PIBID/CAPES

Resumo

O Clube da Colagem, uma oficina de iniciação artística que trabalhou a colagem como uma linguagem possível, fez parte de uma das ações promovidas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID-Artes) no Instituto Estadual de Educação em Juiz de Fora – MG. Esse relato busca investigar as experiências vivenciadas durante esta oficina, tratando de tentativas, escolha e omissão, teste de metodologias, experimentação acerca da prática docente, mas acima de tudo, sobre a construção de um lugar de troca.

Segundo Manoel de Barros (2010, p.348), “palavra poética tem que chegar ao grau de brinquedo para ser séria”. Assim, desde o princípio, foi essa ideia do brincar como caminho para transformar que orientou nossas escolhas, objetivos e visão. Ansiávamos por um lugar no qual pudéssemos brincar de ser artistas, realizar nossas experiências e construir os significados e trajetórias de nossas produções.

Esse espaço de produção, materializou-se em uma das muitas salas do IEE. Porém, não se forjou pela simples existência geográfica. Precisávamos ocupá-lo, torná-lo vivo, para que permitisse o afloramento de subjetividades e extrapolasse o limite do espaço físico de uma sala de aula.

Katia Canton, em seu livro Espaço e Lugar afirma que esses dois termos não têm o mesmo significado. Enquanto a palavra “espaço” é utilizada genericamente, “lugar” se refere a um espaço particular, familiar, responsável pela construção de nossas raízes e referências no mundo.

Dessa forma, além da construção de um caminho de ação possível e potente ao conectar circuitos que coexistem mas nem sempre se tocam, entendemos que só conseguiríamos transformar aquela realidade e garantir a presença da arte, se a afetividade fosse o elemento central de nossas ações.

Ao longo dos encontros semanais, entre dinâmicas, conversas e exercícios de criação artística, às vezes com artistas convidados, outras apenas com membros do Clube, amadurecemos. Nós enquanto arte-educadores, e eles enquanto experimentadores.

As dificuldades e desafios não foram poucos e também esbarramos nos tão familiarizados problemas de falta de estrutura e materiais. Somado a isso, nossa falta de experiência no ambiente formal de educação acabou levando a situações que tivemos que aprender a contornar.

Quando pedimos para que cada aluno resumisse em poucas palavras o que a oficina significou para si, palavras como surpresa, troca, curiosidade, alegria, criatividade, desafio, interessante, bagunça e tempo, sintetizaram suas experiências.

Para além da escola, participamos como um Coletivo de Arte de uma exposição no Centro Cultural Bernardo Mascarenhas com dois trabalhos: *Eu queria ser lido pelas pedras* e *O artista é erro da natureza*, com colagens produzidas durante as oficinas estampadas em tecido americano cru.

Não sabemos dizer se o lugar que ambicionamos criar foi de fato instituído. Talvez esteja muito bem localizado naquele curto espaço de uma hora por semana que por três meses transformamos e nos transformou.

Palavras-chave: arte-educação, educação não-formal, colagem, afetividade, lugar

Referências Bibliográficas

BARROS, Manoel de. O livro sobre nada. In: Poesia completa. 2010. p. 348.

CANTON, Kátia. Espaço e lugar. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO POR MEIO DO ESPORTE: PROJETO VIVA

VOLEIBOL

Área Temática: PRÁTICAS EDUCATIVAS

Wilian dos Santos Bento¹,

wilianpezin_sjn@hotmail.com

Rogério Bittencourt da Silva²,

rogerioefi2018@yahoo.com

Frederico Souzallima Caldonceli Franco³

frederico.franco@ifsudestemg.edu.br

Instituto Federal de

Educação, Ciência e

Tecnologia do

Sudeste de

Minas Gerais

Campus Rio Pomba

Objetivo

O objetivo deste trabalho é apresentar e propagar os potenciais benefícios de um projeto de extensão voltado para prática de atividades físicas (esporte) para o desenvolvimento de crianças e jovens, tanto no âmbito educacional como para qualidade de vida, sendo o Voleibol o instrumento envolvido nesse processo.

Com o intuito de estimular crianças e jovens a participarem de um projeto de Voleibol, cujo foco principal é melhorar a qualidade de vida dos mesmos, tanto nos aspectos físicos (saúde, qualidade de vida, bom funcionamento do corpo, entre outros) e nos aspectos educacionais (respeito, responsabilidade, trabalho em grupo, entre outros), é a nossa principal meta como educadores. Por meio desse programa, iremos proporcionar momentos que esses jovens possam criar um ambiente de lazer e diversão, além disso, um local onde irão participar de atividades sistematizadas, mas sem se desprender do lúdico, para que possam se desenvolver de forma íntegra. A partir disso, por meio de competições e treinamentos buscamos incentivar nossas crianças e jovens a adotarem um estilo de vida saudável, focando no seu desenvolvimento para adotarem um estilo de vida saudável para toda vida.

Justificativa

O referente trabalho é fruto de um Projeto de Extensão desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio

Pomba, intitulado com o nome de “Viva Voleibol no Campus Rio Pomba”. Localizado na cidade de Rio Pomba - Minas Gerais, a partir do curso de Licenciatura em Educação Física, surgiu a ideia de desenvolver um projeto voltado tanto para os alunos que estudam na instituição, como também para as crianças e jovens da comunidade riopombense.

Além disso, surgiu da necessidade de acrescentar o esporte na vida cotidiana dos alunos do Campus Rio Pomba e de toda a comunidade, visto que, esses jovens apresentam cada vez mais hábitos sedentários.

O esporte é uma ferramenta de grande importância na vida cotidiana de nossa sociedade, sendo assim, o projeto tem como objetivo estimular crianças e jovens para a prática de atividades físicas por meio do voleibol, promovendo a melhora na qualidade de vida e a formação integral dos indivíduos. Nesse sentido, por meio de treinamento sistematizado, o “Projeto Viva Voleibol no Campus Rio Pomba” e “Projeto Viva Vôlei na cidade de Rio Pomba” também objetiva a identificação de talentos para compor as equipes de voleibol e representar o campus e a cidade em competições locais, regionais e estaduais. Além do mais, o projeto ainda possibilita que crianças e jovens identifiquem no voleibol um espaço de inclusão social, melhora na qualidade de vida e bem-estar pessoal. Assim, estimular o prazer pela prática esportiva e de atividades físicas se torna o foco no desenvolvimento do projeto, apresentando o reconhecimento de seu valor para a saúde física e mental.

Dessa forma, buscamos desenvolver atividades que explorem os valores humanos, a coletividade, cooperação e os valores encontrados na prática desportiva, ensinando não apenas o esporte, mas ensinando pelo esporte. Diante disso, e por ser um curso de licenciatura no campus Rio Pomba, o projeto pode complementar a formação do discente envolvido no mesmo, visto que, irá contribuir para formação das crianças e jovens participantes do programa, e conseqüentemente para uma formação ampla do discente, diversificando seu olhar na prática pedagógica.

O problema

Casos como obesidade, depressão, baixa autoestima, entre outros, vem sendo alguns dos principais problemas em nossa sociedade. Devido ao elevado uso de equipamentos eletrônicos como celulares, computadores e tablets, crianças e jovens veem adotando hábitos sedentários para suas vidas, tanto no lado das práticas de atividades físicas, com também na alimentação inadequada. Por meio do esporte, descobrimos uma solução

para quebrarmos um pouco desse dilema. Dessa maneira, por meio do esporte, crianças e jovens podem desfrutar de um momento oportuno de esporte, lazer e cooperação, melhorando sua qualidade de vida, socialização, perseverança, respeito, responsabilidade, entre outros. Além disso, podemos proporcionar que eles adotem estilos de vida mais ativo em sua vida adulta, tendo afinidade por uma modalidade esportiva. Conseqüentemente, adotando estilos de vida mais saudáveis, a tendência é que os papéis sejam invertidos, tendo a maior parte de nossos jovens praticando atividades físicas regularmente e se alimentando adequadamente. O esporte além de ser um meio para melhor o bem estar físico, pode representar uma ferramenta educacional para os participantes, desenvolvendo entre os mesmos o apelo pelo companheirismo e respeito mútuo aos demais integrantes.

A partir do exposto acima, se torna de extrema importância que o país/estado/município façam investimentos em programas de intervenção que possam auxiliar no desenvolvimento desses indivíduos durante esta fase primordial, para adotarem hábitos saudáveis para toda sua vida.

Referencial teórico-metodológico

Segundo Vianna e Lovisolo (2009) o reconhecimento do esporte como via de socialização positiva e inclusão social, se dá pelo crescente número de projetos esportivos voltados para jovens de classes populares. Com o incentivo desses projetos, podemos contribuir para que jovens possam ter o direito de acesso á prática desportiva por meio de algumas modalidades, aprendendo um pouco sobre seus conhecimentos teóricos e práticos, além de poder disseminar essa prática por toda sociedade em que está inserido.

Políticas governamentais e não governamentais que visam á minimização dos diversos problemas sociais enfrentados no mundo atual, estão ganhando cada vez mais espaço (SANCHES; RUBIO, 2011). A partir disso, vemos a importância de intervirmos com programas de atividades físicas voltadas para o desenvolvimento de crianças e jovens, visando tanto parte educacional como a formação social desses indivíduos.

O crescente aumento nos projetos esportivos destinados a classe popular é devido ao reconhecimento do esporte como ferramenta positiva de socialização e inclusão social (VIANNA; LOVISOLO, 2011). Partindo do pressuposto, de que o esporte pode transformar a vida de quem o pratica, a participação efetiva em programas desse tipo pode contribuir significativamente para os envolvidos nesse processo. Assim, a

participação em projetos dessa natureza pode contribuir para melhoria do comportamento, bem como o convívio em grupo e o autoconhecimento.

Passamos por um momento em nossa sociedade onde crianças e jovens precisam entender e compreender a importância e a positividade dos projetos voltados para atividade física, em nosso caso especial, o Voleibol. Para muitos, o esporte pode servir como um meio de inclusão social, onde podem substituir a violência, por uma competição controlada, em que o respeito à vida é um elemento fundamental. Nesse sentido, devemos incorporar estratégias frente à estrutura educacional para uma prática de atividades físicas regulares, mas, principalmente, situações que conduzam a optarem por estilo de vida saudável.

Segundo Sanches e Rubio (2011) toda prática esportiva pode contribuir para uma formação integral do ser humano, não se relacionando apenas ao desempenho físico, mas também exercendo as funções psicológicas (emocionais) e sócias (relacionais).

Sendo assim, a participação em programas esportivos pode proporcionar uma vivência muito além de apenas “esporte”, mas também voltado para o lado da convivência com o outro. Dessa maneira, destacamos a importância do desenvolvimento dessas práticas nos anos iniciais para que crianças e jovens possam estender e beneficiar desse modelo de educação pelo esporte ao longo de toda vida.

A Educação Física possui um currículo abrangente que pode contribuir para uma formação ampla dos alunos que participam de seus projetos. Segundo Soares, Millen Neto e Ferreira (2013) o sucesso dessa disciplina e das diferentes experiências oferecidas pela mesma, é o diferencial para que crianças e jovens participem de projetos envolvendo práticas corporais. Sendo assim, podemos considerar que os projetos voltados para o desenvolvimento desse público é de extrema importância para motivarmos os alunos a adotarem um estilo de vida menos sedentário, contribuindo assim para seu desenvolvimento saudável durante toda sua vida. Por meio do “Projeto Viva Voleibol”, buscamos que os mesmos desenvolvam o apelo pela prática esportiva, contribuindo para uma formação ampla, e ainda, que ele possa disseminar a prática desse esporte para a comunidade que está ao seu entorno. Além disso, poderá constituir o apreço pelo trabalho coletivo e promover participações inclusivas, desenvolvendo autonomia para desenvolver suas próprias atividades físicas.

O comportamento demonstrado pelos professores é algo extremamente importante para motivarmos nossos jovens a participarem de atividades físicas desportivas (SILVA, 2018). Sendo assim, devemos proporcionar para os alunos atividades que motive a

participação ativa nos programas que são oferecidos para os mesmos, atribuindo estratégias motivacionais para que se sintam “atraídos” e cada vez mais entusiasmados. Para que possamos dar sentido ao esporte para as crianças e jovens, precisamos que o mesmo seja contemplado em sua totalidade, sendo necessário abordar os aspectos técnico-tático, histórico cultural e socioeducativo (SILVA, 2018). Precisamos de todos esses elementos para que possamos formar indivíduos que possam compreender o que estão praticando, e qual o real sentido de estarem executando determinadas tarefas durante o processo de aprendizagem.

Conhecer o esporte, em especial o Voleibol, não significa saber apenas executá-lo, mas também saber suas regras, sua história, sua inserção sociopolítica (SANTOS; NISTA-PICCOLO, 2011). Com o objetivo educacional dentro do esporte, o projeto “Viva Voleibol no Campus Rio Pomba”, como também “Viva Vôlei na cidade de Rio Pomba”, tem por finalidade não apenas o ensinamento dos aspectos técnico-táticos da modalidade, mas também mostrar para os participantes todo o contexto que envolve essa prática esportiva. Sendo assim, temos como meta que as crianças e jovens compreendam sobre como, quando, onde e para que, desenvolvemos determinadas atividades. Para além de promover a inclusão social, visamos ainda ensinar valores e ética para os envolvidos no projeto, contribuindo para que possam entender o real sentido das práticas esportivas, não apenas visando o alto rendimento e excluindo os que não sabem fazer, mas sim promovendo a inclusão e a participação de todos.

O Voleibol pode ser uma ferramenta para mudar o hábito desses jovens envolvidos nesse processo de ensino-aprendizagem, tanto nos aspectos físicos quanto educacionais. A partir disso, acreditamos no potencial transformador do esporte na vida desses jovens que participam de projetos com esse fim, onde o objetivo principal é formar pessoas com senso crítico, como também aprender valores por meio da prática desportiva.

Resultados

As equipes de voleibol masculina e feminina do módulo II (categoria formada por jovens de 15 a 17 anos) do Campus Rio Pomba foram campeãs dos Jogos Escolares de Rio Pomba (JERP), disputado em Rio Pomba – MG. Na Fase Microrregional (2ª etapa dos jogos) as equipes masculina e feminina do Campus Rio Pomba ficaram em terceiro e segundo lugar, respectivamente.

Na Fase Regional (3ª etapa dos jogos), ocorrida na cidade de Além Paraíba a equipe do Campus Rio Pomba foi representada pelo vôlei de praia, onde tanto a equipe masculina quanto a feminina foram eliminados na fase de quartas de finais.

Nos Jogos dos Institutos Federais – Fase Local (JIF), a equipe feminina do Campus Rio Pomba ficou com a terceira colocação na competição. A equipe masculina não conseguiu um bom resultado, sendo eliminado na fase inicial da competição, que foi disputado no Campus Rio Pomba. Todos os resultados citados anteriormente são referentes ao ano de 2018.

No ano de 2019, novamente, ambas as equipes conquistaram os Jogos Escolares de Rio Pomba (JERP). Na Fase Microrregional dos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) o masculino ficou novamente na terceira colocação (repetindo o feito do ano de 2018), e o feminino com um desempenho abaixo ficou em último lugar dentre as equipes. O resultado da equipe feminina era esperado, visto que, é um ano de reformulação em que a maioria das alunas/atletas participou dos jogos pela primeira vez. Até o momento da elaboração deste trabalho, as demais competições citadas no ano de 2018 ainda não aconteceram em 2019. A Fase Regional dos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) será no mês de julho, com participação das equipes masculina e feminina no vôlei de praia, e os Jogos dos Institutos Federais – Fase Local (JIF) será no mês de agosto, participando tanto o vôlei de praia quanto o de quadra.

Além da participação em competições regionais, o projeto executa diversas atividades locais com finalidades educativas e, para que todos os alunos possam participar do evento, tanto alunos dos cursos técnicos integrados como alunos dos cursos superiores. Todo ano são realizadas diversas competições internas, como Torneios que envolvem ensino médio e superior, e também o “Torneio Interclasse de Voleibol”, onde todas as turmas do ensino médio montam suas equipes para participarem da competição. No ano de 2019, temos o objetivo de criar um evento que possa reunir todos os alunos dos cursos superiores do campus, o Intercurso. Com o mesmo objetivo do Interclasse, porém integrando estudantes dos cursos de nível superior. Sendo assim, podemos possibilitar uma integração ainda maior de nossos alunos, podendo proporcionar a convivência entre todos os alunos por meio da prática esportiva. Além das competições realizadas no campus, neste ano, iremos incorporar competições na cidade para divulgar ainda mais nosso projeto, como também motivar a participação dos que estão envolvidos no programa.

Neste ano de 2019, mantivemos o “Projeto Viva Voleibol no Campus Rio Pomba”, tendo ainda a continuidade do “Projeto Viva Vôlei na cidade de Rio Pomba”, o qual está sendo executado na cidade e atende a crianças e jovens de nove a quatorze anos. Atualmente o projeto conta com aproximadamente quarenta crianças da comunidade rio-pombense. O projeto visa os mesmo objetivos do que “Viva Voleibol no Campus Rio Pomba”, com o diferencial de atingir crianças e jovens de uma faixa etária inferior aos alunos do Campus. Além de promover e incentivar a prática de atividades físicas, a execução do projeto serve como meio para divulgarmos nossa instituição, e o quanto nossos projetos podem contribuir para transformar nossa sociedade.

Seguindo a mesma metodologia do ano anterior, mas com algumas modificações em virtude de corrigir e/ou modificar algumas situações que julgamos falhas do ano anterior, em 2019 procuraremos desenvolver atividades para integrar cada vez mais os alunos do Campus Rio Pomba, tanto entre eles, como junto à comunidade rio-pombense.

A partir disso, como educadores acreditamos no potencial diferencial do esporte na vida de todas as crianças e jovens que participam dos projetos, pois ocupam seu tempo de maneira produtiva e prazerosa participando de atividades que podem transformar suas vidas, formando os indivíduos de forma integral. Assim, buscamos incorporara á cada ano mais crianças e jovens ao nosso projeto.

Conclusão

Assim como o desenvolvimento de habilidades específicas da modalidade, visamos sempre o desenvolvimento dos participantes como indivíduos capazes de modificar o ambiente em que está inserido, bem como o de desenvolver a capacidade de cooperação e o compartilhamento de valores adquiridos a partir da prática esportiva. Além de estimular os alunos á prática, devemos sempre promover estratégias adequadas para que os mesmos mantenham frequência no projeto, e não ocorra abandono do mesmo, visto que, muitos jovens desistem da participação nesses projetos por vários motivos. Assim, encontramos no Voleibol uma maneira de contribuir de alguma forma para o desenvolvimento dos indivíduos envolvidos em nossos projetos, proporcionando atividades sistematizadas e lúdicas, e motivando os mesmos ao não abandono do programa.

Considerando que a prática esportiva promove importantes benefícios à saúde física, mental e social dos indivíduos, a execução do projeto “Viva Voleibol no Campus Rio

Pomba” e “Viva Vôlei na cidade de Rio Pomba” mostram alcançar seus objetivos junto à comunidade escolar do campus e rio-pombense. Assim, conseguimos identificar o potencial transformador que o esporte pode beneficiar para os seus praticantes, formando os indivíduos em sua totalidade.

Palavras-chave: crianças e jovens; inclusão; projeto; rio pomba; voleibol

Referências

GUEDES, Dartagnan Pinto. EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE MEDIANTE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR. **Motriz**, São Paulo, v. 5, n. 1, p.1-5, jun. 1999.

SANCHES, Simone Meyer; RUBIO, Kátia. A prática esportiva como ferramenta educacional: trabalhando valores e a resiliência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p.825-842, dez. 2011.

SANTOS, Marco Aurélio Gonçalves Nóbrega dos; NISTA-PICCOLO, Vilma Lení. O esporte e o ensino médio: a visão dos professores de educação física da rede pública. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 25, n. 1, p.65-78, mar. 2011.

SILVA, Lucas Correia da. **PROJETO SOCIAL: UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA ACERCA DAS POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO DO VOLEIBOL**. 2018. 54 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Educação Física, Departamento de Educação Física, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018. Cap. 54.

SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; MILLEN NETO, Alvaro Rego; FERREIRA, Alexandre da Costa. A PEDAGOGIA DO ESPORTE NA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA EFICAZ. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 35, n. 2, p.297-310, jun. 2013.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010. 163 p.

VIANNA, José Antonio; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 25, n. 2, p.285-296, jun. 2011.

VIANNA, José Antonio; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Projetos de inclusão social através do esporte: notas sobre a avaliação. **Movimento**, Rio Grande do Sul, v. 15, n. 3, p.145-162, jul. 2009.

EDUCAÇÃO E TRABALHO, UM DIA DE VIVÊNCIAS COM ALUNOS DO CURSO NORMAL

PRÁTICAS EDUCATIVAS

Lucimeri Mauricio Ribeiro, lucimeri.mauricio@hotmail.com
Ivonete Alves da Silva, nettealves@yahoo.com.br
e Jonatan Rocha Gomes, jonatanrg11@gamil.com

Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, *campus* Rio Pomba
MESTRADO PROFISSIONAL EDUCAÇÃO

O objetivo do projeto de intervenção, foi despertar um pensar acerca da educação emancipadora e proporcionar uma vivência de atividades teórico/lúdicas. O problema norteador consiste em saber se os jovens do Ensino Médio compreendem o sentido do trabalho. Justifica-se pela necessidade de trazer a discussão sobre o trabalho como princípio educativo para o campo educacional, para que nossos jovens tomem consciência e se questionem dos papéis que estamos assumindo diante do mundo do trabalho, e como lutar contra o desemprego, sem aceitar subempregos. Os principais referenciais teóricos foram: Mattar e Nesteriuk, 2016. Magalhães e Pontes, 2002. Moita, 1992, Frigotto; Ciavata; Ramos, 2005. Saber onde cada um de nós, responsáveis pela intervenção trabalhava, foi o início dos caminhos metodológicos percorridos, para a decisão do local e do público que seria alvo de nossas ações. A escolha resultou no curso de Pedagogia em Valença-RJ, que receberia a visita de 35 estudantes do Ensino Médio -Normal, que forma professores para a primeira etapa da Educação Básica. Esta visita foi planejada e organizada dentro das intencionalidades do projeto de intervenção pela professora participante de nossa equipe. No dia da intervenção, estaria presente também, o grupo de monitoras do curso de Pedagogia. Dessa forma, o grupo de estudantes do Ensino Médio conheceriam um novo espaço, o do Ensino Superior e, o encontro entre estudantes, para uma troca de conhecimentos e aproximação das duas realidades. A intervenção teve a duração de 3 horas, com as seguintes ações: recepção e café, palestra com o tema: “Educação e trabalho, qual o significado na sua vida?” junto com a apresentação do trailer do documentário: Nunca me Sonharam de Cacau Rodhen, atividades com jogos de tabuleiro mais brincadeiras corporais e encerramento. Verificamos durante a intervenção, o quanto esses jovens que participaram estão carentes de atenção, de escuta, de

pertencimento aos seus lugares no mundo, de reconhecimento enquanto cidadãos, que não compreendem exatamente a dimensão de sua escolha profissional e os caminhos que poderão percorrer. Somente um deles disse claramente que deseja continuar seus estudos em nível superior, outros não sabem se poderão, ou ainda não pararam para pensar. Gostaram de conhecer e estar em uma faculdade, sentiram-se valorizados pelo convite. Verificamos ainda, que em sua maioria nosso público alvo era de negros, fortalecendo as estatísticas de que os que se inserem no Curso Normal, são as minorias, provenientes de classes sociais com baixo poder aquisitivo, vindo muitas vezes nesta modalidade de Curso de Nível Médio, a alternativa de ter pelo menos uma profissão e, logo poder trabalhar. Nossa discussão central girou em torno do trabalho e das perspectivas futuras dos jovens do ensino médio da classe popular. Esperamos ser agentes transformadores de nossas vidas, de nossos espaços e escrever novas histórias.

Palavras-chave: Mundo do trabalho. Juventude. Perspectivas de futuro.

Referências

- FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., RAMOS, M.. *O Trabalho Como Princípio Educativo No Projeto De Educação Integral De Trabalhadores*- Excertos. Disponível em http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392215839_O%20TRABALHO%20COMO%20PRINC%3%8DPIO%20EDUCATIVO%20NO%20PROJETO.pdf. Acesso em 25/10/1017
- MOITA, M. da C. Percursos de formação e de trans-formação. In: NÓVOA, A. (Org.). *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1992.
- RHODEM, Cacau, NUNCA ME SONHARAM. Diretor: Cacau Rhodem, Produção Marinha Farinha. Disponível em<<http://www.videocamp.com/pt/movies/nuncamesonharam>> Acesso em 10/10/2017
- SAMPIER, R. H. COLLADO, C. F.. LUCIO, M. P. . **Metodología de la investigación** Tradução: Daisy Vaz de Mor. Penso Editora Ltda, GRUPO A EDUCAÇÃO S.A. 5ª Edição. Disponível em<[https://online.vitalsource.com/#/books/9788565848367/cfi/507!/4/4@0.00:45.0](https://online.vitalsource.com/#/books/9788565848367/cfi/507!/4/4@0.00:45.0>p.508)> p.508>Acesso em 20/10/2017.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA À LUZ DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL: APONTAMENTOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Área temática: Práticas Educativas

Autora: Raquel Almeida Moreira

E-mail: moreira-raquel@hotmail.com

Instituição de origem: Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: O artigo apresenta o desenvolvimento de um projeto de intervenção, no âmbito da Educação Inclusiva, desenvolvido com uma turma de 5º Ano do Ensino Fundamental, em uma escola da Rede Municipal de Juiz de Fora, em 2019. Procedemos à uma abordagem interseccional da noção de Educação Inclusiva, para tanto analisando os marcadores sociais que influenciam a trajetória dos indivíduos não de maneira isolada e desconexa, mas em suas inter-relações, estimulando reflexões acerca dos diferentes impactos que estes exercem sobre as/os discentes e conseqüentemente sobre o processo de inclusão escolar. Objetivou-se promover sob uma abordagem de viés interseccional, a conscientização da comunidade escolar quanto a noção de Educação Inclusiva, para além de estritamente associada à questão da deficiência, percebida portanto como uma perspectiva de valorização da diversidade social como um todo, de humanização e democratização do ensino, promovendo o pleno desenvolvimento das potencialidades de todos os indivíduos, independente de seus marcadores sociais. Sob a percepção de que a perspectiva da Inclusão enseja diversas possibilidades de democratização do ensino, mediante a ressignificação do olhar para a diferença e valorização da diversidade social, bem como que ainda há certo desconhecimento e permanência de concepções errôneas sobre a própria noção de Educação Inclusiva e/ou sobre certos grupos sociais no âmbito escolar; objetivamos com esta intervenção abordar a temática de maneira acessível as/aos estudantes, de modo a promover uma maior conscientização quanto a amplitude e contribuições de tal perspectiva. Frente à constatação de relativa escassez de pesquisas que abordam a questão da deficiência em sua intersecção com outros marcadores sociais, objetivamos ainda atentar para as possíveis contribuições da abordagem interseccional do tema. Nos amparamos em autoras/es que evidenciam a noção de Educação Inclusiva para além de estritamente associada à deficiência, como Bueno, Mantoan, Deimiling; Moscardini e Potvin, dentre outras/os. Recorremos à Alencar para abordar a questão da superdotação e altas habilidades, à Perpétuo para a análise do conceito de interseccionalidade, bem como a Farias e suas densas contribuições para uma abordagem interseccional da deficiência. A intervenção

consolidou-se após vasta pesquisa bibliográfica sobre a literatura pertinente, bem como mediante a observação não-participante e avaliação diagnóstica do perfil da turma na qual seria realizada. Ao analisar a intervenção, que no intuito de ser dinâmica, lúdica e aprazível as/aos discentes desenvolveu-se nos moldes de roda de conversa e contou desenhos, músicas, contação de história, dentre outras dinâmicas; foi possível observar que as/os alunas/os participaram ativamente e esboçaram reflexões aprofundadas sobre suas próprias experiências escolares, tanto sobre suas vivências pessoais, quanto sobre o impacto de suas atitudes em relação à inclusão dos demais.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Interseccionalidade. Intervenção Pedagógica. Ensino Democrático.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS EM FAVOR DA CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REPERTÓRIO LEXICAL

Práticas Educativas

Bianca de Souza Carrara - bii.carrara@gmail.com (PROFLETRAS - UFJF)
Natália Sathler Sigiliano - natalia.sigiliano@ufjf.edu.br (PROFLETRAS - UFJF)

O presente trabalho apresenta um recorte de uma intervenção pedagógica em sala de aula de língua portuguesa que está sendo desenvolvida no âmbito do mestrado profissional em Letras da UFJF. Tendo verificado o comportamento passivo de alunos de uma turma de 7º ano na interação com novas palavras dos textos, principalmente, durante as práticas de leitura realizadas em sala de aula, este trabalho tem como objetivo apresentar parte das práticas educacionais que estão sendo aplicadas a fim de possibilitar aos alunos a ampliação de repertório lexical. Em fase diagnóstica sobre o perfil da turma, verificou-se que no momento da leitura dos textos, quando os alunos se deparavam com novos vocábulos, demonstravam dificuldades para inferir sentidos a eles. Assim, foi possível notar que, nessas situações, os estudantes não elaboravam hipóteses sobre os possíveis significados de palavras desconhecidas e não faziam uso do dicionário. Ou seja, tal comportamento prejudicava, inclusive, uma melhor compreensão sobre o texto, e por isso, a aplicação de uma intervenção nesse sentido era necessária. Desse modo, para conduzir as práticas de ampliação e reflexão sobre o léxico, foram eleitas como recorte os temas morte e vida, assuntos provenientes da própria realidade escolar. Para a realização dessas práticas, ancora-se em teorias de Análise Linguística (MENDONÇA, 2006), de gêneros textuais (DOLZ & SCHNEUWLY, 2004; MARCUSCHI, 2008), do uso do dicionário como ferramenta educacional em sala de aula (CARVALHO & BAGNO, 2011) e na aplicação de mapas conceituais como técnica de aprendizagem significativa (AUSUBEL, 1980). Portanto, espera-se que, com a aplicação de práticas interventivas e contextualizadas em sala de aula, vinculadas à leitura, compreensão de textos, ao uso do dicionário e à elaboração de mapas conceituais, os estudantes tenham a oportunidade de construir e ampliar seus conhecimentos linguísticos, sendo capazes de atribuir sentidos a novas palavras na interação com textos. Além disso, intenta-se que a abertura à discussão e reflexão sobre os temas morte e vida no ambiente escolar possa contribuir para um trabalho de prevenção e combate ao suicídio, auxiliando os jovens a adoção de uma perspectiva de valorização à vida.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa. Ampliação lexical. Uso do dicionário. Análise Linguística.

**ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO EM CONTATO COM A NATUREZA:
ECOPSICOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Área temática: Práticas Educativas

José Francisco Fernandes Júnior

fernandes.junior@ufjf.edu.br

Psicólogo do Núcleo de Apoio Escolar do Colégio de Aplicação João XXIII / UFJF

Raquel Martins Melo Pinheiro Aquino de Oliveira

leukkar@ig.com.br

Professora de Língua Portuguesa do Colégio de Aplicação João XXIII / UFJF

Objetivo: Oportunizar ao público experiências de contato com a natureza. Apresentar áreas verdes urbanas destinadas ao convívio social e familiar. Desenvolver hábitos saudáveis, qualidade de vida e saúde mental. Oferecer experiências educativas e transformadoras para além do espaço escolar.

Justificativa: Engloba a necessidade de realizar ações no campo da saúde mental com estudantes do ensino médio, por meio de trilhas na natureza, para redução de estresse e ansiedade, articulado à necessidade de trabalhar ações de educação ambiental e de reaproximação do ser humano com a natureza, dentro de pressupostos teóricos da ecopsicologia.

Problema: Existe relação entre atividades com estudantes na natureza, saúde mental e educação ambiental?

Referencial teórico-metodologia: “Contatos com a natureza” é um projeto que propõe a reaproximação dos estudantes com a natureza e que ocorre durante uma semana a cada

trimestre escolar, dentro das chamadas Ágoras. As ações se desdobram por três etapas: momento teórico, trilha e reflexão. Na **primeira**, há um relato dos coordenadores (o psicólogo, praticante de trekking e hiking; a professora de língua portuguesa, praticante de ultramaratonas e trekking), onde eles apresentam suas experiências na natureza. Em seguida, há intervenções sobre questões relacionadas a meio ambiente e a noções de ecopsicologia. Na **segunda**, grupos de 15 a 20 estudantes realizam trilhas em áreas verdes (Parque da Lajinha, Morro do Cristo, Aroeira na BR 040). Ao final, há uma roda de conversa para compartilhar a experiência e os sentimentos envolvidos. Na **terceira**, a partir de um questionário, eles são estimulados a escrever sobre sua avaliação, com críticas, sugestões, aprendizados, pontos positivos.

Resultados: (1) desenvolvimento de maior consciência ecológica e maior sensibilidade crítica para temas como a importância das áreas verdes, os serviços ambientais e ecológicos das unidades de conservação; (2) despertar para a busca por espaços verdes no ambiente urbano como possibilidade para sociabilidade e lazer; (3) melhora nos níveis de saúde mental do público que realizou a atividade, com relatos de sensação de paz, relaxamento, redução das preocupações, da ansiedade e do estresse; (4) despertar para a mudança de hábitos e para a melhora na condição física, com questionamento sobre a vida urbana e o sedentarismo; (5) reconhecimento de que a trilha é como uma metáfora para a vida, com seus desafios e sua busca por vencer limites e barreiras;

Conclusões: Através do projeto, percebemos diferentes benefícios para a comunidade escolar, com um crescente interesse em relação a atividades na natureza, que gerou grande procura pelo projeto, com relatos de efeitos positivos nos estudantes e com inclusão da proposta em práticas escolares mais amplas, como os Projetos Coletivos de Trabalho e a inclusão da realização de trilhas às atividades que ofertadas aos estudantes intercambistas dinamarqueses.

Palavras chave: ecopsicologia; educação ambiental; ensino médio; natureza; saúde mental.

HORTA ESCOLAR: CULTIVO DE PLANTAS MEDICINAIS COM COMPOSTAGEM

Leonardo Ramos QUELLIS¹
Lucas Nascimento MENEZES¹
Nicole Ferreira NETTO¹
Pedro Henrique Filgueiras
LINDOLFO¹
modalidade Comunicação Oral

RESUMO

Consideramos que a formação integral do ser humano deve ser potencializada no ambiente escolar. Assim, trabalhar a questão ambiental no ambiente escolar é uma iniciativa ímpar para formando de cidadãos conscientes e comprometidos com as principais preocupações da sociedade. O consumo excessivo traz como consequência uma alta produção de lixo, o qual, na maioria das vezes, não tem tido destinação correta, contribuindo para o aumento dos efeitos negativos para o meio ambiente. Nesse sentido, o objetivo principal deste projeto foi estimular a criação de uma horta com plantas medicinais utilizando o lixo orgânico produzido em uma escola pública estadual. O trabalho foi desenvolvido no âmbito do programa Territórios de Iniciação Científica (TICs) da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. A pesquisa inicial foi feita por meio de um questionário elaborado para analisar o uso de plantas medicinais e a forma de destinação do lixo pela comunidade escolar (pais, alunos, professores e servidores). Como resultado observou-se que 63,3% dos entrevistados fazem uso de algum tipo de planta medicinal e que 71,7% não buscam alternativas para destinação do lixo. A partir desse resultado, buscou-se analisar a produção de lixo orgânico na escola. A pesagem desse lixo chamou a atenção dos alunos que na estimativa anual poderia chegar a aproximadamente 3 toneladas. A partir dessa constatação, o lixo quantificado de cada turno passou a ser direcionado para a produção de adubo em composteira, o qual foi usado para o plantio das plantas medicinais selecionadas a partir das mais indicadas no questionário. Nesse contexto, os alunos tiveram a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e escrita acadêmica, além de participar de eventos e palestras voltados para educação científica e ambiental. Conclui-se que o projeto possibilitou integrar práticas de iniciação científica e de educação ambiental, ao levar a escola a repensar sobre as formas de reutilizar o lixo orgânico. Além disso, consideramos de extrema relevância destacar a necessidade de continuação de projetos dessa natureza, que levem a escola básica a estabelecer uma cultura investigativa entre seus alunos e que possibilite uma articulação mais dinâmica e efetiva com a aprendizagem dos conteúdos escolares.

Palavras-chave: Horta escolar, Compostagem, Plantas medicinais, Educação ambiental.

¹ Estadual Antônio Carlos. Av. Cel. Vidal, 180 - Mariano Procópio, Juiz de Fora - MG, 36080-080. Contato: escola.68420@educacao.mg.gov.br.

HORTA NA ESCOLA: UM ESPAÇO PARA APRENDER E CONVIVER

Área temática: Práticas educativas

Ana Maria do Carmo: anadcarmo@yahoo.com.br/ Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

Leandro José de Oliveira Delgado: leandrodelgadopt@gmail.com/ Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

Este trabalho foi realizado na Escola Municipal Rocha Pombo, localizada no Bairro Amazônia na região norte de Juiz de Fora com o objetivo principal de usar a horta como um espaço para aprender e conviver. E ainda, proporcionar as crianças a oportunidade de lidar com a terra, conhecer a variedade de vegetais que podem ser cultivados em uma horta e perceber a importância de uma alimentação saudável.

Há algum tempo o meio ambiente vem sofrendo grandes impactos, principalmente pela ação do homem. Assumindo nosso lugar enquanto escola, professores(as) e cidadãos(ãs) preocupados com o meio ambiente e buscamos incentivar e formar homens e mulheres que vejam na prática do cultivo de hortaliças e demais plantas um caminho que contribui para a construção de um mundo melhor.

Entendemos que é nosso papel buscar desenvolver e fomentar o comprometimento das crianças que participam deste projeto com o cuidado com o meio ambiente. Daí, a importância de desenvolver e criar práticas, atitudes, responsabilidades positivas em relação à manutenção do equilíbrio ecológico. Neste sentido, cultivo de hortaliças em ambientes escolares pode ser um valioso instrumento educativo. O contato com a terra no preparo dos canteiros e a descoberta de inúmeras formas de vida que ali existem e convivem, o encanto com as sementes que brotam como mágica, a prática diária do cuidado – regar, transplantar, tirar matinhos, espantar formigas com o uso da borra de café ou plantio de coentro, o exercício da paciência e perseverança até que a natureza nos brinde com a transformação de pequenas sementes em verduras e legumes viçosos e coloridos. Estas vivências podem transformar pequenos espaços da escola em cantos de muito encanto e aprendizado para todas as idades.

Além disso, as Hortas Escolares têm como missão a criação, coletiva de “espaços de prática pedagógica, desenvolvendo e fortalecendo processos de ensino e aprendizagem inovadores, sensibilizantes e promotores da cidadania ambiental”. As crianças envolvidas neste projeto receberam orientações teóricas e práticas sobre produção de hortaliças, manejo adequado do solo, adubação, irrigação, plantas invasoras, controle de pragas, dimensões adequadas dos canteiros conforme a espécie, técnicas de aeração do solo,

manuseio de ferramentas, entre outros. Esses alunos participaram de todas as etapas de desenvolvimento dos vegetais, desde o plantio, cuidado, colheita e a degustação na merenda escolar. Ao longo de todo o trabalho foi possível perceber uma mudança de postura das crianças em relação ao cuidado do meio ambiente e da horta, uma maior disposição em consumir os vegetais cultivados na horta e uma conscientização em relação à saúde e alimentação.

Assim, pode se perceber que a horta no ambiente escolar realmente se constitui um rico e importante instrumento no processo de ensino/aprendizagem favorecendo a troca de experiência e consolidando o saber de forma mais prazerosa e prática.

INFÂNCIA, FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

PRÁTICAS EDUCATIVAS

Bianca Silva Martins Universidade Católica de Petrópolis

biancaa.martins@hotmail.com

Vanessa Serafim da Silva Universidade Católica de Petrópolis nessass9@hotmail.com

As crianças possuem uma capacidade própria para filosofar que, ao longo dos anos, geralmente é podada. A capacidade de espanto, a que Aristóteles denominava *thauma*, capacidade de fazer questionamentos, pois não se têm muita clareza das regras, valores e comportamentos pré-estabelecidos pela sociedade nesta faixa etária. A infância propicia uma investigação de ideias e pensamentos originais, ao invés de meras reproduções, e esses questionamentos são característicos do próprio filosofar.

O encontro inicial com o programa de filosofia para crianças de Matthew Lipman, um dos motivadores iniciais desta pesquisa, foi de encontro a um anseio preexistente e uma inquietação que surgiu a partir da percepção da necessidade de uma educação infantil que não apenas responda e ensine a responder, mas também propicie o questionar, ao invés de abafar este aspecto tão caro e próprio do ser criança.

Esta pesquisa, na qual este texto se insere, busca primeiramente elucidar alguns conceitos de infância, entendida não somente como período curto de tempo pelo qual todos já passamos, mas como condição habitável por todos nós (KOHAM, 2015), para então se relacionar com o conceito de filosofia, e desenvolver o porquê de estarem tão intrinsecamente conectadas: pois as duas são pura possibilidade. Compreender as diversas relações contidas entre estes conceitos, e o porquê de serem tão próximos, é o nosso intuito.

Nesta pesquisa partimos do diálogo como método, os alunos juntamente com a professora sentam-se em roda, para que juntos se tornem uma comunidade de investigação aonde a opinião de todos importa igualmente. A postura do leitor guia é a de alguém que está atento ao que cada estudante fala e expressa das mais variadas formas. São selecionadas e contadas sempre histórias de cunho reflexivo, filosófico, que partem do interesse e muitas vezes escolha dos próprios alunos.

Após as leituras os alunos no início eram questionados sobre a apreensão que tiveram das histórias, davam opiniões. No segundo momento, os questionamentos partem deles mesmos, uns para os outros. A filosofia nesta pesquisa não é apreendida como uma série de conteúdos, mas como possibilidade de pensamento, entendendo que a filosofia pode desencadear uma relação diferente com o conhecimento, quando realizada no sentido de experiência do pensar, por meio do filosofar, e a metodologia proposta é a de observação participante, uma aproximação com pesquisa-ação e com a etnografia.

A práxis deste projeto que se dá nas rodas de contação de histórias realizadas na biblioteca do Colégio Vicentino Santa Isabel, e neste primeiro semestre de pesquisa os resultados percebidos foram satisfatórios: alunos mais interessados em leitura, além de maior participação nas aulas, um desenvolvimento atenuado da capacidade de expressão e questionamento, contudo, busco alcançar o que já venho observando nas aulas: a surpresa, o imprevisível, as percepções espontâneas e curiosas, que surgem a partir da visão de mundo das crianças.

filosofia, infância, roda de leitura

Leituras literárias e algumas possíveis mediações

Modalidade: Comunicação oral

Área temática: Práticas Educativas

Denise Mendonça Barbosa

Pedagoga pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora da rede municipal de ensino de Juiz de Fora

E-mail: denisemb2009@gmail.com Tel: (32)99809-9615

Resumo

Este texto apresenta um relato de experiência de uma prática de leitura realizada com alunos que participam do projeto de jornada ampliada em uma escola municipal de Juiz de Fora. Os alunos que participam deste projeto frequentam a escola no contraturno. Eles são divididos em grupos de 20 crianças em cada. Elas participam de várias oficinas: teatro, dança, xadrez, oficina de aprendizagem entre outras. Esse trabalho foi desenvolvido durante a oficina de aprendizagem com o objetivo de proporcionar aos alunos uma vivência de leitura sobre Monteiro Lobato. E contribuir para o desenvolvimento do letramento literário através de mediações escolares de leituras que visam atendê-los no seu processo de formação de leitores. Considerando ainda que a leitura sendo uma prática cultural que amplia as possibilidades dos sujeitos exercerem sua cidadania letrada, formar leitores se constitui uma tarefa central da escola. Com o intuito de promover este encontro entre a literatura e os alunos que propus este trabalho com algumas das obras de Lobato. Escolhi alguns livros do autor para serem lidos com as crianças, foram eles: caçadas de Pedrinho, Casamento de Emília, Aritmética de Emília, As aventuras de Hércules e Pedrinho e o Saci. A partir da leitura propus aos alunos que escolhessem uma das histórias para ser reescrita por eles. Realizamos uma votação e cada grupo escolheu a sua história que foi recontada oralmente pela turma e reescrita tendo a professora como escriba. Os alunos realizaram uma leitura para as turmas da educação infantil, 1º e 2º anos que não participam do projeto Jornada Ampliada. Como fundamentação teórica desse relato, adotei os pressupostos dos estudos realizados por PAULINO (2008), SOARES (2006), COSSON (2014) e PAIVA e RODRIGUES (2009) fundamentam as reflexões acerca do letramento literário, das especificidades da leitura literária, da adequada escolarização da literatura e das mediações. Tais estudos revelam que o letramento literário é uma instância fundamental para a inserção dos sujeitos no mundo da leitura e da escrita, o qual se efetiva quando acontece o relacionamento entre um objeto material, o livro, e o universo ficcional, expresso por meio de gêneros literários. Além disso, a realização deste projeto oportunizou aos alunos conhecerem a biografia de Monteiro Lobato e algumas de suas obras, de expandir a capacidade criadora de cada um, alargando, assim, o universo literário das turmas. Ao longo do desenvolvimento deste projeto foram realizadas várias mediações de leituras.

Palavras-chave: Livro. Leitura literária. Formação do leitor literário

LINGUISTICA COGNITIVA
RELATANDO EXPERIÊNCIAS DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM SALA DE
AULA

ÁREA TEMÁTICA: PRÁTICAS EDUCATIVAS

Dedilene Alves de Jesus
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
dedilene@yahoo.com.br

Luciana Aparecida de Assis Ferreira Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
lucianaassisferreira10@gmail.com

Luciana de Fátima da Silva Lana Machado
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
lucianalanamachado@hotmail.com

Tatiane de Paula Paulino
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
tatianep.paulino@gmail.com

Este trabalho é o recorte de um projeto de pesquisa maior titulado “A Linguística Cognitiva em sala de aula: práticas pedagógicas de leitura, escuta, fala e escrita”, desenvolvida pelo Grupo de Estudos sobre Ensino, Linguagens e Cognição (GELINC). Tem como objetivo relatar experiências de práticas pedagógicas aplicadas a alunos do 5º ano de escolaridade de uma escola da rede estadual de ensino na cidade de Barbacena/MG. Através de uma abordagem metodológica de pesquisa-ação, foram coletadas informações no decorrer de aulas observadas e registradas em diário de campo, cuja análise e categorização apontaram para um déficit entre os alunos em compreender textos escritos. Considerando o nível de competência em leitura e escrita desses alunos e sua capacidade de interagir linguisticamente em situações de comunicação, foram então preparados materiais didáticos para aplicação de atividades de leitura, escrita, oralidade e escuta, baseadas no gênero textual Letra de Música, especificamente o Hip-Hop, a fim de sugerir formas de trabalhar a interpretação de texto relacionadas a determinados objetivos de leitura, previamente estabelecidos (KLEIMAN, 1995). O gênero textual Letra de Música pode promover o

desenvolvimento da compreensão e produção de texto, possibilitando explorar a questão estrutural que o compõe, como a organização das estrofes, versos, métrica, rima, sonoridade, figuras de linguagem. Além disso, pode favorecer o despertar de emoções e expressões nos mais diversos aspectos permitindo uma relação entre a Letra da música com experiências pessoais, propondo reflexão crítica diante de situações cotidianas. Conforme mencionado na Base Nacional Comum Curricular, Eixo de Língua Portuguesa, é possível criar condições para a aprendizagem de algumas habilidades expostas no tratamento da prática leitora que diz respeito à “reconstrução e reflexão sobre as condições de produção de textos pertencentes a diferentes gêneros e que circulam nas diferentes mídias” (Brasil –BNCC, 2017, p. 70). Prossegue reiterando que “Fazer apreciações e valorações estéticas, éticas, políticas e ideológicas, dentre outras, envolvidas na leitura crítica de textos verbais e de outras produções culturais.” (*idem*). Resultados apontaram que ocorrem interações produtivas e improdutivas nas relações de comunicação entre professor e aluno, o que dificulta a construção conceitual do aprendizado; porém, também apontaram que o planejamento de atividades que contemplem as áreas de interesse dos alunos pode aumentar a interação produtiva. Percebe-se que existe a necessidade de se explorar novas abordagens no que tange à interpretação e compreensão de textos a fim de motivar os alunos a descobrirem sua capacidade de leitura e escrita, desenvolvendo um leitor maduro e autônomo. Para além disso, há a questão de investimento na formação e capacitação de professores, que são o elemento principal mediador no processo de aprender.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Cognitiva. Leitura. Interpretação. Material Didático. Formação de Professores.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC versão final. Brasília, DF, 2017.

KLEIMAN, A. B. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. Campinas: Pontes, 1995.

**METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
MUDAR PARA TRANSFORMAR**
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Marcele Nascimento de Souza, marcelesouza222@gmail.com, CESVA/FAA
Bruna Patrício da Silva Medeiros, brunapaty17@gmail.com, CESVA/FAA
Lucimeri Mauricio Ribeiro, lucimeri.mauricio@hotmail.com, UNIFAA, IFSMG
campus Rio Pomba

No Brasil, os problemas educacionais, têm características próprias diante de tantas desigualdades sociais. Temos a educação formal, não formal e informal, com isso estamos envoltos em educação a todo momento. Assim sendo, torna-se relevante repensar a todo instante o papel da educação, e aqui em particular, o papel das instituições escolares e as práticas metodológicas adotadas por elas, considerando a globalização com avanços tecnológicos e informações. Dentro da educação formal, queremos dar destaque à educação de jovens e adultos, conhecida como EJA. Ainda que ela possa ser uma opção escolar para jovens e adultos que não estão dentro da faixa etária para a educação regular, nasce de desigualdades sociais. Diante do exposto torna-se imprescindível disseminar ideais que valorizem as diferenças culturais, fazendo com que os educadores incorporem no decorrer do plano de trabalho pedagógico uma prática reflexiva e personalizada que contemplem as necessidades dos educandos, buscando minimizar as desigualdades. E isso se torna ainda mais significativo para os sujeitos da EJA, por isso nossa pergunta de partida é saber se as metodologias aplicadas ao ensino e aprendizagem da EJA acompanharam as transformações que vivenciamos em outros contextos fora da escola. Verificamos que as Metodologias de Ensino e Aprendizagem, são atualmente usadas por muitos educadores nos processos educativos, com o educando protagonista do seu aprendizado, através de práticas dinâmicas, com interação, debates, trabalhos em grupos, resoluções de problemas, entre outros e o professor mediador desse processo. Nesse ínterim, os objetivos desse projeto são: pesquisar metodologias ativas, debater a pertinência do seu emprego nos processos pedagógicos direcionados a educação de jovens e adultos. Buscar em artigos científicos quais as metodologias empregadas na EJA. Entender o protagonismo do educando no processo ensino e aprendizagem enquanto construtor do próprio conhecimento através da mediação do educador.

A metodologia do trabalho é de caráter qualitativo. E o método adotado na pesquisa será de cunho bibliográfico, através de livros e trabalhos acadêmicos, também documental, com a intencionalidade de fundamentar a problemática proposta. Sendo assim, nos apoiaremos em alguns autores, como por exemplo, Paulo Freire (1987), Moacir Gadotti (2010), José Moran (2017). Esperamos que os resultados encontrados na pesquisa em andamento, possa incentivar a busca por métodos e procedimentos ativos, promovendo iniciativas que atendam às necessidades dos educandos impostas pela sociedade capitalista, porém na perspectiva de libertação e resistência, fortalecendo a inclusão no meio social e amenização das taxas de analfabetismo e evasão escolar entre o público da EJA.

Palavras-chave: Metodologias de ensino e aprendizagem. Educação de Jovens e adultos. Desigualdades sociais. Liberdade e pensamento crítico.

Referências:

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. São Paulo: Penso, 2017

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

**MITOLOGIA AFRICANA NA SALA DE AULA:
AMPLIAÇÃO DO REPERTÓRIO DE PRÁTICAS LETRADAS E
DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA METALINGUÍSTICA**

Área temática: Práticas educativas

Alyne Alves Vieira

Orientadora: Prof^a Dr^a Neusa Salim Miranda

alyvieira@yahoo.com.br

PROFLETRAS/UFJF

Agência de fomento: CAPES

RESUMO

Este trabalho define-se como um Estudo de Caso (YIN, 2001) e é parte de um projeto de pesquisa de natureza participativa e interventiva, Pesquisa-ação (MORIN, 2004; THIOLENT, 2011), desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora – PROFLETRAS/UFJF. Apresenta como objetivo promover a educação linguística, de modo plural, considerando o cenário da pós-modernidade, em consonância com a construção de um Ambiente de aprendizagem fundamentado nas categorias Protagonismo discente (COSTA E VIEIRA, 2006), Autoria e Autoridade docentes (AQUINO, 1998; SOARES, 2001; PRAIRAT, 2011 apud TEIXEIRA, 2014; GERALDI, 2015), Redes de cooperação (TOMASELLO, 2003; NÓVOA, 2007; TOGNETTA e VINHA, 2007) e Modelagem (TOMASELLO, 2003; MIRANDA, 2006). Seu *locus* investigativo foi uma sala de aula de Língua Portuguesa do 8º ano do Ensino Fundamental, composta por 29 alunos, pequena mostra deste país miscigenado, em que se observava demasiada ausência de laços colaborativos, desinteresse e sentimento de incapacidade em relação à utilização da língua materna. Logo, carecia de ações voltadas para estimular o desenvolvimento de competências linguísticas e os princípios de convivência e participação social via práticas de linguagem. Mediante tal justificativa, o presente projeto baseou-se em fundamentos, modelos de análise, categorias e estratégias de ação construídos em rede de pesquisa no macroprojeto “Ensino de Língua Portuguesa – da Formação docente à sala de aula” (MIRANDA, 2014, FAPEMIG CHE APQ 02584/14), compreendidos tendo em vista as particularidades do

locus em questão. Neste processo, as ações estruturaram-se em uma etapa diagnóstica, cujos resultados foram indicadores para uma etapa interventiva, sustentada por uma concepção de linguagem como prática social (BAKHTIN, 2003; TRAVAGLIA, 2009; FIORIN, 2012) e pela confluência do ensino de Língua Portuguesa e Literatura (KATO, 1990; SOLÉ, 1998; COELHO, 2000; CANDIDO, 2011; GERALDI, 2012; GALVÃO e AZEVEDO, 2015; ANTUNES, 2016; COSSON, 2017), através de gênero literário com temática de matriz africana, buscando resgatar capacidades e valores, ampliando as práticas de letramento pela fruição e pela reflexão crítica e metalinguística. Seus resultados apontaram envolvimento com o texto literário, apropriação da cena aula como protagonistas, melhora significativa nas práticas de leitura, oralidade, reflexão linguística e escrita. Portanto, o caminho de autoria docente foi visto como profícuo, por considerar os discentes em suas necessidades e potencialidades. Ademais, constatou-se que o respeito e a valorização da cultura afro-brasileira são alcançados, sobretudo, pela abertura para o conhecimento (PCN, Pluralidade cultural, 1998).

Palavras-chave: Mitologia africana. Alteridade. Práticas de letramento. Reflexão linguística. Ambiente de aprendizagem

MÚLTIPLAS LINGUAGENS E ENSINO DE CIÊNCIAS: CAMINHOS PARA UMA FORMAÇÃO CRÍTICA

Área Temática: Práticas Educativas

Ricardo Vicente da Cunha Júnior

Universidade Federal de Juiz de Fora
junior.ricardojf@gmail.com

Letícia Cunha Reis

Universidade Federal de Juiz de Fora
letcunha@outlook.com

Luíza Helena Freitas Zancanella

Universidade Federal de Juiz de Fora
luiza_freitas.zancanella@hotmail.com

Sem Agência Financiadora

De que forma as múltiplas linguagens, enquanto metodologia adotada, garante a atitude científica nos alunos do 4º ano do Ensino Fundamental? É a partir dessa pergunta que nos propomos a divulgar as aulas de Ciências que acontecem no Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF. Nosso objetivo é demonstrar a importância da construção do conhecimento científico nos anos iniciais, possibilitando, assim, a formação crítica e reflexiva das crianças na grande área das Ciências Naturais.

A prática pedagógica aqui divulgada é resultado do diálogo dos projetos de Iniciação Científica e Treinamento Profissional que acontecem no Cap. João XXIII. Tais projetos defendem que um ensino de Ciências na perspectiva da Alfabetização Científica introduz uma educação que permita a investigação, o debate, a comunicação, a observação e a experimentação a partir de práticas inovadoras e diferenciadas.

Entendemos que a metodologia das múltiplas linguagens, tema que também orienta bolsas de Iniciação Científica e Treinamento profissional na instituição,

apresentam a possibilidade de inovar a prática pedagógica no ensino de Ciências. Trabalhamos com a hipótese de que as múltiplas linguagens auxiliam na mobilização de reflexões sobre diferentes situações, das quais as crianças podem narrar e relacionar seus conhecimentos extralinguísticos, ou seja, seus conhecimentos de mundo, muitas vezes pautado no senso comum, com seus conhecimentos metalinguísticos, que é o ponto de reflexão sobre o que se aprende, dialogando assim, com experiências múltiplas. Para compreender e analisar a relação que as crianças estabelecem com a referida metodologia, buscamos analisar as respostas e narrativas produzidas nas aulas a partir do contato com as linguagens elencadas, a saber: textos de diferentes gêneros, músicas, vídeos, conversas e experimentos. Compreendermos que a narrativa, enquanto escolha metodológica de análise, possibilita que as crianças possam falar e atribuir sentido a situações diversas de aprendizagem, neste caso nas aulas de Ciências, corroborando com nossa hipótese de que as múltiplas linguagens são potenciais para o processo de Alfabetização Científica.

Ao final do trabalho, observamos que o uso das múltiplas linguagens, como metodologia de trabalho, garante que os alunos dos anos iniciais adquiram uma maior criticidade e reflexão perante a sociedade e o mundo, portanto um conhecimento científico. Tal conhecimento é aqui entendido como o produto da Alfabetização Científica, o que oportuniza a essas crianças compreender e realizar práticas sociais envolvidas com as ciências. Esse processo garante que o ensino de Ciências aconteça de forma a garantir o estabelecimento de relações diversas na sala de aula, rompendo, assim, com a verticalização do saber Científico, no qual o professor é o agente transmissor do conhecimento educando-as como meros receptores.

Palavras-chave: Ensino de Ciências; Múltiplas Linguagens; Alfabetização Científica.

**NO LÚDICO E NO COLETIVO CONSTRÓI-SE RELAÇÕES AFETIVAS - O
QUE O PIBID TEM A ENSINAR**
Práticas Educativas.

FARIA, Monique Maurício Ribeiro de. niquefaria@outlook.com; CESVA/FAA;
CAPES

TEIXEIRA, Mônica de Carvalho. monica.teixeira@faa.edu.br. CESVA/FAA; CAPES

MEDEIROS, Denise Barra. Denisebarramedeiros@gmail.com. CESVA/FAA; CAPES

Este trabalho é um recorte das atividades que venho desempenhando no PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - vinculado ao curso de Pedagogia do Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA), na qual sou estudante regularmente matriculada. Programa iniciado em agosto de 2018, tendo como escola campo o CIEP Municipal Professor Luciano Gomes Ribeiro, atuando com observação participante na turma de 3º ano no 2º turno. O registro das atividades de campo foi um companheiro constante a partir de então. A coordenação do nosso PIBID sugeriu-nos acompanhar a turma, assim, em 2019, após ter criado um vínculo afetivo com a mesma, apliquei um diagnóstico de Português com base nas ideias propostas por Ferreiro (1997) com objetivo de fazer uma sondagem no nível de aprendizagem da turma que conheci em 2018 e que em 2019 continuaria com ela o trabalho. Com base no resultado desse diagnóstico, que mostrou as fragilidades dos alunos na compreensão do processo de leitura e escrita, estudantes que não conseguem construir e/ou ler frases e textos, planejei atividades para intervir junto aos alunos para que possam avançar no processo educacional. Elaborei um projeto sobre o Meio Ambiente, intitulado “Resgatando Valores”, com o objetivo elucidar os alunos sobre o problema da produção de lixo pelos seres humanos, mostrando as mudanças na prática de valores e atitudes ambientalistas adequadas ao nosso cotidiano e, ao mesmo tempo trabalhar a leitura e escritas. O projeto foi bem aceito pelos alunos e professora, tendo se iniciado em maio de 2019 com a pretensão de ser finalizado em outubro. Mesmo com seu início recente, estamos obtendo êxito no processo de leitura e escrita, produzindo textos coletivos a partir de letras de músicas e outros. As atividades são dinâmicas e criativas, na qual mostra o aprender Português de forma bem interativa, baseada na teoria de Vigotski (2009) que nos remete ao aprendizado através da interação social, com estratégias de ensino-aprendizagem que levem o aluno a tornar-se protagonista e estimular o

conhecimento, com trabalhos em grupo, buscando a participação ativa e a cooperação de todos. Através das atividades escolhidas, percebi, junto à professora da turma, uma melhora no relacionamento interpessoal entre as crianças, além da melhora no processo de leitura e escrita. Como o projeto nasceu de uma necessidade e curiosidade da turma, o engajamento das crianças ao mesmo foi bem intenso, com isso, o planejamento das atividades é feito de acordo com o que se percebe no desenvolvimento dos mesmos.

PIBID. Afetividade. Prática Educativa. Projeto.

Referências

FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. 26^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.
VIGOTSKI, Lev S. **Imaginação e Criação na Infância**. São Paulo : Ática, 2009.

**O BRINCAR E A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL: A BRINQUEDOTECA COMO FERRAMENTA DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.**

Área Temática: Práticas Educativas

Tiago da Silva Teixeira, tiagocapsilv@hotmail.com, Universidade Federal de Viçosa.

Paola de Castro Santos, paola.santos@ufv.br, Universidade Federal de Viçosa.

Vanilda de P. Bastos, vanilda.bastosufv@yahoo.com, Universidade Federal de Viçosa.

Isabella de O. Santos, isa.santos1809@gmail.com, Universidade Federal de Viçosa.

O projeto apresentado foi desenvolvido na Universidade Federal de Viçosa-MG, no ano de 2018, como parte das exigências da disciplina EIN387- Brinquedoteca: Espaço Alternativo de Vivências Lúdicas. Foram quatro meses de trabalho para o planejamento e implementação de uma brinquedoteca na instituição de acolhimento CIACA- Consórcio Intermunicipal de Assistência à Criança e Adolescente, situado na cidade de Viçosa-MG. O intuito foi estudar o tema, investigar materiais adequados que pudessem ser utilizados na montagem da brinquedoteca, construir um local onde as crianças e adolescentes possam interagir e promover o desenvolvimento social, moral, cognitivo e afetivo. Além disso, oferecer cursos de capacitação aos funcionários do CIACA. O público atendido foram crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos, que estão em período provisório de afastamento do cuidado parental e se caracterizam por uma população flutuante. A instituição já oferecia um acervo disponível, sendo necessário organizar o que já se encontrava ali e estabelecer quais seriam os materiais que faltavam, para assim poder concretizar a materialidade. Os estudantes da disciplina se disponibilizaram a confeccionar alguns materiais e realizar campanhas de doação para arrecadar brinquedos, jogos e equipamentos para construção do mobiliário. Durante o processo de organização da brinquedoteca foi feito o registro, fichamento e catalogação de todo o material disponível. Com todo trabalho realizado, pode-se perceber que, além de alcançar o propósito de implementação, foi regatado o lúdico e as brincadeiras dentro da instituição. No novo espaço, oito crianças puderam ter a possibilidade de construir suas personalidades e expor suas ideias e sentimentos. O ambiente da brinquedoteca foi estruturado de forma acolhedora e aconchegante. Nesse espaço as crianças e

adolescentes tem a chance de aprender de maneira mais prazerosa, podendo manifestar seus sentimentos e necessidades. Criamos um espaço onde tudo pode acontecer, a fantasia se torna realidade e as crianças exploram, sentem e experimentam novas sensações.

Palavras-chave: Brinquedoteca, brincar, criança, Educação Infantil.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
V SEMANA DA FAGED e X SEMANA DA EDUCAÇÃO
RESUMO – COMUNICAÇÃO ORAL

**O PAPEL DO CORPO NOS PROCESSOS EDUCATIVOS: A RELAÇÃO CORPO/MENTE NAS
INSTITUIÇÕES FORMAIS DE ENSINO**

AREA TEMÁTICA: PRÁTICAS EDUCATIVAS

CAIO CEZAR PIRACIABA DE BRITO

caio_cbrito@hotmail.com

UFJF – Mestrando em Educação

CAPES

JUIZ DE FORA-MG

2019

A pesquisa que venho realizando enquanto Mestrando em Educação pelo PPGE-UFJF tem como eixo principal o corpo nos processos educativos. Tento entender qual é o seu papel, de um lado o papel que é dado ao corpo historicamente e por outro o seu papel enquanto sujeito. Assim, tento compreender a relação corpo/mente nas práticas pedagógicas e a apreensão dos conteúdos do currículo por uma ótica fenomenológica, que entende o sujeito enquanto uma mente corporificada e/ou corpo pensante/cognitivo.

Os corpos presentes nas escolas passam por um processo educativo que os educa objetivamente e subjetivamente, produzindo uma ‘docilidade’. A educação escolar enquanto mecanismo de controle, colonizadora, que uniformiza dos corpos enquanto corpos dóceis e disciplinados reproduz a lógica de cisão corpo/mente. Por isso pensar novas metodologias e pedagogias que valorizam a importância do corpo no processo de aprendizagem é crucial para que possamos transformar essa lógica educacional que se reproduz no passar do tempo.

Meu eixo substantivo, então, é a aprendizagem pelo corpo; trazendo assim as questões: Qual corpo estou falando? Quando nasce tal dicotomia Corpo/Mente? Como tal cisão reflete na aprendizagem? Além disso, estes problemas esbarram em uma questão epistemológica, cosmológica e antropológica; já que a própria construção histórica do que é conhecimento formal e produção científica tem seus pilares nos processos cognitivos do intelecto. Isto nos leva a questões fundamentais: Práticas corporais podem auxiliar no aprendizado deste tipo de conhecimento? É possível ensinar os conteúdos obrigatórios escolares através de metodologias que incluam diferentes práticas corporais?

Partindo destas problemáticas, o caminho teórico-metodológico que disponho para melhor fundamentação de minha análise e proposta de pesquisa tem grande peso em dois autores franceses: Michel Foucault (1975) e Merleau-Ponty (1999). A compreensão distinta entre esses autores traz difíceis enfrentamentos que pretendo aprofundar no curso desta pesquisa.

Foucault com o conceito de “corpo dócil” como resultado de um corpo submisso e exercitado, porém disciplinado especificamente para aumentar as forças em termos econômicos e diminuir as forças em termos políticos, aumentando assim a obediência do indivíduo. Merleau-Ponty nos direciona para um entendimento filosófico do corpo enquanto fundamental de ser considerado e utilizado nos processos de compreensão da realidade. Basear-se teoricamente em sua abordagem Fenomenológica é automaticamente afirmar uma gigantesca relevância do corpo nos processos educativos, processos de

aprendizagem e cognitivos. Para ele, o corpo não é coisa e nem obstáculo, e sim a dimensão da totalidade do ser humano. Dessa forma, o corpo não é algo que possuímos, cada um É seu próprio corpo. Merleau-Ponty afirma: “eu não estou diante do meu corpo, estou em meu corpo, ou antes, sou meu corpo” (1945/1999, p. 207-208).

PALAVRAS CHAVE: Corpo, Aprendizagem, Relação Corpo x Mente, Processos Educativos.

O PAPEL DOS GÊNEROS ORAIS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Área temática: Práticas educativas

Priscila da Silva Rocha
prisr@bol.com.br

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Amanda Valiengo
amanda.valiengo@ufsj.edu.br

Universidade Federal de São João Del-Rei

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares da Universidade Federal de São João Del-Rei, ao qual proponho uma discussão para compreender o desenvolvimento de práticas de oralidade na educação infantil sob o viés dos gêneros orais. Documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases (1996/94), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) e a Base Nacional Comum Curricular (2018), destacam como finalidade da educação infantil, o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade. Trazem também como proposta pedagógica um ensino reflexivo, na qual as práticas pedagógicas devem ser pautadas nas experiências vivenciadas. Sendo assim, é preciso pensar nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala que contribuam para o desenvolvimento integral da criança. Portanto, este estudo torna-se relevante, pois a linguagem oral desempenha um papel importante nesse desenvolvimento, estabelecendo-se nas interações sociais. Para Vigotski (1996), as relações deste sujeito social e histórico com o outro e com o mundo dá-se primordialmente pela linguagem. Bakhtin (2007) relaciona a utilização da língua com todas as esferas da atividade humana. Para este autor, as atividades humanas são construídas na interação e em forma de enunciados, ou seja, de gêneros discursivos (orais e escritos). Diante disso e em consonância com os documentos oficiais para a educação infantil, a proposta aqui descrita tem como objetivo discutir o lugar dos gêneros orais, enquanto práticas de oralidade, no contexto da educação infantil. Historicamente, as propostas pedagógicas da educação infantil passaram por mudanças significativas, dentre elas, as que se referem ao ensino da linguagem oral. Muito já se avançou nos estudos sobre o uso dos gêneros escritos na escola, porém o trabalho com os gêneros orais no contexto da educação infantil ainda é modesto. Diante disso,

algumas questões norteiam essa pesquisa: Quais são os conceitos de oralidade, práticas de oralidade e gêneros orais sob a ótica da Teoria Histórico-Cultural? Quais são as percepções dos educadores acerca da oralidade na educação infantil? Como os gêneros orais são trabalhados na educação infantil? O referencial teórico-metodológico que a pesquisa se fundamenta é a Teoria Histórico-Cultural que tem como objeto de estudo o desenvolvimento social do sujeito. Este estudo é baseado em uma pesquisa de campo qualitativa, na qual será desenvolvida a observação participante em uma turma de 2º período da educação infantil da rede municipal de Juiz de Fora. Este estudo está na etapa da revisão bibliográfica, buscando autores que permitirão uma reflexão sobre a prática a ser observada ao entrar no campo. Desse modo, a pesquisa dá seus primeiros passos buscando contribuir para o campo de pesquisa e para o exercício da prática pedagógica.

Palavras-chave: Educação infantil; oralidade; gêneros orais.

O PROCESSAMENTO DA CONCORDÂNCIA VERBAL E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Área temática: Práticas educativas

Késsia Henrique (kessiasilvahenrique@gmail.com NEALP UFJF/ CAPES)

Cristina Name (cristina.name@ufjf.edu.br NEALP UFJF/CNPQ)

Mercedes Marcilese (mmarcilese@gmail.com NEALP/UFJF)

O presente trabalho trata da concordância verbal no português brasileiro na perspectiva do processamento da linguagem e pretende discutir em que medida novos avanços realizados no âmbito da psicolinguística podem dialogar com ensino da língua portuguesa na educação básica. Estudos prévios sobre concordância verbal variável, desenvolvidos no âmbito da Sociolinguística Variacionista, elencaram um conjunto de fatores que favoreceriam a ocorrência da realização de concordância redundante e não redundante. Dados de produção sugerem que configurações em que se verifica uma maior distância entre sujeito e verbo registram um número maior de ocorrências de concordância verbal não redundante. O processamento da concordância verbal variável praticamente não tem sido abordado na literatura. Estudos recentes apontam para um tratamento diferenciado dos padrões de realização da concordância (MARCILESE et al, 2015; HENRIQUE, 2016). Reportamos aqui o resultado de estudos conduzidos por meio da técnica de leitura automonitorada (*Maze Task*). O primeiro estudo realizado com estudantes universitários e estudantes do EJA teve como variáveis independentes o número no sujeito (singular/plural), número no verbo (singular/plural) e distância entre sujeito e verbo (zero/curta/longa). Foram registradas diferenças significativas entre as condições em função do fator distância, o que sugere que esse fator “facilita” a ocorrência de padrões variáveis independentemente do nível de escolaridade. O segundo estudo investiga o processamento da concordância em orações encaixadas, uma vez que no PB há relações de concordância em que há uma sentença com o centro embutido (O **prédio** que o engenheiro construiu **desabou**) e sentenças em que os elementos em concordância estão em sequência imediata (O engenheiro construiu o **prédio** que **desabou**). Sentenças com centro embutido teriam maior custo de processamento em comparação com sentenças do segundo tipo. O experimento teve como variáveis independentes tipo de sentença (centro embutido x sequência imediata) e número do sujeito (singular x plural). Os resultados são compatíveis com a ideia de que sentenças com centro embutido demandam um maior custo no processamento e favorecem a

marcação da concordância não redundante. Tomando os resultados em conjunto e levando em consideração o cenário do ensino da língua portuguesa, podemos pensar em como é desafiador o ensino de questões como a concordância em uma língua viva, que está em constante mudança, mas que muitas vezes usa um manual de ensino estático que não leva o aluno a resolver ou “problematizar” questões inerentes à língua. Se nossos alunos desbravam a física, a matemática, por que não desbravar e problematizar a própria língua? Também vale ressaltar a importância de pesquisas realizadas no âmbito acadêmico chegarem até o professor do ensino básico, favorecendo a compreensão de certos fenômenos na língua, o que pode ajudá-lo a criar melhores estratégias pra o ensino de questões gramaticais.

Palavras-chave: Concordância verbal, processamento da linguagem, ensino de língua portuguesa.

O uso dos tempos verbais no gênero relato de experiência vivida

Vanda Pinheiro de Lacerda Freitas

Natália Satlher Sigiliano

Retextualização do relato de experiência vivida pela família e uso dos tempos verbais com base nas propostas de Antunes (2014), Mendonça, (2006), Geraldi (2012) sobre o ensino de gramática com viés da análise linguística; de SCHNEUWLY & DOLZ (2004) sobre o ensino de gêneros orais e escritos; e de Castro e Regattieri (2009), quanto à aliança escola e família, um macroprojeto desenvolvido no âmbito do mestrado profissional em Letras vem sendo desenvolvido. Com intuito de explorar os conhecimentos dos alunos quanto ao emprego dos tempos verbais no relato e de aproximar a escola e a família, os alunos de 7º ano da escola Estadual Padre Alfredo Koba, em Miradouro/MG, foram convidados pela professora-pesquisadora, na primeira etapa de aplicação da intervenção em sala de aula, a ouvirem de um de seus familiares o relato de algum fato do passado que tenha marcado a vida da família ou do familiar e retextualizá-lo por escrito. Pautada na metodologia da pesquisa-ação Thiollent (1986) e da pesquisa etnográfica (Bortoni, 2008), a partir desta escrita, foi analisada a produção inicial de cada um dos alunos de forma a perceber as características do gênero relato de experiência vivida já (ou ainda não) conhecidas pelos alunos, com destaque no uso dos tempos verbais na construção desse gênero. A partir da observação desses usos, módulos de sequência didática foram implementados, a fim de travar desenvolvimento de conhecimentos sobre o gênero proposto e sobre a importância dos usos dos tempos verbais para a progressão do relato. Notou-se predominância de tempos do pretérito e ocorrência do presente, com nuances semânticas que ultrapassam o que prototipicamente é previsto pelos livros didáticos e pela gramática tradicional, materiais frequentemente utilizados pelos professores ao se ensinar essa temática gramatical. Percebe-se, dessa forma, avanços na forma de ensinar os tempos verbais de forma contextualizada, aguçando a percepção do aluno quanto à importância dos verbos na exposição do relato oral e à forma como os tempos e modos verbais demarcam distintos planos do relato e de pontos de vista.

Palavras- chave

Tempos verbais, Retextualização, relato oral

OFICINA DE CHARGES COMO PRÁTICA DE LETRAMENTO ESCOLAR EM SALA DE AULA

Área temática: Práticas Educativas

Daniela da Silva Vieira

daniela.vieira40@yahoo.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

O objetivo deste trabalho é analisar em que medida uma oficina de charges possibilitou que alunos do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública de Juiz de Fora (MG) construíssem ou ressignificassem conhecimentos sobre o ideário do ensino público em composições chargísticas elaboradas por eles. Acredito que a didatização do gênero charge seja um tipo de educação democratizadora para os alunos envolvidos, pois eles terão a oportunidade de expressarem formalmente seus pontos de vista, através de um letramento legitimado/formal (letramento escolar) e, ao mesmo tempo, aprenderem ou desenvolverem uma prática de linguagem que os permita manifestar suas opiniões adequadamente em contextos situacionais, que exigem tais letramentos. Para desenvolver esta pesquisa, me utilizo da concepção de *design* (desenhos disponíveis) de Kalantzis e Cope (2006), com o intuito de compreender até que ponto a didatização por meio de charges representa um efetivo *design*, isto é, até que ponto estas charges pré-selecionadas para a oficina instigaram os alunos a ressignificarem sentidos de acordo com o contexto em que estão inseridos. Kalantzis e Cope (2006) consideram que o *design* seja uma forma de transformação, uma nova forma de refazer uma representação de mundo atual. Para que possamos analisar as diferentes construções de sentido devemos atrelar a elas questões baseadas em diferentes domínios: representacional, estrutural, social, intertextual e ideológica. Kalantzis e Cope (2006) acreditam que, através da análise dos processos de representação baseados nestes domínios, seja possível descrever mudanças, visto que tais processos têm bases culturais e situacionais. Os autores apontam que os passos pedagógicos devem se basear em “práticas situadas” e “instruções abertas”, mas sem deixar de olhar para questões de “enquadre crítico” e “prática transformadora” (Kalantzis e Cope 2006, p.3). Para compreender em que medida ocorreu (ou não) a ressignificação de sentidos nas produções dos alunos, fiz uma comparação entre as amostras de charges que selecionei para trabalhar no 2º módulo de aprendizagem com as charges confeccionadas pelos alunos para analisar de que forma ocorreu (ou não) a construção de “um novo sentido”

e/ou de que forma o aluno reproduziu a ideia contida no desenho disponível em sua produção chargística. Ao final da pesquisa, concluo que a Oficina é considerada um *design* eficiente, pois os alunos ressignificaram, em grande medida, problemas sociais de cunho mais amplo (macro), do desenho disponível (*available design*), para suas vivências e experiências num contexto micro, fazendo com que a construção de sentidos, a partir das produções chargísticas fossem, de fato, denúncias de problemas educacionais que os circundam (*o redesenho*).

Palavras- chave: charge, oficina, letramento escolar.

OS ESPAÇOS NÃO-FORMAIS DE ENSINO DE LIBRAS: IMPORTÂNCIAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO SOCIAL DO SUJEITO SURDO

ÁREA TEMÁTICA: PRÁTICAS EDUCATIVAS

Andressa Maria da Silva*¹

Carlos Vinícius Silva dos Santos*²

Em estudos realizados, Daniela Jacobucci (2008), conceituou o espaço formal de educação como sendo “o espaço escolar, que está relacionado às Instituições Escolares da Educação Básica e do Ensino Superior, definidas na Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É a escola, com todas as suas dependências: salas de aula, laboratórios, quadras de esportes, biblioteca, pátio, cantina, refeitório.” Para tanto, infere-se que os espaços não-formais de educação estão voltados a qualquer espaço externo a instituição escola, desde que envolva um processo didático de ensino, uma ação educativa. Diante disso, discutimos sobre cenários que são considerados instituições e os que não são considerados instituições para, a partir disso, apresentarmos as importâncias e as contribuições para a integração social do sujeito surdo. A proposta do artigo em questão é seguir um cunho teórico, buscando através de uma revisão bibliográfica, analisar, estudar e expor a importância dos espaços não formais de educação e da utilização desses espaços para o ensino de libras para sociedade. A necessidade de tal análise se dá pelo fato de que mesmo nos dias atuais a sociedade não se encontra apta a se comunicar e integrar os sujeitos surdos nos espaços comuns. A acessibilidade em todas as suas interfaces (arquitetônica, comunicacional e outras), o funcionamento dos espaços não-formais de educação e o ensino de libras são direitos garantido por leis, que serão citadas e analisadas brevemente ao decorrer do texto, de modo a reafirmar o assunto em questão. Nossa metodologia consistirá em análises bibliográficas e reflexões teóricas sobre a necessidade do ensino de libras nos espaços não-formais de educação, como e onde esse ensino deve ocorrer, seu público alvo e como isso influenciaria socialmente nas comunidades surdas. Uma das principais barreiras encontrada pelos surdos é a falta de acessibilidade comunicacional, em que

1

*¹Andressa Maria da Silva

andressa_silva@outlook.com

Mestranda em Linguística UFJF (Agência financiadora: FAPEMIG)

Professora de Libras – PJF

Professora Intérprete de Libras - SEEMG

*²Carlos Vinícius Silva dos Santos

carlosvinciussantos2@gmail.com

Graduando em Geografia - UFJF

devido à falta de instrução da língua brasileira de sinais, a sociedade segrega esses sujeitos. Pensando nessas barreiras e em como impedir o seu surgimento, temos como objetivo propor que os espaços não formais de educação atuem como agentes disseminadores da libras para as comunidades. Entretanto, esse ensino deve abranger todos os membros da comunidade sejam surdos ou não, e os profissionais devem ser, de fato, pessoas formadas e capacitadas para o ensino. Estratégias e práticas para inserção do ensino de libras, locais não-formais para esse ensino, pontos positivos e negativos desse processo e as perspectivas em cima de tal proposta também estarão presentes nesse artigo. Os resultados da análise bibliográfica nos leva a concluir sobre a importância da ampliação desses espaços não-formais de ensino de libras e a sua contribuição para a disseminação da língua e favorecimento no avanço da socialização dos sujeitos surdos.

Palavras-chave: espaços não-formais de educação; libras; integração social.

OS JORNAIS, ENSINO DE HISTÓRIA E A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

ÁREA TEMÁTICA: Práticas educativas

Luan Pedretti de Castro Ferreira (luanpedretti@gmail.com);

Anderson Ferrari (aferrari13@globocom.com)

ORIGEM: Universidade Federal de Juiz de Fora

AGÊNCIA FINANCIADORA: Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO (2500-3000 caracteres):

O presente texto é resultado de uma pesquisa mais abrangente, realizada desde 2018, que consiste em discutir a relação entre as manchetes dos principais jornais que circularam na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XX, e sua contribuição para a escrita da História Local. Mais especificamente estamos trabalhando com os fatos ocorridos na cidade e que se transformaram em manchetes, entre os anos de 1960 até 2000. Se apresentando enquanto uma pesquisa documental, transformando essas manchetes em objetos históricos, o objetivo é perceber em que contexto a cidade de Juiz de Fora é abordada e retratada como notícia principal. A pesquisa se desenvolve na seleção e análise da primeira página de três principais jornais que circularam no recorte espacial e temporal, que são: Diário Mercantil, Tribuna de Minas e Tribuna da Tarde. O objetivo principal é tomar o jornal como um documento histórico importante para o trabalho com o ensino de História e, assim construir material didático capaz de dar suporte para os professores e professoras com o trabalho sobre História local, memória e as transformação na cidade e no tempo. O procedimento metodológico consiste em selecionar e analisar quando Juiz de Fora é manchete de capa e relacionar esta manchete com o aspecto político, econômico e social, que marcou a história da cidade. Para além da pesquisa documental, o objetivo final é disponibilizar as fontes para uso em sala de aula, contribuindo com a reflexão e a construção do conhecimento histórico no cotidiano da Educação Básica. Para esse texto, havendo diálogo com a pesquisa geral, elegemos como foco de análise a discussão teórica da contribuição dos jornais para a construção da história local, ou seja, quais as potencialidades e os desafios do trabalho com jornais para a construção da história de Juiz de Fora? Quais as contribuições que os jornais, sendo

trabalhados enquanto fontes a ser analisadas para a construção do conhecimento histórico, tem a trazer para a Educação Básica? Quais as possibilidades de reflexões a partir dos jornais? Nossa aposta é que essa pesquisa possa contribuir para que essa história seja mais presente nas escolas da cidade, compreendendo a importância, as potencialidades e os desafios de se trabalhar um jornal em sala de aula. Até o momento percebe-se a pouca produção que relaciona as manchetes dos jornais que circularam no período entre 1960 e 2000 na cidade de Juiz de Fora, com as potencialidades desses instrumentos serem utilizados enquanto documentos a serem investigados em sala de aula através do Ensino de História. Para além deste fato percebe-se a potencialidade de os jornais enquanto fontes históricas se apresentarem enquanto outro olhar à história oficial da cidade de Juiz de Fora referente ao período, além de contribuir com a reflexão de memória sobre a segunda metade do século XX que ainda se apresenta de forma pouco explorada.

PALAVRAS CHAVES: Ensino de História; Juiz de Fora; história local; jornais; manchetes.

OS LIMITES E POSSIBILIDADES DO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO/TDIC NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Danielle Martins do Carmo

dani.mcarmo@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

GRUPPEEJA/FACED/UFJF

Palavras-chave: Aprendizagem, Tecnologias, EJA.

O presente resumo tem por objetivo investigar o processo de ensino-aprendizagem e o uso das tecnologias com o público jovem e adulto; descrever e analisar o cotidiano das escolas que utilizam a tecnologia na Educação de Jovens e Adultos e estabelecer relação entre tecnologias/aluno/professor e o papel da escola-EJA- nessa interação. A diversidade no ambiente educacional acompanha discussões a respeito da exclusão, integração e inclusão de grupos ditos minoritários no que diz respeito a gênero, etnia, religião, idade e nas mais diversas condições sociais, culturais e existenciais. Esses fatores são muito importantes quando pensamos no atual uso das TDIC's no processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos, especificamente, aqueles que participam da EJA. Esta modalidade de ensino possui objetivos peculiares, pois trabalha basicamente com o aluno em sua fase jovem e adulta. Seu compromisso está relacionado intrinsecamente com a formação humana e o acesso à cultura geral, de modo que os educandos possam aperfeiçoar sua consciência crítica e que obtenham atitudes éticas que possam levá-los ao desenvolvimento de sua autonomia intelectual. O cenário atual da EJA envolve assumir os desafios de estimular os alunos em um meio que está permeado pelos recursos tecnológicos, fazendo das ferramentas digitais um recurso que vem auxiliar o processo de ensino-aprendizagem. A partir do contexto exposto, estabeleço a seguinte questão para o presente projeto de pesquisa: Quais os limites e possibilidades do uso das TDIC's no desenvolvimento da aprendizagem na educação de jovens e adultos - EJA? Como os professores da EJA têm utilizado a tecnologia em favor da aprendizagem? Quais são os recursos tecnológicos utilizados na EJA que favorecem a dinâmica do processo de ensino-aprendizagem? Após selecionar

as escolas públicas na cidade de Juiz de Fora que atendem a modalidade EJA e acompanhar as aulas que utilizam as TDIC's, serão coletados dados por meio de entrevistas com professores e alunos. Os referenciais que subsidiam a dissertação estão centrados nos princípios de Paulo Freire; nos trabalhos de Nelson Pretto e Marco Silva, que discorrem sobre a relação entre tecnologia e educação e de Jarina Fernandes, que estuda a inserção das novas tecnologias na Educação de Jovens e Adultos. Pretende-se, através desta pesquisa identificar as relações entre tecnologia e educação, as práticas de ensino com o uso das tecnologias e como o processo de ensino aprendizagem pode estabelecer conexão entre alunos da EJA x tecnologia.

OS MENINO TÁ ‘CERTO’ OU TÁ ‘ERRADO’?: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO CENÁRIO PLURILINGUÍSTICO BRASILEIRO

Área temática: Práticas Educativas

Cristina Azalim (NEALP/ UFJF-FAPEMIG)

gazalim@oi.com.br

Mercedes Marcilese (NEALP/ UFJF)

mmarcilese@gmail.com

Paula Roberta Gabbai Armelin (NEALP/UFJF)

paula.rg.armelin@gmail.com

A realização da concordância é ao mesmo tempo, um dos fenômenos mais pesquisados no cenário sociolinguístico brasileiro [1] e um dos tópicos do ensino formal de gramática que mais estigmatiza aqueles que não dominam a norma culta [2]. De acordo com Scherre (2005), a concordância variável de número no PB, caracterizada como “erro” pela Gramática Normativa, “*obedece a padrões estruturais e sociais de riqueza ímpar que precisamos enxergar, entender e conservar*” [3]. Nesse sentido, num contexto de variação como o que caracteriza o português brasileiro (PB), destacamos a relevância de estudos que busquem investigar de que modo aspectos linguísticos variáveis são processados pelos falantes, no intuito de compreender melhor os fatores – linguísticos e extra-linguísticos – comumente apontados como condicionadores de tal variação [4]. Além disso, entendemos que esse tipo de pesquisa também possa contribuir para a sinalização de novos caminhos para o ensino da concordância no contexto escolar. Para tal, apresentamos aqui resultados de nossa pesquisa acerca dos efeitos da variável saliência fônica (relativa à maior ou menor diferenciação dos itens quando comparadas suas formas singular e plural – Ex. casa/casas versus colher/colheres) na aquisição da concordância nominal (CN) variável no PB conduzida a partir de uma perspectiva que propõe um diálogo entre sociolinguística e psicolinguística, articulando dados naturalísticos e metodologia experimental. Na análise de dados longitudinais, com base na fala espontânea de crianças de 3 a 6 anos de idade, foram consideradas as instâncias de CN variável produzidas pelas crianças e pelos adultos que interagem com elas. Os resultados se mostram compatíveis com a relevância do papel da saliência fônica para a alternância no uso dos padrões de CN elencados na literatura sociolinguística. Já no que tange à atividade experimental, conduzida com crianças de seis anos e estudantes universitários, foram consideradas como variáveis independentes algumas dimensões

específicas da saliência fônica, a saber, número de sílabas no nome alvo (duas/três) e padrão de acentuação (oxítonas/paroxítonas). Os resultados apontam para um comportamento das crianças e adultos indicativo de sensibilidade às dimensões investigadas, ainda que de maneira distinta: os dados das crianças seguem o padrão geralmente observado em análises de corpora com adultos – com itens mais salientes favorecendo a marcação de plural –, ao passo que os dados dos adultos vão na direção contrária. Foi observado ainda que, diferentemente do registrado nos dados longitudinais, a ocorrência de concordância não padrão foi significativamente maior quando as crianças interagem entre si, quando comparado às situações de interação entre criança e adulto. Em vista desses resultados, discutiremos neste trabalho a relação entre o processo natural de aquisição da linguagem e o papel do ensino formal na consolidação da gramática do letrado.

Palavras-chave: Variação linguística; Concordância nominal variável; Psicolinguística; Saliência fônica; ensino de língua portuguesa.

Referências bibliográficas:

- [1] LUCCHESI, D. *Um balanço crítico das análises da variação na concordância nominal de número no português brasileiro*.
- [2] RODRIGUES, E. dos S. *Processamento da Concordância de número entre sujeito e verbo na produção de sentenças*. 2006. 205 f. Tese (Doutorado em Letras) - Departamento de Letras. PUC-Rio, Rio de Janeiro.
- [3] SCHERRE, M. M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle – Variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.
- [4] MARCILESE, M. et al. *Mother-tongue education, linguistic variation and language processing*. (submetido).

POR UMA EDUCAÇÃO NÃO VIOLENTA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE PRATICAS EDUCATIVAS ANTI-ESTUPRO.

Área temática: Práticas Educativas

Iuli do Carmo Melo

iulimelo05@yahoo.com.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

Vitória Marques Bergo

viccbergo@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

O presente trabalho parte do encontro das pesquisas das autoras desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Trabalhos que possuem em comum a preocupação em se tratar as violências sexuais contra as mulheres a partir do reconhecimento do problema, como social, histórico e cultural, na qual, mitos e estereótipos sobre a representação de vítimas e agressores, mascaram e naturalizam a violência, produzem a culpabilização da vítima e a proteção do agressor. Caracterizando a cultura do estupro, na qual se compreende o estupro como a ponta do iceberg de uma série de violências, muitas vezes sutis, que perpassam a experiência de mulher, num fenômeno que compreende que o comportamento agressivo masculino é apreendido. Nesse sentido, o objetivo desse texto é deslocar o debate das violências sexuais do âmbito do julgamento moral para a responsabilidade social. Implica em tratar da especificidade de gênero, raça, classe e orientação sexual, que permeiam as motivações da violência, bem como os efeitos da violência e da revitimização na falta reconhecimento e credibilidade a palavra da vítima. Trazemos uma análise histórica das violências sexuais, partindo das legislações que atravessam os processos de violências sexuais e documentam a história do estupro. Contextualizamos o estabelecimento do conceito de cultura do estupro, vindo do Movimento Feminista nas décadas de 60 e 70 nos estados unidos. Reafirmando a posição política dos estudos de gênero no enfrentamento as violências sexuais. No intuito de explorar as possibilidades de práticas educativas desconstruções de masculinidades tóxicas e violentas, na perspectiva da Educação Sexual e para Relações de gênero. Para tanto, nos ancoramos na perspectiva teórica-metodológica pós-estruturalista, afim de problematizar diante do exposto: Quais as possibilidades de praticas educativas que ensinem os meninos/homens a não estuprarem, ao invés de ensinar as meninas a se protegerem? Nesse sentido, cabe ainda ressaltar os desafios de implementação de políticas curriculares e institucionais para relações de gênero, frente ao cenário político atual, em que os estudos feministas e de

gênero vem passando por distorções e ataques, derivados do movimento conservador e fundamentalista religioso conhecido como “ideologia de gênero. E, portanto, nos impõe a refletir que o problema necessita de fundamentos teóricos, para tentar compreender os diversos fatores e as múltiplas dimensões que o constitui. Implica numa análise para as violências sexuais, além do binarismo ou dicotomias de bem e mal, que cristaliza as convicções. Fazendo se necessário, que nos embrenhemos nessa temática com problematizações mais abrangentes, sem contudo, a pretensão de encontrar respostas únicas ou de solução fáceis para um problema tão complexo.

Palavras chave: Relações de Gênero, Cultura do Estupro, Masculinidades.

PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS E OUTRAS TERMINOLOGIAS: UMA DISCUSSÃO

Práticas educativas

Ágata Jéssica Avelar de Oliveira
agataavelar@gmail.com

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFJF

O presente trabalho pretende abordar as diferentes terminologias que têm sido usadas para caracterizar o ensino de português como segunda língua, discutindo como as diferentes visões de língua influenciam a escolha de terminologias. A discussão parte de uma lista de nomenclaturas criada, em um post no Facebook, em um grupo de discussão específico (“Ensinar português como segunda língua”), pelo doutor Luis Gonçalves (Princeton University), professor e pesquisador atuante na área de português como língua estrangeira, presidente da AOTP (American Organization of Teachers of Portuguese) e vice-presidente do NCOLCTL (National Council for Less Commonly Taught Languages). Com base nessa lista, foi proposta uma atividade na disciplina Tópicos em Português como Língua Estrangeira, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora e ministrada pela professora doutora Denise Barros Weiss. O objetivo dessa atividade era criar um quadro em que as diferentes acepções dos termos apresentados fossem organizadas segundo os seguintes critérios: público-alvo; estatuto da língua (se aquisição ou aprendizagem) e situação de uso da língua. Durante a criação do quadro, adicionamos ainda o item “definição” (das siglas). Observamos que as diferentes terminologias implicam em diferentes modos de ver a língua e também o falante, ainda que não explícita ou intencionalmente. Segundo Bonny Norton (2000 *apud* SOUZA 2016, p. 33-34), por exemplo, “uma das motivações de imigrantes a aprender uma língua é a possibilidade de obter mais recursos linguísticos e culturais que os permitem negociar suas identidades na sociedade em que estão inseridos”. Podemos entender língua como um verbo, pelo fato de ser usada estrategicamente como um conjunto de “recursos móveis ou práticas dentro de contextos sociais, culturais, políticos e históricos” (GARCÍA; WEI, 2014, p.9, tradução nossa), que pode ser adaptado a situações locais e globais a fim de permitir que os indivíduos construam sentidos durante as interações. Percebemos que os diferentes contextos sociais, culturais, políticos e históricos que envolvem as práticas linguísticas podem, em alguns casos, ser notados na nomenclatura escolhida. Por vezes, duas siglas

parecem ter o mesmo estatuto e situação de uso, e serem ainda voltadas para o mesmo público, mas a escolha por uma em detrimento de outra se mostra essencialmente territorialista. Dessa forma, a importância da discussão aqui proposta não está restrita às nomenclaturas, mas à dimensão prática que tais nomenclaturas envolvem.

Palavras-chave: Português como segunda língua (PSL); Português como língua estrangeira (PLE); Terminologia; Diferenças conceituais.

PRÁTICA DE EXTRAÇÃO DE DNA: FERRAMENTA DIDÁTICA PARA ENSINO DE CONCEITOS BIOLÓGICOS

Yasmin Aguiar
yasmin.aguiar@icb.ufjf.br
Universidade Federal de Juiz De Fora
Graduanda em Ciências Biológicas/ Bolsista - PIBID

Cristiane Costa do Carmo
cris.costa.bio@gmail.com
Escola Estadual Sebastião Patrus de Sousa
Supervisora do PIBID Biologia/Ciências – Capes

Michele Munk
michele.munk@ufjf.edu.br
Universidade Federal de Juiz de Fora
Supervisora do PIBID Biologia/Ciências - Capes

O Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) visa proporcionar aos licenciandos uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas colaborando para a formação docente. Neste sentido, busca-se o desenvolvimento de propostas didáticas que torne mais interessante e cativante as aprendizagens de biologia. Assim, o objetivo deste trabalho foi aplicar uma aula prática para o ensino de biologia com uma abordagem ampliada dos conteúdos relacionando propriedades da água (polaridade molecular), lipídeos, membrana plasmáticas e ácidos nucleicos. A atividade foi desenvolvida numa turma do primeiro ano do Ensino de Jovens e Adultos (EJA), da Escola Estadual Sebastião Patrus de Sousa, Juiz de Fora, MG. Os alunos foram organizados em quatro grupos de acordo com a afinidade entre eles, tendo como único critério que todos participassem da aula. Foi distribuído para cada grupo os materiais necessários: copos descartáveis, morango macerado, palitos de madeira, solução aquosa morna de detergente e sal de cozinha, álcool 90%. Todo o processo de extração foi auxiliado e orientado pela bolsista do PIBID e pela professora responsável pela disciplina. Para relacionar os conteúdos teóricos com as etapas, foi pausadamente conversado e questionado com os alunos pontos específicos de cada matéria objetivada no experimento, a fim de promover participação e enfatizar os principais tópicos da teoria. A abordagem foi feita da seguinte maneira: em propriedades da água foram observadas a afinidade da água com o álcool, caracterizando sua polaridade; os lipídeos foram abordados com o uso de detergentes para quebra da membrana que é rica em ácidos graxos; em membrana plasmática foram evidenciadas suas características

morfológicas e composicionais; em ácidos nucleicos foram relacionados sua localização na célula, composição, e observada sua extração. Ao fim da prática, foi claramente observado o entusiasmo de grande parte da turma com o acerto dos grupos na reprodução do experimento, o que foi grandiosamente satisfatório para as ministrantes da aula. Por fim, foi entregue um questionário formalizado com as mesmas perguntas feitas durante o experimento, porém acompanhadas da necessidade de explicação baseada no trabalho realizado na aula prática, para serem resolvidas até a aula posterior. Foi possível relacionar os conteúdos trabalhados em sala de aula com cada etapa da extração, o que proporcionou proximidade da teoria com a realidade e interesse dos alunos. Vale ressaltar que a maioria dos alunos da turma em questão possui uma exaustiva carga horária semanal de trabalho conciliado ao estudo e às responsabilidades familiares. Sendo assim, é ainda mais importante ter a habilidade de promover práticas educacionais nesta turma, visando dinamizar o ensino. O resultado do questionário foi positivo e evidenciou a clara compreensão dos objetivos da aula de junção dos conteúdos teóricos pela maior parte da turma.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Ensino Interdisciplinar, Práticas pedagógicas.

Agradecimentos: CAPES, UFJF.

PRÁTICAS DE MULTILETRAMENTO NO AMBIENTE ESCOLAR

Práticas educativas

João Victor de Paula

joaovictordepaulaa98@gmail.com

Pietra Carvalho

pietranadabe@gmail.com

Pedro Henrique Bernardes

pedrohbernardes29@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Este trabalho apresenta considerações acerca de uma atividade realizada na Escola Municipal Murilo Mendes em Juiz de Fora (MG), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), em que utilizamos práticas de multiletramento voltadas para o ambiente escolar. Através da experiência dessa aplicação, pretendemos mostrar o quão importante são os multiletramentos no ensino da Língua Portuguesa. De acordo com Rojo (2012), em qualquer dos sentidos da palavra “multiletramentos” - no sentido da diversidade cultural de produção ou circulação de textos ou no sentido da diversidade de linguagens que os constituem -, os estudos são unânimes em apontar algumas características importantes: eles são interativos; mais que isso, colaborativos. Partindo desse pressuposto teórico, temos o intuito de mostrar como práticas de multiletramento podem ser utilizadas em sala de aula de forma interativa para o aprendizado de verbos, sendo usado como material de apoio um jogo de tabuleiro denominado “Que verbo sou eu?”, criado por uma aluna da Graduação de Letras (UFJF) durante uma das oficinas de Estudos Linguísticos no período 2019/1. Percebemos que o modo como os conteúdos gramaticais são trabalhados nas escolas desmotivam os alunos na compreensão da língua como um todo, levando-os a não se engajarem na construção de conceitos e conhecimentos linguísticos. Em vista dessa problemática, compreendemos que propostas como a apresentada por nós são altamente produtivas para todos os alunos. Dessa forma, qualquer criança deve ter acesso a momentos e materiais desse tipo, visto que a aprendizagem pela ludicidade “promove o desenvolvimento da criança, criando o que chama de zona do desenvolvimento proximal, no qual a criança se comporta além do comportamento habitual de sua idade”

(VYGOTSKY, 1988, p. 177). Para mostrar como uma didática diferenciada pode resolver o problema mencionado, utilizamos a análise das aplicações feitas em turmas de oitavo e nono ano, mostrando os resultados benéficos dessa maneira de trabalhar com a língua. Buscamos, ainda, com essa apresentação, comprovar o quão benéfico pode ser o uso de textos e materiais didáticos lúdicos no âmbito escolar. As aplicações geraram resultados positivos, visto que as turmas se interessaram, se engajaram e sistematizaram o conhecimento de um modo mais dinâmico. De tal forma, essa apresentação também busca incentivar as diversas atividades com mídias, jogos e textos interativos, visto que o aluno tem uma experiência plena e colaborativa no processo de aprendizagem.

Palavras-chave: ensino de língua portuguesa; multiletramentos, aprendizagem, jogos.

PRAZER E EMOÇÃO: APRENDENDO E CONHECENDO COM MUSEUS

PRÁTICAS EDUCATIVAS

Maria Olinda Venancio
olindavenancio@gmail.com

Escola Municipal Amélia Mascarenhas-
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora
Agência financiadora- Fundo de Apoio à Pesquisa
na Educação Básica (FAPEB)

Palavras-chave: Museu – Educação – Democracia – Interdisciplinaridade - Escola

O projeto teve como objeto de estudo a experimentação dos museus por alunos e professores como espaços diferenciados, como locais privilegiados de vivências de diversas formas de comunicação, sociabilidade, de cidadania, de experiência estática que possibilitam outras práticas culturais. Ainda buscou-se investigar se a experiência vivenciada nos museus visitados, despertaria nos alunos, cujo perfil apresentava resistência às propostas de sala de aula, o interesse e a adesão pela ampliação e sistematização do conhecimento oferecido pela escola. Esse projeto se justificou por acreditar que a proximidade entre escola e museu permite que um potencialize o outro e ambos possam despertar o prazer de aprender, estimular o exercício da cidadania e da responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar patrimônios. Paulo Freire (1996, p. 12) afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas sim criar possibilidades para a sua própria produção ou construção. Assim também, Piaget (1970) concebia o aluno não como um simples receptor de informações e conhecimentos, mas como um construtor ativo de suas estruturas cognoscidas nas suas interações com o meio. Vigotsky (1998) reforça o papel da linguagem, da inserção cultural e da mediação dos grupos sociais no desenvolvimento da inteligência do sujeito. O relatório da UNESCO sobre a educação para o século XXI diz que as aprendizagens devem evoluir e não podem mais ser consideradas como simples transmissão de práticas mais ou menos rotineiras, embora estas continuem a ter valor formativo que não é de desprezar. Capra (1996) coloca que enfrentamos um conjunto de mudanças paradigmáticas radicais. Esse novo paradigma valoriza a experiência na medida em que tudo está em movimento num constante fluxo de energias, e tudo o que fazemos na verdade é uma experiência. Assim o projeto articulou propostas interdisciplinares com os conteúdos de

P
o
r
t
u
g
u
ê
s
,

H
i
s
t
ó
r
i
a
,

M
a
t
e
m
á
t
i
c
a
,

A
r
t
e

PROCESSAMENTO DA IRONIA: UMA REFLEXÃO PARA PENSAR AS PRÁTICAS DE ENSINO

ÁREA TEMÁTICA: Práticas Educativas

Camila Araujo Nonato – milanonato@hotmail.com - Universidade Federal de Juiz de

Fora

Mercedes Marcilese – mmarcilese@gmail.com - Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO: Sabe-se que a habilidade de inferir informação é crucial para uma comunicação bem-sucedida entre membros de uma sociedade. Quando essa informação está implícita no discurso por meio de uma figura de linguagem, por exemplo, é necessário, segundo alguns autores (Ackerman, 1983; Giora, 1995), um maior esforço cognitivo para que seja compreendida. Nesse sentido, pode-se dizer que a linguagem não-litera parece ser mais difícil de ser processada do que a linguagem literal. De fato, para alguns autores, a compreensão da ironia, por exemplo, só seria possível mais tardiamente na infância, momento em que algumas habilidades cognitivas específicas já estariam completamente consolidadas na criança. Logo, no que diz respeito à compreensão da linguagem figurada, pode-se dizer que as atividades proporcionadas pelo ambiente escolar auxiliam as crianças a se tornarem falantes/ouvintes/leitores e escritores mais competentes. Além disso, sabe-se que essa é uma habilidade cobrada também por avaliações externas e, por isso, objeto de diversas práticas em sala de aula. Seguindo essa perspectiva, o objetivo geral deste trabalho é investigar como se dá o processamento da linguagem não literal, mais especificamente da ironia, por adultos e crianças no português brasileiro. Nossa pesquisa é conduzida no âmbito da psicolinguística experimental e pode vir a contribuir com estudos que busquem a desenvolver esse tipo de habilidade no ambiente escolar, permitindo direcionar melhor as atividades que visam à sua consolidação. Para isso, seguiu-se uma perspectiva cognitiva da linguagem, tendo como base os trabalhos de Ackerman (1983); Giora, (1995); Dews & Winner (1995); Colston (1997); Gibbs (2000) e Pexman & Glenwright (2007), que relacionam o estudo da ironia ao estudo da cognição humana. As questões que levantamos aqui são em que medida o processamento da linguagem literal e não-litera seriam diferentes, e se os ouvintes, para além de detectar fenômenos como a ironia, compreenderiam a intenção por trás desses

fenômenos, uma importante habilidade social. Para averiguar tais questões, foi conduzido um experimento de leitura e julgamento de enunciados com falantes adultos de modo a testar sua habilidade de compreender a ironia e a sua intencionalidade comunicativa. Numa segunda etapa desta pesquisa, pretende-se ainda adaptar a tarefa para a aplicação com crianças. Em relação aos adultos, os resultados sugerem que o processamento de enunciados irônicos (críticos e elogiosos) seria mais custoso do que a compreensão de críticas e elogios literais. Logo, essa parece realmente ser uma habilidade que vai sendo consolidada ao longo do tempo em função tanto do desenvolvimento cognitivo e linguístico quanto da interação em diversos ambientes de letramento. As possíveis implicações do nosso estudo para refletir sobre as práticas de linguagem em sala de aula também serão discutidas neste trabalho.

Palavras-chave: Linguagem não-litera. Compreensão de ironia. Práticas de ensino.

PRODUÇÃO E LEITURA DE TEXTOS: ALTERNATIVAS PARA COMBATER A VIOLÊNCIA VERBAL EM SALA DE AULA?

Práticas Educativas

Leandra Maria Carlos Cartaxo, UFJF

leandra.cartaxo@letras.ufjf.br

Paula Mendonça Dias, UFJF

paula.mendonca@letras.ufjf.br

Atualmente, a noção de escola tem sido repensada. A escola não pode ser só um espaço para disseminação de conhecimento, mas precisa atender à formação crítica e cidadã do aluno. O ensino de língua portuguesa não está alheio a essa questão e deve refletir como pode impactar a vida dos alunos. Por isso, a discussão sobre práticas de letramento e políticas linguísticas se faz necessária no atual contexto educacional. O presente trabalho diz respeito às análises da prática de trinta horas da disciplina de Saberes Escolares de Língua Portuguesa, ofertada no curso de Letras na Universidade Federal de Juiz de Fora, e tem como objetivo construir uma compreensão sobre as práticas escolares emergentes nas aulas de língua portuguesa, refletindo a violência na escola a partir de políticas linguísticas e práticas de letramento instituídas em sala de aula; e ponderar por que a produção e a leitura de textos podem ser alternativas para o combate da violência verbal no ambiente escolar. A partir de uma pesquisa etnográfica e qualitativa, estudamos o comportamento sócio-cultural dos alunos e do professor no dia a dia escolar a fim de interpretar como as práticas educacionais se relacionam com a problemática da violência. Para auxiliar nossa compreensão, usamos os conceitos de políticas linguísticas, a partir de Garcez e Schulz, e de letramento, de Moita Lopes. Diante disso, apresentamos uma leitura do que foi vivenciado durante os dias de observação, baseando-nos em textos lidos no espaço acadêmico. Procuramos, assim, trazer uma análise de forma crítica quanto aos dados de pesquisa e seus desdobramentos. Durante as observações, notamos que a formação cidadã do aluno parece cada vez mais distante de ser alcançada. Certamente, a violência foi o tema mais emergente em sala de aula, visto que, atrelada à indisciplina, tem dificultado, além da relação de ensino e aprendizagem, a convivência dos estudantes entre si e, também, com a professora. Observamos, então, que o trabalho em cima das questões de cidadania e de direitos humanos é fundamental para a transformação das relações e das atitudes dos

alunos em sala de aula. Por isso, as atividades de leitura e de produção de textos, em conjunto com a gestão escolar no que tange a projetos pedagógicos, parecem-nos um bom começo para a resolução da temática da violência no espaço escolar. Acreditamos que a implementação de conteúdos que problematizem a questão da violência nas discussões de sala de aula pode ter um caráter modificador nas relações interpessoais no espaço escolar, ajudando a transformar e repensar o comportamento dos educandos.

Palavras-chave: políticas linguísticas; letramento; violência; cidadania; produção e leitura de textos.

PROJETO: “VAMOS CONSTRUIR um mundo onde gentileza gera gentileza”

Área temática: Práticas pedagógicas

Andrea Otoni Sales – andreaotonisales@gmail.com – Escola Estadual Antônio Carlos
Thalita Lopes da Silva – thalitalopesjf@hotmail.com - Escola Estadual Antônio Carlos

O presente projeto representa ações interdisciplinares que estão sendo desenvolvidas tendo como público-alvo os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Escola Estadual Antônio Carlos. O período de implementação do projeto é o ano de 2019, com a definição de várias ações realizadas ao longo do ano.

O projeto surgiu a partir da necessidade de melhoria nas relações entre os educandos no convívio diário no espaço escolar, uma vez que reconhecemos que a educação possibilita a construção um mundo melhor quando promove ações que prezem pelo respeito e solidariedade. Considerando o espaço escolar como ambiente de socialização, onde também emergem situações de conflito e aprendizagem social, é importante que o educando tenha a oportunidade de construir e refletir acerca de valores que são imprescindíveis para a convivência em sociedade. Segundo Silva e Soares (2010) no ambiente escolar percebemos conflitos entre os sujeitos, que fazem emergir o eu em oposição ao outro, e cabe ao educador utilizar-se das situações de conflito para questionar, refletir, conscientizar e administrar esta situação. Ainda segundo os autores, a escola possui a função de mediar o conhecimento orientar o aluno a construir o seu próprio conhecimento e essa função acontece também, pelas relações desenvolvidas neste espaço escolar através da interação entre as pessoas e na construção de laços de afetos. Pensando nisso, buscamos através do projeto que aqui apresentamos, valorizar os sentimentos e emoções que estão presentes em nossa vivência, considerando que pequenas ações, nas relações diárias no convívio escolar, fazem a diferença e podem transformar o mundo em um lugar melhor para se viver e conviver. A todo momento nossas atividades apresentam o intuito de promover no espaço escolar uma reflexão sobre a construção de uma boa convivência e de um espaço de valorização e respeito a todos. Para tal, ao longo do ano letivo estabelecemos um cronograma de ações que contemplam a valorização da interação entre os pares pautada no respeito mútuo, na tolerância e na solidariedade. A partir do trabalho com este projeto buscamos, através de rodas de conversa, relatos, discussões, dinâmicas, textos, livros, jogos, filmes e contações de histórias, que as crianças compreendam que vivemos em uma sociedade de diferentes

valores e opiniões, os quais devem ser respeitados para melhor convivência entre as pessoas. Também é objetivo do projeto, permitir o entendimento sobre o fato que temos direitos e deveres, necessários à convivência social. Neste relato registramos que semanalmente a equipe de professores se reúne com a supervisão pedagógica e direção da escola e são avaliadas as práticas estabelecidas no cronograma, à medida que são desenvolvidas, e são discutidos os resultados obtidos, bem como os impactos das ações nas relações entre os pares. Na apresentação deste trabalho, esperamos contribuir significativamente com pesquisas e ações na área educacional que foquem nas práticas educativas que abordem a convivência coletiva pautada na empatia, no respeito, na tolerância e na solidariedade.

Palavras-chave: convivência, respeito, boas relações, empatia.

PROPOSTA DE DISCIPLINA TEÓRICO - PRÁTICA PARA FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO TÉCNICO EM DESIGN DE MÓVEIS

Práticas educativas

Erika Guedes Magalhães,
erika.magalhaes@ifsudestemg.edu.br,
IF Sudeste MG- Campus Juiz de Fora.

RESUMO

Este estudo é resultado do trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário Senac – Campus Santo Amaro, Polo Juiz de Fora, como exigência para obtenção de Especialista em Docência no Ensino Técnico. A investigação apresenta um estudo sobre uma proposta de criação de disciplina, denominada “Teoria e Prática no Design de Móveis” para o Curso Técnico em Design de Móveis do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Juiz de Fora, com o objetivo de relacionar os conhecimentos teóricos ministrados, aplicando-os a uma prática para que os alunos consigam fazer estágios ou entrar para o mercado de trabalho com as competências discutidas, durante o curso, efetivamente consolidadas. Esta análise se justifica por oportunizar, através da criação da referida disciplina, a todos os alunos do curso o acesso a uma metodologia, o projeto de trabalho, anteriormente abordada no Treinamento Profissional “O Técnico em Design de Móveis atuando no IF Sudeste MG” desenvolvido no Campus Juiz de Fora. Para participar do projeto de Treinamento Profissional os alunos passam por um processo seletivo e, devido a este fator, a participação nas atividades fica restrita a poucos bolsistas. Nesta disciplina, o aluno poderá compreender os conteúdos na sua relação com a aplicabilidade. Ao colocar em prática a disciplina proposta, os estudantes terão condições de, aplicar o conteúdo estudado durante o curso e relacionar cada etapa a uma realidade concreta que os capacitará para entrarem no mercado de trabalho com mais autonomia e segurança. Os pressupostos teóricos que fundamentam essa pesquisa apoiam-se nos seguintes autores: PERRENOUD, 2000; HERNADÉZ, 1998 e LIBÂNEO, 2002; buscando-se estabelecer algumas aproximações em suas discussões sobre o tema desenvolvido, sobretudo no que se relaciona à consolidação das competências, às singularidades dos projetos de trabalho e às questões didático-metodológicas que serão aplicadas a esse processo de desenvolvimento das aprendizagens. Espera-se que os resultados obtidos com esse trabalho, sobretudo nos anos posteriores, possam trazer novos elementos para as

reflexões acerca da formação de Técnicos em Design de Móveis. A proposta de retomar os conhecimentos teóricos construídos durante o curso e relacioná-los à prática além de capacitar os alunos trará oportunidades de uma avaliação e reavaliação sistemática dos processos de aprendizagem, contribuindo de forma efetiva para a formação de profissionais mais competentes devido à consolidação das habilidades aprendidas.

PALAVRAS-CHAVE: Design de Móveis. Projeto de trabalho. Competência. Prática educativa.

PROPOSTA DE PLANO DE ENSINO DO GÊNERO DICAS PARA O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO

Práticas Educativas

Ana Paula da Silva Nascimento
Universidade Federal de Juiz de Fora
chamanico09@gmail.com

O objetivo do presente trabalho é apresentar um plano de ensino de Língua Portuguesa voltado para o gênero “dicas”. Essa proposta é composta por sete aulas planejadas para a intervenção do Estágio I no 1º ano do Ensino Médio em um colégio particular da zona norte de Juiz de Fora. O projeto foi elaborado para a disciplina Estágio Supervisionado I, aliada à disciplina de Reflexões sobre a atuação no espaço escolar I, ambas ministradas pela professora Tânia G. Magalhães, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. As aulas foram planejadas com base na tipologia do “instruir/descrever ações”. Os conteúdos abordam os seguintes eixos do ensino de Língua Portuguesa: leitura, escrita e análise linguística. Uma vez que o colégio citado possui um perfil preparatório para os diversos vestibulares e concursos militares, e que a professora regente demonstrou o interesse em cumprir o conteúdo do Programa de Ingresso Seletivo Misto (Pism), compreendemos a importância do trabalho do gênero ligado a essa tipologia. Constatamos que, durante o período de observação das aulas no estágio, os alunos demonstraram insegurança com os processos seletivos. Diante disso, preparamos uma sequência de aulas que procurou aumentar a confiança desses jovens e mostrar a importância das aulas para um bom desempenho. Temos como finalidades: apresentar e identificar os aspectos da tipologia do “instruir”, trabalhar o gênero “dicas”, abordar textos que possuam uma mescla de gêneros demonstrando o dinamismo e o caráter híbrido dos gêneros nas esferas sociais, analisar os aspectos linguísticos e suas funções no funcionamento do gênero e elaborar um texto instrucional que tenha circulação na escola. Para embasar as reflexões e a análise linguística em torno do gênero, utilizamos o livro “Leitura e escrita de textos instrucionais”, organizado por Garcia-Reis, Botelho e Magalhães. Para as questões de interpretação na perspectiva da análise e compreensão do texto em escala global e dos aspectos da sua construção, valemos do aporte teórico de Irandé Antunes, em seus livros “Análise de textos: fundamentos e práticas” e “Lutar com palavras: coesão e coerência”. Em relação ao trabalho com gêneros, empregamos o capítulo “Gêneros orais e escritos na escola” da obra de Dolz, Noverraz e Schneuwly. A metodologia se baseia também nas aulas do

Programa de Iniciação à Docência (Pibid), ministradas pela professora Carolina Alves Fonseca, no Colégio de Aplicação João XXIII, de Juiz de Fora. O projeto descrito ainda será implantado no colégio durante o mês de junho do presente ano. Com isso, esperamos que as aulas proporcionem mais segurança aos alunos e que sejam relevantes para a esfera social desses estudantes, já que pretendemos empregar meios multimodais para a produção final de seus textos. Os resultados e as conclusões serão apresentados posteriormente a partir da coleta de dados, da verificação das aulas e da avaliação da professora responsável pela supervisão do estágio.

Palavras-chave: ensino de língua portuguesa, estágio, tipologia do instruir, gênero textual.

SABERES INTERLIGADOS: AS PALAVRAS GERADORAS DE PAULO FREIRE E O *HOLISMO SEMÂNTICO* DE QUINE.

Área temática: práticas educativas

Carolina Orlando Bastos. bastos.carol@ymail.com. Doutoranda do PPGE/UFJF.

Membro do NEFPE/ UFJF.

Ronaldo Pimentel. pimentelrp@yahoo.com.br Doutor em Filosofia pela UFMG

Professor do IFBA Campus de Salvador – BA

Paulo Freire foi e é um grande educador brasileiro que pensou, estudou e aplicou a ideia de *alfabetizar* adultos em 40 dias. Ele se refere ao educando como um ser político atuando e fazendo parte de uma sociedade justa e democrática na qual a educação deve ser vista como *prática de liberdade*. Assim, Freire percebe o educando como um ser *em construção* que redescobre o processo histórico da consciência humana, "o processo em que a vida como biologia passa a ser vida como biografia"¹. Diante dessa perspectiva, ele destaca em *Pedagogia do Oprimido* que o educador deve, primeiramente, investigar as palavras faladas no meio cultural do alfabetizando e, a partir disso, extrair os vocábulos com maiores possibilidades fonêmicas e cargas semânticas, essas são as *palavras geradoras* que dão origem à formação de tantas outras. Já o educando deve *admirar-se* e, a partir disso, começar a decodificar o mundo à sua volta "reencontrando-se com outros e nos outros, companheiros de seu pequeno 'círculo de cultura'"². Enquanto Quine em seu artigo: *Two Dogmas of Empiricism* explicita que não existe uma dicotomia entre as ciências exatas ou puras e as ciências empíricas. Destarte, as teorias científicas consistem em um grande bloco unificado cujas extremidades são as nossas experiências mais básicas. Não existe um grande salto que faz com que os seres sejam obrigados a dividir os campos dos saberes. A carga semântica de um termo é sustentada por uma grande teia de significados que envolve os estímulos mais básicos como princípio. Assim, pode-se afirmar que no *holismo semântico*, nenhuma palavra possui seu significado isolado, ou seja, uma grande teia de significados envolve vários campos do saber. A análise das *palavras geradoras* podem ser interpretadas juntamente

¹ FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra: Rio de Janeiro / São Paulo, 2019, p. 12.

² *Id. Ibid.* p. 15

com a filosofia de Quine através da sua concepção de *Holismo semântico*, tornando-se a **problemática** dessa comunicação a noção de que a ciência, como um grande bloco, vem a corroborar o aspecto semântico contido dentro de uma *palavra geradora*. Nem mesmo a prática científica pode ser considerada do ponto de vista de uma única disciplina isoladamente. Desse modo, levando-se em consideração a natureza do projeto, o **referencial teórico-metodológico** se dará por um caminho estritamente bibliográfico das obras já citadas. Tendo como **objetivo**, demonstrar e analisar através do estudo de Paulo Freire e de Quine que o aprendizado das disciplinas não ocorre de modo isolado. Portanto, essa proposta de estudo, se insere e se **justifica** em um **eixo temático**: práticas educativas da V Semana da FACED da UFJF. Visto que, estudar a filosofia da educação e da linguagem nesses dois pensadores vai ao encontro da proposta de práticas educativas democráticas e saberes produzidos, não somente pelo cotidiano escolar, mas também pela cultura em que os educandos estão inseridos.

Palavras-chave: palavras geradoras, holismo semântico, filosofia analítica e filosofia da educação.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA NO ENSINO MÉDIO: INSTRUMENTO DE ENSINO E DE PESQUISA NO ENSINO DE GENÉTICA E COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Práticas Educativas

Michele Gravina (michele.gravina@gmail.com); Michele Munk (michele.munk@ufjf.edu.br) – Universidade Federal de Juiz de Fora – Ag. Financiadora: CAPES.

Qual é o papel da educação formal escolarizada em nossa sociedade? A multiplicidade de respostas à esta pergunta tem gerado sérias dificuldades no estabelecimento de políticas públicas de ensino claras e contínuas para o país, bem como para os profissionais que atuam no magistério. Logo, faz-se primordial que o (a) professor (a) tenha clareza dos princípios que pautam sua práxis docente. Este trabalho está alinhado com a visão educativa de Frei Betto e Paulo Freire, que atribuem à escola os deveres de despertar a reflexão crítica, formar sujeitos históricos e pessoas capazes de mudar a realidade. Neste aspecto, nossas práticas visaram abordar a questão da discriminação racial a partir da desconstrução do conceito biológico de raças em humanos. No Brasil, apesar do mito da existência de uma democracia racial, os indicadores sociais apontam para uma diferença marcante entre as condições de vida das populações de negros e brancos; além disso, as relações sociais apresentam-se muitas vezes marcadas pelo preconceito. Diante da necessidade de garantir a igualdade entre todos os cidadãos brasileiros foram criadas leis tanto para tipificar o crime de discriminação quanto para inserir a dimensão preventiva através da educação - Leis 7716/1989 e 10639/2003, respectivamente. Considerando que ainda é persistente a questão da discriminação racial e avaliando a legislação em vigor, entende-se como necessária a intervenção das diversas áreas do conhecimento, dentro do âmbito escolar, no sentido de prover os alunos de uma formação crítica e voltada ao respeito e valorização da diversidade e dignidade de todo ser humano. Em especial, a biologia, a partir dos conceitos de classificação e diversidade genética, pode ser uma valiosa ferramenta para ajudar os alunos da educação básica a reformular suas concepções a respeito da definição de raça, capacitando-os a perceber a inadequação do termo para populações humanas. O objetivo deste estudo foi apresentar uma nova sequência didática, elaborada a partir dos princípios da pesquisa-ação, para a abordagem de alguns conteúdos curriculares relacionados ao tema de genética no ensino médio, tais como herança poligênica, genética humana e identidade genômica das espécies. No trabalho foram realizadas ações educativas e investigativas para abordar a temática do racismo,

utilizando conhecimentos biológicos para investigar e desconstruir o conceito de existência de raças em humanos. Analisando os dados a partir de diferentes fontes de coleta observamos que a sequência didática elaborada proporcionou aos estudantes reformular suas concepções acerca do termo “raça”, bem como promoveram um exercício de aproximação com o processo de construção dos conhecimentos científicos. Concluímos que o conjunto das atividades propostas melhorou consideravelmente o entendimento dos alunos sobre os conceitos abordados e sobre a não existência de raças biológicas em humanos.

Palavras-chave: Sequência didática, Genética e evolução, Racismo.

TECNOLOGIAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS: CONSTRUINDO UM PLANETÁRIO INTERATIVO

Área temática: Práticas educativas

Ludmila Rezende Moreira
ludmilarez21@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora
CAPES

Joselane Araújo de Oliveira
joseoliveirajf@hotmail.com

Secretaria de Educação de Minas Gerais/Escola Estadual Mariano Procópio
CAPES

Jean Paulo Lima de Oliveira
jean.educom@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora
CAPES

Zózima Fabíola Carla de Souza Silva
luizezozima@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora
CAPES

O presente relato de experiência, visa apresentar práticas educativas aplicadas ao ensino de ciências desenvolvidas pelos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), estudantes do curso de Pedagogia que fazem parte do eixo Ciências e Tecnologias. Tais práticas foram desenvolvidas na Escola Estadual Mariano Procópio, situada em Juiz de Fora, com 03 turmas de 4º ano em parceria com os professores regentes.

Trata-se de uma sequência de ações pedagógicas, adequadas ao planejamento curricular do primeiro bimestre que estabelece conteúdo relacionado ao Universo e Sistema Solar, que culminaram com a produção de um planetário interativo no ambiente escolar. As práticas envolveram, principalmente: instigar a formulação de hipóteses; fornecer informações sobre os conceitos astronômicos; permitir a expressão e socialização de conhecimento.

A partir do pressuposto de que “existe toda uma tecnologia de ponta que a escola pode utilizar dentro e fora do seu espaço físico” (Masetto, 1997, p. 96), buscamos

propor práticas pedagógicas articuladas ao uso de tecnologias, dentre elas a utilização e construção de modelos, a fim de levar os alunos a construírem seus conhecimentos de forma significativa e dinâmica, dentro e fora do espaço escolar. O referencial teórico utilizado baseia-se Ferreira e Justi (2008), Duso et al. (2013) e Morett e Souza (2010).

Inicialmente, buscamos introduzir conceitos básicos de Astronomia de forma teórica utilizando slides. Em outro momento, foi realizada uma visita ao Planetário do Centro de Ciências da UFJF onde foi exibido o vídeo “Astronomitos”, através do qual foi possível aprender sobre os corpos celestes e sobre a história das constelações e sua relação com a mitologia grega.

Para discutir o movimento de rotação, translação e fases lunares exploramos as hipóteses dos alunos, em seguida utilizamos uma maquete que simula tais fenômenos. No encontro seguinte, realizamos uma dinâmica de representação do Sistema Solar, para isso preparamos fichas, com identificação e características dos astros, e traçamos no pátio escolar as "órbitas dos planetas". Após a leitura das fichas alguns alunos foram convidados com a representarem os astros.

O projeto da construção do planetário interativo emergiu do interesse dos alunos pelo tema. Logo, identificamos na escola uma sala disponível. Foi necessário preparar o espaço, escurecendo o ambiente, para isso o revestimos com TNT, além de fixar ganchos para a sustentação dos modelos. Na confecção dos modelos planetários utilizamos bolas de isopor de diferentes tamanhos, sendo os alunos convidados a pintar com tinta guache os “corpos celestes” estudados.

A culminância do trabalho se deu com a visita das turmas e dos familiares ao planetário interativo. O espaço possibilitou aos alunos socializarem os conhecimentos sistematizados, demonstrando que os estudantes tiveram uma grande compreensão do conteúdo sobre o Sistema Solar.

Referências bibliográficas:

DUSO, L. et al. **Modelização: uma possibilidade didática no ensino de biologia**. Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências, Belo Horizonte, v. 15, p. 29 - 44, Maio 2013.

FERREIRA, P. F. M.; JUSTI, R. D. S. **Modelagem e o "Fazer Ciência"**. Química Nova na Escola, n. 28, p. 32-36, Maio 2008.

MASSETTO, T. **Didática: A aula como centro**. São Paulo: FTD, 1997.

MORETT, S. D. S.; SOUZA, M. D. O. **Desenvolvimento de recursos pedagógicos para inserir o ensino de astronomia nas séries iniciais do ensino fundamental**. Revista Latino-Americana de Educação em Astronomia, n. 9, p. 33-45, 2010.

TEMPOAPRENDIZAGEM NO AGRUPAMENTO MONTESSORIANO

Práticas educativas

Luciana Pacheco Marques
Professora FACED/PPGE/UFJF
luciana.marques65@gmail.com

Cristiane Elvira de Assis Oliveira
IF Sudeste MG – Campus JF
cristianeelvira@yahoo.com.br

Ana Beatriz de Lima Alvim
Bolsista PIBIC/CNPq
Graduanda Pedagogia UFJF
anab.lima.8@gmail.com

Camila Tassi Nascimento
Bolsista IC/CNPq
Graduanda Pedagogia UFJF
milatassi@yahoo.com.br

Agência de financiamento: CNPq

Este texto emergiu a partir da pesquisa intitulada "Escolas inovadoras: usos dos tempos", desenvolvida pelo *Grupo Tempos*, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Diversidade (NEPED), vinculado à Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A pesquisa está sendo realizada na Escola Internacional SACI localizada em Juiz de Fora/Minas Gerais que atende alunos e alunas da Educação Infantil ao nono ano do Ensino Fundamental e tem o objetivo de problematizar os usos dos tempos no/do cotidiano escolar. O cotidiano escolar é formado por múltiplos tempos. O tempo *Chrónos* é o tempo cronometrado, concebido como um tempo igual para todos os sujeitos. O tempo *Kairós* é o tempo das oportunidades, um tempo dedicado à criação. E o tempo *Aión* é o tempo do acontecimento, o tempo subjetivo de cada sujeito (KOHAN, 2004). Acreditamos que é possível experienciar os múltiplos tempos que permeiam o cotidiano escolar, pois os tempos *Chrónos*, *Kairós* e *Aión* coexistem em importância e estabelecem uma relação harmoniosa na prática pedagógica. Na tessitura dessa pesquisa, utilizamos como perspectiva teórico-político-epistemológico-metodológica (OLIVEIRA; SGARBI, 2008) a pesquisa no/do/com o cotidiano escolar, que nos permite experienciar os

espaçotempos escolares com todos os sujeitos e em suas múltiplas redes de *saberesfazeres*. Para vivenciar o dia-a-dia da escola e para compreender como os sujeitos escolares experienciam o tempo, bolsistas do *Grupo Tempos* estão mergulhadas no cotidiano da Escola Internacional SACI desde o ano de 2016, narrando os indícios sobre os usos do tempo no cotidiano escolar. Semanalmente, bolsistas do *Grupo Tempos* acompanham as salas agrupada II (3 a 6 anos) e IV (9 e 10 anos), narrando o cotidiano dessas turmas. No agrupamento, as turmas são organizadas pelos períodos sensíveis, sendo proposto de 0 a 3 anos; 3 a 6 anos; 6 a 9 anos; 9 a 12 anos e assim por diante, de três em três anos (MONTESSORI, 1949), o que possibilita outra relação *tempoaprendizagem*. “A criança realiza suas aquisições nos períodos sensíveis, que se poderiam comparar a um farol aceso que ilumina interiormente, ou a um campo elétrico que ocasiona fenômenos ativos. É essa sensibilidade que permite à criança relacionar-se com o mundo exterior de maneira excepcionalmente intensa. Cada esforço é um acréscimo de poder. O torpor da indiferença, a fadiga, só ocorrem depois que a aquisição foi completada no período sensível” (MONTESSORI, s.d., p. 53). Podemos considerar que a Escola Internacional Saci que tem sua proposta pedagógica baseada *teoricometodologica* em Montessori intrincada ao trabalho com Pedagogia de Projetos vem equacionando diferentemente o tempo escolar, estabelecendo uma relação harmoniosa entre a cronologia do relógio e a criação. Pratica-se a *pedagogia de outro tempo* (SKLIAR, 2002), alunas/os utilizam o tempo não como marcador matematizado das aprendizagens, mas em toda a sua extensão para criar *conhecimentovida*.

Palavras-chave: cotidiano; tempo; ensino infantil; ensino fundamental; agrupamento.

Referências

KOHAN, Walter Omar. A infância da educação: o conceito devir criança. In: KOHAN, Walter Omar (Org.). **Lugares da infância:** filosofia. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p.51-68.

MONTESSORI. Maria. **A Criança**. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.]. Disponível em: https://issuu.com/telmamartinsfoito/docs/livro_completo_-_maria_montessori. Acesso em: 20 maio 2019.

MONTESSORI. Maria. **Mente Absorvente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Portugalia, 1949.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; SGARBI, Paulo. **Estudos do Cotidiano & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SKLIAR, Carlos. A educação que se pergunta pelos outros: e se o outro não estivesse aqui? In: LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth (Orgs.). **Currículos: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 196-215.

UM ESTUDO SOBRE O USO DO INTERNETÊS NA PERSPECTIVA DE ALUNOS DO 9º ANO

Práticas educativas

Dionatan Henrique da Silva Rosa (UFJF)

dionatanhenrique7@gmail.com

Drielle Andrade Belgo (UFJF)

drielle_belgo@hotmail.com

Rafaela das Dores Soares (UFJF)

rafaa_soares@hotmail.com

RESUMO: O advento do computador conectado à internet tem modificado a forma como nos comunicamos no dia a dia. Buscando compreender esse cenário, a presente pesquisa exploratória tem o objetivo de identificar a interferência do internetês, variante linguística da língua portuguesa exclusiva do ambiente virtual, na perspectiva de alunos de uma turma do 9º ano do ensino fundamental, em uma escola da rede pública municipal, do interior do estado de Minas Gerais. A opinião dos professores de língua portuguesa a respeito dessa temática também foi verificada. O trabalho apresenta uma reflexão teórica mais ampla que contextualiza o debate sobre o letramento digital e o ensino de Língua Portuguesa nas escolas. Ainda no plano teórico, é revista e discutida a literatura que salienta a influência do internetês no cotidiano de jovens e adolescentes que se identificam com esse novo gênero linguístico de escrita e as possibilidades de ocorrências dessa variante linguística do meio virtual ao conhecimento das práticas textuais do português. O corpus da presente pesquisa constitui-se de dezenove alunos e quatro professores de Língua Portuguesa em uma turma de 9º ano de uma escola pública localizada na Zona da Mata Mineira. Os instrumentos de pesquisa utilizados na geração dos dados foram questionários, entrevista, diário de pesquisa. Todos agregados a uma discussão após a leitura de um conto sobre a mesma temática e a inserção de jogos em plataformas virtuais a fim de analisar a relação entre educandos e a linguagem do gênero virtual de forma reflexiva. Os resultados obtidos indicam que o internetês é uma prática letrada amplamente utilizada e compartilhada por jovens e adolescentes, que fazem uso dessa variante de maneira consciente, sabendo adequar e escolher diferentes formas de enunciação aos diversos e distintos contextos situacionais

comunicativos. Por parte dos docentes identifica-se preconceito linguístico em relação à variante em questão. Devemos considerar que devido à facilidade de acesso à internet e suas múltiplas possibilidades de interação dada aos sujeitos torna-se possível o acesso e contato com diferentes práticas comunicativas tão legítimas quanto o português padrão. Com isso, novos gêneros a todo instante surgem e é dever da escola e dos professores de Língua Portuguesa correlacionarem as estruturas da norma padrão e o uso da língua. No entanto, este profissional deverá preparar o educando para usar criticamente as diversas formas de linguagens, buscando adequá-las aos novos gêneros discursivos do ambiente digital mantendo a característica de língua.

Palavras-chave: internetês; letramento digital; ambiente virtual.

Referências:

- LAURENTINO, André. et al. **Lições de gramática:** para quem gosta de literatura. 1. ed. São Paulo: Panda Books, 2007.
- MELO, S. P.; BEZERRA, B.G.. **O internetês em questão:** “português assassinado a tecladas”?. In: Benedito Gomes Bezerra. (Org.). *Leitura e escrita na interação virtual*. Recife: EDUPE, 2011, v., p. 27-43.
- KOMESU, Fabiana; TENANI, Luciani. **O internetês na escola**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- BRASIL, MEC. **Base Nacional Comum Curricular:** A área de linguagens. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

COMUNICAÇÃO ORAL “UM OLHAR SOBRE OS 50 ANOS DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO DE PAULO FREIRE”

Área Temática: 6 – Práticas Educativas

Flávia Alves Bonsanto

Universidade Federal de Juiz de Fora

Ao fazer uma prática reflexiva e crítica da realidade do país como Mulher, Cidadã, Professora e Pesquisadora tive uma sensação de sufocamento. Na busca por um suspiro de paz recorri à “Pedagogia do Oprimido”, com a qual pude reanimar as esperanças. Nesta obra atemporal, que em 2018 completou meio século de/pela resistência, Paulo Freire nos revela aspectos referentes às situações-limite do Brasil, alertando que a ação antidialógica do opressor busca a dominação e a imposição da sua visão econômica, social e cultural, o que ceifa a liberdade dos oprimidos. Todavia, Paulo Freire nos esclarece, sobretudo, da possibilidade de transformação social a partir da superação da opressão. Um caminho iluminado é o da Educação, defendida por ele como uma especificidade humana. Se o opressor divide a nação, a fim de garantir a manutenção do status quo, o povo, baseado na consciência revolucionária e na ação dialógica, pode organizar-se e educar-se em colaboração com vistas à emancipação. Para tanto, a abertura ao diálogo e a problematização das relações e ações sociais revelam ser fundamentos para/pela mudança, no sentido de adotar práticas investigativas que potencializem a conscientização e a práxis. O educador não dogmatiza suas reflexões, trazendo manuais de como fazer ou prescrições. No entanto, nos reconhece como seres produtores da nossa própria história, manifesta sua esperança na humanidade, acredita no diálogo, defende a ascensão da ingenuidade à crítica e argumenta que o mundo mediatiza nossas aprendizagens. Movida, fortemente, pelas ideias Freirianas da esperança, fé na humanidade e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar, reuni minhas considerações em um texto que, juntamente com outros 49 autores(as), foi publicado pelo Instituto Paulo Freire como E-Book, em celebração aos 50 anos da “Pedagogia do Oprimido” com o título “50 olhares sobre os 50 anos da Pedagogia do Oprimido”. O prefácio desta obra foi, honrosamente, escrito pelo Professor Moacir Gadotti, cujas reflexões apontam a “Pedagogia do Oprimido” como “uma espécie de mapa de navegação em tempos nebulosos”. Dada a importante proposta de celebração desta grande obra e, sobretudo, a defesa das perspectivas Freirianas para educação, peço e justifico um espaço para comunicação oral desta experiência dentro da Semana da Faculdade de Educação, tendo em vista que é um evento propício para difusão de práticas educativas e reflexivas pela democracia e liberdade de pensamento e opinião.

Palavras-chave: Prática Reflexiva. Pedagogia do Oprimido.

UMA CARTOGRAFIA POR MEIO DOS MAPAS VIVENCIAIS DOS DIFERENTES USOS DO CAMPUS DA UFJF

Práticas Educativas

Bernardo Marques Werneck

bernardomarqueswerneck@gmail.com – UFJF

Pesquisa de mestrado em educação que compreende o uso do campus universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora como possibilidade formadora. Fundamentada na teoria histórico-cultural, a investigação de campo tem como objetivo desvelar os diferentes usos do campus da UFJF acessando as vivências dos sujeitos participantes. No desenvolvimento teórico-metodológico, em uma perspectiva dialógica de aproximação com os pesquisados, foram produzidos mapas vivenciais, referenciados no conceito de vivência, em russo *Perejivanie*, de Vigotski. Na interpretação das falas e registros elaborados com os pesquisados são apresentados apontamentos que evidenciam singularidades das suas vivências constituídas nos usos nesses espaços. A apresentação do trabalho traz com um breve relato de memória até a inquietação inicial que gerou a questão desta pesquisa. Em seguida é discutido o caminho teórico-metodológico amparado principalmente em Santos (2011) e Vigotski (2006; 2010), os quais servem de sustentação para os trabalhos de campo. O trabalho contextualiza o recorte desta pesquisa, o campus universitário com a cidade em que está inserida, Juiz de Fora, com seu processo histórico de surgimento até a consolidação da UFJF. É demonstrada a importância de um espaço público como o campus universitário na formação humana. As interpretações dos mapas vivenciais produzidos nos trabalhos de campos são apresentadas. Através desse trajeto teórico e prático, apontamos a necessidade do fomento e uso de um espaço público como um campus universitário. Com inferências obtidas, a pesquisa demonstrou a iminência do meio geo-histórico com toda sua cultura gerada no processo de desenvolvimento do homem. A relação de unidade fundada entre o homem e o meio é primordial em sua constituição. As interpretações do material de campo nos revelaram categorias interpretativas revelando-se variados usos e relações com o campus universitário. Portanto, a utilização de uma nova metodologia para produção outra de cartografia e a potência desse espaço público, o campus, com sua potência formativa é o que essa pesquisa pode contribuir no campo da educação e ensino de geografia.

Palavras-chave: uso; vivências; mapas vivenciais; *campus*; Universidade Federal de Juiz de Fora.

UMA NOVA METODOLOGIA PARA O ENSINO DE TELEJORNALISMO

Área Temática: Práticas Educativas

Gilze Bara

gilze.bara@gmail.com

Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF)

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Ensinar Telejornalismo nos cursos de graduação em Jornalismo é sinônimo de desafio. Não que não o sejam outras disciplinas, mas quando o estudante depara-se com uma câmera e com a necessidade de transmitir uma notícia frente a frente com o equipamento, sem ler um texto, com a postura adequada, segurando o microfone da maneira correta, falando com a entonação que a notícia exige e fazendo as expressões corporais e faciais adequadas, a tarefa torna-se especialmente desafiadora. Nos Manuais de Telejornalismo e nos demais livros de Telejornalismo disponíveis no Brasil, não há um bê-á-bá sobre como deve ser o ensino da disciplina. Daí a necessidade de se criar uma metodologia própria para a matéria, de maneira a respeitar as características e as necessidades do meio de comunicação em questão e, ao mesmo tempo, aproveitar ao máximo as potencialidades dos estudantes, sem inibi-los ou causar constrangimentos diante das dificuldades que vierem a surgir. O objetivo deste trabalho é relatar/registrar a metodologia criada pela autora do mesmo para o ensino de Telejornalismo em cursos de graduação em Jornalismo. Tal método foi estabelecido a partir da vivência da autora como Editora Chefe de uma emissora regional de televisão (a TV Alterosa/SBT Zona da Mata e Campos das Vertentes, sediada em Juiz de Fora) e de pesquisas bibliográficas em livros sobre o tema. A metodologia criada leva em consideração as dificuldades apresentadas pelos estudantes, bem como os recursos técnicos possíveis e a inserção gradativa das exigências necessárias para estar à frente de uma câmera e transmitir uma notícia pela TV. Assim, após aulas teóricas sobre televisão e telejornalismo, os estudantes começam as aulas práticas exercitando formatos mais simples e nos quais o enquadramento (o quanto se mostra da cena e das pessoas envolvidas nela) utilizado é mais fechado, mostrando apenas o rosto e um pouco do tronco dos mesmos. Em seguida, os futuros jornalistas testam formatos gravados com enquadramento mais aberto, revelando, além do rosto, todo o tronco e parte da cintura. Depois, além de terem que andar em cena, os estudantes são mostrados de corpo inteiro, com o enquadramento

totalmente aberto, tendo necessidade de movimentação das mãos, com atenção aos gestos utilizados. E a sequência de exercícios vai, sempre, exigindo mais dos alunos. Este crescente do quanto se mostra dos futuros repórteres de televisão permite que os estudantes criem, aos poucos, mais intimidade com a câmera e, com isso, a tendência é que fiquem mais à vontade no decorrer dos exercícios, sem causar constrangimentos. Nas mais de trinta turmas de Jornalismo nas quais a metodologia foi aplicada (durante 12 anos de ensino da disciplina), todos os estudantes conseguiram praticar os exercícios de Telejornalismo, inclusive aqueles que, inicialmente, mostravam-se tímidos e com receio de estar em frente à câmera.

Palavras-chave: Telejornalismo. Jornalismo Audiovisual. Jornalismo. Metodologia.

**UTILIZAÇÃO DE AMOSTRAS DE PLANTAS NO
ENSINO MÉDIO: UMA
POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE BOTÂNICA**

Área temática: Práticas educativas

Vanessa das Graças Pereira de Souza

vanessagpds@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

CAPES

Márcia Kelly Silva Romano

smrciakelly@yahoo.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Bolsista UFJF

Michele Munk Pereira

michele.munk@ufjf.edu.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

Coordenadora PIBID Biologia – CAPES

RESUMO

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa que visa ao aperfeiçoamento e à valorização da formação inicial de professores para a educação básica, destacando-se como ponto relevante a oportunidade da vivência docente num diálogo constante com a formação teórica e utilização de práticas educativas inovadoras e enriquecedoras. O uso de atividades práticas é considerado um recurso importante para o ensino de Biologia. Nessa perspectiva, o presente trabalho apresenta a experiência de integrantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no desenvolvimento de uma prática educativa para o ensino de botânica em turmas do 2º ano do Ensino Médio. A Botânica constitui-se na área da Biologia responsável pelo estudo dos vegetais. O ensino de Botânica permite a compreensão da ciência e a sensibilização para a preservação e conservação dos ambientes naturais (Oliveira, 2003). A abordagem da botânica na Educação Básica, em muitos casos, ainda está distante de alcançar os objetivos esperados em um processo de ensino-aprendizagem significativo e transformador. Relata-se,

muitas vezes, que os estudantes e professores, não se interessam pela botânica, que é considerada difícil, enfadonha e distante da realidade, devido principalmente ao uso excessivo de nomes científicos, descrição de conceitos, estruturas morfológicas e anatômicas vegetais (Silva; Ghilardi-Lopes, 2014). A falta de motivação dos alunos ao estudo da Botânica é revelada por Nogueira (1997): “O ensino de botânica [...] é considerado pelos professores e alunos uma dificuldade quanto ao processo ensino-aprendizagem. Dificuldade esta evidenciada pelo pouco interesse e baixo rendimento neste conteúdo”. Nesse contexto, a fim de utilizar práticas educativas que facilitem o processo de ensino-aprendizagem, os bolsistas do PIBID, desenvolveram uma atividade prática para o Ensino de Botânica no Ensino Médio. Inicialmente, utilizando um projetor multimídia, foi apresentado para os alunos os principais grupos de plantas, os diferentes tipos de frutos e suas classificações e a caracterização das sementes; e como essas plantas estão presentes no dia-a-dia. Após a contextualização, amostras de plantas, frutos e sementes abundantemente observados e de fácil acesso, foram organizados, de modo que, os alunos divididos em grupos, pudessem relacionar estes aos seus nomes científicos e/ou populares. A avaliação do aprendizado foi baseada na

participação do aluno na atividade, na habilidade em relacionar os conteúdos teóricos com a prática aplicada e no desempenho posterior na avaliação aplicada pela professora sobre o conteúdo. Como resultado verificou-se que o uso de amostras de plantas despertou um maior interesse dos alunos ao tema, o que, conseqüentemente, resultou numa participação efetiva da turma na atividade proposta.

Palavras-chave: Ensino de biologia; Ensino-aprendizagem; Práticas-educativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NOGUEIRA, A. C. O. Cartilha em quadrinhos: um recurso dinâmico para se ensinar botânica. In: ENCONTRO “PERSPECTIVAS DO ENSINO DE BIOLOGIA”, 6., 1997, São Paulo. Coletânea. São Paulo: USP, 1997. p. 248-249.

OLIVEIRA, C. O. Introdução à Biologia Vegetal. 2. ed. Revisão Ampliada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003.

SILVA, J. N.; GHILARDI-LOPES, N. P. Botânica no Ensino Fundamental: diagnósticos de dificuldades no ensino e da percepção e representação da biodiversidade

vegetal por estudantes de escolas da região metropolitana de São Paulo. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, v.13, n.2, p.115-36. 2014.

A EDUCAÇÃO CIDADÃ E O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO.

Currículo

Helce Amanda de Oliveira Moreira.

helceamanda@gmail.com

FAETERJ – Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa discute de que maneira as premissas do Programa Escola Sem Partido prejudicam a formação de um sujeito cidadão e de uma escola cidadã. Assim, o trabalho tem como objetivo compreender como se expressa o caráter ideológico de uma educação voltada para uma formação não cidadã. Ou seja, a proposta desse movimento gera uma escola sem liberdade, pluralidade, inclusão ou democracia, segregando, discriminando e reprimindo alunos e professores. Tais valores são divergentes das recomendações dos PCNs, pois com o intuito de discutir questões ligadas cidadania nas escolas introduziram os Temas Transversais que trazem para o processo educativo reflexões sobre pluralidade cultural, orientação sexual, entre outros. Nesse estudo foi utilizada em sua metodologia pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, que se caracterizou por buscar nos contextos históricos, sociais, políticos e culturais os condicionantes para compreendermos e interpretarmos essa dada situação. Referenciais teóricos como as obras de autores como Freire (1999, 2010), Gadotti (1983) e Frigotto (2016, 2017) nos conduziram a conclusão de que a escola democrática não possui a função de formar um cidadão modelo, com um tipo de perfil específico, mas o de celebrar as diversidades, fazendo da escola mais um espaço para a convivência democrática. Dessa forma, entendemos que as repercussões da implantação do programa Escola Sem Partido seriam diversas e prejudiciais perante o que se acredita de uma educação que propicie a democracia e a cidadania, pois ele deteriora a relação entre os docentes e discentes, restringe a liberdade de educar e aprender, propaga concepções

educacionais infundadas e retrógradas e trás interesses privados ao ambiente público.

Palavras-chave: Educação cidadã. Escola sem Partido. Ideologia.

AS CIÊNCIAS DA NATUREZA NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DOCENTE NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO JOÃO XXIII/UFJF 2019

ÁREA TEMÁTICA: (2) - Currículo

Ana Carolina Resende (Residente - Ciências Biológicas CAp. João XXIII/UFJF)
acarolina.rcosta@gmail.com

Priscilla Cerqueira (Residente - Química CAp. João XXIII/UFJF)
pricerqueira85@gmail.com

Fabiana Andrade (Orientadora - Química CAp. João XXIII/UFJF)
fa.costavieira@gmail.com

Fernanda Bassoli (Orientadora - Ciências Biológicas CAp. João XXIII/UFJF)
fernanda.bassoli@ufjf.edu.br

Objetivamos compartilhar o projeto de pesquisa da área de Ciências Naturais (CN) do Programa de Residência Docente do Colégio de Aplicação (CAp.) João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O projeto conta com duas residentes, licenciadas em Biologia e Química, sob a orientação de duas professoras efetivas do colégio das respectivas disciplinas. O Cap. é um espaço de formação inicial e continuada de professores, e esse é um projeto pioneiro na UFJF, considerado uma forma potente de valorização da carreira docente. Nessa primeira turma foram selecionados professores recém-graduados de diferentes áreas do conhecimento, que, de acordo com a Resolução N° 138/2018 que regulamenta a Residência, deverão desenvolver atividades que perpassam pela docência, setores administrativo-pedagógico além da produção acadêmica que enuncie os trabalhos desenvolvidos.

De forma conjunta, o trabalho envolve uma pesquisa-ação colaborativa, visando a elaboração de uma proposta curricular (PC) coesa para a área de CN perpassando por todos os segmentos e modalidades de ensino ofertados pelo CAp. Tenciona-se, então, diminuir problemas de continuidade no ensino ao mesmo tempo que se alinha ao Projeto Político Pedagógico (PPP) do colégio, que defende uma cultura solidária e de respeito às diversidades e ao meio ambiente, garantindo o ensino público, gratuito e de qualidade. Além disso, acredita-se ser necessário uma reflexão sobre o ensino de Ciências que busque superar as dificuldades dos estudantes e entenda a educação científica como objetivo social.

Na construção de nosso referencial teórico, traremos: As teorias críticas de currículo; Documentos curriculares de referência - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular; A Teoria da Aprendizagem Significativa - TAS, Paulo Freire e a abordagem CTSA - Ciência,

tecnologia, sociedade e ambiente. No que se refere aos caminhos metodológicos foram elaborados roteiros de entrevista semi-estruturados a serem aplicados junto aos professores de ciências naturais, pedagogos que lecionam ciências e também aos alunos. Além disso, as residentes acompanham diferentes turmas, aulas experimentais e analisarão os planos de trabalho desses professores. Dessa forma esperamos conseguir mapear os conceitos estruturadores que farão parte da PC de CN do CAp.

Já podemos dizer que a infraestrutura do colégio e seu PPP favorecem a construção de uma proposta curricular coerente com nossos objetivos para o ensino de ciências. Porém não deixará de ser um grande desafio pois entendemos o currículo como “multiafetado”. Em suma, ações pedagógicas, políticas, da ordem administrativa e econômica, de criação cultural e acadêmica, de produção didática e de processos avaliativos concorrem de forma co-participativa e geram forças diversas que agem e condicionam a fabricação curricular.

Palavras - chave: residência docente, currículo, ciências naturais, formação de professores

EDUCADORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA DA EJA E SEUS PERCURSOS DE CONSTRUÇÃO CURRICULAR

Área temática: Currículo

Mariana Cassab (mariacassab@yahoo.com.br, FAGED/UFJF – FAPEMIG)

"Esta profissão precisa de se dizer de se contar: é uma maneira de compreender em toda sua complexidade humana e científica" (NÓVOA, 1992). Movida por essa sensibilidade que a pesquisa intitulada "O ensino de Ciências e Biologia na Educação de Jovens e Adultos: uma leitura curricular" procurou entender quem são os educadores em atuação nessa modalidade e como realizam o trabalho de modelar seus currículos diante das especificidades da EJA. Nessa etapa do estudo, os sujeitos da pesquisa foram os educadores de Ciências e Biologia em atuação no município de Juiz de Fora. Assim, durante o segundo semestre de 2018 e o primeiro de 2019 realizamos 14 entrevistas e aplicamos 10 questionários socioeconômico e cultural. Do campo do currículo, em especial, das contribuições teóricas de autores aderidos à perspectiva crítica, como Goodson, Sacristán e Arroyo, manejamos nosso contexto de inteligibilidade. Assim, fundamentamos nossos percursos interpretativos a compreensão do currículo como uma construção social e histórica e como campo de disputa entre atores orientados por sentidos diversos acerca das finalidades sociais da educação. Nessa linha, o trabalho do professor como coautor dos processos de constituição dos textos de saber que circulam na EJA é focado na investigação. Os educadores da EJA submetidos aos condicionantes de ordens diversas - como imperativos da esfera política e administrativa, instâncias de regulação e controle de sua autonomia docente, formas de ordenação do sistema educacional, aspectos de sua formação e vida de seus educandos - atendem o imperativo de definir quais finalidades sociais e educativas assumem em sua ação e quais conhecimentos e práticas que irão legitimar no currículo. O que está em disputa? Que ordens de questões os professores enfrentam e que estratégias inventam para encarar os desafios de ensinar Ciências e Biologia para educandos que ofendem às lógicas lineares e rígidas do ensino dito regular? Uma primeira aproximação analítica ao arquivo produzido na pesquisa indica como aspectos que centralizam a invenção curricular na EJA, o diálogo, a consideração dos saberes dos educandos, o reconhecimento de sua condição de vulnerabilidade e de luta e o entendimento da EJA como espaço de

possibilidade para a escrita criativa de outros desenhos curriculares que não o instituído nas configurações mais estáveis do ensino dito regular. Esses são alguns dos aspectos a serem aprofundados no decurso da análise, mas que já testemunham a importância de forjar olhares, recursos, políticas e identidades sintonizados à compreensão da EJA como lugar de direito à educação e à vida por parte dos educandos e de possibilidade de exercício profissional criativo e autônomo por parte de seus educadores.

Palavras-Chave: EJA, Currículo, Educação em Ciências e Biologia

ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA E CURRÍCULO: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS E PRÁTICAS DOCENTES EM SALA DE AULA

Área Temática: CURRÍCULO

Márcia Patrícia Barboza de Souza – marciapatricia.barboza@gmail.com

Resumo

As novas demandas exigidas pela sociedade elevaram a importância da leitura e da escrita nas aulas de Língua Portuguesa, levando à necessidade de uma prática curricular com um diferencial significativo para atender às novas exigências de interação e comunicação da vida cotidiana, fazendo uso da língua em sua função social. A concepção de linguagem que até então prevalecia nos documentos curriculares oficiais brasileiros legitimava uma visão de ensino que vinha sendo difundida desde o final dos anos 1980 e que recebeu forte influência de concepções estrangeiras. Ao elaborar uma política curricular, deve-se considerar as possibilidades de leitura que serão feitas do conteúdo do documento escrito e, conseqüentemente, as diferentes práticas que podem ser geradas e os novos sentidos que podem ser produzidos. Ao tomar a Proposta Curricular de Língua Portuguesa da Secretaria de Educação de Juiz de Fora (PCLP/SE-JF) como objeto de pesquisa basilar no trabalho de investigação realizado no período de 2015 a 2017, a intenção foi analisar todo o movimento de constituição dessa nova proposta, buscando, na perspectiva do ciclo de políticas de Ball, compreender os discursos formados, a recontextualização desses discursos em texto oficial e a (re) interpretação desse texto na prática curricular. Os aspectos que constituíram o contexto da prática, espaço onde se focaliza a figura do professor como agente curricular, foram analisados em sua relação com os contextos de influência e de produção, uma vez que a PCLP/SE-JF se configurou em um processo contínuo de construção coletiva. Nesse sentido, buscou-se refletir sobre as teorias que abordam os gêneros textuais, na sua modalidade escrita, considerando a organização de duas sequências didáticas desenvolvidas por duas professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental (EF), em uma escola da rede, campo dessa pesquisa, que atende alunos desde o Maternal até os anos finais do EF. Como aporte teórico, para fundamentar tal análise, foram utilizadas as concepções trazidas por Bakhtin (2003), Marcuschi (1998), Schneuwly e Dolz (2004). Pelas observações, foi possível verificar no discurso e na prática das professoras a necessidade e a importância de uma base teórica que possibilite trabalhar efetivamente o ensino da língua por meio dos gêneros textuais, tendo a

sequência didática como metodologia a ser utilizada. Dessa forma, para compreender a prática curricular exercida na Escola observada, foi preciso entender também as ações que permeiam esse cotidiano escolar, em todos os sentidos em que elas são produzidas e recriadas.

Palavras-chave: discurso docente; ensino da língua; prática curricular

ENSINO DE HISTÓRIA: TRAJETÓRIA E IMPACTOS CURRICULARES

Modalidade: Comunicação Oral

Anderson Ferrari – aferrari13@globo.com

Karla Lara de Mello – karlalara1996@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: A partir de uma pesquisa sobre a história do ensino de História no Brasil desde a ação de formulação dos conteúdos pelo IHGB à proposta da BNCC, buscarei focar as principais modificações ocorridas no tratamento à disciplina na sua relação com a constituição dos alunos e alunas. Será realizada uma análise dos currículos nacionais que norteiam o ensino, dando prioridade ao momento de redemocratização até os dias atuais, isso significa dizer, que os documentos que fornecem base a esse trabalho são: a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997/98 e por último a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino fundamental. Com isso, quero afirmar que o Ensino de História tem história, ele é resultado de construção, que dialoga com o seu contexto político e histórico. O objetivo dessa pesquisa é compreender o que significa a proposta do ensino de história hoje, em meio às continuidades e rupturas com o passado, e mapear que tipo de aluno esses documentos pretendem formar, analisando a formação crítica dos mesmos, autonomia das escolas dos professores e professoras, principalmente na conjuntura atual, em que os espaços de debates estão sendo ameaçados. Essa pesquisa se constitui como importante reflexão sobre os caminhos que o ensino de história, vem trilhando ao longo das últimas décadas. Se anteriormente, a disciplina de história a serviço do Estado buscava fornecer uma formação cívica e patriótica do cidadão, hoje o trabalho da disciplina, gira em torno de uma reflexão sobre pluralidade; tolerância, assim como, um olhar crítico sobre os “acontecimentos históricos”. Contudo, podemos observar que as políticas governamentais nem sempre estão de acordo com as pesquisas na academia, e que os contextos políticos influenciam fortemente para a possibilidade de progresso ou retrocesso na sociedade. Os resultados desse trabalho apontam que o documento atual,

base para os currículos escolares, pouco rompe com a perspectiva tradicional de ensino de história, contribuindo muito pouco na formação dos alunos e alunas para além do espaço escolar. O documento aponta que esse, não se constituir como um modelo pronto e acabado, mas é importante entender o grau de autonomia que será preservado às escolas, para que não ocorra uma homogeneização nas distintas realidades escolares e seus respectivos sujeitos. Além disso, será problematizada a concepção de que a formação educacional deve ser voltada para atender o mercado de trabalho, satisfazendo assim, as demandas capitalistas. A perspectiva teórica adotada é a pós-estruturalista que defende que a História e o Ensino de História são resultados de disputa discursiva, atravessado por relações saber-poder. Como procedimento metodológico é importante dizer que trata-se de uma pesquisa documental.

Palavras-chave: Ensino de História no Brasil; currículos; educação.

**IMPACTOS E REFLEXOS DA PROPOSTA CURRICULAR DA EJA – SEJA/SE/PJF
(2010): CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE UM DOCUMENTO INOVADOR E
CONSTRUTOR DE UM TRABALHO COLETIVO, TRANSDISCIPLINAR, DIALÓGICO.**

Área temática: Currículo

Riza Amaral Lemos
Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP
Prefeitura de Campinas/SP
Riza.lemos@gmail.com

Kátia Cristina Candido Aquino Marciano
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF
Prefeitura de Juiz de Fora/PJF
katiaaquinoeja@gmail.com

Resumo:

Perpassado por uma perspectiva de currículo que favoreça a emancipação dos sujeitos amplamente difundido nos pressupostos de Paulo Freire (1997), o presente texto objetiva apresentar o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Educação de Juiz de Fora, através da Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos, reformulada em 2010¹, por meio da participação ativa de educadores da rede municipal que se reuniram, à época, no intuito de consolidar uma proposta capaz, efetivamente, de atender às especificidades da EJA e garantir um currículo passível de adequação às prerrogativas e necessidades temporais, espaciais e sociais desse segmento. A premente necessidade de postular novos horizontes, culminou na realização de uma força-tarefa concretizadora de uma proposta válida para todos os envolvidos no processo, propiciando o “re-significar” da EJA, compreendida, então, como um direito, o que permitiu a transcendência dos processos educativos para campos de reais significação, extrapolando os vieses de um mero processo educativo, sensibilizando o olhar para os educandos da modalidade, ao considerar seu histórico de vida e aprendizado diário. A proposta juizforana para a EJA favorece o desenvolvimento do pensamento crítico, desvincilhada das tradicionais proposições prescritivas,

¹ Para saber mais: Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos. Secretaria de Educação – Prefeitura de Juiz de Fora.

Disponível em:
<https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/se/escolas_municipais/curriculos/arquivos/miolo_eja.pdf> Acesso em:
04/06/2019

privilegiando a contextualização do conhecimento e predispõe sempre sobre saberes pautados na análise, síntese, interpretação, correlação de fazeres e práticas. O fato de se constituir um instrumento resultante de discussões coletivas, fomentando o dialogismo durante os processos formativos, favorece a consolidação dos fazeres em salas de aula, evidenciando premissas da teoria de Bakhtin que aponta a dialogia como ato responsável, consolidando uma escuta que fala. Tais evidenciações creditam à Proposta Curricular do município tamanha relevância, por transpor as fronteiras de um mero documento e se apresentar como fomentador de práticas curriculares, impulsionadas por suas diretrizes, que potencializam e influenciam as ações na EJA, impactando na formação dos sujeitos atendidos na modalidade. Sob esse prisma, os educadores se embasam em ideologias que desenvolvem sua atividade docente, produzindo e legitimando, conseqüentemente, os interesses políticos, econômicos e sociais, através das práticas. Os encontros mensais formativos, coordenados pela SEJA/DEF/SSAPE/SE (Supervisão de Educação de Jovens e Adultos, do Departamento de Ensino Fundamental, vinculados à Subsecretaria de Articulações Políticas e Educacionais da Secretaria de Educação de Juiz de Fora), ressaltam a validade da proposta curricular validando o documento como arrematador de uma prática transdisciplinar, substancial na formação do ser humano, enquanto uma unidade plural de conhecimentos, intrinsecamente responsável pela consolidação de saberes. No contexto pós-moderno, o clamor por um olhar transdisciplinar, capaz de permitir novas formas de conhecimento compatíveis com a realidade, é evidente, conforme já apontado por teóricos como Morin (2003), D'Ambrósio (1997), Nicolescu (2000) entre outros. O movimento, ora relatado, revela-se como impulsionador de novas e inovadoras ações no chão da escola.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos – Currículo – Educação – Direito.

Referências Bibliográficas:

D'AMBROSIO, U.. *Globalización, educación multicultural y etnomatemática*. In: UNESCO (Org.). *Conocimiento matemático en la educación de jóvenes y adultos*. Santiago: UNESCO, 1997, p. 13-26.

FREIRE, P. (1997). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MORIN, E. *Notas para um "Emílio" Contemporâneo*. In: PENA-VEJA, A.; ALMEIDA, C. R. S.; PETRAGLIA, I. (orgs). *Edgar Morin: Ética, Cultura e Educação*. Ed. Cortez, São Paulo: 2003.

NICOLESCU, B. *Manifesto da transdisciplinaridade*. Brasília: UNESCO, 2000

INTERAÇÕES INTERMOLECULARES: ABORDAGEM DO TEMA NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

Área Temática: Avaliação

Márcia Maria Pinto Coelho
marcia.pinto.coelho@educacao.mg.gov.br
Programa de Pós graduação em Química - UFJF
Andréia Francisco Afonso
andreaia.fonso@ufjf.edu.br
Departamento de Química - UFJF

Nosso trabalho apresenta a abordagem das Interações Intermoleculares nas questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), uma avaliação externa, também denominada de larga escala. Em 2018, o Decreto 9432/18 regulamentou que o Exame pode ser utilizado como mecanismo de acesso ao Ensino Superior e aos programas de financiamento e apoio ao estudante, do governo federal, o que ampliou a sua importância (Brasil, 2018).

Os conteúdos abordados nas suas questões estão na Matriz de Referência, formada por dez objetos de conhecimento, sendo as Interações Intermoleculares, um dos assuntos pertencentes ao objeto Materiais, suas propriedades e usos.¹

Entendemos as Interações Intermoleculares como forças de natureza elétrica que surgem entre as moléculas (ROCHA, 2001)² e a sua presença na Matriz é um dos fatores de relevância da aprendizagem do conceito pelos egressos do Ensino Médio. Elas auxiliam na compreensão de situações do cotidiano, como por exemplo, a retirada de gorduras pelos detergentes, o fato da lagartixa caminhar pelas paredes, a remoção dos esmaltes das unhas etc.

Na análise da abordagem das Interações Intermoleculares nas questões da área de Ciências da Natureza do Enem, realizamos uma pesquisa documental (BARDIN, 2016)³, selecionando os cadernos de cor azul aplicados de 2012 a 2018. Em cada

¹ INEP http://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf

² ROCHA, W. R. Interações Intermoleculares. *Química Nova na Escola*, v.1, n.4, p.31-36. 2001.

³ BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

questão, buscamos no texto-base, no comando e nas alternativas, os termos Interações Intermoleculares, Interações Químicas, e as denominações dadas aos tipos dessa interação (dipolo-dipolo, dipolo induzido-dipolo induzido, ligação de hidrogênio, dipolo-dipolo induzido). Seleccionamos apenas quatro das 315 questões da área de Ciências da Natureza.

O reconhecimento dos tipos de Interações estão nas quatro questões, sendo que em duas, também é preciso analisar as intensidades – forte ou fraca. Já o termo Interações Intermoleculares aparece apenas no enunciado de duas questões.

Dois questões têm imagens no enunciado, a 86 de 2013 e a 130 de 2017. Elas representam estruturas de moléculas e para a resolução, o estudante precisa interpretá-las de acordo com os conceitos de polaridade pertencentes ao mesmo objeto de conhecimento de Interações Intermoleculares contido na Matriz do Enem.

Apesar da força íon-dipolo não ocorrer entre moléculas, ela aparece junto às Interações Intermoleculares nas questões do Enem, pois também envolve o conhecimento sobre o conceito das interações eletrostáticas necessário ao seu entendimento.

Nas quatro questões da pesquisa é necessário identificar os tipos de Interações Intermoleculares através da relação conceitual com uma situação exposta no enunciado da questão. Isso mostra que a compreensão das Interações auxiliam na compreensão de propriedades macroscópicas observáveis durante o processo de ensino e aprendizagem, que pode ser transposto pelos estudantes em situações do dia a dia.

Palavras-chave: Interações Intermoleculares; Enem; Avaliação; Química; Ensino Médio.

O CURRÍCULO OCULTO E SUAS POSSIBILIDADES: POR NOVAS E OUTRAS ABORDAGENS SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL E PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO.

Área temática: Currículo.

Iuli do Carmo Melo
iulimelo05@yahoo.com.br
Universidade Federal de Juiz de Fora

Ancorada a perspectiva teórico metodológica pós-estruturalista, contextualizada num debate feminista - interseccional, o presente artigo, tem a proposta de pensar outras e novas abordagens de Educação Sexual e para as relações de gênero nas escolas. Partindo da experiência em que se propôs a ouvir as demandas e necessidades relacionadas a temática de estudantes do oitavo ano do ensino fundamental, na Escola Municipal Antônio Faustino, localizada no Bairro três moinhos em Juiz de Fora. Assim, considera-se o atual cenário político social, em que o debate sobre os estudos de gênero vem sendo descredibilizado e criminalizado na extensão da propagação de um pânico moral e ações discursivas no combate ao que vem sendo chamado “ideologia de gênero”. “A luta contra a “ideologia de gênero” é uma forma de resistência contra os recentes avanços que vêm se dando na América Latina em matéria de direitos sexuais e reprodutivos.” (MILOSKI & CAMPANA, 2016, p. 728) Enunciado por agentes político-religiosos conservadores e fundamentalistas, de forma que as demandas relacionadas aos direitos humanos, tem sido compreendida como uma ameaça a sociedade. A oportunidade do debate surge do projeto de extensão idealizado pelo professor Anderson Ferrari, na qual pude participar da fase de implementação como voluntária. Tendo como *lucus* a escola o objetivo do projeto é incentivar o pensamento crítico dos/das educandas a partir do questionamento, “Porque eu penso, como eu penso?” Assim, fez-se a busca pelo currículo oculto, aquele que parte da experiência de vida e leitura de mundo dos estudantes, saberes por vezes, excluído e subjugado no cotidiano escolar em função dos conteúdos que estrutura os currículos da Educação Básica. Desse modo, as discussões sobre currículo no campo da educação vêm se ampliando para as nuances das práticas educativas que, “ora se revelam, ora se escondem aos olhares desatentos, dentro e fora do ambiente escolar” (MELO *et all*, 2016, p.196). Assim pode-se dizer que as questões relacionadas a sexualidade, gênero, orientação sexual, identidade de gênero ainda que passe pelas barreiras dos efeitos conservadores e fundamentalistas religiosos, se apresentam como parte do currículo escolar, de forma implícita no cotidiano escolar. Nesse contexto, a Educação Sexual e

logo, para as relações de gênero se apresentam como uma possibilidade de enfrentamento as violências. Nesse sentido, pretende-se a partir da atividade a ser relatada, problematizar: quais as possibilidades de se pensar outras e novas abordagens de Educação Sexual e para relações de gênero?

Palavras chave: Currículo Oculto, Relações de Gênero, Educação Sexual.

REFERÊNCIAS

MELO, Fabíola Cristina et all, Quais são as vozes do currículo oculto? Evidência, Araxá, v. 12, n. 12, p. 195-203, 2016. Disponível em: <https://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/viewFile/506/485>. Acesso em 30 de maio de 2019.

MISKOLCI, Richard. CAMPANA, Maximiliano. (2018). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade E Estado*, 32(3), 725-747. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.320300>. Acesso em:30 de maio de 2019.

O LIVRO INFANTIL COMO SUPORTE PARA ALFABETIZAÇÃO

ÁREA TEMÁTICA: Currículo

Priscila Mara Teixeira Silva (priscilamara.silva@yahoo.com.br)

Lana Rose Corrêa Lima Martins (lanarclm@gmail.com)

Renata Velasco (renatavelascojf@bol.com.br)

RESUMO:

O presente trabalho visa socializar esta experiência de prática de ensino, para educadores/ estudantes da área da Educação, objetivando mostrar a possibilidade do uso de livro infantil como suporte no processo inicial de alfabetização de crianças. De maneira significativa, o livro infantil é utilizado como suporte para o desenvolvimento de oficinas literárias, as quais propiciam o gosto pela leitura (letramento) e a reflexão sobre o funcionamento do SEA(alfabetização), de forma integrada e sistemática.

ABSTRACT:

This paper aims to socialize this experience of teaching practice for educators / students in the field of education, aiming to show the possibility of using children's books as support in the initial process of children's literacy. Significantly, the children's book is used as a support for the development of literary workshops, which provide a taste for reading (literacy) and reflection on the functioning of SEA (literacy), in an integrated and systematic way.

KEYWORDS: children's book, literacy, book support; teachers, learning

O TRABALHO DE CAMPO COMO IMPORTANTE FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA A COMPREENSÃO DO CONCEITO DE LUGAR.

Área Temática 2: Currículo

Luís Ricardo Soares Wenceslau
E-mail: luisricardosoareswen@hotmail.com

Maria Teresa Cordeiro Torres
E-mail: mariatecordeiro@gmail.com

Dr^a. Aline da Fonseca Sá e Silveira
E-mail: aline.silveira@uemg.br
Universidade do Estado de Minas Gerais(UEMG)

O presente trabalho tem como propósito relatar as contribuições de um estudo de caso realizado na Escola Estadual Maria Amélia, localizada no município de Rio Doce, Minas Gerais. Tal estudo trata da importância do trabalho de campo enquanto ferramenta metodológica essencial no processo de ensino-aprendizagem em Geografia, que possibilita uma melhor compreensão do conceito de lugar – categoria de análise primordial na construção do raciocínio geográfico desde as séries iniciais, porém abordada com mais profundidade a partir do 6º ano do Ensino Fundamental II –, foco de análise dessa pesquisa. Nesse sentido, o estudo surge a partir das fragilidades observadas no decorrer das séries posteriores e na observação das dificuldades apresentadas pelos alunos no que se refere a assimilação dos conceitos e termos atrelados ao Lugar, que com a operacionalização do trabalho de campo, processo indissociável entre teoria e prática, apresentou uma forma de minimizar as incompreensões dos conhecimentos geográficos durante os anos de formação e vivência dos alunos. Isto posto, acredita-se que os trabalhos de campo são ferramentas metodológicas valiosas para que o corpo discente possa se relacionar com a sociedade, entendendo as relações do homem com o meio em que vive, seja nas relações políticas e econômicas, seja nas relações sociais e culturais inerentes aquele lugar. É preciso enfatizar que o tema proposto torna-se de suma importância para Geografia, pois são poucas as discussões que envolvem o uso dessa ferramenta metodológica – Trabalho de Campo (TC) - na contemporaneidade, incipiência ainda maior no âmbito da Educação Básica fomentada nas escolas públicas. Assim sendo, busca-se por meio das contribuições do Boletim Paulista de Geografia (nº 84, 2006) e de outros periódicos e autores, a construção do saber geográfico na Educação Básica, ainda hoje, notoriamente, continua centrada no método positivista e/ou descritivo, visualizados no discurso oral de aulas expositivas ou em leitura de livros didáticos. Dessa forma, diante

das dificuldades referentes a compreensão do conceito “Lugar” pelos alunos da turma do sexto ano da Escola Estadual Maria Amélia, promoveu-se, por meio da ferramenta metodológica do trabalho de campo, uma atividade prática que proporcionou aos discentes uma melhor reflexão sobre sua própria realidade, auxiliando a entenderem mais facilmente e profundamente o conceito geográfico proposto. Portanto, foi o momento em que a ruptura das fronteiras da sala de aula permitiu uma reconstrução conceitual, que com o auxílio da observação crítica dos espaços do cotidiano, minimizou as dificuldades dos alunos acerca do conceito Lugar. Dessa maneira, salienta-se a importância da não dissociação entre a teoria e prática, tornando-se completo e de melhor compreensão os conhecimentos geográficos, desse modo, avançando com o ensino-aprendizagem dentro de sala de aula na Educação Básica.

Palavras chave: Trabalho de campo, Geografia, Educação Básica.



POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE CORREÇÃO DE FLUXO: O CASO DO PROJETO “TEMPOS DE APRENDER” NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA.

Currículo

M^a da Conceição Carvalho Brandt da Luz

brandtluz57@gmail.com

Mestranda – PPGE/ UFJF

O objetivo deste trabalho é socializar o primeiro movimento de aproximação ao Projeto “Tempos de Aprender” no sentido de delimitar sua proposta e as inflexões que sofreu desde a sua criação em 2014. Tal proposta de pesquisa justificou-se por ser uma política educacional emergida de demandas sociais em busca de garantir o direito a aprendizagem de jovens (em sua maioria vivendo na periferia da cidade) que por algum motivo tiveram sua trajetória educacional cerceada. Hoje, o projeto atende 15 escolas, num total de 28 turmas e 377 alunos. Sendo que, a maioria das turmas são de 8º/9º anos do Ensino Fundamental. Utilizando como referencial a teoria crítica (que buscam discussões que relacionem as práticas educacionais e culturais à luta pela justiça social e econômica de forma a aprofundar práticas emancipadoras para a superação das relações de dominação que as classes dominantes exercem sobre a classe trabalhadora) e mais especificamente, autores como Paulo Freire (1987); Miguel Arroyo (2011) e Gimero Sacristán (2000), procuraremos entender “ Como se dá o processo de construção curricular realizado pelas coordenadoras pedagógicas que atendem as turmas do Projeto de Correção de Fluxo – “Tempos de Aprender” – da Rede Municipal de Juiz de Fora”. A opção em destacar nesta pesquisa a figura do coordenador pedagógico não é algo aleatório. É um reconhecimento sua importância no processo de definição de saberes e práticas que serão postas em ação na escola e também como um educador coparticipe da fabricação curricular. Como é uma pesquisa inicial, seus resultados ainda são quantitativos. Em um primeiro levantamento, percebemos que o cenário da distorção idade-série no Brasil ainda é muito grave. Segundo dados do INEP de 2018, apesar de haver uma redução nessas taxas, ela ainda apresenta 19,7% em todo o país. Recortando

para o município, a taxa de distorção chega a quase 30% olhando-se apenas o 9º ano do Ensino Fundamental. Outro dado relevante, é que nesses anos de projeto, há 8 escolas que estão desde o início da implementação da política; 5 escolas que começaram em 2015 saíram e retornaram em 2017 e as demais, participaram entre um e dois anos, seguidos ou intercalados. Desta forma, entendemos que seja importante debruçarmos sobre esses dados e mais ainda, sobre essa política pública buscando entender, através do viés curricular, como ela contribui para garantir a aprendizagem desses jovens que participam do projeto de correção de fluxo da Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora – “Tempos de Aprender”.

BIBLIOGRAFIA

ARROYO, Miguel G. **Os educandos, seus direitos e o currículo**. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. *Indagações sobre currículo*. Brasília, 2008.

_____. **Currículo, território em disputa**. 1ª ed. Petrópolis; Vozes, pág. 374, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra S/A, 1987.

MACCALI, Nicole et alli. **História de vida: uma possibilidade metodológica de pesquisar os aspectos subjetivos no processo de tomada de decisão**. ANPAD, Rio de Janeiro, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo, Contexto, 2007.

PALAVRAS CHAVES: Políticas públicas, Distorção idade-série, Currículo, Coordenação Pedagógica.

(QUAL O CONCEITO DE QUALIDADE PRESENTE NO DOCUMENTO DA BNCC?)

Área temática: Currículo

O interesse pelo presente estudo surgiu por meio de uma pesquisa em desenvolvimento nomeada: “Que educação para que país: Uma análise das políticas educacionais, sob o olhar da escola”, pelo Grupo de Estudo em Sistemas de Ensino (GESE). Tendo a pesquisa como um de seus objetivos específicos: conhecer as ações desenvolvidas na escola com relação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Foi possível então, analisar o nível de discussão que estavam acontecendo no âmbito escolar em torno da implementação deste documento, constatando que os professores estavam tendo pouco debate sobre o tema. Tal observação foi possível, por meio de questionários aplicados em algumas escolas públicas de Juiz de Fora, os dados obtidos, demonstraram, em uma das questões, evidências de pouca discussão, pois, 33% dos professores respondentes afirmaram não terem discutido a BNCC na escola, 21% responderam em parte, sendo que, quando examinamos os “em partes” o que eles haviam discutido, pudemos considerar que o “em parte” se caracterizava mais como não efetivação da discussão na escola. Em uma das questões os professores também expunham qual era a concepção que eles tinham sobre a BNCC, o que este documento representava para educação. Assim, 22% dos 80 professores participantes assinalaram como a: *“A possibilidade de oferecer educação de qualidade para diferentes grupos sociais.”* Foi por meio deste dado, que surgiu o questionamento para este estudo: Qual o conceito de qualidade presente no documento da BNCC? Com isso, busco refletir sobre os conceitos de qualidade educacionais apresentadas pelas forças políticas presentes na implementação deste documento. A Base Nacional Comum Curricular foi sancionada no ano de 2017, ano em que foi marcado por diversos embates políticos e ideológicos. De acordo com Morgado (2018) isso se deu em virtude de que, o país estava sofrendo grandes tensões políticas, com relação ao recente impeachment da presidente Dilma Rousseff e ascensão do Michel Temer à presidência, as trocas de Ministro da Educação e também a exoneração de 12 dos 24 membros do Conselho Nacional da Educação, sendo estes 12 no qual haviam sido nomeados na presidência da Dilma Rousseff e foram exonerados pelo Michel Temer a pedido do Medonça Filho que estava como Ministro da Educação. Dessa forma, o referencial teórico deste estudo se baseia em leituras do documento da BNCC e outros autores como AGUIAR e DOURADO (2018). Considerando por meio desses autores que toda política implementada pelo governo que estava presente no poder público durante a elaboração

da Base Nacional Comum Curricular, refletia em um retrocesso de todas as conquistas obtidas por anos de luta. De acordo com AGUIAR e DOURADO (2018) a BNCC é voltada para as habilidades e competências, em uma perspectiva liberal e empresarial, em que se busca alcançar índices como sinônimo de qualidade da educação.

UMA ANÁLISE DA PROPOSTA CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JUIZ DE FORA

Área temática: Currículo

Érica Franco de Oliveira
ericafrancooliveira@gmail.com
GRUPPEEJA/FACED/UFJF

Este trabalho tem por objetivo apresentar parte da pesquisa de mestrado que busca compreender como as coordenadoras pedagógicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), da rede municipal de ensino de Juiz de Fora, significam e articulam o currículo dessa modalidade de ensino junto aos professores. Segundo Placco (2011, p. 5), a realização de um trabalho coletivo na escola pressupõe a necessidade “de um articulador dos processos educativos que ali se dão”, e a esse articulador cabe agir, dentre outras funções, no desenvolvimento de propostas curriculares. Nesse sentido, antes de entender como o coordenador pedagógico articula o currículo da EJA foi necessário analisar o documento que visa orientar esse currículo nas escolas municipais. Portanto, esse trabalho pretende apresentar a análise da Proposta Curricular para a EJA da rede municipal de ensino de Juiz de Fora elaborado por professores, coordenadores pedagógicos, diretores escolares e técnicos da Secretaria de Educação de Juiz de Fora e publicado no ano de 2012, visando compreender: qual(is) a(s) concepção(ões) de EJA presente(s) na Proposta Curricular? Quais são as diretrizes e a organização curricular propostas? Como os alunos da EJA são entendidos e tratados no documento? Que outras questões pertinentes o documento aponta? Para esta análise foram mobilizados autores situados na perspectiva crítica, do campo do currículo e da EJA, dentre os quais, Paulo Freire, Miguel Arroyo, Ivor Goodson e Gimeno Sacristán. Sendo assim, o currículo foi concebido como um território de disputa em que diferentes sujeitos competem por espaço e cujas concepções alteram-se ao longo do tempo. Desse modo, tanto o currículo prescrito, nesse caso representado pela Proposta Curricular para a EJA das escolas municipais de Juiz de Fora, quanto o currículo em ação, aquele que se dá no espaço e tempo escolar da EJA, são construídos social e historicamente pelas diferentes vozes que estruturam a função educativa. A Proposta Curricular para a EJA expressa como diretrizes curriculares: a

interdisciplinaridade a ser desenvolvida pelas diferentes áreas do conhecimento a partir de eixos temáticos e a elaboração coletiva do currículo e das ações pedagógicas, respeitando-se as especificidades e as necessidades dos alunos e a base comum curricular expressas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para a Educação de Jovens e Adultos. Logo, os pressupostos apontados ao longo do documento estão em consonância com as diretrizes curriculares inicialmente evidenciadas? As concepções de ensino para a EJA mantêm-se ao longo da Proposta Curricular? Essas e outras questões pretendem ser abordadas na apresentação deste trabalho.

Palavras-chave: currículo; Educação de Jovens e Adultos; Proposta Curricular para a EJA.

“APRENDER A EMPREENDER”: O PROJETO DE EDUCAÇÃO DO SEBRAE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Área Temática: Gestão e Políticas Públicas

Luiger Franco de Castro

luigerdecastro@yahoo.com.br

Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF)

CAPES

Este estudo, cuja temática aborda a relação entre empreendedorismo e educação, investiga o projeto de “educação empreendedora” do SEBRAE chamado Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP). O referido projeto se insere no âmbito do Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) do SEBRAE e é destinado aos alunos matriculados no ensino fundamental (1º ao 9º ano). Ao eleger este tema como objeto de pesquisa procuramos analisar criticamente o significado e as implicações desta construção na escola pública. A questão norteadora da pesquisa foi sistematizada da seguinte forma: Qual é a perspectiva político-ideológica do Programa Nacional de Educação Empreendedora do SEBRAE para a educação básica? Qual é o conteúdo pedagógico do projeto destinado ao ensino fundamental? Qual a concepção do SEBRAE sobre o trabalho dos professores envolvidos com seu projeto? O objetivo geral da pesquisa é identificar e analisar os fundamentos do projeto de “educação empreendedora” do SEBRAE para o ensino fundamental, buscando apreender os aspectos político-ideológicos e pedagógicos para a formação humana e a organização da educação básica pública considerando a relação desta organização com o mundo do trabalho. A base epistêmica da pesquisa é o materialismo histórico dialético. O *corpus* documental foi formado por livros didáticos (versões do professor e do aluno) produzidos pelo SEBRAE para os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). O material foi analisado de acordo com os procedimentos da pesquisa documental à luz das seguintes categorias de conteúdo: concepção de ser humano, trabalho e educação escolar. A pesquisa comprova que o SEBRAE, através de seu projeto de empreendedorismo para a educação escolar, afirma os seguinte pontos: i) uma perspectiva extremamente restrita sobre o trabalho educativo, configurando o professor como difusor e legitimador de seu projeto; ii) a legitimação da pedagogia das competências, esvaziando a função social da escola; iii) o desenvolvimento de “competências” vinculadas ao “mundo dos negócios, apontando uma

perspectiva de formação restritiva e pragmática para os estudantes da escola pública referenciada na ideia de educar para a sobrevivência; iv) o individualismo como princípio moral e o associativismo como negócio, afirmando o modelo de Estado com funções mínimas sobre a “questão social”. Com base nos resultados, podemos concluir que o projeto de empreendedorismo do SEBRAE para a educação escolar visa introduzir no currículo da escola básica pública os pressupostos da sociabilidade capitalista contemporânea por meio da chamada “educação empreendedora”. A finalidade do projeto é formar para a empregabilidade ou para relações flexíveis de trabalho, estabelecendo uma relação não crítica entre a instituição escolar e o mundo do trabalho, tal como previsto no projeto neoliberal da Terceira Via.

Palavras-Chave: SEBRAE; EMPREENDEDORISMO; EDUCAÇÃO.

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Gestão e políticas públicas

Mariana Brasil Galvão

marianagalvaob@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

O presente trabalho buscou delinear a trajetória das políticas de democratização da universidade pública no Brasil. Para isso, tratou da expansão dessas universidades através de programas e políticas como o Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) e do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB); do acesso com as políticas de cotas sociais, raciais e por deficiência; e da permanência com as políticas de Assistência Estudantil. Foram discutidos o direito à educação assegurado na Constituição Federal (CF) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para esse nível de educação pertinentes às questões tratadas aqui e foi traçada uma trajetória dessas políticas no Brasil e sua implementação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Além disso, foram abordadas características do perfil socioeconômico e cultural dos alunos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e sua mudança ao longo dos anos (1995 a 2019) através da análise das publicações dos resultados das cinco pesquisas nacionais realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (ANDIFES) e pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Os resultados mostraram que a UFJF foi instituindo as políticas de acesso e permanência a partir de sua implementação em âmbito nacional e aperfeiçoando ao longo dos anos através de diversas ações. Hoje, essa universidade federal oferece anualmente aproximadamente 4.600 vagas em 93 cursos presenciais e a distância nos campi Juiz de Fora e Governador Valadares, nas modalidades bacharelado e licenciatura, em período diurno, integral ou noturno. São dez grupos de vagas para candidatos ao acesso aos cursos da universidade, contemplando as cotas sociais, raciais e por deficiência. As formas de apoio estudantil aos alunos são a Bolsa Permanência, Bolsa PNAES, Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia, Auxílio Transporte, Auxílio Creche e Auxílio Emergencial. Todo esse processo modificou o perfil dos graduandos

das universidades federais. Os dados nos mostram que o número de mulheres nas IFES tem aumentado ao longo dos anos; o número de negros e pardos é cada vez maior, até mesmo nos cursos mais concorridos; mais da metade dos estudantes vive em famílias com renda *per capita* mensal de até 1,5 salários mínimos; cerca de dois terços desses estudantes vieram do ensino médio público; a maioria dos estudantes vem de famílias em que os responsáveis não tiveram acesso ao ensino superior; o número de alunos participantes de atividades ou programas acadêmicos vem aumentando; entre tantas outras evoluções. É necessário que essas políticas continuem existindo, alcançando cada vez mais a população que necessita delas, para que a universidade continue cumprindo seu papel social e fazendo jus ao nome pública.

Palavras-chave: democratização, ensino superior, ensino público.

A EDUCAÇÃO COMO UM ATO RESPONSIVO: CONTRIBUIÇÕES DA APLICAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE LEITURA PARA UMA GESTÃO COLABORATIVA

Área temática: Gestão e Políticas Públicas

Vania Fernandes e Silva
vaniafernandesesilva@hotmail.com (CAp/UFJF)

Rosângela Veiga Julio Ferreira
rosangelaveiga.ferreira@ufjf.edu.br (CAp/UFJF)

RESUMO:

Neste trabalho são apresentados percursos de constituição de uma gestão colaborativa a partir da implementação de uma avaliação diagnóstica de leitura. A partir do objetivo geral de compreender como o processo de alfabetização vinha sendo operado no Colégio de Aplicação, propusemo-nos a aplicar uma avaliação diagnóstica de leitura. Assumimos como hipótese que uma gestão colaborativa poderia contribuir com a promoção da equidade nos anos iniciais do ensino fundamental, se estivesse pautada em um diagnóstico que possibilitasse traçar planos de ação estratégicos, concentrando esforços nas áreas que requeressem atenção. Após a aplicação do instrumento protocolo de leitura, pudemos realizar, em um primeiro momento, uma análise das estratégias de leitura mobilizadas por estudantes do segundo ano do ensino fundamental ao lerem palavras, frases e diferentes gêneros textuais à luz dos conceitos de estratégias leitura, de Coscarelli (2002), de protocolo de leitura, de Leal (2014), e de ato responsável, de Bakhtin (2017). Os resultados dessa aplicação trouxeram desdobramentos, que aqui chamamos de ações responsivas de gestão, uma vez que as modificações ocorridas no tempo espaço Colégio de Aplicação exemplificam uma modalidade de gestão em que o administrativo é operacionalizado em função do pedagógico, mobilizando diversos setores do Segmento. Com base nos resultados, houve uma ampla discussão com o coletivo de professores, em que a Coordenação pedagógica, sustentada por ações que buscavam responder responsivamente ao lugar que ocupa na escola, apresentou um projeto de alfabetização em que os diferentes tempos de apropriação do sistema alfabético e de desenvolvimento leitor poderiam ser considerados tanto em atividades no próprio turno como em atividades no extraturno. Essas ações foram estendidas a outras anos/série, em que o instrumento pode ser aplicado, auxiliando no processo de (re)estruturação curricular, recentemente referendado pelo conjunto de professores

desse Segmento em avaliação das ações dessa gestão colaborativa. O projeto de alfabetização parte da compreensão de que o ato de ler é complexo e a escola deve assumir o compromisso de ensinar a ler em todas as áreas do conhecimento, defendendo que esse processo ocorre ao longo dos anos iniciais. Apoiamo-nos em teorias do conhecimento da área da Linguística e do desenvolvimento, elaborando intervenções pedagógicas avaliadas pelos professores, o que vem gerando uma proposição responsiva do lugar que um Colégio de Aplicação ocupa na promoção de uma educação pública de qualidade.

Palavras-chave: Ato responsivo. Protocolo de Leitura. Gestão colaborativa.

Normas para envio de Resumo

Resumo com 2.500 a 3.000 caracteres com espaços (atenção: a contagem é por caracteres, e não por palavras)

Documento em word – tamanho A4

Fonte: Times New Roman; tamanho: 12

Alinhamento: justificado

Margem superior: 2,5 cm; inferior: 2,5cm; esquerda: 3,0 cm; direita: 3,0 cm

Espaçamento entrelinhas: 1,5 cm sem recuo

Título do trabalho em CAIXA ALTA, centralizado e negrito.

Abaixo do título o(a) autor(a) deverá indicar a área temática para qual está candidatando a sua proposta.

Nome do(a) autor(a) e co-autores(as), seguidos de e-mails, instituição de origem e agência financiadora com alinhamento à direita.

Até cinco palavras-chave no fim do resumo.

O quantitativo de caracteres indicado refere-se ao corpo do texto, excetuando-se título, palavras-chave, autoria e filiação. As referências bibliográficas aqui são opcionais.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MINAS GERAIS

Gestão e políticas públicas

Patricia Ferreira Duarte

pduarteufjf@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

O presente trabalho é fruto da dissertação intitulada "A institucionalização da Educação do Campo em Minas Gerais". Esta pesquisa objetiva apreender o processo de formulação e implementação da política de Educação do Campo no estado mineiro no marco do governo Fernando Pimentel (2014-2018). O estudo pretende analisar as políticas de educação a partir da aprovação das “Diretrizes Operacionais para Educação do Campo em Minas Gerais”, objetivando-se especificamente: i) Registrar o processo de construção das diretrizes, os sujeitos partícipes e as relações imbricadas nessa construção; ii) Verificar em que medida as concepções de Educação do Campo elaboradas pelos movimentos sociais foram contempladas no documento; iii) Analisar o impacto das diretrizes enquanto norteadoras de políticas de educação, compilando o conjunto de iniciativas nessa modalidade empreendidas pelo Estado; iv) Identificar como as políticas nacionais de Educação do Campo articularam-se com as estaduais durante o governo de Fernando Pimentel. Diante da intensificação do processo de fechamento das escolas mineiras e dos ataques sofridos pelos movimentos sociais na atual conjuntura, identificar e compilar os direitos conquistados pelos movimentos sociais no panorama das políticas públicas para o campo, torna-se imprescindível. A metodologia consistirá na articulação de pesquisa documental e realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos implicados nas políticas de Educação do Campo do governo Pimentel e dos movimentos sociais. Partir-se-á das elaborações sobre Estado de Wood (1998, 2011), Marx (2013), Engels (2015), Fernandes (2006) e Gramsci (apud RUMMERT, 2007; MENDONÇA 2007; 2014). A respeito da questão agrária no Brasil serão consultadas as obras de Martins (1982) e Ribeiro (2010). Sobre a especificidade do trabalho educativo e o papel da escola no contexto da sociedade capitalista, Saviani (2013,2007), Duarte (1998,2018) e Frigotto (2006) constituirão contribuições importantes. Finalmente, as teorizações sobre as matrizes pedagógicas da Educação do Campo compreenderão tanto os cadernos elaborados pelo MST, como os estudos de Caldart (2004), Kolling et al (1998) e Ribeiro (2010). Até o momento, há a sinalização de que a institucionalização das diretrizes pôde

mobilizar a promoção de encontros de formação e trocas de experiência entre educadores do campo de algumas regiões do estado. Em contrapartida, a carta escrita pelos movimentos sociais antes da posse do novo governador de Minas Gerais, Romeu Zema, expõe inúmeras limitações no que tange às políticas estaduais de Educação do Campo, que em vez de serem sanadas pelo novo governo parecem se aprofundar com o fechamento de escolas. Nesse sentido, tem sido tarefa dos educadores e movimentos sociais a defesa do efetivo reconhecimento do direito à Educação do Campo, de modo que as especificidades culturais dos estudantes camponeses sejam consideradas e incorporadas, de fato, como política de Estado.

Palavras-chave: Educação do campo- Políticas Públicas – Movimentos Sociais

Referências:

CALDART, R. N. **Pedagogia do movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DUARTE, N. Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 44, abr. 1998.

_____. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?:** quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. 1. ed. 1. reimpr. Campinas: Autores Associados, 2008.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. (Org.). **A dialética do trabalho**. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Expressão Popular, 2015. pp. 13-30.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. 7.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

KOLLING, E. J.; NERY, I.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação básica do campo**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1999.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência:** A questão política no campo. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **O cativo da terra**. 2ª ed. São Paulo: LECH, 1981

MENDONÇA, Sônia R. de. Estado e Políticas públicas: considerações político-conceituais. **Outros Tempos**, São Luís (MA), vol. 1 esp., 2007, p. 1-12

_____. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. In: **Marx e o Marxismo** v.2, n.2, jan/jul 2014

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação - **Diretrizes para a Educação do Campo do Estado de Minas Gerais**. Minas Gerais, 2016.

RUMMERT, Sonia Maria. Gramsci, Trabalho e Educação: Jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil actual. Lisboa: EDUCA, 2007.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação** - liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010

SAVIANI, Demerval. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. **Cad Pesqui.** 2007, vol.37 n.130, pp.99-134.

_____. **Escola e democracia**. (Edição Comemorativa). Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013

WOOD, Ellen Meikisins. **As origens agrárias do capitalismo**. 1998. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/EllenWood.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2019.

_____. **Democracia contra o Capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

A OBRIGATORIEDADE ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: POSICIONAMENTOS E VERDADES

Área Temática: Gestão e Políticas Públicas

Polyana Gomes de Matos (UFRJ)
E-mail: poly.j.f@hotmail.com

Este estudo dialoga com as discussões da História da Educação sobre a ampliação da obrigatoriedade escolar e seu objetivo foi investiga-la, entre os anos de 2006 e 2016, em três sobreposições legais. Em 2006, houve o estabelecimento das matrículas aos seis anos no primeiro ano do Ensino Fundamental, pela lei nº 11.114/2005, que corroborou com as matrículas que já eram permitidas facultativamente pela LDB/1998. No mesmo ano, o Ensino Fundamental foi ampliado, pela lei nº 11.274/2006, para nove anos de duração com implementação prevista para até 2011 pelas redes de ensino de todo o país. E antes disso, em 2009, a educação escolar foi novamente ampliada, porém por idade, dos quatro aos dezessete anos, pela Emenda Constitucional nº 59.

A ampliação do escopo de atendimento escolar compulsório por essa última - emenda 59/2009 - trouxe a inauguração, em leis federais, da infância na obrigatoriedade. No entanto, desde a antecipação das matrículas para os seis anos no Ensino Fundamental, em 2006, diferentes questões, debates e disputas quanto à etapa da Educação Infantil emergiram. Diante de tais embates, diferentes atores passaram a se posicionar acerca da especificidade da educação para a infância e dos direitos das crianças à escolarização. A questão da obrigatoriedade escolar, que já era/é polêmica, trouxe inúmeras outras problemáticas que justificam a empreitada analítica das leis em questão bem como o posicionamento dos diversos atores sobre elas.

Dentre essas disputas, a idade “correta” para ingressar no Ensino Fundamental entrou na retórica e nos discursos de muitas entidades representativas da educação tais como a ANPED, CNTE, UNDIME e fóruns educacionais estaduais, de responsáveis pelas matrículas das crianças e, também, na área legislativa através de disputas judiciais (ZANER, 2015). Tendo como base esses atores, a pesquisa procurou problematizar e trazer posicionamentos diversos que versavam sobre a garantia do direito à educação, seja em que idade for, a garantia do direito à infância na idade de cinco e seis anos e a marcação/cisão entre o que deve/pode ser da alçada da etapa da Educação Infantil e/ou

do Ensino Fundamental (BREDA, 2016; BAPTISTA, NEVES, 2016; FERNANDES, 2016; MOSS, 2011; FLORES, ALBUQUERQUE, 2016).

A investigação desse conjunto de leis e dos posicionamentos elencados para a pesquisa propiciou compreender que, junto a ampliação obrigatória da escolarização, articularam-se diferentes concepções de educação, infância e escolarização. E cada uma dessas concepções guarda semelhanças, diferenças, séries e critérios com as demais e, ainda, cada uma delas só é possível porque baseado na vontade de dizer o que seria a verdade - tanto sobre a obrigatoriedade escolar quanto sobre a Educação Infantil e a infância nela envolvida. As diferentes verdades sobre essas questões podem ser entendidas, então, como um repertório de acontecimentos/circunstâncias que circulam a depender das ações e dos sujeitos históricos envolvidos.

Palavras-chave: História da educação; Obrigatoriedade escolar; Educação Infantil; Verdades; posicionamentos.

A REFORMA GERENCIAL DO ESTADO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO

Área Temática - Gestão e políticas públicas

Sergio Vieira da Silva

UFRRJ/PPGEDUC/LIEPE

svieirageo@bol.com.br

Léo Manso Ribeiro

UFRRJ/PPGEDUC

leomanso@oi.com.br

RESUMO

A reforma gerencial promovida pelo governo do estado do Rio de Janeiro para ajustar a máquina estatal a um novo modo de regulação social não poupou a gestão educacional. A evidência disto é a implantação do Programa Gestão Integrada da Escola (GIDE) por parte da Secretaria de Estado de Educação (SEEduc/RJ). Por meio desse programa de reforma gerencial, a SEEduc/RJ tem buscado contemplar aspectos estratégicos, políticos e gerenciais com foco em resultados, a pretexto de melhorar os indicadores da educação, especialmente aqueles relacionados ao desempenho do estado do Rio de Janeiro no Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB). Esse conjunto de medidas altera significativamente o cotidiano das escolas, na medida em que estabelece a lógica mercantil como referência de gestão do trabalho escolar. Esse impacto nos parece ser mais intenso na Educação de Jovens e Adultos (EJA), justamente por suas especificidades e contradições. Por esta razão, tomamos como objeto de estudo as mudanças determinadas pela GIDE na EJA no Estado do Rio de Janeiro. Nosso objetivo foi avaliar se em algum aspecto a implantação da GIDE trouxe alguma melhoria no trabalho pedagógico desenvolvido na EJA na SEEduc/RJ. Trata-se de uma pesquisa documental, de análise qualitativa e de caráter explicativo, sem abrir mão de fontes bibliográficas primárias. Com o desenvolvimento deste trabalho investigativo, conseguimos perceber que de fato, existe um impacto de influencia muito grande do setor privado na formulação e efetivação na política pública da EJA, por dentro da reforma gerencial do Estado na

EJA do Estado do Rio de Janeiro. Esta investigação está contribuindo não apenas para o desenvolvimento dessa política pública da Educação, mas também para a reflexão de profissionais da educação pública do Estado do Rio de Janeiro desenvolverem suas atividades na EJA acerca de sua própria realidade, seja pelas similitudes, seja pelas distinções. Analisamos essas relações de tensões existentes na escola, por dentro dos conceitos desenvolvidos por Antônio Gramsci: hegemonia e contra hegemonia; crise do bloco histórico fordista, e de Sociedade civil.

Palavras-chave: Palavras-chave: Reforma do Estado; Educação de Jovens e Adultos; Crise do bloco histórico; Hegemonia e contra hegemonia

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA COMO MECANISMO DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CASO DE UBERLÂNDIA-MG

Área temática: Gestão e políticas públicas

André Silva Martins (andre.martins@ufjf.edu.br)- UFJF
Talita Toschi Machado (talitatoschi@hotmail.com)- UFJF
Frederico Dorvilho Testa (fredtestaa@gmail.com)- UFJF
Financiamento: FAPEMIG

O trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa em andamento que tem como tema a relação entre setores público e privado na educação escolar. O objetivo da pesquisa é analisar as articulações entre Poder Público e organizações privadas na educação em quatro municípios de Minas Gerais (Uberlândia, Juiz de Fora, Governador Valadares e São João del-Rei). A questão-problema foi assim definida: como a relação entre setores público e privado se materializa na educação básica e qual o seu significado para o caráter público da educação? A pesquisa tem como base epistêmica o materialismo histórico-dialético e referência metodológica a pesquisa documental. A relação público-privado na educação brasileira foi objeto de tensões políticas ao longo da história republicana do País. A partir de 1995, as tensões ganharam novos contornos porque tal relação foi associada à reforma do Estado brasileiro e justificada como ferramenta da “nova governança”. Desde então, a relação foi nomeada como “parcerias”. A partir dos anos 2000, a relação entre as escolas públicas e as organizações privadas cresceu significativamente, confirmando o interesse privado sobre a formação escolar. O Decreto Presidencial nº 6.094/2007 definiu que as ditas “parcerias” seriam indispensáveis à promoção da qualidade da escola pública. Os dados investigados revelam que Uberlândia apresenta um estágio avançado de relação com organizações do setor privado se comparado com os demais municípios estudados. As primeiras experiências em Uberlândia ocorreram nos anos de 1990, envolvendo a inserção de projetos pedagógicos de organizações empresariais em escolas públicas. Mas ao longo dos anos 2000, os diferentes governos do referido município aperfeiçoaram os mecanismos de governo por meio de leis de incentivo à relação público-privado na educação. O resultado é que Uberlândia vem se valendo de muitos contratos com organizações privadas para o oferecimento da educação infantil. Em 2019, ao invés de efetivar a implantação de duas escolas municipais previstas em lei, com prédios construídos e com dotação orçamentária assegurada, o Executivo optou por financiar uma organização privada para ofertar ensino fundamental no espaço público. As 36 organizações que atuam na educação por meio de

contratos com o Executivo em Uberlândia são ligadas a grupos religiosos que elegem os princípios cristãos como referência para a formação humana. A pesquisa verificou também que as práticas administrativas do Executivo em favor dessas organizações são de caráter autocrático e comprometem o princípio da gestão democrática da educação. As leis em vigência em Uberlândia sobre a relação público-privada estão amparadas em leis federais aprovadas no período de 1998 a 2015. Os dados analisados confirmam que a relação público-privado em Uberlândia – denominadas equivocadamente de “parcerias” – é na verdade um mecanismo de privatização da educação pública.

Palavras-chave: privatização da educação pública; parcerias; sistema municipal de educação.

**AS NOÇÕES DE COMPETÊNCIA, EMPREGABILIDADE E
EMPREENDEDORISMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DOS
GOVERNOS DILMA E TEMER**

5) Gestão e políticas públicas

Ramon Mendes da Costa Magalhães

ramon_mc_magalhaes@hotmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Agência Financiadora: não contou com financiamento

Fabrício Teixeira Barbosa

fabriciobarbosa01@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Agência Financiadora: não contou com financiamento

Graziany Penna Dias

graziany.dias@ifsudestemg.edu.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

Agência Financiadora: não contou com financiamento

As noções de competência, empregabilidade e empreendedorismo vêm perpassando as políticas educacionais nacionais desde a contrarreforma do Estado brasileiro, na década 1990, muito influenciada pelos organismos internacionais, proponentes das avaliações em larga escala, de modo a estabelecer um projeto de formação humana e educacional para uma nova sociabilidade, pautada no modelo de acumulação toyotista e nas políticas neoliberais, adequando a sociedade brasileira ao processo de mundialização do capital. Neste sentido, o presente ensaio tem o objetivo de localizar e analisar as políticas e legislações dos governos Dilma e Temer, que se relacionam e objetivam uma formação humana e educacional na busca do desenvolvimento das noções de competência, empregabilidade e empreendedorismo. Destacamos que, em termos dos fundamentos educacionais, nos governos Dilma e Temer, observam-se elementos de continuidade, com relação aos governos anteriores (Itamar, FHC e Lula), sobretudo, no que diz respeito à adequação das políticas educacionais aos interesses internacionais, via avaliações em larga escala. Através da instauração do Plano Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no governo Dilma, buscou-se, através de financiamento pelo fundo público, ampliar a formação de trabalhadores dotados de competências necessárias ao mercado de trabalho e estimular o espírito empreendedor, responsabilizando os trabalhadores por sua

empregabilidade. Esse financiamento atingiu instituições públicas e privadas com interesses empresariais e neoliberais na constituição de seus projetos de ensino técnico. Posteriormente, com aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), reforça-se a necessidade de se desenvolver através da educação, as noções de competências, empregabilidade e empreendedorismo. Nele há um profundo processo de monitoramento e controle pelas avaliações externas e cumprimento de metas, de modo a perpetuar a ideologia empresarial da responsabilidade social e eficiência. Além disso, o PNE busca alterar a reestruturação dos currículos nacionais da educação básica, que será desenvolvido no governo Temer, com a Contrarreforma do Ensino Médio e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A lei da Contrarreforma do Ensino Médio organiza as áreas de conhecimentos em competências e habilidades, assim como a BNCC, de modo a formar indivíduos competentes para possibilitar uma retomada do crescimento econômico e aumento da produtividade do mercado de trabalho brasileiro. Tal perspectiva enfatiza uma formação humana, meritocrática, produtivista e individualista, necessária às políticas neoliberais. Concluímos que as Políticas Públicas Educacionais desenvolvidas nos governos Dilma e Temer dão seguimento à reestruturação do Estado brasileiro de modo a se adequar ao capital mundial, fortalecendo o desenvolvimento das noções de competência, empregabilidade e empreendedorismo, com o intuito de criar uma nova sociabilidade nacional.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; Educação; Competências; Empregabilidade; Empreendedorismo.

**DIREITO OU BENEVOLÊNCIA: O RELATO DE IDOSAS DE UM PROGRAMA DE
EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA SOBRE AS
OPORTUNIDADES E O ACESSO À PROGRAMAS EDUCACIONAIS.
Gestão e Políticas Públicas**

Pesquisa financiada pela Funarbe.
Camila Aparecida Carneiro Fernandes
Universidade Federal de Viçosa - camilafloresfernandes@gmail.com
Arthur Meucci
Universidade Federal de Viçosa - meucci@ufv.br
Bethania Medeiros Geremias
Universidade Federal de Viçosa - bmgeremias@ufv.br

O primeiro programa de inclusão dos idosos nas universidades surgiu na década de 1970, na França, idealizada pelo professor Pierre Vellas da Universidade de Toulouse 1. Ao analisar os efeitos do baby boom e o aumento da expectativa de vida, deduziram que no final do século XX haveria um grande contingente de pessoas que fariam parte da faixa etária da terceira idade (ROZENDO,2015). Segundo Eltz et al (2014), no Brasil os programas educativos como o descrito anteriormente são denominados como Universidade Aberta à Terceira Idade (Unati) e a principal característica delas é promover à seus estudantes uma educação - universitária ou multidisciplinar - que os emancipe e que contribua com um projeto de velhice saudável. De acordo com Cachioni et al (2015) esses programas desembarcaram no Brasil na década de 1980 e expandiram significativamente - em 2004 havia cerca de 200 Unatis. Objetiva-se com este trabalho expor a percepção de um grupo de cinco idosas frequentadoras do Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI), com idade acima dos sessenta anos e Ensino Médio completo sobre a possibilidade da Universidade Federal de Viçosa (UFV) oferecer à população na faixa etária da terceira idade atividades e programas educacionais nos moldes das Unatis que outras instituições de ensino superior possuem. Também verificamos como as idosas percebem e reconhecem a Universidade em relação aos serviços que a instituição já ofereceu à elas e a seus familiares. A metodologia utilizada foi um grupo focal que aconteceu na sede do PMTI, no segundo semestre de 2017. Optou-se por esta metodologia porque Bogdan e Biklen (1994) afirmam que as entrevistas em grupo podem fazer com que o entrevistador entenda melhor o universo dos sujeitos entrevistados uma vez que estes estimulam uns aos outros a falarem sobre o tema. Os referenciais teóricos utilizados foram as teorias de Axel Honneth sobre a gramática dos conflitos morais e ética do reconhecimento e as contribuições pedagógicas de Paulo Freire

para a educação de adultos. Acerca dos tipos de atividades que gostariam que houvesse neste tipo de universidade, destacaram as aulas de idiomas com foco na conversação, aulas sobre Geografia e Filosofia, além de visitas guiadas aos museus da instituição. Afirmaram que não encontram o afeto recebido no PMTI em outros lugares que já frequentaram. Relataram sobre como a Unati deveria funcionar e que, quando perguntavam para alguém porque a UFV não oferecia cursos aos idosos, escutavam que era pela ausência de recursos financeiros. Diante do exposto, é possível inferir que na cidade de Viçosa existe a demanda por uma Unati mas que o seu perfil, para ter adesão dos estudantes, deve estar em consonância com as características que os mesmos consideram relevantes.

Palavras-chave: Políticas Públicas - Ética na Educação - Universidade Aberta à Terceira Idade
- Gerontologia Educacional

GESTÃO ESCOLAR: DEMOCRACIA X AUTOCRACIA

Gestão e Políticas Públicas

Naiana Silva Vilela Eiras – naianaeiras@hotmail.com – UFJF

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre os mecanismos e modelos de gestão escolar. Sabe-se que a administração escolar é, em muitos casos, marcada por uma concepção burocrática e funcionalista - tomada como uma realidade objetiva, neutra, técnica, que funciona racionalmente e que, portanto, pode ser planejada, organizada e controlada, de modo a alcançar maiores índices de eficácia e eficiência - o que aproxima a organização escolar da organização empresarial. As escolas que operam nesse modelo dão muito peso à estrutura organizacional: organograma de cargos e funções, hierarquia de funções, normas e regulamentos, centralização das decisões, baixo grau de participação das pessoas que trabalham na organização, planos de ação feitos de cima para baixo. Desse modo, pretende-se responder, com base em autores como COUTINHO (1999), LUCKESI (1994), MARTINS (2016), SAVIANI (2005), porque é tão difícil democratizar a gestão da escola pública, analisando criticamente a organização dos sistemas escolares dentro da organização do trabalho na sociedade de consumo, mostrando que não existe gestão neutra, pois há sempre uma intencionalidade por trás das decisões. As concepções de gestão escolar refletem posições políticas e ideológicas. Uma escola democrática não exclui a presença de elementos objetivos, tais como as ferramentas de poder externas e internas, a estrutura organizacional, e os próprios objetivos sociais e culturais definidos pela sociedade e pelo Estado. Uma análise crítica propõe considerar dois aspectos interligados: por um lado, compreende que a organização é uma construção social, a partir da subjetividade dos sujeitos envolvidos, por outro, que essa construção não é um processo livre e voluntário, mas mediado pela realidade sócio-histórico-político-cultural, incluindo a influência de forças externas e internas marcadas por interesses contraditórios e conflitivos. Além disso, busca relações solidárias, formas participativas, mas também valoriza o planejamento, a organização, a gestão, a direção, a avaliação, as responsabilidades individuais dos membros da equipe e a ação coordenada e supervisionada, já que precisa atender a objetivos sociais e políticos muito claros, em relação à escolarização da população.

Palavras-chave: gestão; planejamento; democrática; escolar; organização.

**O ANALFABETISMO NA REGIÃO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE
BRASILEIRO (2014–2018): UM RECORTE SOBRE A EJA
GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Riza Amaral Lemos
riza.lemos@gmail.com
UNICAMP

Sandra Fernandes Leite
sfleite@unicamp.br
UNICAMP

Érico Santos Pimenta
epimenta@g.unicamp.br
UNICAMP

Agência Financiadora: FAPESP - Processo nº 2017/05658-5

Resumo

O presente trabalho é parte de uma pesquisa maior no projeto “MAPEAMENTO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 NA REGIÃO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL: UM ESTUDO QUANTITATIVO E QUALITATIVO, Processo nº 2017/05658-5, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)” de mapeamento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13005/2014 da Educação Básica na Região dos Cerrados dos Centro Norte do Brasil. Este trabalho destaca a Meta 9 “Alfabetização e alfabetismo funcional de jovens e adultos” do PNE (2014-2024) que trata de “Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional”.

O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica e documental e buscou mapear os indicadores do analfabetismo e analfabetismo funcional na região que compõem a região dos Cerrados dos Centro Norte do Brasil, mas especificamente nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e onde vem ampliando significativamente novos polos de expansão da agricultura. Esse trabalho assume que a nova economia gerada pelo agronegócio na região de estudo representa ou influencia diretamente os indicadores educacionais. Para tanto, foi realizado um recorte temporal de 2014 a 2018 e um recorte territorial em 24 municípios da região na Meta 9 “Alfabetização e alfabetismo funcional de

“jovens e adultos” proposta pelo PNE Lei nº 13.005/2014 e procura estabelecer as relações entre o crescimento econômico da região e a melhoria da qualidade de vida local.

Foram utilizados indicadores associados à meta 9 (IBGE, INEP, Observatório do PNE) e associados ao desenvolvimento da região, disponíveis nos órgãos oficiais do Governo Federal (INEP, IBGE, Censo da Educação Básica).

Em uma análise preliminar e assumindo o total dos estados que compõe a região dos cerrados, as taxas de alfabetização, os dados do IBGE mostram uma tendência de aumento entre 2001 e 2015, sendo no Maranhão de 76,6% para 81,2%, no Tocantins de 81,5% para 88,6%, no Piauí de 70,6% para 81,8% e na Bahia de 77,1% para 86,5% (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2015). Ainda assim, nenhum desses estados conseguiu atingir a meta de 93,5% em 2015. Porém, no analfabetismo funcional entre 2001 e 2015, todos os estados já passaram a meta de ficar abaixo de 50% da taxa da população de 15 anos ou mais, com o Maranhão de 44,8% para 28,8%, o Tocantins de 36,3% para 22%, o Piauí de 49,8% para 29,6% e a Bahia de 43,6% para 25,9%. Ainda assim, as taxas estão entre 20 e 30% (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2015).

Através de um recorte territorial e temporal, a análise do acompanhamento traz a discussão sobre a importância do mapeamento das metas e estratégias do PNE como um todo e em especial da Meta 9 na região dos Cerrados do Centro-Norte, complementando e colaborando com a avaliação do Poder Público no acompanhamento das metas e estratégias em uma região de forte expansão.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Plano Nacional de Educação; Cerrados do Centro-Norte; Analfabetismo; Analfabetismo Funcional

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Para manter vivo o Plano Nacional de Educação**. 2015. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

O CENÁRIO ATUAL DA EVASÃO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: AS CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PRESENTES NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DO CENSO EAD.BR

Gestão e Políticas Públicas

Camila Figueiredo Nascimento, camila_fn_jf@yahoo.com.br, Universidade Federal de São João Del-Rei – UFSJ

Resumo

O momento em que se vive provoca a constante reflexão e atenção sobre o cenário educacional, uma vez que a educação é um direito social garantido a todos os cidadãos. Dessa forma, o reconhecimento e a luta pela educação para todos promoveram nos últimos anos a grande expansão no atendimento educacional, nas diferentes modalidades de ensino e suas políticas públicas.

Contudo, a educação brasileira ainda enfrenta desafios para a universalização do ensino: além do acesso, a permanência e a qualidade. No Ensino Superior, observa-se a expansão do acesso com políticas de incentivo, de assistência estudantil e ampliação da oferta, em especial a difusão da EaD. Porém, a evasão apresenta um número expressivo, tornando-se um sério problema a ser considerado pela educação brasileira.

Diante disso, essa pesquisa objetiva analisar o cenário atual da evasão no Brasil com base nos documentos oficiais do Censo da Educação Superior 2017 e Censo EaD.BR 2018. Na análise, procurou-se visualizar o percentual e a concepção de evasão, como é abordado e divulgado o tema para a sociedade, uma vez que os censos estão em domínio público.

Dada a relevância desse fenômeno social, a evasão, justifica-se o desenvolvimento desta pesquisa no empenho em aprofundar o conhecimento neste campo acadêmico. A evasão acarreta impactos negativos nos mais diversos setores sociais e ainda carece de pesquisas acadêmicas que promovam a reflexão e a instituição de estratégias de enfrentamento do problema.

Como subsídio teórico, essa pesquisa, apoia-se nos estudos sobre a evasão de Gaioso (2005), Belloni (1999), Favero (2006), Laham (2016), Silva Filho (2007). Para tanto, a metodologia usada foi a revisão bibliográfica e a pesquisa documental.

Como resultado, identificou-se que o Censo da Educação Superior, no que tange a apresentação dos dados, não traz em seu escopo informações teóricas sobre as categorias de análise e não apresenta nenhum item relativo a evasão, muito menos uma concepção acerca desse desafio educacional. A busca pela concepção da evasão e da apresentação de seus dados, extrapolou o documento “Notas Estatísticas 2017” e avançou pelo site de divulgação do Censo, o site do INEP, que, infelizmente, segue a mesma linha de apresentação. O Censo, portanto, não aborda a evasão com destaque, nem ao menos apresenta dados ou gráficos diretos. A apresentação dos dados permite uma ideia rasa do quantitativo da evasão, sendo necessário a realização de cálculos pelo leitor e a observância de outros dados para visualizar, minimamente, um percentual para a evasão. Isso ressalta a lacuna deixada pelo documento ao não retratar, especificamente, um tema fundamental, que impacta tanto a sociedade.

Essa lacuna é amenizada, entretanto, no documento que apresenta os dados do censo da EaD. No Censo EAD.BR, a evasão é discutida em um capítulo com subitem específico, além de texto introdutório sobre quais as iniciativas ajudam a reduzir suas taxas. Ao longo do texto, a evasão é retratada como um problema educacional grave, com causas e fatores multivariados e ressalta a necessidade de ampliar as pesquisas acadêmicas nessa área, principalmente levando em consideração o perfil do aluno. Em relação a concepção de evasão abordada, não há uma definição objetiva, mas compreende-se, através dos dados e da metodologia de pesquisa, que os dados apresentados revelam a evasão, o abandono da instituição, a troca de curso dentro da própria instituição de ensino não é considerada. Portanto, a evasão compreende a desistência do aluno em permanecer em um curso na instituição de ensino em que se matriculou e iniciou os estudos.

Conclui-se, que a evasão é um fenômeno social que precisa ser melhor reconhecido, pesquisado, apresentado e divulgado. Os documentos oficiais, assim como as pesquisas acadêmicas representam um mecanismo de apoio às instituições, às esferas governamentais e às novas pesquisas e, dessa forma, precisam trazer a clareza e objetividade ao abordar o tema. As políticas públicas, as práticas institucionais e docentes encontram subsídios, muitas vezes, nos dados componentes dos documentos oficiais que, assim, precisam ser fiéis à realidade e a dinamicidade da sociedade.

Palavras-chave: Evasão, Censo da Educação Superior, Censo EaD.BR

Referências

ABED. Associação Brasileira de Educação a Distância. **Censo EaD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2018**. Curitiba: InterSaberes, 2018. Disponível em:

<http://abed.org.br/arquivos/CENSO_EAD_BR_2018_digital_completo.pdf> Acesso em: 20 fev. 2019

BELLONI, M. L. *Educação a distância*. Campinas: Autores Associados, 1999.

_____. **Ensaio sobre a educação a distância no Brasil**. *Educ. Soc.* [online]. 2002, vol.23, n.78, pp.117-142. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000200008>.

BELLONI, M. L., BÉVORT, E. **Mídia-educação: conceitos, história e perspectiva**. Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf> Acesso em 06/05/2017

FAVERO, Rute Vera Maria. **Dialogar ou evadir: Eis a questão! Um estudo sobre a permanência e a evasão na Educação a Distância'** 01/01/2006 154 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial de Educação

GAIOSO, Natalícia Pachêco de Lacerda. **A evasão discente na Educação Superior no Brasil: na perspectiva de alunos e dirigentes**. 01/09/2005 95 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Católica de Brasília, Brasília Biblioteca Depositária: Biblioteca da Universidade Católica de Brasília

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/apresentacao_censo_superior2017F.pdf> Acesso em: 20 de fev 2019

LAHAM, Stelamary Aparecida Despincieri. **Um Estudo sobre as possíveis causas de evasão no curso de Licenciatura em Pedagogia da UAB – UFSCAR em um Polo Presencial do Interior Paulista: percepção dos alunos'** 29/02/2016 107 f. Mestrado em Educação Escolar Instituição de Ensino: Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara, Araraquara Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. **A evasão do ensino superior brasileiro**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007

**O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO
BÁSICA (SIMAVE): AS MUDANÇAS NA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA DE MINAS GERAIS ENTRE 2015 E 2018**

Área temática: 5) Gestão e políticas públicas

Matheus Enrique da Cunha Pimenta Brasiel
maencupibra@gmail.com

Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz
de Fora (CAEd/UFJF)

Cristiane Aparecida Baquim
cristiane.baquim@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa

Denilson Santos de Azevedo
dazevedo@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa

RESUMO: Apresentaremos neste trabalho um recorte de uma pesquisa desenvolvida na Universidade Federal de Viçosa. Esta pesquisa teve como foco uma temática que tem ganhado destaque nos debates em torno das políticas públicas educacionais emergentes no cenário brasileiro: as avaliações externas, que são empreendidas pelos governos federal, estaduais e municipais, além do Distrito Federal, para determinar a qualidade do ensino da Educação Básica. Conforme Afonso (2009), nas últimas décadas, os países capitalistas ocidentais têm implementado as políticas de avaliação, de prestação de contas e de responsabilização (*accountability*). Nesse estudo, buscamos apresentar elementos que contextualizam o surgimento das avaliações externas no Brasil, bem como um breve panorama dos principais sistemas de avaliação vigentes no país. O objeto de análise da nossa pesquisa foi o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Básica (SIMAVE), que atualmente é composto por dois programas: o Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa) e o Programa de Avaliação da Rede Pública da Educação Básica (Proeb). O Proalfa é uma avaliação anual e censitária aplicada aos alunos do 3º ano do Ensino fundamental que avalia o desempenho dos estudantes em procedimentos de Leitura. Já o Proeb avalia competências expressas pelos alunos do Ensino Fundamental e Médio em Língua Portuguesa e Matemática. As provas abrangem toda a rede pública – escolas estaduais e municipais (AGÊNCIA MINAS GERAIS, 2017). O Simave a partir de 2015, quando houve a troca do grupo

gestor do estado de Minas Gerais, passou por mudanças, como a inserção de novos anos avaliados no Proeb, aplicação em um único dia, resultados de estudantes com deficiência e de escolas indígenas, atendimento socioeducativo incorporados às médias gerais e um enfoque na equidade, surgindo novos indicadores, além de ter uma maior ênfase pedagógica, promovendo uma aproximação entre as avaliações externas e internas. Após a análise de diversos documentos e discursos ao longo da pesquisa, compreendemos que a maneira de se pensar a avaliação do grupo gestor de Minas Gerais entre 2015 e 2018 era diferente da forma pensada pelo grupo anterior. Portanto, ainda que o modo de pensar sobre as avaliações no estado esteja no campo do discurso, compreendemos que Minas Gerais, atualmente, possui um modelo de avaliação menos competitivo e mais equitativo. Agora é preciso dar tempo para que tais mudanças no sistema apresentem resultados. Além disso, para que ela não se torne uma política “zig-zag”, é preciso que essa política tenha uma continuidade, ou seja, é necessário dar continuidade ao que já vem sendo realizado nesses últimos quatro anos, desde a implementação do novo Simave.

Palavras-Chave: SIMAVE; Avaliações Externas; Políticas de Avaliação.

POLÍTICAS CURRICULARES NACIONAIS: REFLEXÕES SOBRE A SELEÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR

Área temática: Gestão e Políticas públicas

Mônica Dias Medeiros Pires

monicadias_04@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Este trabalho é parte da pesquisa em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Fundamentado epistemologicamente pelo materialismo histórico-dialético, o objetivo deste trabalho é refletir sobre as políticas curriculares brasileiras e a histórica defesa por uma base curricular, buscando apreender as concepções de conhecimento escolar e de educação que fundamentam suas formulações. Compreendemos que as políticas curriculares resultam de disputas ideológicas, portanto, são expressões de múltiplas determinações históricas que as constituem e por elas são constituídas. De modo mais específico, as políticas expressam a síntese contraditória dos interesses e das necessidades das classes sociais, num processo de correlação de forças e estão vinculadas aos projetos de educação e de sociedade em disputa. Em que pese corroborarmos com a necessidade de uma organização do sistema de ensino brasileiro, estudos (MALANCHEN, 2016; DUARTE 2008) trazem importantes reflexões acerca das políticas curriculares desenvolvidas, sobretudo, a partir da década de 1990, e demonstram que a hegemonia das pedagogias do aprender a aprender no campo curricular produzem limites para a formação plena inspirada na emancipação humana e na transformação social. Assim, é importante conhecer as principais teorias curriculares que inspiraram a formulação das políticas curriculares e as perspectivas hegemônicas em cada tempo histórico, visando compreender em que medida estão presentes no documento da BNCC. Diante disso, analisamos as políticas curriculares e, especialmente, o processo de elaboração da BNCC até sua homologação pelo Ministério da Educação em 2017. Constatamos que organizações privadas atuaram neste processo em articulação com representantes do aparelho estatal. A elaboração da BNCC foi iniciada em 2013 quando frações da classe empresarial se articularam na constituição de uma organização para orientar a definição da atual política curricular, o MBNC (Movimento pela Base Nacional Curricular). Essa organização empresarial, formada por diversas entidades, antecedeu a própria normativa

que instituiu a comissão de especialistas responsável pela elaboração da política (Portaria nº 592 de 17 de junho de 2015), o que demonstra o grau de envolvimento de setores privados na constituição do currículo nacional. A análise desenvolvida neste trabalho nos permitiu compreender que a BNCC representa um específico projeto de formação humana – o projeto neoliberal de educação – e se configura como mais um episódio de esvaziamento da escola pública, na medida em que concentra o processo educativo na qualificação para o mercado de trabalho e secundariza o desenvolvimento pleno dos sujeitos.

Palavras chave: Políticas curriculares – conhecimento escolar - projetos de educação e sociedade.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria N.º 592**, de 17 de junho de 2015. Institui Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular. In: Diário Oficial da União, Brasília, DF, N.º 114, quinta-feira, 18 de junho de 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/CP. **Resolução nº 2**, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Ministério da Educação, 2017.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2008.

MALANCHEN, J. **Cultura, conhecimento e currículo:** contribuições da pedagogia histórico-crítica. Campinas, Autores Associados, 2016a

PRÉ VESTIBULAR SOCIAL (PVS): INICIATIVA EM VIGOR PARA ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Gestão e Políticas Públicas

Paula Araujo da Costa

paula.costa23@outlook.com

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Bolsista PPGE/cnpq

Resumo

Sabemos que de acordo com Bourdieu (2007), a reprodução da desigualdade passa dentro das escolas. Essa desigualdade é bem forte em especial no Ensino Médio brasileiro, contribuindo para que muitos jovens não o concluam ou não saiam com conhecimentos desenvolvidos que os possibilitem a ingressar no mercado de trabalho ou para acessar o Ensino Superior. Para que os jovens possam competir e ter chance de conseguir ingressar no Ensino Superior, são necessárias políticas públicas que viabilizem essa oportunidade. É importante prepará-los para o processo seletivo que acontece para o ingresso, e essa preparação não acontece muitas vezes na escola de origem, fazendo com que este indivíduo tenha que se preparar através de cursos pré-vestibulares (Bastos, 2010), que em grande maioria são pagos.

Para isso escolhemos investigar o Pré Vestibular Social (PVS), que é uma política pública que está em vigor no Estado do Rio de Janeiro desde 2003, que tem como finalidade preparar jovens oriundos de escolas públicas para que estes possam ingressar no ensino superior.

A pesquisa acontece com resultados através da análise documental dos editais e portarias sobre essa política pública, disponíveis no site da instituição; entrevistas realizadas com tutores e alunos e por fim informações oferecidas pelo PVS através das suas redes sociais (Facebook e Instagram) como um meio de divulgação do espaço.

Através das análises documentais foi possível constatar a importância da iniciativa em municípios longe da capital carioca. Seus documentos apresentam um processo seletivo coerente para alunos de baixa renda para que possam ter acesso a vaga. Na entrevista, tutores e alunos apresentam suas contribuições, relatando a importância do PVS, como um espaço que vem romper com a desigualdade, incentivando os alunos através dos conteúdos abordados, mas também de tutorias em grupos sobre o espaço

universitário e também seus mecanismos de ingressos. Os tutores acreditam que é um espaço para se capacitarem e afirmam que a troca com os alunos incentiva a continuar na profissão docente. Porém apresentam dificuldades como a falta de recursos para custear a merenda aos sábados para os alunos, que ficam o dia inteiro no polo e até mesmo um valor maior da bolsa a ser paga aos tutores. Por fim, as redes sociais são um auxílio para a interação dos alunos com o PVS, visto que as aulas acontecem somente aos sábados. Assim, as redes sociais são um espaço a mais para troca de dúvidas, informações sobre questões administrativas (se houve algum problema e as aulas poderem ser suspensas), como um espaço de apresentar depoimentos daqueles que passaram por esse lugar e hoje estão em uma universidade, dando um incentivo para aqueles que estão estudando no. Finalizo apresentando que o PVS viabiliza os jovens oriundos das escolas públicas através de tais recursos a ter a oportunidade de competir com mais qualidade para o ingresso ao Ensino Superior.

Palavras-chave: Pré vestibular social; Política Pública; Igualdade de Oportunidades; Acesso ao ensino superior.

Bibliografia

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BASTOS, Maria D.F. GOMES, Maria de Fátima C. M. FERNANDES, Lenise Lima. **O pré-vestibular social: desafios à busca da inclusão social**. Revista EAD em Foco - nº 1 - vol.1 - Rio de Janeiro - abril/outubro 2010.

KRIPKA, Rosana. SCHELLER, Morgana. BONOTTO, Danusa Lara. **Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa**. CIAIQ2015 2 (2015)

PVS 2015 - **Edital De Seleção De Alunos Para O Curso Pré-Vestibular Social - Extensivo 2015**. Disponível em <http://cederj.edu.br/prevestibular/category/em-destaque/>

PVS 2017 - **Edital De Seleção De Alunos Para O Curso Pré-Vestibular Social - Extensivo 2017**. Disponível em <http://cederj.edu.br/prevestibular/category/em-destaque/>

PVS 2018 - Seleção De Alunos Para O Curso Pré-Vestibular Social Extensivo – 2018. Disponível em <http://cederj.edu.br/prevestibular/category/em-destaque/>

REFORMAS DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL – OS GOLPES DE 1971 E 2016 CONTRA POBRES E NEGROS

GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Tarcísio Moreira Mendes
tarcisiodumont@yahoo.com.br
Doutorando do PPGE/FACED/UFJF
Bolsista UFJF

Os acontecimentos políticos de 1964 e 2016 guardam mais semelhanças que se possa imaginar. Os anos que antecedem as rupturas democráticas constatadas no Brasil nestes dois períodos mostram avanços significativos na consolidação de direitos das classes populares, sobretudo, em relação direitos trabalhistas e educacionais. Não ao acaso, sintomaticamente após os dois golpes políticos, o Governo Federal decretou Reformas significativas no Ensino Médio do país, as duas voltadas à obrigatoriedade do ensino profissionalizante em detrimento ao acesso à universidade. Essas reformas impactaram diretamente na classe mais popular do país, constituída majoritariamente por pessoas negras. Um sintoma de como o culturalismo racista é usado para manipular a classe média brasileira pela elite do dinheiro, chamada pelo sociólogo Jessé Souza de *Elite do Atraso*. Também em sua obra, “A Elite do Atraso – da escravidão à Lava-Jato” (2017), Souza classifica este rompimento democrático acontecido no Brasil em 2016 – diferente do ocorrido em 1964 que entrou para História como um golpe civil-militar – de golpe jurídico-midiático. A análise da conjuntura política pós-impeachment de Dilma Rousseff como declarações de líderes da oposição daquela época, como a do presidente do PSDB, Tarso Jereissati e reportagens de jornais de grande circulação nacional, como a Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo, comprovam um conluio entre a mídia hegemônica, setores políticos e do judiciário para afastar, sem crime, uma presidenta legitimamente eleita. É certo que os golpes de 1964 e 2016 não foram direcionados apenas à parcela da população negra do país. Assistimos a decretos de suspensão de demarcação de terras indígenas, de flexibilização do combate ao trabalho análogo ao escravo, cortes de bolsas de estudos para estudantes quilombolas, extinção do Ministério dos Direitos Humanos e do Ministério da Cultura, avanço de projetos que querem proibir e criminalizar as discussões de gênero e sexualidade nas escolas. Os altos índices de mortalidade de pessoas LGBT e feminicídios mostram que não é apenas o corpo negro que é alvo da violência social. Porém, todos os indicadores sociais

brasileiros pioram assustadoramente quando se faz uma análise interseccional, relacionando-os à categoria raça negra: maioria de desempregados e desempregadas, de analfabetos e analfabetas; maioria de vítimas de feminicídio. Resta-nos assumir a vocação democrática das disputas em torno da educação, abandonando a ideia clássica de que democracia se constrói apenas pelo consenso e pela homogeneização dos desejos. Chantal Mouffe nos convida a experimentar a democracia como um campo de disputa *agonístico*. Não se tem inimigos a serem destruídos, típico do modo antagonista, mas adversários que compartilham princípios éticos-políticos pautados na liberdade e igualdade, com garantia ao contraditório na disputa no campo social, afastando o golpismo que cisma em minar as relações institucionais democráticas.

Palavras-chave: Democracia. Golpe 1964. Golpe 2016. Reformas Educacionais.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Homicídios de mulheres negras aumentam 54% em 10 anos, mostra estudo. **Agência Brasil**. Brasília: 09 de nov. de 2015. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-11/homicidios-contra-mulheres-negras-aumenta-54-em-10-anos-aponta-estudo>. Acessado em 18/07/2018.

BRASIL. Projeto de Lei 337 de 2016 (Lei de Federalização do Ensino Básico). **Senado Federal**. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126890>. Acessado em 16/07/2018.

BROOKE, Nigel. Diversificação do Ensino Médio na América Latina. In.: BROOKE, Nigel (org.) **Marcos históricos na reforma da educação**. 1º ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012, pp. 89-100.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relator na Câmara da reforma do ensino médio concorda com tramitação via MP. **Câmara dos Deputados** (Câmara Notícias). Brasília: 22 de set. de 2016. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/516715-RELATOR-NA-CAMARA-DA-REFORMA-DO-ENSINO-MEDIO-CONCORDA-COM-TRAMITACAO-VIA-MP.html>. Acessado em 16/07/2018.

CAMPOS, Bruno Cesar; CRUZ, Breno de Paula Andrade. Impactos do Fundeb sobre a qualidade do ensino básico público: uma análise para os municípios do estado do Rio de Janeiro. In.: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: vol. 43, n. 2, pp. 371-393, mar/abr, 2009.

ESTADO DE MINAS. A marcha rumo ao golpe – como foi a operação que partiu de minas para implantar a ditadura no país. **Estado de Minas**. Belo Horizonte: 30 de mar

de 2014. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/03/30/interna_politica,513303/a-marcha-rumo-ao-golpe.shtml. Acessado em 05/06/2018.

FERRARO, Alceu Ravelo. ANALFABETISMO E NÍVEIS DE LETRAMENTO NO BRASIL: O QUE DIZEM OS CENSOS? In.: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 33, n. 81, pp. 21-47, dez. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v23n81/13930.pdf>. Acessado em 23/03/2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Dilma liberou créditos, mas não agiu em pedaladas, diz perícia do Senado. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 27 de jun de 2016a. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1786059-dilma-agiu-para-liberar-credito-mas-nao-em-pedaladas-diz-pericia-do-senado.shtml>. Acessado em 05/07/2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Folha recusa tese de golpe, mas não vê nas pedaladas motivo para tirar Dilma. **Folha de São Paulo**. Paula Cesarino Costa. São Paulo, 04 de set. de 2016b. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/columnas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2016/09/1810130-folha-recusa-tese-de-golpe-mas-nao-ve-nas-pedaladas-motivo-para-tirar-dilma.shtml?loggedpaywall#_=_. Acessado em 05/07/2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. César Callegari: Revogar a lei do ensino médio. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 de julho de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/07/cesar-callegari-revogar-a-lei-do-ensino-medio.shtml>. Acessado em 16/07/2018.

G1. Temer sanciona reajuste de até 41,4% para judiciário e de 12% MPU. **G1**. Rio de Janeiro: 20 de jul. de 2016. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/07/temer-assina-reajuste-de-ate-41-para-servidores-do-judiciario-diz-stf.html>. Acessado em 18/07/2018.

G1. Senado aprova MP que reforma o ensino médio; texto vai a sanção presidencial. Portal **G1**. Rio de Janeiro: 08 de fev. de 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/senado-aprova-texto-base-da-mp-da-reforma-do-ensino-medio.ghtml>. Acessado em 16/06/2018.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. In.: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n° 25, nov. 2005, pp. 11-23. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31108.pdf>. Acessado em 18/07/2018.

NEXO JORNAL. Por que alunos da rede federal têm desempenho parecido com estudantes de países desenvolvidos. **NEXO JORNAL**. 07 de dez. de 2016. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/12/07/Por-que-alunos-da-rede-federal-t%C3%AAm-desempenho-parecido-com-estudantes-de-pa%C3%ADses-desenvolvidos>. Acessado em 16/07/2018.

REVISTA FÓRUM. 2018: Governo Temer reduzirá em mais de 30% os investimentos em Educação. **Revista Fórum**. 27 de dez. de 2017. Disponível em <https://www.revistaforum.com.br/2018-governo-temer-reduzira-em-mais-de-30-os-investimentos-em-educacao/>. Acessado em 16/07/2018.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do Regime Militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>. Acessado em 16/07/2018.

SAVIANI, Dermeval. EDUCAÇÃO ESCOLAR, CURRÍCULO E SOCIEDADE: o problema da Base Nacional Comum Curricular. In.: **Movimento – Revista de Educação**. Faculdade de Educação – PPGE, UFF, ano 3, nº 4, 2016. Disponível em <http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/296/301>. Acessado em 18/07/2018.

SOUZA, Jesse. **A radiografia do golpe** – entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, Jesse. **A elite do atraso**: da escravidão à lava-jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

**(MULTI) LETRAMENTOS, DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO DE
PROFESSORES: AÇÕES E PROJETOS DIDÁTICOS SOB ESCRUTÍNIO**
FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Carlos Colucci de Castro Azevedo

carlos.colucci@letras.ufjf.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

Treinamento Profissional-UFJF

Nesta comunicação será apresentado o resultado do Treinamento Profissional Acadêmico (TP) , realizado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob o título de *(Multi) Letramentos, Direitos Humanos e Formação de Professores* sob a orientação do Professor Doutor Alexandre Cadilhe. Iniciado no primeiro semestre de 2018, desenvolveu-se a partir de três ações: (i) leitura e estudo de referencial teórico sobre o tema “multiletramentos” (COPE & KALANTZIS,2000) e Direitos Humanos (SOUZA SANTOS, 2014; BRASIL, 2008); (ii) participação de reuniões em grupo de pesquisa e grupo de formação inicial de professores - PIBID Letras; (iii) análise de co-produção de material didático para o ensino fundamental, consideram o referencial teórico estudado e as demandas apresentadas pelos participantes do PIBID Letras. Uma vez participando de uma série de encontros com licenciandos do curso de Letras, pude observar que a produção de material e projetos didáticos por parte dos licenciandos PIBID orientou-se pela mobilização de diversos saberes, de forma crítica e reflexiva, onde os participantes assumiam uma atitude agentiva diante das demandas da sala de aula. Diferente do papel de mediador ou aplicador, o agente de letramento realiza uma reflexão crítica do contexto que participa para, como indica Kleiman (2006, p. 415-416) “emergir, nas interações com os educandos, seus conhecimentos de livros e outros recursos escritos, assim como aqueles das suas redes comunicativas familiares, religiosas e outras, com o objetivo de ajudá-los a atribuir sentido à palavra escrita”. Essa reflexão sobre os licenciandos no grupo do PIBID se deu através de relatos feitos durante as reuniões e através de narrativas registradas em uma plataforma digital, onde os alunos relataram momentos vivenciados na escola e seus pontos de vista em relação a isso. Ainda sobre o processo de formação profissional de forma autoral (GARCEZ & SCHATLER, 2017) - a experiência de leitura dos textos, discussões e contato com ambos os grupos e na co-produção de material didático - , o aprendizado ocorreu em relação a (a) construção de uma compreensão sobre os posicionamentos a serem assumidos em sala diante das diferentes discussões que

emergiam nos eventos de letramento na escola de educação básica; (b) seleção de diferentes textos para produção de material didático sensível aos posicionamentos assumidos pelos participantes do PIBID diante das demandas da escola. Por fim, neste trabalho, apresento uma reflexão sobre os projetos didáticos elaborados pelos pibidianos, na condição de co-autor, cujo papel orientou-se na seleção de textos multimodais que dialogassem com as obras literárias que foram objeto de trabalho dos projetos desenvolvidos pelos estudantes do PIBID na escola de educação básica.

Palavras-chave: Formação de Professores; Treinamento Profissional.

A EXPERIÊNCIA DO FAZER: UMA REFLEXÃO SOBRE O SER PROFESSOR
FORMAÇÃO DE PROFESSORES
COMUNICAÇÃO ORAL

Júlia Lígia Oliveira Gonzaga, graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora/ UFJF, e-mail <juligia.hist@gmail.com>.

O que constitui o “ser professor”? Assim como os demais ofícios, existe algo que caracteriza o ofício de professor, que o torna reconhecível até mesmo aos que não o exercem. As maneiras de ser e de falar, os gestos, as ferramentas utilizadas, são algumas dessas particularidades. Proponho aqui, ir de encontro ao modo pelo qual os professores vivenciam e enxergam o que fazem, como constroem o seu ofício.

O sentido de experiência se coloca como uma escolha teórico conceitual de caminhar por essas questões. Experiência essa, não no sentido de acúmulo quantitativo de atuações como professor, mas como o desenvolvido pelo filósofo da educação, Jorge Larrosa, “[...] o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca.” (LARROSA, 2002). Assim, busca-se compreender o fazer do professor, a partir do sentido de experiência, desenvolvendo uma reflexão em torno da *experiência do fazer*.

Tal caminho de pesquisa é percorrido a partir do diálogo conceitual com teóricos como Jorge Larrosa (2002;2018), Richard Sennet (2009), Maarten Simons e Jan Masschelein (2017), Jordi Planella Ribera (2014) e Fernando Bárcena (2004). Assim como, através do sujeito-fazedor, àquele que ao fazer, dá forma ao seu ofício. A problemática surge da necessidade de atentar-se ao que constitui o ser professor através do próprio sujeito. As palavras dos mesmos, os seus gestos, olhares e trajetórias.

Neste movimento de pesquisa, a palavra torna-se força, seja a palavra escrita, a palavra dita ou a palavra escutada. A pesquisa narrativa e seu potencial metodológico, possibilita o ir de encontro aos sujeitos e construir junto à eles, essas reflexões. A trajetória, transforma-se em fonte. A trajetória inicial, mostra-se como um modo de olhar a escolha do ser professor, e os momentos que o sujeito coloca na bagagem que vai constituindo suas maneiras de ser. A trajetória cotidiana, é vista como movimento de cultivo e cuidado com a escolha feita, o desenvolver das suas maneiras. A atuação, como uma fonte que torna possível um pincelar de uma pintura, representando a forma como o professor exerce seu ofício em sala de aula.

Nesse movimento, o caminho se abre e demonstra a importância de ser percorrido. É um atentar-se aos sujeitos fazedores, ao ofício do professor; é um dar voz, ou melhor dar ouvidos; para que novos modos de olhar o ofício do professor, à escola e à educação, estejam no horizonte. A pesquisa encontra-se em andamento, em um ciclo de Trabalho de Conclusão de Curso que pretende mais do que saciar as inquietações de uma pesquisadora que virá a ser professora, expressar os processos de existência dos sujeitos, os seus caminhos e dar caminhos a seguir, dar a conhecer a linha que une a vida e o ofício, e dar a semear velhos e novos sentidos de experiência e educação, em tempos tão sombrios.

Palavras-chave: Experiência do fazer; Professor; Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁRCENA, Fernando. **El delirio de las palabras:** ensayo para una poética del comienzo. Herder, 2004.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, n. 19, 2002.

LARROSA, Jorge. **Esperando não se sabe o quê:** Sobre o ofício de professor. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

LARROSA, Jorge; RECHIA, Karen. **P de professor.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola:** uma questão pública. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

PLANELLA, Jordi. **El oficio de educar.** Barcelona: Editorial UOC, 2014.

SENNETT, Richard. **O artífice.** 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR ATRAVÉS DO PIBID-GEOGRAFIA, UMA INVESTIGAÇÃO VOLTADA PARA O ALCANCE DE UM EFETIVO LETRAMENTO

Eixo temático: Formação do Professor

Autor: Juliana Maria Lawall de Paiva;

jujulawall@yahoo.com.br; UFJF.

O presente trabalho tem como objetivo principal de investigação uma reflexão sobre o processo formativo de licenciandos da geografia realizado através do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência). O problema deste trabalho compreende a necessidade de esclarecimento sobre como o futuro docente pode conhecer, refletir e desenvolver habilidades metodológicas que contribuam para a melhoria da escrita, interpretação e letramento dos discentes, sendo que muitos destes possuem um relevante comprometimento na aprendizagem desses elementos. A técnica metodológica está relacionada a instantes de observação, levantamento de problematizações e incorporação de questões que alimentarão a etapa a ser cumprida das reflexões teóricas. Esse instante estimulou, e continua a estimular, já que as investigações estão em andamento, não apenas a dialogicidade, mas também o exercício de uma dialética da totalidade. Entre os objetivos da pesquisa se destacam a identificação dos impactos que a ausência de letramento traz à aprendizagem, em nosso caso há uma ênfase da geográfica, além de avaliar como as proposições metodológicas-curriculares podem despertar, ou não, o interesse no discente de integrar a construção das reflexões de um conteúdo programático em sua rotina escolar. E, por final, possibilitar aos professores em formação uma descoberta de caminhos que podem dotá-los da habilidades na busca de respostas em suas futuras ações, reflexões e práticas docentes. A prática dessa pesquisa já se encontra em uma etapa de alguns importantes resultados alcançados. Identifica-se que qualquer proposta curricular tem que ser compreendida por uma didática dialógica, especialmente entre exemplos da materialidade do lugar e as relações construídas no espaço. O educando precisa ser convidado a pertencer às reflexões problematizadas pelo educador-mediador. Quando aquele que sempre foi visto como objeto percebe sua integração à abordagem proposta, o mesmo imediatamente se coloca

como sujeito, o motivando a participar das atividades de letramento lançadas. Mas, claro, as investigações encontram-se em processo de construção, ou seja, muitos dos desafios levantados durante as observações ainda estão subsidiando as reflexões teóricas. A práxis, ação, reflexão, ação, é a metodologia que nos orienta, possibilitando um mais claro entendimento de como se materializa essa complexa dialética espaço-temporal da escola contemporânea, fundamentalmente no que diz respeito às formas de aprendizagem que devem ser pensadas e desenvolvidas visando à sistematização de metodologias que dialoguem com as ações didáticas, curriculares e avaliativas, elementos da pedagogia que, a nosso ver, se apresentam como essenciais para um letramento mais efetivo aos educandos que hoje habitam as unidades escolares.

Palavras –chave: Formação de professor, Práticas Pedagógicas, Letramento.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO PARA UMA PRÁTICA CIDADÃ E DEMOCRÁTICA

Área Temática: Formação de professores

Douglas Willian Ferreira

douglasinvictus@hotmail.com

UFJF - Bolsista Capes

A prática pedagógica do Ensino Religioso ainda tem sido incompreendida, sobretudo, por parte daqueles professores que lecionam essa disciplina na educação básica e que, por não terem tido uma formação adequada, não reconhecem sua importância na formação do cidadão crítico e reflexivo. Isso acontece ainda hoje, primeiramente, porque essa disciplina esteve historicamente ligada a uma prática catequética e teológica, em que o Ensino Religioso traduzia interesses religiosos e institucionais, mormente, por parte da Igreja Católica. Um segundo aspecto a se destacar é que no âmbito político, a saber, das normas, resoluções e leis que regem a educação nacional houve, por longo tempo, inconsistências em relação a essa disciplina – por exemplo, a discussão acerca do lugar do Ensino Religioso na educação laica, ou também, da manutenção ou não dessa disciplina na educação básica; idas e vindas que colocavam o Ensino Religioso numa situação desconfortável em relação às demais áreas de conhecimento, fazendo com que ela não fosse levada a sério nos ambientes escolares. Finalmente, não menos importante, essa incompreensão quanto à prática pedagógica, passa também pela discussão acerca da formação dos professores que lecionam, ou que podem lecionar o Ensino Religioso. Nesse sentido, o problema que nos propomos analisar se refere à falha formativa dos professores que atualmente lecionam o Ensino Religioso na escola pública e que não são formados pela licenciatura de Ciência da Religião. Para nós isso é problemático na medida em que essa lacuna na formação dos profissionais de Ensino Religioso resulta numa disciplina descompromissada com a formação do cidadão, e ao mesmo tempo, que desconsidera o referencial epistemológico resultado dos diversos estudos do fenômeno religioso a partir da Ciência da Religião. Professores que não tem essa formação para lecionar o Ensino Religioso correm o risco de promoverem dentro da sala de aula o proselitismo tão combatido pelas diretrizes e leis da educação básica. Nesse sentido, apostamos na licenciatura em Ciência da Religião como a formação mais eficaz para uma educação comprometida com o sujeito, com a tolerância, com o diálogo e o respeito à diversidade. Mais que isso, a falta de formação adequada tem feito os professores optar

por lecionar um Ensino Religioso que se assemelha mais a uma formação humana restrita a uma reflexão moral do que aquilo que propõe a BNCC do Ensino Fundamental, e especificamente, o Currículo Referência de Minas Gerais: um ensino que considera as tradições religiosas, suas histórias, teologias, *ethos* etc. Nosso objetivo é mostrar a importância de uma formação adequada, coerente com as propostas da BNCC e da LDB que em seu artigo 33 afirma o Ensino Religioso como parte integrante da formação básica do cidadão. Contribuí para nossa reflexão sobre a formação dos professores de Ensino religioso, dentre outros autores, os escritos do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER).

Palavras-chave: Ensino Religioso; Formação de professores; licenciatura em Ciência da Religião; cidadania.

A FORMAÇÃO DO/A PROFESSOR/A DE CIÊNCIAS DA NATUREZA NA VISÃO DOS/AS LICENCIANDOS/AS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS/UFJF

Formação de Professores

Pedro Amarelho Macedo¹; Rita de Cássia Reis¹

rita.reis@ufjf.edu.br

1- Faculdade de Educação, NEC/UFJF

No Brasil, os cursos que formam o professor de Ciências da Natureza dos anos finais do ensino fundamental são, predominantemente, as licenciaturas em Ciências Biológicas que, geralmente, têm um curso de bacharelado concomitante/associado. Diante desse atrelamento e da hierarquização salarial que foi imposta pelos planos de carreira, criou-se um cenário, no qual a formação do professor para o nível médio é privilegiada em relação ao nível fundamental. Dessa forma, os egressos dos cursos de licenciatura em Química, Física e Ciências Biológicas, por exemplo, que têm a opção de continuar os seus estudos na pós-graduação ou de atuar no setor de serviços, quando optam pela docência (em alguns casos como uma alternativa financeira) preferem o nível médio, por questões salariais e um maior status profissional (REIS, 2016 e 2019).

Nesta pesquisa, que ora apresentamos, buscamos junto aos licenciandos em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Juiz de Fora que cursam as disciplinas de “ensino de” e “estágio supervisionado” na Faculdade de Educação da UFJF: (i) traçar o perfil dos licenciandos no que tange às suas aspirações profissionais; (ii) mapear as considerações dos licenciandos sobre seu processo formativo e a preparação para a atuação no ensino fundamental.

Para alcançar esses objetivos, utilizamos uma metodologia que relaciona as categorias quantidade-qualidade (GATTI, 2004; MERRIAM, 2009). A análise proposta visa estabelecer parâmetros de comparação entre as diferentes situações propostas ao longo da pesquisa; assim como, entender como as pessoas interpretam suas experiências, como elas constroem seus mundos e qual o significado que atribuem às suas experiências.

Para fazermos o levantamento das percepções dos licenciandos, em relação ao seu processo formativo, construímos um questionário com itens abertos e fechados; sendo que, para elaboração dos últimos, utilizamos a escala Likert (Babbie, 1999). Ao todo 20 alunos responderam ao questionário.

Em relação ao perfil dos licenciandos, a maior parte cursou tanto ensino fundamental quanto médio em escolas da rede pública, embora alguns dos alunos tenham migrado da

rede pública para a particular durante o ensino médio. São licenciandos que cursam o quinto ou o sexto período do curso e que ao se formarem terão entre 22 e 23 anos de idade. Isso demonstra que eles se formam jovens e com uma visão de docência baseada nas experiências que tiveram enquanto alunos da educação básica e naquelas proporcionadas pela universidade, uma vez que nenhum deles leciona oficialmente. A partir das respostas ao questionário, percebemos que eles aspiram a docência e que há uma inclinação para atuarem no ensino médio em detrimento do ensino fundamental. Contudo, eles afirmam que a estrutura do curso não os incentiva a seguir a carreira docente já nos primeiros semestres, uma vez que ingressam na universidade via Área Básica de Ingresso (ABI) em Ciências Biológicas e só optam pela licenciatura após o ciclo básico. Esses apontamentos e outros indicam a necessidade de tecermos discussões sobre a formação de professores de Ciências da Natureza na referida universidade.

Palavras chave: Formação de professores, Ensino de Ciências da Natureza, Ciências Biológicas.

A FORMAÇÃO EM EXERCÍCIO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR E AS ESTRATÉGIAS DE LEITURA NO 1º CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Luciane Aparecida de Souza

lucianeape@gmail.com

PPGE/ Universidade Federal de Juiz de Fora

Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello

hilda.micarello@uab.ufjf.br

PPGE/Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

O trabalho apresentado é parte da pesquisa que venho desenvolvendo em minha tese de doutoramento, que tematiza sobre o ensino de estratégias de leitura no Ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano). A investigação é norteada pela seguinte questão: “*Como a formação em exercício (voltada para o planejamento de estratégias de ensino da leitura) pode impactar na formação do leitor proficiente, no ciclo de alfabetização?*” Para tal é utilizada abordagem metodológica longitudinal de cunho qualitativo, a partir da abordagem da pesquisa colaborativa (IBIAPINA, 2016). O estudo busca dados que ajudam a identificar como o planejamento de ensino para mobilização das estratégias de leitura pode impactar na competência leitora dos alunos, a partir de duas ações pontuais: a) aplicação de protocolos de leitura aos estudantes: no início da pesquisa e ao final, após as aulas planejadas a partir dos pressupostos teóricos alicerçados nos estudos de Solé (1998); b) intervenção no planejamento das aulas de leitura, a partir dos resultados do protocolo. Nesta pesquisa as intervenções estão sendo realizadas com os professores alfabetizadores e alunos do 1º ciclo de alfabetização (1º, 2º e 3º anos do EF) da rede pública municipal de Comendador Levy Gasparian. Assim, atualmente, a pesquisa conta com a parceria (voluntária) de doze docentes. A saber: seis que estavam com as turmas do 1º ano no ano letivo de 2018 e seis que estão com esses mesmos alunos no 2º ano no ano letivo de 2019. Nesta investigação, tal instrumento é utilizado como avaliação diagnóstica que orienta o planejamento das estratégias de leitura que podem impactar no processo de aprendizagem da leitura dos alunos. Sobre a metodologia de análise de dados, é importante aqui destacar que essa vem sendo realizada através do SPSS (um software aplicativo do tipo científico, originalmente denominado acrônimo de Statistical Package for the Social Sciences - pacote estatístico para as ciências sociais, mas na atualidade a parte SPSS do nome completo do software (IBM SPSS) não tem significado). Os dados coletados pelo protocolo de

leitura, após passar por esse software, gera frequências de respostas a cada item do protocolo para cada ano de escolarização, de cada ano letivo. Assim, com base nessas frequências, são analisados os desempenhos dos estudantes, a fim de estabelecer uma comparação que permite identificar o impacto da utilização das estratégias de leitura, planejadas na formação em exercício durante os anos definidos para pesquisa.

Palavras-chave: Formação em exercício. Professor alfabetizador. Estratégias de Leitura

A INFLUÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO BOLSISTA

Área temática: Formação de Professores

Lucas Teixeira Oliveira – UFJF - ProEx

teixeiralucas2000@gmail.com

Andréia Francisco Afonso - UFJF

andrea.afonso@ufjf.edu.br

Vivenciar diferentes experiências durante a graduação contribui para a formação profissional do estudante de ensino superior. Nesse sentido, desde 2018, venho atuando em um projeto de extensão, no qual sou bolsista, cujo objetivo é acompanhar e desenvolver atividades, em parceria com professores, junto aos alunos da Educação Básica, a fim de auxiliar os processos de formação inicial e continuada.

Segundo Marcelo Garcia (1998, p.52), “os conhecimentos do futuro professor estão associados à situação da prática, ainda que as relações entre pensamento e prática sejam pouco claras e conhecidas”, o que justifica a importância do contato do licenciando com as escolas durante a sua formação.

Assim, no projeto de extensão, acompanhei duas professoras até o momento. Em 2018, estive junto à uma docente que lecionava Química em uma escola da rede estadual de ensino de Minas de Gerais, localizada na região central de Juiz de Fora. Já em 2019, estou em uma instituição da rede municipal de ensino que fica na zona norte da mesma cidade, em parceria com uma professora de Ciências.

O acompanhamento e supervisão de um professor mais experiente, que conhece a realidade das salas de aula, proporcionam momentos de aprendizagem para ambos. De acordo com Charlot (2002, p.90), “os professores, na verdade, estão se formando mais com outros professores dentro das escolas do que nas aulas das universidades ou dos institutos de formação”. Com isso concluímos que as universidades realizam a formação acadêmica, porém somente o conhecimento não constrói um bom docente, é necessário a vivência em sala de aula que é adquirida, em sua maioria, com outros professores e projetos de extensão.

A possibilidade de trabalhar em escolas diferentes está sendo importante. São muitos os desafios colocados na escola: falta de infraestrutura, heterogeneidade das

turmas, diferenças socioculturais, entre outros. Diante deles, tive que refletir sobre as demandas colocadas pelos estudantes para que pudesse preparar atividades teóricas e práticas para diferentes perfis, de modo que atendesse as necessidades de um maior número de alunos.

Entre as atividades desenvolvidas estão: um jogo da memória, experimentos, modelos didáticos e um *quis*. Com elas, pude observar como os estudantes aprendem, e o que pode auxiliá-los na compreensão dos conteúdos.

Além disso, o modo de interação com os estudantes é variado. Em algumas turmas, tive que estar mais próximo dos alunos, auxiliando nas atividades. Em outras, pude acompanhá-los mais distante, o que me permitiu uma visão mais geral da turma.

Com isso, percebi que o trabalho do docente varia de acordo com as turmas e, por isso, o educador deve ser dinâmico para procurar sempre as melhores formas e as mais variadas de ensinar os seus alunos. Portanto, esse e outros projetos são essenciais para a formação de um profissional qualificado para o exercício da futura profissão, pois possibilitam uma visão de como será a docência, vivenciando-a em situações reais.

Palavras-chave: Projeto de Extensão – Formação Inicial – Educação Básica – Ensino de Química

Referências

CHARLOT, B. Formação de professores: a pesquisa e a política educacional. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002, p.89-108.

MARCELO GARCIA, C. Pesquisa sobre formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, v.9, p.51-75, 1998.

A UTILIZAÇÃO DE JOGOS COMO FORMA DE RECURSO DIDÁTICO NA GEOGRAFIA

Formação de professores

Samara Cristina de Abreu Silva

abreu.samara@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Através do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), que possibilitou a realização de observações na Escola Estadual Francisco Bernardino, foi viável presenciar o dia a dia escolar e a abordagem de diferentes práticas pedagógicas na disciplina de geografia. Diante dessa observação, foi possível constatar a dificuldade dos alunos em compreender os conceitos principais da geografia, demonstrando uma barreira para que esses possam se enxergar como agentes produtores do espaço geográfico, assim é importante trabalhar e discutir a leitura das paisagens que os indivíduos vivenciam no cotidiano.

O conceito de paisagem sempre teve importância para a disciplina e estudos da área, se estabelecendo como um conceito-chave da geografia, sendo de grande importância trabalhar de forma eficaz a leitura de paisagens em diferentes situações, pois se torna uma significativa ferramenta ao desenvolver no aluno habilidades como observação, análise e comparação.

Para uma melhor compreensão sobre os conceitos sucedeu-se a aplicação de um jogo (quebra-cabeça) nas turmas de 6º ano, objetivando que os alunos pudessem compreender que a geografia é feita no dia a dia e que todos são agentes ativos na construção da paisagem, que funciona como algo dinâmico não estando separada da experiência humana. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com autores que utilizaram os jogos como um recurso pedagógico e suas impressões sobre o tema, em diferentes áreas do ensino. Posteriormente ocorreu a elaboração de um quebra-cabeça que apresentava diferentes espaços da região de Juiz de Fora – MG, em dois períodos de tempo distintos. Dessa maneira, o aluno deveria montar o quebra-cabeça e fazer observações práticas acerca da mudança nas características da paisagem durante essa passagem de tempo.

Após a escolha dos lugares o jogo foi aplicado com duas turmas de 6º ano, assim as turmas foram divididas em grupos de 4 ou 5 pessoas. As imagens foram entregues aos grupos

sendo realizado posteriormente questionamentos sobre as percepções deles em relação as mudanças ocorridas, e o que ele observaram a respeito de outras questões geográficas como a altitude dos pontos, coordenadas geográficas e como isso poderia interferir no dia a dia.

Diante da aplicação do jogo, foi possível perceber o interesse dos alunos em trazer os conceitos para uma forma mais aplicada, sendo constatadas diferentes análises tais como a alteração da paisagem através da ação humana, alteração na vegetação, construção de shoppings e novas casas, etc.

Como forma de proposta pedagógica, os jogos vem sendo cada vez mais utilizados diante de um contexto onde os jovens apresentam cada vez mais um desinteresse pela escola. Dessa forma, os jogos são atividades capazes de prender a atenção desses indivíduos, podendo ser elaborados de diversas formas para diferentes disciplinas. Proporcionando, assim, ao aluno, além de novas experiências, a possibilidade de serem criadores de seu próprio saber.

Palavras – Chave: Geografia, Paisagem, Práticas Pedagógicas, Quebra-Cabeça.

AS CONTRIBUIÇÕES DA MODALIDADE EXTENSÃO PARA O PROCESSO FORMATIVO DO PROFESSOR DE PORTUGUÊS: UMA EXPERIÊNCIA

Área Temática: Formação de professores - práticas pedagógicas e a formação de professores de Língua Portuguesa para a educação básica

Ana Flávia Ferreira de Souza¹

anaflavia.fs78@gmail.com, UFJF- PROEX

Ana Carolina Neves Dias²

carolina.dias2807@outlook.com, UFJF - PROEX

A Comunicação Oral proposta objetiva discutir o potencial da Modalidade Extensão para a realização de práticas e reflexões necessárias à formação inicial de professores. Além de uma exposição teórica sobre formação docente, serão compartilhadas experiências de duas graduandas em Português participantes do projeto de extensão *Só Letrando*, realizado no âmbito do Programa Boa Vizinhança da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Discutindo a formação do professor, Antônio Novoa propõe que a formação inicial docente tenha como matriz a profissionalização. Um dos caminhos apontados por ele para que isso se materialize é a construção de um “novo arranjo institucional, dentro das universidades, mas com fortes ligações externas, para cuidar da formação de professores” (NÓVOA, 2007, n.p.). Acreditamos que modalidade de Extensão seja parte importante desse novo arranjo ao realizar a integração da Universidade com a Comunidade e, no caso de projetos envolvendo Licenciaturas, possibilitar um espaço de formação docente voltado para a reflexão sobre a prática profissional.

Davidson dos Santos, em pesquisa realizada entre professores em formação do curso de Letras da UFJF, constatou que, para os graduandos, o professor não precisa dominar apenas métodos e estratégias, mas, além disso, buscar “conhecimentos referentes a um mundo plural, diverso, heterogêneo, com intuito de compreender a singularidade de vozes que formam a sociedade e, conseqüentemente, o universo escolar” (SANTOS, 2018, p.148).

Nesse sentido, dissertaremos sobre como Projeto *Só Letrando* possibilita pensar profissionalmente na medida em que propicia, às graduandas participantes, o exercício de planejamento, execução e avaliação da prática profissional para a qual estão sendo formadas,

¹ UFJF, curso de Licenciatura em Letras. Bolsista do Projeto de Extensão, PROEX/UFJF.

² UFJF, curso de Licenciatura em Letras. Ex-bolsista do Projeto de Extensão, PROEX/UFJF.

bem como a tomada de consciência acerca das consequências políticas, culturais e éticas do trabalho do profissional professor de português na sociedade contemporânea.

Durante a Comunicação Oral, os pressupostos teóricos e os relatos serão exibidos através de projeção de slides. Além disso, apresentaremos exemplares de materiais didáticos produzidos no projeto e de um livro escrito pelos alunos atendidos pelo projeto durante o segundo semestre de 2018.

Embora as participantes ainda estejam na formação inicial, as habilidades e as reflexões construídas durante a participação no projeto refletem em outros espaços de prática como os Estágios I e II e suas respectivas disciplinas de Reflexões. Durante a inserção das alunas em sala de aula, conhecimentos construídos sobre planejamento, relação professor e aluno e elaboração de materiais de didáticos foram mobilizados.

Através das discussões e do relato aqui sintetizados, a Comunicação Oral a ser apresentada na IV Semana da FACED busca promover a reflexão sobre as potencialidades da Extensão Universitária no processo de formação do professor de Português.

Palavras-chave: Formação de professores, Extensão Universitária, Práticas diferenciadas, Ensino de Língua Materna

Referências:

BRASIL, MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <https://goo.gl/6gPV61> . Acesso em: 20 jun. 2014.

NÓVOA, António. **Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente**. Cadernos de Pesquisa, vol. 47, n. 166, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000401106&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 29 mai. 2019.

SANTOS, Davidson. **E aí, tá preparado para poder dar aula? A voz discente na construção do perfil do bom professor de Português**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

BUSCANDO O ENTENDIMENTO DAS HORIZONTALIDADES NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO EM TEMPOS E ESPAÇOS QUE AS VERTICALIDADES NA EDUCAÇÃO AINDA PREDOMINAM. UMA EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DO PIBID

Área temática: Formação de professores

¹ Larissa Soares de Siqueira Maria; larissasoares.ufjf@gmail.com;
graduanda em Geografia pela UFJF.

² Cleber Abreu da Silva; clebera3@gmail.com; licenciado em
Geografia pela UFJF; Especialista em Psicologia e Desenvolvimento
Humana pela UFJF; Mestre em gestão pública pela UNIFAL.

O presente artigo busca apresentar uma experiência de aprendizagem formativa a respeito da relação professor-aluno e suas implicações no processo de ensino aprendizagem, formação esta obtida através do programa PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência). A referida proposta procura problematizar os muitos desafios espaço-temporais presentes na relação professor-aluno, quase sempre ainda verticalizados nos lugares educativos, a escola. Essa forte hierarquização, mesmo após a materialização no Brasil de uma escola para as massas, ou seja, diversa em suas espacialidades e temporalidades, é ainda a que predomina. Práticas pedagógicas sem qualquer problematização, metodologias que intensificam a objetificação passiva do discente, currículos que não possuem nenhuma dialogicidade com o lugar vivido pelo potencial educando. Entre os objetivos da investigação estão identificar as diversas situações rotineiras da sala de aula que refletem a reprodução de uma persistente verticalidade nas relações entre docente e discente. Também, tendo a práxis proposta por Paulo Freire como referência metodológica, tem-se como outro objetivo estabelecer uma densa relação entre empiria, onde os fatos são identificados com a reflexão teórica, parte fundamental na busca por uma formação que subsidie o futuro docente na apresentação de práticas mais horizontalizadas e dialógicas. Entre os resultados esperados, pretende-se tornar a experiência formativa do PIBID uma ação efetiva de práxis, ou seja, uma ação que nos faz cindir os problemas, com a reflexão, e que também nos promova o encontro com uma totalidade. Com o alcance dessa escala de reflexão, tem-se como intenção a preparação de potenciais educadores que tenham em suas práticas uma prioridade, a de tornar o aluno um sujeito-educando, sempre preocupados com a pluralidade de identidades, marcadamente presentes na escola do atual espaço-tempo. Por fim, o contexto presente da pesquisa já se apresenta como promissor, isso sob alguns dos

resultados já alcançados nessa trajetória que envolve a experiência formativa do PIBID. Muitas das práticas já observadas nas atividades cotidianas do programa de formação corroboram algumas das teorizações já refletidas, entre elas o efeito altamente positivo das problematizações realizadas pelo mediador aos educandos, resultado que traz motivação, desperta o interesse pela participação, faz do aluno um educando. Além disso, já se constata como um currículo dialógico entre lugar e totalidade, para a geografia também interpretada como espacialidade, traz a história dos sujeitos ao novo sujeito, antes apenas visto como objeto, um desumano sem história, que, com as ações educativas já vistas, torna-se um humano com história.

Palavras-chave: Formação de Professores. Educação horizontal. Prática docente.

COMO SE ENSINA A ORALIDADE NA REDE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA? ABORDAGENS, ENTRAVES E PERSPECTIVAS

Formação de Professores

Gisele de Oliveira Barbosa
giseleoliveirab@hotmail.com
Doutoranda em Educação- FAGED
Universidade Federal de Juiz de Fora

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise a respeito do ensino de oralidade nas salas de aula de escolas municipais de Juiz de Fora/MG. A partir de dados coletados em uma pesquisa realizada com professores de Língua Portuguesa da Rede Municipal de Ensino, buscamos compreender de que modo os docentes transpõem os gêneros orais para a sala de aula, enfocando principalmente as dificuldades encontradas. Nossa investigação pretendeu traçar um panorama do ensino da oralidade nas aulas de Língua Portuguesa, nas escolas juizforanas, identificando quais os entraves enfrentados pelos professores, quais os gêneros orais mais trabalhados e de que forma são mais trabalhados em sala para, então, sugerir possíveis caminhos que permitam amenizar tais dificuldades, tornando o ensino de oralidade mais produtivo. Pesquisas relacionadas ao ensino da oralidade já consolidaram o fato de que a mesma possui tanta importância nas aulas de Língua Portuguesa (LP) quanto os demais eixos de ensino (leitura, escrita, análise linguística). É fato também que a dicotomia oralidade/escrita já está superada e que ambas possuem características próprias que ora se aproximam, ora se distanciam. Todavia, ainda foi pouco investigada a forma como os professores de LP abordam tal modalidade em sala de aula. Nesse sentido, é necessário que pesquisas foquem no modo como o ensino de oralidade é tratado em sala de aula. Este trabalho se insere no escopo de uma pesquisa de doutorado e permitirá contribuir com inovações relativas ao ensino do oral nas aulas de LP. Entre os pressupostos teóricos que guiaram a pesquisa estão Rojo e Schneuwly (2006), que apresentam a concepção de oralidade com a qual nos coadunamos, Bueno e Costa-Hübes (2015), Magalhães e Cristovão (2017; 2018), Magalhães e Lacerda (no prelo), que oferecem reflexões acerca do ensino de oralidade na sala de aula e outros autores que se dedicam a propor caminhos para o ensino da oralidade. Os resultados permitem analisar qual concepção de

oralidade é adotada pelos professores, que práticas pedagógicas emergem a partir dessa concepção e como se realiza o trabalho de transposição dos gêneros orais, especificamente relacionado às questões extralinguísticas da interação, geralmente minimizadas no ensino (Guimarães; Souza, 2018), contribuindo para revelar avanços e novos caminhos para um ensino da oralidade mais efetivo.

Palavras chave: Oralidade – Ensino de Língua Portuguesa – Gêneros textuais – Formação de professores

CONSTRUÇÃO DO MEMORIAL NA EDUCAÇÃO INDÍGENA

Formação de Professores

Adriana Helena de Oliveira Albano

Universidade Federal de Roraima

E-mail: drikaalbano@yahoo.com

Financiamento PDEE/CAPES

O objetivo geral do presente trabalho é apresentar a importância da narrativa autobiográfica de formação para a reflexão da (des)construção da identidade docente indígena, assim como a percepção do contexto político-pedagógico em que está inserida. Desse objetivo principal, desdobram-se dois objetivos específicos: a análise e interpretação dos textos autobiográficos produzidos pelos docentes/discentes indígenas do curso de Licenciatura Intercultural com o intuito de perceber, por meio da retórica da descrição das experiências vividas, aquilo que João Paulo Monteiro (1975) define como resíduo e a contribuição dessa leitura para entendermos a retórica da iterabilidade, definido por Derrida como algo que “altera, parasita e contamina o que ela identifica e permite repetir” (1991, p. 120). O segundo objetivo consiste em aprimorar, partindo do movimento da escrita autobiográfica, a auto-análise e a reflexão crítica da atividade docente para que esta não reproduza modelos de educacionais que ignorem a diversidade presente nessas comunidades. A educação no meio indígena sempre ocorreu frente às particularidades ligadas ao modo como entendem e se relacionam com o mundo. Desse modo, é necessário que a escola indígena, como previsto pelo Decreto presidencial de 26/91, esteja “alicerçada em um novo paradigma educacional de respeito à interculturalidade, ao multilinguismo e à etnicidade” (BRASIL, 2007, p.15), e “Não há e nem pode haver um único modelo de escola indígena a ser desenvolvido em todo o país” (p.15). Apesar de tais considerações, o que observamos em relação à educação indígena no estado de Roraima, a partir da leitura de textos autobiográficos produzidos por alunos discentes/docentes do INSIKIRAN, Instituto Superior de Formação Indígena, é que as escolas acompanham o modelo tradicional de educação que, segundo Paulo Freire, mostra-se incapaz até para o não indígena, e “estimular esse tipo de educação brasileira do jeito que está, não ajuda nem a classe dominante brasileira” (FREIRE, 1982, p.117) e torna-se um outro modo de violência. Interessa-nos, principalmente, a relação entre memória autobiográfica e memória histórica: as memórias autobiográficas

não estão isoladas do contexto sócio-cultural ao qual estão inseridas e, por isso, remetem a experiências vivenciadas também pelo grupo a que pertencem, fazendo parte da memória coletiva desse grupo e de sua história. O posicionamento individual remete ao posicionamento coletivo e, por meio da narrativa autobiográfica de formação, o sujeito escrevente pode perceber-se como fazedor da própria história, assim como assumir toda a responsabilidade desta condição, pois o trabalho de rememoração tornado coletivo refere-se aos grupos de convívio e às classes sociais com as quais estabeleceu alguma relação.

Palavras-chave: autobiografia, indígenas, educação

DIREITOS DE CIDADANIA NA CRECHE: CONTRIBUIÇÕES DOS FEMINISMOS À EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS PEQUENAS

Área temática: Formação de Professores

Maria Rita Neves Ramos

nevesramosm@yahoo.com.br

Universidade Federal de Juiz de Fora (MG)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

Profa. Dra. Daniela Auad

auad.daniela@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora (MG)

Esse texto divulga pesquisa de Doutorado em andamento, que analisa sob um viés feminista os reflexos da Educação Infantil sobre os Direitos das Crianças e os Direitos das Mulheres. Tal objetivo se sustenta a partir de estudos sobre as regulações dos direitos de cidadania e dos debates políticos e operacionais que dizem respeito tanto à socialização das crianças pequenas nas creches quanto ao usufruto desses serviços pelas mulheres, que contam com esses espaços para exercerem suas atividades laborais, tanto como profissionais quanto como donas de casa, ao lado da tarefa de educar as crianças. Com esse foco, a pesquisa acessou compilado teórico feminista e estudos cujos debates remetiam às relações de gênero, classe, raça e geração, bem como seus impactos nas políticas voltadas às mulheres e às crianças, sobretudo na área da Educação. Os temas acessados nessas fontes renderam material de organização de grupos focais voltados à professoras de uma creche de Juiz de Fora. Tais temas se referem à maternidade, ao trabalho da mulher, aos direitos das crianças, às diversas socializações, às demandas institucionais, às redes de cuidados, ao papel do poder público e dos movimentos sociais, dentre outras questões. O intuito da pesquisa de campo é conhecer o olhar da instituição sobre os Direitos das Mulheres e os Direitos das Crianças perante uma conjuntura que engloba a atenção aos Direitos e à Educação em uma perspectiva social mais justa. Esse pilar, defendido pelos Feminismos, impacta a sociedade como um todo, já que os movimentos feministas discutem as desigualdades impostas às mulheres por ditames

sociais que as responsabilizam unicamente pela educação das crianças, sobrecarregando-as. A pesquisa defende a representatividade da creche e de outros entes em atuar ao lado das mulheres na corresponsabilidade da educação das crianças pequenas. Esse diálogo integra o debate sobre Maternagem, processo no qual a manutenção do criar é levada a termo por outras pessoas além da mãe. Embora já prescrita nas legislações brasileiras, a corresponsabilidade pela educação das crianças nem sempre é concebida, difundida ou praticada de maneira demarcada. O campo de pesquisa aponta avanços relativos aos Direitos das crianças. Ao lado disso, estão presentes as construções sociais relacionadas a conhecidos conflitos de gênero, como a demanda dos cuidados exclusivamente por parte das mães e as incertezas acerca dos comportamentos e brincadeiras infantis. Logo, as reflexões que vem sendo tecidas em pesquisa são promissoras e basilares no que concerne ao debate sobre o que é ser mãe, ser mulher e sobre a Maternagem nas creches e fora delas. Pensar sobre essa conjuntura permite consolidar democraticamente os direitos de cidadania de mulheres e crianças, já que esses diálogos avançam no processo de equalização das responsabilidades para com a educação, de modo a apontar caminhos para a diminuição dos efeitos das desigualdades, tão pautadas pelas relações de gênero conservadoras.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres – Crianças – Feminismos – Democracia.

DOCÊNCIA COMO SACERDÓCIO: SIGNIFICAÇÕES DO TRABALHO DO PROFESSOR EM NOTÍCIAS E VAGAS DE EMPREGO

Área temática: Formação de professores

Andreia Rezende Garcia-Reis – andreiargarcia@yahoo.com.br – Universidade Federal de Juiz de Fora

Maria Beatriz Pinto – maria.beatriz@letras.ufjf.br – Universidade Federal de Juiz de Fora

Mariana da Silva – mareanai@hotmail.com – Universidade Federal de Juiz de Fora

Ao discutirmos o estatuto do trabalho do professor em nossa sociedade, é importante ter em mente que só “há alguns anos, a atividade de ensino tende a ser considerada como um verdadeiro trabalho” (BRONCKART, 2004). O trabalho do professor tem sofrido reconfigurações ao longo do tempo e é campo de controvérsias e disputas, sobretudo no conturbado cenário político brasileiro. Diante da dificuldade de compreender e definir esse trabalho “particularmente opaco” (BRONCKART, 2009), ao qual são atribuídas significações tão distintas e controversas, nos propusemos a analisar, sob o aporte teórico-metodológico do Interacionismo Sociodiscursivo (BRONCKART, 2006), uma série de textos que tematizam o professor e/ou sua atividade, pertencentes a dois gêneros textuais de ampla circulação social – notícia e anúncio de vaga de emprego –, com o objetivo de identificar quais significações (BRONCKART, 2015) de trabalho docente se fazem presentes nesses discursos. Os textos, coletados no primeiro semestre de 2019, foram retirados de portais amplamente conhecidos, com trajetórias consolidadas, justamente porque, ao atingirem um público extenso, podem incidir sobre as opiniões e concepções de grande parcela da sociedade brasileira. Adotando metodologia descendente inspirada em Volochinov (1929), focalizamos, primeiramente, o contexto de produção/circulação dos textos, buscando compreender as situações comunicativas nas quais eles se inseriam. A seguir, focalizamos excertos que tematizavam o trabalho docente e continham assunções acerca dessa atividade, identificando as significações ali imbricadas. Por fim, buscamos compreender de que forma tais significações se articulavam aos aspectos enunciativos reconhecidos na primeira etapa da análise. Resultados preliminares obtidos a partir dessa investigação apontam que os textos analisados reforçam uma significação de docência ainda muito presente no senso comum: a de atividade sacerdotal, que “se faz por amor”, para a qual não é necessária formação específica, mas sim um “dom”. A

negação da dimensão profissional da docência (Nóvoa, 2017) verificada nesses textos contribui para a precarização da profissão e vai de encontro não só à concepção de trabalho docente que tem sido construída a partir das investigações produzidas na via do Interacionismo Sociodiscursivo, mas também à perspectiva de valorização de professores assumida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério publicadas em 2015 (cf. Garcia-Reis no prelo). Verifica-se, portanto, um descompasso entre **a)** o entendimento que se tem construído a partir de pesquisas sobre o trabalho docente e os avanços institucionais alcançados nas políticas de formação de professores e **b)** as significações que ainda perduram no âmbito social, sobretudo no contexto de mercado de trabalho privado para o exercício da atividade docente, no qual se inserem os anúncios de vaga de emprego analisados.

Palavras-chave: Trabalho docente. Valorização docente. Profissionalização docente. Formação de professores.

EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: ELABORAÇÃO DE RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE PARASITOLOGIA

Formação de Professores

Thaís Gomes de Paula

thaisgomespaula@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Metodologias tradicionais, como aulas expositivas, ainda dominam o ensino de Ciências e Biologia na escola básica. Com isso as parcerias realizadas entre escolas e espaços dedicados à ampliação pública das ciências surgem como possibilidades pedagógicas para a educação científica dos educandos e para a formação docente. A formação do professor que problematize a natureza social e educativa desses espaços, além das contribuições que oferece para alfabetização científica, torna-se experiência formativa de grande valor para o exercício da docência. Durante o último período da graduação do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), realizado no primeiro semestre de 2019, foram cursadas as disciplinas de Reflexões Sobre a Atuação no Espaço Escolar II – Ensino de Biologia e Estágio Supervisionado em Ensino de Biologia II, que têm o objetivo de trazer discussões acerca dos desafios enfrentados na profissão e das alternativas de ensino, apresentando espaços que aliados ao ensino escolar, surgem como opção de cenário para a educação brasileira ser realizada, além de conhecer o cotidiano da instituição e problematizar os desafios enfrentados no trabalho de divulgar ciências. O Estágio realizado no Centro de Ciências da UFJF, teve como objetivo a observação do espaço, acompanhamento de roteiros de visitação e visitas espontâneas nas áreas destinadas ao ensino de Biologia. Também foi realizada a produção de um recurso didático que atendesse algumas das demandas dessa instituição. Esse texto socializa o processo de planejamento e produção do recurso denominado “Caixa Interativa: O Parasito ao Alcance dos Olhos”. Promovendo a interatividade, esse recurso busca favorecer o diálogo, trazendo-o através da quebra de barreiras entre o conhecimento popular e a produção científica brasileira acerca dos parasitos, bem como possibilitar a alfabetização científica e a acessibilidade, na medida em que estimula o uso de diversos sentidos e disponibiliza informações em braile. A caixa favorece uma abordagem sensorial, visual e criativa dos saberes mobilizadores e a intenção é que seja utilizada no contexto do roteiro de visitação chamado “Que bicho é esse?”, que aborda alguns dos

parasitos que acometem a população brasileira. A caixa interativa contém um exemplar em papel machê, um exemplar real e cartões informativos sobre o espécime impressos em tinta e em braile e materiais de arte. A ideia é que estimule os órgãos do sentido podendo ser manipuladas, além de convidar ao público a estimular a criatividade ao produzir desenhos e modelos a partir dos recursos artísticos disponíveis no interior da caixa. Sua produção pode ser adaptada para uso em diferentes ambientes e contextos sociais. A vivência contribui para a reflexão dos desafios de motivar e ensinar ciências para um público diverso, problematizar o processo de criação autoral de materiais didáticos, em especial a seleção de conteúdos e a transposição didática.

Palavras-chave: educação, espaço não escolar, divulgação científica, formação de professores

**ESTÁGIO EM ENSINO: A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA
ÁREA DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE VIÇOSA**

Área temática: Formação de Professores.

Aline Luquini Pereira, aline.luquini.pereira@gmail.com, Universidade Federal de
Viçosa, CAPES.

O objetivo desse trabalho é analisar como o estágio em ensino, na perspectiva de pós-graduandos, auxilia na formação para a docência do ensino superior nos programas de pós-graduação na área das Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Nesse trabalho são considerados para a análise os seguintes aspectos da formação docente: os saberes necessários para a formação do docente do ensino superior e as práticas vivenciadas no estágio em ensino. Sendo assim, a questão levantada foi: o estágio em ensino forma para a docência no ensino superior? A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996, no artigo 66 estabelece que a formação para o magistério superior dar-se-á em nível de pós-graduação *stricto sensu*. No entanto, pela inexistência de normativas mais explícitas, comumente, cada programa orienta essa formação. O estágio em ensino foi oficializado em 1999 pela CAPES, através de um ofício circular, firmando convênio com as instituições de ensino superior, tornando o estágio obrigatório (HOFFMANN; DELIZOICOV NETO, 2017). Para Vieira e Maciel (2010) o estágio surge como uma oportunidade para articular a pesquisa e o ensino. Além disso, propõe-se que o estágio seja mais que uma formalidade a ser cumprida, ele deve ser também uma oportunidade de aprofundamento e desenvolvimento das habilidades e conhecimentos do futuro profissional (D'ÁVILA, 2007). Almeida (2012) afirma que o docente universitário não possui formação pedagógica para o exercício da profissão, o que se torna uma limitação que tem dificultado a vida acadêmica dos estudantes e influenciado na qualidade do ensino. Além disso, Góes e Correia (2013) afirmam que cada programa de pós-graduação *stricto sensu* possui autonomia quanto a determinação da carga horária do estágio em ensino. Dessa forma, a presente pesquisa de natureza qualitativa do tipo descritiva surge como uma possibilidade de se conhecer esse espaço de formação de professores. Para a coleta de dados, será utilizada entrevista semiestruturada, os quais serão analisados a partir da técnica de Análise de Conteúdos (BARDIN, 2011). Esta

investigação encontra-se em andamento e, até o momento, quatro entrevistas foram analisadas. Com base na análise das entrevistas, a didática surge como um dos principais pontos importantes para a formação do professor do ensino superior. 50% dos entrevistados acredita que o estágio prepara para atuar na docência do ensino superior e 50% acredita que não devido a pouca participação ativa no planejamento das atividades desenvolvidas e nas aulas. Todos os entrevistados encontraram ineditismo no estágio, como o contato com um público diverso na sala de aula. 50% acreditam que o estágio poderia ter feito mais pela formação destes. A troca de saberes surge como um ponto positivo do estágio. E a ausência de participação no planejamento das atividades do estágio surge como um dos pontos negativos.

Palavras-chave: Estágio de docência. Pós-graduação. Formação de professores. Ensino superior.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. I. **Formação do professor do Ensino Superior:** desafios e políticas institucionais. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> Acesso em: 07/12/2018.

D'ÁVILA, P. G. S. **Impacto do estágio de docência sobre o ensino de graduação de bioquímica.** Rio Grande do Sul, 2007. 36 p. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

GÓES, N. M.; CORREIA, L. C. O stricto sensu e a formação do professor do ensino superior. In: Jornada de didática, 2, 2013, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2013.

HOFFMANN, M. B.; DELIZOICOV NETO, D. Estágio de docência: espaço formativo do docente do Ensino Superior na área de Ciências da Natureza. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 11., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

VIEIRA; R.A.; MACIEL, L. S. B. Estágio de docência prescrito pela CAPES: tensões e desafios. **QUAESTIO**, Sorocaba, v.12, p.47-64, nov., 2010.

FEMINISMO E EDUCAÇÃO ESCOLAR – UMA CONVERSA MAIS QUE NECESSÁRIA

Carla de Oliveira Romão

Os avanços oriundos dos movimentos feministas estão presentes nas sociedades ocidentais desde meados do século XX. Pautado, inicialmente, em ações sociais e políticas o feminismo começa, pós anos de 1950, a adentrar nas universidades produzindo os chamados *Estudos da Mulher*. Ao tecerem produções teóricas as feministas interrogavam o social sobre a persistente desigualdade vivenciada pelas mulheres. Advento deste período é o conceito de gênero, visto como uma possibilidade de as mulheres romperem com o chamado determinismo biológico - onde o fato de ter nascido mulher ou homem acabava por determinar as funções sociais destes sujeitos. Para Heleieth Safiotti o conceito de gênero permitiria uma fuga do determinismo biológico, analisando a questão social pelo viés cultural, perspectiva que começou a ser aprofundada pós 1950, através dos escritos de Simone de Beauvoir, mas é uma denuncia presente no que seria chamado de Feminismo Negro desde a segunda metade do século XIX. Assim, se fazia pertinente tentar entender as formas como o social reproduzia os estereótipos de gênero naturalizando-os. Dulce Whitaker entende que as sociedades transformam as diferenças dos corpos de mulheres e homens em desigualdades sociais, que subalternizam as mulheres, praticamente no mundo inteiro. Dulce Whitaker assim como Guacira Lopes Louro compreendem, igualmente, que os espaços de socialização contribuem para a manutenção dessas visões hierarquizadas e desiguais, apesar de possuírem diferentes abordagens. Desta forma, escolhemos para o espaço deste texto problematizar a forma como esses processos podem acontecer no interior da escola. As instituições escolares foram locais de especial interesse para a pesquisa feminista no Brasil, desde a década de 80, com especial força a partir de meados da década de 90. Na instituição escolar se procurava – e ainda se procura – entender de que forma, pela educação no interior de uma instituição, se moldavam os corpos a partir das relações de gênero, produzindo atitudes e comportamentos específicos e binários para meninas e meninos. O debate feminista questiona as práticas escolares que dicotomizam as relações entre meninas e meninos, oportunizando a reflexão sobre a forma como nossas práticas docentes contribuem para a produção e manutenção da relação desigual entre mulheres e homens. Ao trazer esta proposta queremos visibilizar importantes construções da prática feminista no campo escolar; contribuir com a compreensão da

lógica que hierarquiza os sujeitos através dos escritos, por exemplo, de autoras como Safiotti e Whitaker; conceituar gênero com a ajuda de Joan Scott; trazer as leituras de Louro que abordam feminismo e educação escolar e promover um espaço de construção de estratégias para a promoção de uma educação com igualdade de direitos e, portanto, democrática.

Palavras-chave: Feminismo; Educação Escolar; Relações de Gênero.

FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Área temática 4: Formação de Professores

JARDIM, Nayara Macedo de Lima
nayara.jardim@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa

CUNHA, Isabela Andrade
isabela.a.cunha@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa

MACHADO, Thaís Mara
thais.mara@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa

Financiamento: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão Universitária
– PIBEX / UFV

Resumo

Este trabalho trata-se de um projeto desenvolvido em Escolas públicas da cidade de Viçosa, MG. Tem como objetivo principal proporcionar o desenvolvimento profissional de professores que atuam em creches e pré-escolas da rede de ensino pública do município de Viçosa, Mg, visando a melhoria da qualidade do atendimento às crianças que frequentam tais instituições. Tal proposta justifica-se pelo fato de entendermos, a partir de produções de Bernardete Gatti, que há grandes fragilidades na formação de professores que atuam na Educação Infantil, bem como precário profissionalismo. Além disso percebe-se a necessidade da reflexão da ação e na ação a fim de rever e aprimorar práticas e proporcionar às crianças que frequentam a Educação Infantil uma educação de qualidade, integrando o cuidar e o educar de forma indissociável. Respalda-nos no aporte teórico-metodológico de Zeichner e Diniz-Pereira (2005), Garcia (2009) e David Tripp (2005). Ressaltamos que Zeichner e Diniz-Pereira (2005) lamentam o isolamento entre os professores nas escolas e os acadêmicos nas universidades e reafirma a necessidade da construção de alianças entre eles para a melhoria da educação e, mais especificamente, do ensino, e para a transformação social. Destaca-se ainda que, ao discutir sobre o desenvolvimento profissional docente Carlos Marcelo Garcia afirma que as experiências mais eficazes para o desenvolvimento profissional docente são aquelas que se baseiam na escola e que se relacionam com as atividades diárias realizadas pelos professores. Desenvolvemos em 2018 dois projetos de pesquisa-ação, a

partir do ciclo de investigação ação apresentado por David Tripp (2005), qual seja: identificação de um “problema” identificado na prática educativa, planejamento de uma solução para tal problemática, implementação da ação planejada, monitoramento, descrição e avaliação das ações desenvolvidas. A partir de avaliação realizada ao final do projeto podemos apontar como resultados que a pesquisa-ação realizada mostrou-se eficaz e viável no processo de desenvolvimento profissional dos docentes contribuindo com a prática reflexiva de docentes, oportunizando experiências de diálogo e troca de saberes entre Universidade e Sociedade que favoreçam o desenvolvimento profissional dos mesmos. Podemos concluir com as ideias de Zeichner e Diniz-Pereira (2005) ao afirmarem que a pesquisa-ação tem sido um importante instrumento para os professores entenderem de maneira mais profunda e crítica a sua própria prática e para reverem suas teorias pessoais de ensino, tornando-os além de mais abertos e receptivos para novas ideias, mais independentes em relação à autoridade externa.

Palavras-chave: Formação de professores; Desenvolvimento profissional; Educação Infantil; Pesquisa-ação.

INGRESSO NO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: MOTIVAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO

Área temática: Formação de Professores

Camila Oliveira Delfino

camilinhaodelfino@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Andréia Francisco Afonso

andrea.afonso@ufjf.edu.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) lançou seu último edital em 2018. Ele tem como um de seus objetivos, inserir os licenciandos no cotidiano das escolas, a fim de contribuir e incentivar a formação docente. Um dos subprojetos do Pibid da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) é o da Química, do qual fazem parte 24 bolsistas de iniciação à docência; quatro supervisoras (uma voluntária); e três coordenadores de área (dois voluntários).

Neste contexto, foi aplicado um questionário aos bolsistas de iniciação à docência, em uma das reuniões do subprojeto Química, para identificar o(s) motivo(s) que os levaram a participar do mesmo, uma vez que o Departamento de Química da UFJF oferece outras oportunidades com bolsas de extensão, de iniciação científica, de treinamento profissional e de monitoria. Uma das perguntas era: Porque você ingressou no Pibid? Como nem todos os bolsistas estavam presentes, 18 dos 24 entregaram o questionário respondido. As respostas foram interpretadas por meio de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2017), tendo início com a leitura flutuante das respostas, seguida da criação de categorias *a posteriori*, classificação das unidades de registro (nas categorias criadas) e análise. Para preservar as identidades, os bolsistas foram identificados de A1 até A18.

O Pibid, para três dos respondentes pode auxiliar na certeza, ou não, da continuidade na Licenciatura em Química, pois eles estão nos primeiros anos do curso e vão às escolas semanalmente. E apesar de terem optado pela Licenciatura, ela ainda não totalmente compreendida pelos ingressantes, como é o caso de A12: “[...] ingressei no Pibid no intuito de entender melhor a Licenciatura [...]”.

A compreensão da profissão na prática foi a expectativa de cinco bolsistas. Ela passa pela relação entre a teoria e prática abordada na Licenciatura, como indica A15: “[...] posso vivenciar na prática o que eu estudo na minha formação”. Essa relação pode também influenciar na permanência no curso, como aponta A18, para o qual o Pibid foi uma tentativa para se manter motivado na graduação.

Quatro bolsistas ainda apontaram as atividades realizadas nas escolas. Elas proporcionam experiências diferenciadas na sala de aula, além de permitirem a reflexão, e a utilização de metodologias e recursos que podem melhorar a qualidade do ensino (A13: “Ingressei com o intuito de ajudar os alunos a mudar a realidade de aprender química na escola”). Essas experiências adquiridas são agregadas na formação inicial dos envolvidos. Vale destacar que as atividades são desenvolvidas a partir do conhecimento da realidade escolar e do perfil dos estudantes da Educação Básica. Este fator vai ao encontro da expectativa de cinco bolsistas.

Portanto, o Pibid contribui para a formação inicial dos licenciandos envolvidos, pois faz com que os mesmos aprendam na prática como e o que é ser professor, trazendo melhores resultados para o processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Pibid; Formação Inicial; Iniciação à Docência; Subprojeto Química

LETRAMENTO DIGITAL NA FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE LÍNGUAS

Área Temática: Tecnologias Digitais e Educação

Mestranda: *Fernanda de Abreu Reiff*

fernandareiff@yahoo.com.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

Orientadora: *Patrícia Nora de Souza Ribeiro*

patnora.souza@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

A presente pesquisa de mestrado teve por objetivo investigar os impactos das práticas de letramento digital oferecidas aos alunos de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora na disciplina Oficina VIII – uso das novas tecnologias no ensino de língua estrangeira. Mais detalhadamente, os objetivos específicos da pesquisa centraram-se em (i) delinear as práticas de letramento digital efetivadas pelos participantes da pesquisa antes da ação formativa; (ii) narrar os eventos de letramento viabilizados pela oficina; (iii) investigar, na perspectiva dos alunos, em que medida o letramento oferecido contribuiu para a formação docente no uso das novas tecnologias; (iv) rever e aprimorar a disciplina investigada. A pesquisa é um estudo de caso de base etnográfica, fundamentada nas teorias de metodologia qualitativa (BOGDAN & BILKEN, 1994; DENZIN e LINCOLN, 2006; FLICK, 2009), que se insere no Campo da Linguística Aplicada, abordando temas da área como as questões identitárias do professor relacionadas com a formação docente e o letramento (LOPES, 2006, 2013; CAVALCANTI, 2011, 2013; NOVOA, 1995; ALMEIDA, 1999; KLEIMAN 2001). Buscamos, também, contribuições teóricas sobre a formação do professor para o uso das novas tecnologias digitais (MERCADO, 2007; PERRENOUD, 2000; PRADO, 1999; ROJO, 2012; SILVA, 2008; SOUZA, 2007) e letramento digital (BEDRAN & BARBOSA, 2016; BUZATO, 2001, 2006, 2007; CASTELSS, 1999; COSCARELLI e RIBEIRO, 2005; GILSTER, 1997; LANKSHEAR e KNOBEL, 2002, 2008; LÉVY, 1999; QUEVEDO, 2015; SELBER, 2004). O corpus da pesquisa constituiu-se de 30 (trinta) alunos matriculados na disciplina que prevê aulas teóricas e práticas para discutir letramento digital. Os instrumentos utilizados na geração de dados serão: (i)

questionário de identificação, criado na plataforma *Google docs*³⁰ por meio do editor de formulários (*form*), disponibilizado aos participantes via *e-mail*; (ii) diário de pesquisa, utilizado pelo pesquisador para registrar as ações e reflexões dos participantes sobre os temas debatidos durante as aulas; (III) entrevista aberta, realizada no último mês da oficina, com duração de aproximadamente 15 minutos, para avaliar, na perspectiva dos participantes, o letramento fornecido na disciplina. A análise dos dados permitiu evidenciar, (i) antes da oficina, as práticas de letramento digital dos professores em formação concentravam-se nas dimensões pessoal e acadêmica de suas realidades em detrimento da dimensão profissional; (ii) durante a oficina, os professores participaram de modo colaborativo, efetivando práticas de letramento digital até então desconhecidas; (iii) partindo dos critérios de análise, com base nos três níveis de letramento: funcional, crítico e retórico, apontados por Selber (2004), identificamos que os professores em formação desenvolveram-se em diferentes caminhos, de acordo com sua experiência pessoal com a tecnologia, a qual influenciou a construção das suas práticas pedagógicas com as TDICs. Desse modo, essa pesquisa compreendeu a importância de alteração nos currículos acadêmicos para a inserção de disciplinas de que promovam o letramento digital na formação docente inicial para que o ensino acompanhe a transformação da sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Docente Inicial; Letramento Digital; Letramento do Professor; Práticas Pedagógicas digitais; Redes de Aprendizagem;

**LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO INFANTIL – RELATO DE UMA
TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

EIXO TEMÁTICO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Naise Valéria Guimarães Neves/UFV/PPGE-UFJF/LICEDH

nneves@ufv.br

Este trabalho é parte de uma pesquisa documental que subsidiará a pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFJF. Para realização dessa investigação documental, uma questão que nos acompanhou foi: como ocorre a formação teórico-prática no curso de Licenciatura em Educação Infantil, principalmente no que se refere à formação para atuar junto aos bebês? Utilizamos como documentos de investigação, os planos de ensino, os programas analíticos de disciplinas e a plataforma PVANet onde encontram-se registrados os detalhamentos das disciplinas que compõem a Matriz Curricular do Curso. O objetivo desta investigação é apresentar a trajetória do curso de Licenciatura em Educação Infantil da Universidade Federal de Viçosa, criado em 2003 e analisar de que modo as experiências com os bebês são vivenciadas durante as práticas formativas do Curso. Para isso, nos propusemos, neste recorte de investigação inicial, apresentar o que é o curso de Licenciatura em Educação Infantil, como essa formação está organizada em campos teóricos e práticos, seus respectivos conteúdos e quais as práticas que representam o trabalho com os bebês. A partir do levantamento de pesquisas realizadas na área, até o momento, inferimos que formação inicial de professor é um tema que, atualmente, está sendo fruto de muitas pesquisas e requerendo grande atenção dos pesquisadores da área da educação. Entretanto, mesmo com grande número de pesquisas sobre essa temática, é perceptível a carência de investimentos teóricos quando o assunto é formação inicial de professores para a Educação Infantil. Pesquisas problematizam a formação inicial em diversos campos das licenciaturas, mas quando se trata da formação do professor da Educação Básica, ainda há um número considerável de investigações tratando da formação do professor para educação infantil integrada à formação do professor das séries iniciais do ensino fundamental. Vale ressaltar que pesquisadores como Machado (2000), Cerisara (2002), Araújo (2005), Kramer (2009), Gatti (2013), Dourado (2015) dentre outros, vêm

sinalizando e explicitando a necessidade de uma formação específica para os professores que atuarão com bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. É fato que a formação inicial e continuada de professores exigirá das instituições formadoras a descoberta dos reais fundamentos das propostas de formação de professores para possibilitar a profissionalização necessária a essa modalidade de ensino dentro da educação básica (FREITAS, 1999). Tais reflexões corroboram com a proposta de formação inicial implantada na UFV por meio do curso de Licenciatura em Educação Infantil, que atualmente, oferece 40 vagas anuais com 3.270 horas distribuídas em disciplinas teóricas, práticas, teórico-práticas, estágios e atividades complementares. Ao longo dessa formação, diversas atividades são desenvolvidas para que os discentes sejam capazes de consolidar seu conhecimento nessa formação específica.

Palavras chaves: Formação Inicial de Professores para a Educação Infantil, Licenciatura em Educação Infantil, Formação Docente

MOMENTOS EXPERIENCIADOS NOS ENCONTROS FORMATIVOS DO PROJETO DE EXTENSÃO “JOGOS E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS NA FORMAÇÃO MATEMÁTICA E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA”

Área Temática: Formação de Professores

Sandra Alves de Oliveira – Doutoranda do PPGE/UFJF. Professora do *Campus XII/UNEB*. Pesquisadora do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE)/UNEB e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (GREPEM)/UFJF. Professora da Educação Básica (Candiba-BA).

E-mail: saoliveira@uneb.br

RESUMO

A formação continuada, cenário do Projeto de Extensão “Jogos e resolução de problemas na formação matemática e na prática pedagógica”, tem o intuito de buscar alternativas para contribuir na formação dos professores que atuam na educação básica e dos estudantes/futuros professores, principalmente em relação ao trabalho com o conhecimento matemático. Este trabalho compartilha alguns momentos do caminhar do grupo, no período de 2016 a 2018, no desenvolvimento das atividades dos encontros formativos, na perspectiva colaborativa, “buscando ação e reflexão compartilhadas, como também novas aprendizagens sobre o trabalho docente e a resignificação de nossos saberes e práticas” (OLIVEIRA, 2012, p. 69) no trabalho com jogos e resolução de problemas.

No desenvolvimento do Projeto de Extensão discutimos teoricamente e vivenciamos na prática os conteúdos matemáticos propostos pelos professores da educação básica e estudantes do curso de Pedagogia do Departamento de Educação – *Campus XII* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), participantes dos encontros formativos do Grupo de Estudos, Formação e Experiências em Jogos e Resolução de Problemas (GEFEJORP) e do desenvolvimento da oficina “Jogos e resolução de problemas no processo de ensino e aprendizagem da matemática” em turmas da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, numa perspectiva colaborativa, visando a alcançar um objetivo comum no desenvolvimento de um trabalho coletivo.

As atividades propostas nos encontros formativos do Projeto de Extensão e as oficinas realizadas foram discutidas, vivenciadas e criadas com a participação coletiva e colaborativa do grupo de professores e estudantes que tiveram a oportunidade de refletir

acerca da sua própria experiência com a matemática e de aprofundar-se teoricamente sobre outras experiências da formação e da prática docente.

Ao professor e futuro professor é necessária a participação em projetos de formação matemática que valorizem os saberes e experiências da formação e da prática e visem à produção de novos conhecimentos e de novas aprendizagens, que sirvam de embasamento teórico e prático para uma prática efetiva e contextualizada no processo de ensino e aprendizagem da matemática.

Palavras-chave: Experiências e aprendizagens. Formação docente. Jogos e resolução de problemas. Prática pedagógica.

Parcerias: Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX) - DEDC XII. Escolas Municipais de Guanambi e de Candiba.

Referências bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Matemática** /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base.** Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BUENO, Renata. **Poemas problemas.** São Paulo: Editora do Brasil: 2014.

GRANDO, Regina Célia. **O jogo e a matemática no contexto da sala de aula.** São Paulo: Paulus, 2004.

LORENZATO, Sérgio. **Educação infantil e percepção matemática.** Campinas: Autores Associados, 2006.

NACARATO, Adair Mendes; MENGALI, Brenda Leme da Silva; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental:** tecendo fios do ensinar e do aprender. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

OLIVEIRA, Sandra Alves de. **Resolução de problemas em aulas de matemática nos anos iniciais:** desafios, dilemas, saberes e aprendizagens da prática docente. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, PPGE/UFSCar, 2012.

OLIVEIRA, Sandra Alves de. Vamos brincar, jogar e criar com prazer nas aulas de matemática no curso de Pedagogia! **Revista de investigação e divulgação em Educação Matemática**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 82-96, jul./dez. 2018.

ONUCHIC, Lourdes de la Rosa; ALLEVATO, Norma Suely Gomes. Novas reflexões sobre o ensino-aprendizagem de matemática através da resolução de problemas. *In*: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho (org.). **Educação Matemática: pesquisa em movimento**. 2. ed. revisada. São Paulo: Cortez, 2005. p. 213-231.

VAN DE WALLE, John Arthur. **Matemática no ensino fundamental**: formação de professores e aplicação em sala de aula. Tradução de Paulo Henrique Colonese. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

VILA, Antoni; CALLEJO, María Luz. **Matemática para aprender a pensar**: o papel das crenças na resolução de problemas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

NOVAS PRÁTICAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA BUSCA PELO PROTAGONISMO DISCENTE

Abel Gomes Vieira (abelgomesvieira@hotmail.com) PROFLETRAS, UFJF

Thais Fernandes Sampaio (thais.fernandes@ufjf.edu.br) UFJF

Vinculado ao macroprojeto “O Profissional professor de português: sua formação e sua atuação na contemporaneidade”, este projeto em desenvolvimento no âmbito do Mestrado Profissional em Letras da UFJF (PROFLETRAS) tem o objetivo de acompanhar e analisar o processo de mudanças na prática de um professor-pesquisador, no que diz respeito à promoção do protagonismo discente em uma turma do nono ano do ensino fundamental. O trabalho está embasado, principalmente, em reflexões e pesquisas já realizadas sobre o trabalho com o ensino de língua materna (ANTUNES, 2007; KOCH, 2005; MARCUSCHI, 2008; e sobre o processo de formação do professor e práticas reflexivas na educação (FULLAN, 2009; GIROUX, 1997; LIBERALI, 2012;). Orientado metodologicamente por princípios da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011), e da pesquisa etnográfica, de forma mais geral (BORTONI, 2008), o projeto foi iniciado com a gravação de aulas de Língua Portuguesa do professor-pesquisador que realiza a pesquisa. As aulas gravadas foram, então, analisadas com base nos movimentos das ações da reflexão crítica (descrever, informar, confrontar e reconstruir) propostos por Liberali (2012). Um ponto que se destacou nessa análise foi a atitude passiva dos discentes diante das atividades propostas pelo professor. Tal verificação despertou no docente a necessidade de alterar sua prática de modo a criar oportunidades para a promoção e o desenvolvimento do protagonismo discente. Durante o planejamento da proposta de intervenção, um fato em específico acontecido dentro da sala de aula, tendo como protagonista uma aluna cigana, provocou a curiosidade da maioria da turma e acabou por modificar os rumos da aula planejada pelo professor para aquele dia. Com isso, uma ocorrência pontual na sala de aula, a realidade específica da escola, que recebe vários alunos oriundos de acampamentos ciganos fixados às margens da BR 116 em nossa cidade, e a observação do docente envolvido acerca do distanciamento entre os ciganos e a comunidade em geral, bem como do preconceito sofrido por estes alunos, constituíram o mote para o proposta de natureza interventiva em desenvolvimento. Com o intuito de promover maior engajamento discente no decorrer das aulas, convidamos os alunos do nono ano da Escola Estadual Joaquim Bartholomeu Pedrosa, em Fervedouro, MG, a construir

coletivamente uma proposta de divulgação da cultura cigana em toda a comunidade escolar. Além da promoção do protagonismo discente, a proposta assume entre seus princípios: o professor como mediador do processo de construção de conhecimento e a centralidade do texto na aula de português. Para alcançarmos o objetivo de construir o material de divulgação será discutido com os estudantes o gênero textual que cumpra essa finalidade e que esteja dentro de nossas possibilidades de construção. Mantém-se ainda a expectativa de que o planejamento e desenvolvimento de práticas diferenciadas auxiliem na internalização de tais princípios, de tal forma que consigamos proporcionar práticas reflexivas não apenas no interstício de aplicação dessa proposta e nesta turma específica, mas que resulte na construção de novas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Protagonismo discente, cultura cigana, professor reflexivo

**O BRINCAR E A PROFESSORA EM FORMAÇÃO: PRÁTICAS
DESENVOLVIDAS NO LABORATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO
INFANTIL DA UFV**

Formação de Professores

Juliana Aparecida Nicolau, UFV, juliana.nicolau@ufv.br

Paola de Castro dos Santos, UFV, paola.santos@ufv.br

Ingred Ribeiro do Carmo, UFV, ingred.carmo@ufv.br

Este trabalho foi construído na disciplina “O Lúdico na Educação Infantil”, curso de Licenciatura em Educação Infantil da Universidade Federal de Viçosa, e apresenta as vivências de observação e desenvolvimento de atividades lúdicas no Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI) nas aulas práticas. Objetiva ressaltar o quão significativas são as atividades lúdicas na educação infantil uma vez que oferecem meios de descobertas, desenvolvimento das linguagens e construção de conhecimento, evidenciando o papel de mediador atribuído ao professor ao elaborar planejamentos com intencionalidade, refletindo sobre suas intervenções com a turma, proporcionando um ambiente lúdico e afetivo ampliando as possibilidades de desenvolvimento das crianças em seus diferentes aspectos, destacando as contribuições dessa vivência em nossa formação. Para nos familiarizarmos com o fazer pedagógico vivenciamos um período de observação das intervenções e mediações das professoras do LDI em atividades planejadas e desenvolvidas em diferentes áreas de interesse, o que norteou a elaboração dos planejamentos das estudantes. A primeira atividade desenvolvida foi “Construindo Cidades” com crianças de 4-5 anos, na qual observou-se representação do conhecimento sobre o meio social em que vivem, além de ampliá-lo com auxílio do professor mediador e do contato com as demais crianças. Com as crianças de 2-3 anos a atividade “Formando Pares de Animais Mamíferos” permitiu ver como as crianças exploram o material segundo suas possibilidades e expressem seus conhecimentos. Na atividade “Kit Fantasia de Animais” feita com crianças entre 3-4 anos analisou-se que nesta fase a criança possui grande capacidade de representação, característico para esse estágio do desenvolvimento. O prelúdio das regras é outro fator essencial pois evidencia o quanto o faz de conta é envolvente. Observando a participação das crianças nas atividades notamos como elas estabelecem relação entre o conhecimento que já possuem com o novo, que se constrói a

partir de novas vivências tendo o lúdico como ferramenta. Tais vivências foram fundamentais em nosso processo de formação, o contato direto com as crianças e a prática pedagógica das professoras nos permitiram voltar o olhar para a importância das ações do professor enquanto mediador na construção do conhecimento, sendo aquele que oferece os caminhos ou oportunidades para sua estruturação, visualizamos na prática a bagagem teórica adquirida até o momento. Evidenciamos aqui que a formação dos professores é um ponto chave no que tange às oportunidades e qualidade do atendimento oferecido nas instituições. Consideramos que experiências como essa são oportunas e significativas pois torna possível uma postura não apenas de espectador no processo; estivemos ativas em todo o momento, desde as observações quando havia a interação estudantes-crianças até o momento em que planejamos e desenvolvemos nossas propostas de atividades.

Palavras chave: Educação Infantil. Desenvolvimento. Lúdico. Formação de Professores

O CURSO DE EXTENSÃO “OFICINA DE ALFABETIZAÇÃO”: REFLEXÕES, MUDANÇAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA E NOS RESULTADOS JUNTO ÀS CRIANÇAS ALFABETIZANDAS.

Área temática: formação de professores

Resumo

É fato que a alfabetização ainda é um grande desafio para a educação no Brasil. A formação inicial do(a) professor(a) alfabetizador(a) é praticamente inexistente em nosso país, uma vez que os cursos de Pedagogia que deveriam qualificar este(a) profissional, muito pouco se dedicam a esta formação. O(A) professor(a) alfabetizador(a), em grande parte, desconhece as contribuições da linguística aplicada para sua prática e a possibilidade de uma aprendizagem sólida pela criança alfabetizanda. Embora o Governo Federal tenha investido quantias exorbitantes na formação continuada de professores(as) alfabetizadores(as) na última década, os resultados esperados não foram alcançados devido a inúmeros fatores, como, por exemplo, a descontinuidade dos programas, a falta de adequação entre as esferas pedagógica e administrativa e, até mesmo, o descompromisso de municípios que tratam a formação segundo interesses políticos partidários ao invés de encarar como uma necessidade real da educação. Diante deste cenário, criou-se o curso de extensão “Oficina de Alfabetização” (2018-2019), o qual é parcialmente financiado pela PROEX/UFJF e ministrado a 25 professoras alfabetizadoras do município e região. Este trabalho é o resultado de uma pesquisa qualitativa, na modalidade estudo de caso que se encontra em andamento. Analisamos o desenvolvimento profissional de uma professora alfabetizadora participante do curso que tem mantido um diálogo muito próximo da professora coordenadora, expondo suas reflexões, dúvidas e criações. Com a autorização da professora, decidimos investigar seu processo de desenvolvimento profissional no decorrer do curso, por meio de documentos diversos, tais como atividades produzidas em decorrência do curso, avaliações reflexivas e diálogos extraídos de conversas mantidas no whatsapp. A análise dos dados está apoiada metodologicamente na Análise de Conteúdo, por meio da qual foram compilados cinco eixos temáticos, quais sejam: material didático (solicitação de apoio/explicação e confecção); dúvidas (conceituais e didáticas); emoções (insegurança e segurança); desenvolvimento profissional (metacognição e mudanças na prática pedagógica) e crianças (envolvimento e resultados). Os dados revelam nuances do processo de aprendizado pela professora rumo a uma prática alfabetizadora sistemática, consciente e competente; capaz de mudar a relação das crianças com a aprendizagem da leitura e da escrita. O aprendizado das crianças junto ao trabalho realizado pela professora a surpreendeu; não obstante atuar na área há alguns anos, nunca presenciou um avanço em tão pouco tempo. Os resultados desta pesquisa apontam para a necessidade de se rever a formação inicial e continuada de professores(as) alfabetizadores(as), área de extrema relevância social, uma vez que o Brasil ainda amarga um altíssimo índice de adultos analfabetos, produzidos a cada ano por nossas escolas públicas.

Palavras-Chave: Alfabetização. Formação de Professores(as) Alfabetizadores(as). Professor(a) Reflexivo(a).

O ENSINO DE CIÊNCIAS NA PERSPECTIVA DAS PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS

Formação de Professores

Rafaela Reis Castor; Rita de Cássia Reis¹

rita.reis@ufjf.edu.br

1- Faculdade de Educação, NEC/UFJF

A infância é marcada por descobertas e questionamentos que farão parte da construção dos conhecimentos aprendidos no decorrer da vida do indivíduo. Se uma criança é estimulada a investigar, a perguntar e a expor suas ideias e pontos de vista, há grande chance desta se tornar pensante e crítica, e não apenas receptora passiva do que aprendeu. Nesse sentido, a disciplina de Ciências no ensino fundamental tem como um dos objetivos, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Comum Curricular, contribuir para a formação integral da criança, uma vez que a mesma é parte atuante da sociedade em que vive e participa das mudanças e transformações ocorridas no mundo.

Esta pesquisa objetivou investigar a concepção que professoras dos anos iniciais têm sobre o ensino de Ciências. Assim, propusemos uma reflexão sobre as aulas ministradas por elas, as metodologias de trabalho mais desenvolvidas com os estudantes, as principais dificuldades encontradas e o grau de motivação dos alunos no aprendizado. Para tais reflexões, nos pautamos em estudos de autores da área de Educação em Ciências, dentre os quais destacamos: Pozo e Crespo (2009); Viecheneski e Carletto (2013); Vasconcelos e Souto (2003); Rosa, Perez e Drum, (2007) e Fonseca, Fonseca e Valois (2016).

O instrumento metodológico escolhido foi a construção de um questionário com questões abertas e fechadas. O público alvo da pesquisa foram professoras atuantes em escolas públicas e particulares do município de Juiz de Fora - MG, no primeiro segmento do ensino fundamental e com diferentes tempos de atuação docente. Do total de 40 questionários distribuídos, obtivemos 14 respondidos, os quais foram analisados.

De acordo com os argumentos fornecidos pelas docentes, percebemos que suas concepções são compatíveis com os objetivos do ensino de ciências previstos nos documentos que orientam essa disciplina (BNCC, PCN). Todavia, mesmo tendo essa consciência, podemos verificar, através do registro das professoras no questionário, que as metodologias de trabalho que mais priorizam com os alunos em sala de aula são: o livro didático, o quadro e o giz.

As professoras seguem um planejamento estruturado com seus alunos, mas acentuam a impossibilidade de considerarem curiosidades destes sobre os assuntos tratados, dado o tempo exíguo e a proposta curricular adotada pelas escolas, vez que as aulas de ciências acontecem de 1 a 2 vezes por semana. As crianças dessa fase são curiosas e questionadoras, porém, considerar o que desperta interesse nelas torna o trabalho pedagógico mais atrativo.

Acreditamos que para que haja uma mudança nas estratégias de ensino de ciências, precisa haver não só uma mudança de perspectiva por parte dos professores, como também da própria instituição escolar, no que diz respeito ao currículo. Consideramos válido que as instituições possibilitem que os profissionais atuantes no espaço escolar possam, juntos, ajustar o currículo que rege a escola, considerando a realidade e as especificidades de cada comunidade envolvida.

Palavras-chave: currículo – ensino de ciências – formação de professoras – metodologias de ensino

O ESTÁGIO EM LETRAS/PORTUGUÊS: A COMPREENSÃO DOS DISCENTES SOBRE A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES-SUPERVISORES

Caroline Souza Ferreira
carolsferreira2015@gmail.com

Tânia Guedes Magalhães
tania.magalhaes95@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação estabelecida entre os discentes do curso de Licenciatura em Letras e os professores-supervisores que recebem os licenciandos nas escolas de ensino básico no período de Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa do curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. As pesquisas sobre Estágio Supervisionado em Licenciaturas têm sido foco de diferentes trabalhos, tendo extrema relevância principalmente porque enfocam as concepções de estágios e docência e, assim, contribuem para as licenciaturas aprimorarem suas ações de desenvolvimento profissional. Compreendemos que a formação inicial deve priorizar a imersão na escola, a reflexão sobre dimensões da docência (conteúdos metodologias, avaliação, currículos, aprendizagem, dentre outras), assim como a construção de uma visão crítica sobre as possíveis causas do estado atual da educação brasileira e da profissão docente. Trata-se de uma importante etapa da formação inicial porque, na maioria das vezes, o estágio marca a primeira experiência de docência dos alunos de graduação (no nosso curso, o estágio supervisionado aloca-se no 7º e 8º períodos, 4º ano do curso). Para alcançar nosso objetivo, realizamos uma pesquisa qualitativa com alunos de uma turma de 7º período o curso de Letras – Português no final do 1º semestre de 2019, momento em que a maioria já havia finalizado o estágio. Para coletar os dados, aplicamos um questionário, com nove questões abertas, em que solicitamos aos alunos registros sobre suas expectativas em relação ao acolhimento/recepção dos sujeitos da escola onde foi realizada a experiência, a relação entre os conteúdos ministrados e as práticas realizadas e o curso em andamento, bem como a orientação recebida ao longo do processo. Os dados relevam dois grupos de atitudes/comportamentos que impactam a formação dos licenciandos: a) um conjunto de atitudes formativas que contribuem para a compreensão da atividade profissional e das práticas inerentes ao trabalho docente (diálogo, troca de materiais, abertura e suporte para elaboração de material para intervenção, atividades de pesquisa, orientação, dentre outras); e b) um conjunto de atitudes que não contribuem com a profissionalização dos estagiários, mas auxiliam na reflexão sobre o trabalho docente (solidão do professor, falta de orientação e diálogo, falta de tempo para troca de experiência, relações apáticas e distantes, dentre outras). Os resultados nos levam a planejar possíveis mudanças na formação inicial, buscando alcançar uma aproximação maior entre os sujeitos envolvidos no estágio supervisionado (professor universitário, professor-supervisor da escola básica e licenciando), como cursos de formação de orientadores de estágio, projetos que potencializem o trabalho coletivo em rede ou novas investigações sobre as possibilidades de aprimoramento da relação entre estagiários e professores-supervisores na formação inicial.

Palavras-chave: formação de professores; estágio supervisionado; ensino de Língua Portuguesa.

O ESTATUTO DO TRABALHO DOCENTE NO CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS

Eixo: Formação de professores

Giovana Rabite Callian

giovanna_callian@hotmail.com

Programa de Pós-graduação em Educação

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Frente às diversas modificações que vêm acontecendo no cenário educacional brasileiro advindas da Base Nacional Comum Curricular, um novo currículo foi delineado e proposto para as escolas estaduais de Minas Gerais, visando à integralidade e equidade do atendimento educacional. Diante de tantas discussões sobre currículo e inseridas no contexto da pós-graduação, nos propomos neste trabalho investigar (i) o estatuto do trabalho docente delineado nos textos introdutórios do Currículo Referência de Minas Gerais e (ii) que tipo de responsabilidade é atribuída ao professor no referido documento. Tomamos como principal referencial teórico-metodológico o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) (BRONCKART, 2008; BRONCKART, 1999; BRONCKART e MACHADO, 2009; MACHADO, 2007) e estabelecemos um diálogo com a Clínica da Atividade (CLOT, 2004) para esclarecermos questões relativas ao trabalho, ao ensino como trabalho e ao docente como ator ou agente do processo educacional. Partiremos de uma análise documental do Currículo Referência de Minas Gerais que, segundo a perspectiva de análise do ISD, se configura como um texto prescritivo do trabalho docente, uma vez que indica de forma explícita ou implícita as tarefas que devem ser realizadas pelos trabalhadores (MACHADO, 2009), prescrevendo elementos para a atividade profissional docente nas escolas estaduais de Minas Gerais. Dessa forma, é analisado, em excertos retirados do documento e contextualizados em sua completude, o agir docente nele descrito a partir da Semântica do Agir (BRONCKART, 2004a), procedimento metodológico do ISD que busca nomear determinadas interpretações sobre os actantes e sobre o seu agir, presentes em um texto, e a partir delas definir quem são os reais atores, aqueles dotados de razões e intenções para seu agir, e aqueles que se configuram como agentes do processo, quando as atribuições para o agir lhes são negadas (MACHADO e BRONCKART, 2009). Os resultados dessa investigação têm apontado para uma incoerência interna no documento, visto que as muitas vezes que o constituem frequentemente se opõem, ora o caracterizando como um documento que deve ser

colocado em prática, ora como um meio para indicar caminhos para que as aulas sejam pensadas. O professor não é o verdadeiro ator e sim um agente, pois é considerado um simples adjuvante ou instrumento do processo de aprendizagem, com estatuto quase mecânico, pois seu trabalho se resume em aplicar os princípios e conteúdos prescritos, enquanto o documento analisado, o Currículo Referência de Minas Gerais, se prefigura como o real ator, ou seja, os motores mais importantes do trabalho a ser realizado pelos docentes. (MACHADO e BRONCKART, 2009).

Palavras-chave: trabalho docente – estatuto do professor – Interacionismo Sociodiscursivo – Semântica do Agir.

**O PIBID COMO ESPAÇO POSSIBILITADOR DA RELAÇÃO ÚNICA ENTRE
PRÁTICA E TEORIA NA FORMAÇÃO DOCENTE
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Bruna Cristina Resende

brunacris@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Clara Lage de Lima Neves

clarallneves@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Nicoli Santos Lima

nicoli1902@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Na comunidade acadêmica, têm se discutido muito sobre a necessidade das práticas docentes nos cursos de formação de professores e a relação entre prática e teoria, vistas muitas vezes como elementos isolados. A partir desse debate, o presente trabalho visa apresentar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) como agente de grande importância na tentativa de aliar teoria e prática, sendo esse um dos pilares do programa. O PIBID proporciona a nós bolsistas a oportunidade de nos colocarmos tanto como observadores quanto agentes da prática docente. Essa essência do programa que nos motivou a refletir sobre sua importância na formação dos futuros professores, levando em conta a união entre teoria e prática. Nós, como discentes do curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora e como autoras do presente trabalho fomos motivadas a desenvolvê-lo por meio da observação e reflexão acerca da pouca prática nos cursos de licenciatura e também pela ausência da aplicabilidade das teorias adquiridas nos cursos de formação de professores, ou seja, a prática só é levada em conta nos estágios, e a teoria só dentro dos muros das universidades. Com o intuito de debater os cursos de formação de professores e ainda o dualismo teoria e prática existente neles, utilizaremos como metodologia relatos de experiência dos membros do grupo do PIBID-Letras da UFJF, iniciado no segundo semestre de 2018 e caminhando para a conclusão para o fim do ano de 2019. Levamos em conta as discussões e aprendizados a partir dos embasamentos teóricos apresentados nas reuniões quinzenais orientadas pela professora orientadora e a professora preceptora, além de ter como apoio o aporte teórico de três estudos relacionados diretamente ao assunto (ANDRADE; APARÍCIO, 2016; SILVESTRE, 2016) e (OLIVEIRA, 2017), assim os autores citados colaboram para a compreensão do

programa. É possível observar o quanto o programa acrescenta na formação dos pibidianos por meio de suas próprias experiências relatadas. Esses relatos só confirmam a efetividade do PIBID em promover um espaço onde os bolsistas podem construir outra visão sobre o papel do docente como professor pesquisador, desconstruir dos conceitos teoria e prática como dicotômicos, além de adquirir uma bagagem proporcionada pela vivência com os alunos, gestão escolar e comunidade. Enfim, enfatizamos que, a partir dos dados e exposições do trabalho, que o PIBID é uma ferramenta essencial para todos os cursos de licenciatura, uma vez que muito do que se é discutido sobre a falta de práticas nesses cursos e o distanciamento entre os conceitos teóricos e a prática é posto em debate e apreendido por meio das experiências que o programa proporciona.

Palavras-chave: formação docente, PIBID, teoria-prática, professor-pesquisador, vivência.

O PROCESSO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Formação de professores

Thunay Venzi Botrel

thunayvenzi@hotmail.com

Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da UFJF

Jonathan Barra Pereira

j.barrap@gmail.com

Graduado em Educação Física pela UFJF

A criação das escolas de educação física entre as décadas de 1920 e 1940 com origem no meio militar e subsequente criação no meio civil apregoavam uma concepção militarista, a qual visava impor à sociedade padrões estereotipados, disciplina e comportamentos pautados na submissão à ordem superior. O Estado, por meio dessa conformação, almejava obter uma população forte, saudável, capaz de suportar o combate, a luta, a guerra. Nesse contexto foi decretado a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos na Universidade do Brasil, com o propósito de servir de “padrão” para as demais Instituições de Ensino Superior na formação de técnicos em Educação Física e Desportos.

Durante o regime empresarial-militar, multiplicam-se as escolas de educação física nas universidades, nas quais o esporte de rendimento legitimaria a importância desta área.

Em 1969, foi elaborado o Parecer 672/69, cujo teor implementava em todos os currículos das escolas de educação física do país as disciplinas de natureza pedagógica (TAFFAREL, 1993). Somente nesse momento surgem indícios do desaparecimento da concepção do professor de educação física como técnico, especializado, instrutor ou monitor.

Na década de 1970, o campo de trabalho se modificou em razão do contexto sócio-político-econômico do país, possibilitando o questionamento dos currículos. À essa modificação, refere-se ao desenvolvimento dos campos não escolares.

No bojo do crescimento dos novos campos de trabalho, surgiram para área da educação física a fragmentação da formação e o projeto de regulamentação da profissão. A formação profissional passou a ser o centro das discussões, resultando na aprovação das Resoluções 03/87 (BRASIL, 1987) e 07/04 (BRASIL, 2004), as quais dividiram o

currículo por áreas de conhecimento, proporcionando dois tipos de habilitação: a licenciatura e o bacharelado.

Diante de tal contexto, compreendemos que a formação de professores é um dos campos de conhecimento educacional mais discutido no meio acadêmico e profissional ao longo das últimas décadas (MELLO, 2007). Desta forma, evidenciamos que o debate da formação de professores em educação física nos leva a seguinte questão: qual é o processo histórico da formação de professores de educação física no Brasil?

O objetivo desse trabalho é apresentar os aspectos históricos da formação de professores de educação física no Brasil.

Esta pesquisa tem como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico dialético. A estratégia utilizada para concretização do estudo foi a pesquisa bibliográfica.

O estudo explicita, pelo desenrolar da história, os interesses por de trás da formação do professor de educação física em atender condições da sociedade atrelada a lógica capitalista (NOZAKI, 2003).

Concluimos que a história e suas mediações concebidas por meio da totalidade da sociedade capitalista nos reforça as transformações na formação de professores de educação física e as contradições que se desdobram através dela.

Formação de professores. Educação Física. História.

O PROFESSOR DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA: CRENÇAS E EXPERIÊNCIAS

Área temática: Formação de Professores

**Mariana de Camargo Bessa, marianacbessa@gmail.com – UFJF
Denise Barros Weiss, denisebarros150@gmail.com - UFJF**

O tema desta pesquisa refere-se às crenças e experiências de professores de Português como Língua Estrangeira (PLE) quanto à sua formação para a docência. A fim de compreender o papel do professor em relação ao ensino de Português para alunos de outros países, cabe refletir sobre o que esses docentes pensam que seja uma formação necessária; quais os saberes docentes trazidos por esses professores para dentro de sala de aula. Conforme afirma Saussure (1975, p. 15), “longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto”. Pretendemos aqui mostrar que o ponto de vista segundo o qual o docente em formação inicial enxerga a língua pode ser relevante para determinar seu percurso posterior de formação como professor de PLE. Assim como não há um único ponto de vista a respeito de conceitos como cultura, também “já é lugar comum falar da relatividade do conceito de língua” (GUISAN, 2009, p. 17). Há quem diga que as línguas são “sistemas condicionados por fatores inerentes à natureza e a universais da mente humana”, enquanto outros afirmam que essas são “produtos culturais” (GUISAN, 2009, p.17) e ainda os que enfatizam a função identitária de uma língua. Considerando as mudanças de alcance regional ou global ocorridas nas últimas décadas do século XX e intensificadas e potencializadas no século XXI, surgiram novas exigências: o mercado mundial está cada vez mais amplo para os professores de português para estrangeiros. Entretanto, a formação profissional ainda é um gargalo. Nota-se que novas questões sociais têm demandado novos problemas pedagógicos. Com base nesse cenário, vale ressaltar o número reduzido de instituições que oferecem cursos de graduação ou mesmo habilitação nessa área. Além disso, tem-se observado o surgimento de cursos de Português como Língua Estrangeira no âmbito das universidades federais. A dificuldade, porém, está em se encontrar profissionais qualificados para atuarem como professores nessa área. Este trabalho está inserido na tradição de pesquisa qualitativa de cunho interpretativo (MASON, 1996) e tem como objetivo investigar as crenças de professores atuantes na área de PLE e analisar quais os saberes docentes trazidos por esses professores para a sala de aula. Para os fins desse

estudo, professores de PLE com formação formal e sem formação formal serão submetidos a um questionário online feito através do Google Forms. Em uma segunda etapa, serão realizadas entrevistas não-estruturadas (FONTANA; FREY, 1994) com professores de cursos de graduação na área de Português para estrangeiros. Essa pesquisa em andamento pretende subsidiar os estudos para a criação de uma habilitação em PLE na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Palavras-chave: Língua. Formação de professor. Português como Língua Estrangeira

O QUE NOS DIZ A FORMAÇÃO INICIAL DAS PROFESSORAS DE CRECHE: OLHARES DO COTIDIANO

Formação de Professores

Núbia Schaper, nubiapsiuufjf@gmail.com , UFJF
Maria Eduarda Quintão, mariaeduardaquintao.ped@gmail.com, UFJF
Patrícia Maria Cestaro Reis, patriciamrcestaro@gmail.com, UFJF
Natália Vargas, nat_vargas@hotmail.com, Instituto Granbery
Fomento: BIC/UFJF

Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa em andamento intitulada “Com a palavra as professoras: um estudo sobre saberes/fazeres no contexto da creche”, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Linguagens, Infâncias, Cultura e Desenvolvimento Humano, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora. O objetivo principal é apresentar os dados da realização de um grupo focal com 5 professoras das creches conveniadas do município, uma doutoranda, que fez a mediação da conversa, uma estagiária bolsista e duas estudantes voluntárias, que fizeram a gravação em vídeo e observações do contexto. O Grupo Focal é composto por uma reunião de pessoas selecionadas para discutir um tema, a partir de suas experiências pessoais. Este instrumento de pesquisa possibilita compreender a construção da realidade vivenciada pelos sujeitos, composta de suas práticas cotidianas, atitudes e comportamentos presentes no trabalho. Permite, ainda, a compreensão de contraposições, contradições, diferenças e divergências (GATTI, 2005). Importante ressaltar que, em Ciências Humanas e Sociais, este instrumento de investigação deve ser utilizado de forma criteriosa e de acordo com os objetivos propostos do estudo. Na condução do Grupo Focal, o facilitador ou moderador não deve fazer intervenções afirmativas ou negativas, emissão de opiniões particulares, conclusões ou outras maneiras de intervenção direta. Deve propor discussões a respeito do tema e incentivar as trocas, criando condições para que os participantes explicitem pontos de vista, analisem, critiquem, abram perspectivas diante do tema para o qual foram convidados a conversar coletivamente (GATTI, 2005). Conforme indicam os estudos de Morgan e Krueger (1993), citados por Gatti (2005), os grupos focais tem condições de captar, a partir das trocas entre os pares, “conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações, de um modo que não seria possível com outros métodos, como, por exemplo, a observação, a entrevista ou questionários” (p. 9). Essas impressões,

importantes para a pesquisa, não são captadas pelas câmeras e também não são perceptíveis em outros instrumentos de pesquisa, como questionários e análise de dados. A concordância e discordância entre as professoras foi essencial para entendermos suas práticas e suas vivências na sala de atividades. Em suas falas, emergiram conhecimentos e vivências que coincidem com os saberes estudados por TARDIF (2014). Os dados foram analisados e organizados a partir dos Núcleos de Significação, que pressupõe leitura flutuante dos dados, levantamento de pré-indicadores, indicadores e, posteriormente, a constituição dos núcleos de significação. Para efeito deste trabalho, apresentaremos o primeiro núcleo identificado e que foi nomeado como Formação da Professora da creche nos cursos de Pedagogia.

Palavras-chave: Formação de Professores, Creche, Grupo Focal

**O TRABALHO DOCENTE NA VERSÃO PRELIMINAR DO PROJETO
PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL PARA OS CURSOS DE LICENCIATURAS DA
UFJF**

ÁREA TEMÁTICA: Formação de Professores

Andressa Barcellos Correia da Silva – dessa_barcellos@hotmail.com - Universidade
Federal de Juiz de Fora

Andreia Rezende Garcia-Reis – andreiargarcia@yahoo.com.br - Universidade Federal de
Juiz de Fora

RESUMO: Nos últimos anos, novos documentos que orientam a educação básica brasileira foram publicados, principalmente no fim do século XX e início do século XXI (BRASIL, 1997; 1998), e, com isso, pode-se afirmar que o ensino no Brasil passou e vem passando por várias transformações. Essas mudanças afetaram a formação de professores e, conseqüentemente, novos documentos para as licenciaturas também foram produzidos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, em 2015. A partir da demanda das Diretrizes de 2015 e da necessidade institucional de rever a configuração dos cursos de licenciatura da instituição, surge o Projeto Institucional das Licenciaturas da Universidade Federal de Juiz de Fora, cuja versão preliminar foi apresentada à comunidade acadêmica em meados de 2018 e a versão definitiva homologada no final de 2018. Tal documento estabelece condições institucionais para a construção e valorização dos cursos de licenciatura e ainda define princípios e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação para a docência na Educação Básica da UFJF (UFJF, 2018). Esta pesquisa visa investigar a compreensão do trabalho docente e o estatuto do professor formado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em seus diversos cursos de formação para a docência, por meio da análise da versão preliminar do Projeto Pedagógico Institucional para os cursos de licenciatura - PPI (UFJF, 2018). Adota-se como aportes teóricos o Interacionismo Sociodiscursivo (BRONCKART, 2006), em sua corrente de análise de textos prescritivos do trabalho docente (MACHADO, 2009). Considera-se que as significações (BRONCKART, 2015) em torno da profissão e do trabalho docente são construídas também pelos textos que tratam dessa atividade, por isso precisam ser

estudados e compreendidos. Assim, para analisar o documento, seguimos os seguintes passos: i) leitura do documento; ii) pesquisa dos termos “trabalho, professor, docente, profissional do magistério e docência”; iii) avaliação e análise das estruturas frasais que continham os termos pesquisados; e iv) releitura do documento para análise mais detida. Este estudo revela que a compreensão do trabalho docente no documento em análise é a de uma atuação profissional que envolve diversos aspectos, além de capacidades e saberes específicos do campo do conhecimento em questão. Tanto os professores egressos das licenciaturas da UFJF quanto os professores formadores são vistos como atores de seu processo formativo e de seu trabalho, posição que lhes permite fazer escolhas, planejar e repensar suas atividades. Reconhecemos que o PPI avança muito na concepção de trabalho docente e na de formação inicial dos professores, ao demonstrar resistência aos ataques à educação e à universidade pública atualmente vivenciados, contribuindo para a construção de uma significação que valoriza e potencializa essa profissão.

Palavras-chave: Trabalho docente. Formação de professores. Projeto Pedagógico Institucional das Licenciaturas.

PERFORMANCE DE AULA PRÁTICA EM UM CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Formação de Professores

Bruno Venancio de Oliveira- brunovenanciob@gmail.com –
Universidade Federal de São João del Rei- CAPES
Gabriel Menezes Viana- gabrielviana@ufsj.edu.br
Universidade Federal de São João del-Rei

Este texto traz alguns resultados de uma pesquisa conduzida em um curso de mestrado acadêmico em educação que se propôs a investigar um elemento curricular presente nos cursos de licenciatura, a **prática como componente curricular (PCC)**, (BRASIL, 2002a, 2002b, 2015). Mais especificamente, investigamos a *performance* (LATOURE, 1999; SØRENSEN 2009) dessa prática em uma disciplina do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de uma universidade do interior de Minas Gerais, durante o segundo semestre do ano de 2017. Para este texto, selecionamos os momentos em que a “aula prática” é *performada* nos planejamentos de aula de uma disciplina de Prática de Ensino de Ciências. Nosso referencial teórico-metodológico é constituído principalmente pela Teoria Ator-Rede (ANT em inglês) proposta por Bruno Latour (2011) e colaboradores. Bem como, o conceito de *performance* proposto por Sørensen (2009) também foi fundamental na pesquisa, para entendermos a prática à partir do que foi performado em sala de aula. Por meio das interações entre atores humanos e não humanos e em processos de participação, naquilo que ficou conhecido por Latour e colaboradores, como assembleia sóciomaterial. A ANT é um modo de investigação seguindo os rastros deixados pelos actantes, observando suas associações e performances que emergem nessas redes de interações. O campo de pesquisa foi uma disciplina obrigatória, com carga horária de 36 horas. Toda essa carga horária está contemplada pela PCC. Para coleta de dados, utilizamos da observação participante (LUDKE, ANDRÉ, 1986, p. 28), com registros em caderno de campo e gravações em vídeos e áudio, os quais foram transcritos. De uma forma geral, a aula prática atua com o propósito de “demonstrar” o conteúdo de ensino proposto. Todavia, outros modos de ação/*performance* também foram identificados. Por exemplo, para sinalizar – “primeira aula”, “segunda aula” – os momentos em que cada conteúdo será abordado. Há alguns

momentos em que a aula prática atua como um método avaliativo, quando esta se apresenta ao final do planejamento e com o intuito de “reforçar” o que os alunos tiveram anteriormente de exposição conceitual. Nesse entendimento, a aula prática, atua com o propósito de “concretizar”, “materializar” os conceitos lecionados nos planejamentos das aulas teórico-expositivas dos licenciandos. Quando os licenciandos definem esse espaço de realização de aulas práticas, entendemos com Tardif (2002) sobre a importância dessas aulas práticas na formação dos estudantes escolares, “as atividades práticas permitem aprendizagens que a aula teórica, apenas, não permite [...]” (*Ibidem.* p. 237). Logo, não há dúvidas do potencial de ensino que essas aulas apresentam, todavia questionamos sobre a ênfase em um tipo único de performance dessa prática, do viés de materialização do conteúdo teórico. Sabemos que as aulas práticas podem ser utilizadas de modos diversos de maneira que não haja o predomínio de um modelo de ensino e de aprendizagem.

Palavras-chave: Formação de professores; Prática como Componente Curricular; Performance; Teoria Ator-Rede.

PIBID AFRO/INDÍGENA NA CONSTRUÇÃO DOS SABERES A PARTIR DA EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/03 E 11.645/11

Eixo: Formação de Professores

Marcelo Donizete da Silva¹, UFOP. marmaio1970@gmail.com

Luiz Paulo Souza Basilio², UFOP. luiz.basilio@aluno.ufop.edu.br

Walkiria Gabriele Elias da Costa³, UFOP. walkiria.gabriele@gmail.com

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados parciais atingidos pelo subprojeto PIBID Afro-Indígena nas escolas de Mariana-MG, no ano de 2019, em que atenderá o que determina as leis 10.639/03 e 11.645/08. O subprojeto pretende contribuir para a construção de uma nova licenciatura voltada para a inclusão da temática afro-brasileira e indígena nos currículos e nas práticas pedagógicas dos estudantes em formação, possibilitando uma oxigenação dos saberes com a proposta de outras possibilidades de ensino na Educação Básica.

Metodologia

A metodologia empregada para esse formato esteve ancorada na proposta da pesquisa participante de caráter qualitativo cujos envolvidos foram: bolsistas, supervisoras e discentes das turmas de Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos.

Justificativa

A ação realizada pelo subprojeto PIBID Afro/Indígena se acentua na obrigatoriedade prevista nas leis 10.639/03 e 11.645/08 de se trabalhar com as temáticas de África e indígenas na Educação Básica. Nesse sentido, este trabalho se justifica devido à necessidade de buscar entender: 1) as formas hostis e estereotipadas, ainda que inconscientes, com as quais os alunos lidam em sua formação, que estão imbricadas em questões indígenas; e 2) como se dá a compreensão da sua identidade no processo educacional.

Resultados e Discussão

Para a proposta de trabalho, o processo de formação consistiu-se, em primeiro momento, na realização de uma análise diagnóstica, para avaliar os conhecimentos prévios dos alunos acerca da temática e identificamos a concepção colonialista e estereotipada dos sujeitos indígenas para maioria dos alunos. Nesse sentido, priorizaram-

se intervenções no que tange à transformação ética e social do sujeito indígena, prioritariamente, das etnias Pataxó e Krenak.

Como referencial teórico utilizou-se os trabalhos do escritor Pataxó (1997), que articula em sua análise a discussão do mito de criação da etnia e a Cultura e História dos Povos Indígenas, de Santos *et al* (2017), que permitiu aprofundar a discussão da cultura e história dos povos indígenas e que auxiliou na capacitação formativa, para abordar o ensino da história indígena. Além disso, ancoramo-nos nos estudos da etnia Krenak, com escritor brasileiro Krenak (2000) que estabelece de forma crítica as experiências de lutas e resistência dos povos indígenas. Discutiu-se a importância das trajetórias dos indígenas, por meio da cultura, política e ancestralidade, possibilitando uma reflexão sobre os experimentos de uma educação multicultural, que auxiliará na valorização e reconhecimento das diversas identidades.

Conclusões

No decorrer do estudo, tornou-se perceptível o ganho que a construção do conhecimento proporcionou aos bolsistas, alunos/as e professores regentes. Espera-se que, com o PIBID Afro/Indígena, seja possível formar jovens conscientes em relação a seu papel social, além contribuir significativamente para a construção de sua identidade negada, resultante dos resquícios da colonização.

Palavras-chave: Indígenas. Ancestralidade. Educação. PIBID.

PIBID: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PRÁTICA FORMATIVA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM VIÇOSA-MG

ÁREA TEMÁTICA: LINHA 4. FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Verônica Aparecida da Silva
veronica.aparecida@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa - UFV
CAPES

O presente trabalho surgiu a partir das vivências e experiências possibilitadas pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, do curso de Educação Infantil da Universidade Federal de Viçosa - UFV. O programa é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. A experiência aconteceu na Unidade do Centro Municipal de Educação Dr. Januário de Andrade Fontes - Bairro Silvestre/Viçosa-MG, onde foram realizadas intervenções por meio de projetos e atividades lúdicas com a turma do maternal III, no qual o objetivo principal foi o desenvolvimento integral da criança por meio de atividades que contemplassem a oralidade, a escrita, a matemática, as artes plásticas, musicais e dramáticas, as ciências naturais e sociais. Ao atuar na escola foi necessário me atentar as necessidades e especificidades da turma, uma vez que a observação me permitiu conhecer as crianças para melhor compreender os limites e possibilidades com base na faixa etária, na rotina e na realidade em que estavam inseridas, e assim oferecer atividades que, por mais simples que fossem, estimulassem o desenvolvimento integral das crianças por meio da minha intervenção em parceria com a professora, que sempre me apoiou e me acolheu em sua sala. Sem dúvidas, foi uma via de mão dupla, onde pude aprender e compartilhar o conhecimento que vinha adquirindo na teoria, dentro da universidade, o que mostra que a relação comunidade e instituição de ensino superior está cada vez mais estreita, onde as contribuições são mútuas. Este trabalho, além de relatar a vivência na escola vem evidenciar a importância do PIBID na vida acadêmica dos discentes, que, assim como eu, tiveram a oportunidade de atuar nas escolas antes de concluírem a graduação, tornando-se profissionais cada vez mais capacitados para ingressar no mercado de trabalho. Ao iniciar a atuação na escola nós, pibidianas, tivemos a oportunidade de vivenciar a prática docente, pois fomos responsáveis por planejar, executar e avaliar atividades lúdicas e significativas para as crianças, além de, em reuniões semanais, expor nossos anseios, dúvidas e progressos para os demais colegas juntamente com as supervisoras,

coordenadoras e apoio técnico o que enriqueceu ainda mais nosso aprendizado através da troca de saberes. Além das atividades específicas em sala nós, pibidianas, éramos responsáveis por confeccionar murais temáticos para ficarem expostos nos corredores da instituição. Tal atividade envolvia a colaboração de todas as bolsistas que atuavam na instituição, um verdadeiro trabalho em equipe. Confeccionávamos, também, jogos relacionados as linguagens utilizando, muitas vezes, materiais recicláveis buscando sempre a inovação. Muito mais que teoria e prática, o PIBID possibilita, também, o enriquecimento da formação pessoal pois me permitiu conhecer a realidade das escolas, me possibilitou vivenciar situações problemáticas, bem como a lidar com o outro, a saber trabalhar em equipe, resolver conflitos. Portanto, fez parte do meu processo de construção enquanto professora.

Palavras-chave: Prática docente; atividades lúdicas; formação.

PRÁTICA DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO INICIAL

Área Temática: Formação de professores

Keylla Amélia Dares Silveira -Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

keyllamelia@hotmail.com

Eliete do Carmo Garcia Verbena e Faria -Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

eliete.verbena@ufjf.edu.br

Edson Vieira da Fonseca Faria - Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

edson.faria@ufjf.edu.br

RESUMO

Este estudo baseia-se em uma experiência pedagógica na Educação Física escolar desenvolvida num projeto de Treinamento Profissional (TP) intitulado "Oficina Pedagógica: estratégia metodológica no ensino da Educação Física Escolar". Tem como objetivo refletir sobre o processo de formação inicial a partir do programa institucional de Treinamento Profissional e relatar uma experiência desenvolvida com o conteúdo capoeira nas aulas de Educação Física.

PALAVRAS-CHAVE: *prática pedagógica; Educação Física escolar; formação inicial.*

A ação docente é elemento fundamental de reflexão no processo de formação. Compreende a elaboração de conhecimentos e sínteses sobre a prática, dados a partir da reelaboração constante do cotidiano do professor.

Com relação ao ensino, desde 1996, a Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF tem fomentado o Programa de Treinamento Profissional (TP)¹. Um desses projetos é intitulado "Oficina Pedagógica: estratégia metodológica na Educação Física escolar". As experiências pedagógicas realizadas a partir do mesmo orientam as reflexões discutidas neste texto.

¹ O Programa de TP refere-se a projetos ligados ao ensino, atrelados à Pró-Reitoria de Graduação da UFJF (MG-Brasil), vinculado à Pró-reitoria de Graduação. Os bolsistas de TP atuam em regime de 12 horas semanais de atividades, sendo orientados por um professor ou profissional da área ([Resolução Treinamento N.58/2008](#)) e recebem uma bolsa mensal para o cumprimento de suas tarefas.

A proposta pedagógica, ponto de partida para as reflexões sobre a formação inicial, relatada e discutida neste trabalho, é oriunda de uma intervenção pedagógica em aulas de Educação Física com alunos dos 6ºs ano do Ensino Fundamental.

Esse trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo de formação inicial a partir do programa institucional de TP e relatar uma experiência desenvolvida com o conteúdo capoeira nas aulas de Educação Física.

A partir da imprevisibilidade da ação pedagógica ocorreu a reelaboração constante das propostas. Esse processo contribuiu para a aproximação da professora em formação com os aspectos teórico-práticos que permeiam o ambiente escolar e a ação docente, permitindo o diálogo, a pesquisa e conseqüentemente a aquisição de conhecimento a partir do contato com a realidade, através de discussões críticas acerca do processo de ensino-aprendizagem; de ações de ensino e pesquisa; da reflexão sobre a construção de estratégias metodológicas para o processo de ensino-aprendizagem; do contato com as situações adversas oriundas do ambiente escolar e da construção de material didático teórico e prático para o desenvolvimento dos conteúdos.

Assim, a vivência no projeto de Treinamento Profissional "Oficina Pedagógica: estratégia metodológica no ensino da Educação Física Escolar" proporcionou à bolsista uma rica oportunidade de envolvimento com o fazer pedagógico em seu contexto real, exigindo uma reflexão ao mesmo tempo ampla e profunda sobre aspectos relacionados à intervenção docente, ao tratamento do conteúdo, à relação com os alunos, à inserção na escola, entre outros elementos relevantes no cotidiano de atuação do professor. A professora, por sua vez, ao ter a seu lado a bolsista questionando escolhas que estavam sendo propostas, formas de tratamento dos conteúdos entre outras questões, foi estimulada a refletir sobre estes aspectos e articular de forma mais clara e fundamentada as razões adotadas para as opções que fazia e deste modo pode enxergar de forma mais nítida a ação docente desenvolvida.

Produzindo outros sentidos sobre a sala de aula de Língua Portuguesa: entextualização e indexicalidade em interação no estágio supervisionado

Área temática: Formação de Professores

Barbara Delgado Azevedo

barbaradelgado@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Alexandre José Cadilhe

alexandre.cadilhe@ufjf.edu.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

Neste trabalho, temos como objetivo principal construir uma compreensão sobre como as interações numa sala de aula de uma turma de licenciatura em Letras, orientada para reflexões sobre o estágio supervisionado na escola, podem promover o engajamento dos participantes em reflexões sobre variadas questões que envolvem o trabalho docente. Para isso, foi solicitado aos licenciandos que escrevessem pequenas cenas observadas do cotidiano escolar, com objetivo de desnaturalizar a escola, em formato de vinhetas narrativas (MODL & BIAVATI, 2016). Tais vinhetas, por sua vez, eram lidas e discutidas na sala de aula da graduação, constituindo um evento de letramento cuja interação é aqui colocada sob escrutínio. O trabalho se justifica principalmente pelas atuais disputas acerca do papel do professor, assim como os desafios que se colocam sobre diferentes possibilidades de performances em sala de aula, além da necessidade de uma formação docente que contemple das práticas profissionais como dispositivo de reflexão (NOVOA, 2007). Em um momento em que é cada vez mais forte o movimento conservador que promove docentes como reprodutores de conteúdos, cada vez mais voltados para a lógica utilitarista e bancária, tal como criticada por Paulo Freire (2005), essa pesquisa se coloca como argumento por uma formação docente que priorize a reflexividade transformativa (CAVALCANTI, 2013) e o protagonismo docente. Este estudo, localizado no âmbito da Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 2006), orienta-se por uma perspectiva de educação transgressora (HOOKS, 2013), na qual os estudantes são engajados num processo ativo de participação na aprendizagem, mobilizando saberes que desafiam a lógica método/conteúdo nas aulas de línguas, e movendo uma lente para os atravessamentos sociais que desafiam as relações nas salas de aula. Para a análise das interações da aula na graduação, assim como das narrativas apresentadas, seguimos os pressupostos da Análise do Discurso no âmbito da antropologia linguística, mobilizando

como ferramentas teórico-metodológicas os conceitos de *indexicalidade* (BLOMMAERT, 2005) e *entextualização* (BAUMAN, BRIGGS, 1990). Além disso, também utilizamos pressupostos da Sociolinguística Interacional, principalmente os conceitos de *enquadre* (BATESON, 1955) e *footing* (GOFFMAN, 2002). Como resultados parciais, pudemos perceber que os licenciandos produzem novos entendimentos sobre o contexto escolar, ressignificando o trabalho docente e as performances naquele espaço, a partir de diferentes estratégias interacionais que indexicalizam a sala de aula e entextualizam a escola nos discursos que são produzidos em interação com outros licenciandos e com o professor formador.

Palavras chave: Linguística Aplicada; Formação de professores; Análise do Discurso; Vinheta Narrativa.

REFLEXÕES SOBRE AS IDENTIDADES DE EDUCADORAS MONTESSORIANAS

Área Temática: (4) Formação de professores

Carla Toscano Carneiro – SRE/JF
Agência Financiadora: CAPES
carla.toscano@hotmail.com

Este artigo é fruto da finalização da dissertação de mestrado intitulada “Construção das identidades de educadoras: uma perspectiva montessoriana” que contempla instituições de ensino que buscam estabelecer metodologias inovadoras que propõem novas lógicas de *espaçotempo*, assim como as utilizadas pelas escolas de perspectiva Montessori. Com isso, torna-se relevante apontar os processos identitários que foram construídos por algumas educadoras montessorianas frente aos desafios postos por meio do processo *ensinoaprendizagem*. A grande questão surgida foi “Como se constitui as identidades das educadoras que atuam numa perspectiva montessoriana?”, baseada em um contexto escolar com demandas emergentes da diversidade dos estudantes e suas experiências pessoais (contexto social, político e econômico). Sendo assim, o objetivo deste estudo foi debruçar esforços para compreender a construção das identidades de educadoras da educação infantil, dos anos iniciais do ensino fundamental, da coordenação e da direção que atuavam em uma perspectiva montessoriana. Para isto, caminhamos juntamente com as ideias de Paulo Freire e Antônio Nóvoa ao se referir sobre “ser educadora”; de Stuart Hall, Mylene Santiago, Abdeljalil Akkari, Luciana Marques, Paulo Freire, Jorge Larrosa e Marli André ao levantar questões sobre a identidade; e Paula Lillard e Maria Montessori ao apontar os aspectos de uma educadora montessoriana. Ao trilhar esta pesquisa utilizamos a abordagem metodológica da investigação narrativa pela liberdade dada as praticantes da pesquisa quanto a proferir sobre os fatos e, para isso, seguimos os princípios de Inês Barbosa, Jorge Larrosa e Nilda Alves. As estratégias adotadas foram a observação do cotidiano escolar, as narrativas autobiográficas de seis educadoras montessorianas e ainda a realização de uma roda de conversa com tais educadoras. Ao chegar no final do processo desta pesquisa conseguimos elencar “algumas impressões incorporadas” (com possibilidades de novas leituras e releituras futuras) que ficaram marcadas frente a experiência com/no momento: compreendemos a incompletude (abordadas por elas) das educadoras como uma marca em busca por mais conhecimento na área da educação sobre o desenvolvimento da criança e a perspectiva montessoriana;

logo, encontram-se sempre em formação continuada, visando atender as demandas da diversidade do contexto escolar. A formação destas profissionais acontece imbricada com a prática em sala de aula e com o ser sujeito na vida em sociedade (na perspectiva de “ser”, “sendo” cotidianamente na vida, ou seja, “ser” montessoriana na vida para ter coerência/naturalidade em sua prática docente), demonstrando assim uma constituição de sujeito pós-moderno diante da construção de sua identidade.

Palavras-chave: Identidade. Professor. Montessori. Narrativa.

Referências

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. **História da Educação**, Pelotas, n.14, p. 79-95, set., 2003.

ALVES, Nilda. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 4, nº 7-8, jan./dez. 2003. Disponível em: <www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/209/208>. Acesso em dez. 2015.

_____. Cultura e cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: UERJ, n.23, p. 62-74, maio/jun./jul./ago., 2003. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-2/Educacao-MII/2SF/Cultura_e_Cotiadiano.pdf>. Acesso em jan. 2018.

_____. Imagens de professoras e redes cotidianas de conhecimentos. **Educar**, Curitiba: UFPR, n.24, p. 19-36, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em jan.2018.

_____. Nós somos o que contamos: a narrativa de si como prática de formação. In: BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Secretaria de Educação a Distância - SEED. Boletim 01 - Março 2007. **Histórias de vida e formação de professores**. 2007. Disponível em: <<http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/104711Historias2.pdf>>. Acesso em dez. 2015.

_____. Decifrando o pergaminho - os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda. (Org.). **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas: sobre redes de saberes**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP et alii, 2008, v. 1, p. 15-38. Disponível em: <<http://coletivoepa.pbworks.com/f/Decifrando%2Bo%2Bpergaminho%2B-%2Bnilda%2Balves.doc>>. Acesso em jan. 2018.

ANDRÉ, Marli. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. **Educação**, Porto Alegre, v.33, n.3, p. 174-181, set./dez., 2010.

BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 11-30, jan./jun., 2002.

CERTEAU, Michel. de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. RJ: Vozes, 2ª reimpressão, 2017.

CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **Relações entre educação, aprendizagem e desenvolvimento humano: as contribuições de Jean Marc-Gaspard Itard (1774–1838)**. São Paulo: PUC, 2009. Disponível em: < <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT20-5769--Int.pdf>>. Acesso em jan. 2018.

DUTRA, Luísa Módena. **Maria Montessori e a fita de papel vermelho**. São Paulo: Comenius, 2015. 23p.

FENAPESTALOZZI. **Johann Heinrich Pestalozzi: um revolucionário apaixonado**. 2017. Disponível em: <<http://www.fenapestalozzi.org.br/ler/johann-heinrich-pestalozzi-um-revolucionario-apaixonado>>. Acesso em jan. 2018.

FERRANTI, Valéria. A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard. **Pro-posições**, São Paulo: UNICAMP, v.12, n.2-3, p. 35-36, jul./nov. 2001. Disponível em: < <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2119/3536-resenhas-ferrantiv.pdf>> Acesso em jan. 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 150p.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 57 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018a. 143p.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 65 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018b. 256p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad.: SILVA, Tomaz Tadeu da; LOURO, Guacira Lopes. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102p.

JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Educação**, Porto Alegre, v.63, n.3, p. 413-438, set./dez., 2007.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. Trad.: VEIGA-NETO, Alfredo. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. (Org.). **Déjame que te cuente: ensayos sobre narrativa y educación**. Barcelona: Laertes, 1995.

LILLARD, Paula Polk. **Método Montessori: uma introdução para pais e professores**. Trad.: AUGUSTO, Sonia. Barueri: Manole, 2017.

MAFRA, Regina Maria Ruiz. **Linha e rodinha: Exercícios para expressão corporal, musical, psicomotricidade, recreação e linha**. São Paulo: Loyola, 2005.

MARQUES, Liliana. William Kilpatrick e o Método de Projeto. **Cadernos de Educação de Infância**, Lisboa, n.107, p. 4-5, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://apei.pt/upload/ficheiros/edicoes/Artigo%20Destaque.pdf>>. Acesso em jan. 2018.

MARQUES, Luciana Pacheco. **O professor de alunos com deficiência mental: concepções e prática pedagógica**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2001. 206p.

MONTESSORI, Maria. **Educação para um novo mundo**. Trad.: BRAGA, Sonia Maria Alvarenga. São Paulo: Comenius, 2015.

NOVA ESCOLA ESPECIAL. Maria Montessori: a médica que valorizou o aluno. **Nova Escola**, Grandes Pensadores, São Paulo, nº19, p. 65-67, jul. 2008.

NÓVOA, Antônio. **Professores imagens do futuro presente**. Lisboa: EDUCA, 2009. 94p.

_____. (Org.). **Vida de professores**. Portugal: Porto, 2013. 216p.

_____. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.47, n.166, p. 1106-1133, out./dez. 2017.

→OLIVEIRA, Inês Barbosa de (Org.). **Narrativas: outros conhecimentos, outras formas de expressão**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.

OMB. **Movimento Montessori no Brasil**. Disponível em: <<http://omb.org.br/educacao-montessori/a-classe-agrupada>>. Acesso em ago. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Relatório mundial sobre a deficiência**. Trad.: Lexicus Serviços Lingüísticos, São Paulo: SEDPcD, 2012. 334 p.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Verbete João Pestalozzi. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Navegando pela história da Educação Brasileira**. São Paulo: HISTEDBR, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_pestalozzi.htm>. Acesso em jan. 2018.

RÖHRS, Hermann. **Maria Montessori**. Trad.: ALMEIDA, Danilo Di Manno de; ALVES, Maria Leila (Coleção Educadores). Recife: Massangana, 2010.

SAMPAIO, Carmen Sanches; RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de. Conversa como metodologia de pesquisa: uma metodologia menor? In: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches. **Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?** Rio de Janeiro: Ayvu, 2018, p. 21-40.

SERPA, Andréa. Conversas: possibilidades de pesquisa com o cotidiano. In: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches. **Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?** Rio de Janeiro: Ayvu, 2018, p.93-118.

TEZZARI, Mauren Lúcia. Edouard Séguin e a Educação Especial: história e atualidade de sua obra. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória: PPGE – UFES, p. 26-44,

jan./jun. 2010. Disponível em:
<<http://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/4395/3437>>. Acesso em jan. 2018.

REPRESENTAÇÕES DOS LICENCIANDOS EM QUÍMICA SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Área temática: Formação de professores

Wbiratan Cesar Macedo de Oliveira – wbiratancesar@gmail.com

Andréia Francisco Afonso – andreaia.afonso@ufjf.edu.br

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

As questões ambientais se apresentam cotidianamente, especialmente nas mídias. Entretanto, muitas vezes, elas não encontram espaço nas escolas para serem discutidos, apesar da Educação ambiental ser uma recomendação da Lei Nº 9795/99 (BRASIL, 1999), que indica que ela deve ser abordada por todas as disciplinas que compõem a matriz curricular da Educação Básica.

O termo Educação Ambiental possibilita diferentes interpretações, que sofrem influência das vivências pessoal, profissional e das informações dadas no dia a dia (REIGOTA, 2002). Na Educação Básica, além da influência dos fatores citados, a concepção depende também da abordagem feita pelo professor. Por isso, é preciso atenção ao processo de formação inicial.

Nesse direcionamento, propomos a sete licenciandos em Química (L1 a L7), matriculados nas disciplinas Instrumentação para o Ensino de Química e Planejamento e Avaliação (disciplinas dos dois últimos anos da Licenciatura em Química), uma representação de suas concepções sobre Educação Ambiental, por meio de um desenho.

De forma geral, as representações foram bem parecidas, pois se direcionaram para uma perspectiva conservadora da Educação Ambiental, ou seja, aquela baseada em princípios ecológicos – de preservação do meio ambiente e reciclagem de materiais. Os desenhos de L2, L3, L4, L5 e L6 tiveram em comum um triângulo formado por três setas (símbolo internacional), que é bem familiar e está presente em coletores ou panfletos referentes a coleta seletiva e reciclagem. Quando convidados a justificarem seus desenhos, todos mencionaram que as ideias surgiram do que viram nas mídias e das poucas leituras, uma vez que muito pouco, ou nada, foi abordado sobre Educação Ambiental durante o processo de escolarização na Educação Básica.

Já as representações de L1 e L7, e ainda nas de L3, L5 e L6, apareceram o “verde” na forma de árvores e gramas, e rios limpos, o que pressupõem um ambiente adequado sob

o ponto de vista ecológico. Esse levantamento corrobora com estudos feitos por Batista e Sá (2016) e Costa, Ribeiro e Echeverría (2017), em que os estudantes não fazem uma menção ao meio ambiente de forma mais crítica. Contudo, o direcionamento conservador, como aponta Reigota (2002) e Conzenza (2008), já não atende as necessidades atuais. A Educação Ambiental deve promover a criticidade, assim como suas causas e inter-relações de forma sistêmica, em seu contexto social e histórico; firmando ações sustentáveis relacionadas ao desenvolvimento e ao meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, biodiversidade, ciência e tecnologia.

Com isso, pensar na formação inicial de professores na perspectiva crítica da Educação Ambiental faz-se necessário, de modo que os licenciandos possam vivenciar experiências nesse âmbito e consigam, posteriormente, direcionar suas ações pedagógicas em sala de aula, mobilizando práticas e formas de pensar sobre as questões ambientais, junto aos alunos, que são parte da sociedade.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Representação, Formação inicial de professores; Licenciatura em Química.

Referências:

BATISTA, M. A.; SÁ, R. A. Análise da inserção da Educação Ambiental (EA) no Ensino Básico e Superior na Cidade de Caruaru – PE: uma abordagem no Ensino de Química. **Revista Debates em Ensino de Química**, n. 6, p. 107–133, 2016.

BRASIL. Lei 9795/99. Brasília, 1999.

CONSENZA, A. **A Educação Ambiental e o fazer interdisciplinar na Escola**. Araraquara – SP: Editora Junqueira e Marin, 2008.

COSTA, L. S.O.; ECHEVERRÍA, A. R.; RIBEIRO, F. L. O Processo de Tomada de Consciência e a Formação de Conceitos da Educação Ambiental na Formação Inicial de Professores de Ciências/Química. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação e Ciências**, n. 3, p. 803-834, 2017.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social**. São Paulo: Cortez, 2002, 88p.

TORNANDO-SE PROFESSORES/AS DE LINGUA PORTUGUESA: SABERES QUE SE ARTICULAM

Tema: Formação de Professores

Marcella Fernandes

marcellafernandes9828@hotmail.com

(UFJF / PIBID Letras)

Matheus Alvim de Melo

alvim.matheus@letras.ufjf.br

(UFJF / PIBID Letras)

Rayani Dalamura Westerman

rayaniwestermanjf@gmail.com

(UFJF / PIBID Letras)

Ministrar aulas de Língua Portuguesa requer só o conhecimento linguístico/gramatical? Ao entrarmos em uma sala de aula, notamos que não basta só o ensino da gramática e das estruturas da língua, pois existem outros fatores os quais necessitam de um olhar cuidadoso do professor. O objetivo central deste trabalho é não só apresentar nossas experiências enquanto participantes do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), como também refletir sobre a formação inicial de professores, um processo pelo qual estamos passando neste exato momento. Neste processo, somos engajados a produzir narrativas sobre cenas da sala de aula, a partir de uma plataforma digital – *Padlet*. A partir de narrativas escritas no *Padlet*, pretendemos, neste trabalho, analisar algumas narrativas (NORTON & EARLY, 2015) que ilustram a ressignificação do ensino e da aprendizagem de língua, além de discutir a importância da formação crítica do professor (LIBERALI, 2015). Como é defendido por Paulo Freire (2005), o papel do professor não pode ser de um mero transmissor de conhecimento, e sim um profissional que deve atuar para uma formação crítica, na qual os próprios alunos sejam capazes de (re)significar suas realidades. Paulo Freire nos sugere que a colaboração para o pensamento crítico do estudante é a “educação como prática de liberdade” (FREIRE, 1979), como um processo de emancipação não só para o aluno, como também para o

professor. A partir disso nascem nossos questionamentos: como os saberes construídos na universidade são mobilizados em nossas reflexões sobre a sala de aula de língua? Como o PIBID possibilita um exercício de formação, para que possamos atuar de forma profissional e pró-ativa nos embates diários? O projeto ainda está em andamento, tendo a previsão de término para dezembro de 2019. Contudo, as experiências vivenciadas fazem com que repensemos, até mesmo, nosso processo de formação. Apoiando-nos também em Nóvoa (2007), orientamo-nos sobre a relevância de analisarmos nossas práticas formativas, o que pode ser visto quando nos reunimos para debater sobre as aulas observadas ao largo do projeto. Por fim, observamos não só sobre como a construção desses saberes se dão no processo de formação docente, como também a importância de espaços de interlocução no qual podemos refletir, (re)pensar e analisar nossas práticas como professores em formação, sempre nos recorrendo a um posicionamento crítico, na qual a educação é uma prática de liberdade. Nestes espaços, a partir das narrativas analisadas, torna-se possível compreender que os saberes mobilizados para a sala de aula extrapolam o saber linguístico.

Palavras-chave: Formação Docente, Narrativas, Ensino de Língua Portuguesa.

UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE DE PROFESSORES ALFABETIZADORES: o PNAIC em discussão

Área temática: Formação de Professores

Luciana Castro
lu_castro@yahoo.com.br
Doutora em Educação
Professora da rede municipal de Juiz de Fora

Resumo: este trabalho objetiva analisar um modelo de formação continuada docente *em rede* implementado no cenário brasileiro a partir do ano de 2013 (BRASIL, 2012). Tratou-se do maior programa de formação no âmbito do processo formativo dos professores alfabetizadores. Em um contexto nacional marcado por persistentes índices de fracasso na aprendizagem das crianças quanto a aquisição e uso do material escrito, percebe-se um significativo investimento na formação dos professores alfabetizadores. Na realidade recente, faz-se significativo dar visibilidade a formação pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (BRASIL, 2012). Configurou-se como uma formação *em rede* que operou fundamentalmente pelas universidades a partir da articulação do Ministério da Educação e municípios pactuados. De acordo com um levantamento bibliográfico realizado como parte do mapeamento feito para um estudo sobre o contexto da formação docente no Brasil, ficou evidente que embora a defesa pela institucionalização das universidades frente à formação continuada seja recorrente na comunidade acadêmica, para uma tensão referente aos outros efeitos possíveis, sobretudo, decorrentes do desafio veemente no processo formativo em articular teoria e prática. Isso porque segundo pesquisadores como Nóvoa (1999; 2017), Sarti (2012) e Gatti (2008, 2013), que, embora não se oponham à importância de se ter a universidade frente a formação continuada, alertam para a necessidade de revisão do modelo academicista tradicionalmente praticado pela universidade sob dela incidir em poucas mudanças nas atuações pedagógicas. A pesquisa bibliográfica, principal procedimento metodológico utilizado para a construção desse estudo, indicou ainda que tendo em vista ampliar as possibilidades de práticas pedagógicas capazes de viabilizar melhorias na escolarização, é preciso que o conjunto de profissionais que atuam no contexto escolar tenham a oportunidade de construir e reconstruírem conhecimentos a partir de uma prática profissional colaborativa. A indicação é que a formação *em rede* se articule a

formação *de* rede. A discussão é construída em diálogo com pesquisadores como António Nóvoa, Bernadete Angelina Gatti, Elba de Sá Barreto, Marli Eliza Damalzo Afonso André, Iria Brzezinsk e Magda B. Soares. Os dados revelam que frente ao dilema histórico e persistente na educação brasileira no que se refere a consolidação de uma escola democrática, torna-se elementar pensar em políticas para a formação docente que contemplem espaço de diálogo permanente e coletivo. Sendo assim, ainda que sejam consideradas as várias críticas tecidas às propostas de formação em larga escala, o caminho capaz de favorecer a transformação da cultura escolar não se faz pela negligência a esse modelo formativo. Com base nessa consideração, muitas possibilidades precisam ser consideradas tendo em vista contribuir com a viabilização de ações pedagógicas que repercutam em aprendizagem dos discentes.

Palavras-chave: Formação continuada. Formação em Rede. Formação de Rede.

Referências:

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: formação de professores no pacto nacional pela alfabetização na idade certa*. Caderno de Apresentação Brasília: MEC, 2012.

GATTI, B. A. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. *Educar em Revista*. Curitiba, n. 50, p. 51-67. Out./dez. 2013.

_____. Análise das políticas públicas para a formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, SP, v. 13, n. 37, p. 57-186. Jan./abr. 2008.

NÓVOA, António. Os professores na virada do milénio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. *Educação e Pesquisa*, v. 25, n. 1, p. 11-20, jan./jun. 1999.

_____. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 47, n.166, p. 1106-1133, out./dez.. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010015742017000401106&lng=pt&nrm=iso. Aceso em: 20 dez. 2017.

SARTI, Flávia Medeiros. O triângulo da formação docente: seus jogadores e configurações. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 38, n. 2. Abr./jun. 2012.

UMA REFLEXÃO SOBRE O PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

Área Temática: Formação de Professores

Autoras: Rubia Campos Guimarães Cruz - UFJF
rubiacamposgc@gmail.com

Rita Suriani Lamas - UFJF
surianilrita@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a formação do professor de Ensino Religioso, bem como pensar na atuação do mesmo a partir de análises de relatos de prática escolar. O Ensino Religioso (ER) é um componente curricular previsto na Constituição Federal de 1988, caracterizado pela oferta obrigatória e matrícula facultativa nas instituições públicas de ensino. Como garantido por lei, o Ensino Religioso ofertado nas escolas públicas deve ser livre de proselitismo, e é nesse sentido que tal disciplina também foi assegurada na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). No que diz respeito à docência do Ensino Religioso há, no Brasil, um longo histórico de indivíduos indicados diretamente por instituições religiosas ou que assumem determinada posição religiosa para lecionar o mesmo. Para que se possa cumprir a lei e garantir o ensino plural e não proselitista faz-se necessário refletir acerca da formação desse docente. A proposta vigente nos dias atuais é que essa formação seja feita a partir da Ciência da Religião.

É neste sentido que o presente trabalho pretende analisar como se dá a prática docente do professor de Ensino Religioso nos dias atuais (trazendo um exemplo de prática escolar), além de levantar uma reflexão sobre as formações acadêmicas de quem ocupa os cargos da referida disciplina nas escolas. Para isso, esse trabalho buscará, em primeiro lugar, apontar a Ciência da Religião como referencial teórico para o Ensino Religioso, utilizando como base os estudos de autores como: Frank Usarki e Eduardo Gross. Em seguida pretende-se pensar a formação docente para o Ensino Religioso a partir de autores como: Luzia Sena e Regina Haidt. Como exemplos práticos das teorias observadas serão apresentados dois exemplos de vivências escolares realizadas durante seis meses em duas escolas localizadas em Juiz de Fora (MG). Durante tais vivências foram analisadas as formações acadêmicas dos professores e a sua prática em sala de aula. Através desses exemplos será possível observar como tem se dado a atuação docente, quais são seus pontos fortes e quais são os pontos a serem melhorados.

Portanto, este trabalho pretende mostrar que há uma certa dissonância entre teoria e prática, e que a formação do professor de Ensino Religioso precisa passar pela Ciência da Religião, uma vez que essa área oferece grande aporte teórico e prático, visando um ensino plural, a-confessional e não proselitista. Além de apresentar também dois relatos de campo, cuja análises são focadas no docente, e que nos fazem refletir sobre muitas questões e sobre como de fato tem se dado o Ensino Religioso na escola pública brasileira.

Palavras-chave: ensino religioso, formação, professor, prática.

“DIVA UPGRADE COM LORELAY FOX”: A CONSTRUÇÃO DE CORPOS NOS PROCESSOS EDUCATIVOS DOS SUJEITOS

Diversidade e Cultura

Thaynara Ohana Vieira Pires¹, Anderson Ferrari²

thaynarapedagoga@gmail.com

aferrari13@globocom.com

No Brasil, o carnaval é uma das maiores festas populares do país. Nesse período observamos como os meios de comunicação exploram os corpos e seus impactos no público e nos diferentes olhares que são capazes de acionar. Neste sentido, a proposta desse trabalho é analisar esse investimento nos diversos modos de construção de sujeitos a partir dos corpos e sensações que o carnaval pode proporcionar. Escolhemos o comercial – do site *hoteis.com* – “*Diva Upgrade com Lorelay Fox*”. *Diva Upgrade* é o nome que se refere a uma promoção de um site que oferece aos/às clientes que fizerem reservas através da sua plataforma, a escolha de uma maquiagem entre três opções desenvolvidas pela *drag queen* Lorelay Fox – figura conhecida através de diferentes discussões sobre questões de gênero, sexualidade, entre outras por meio do seu canal no *YouTube* e participações esporádicas no programa *Amor e Sexo*. Na propaganda em que Lorelay é a artista escolhida, notamos como sua presença se desdobra em uma sequência de transformações do seu corpo, ocorrendo mudanças através das maquiagens que ela mesma realiza no seu rosto e as rápidas trocas de figurino. O procedimento metodológico que será utilizado se concentrará na análise do comercial, problematizando os artefatos e estratégias utilizadas para chamar a atenção do/a espectador/a para o produto anunciado assim como sua ação pedagógica sobre os/as espectadores/as. Nosso olhar para este comercial busca uma perspectiva teórico-

¹ Aluna do Curso de Especialização em Relações de Gênero e Sexualidade Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

² Professor do PPGE da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) Mestrado e Doutorado.

metodológica pós-estruturalista que entende que corpos e sujeitos são construções discursivas e resultados de processos educativos, dos quais as mídias fazem parte. Uma perspectiva problematizadora e provocativa daquilo que observamos, um corpo que rompe padrões ao se transformar diante das câmeras sem uma definição formal e binária. Um corpo humano que se afasta das normas e trás consigo uma mensagem que buscaremos problematizar no artigo. Com o crescimento da visibilidade do movimento *drag queen*, buscaremos através da história de sua cultura refletir sobre as marcas trazidas por estes corpos e seu impacto em nossa sociedade, cultura e relações. Discutindo a invisibilidade de corpos e a importância do surgimento de outras possibilidades de visibilizar diferentes corpos que carregam consigo características que os tornam diferentes do padrão imposto pela sociedade. Dessa forma acreditamos na potência educativa que ações como o “*Diva Upgrade*” podem causar, engendrando a construção de novos saberes para além daquilo que está posto como o “natural”.

Palavras-chave: Drag Queen, corpos, educação, mídia.

“EU ESTOU TE ENSINANDO UMA LIÇÃO. EU AVISEI; SUA MELHOR CHANCE NA VIDA É TER OS PÉS NO CHÃO.”: EDUCANDO MASCULINIDADES E SUAS RESISTÊNCIAS

Diversidade e cultura

José Rodolfo Lopes da Silva¹
jrodolfoledes@hotmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo problematizar algumas práticas pedagógicas e alguns saberes que estão ligados ao processo de (re)construção das subjetividades como, por exemplo, masculinidades, resistências e (in)disciplinas. Para tal, serão analisados diferentes excertos do musical inglês *Everybody's Talking About Jamie*. Artefatos culturais possuem potência pedagógica, social, estética e política. Dessa forma, assistir a um musical, assim como ver filmes e séries, ler livros e revistas, entre outras ações diz de investimentos, ações pedagógicas - feitas de forma consciente ou não. Tais produções podem fomentar debates, ensinar e fazer repensar sobre modos de ser e estar nas relações sociais. Dessa forma, é possível inferir que produções culturais comumente (re)produzem arquétipos legitimados em nossa sociedade construindo, relacionalmente, sujeitos deslegitimados. A produção inglesa, que teve sua estreia em 2017, investe na desconstrução da concepção binária de gênero e da heteronormatividade como caminhos únicos e naturais. Dessa forma ela possibilita pensar e problematizar essas construções a partir das relações de poder que atravessam e constituem as masculinidades, resistências e (in)disciplinas. Propõe-se reflexões a partir do espetáculo, que é baseado no documentário *Jamie: Drag Queen at 16* - produzido pelo canal inglês *BBC3* -, sobre qual educação vem sendo viabilizada no âmbito escolar e os processos de (re)constituição dos sujeitos e suas subjetividades em uma sociedade que passou a se entender muitas vezes a partir da sexualidade. A produção conta a história de Jamie um menino de dezesseis anos que tem dois sonhos: ser uma *drag queen* e participar da formatura de sua escola usando um vestido. Entretanto, para conseguir realizar os

¹É mestrando em educação no programa de Pós graduação FAGED/UFJF na linha de linguagem e formação de professores com pesquisa sobre a construção de masculinidades no contexto de uma cidade pequena.

seus sonhos ele terá que lidar com adversidades, como, por exemplo, o colega de sala preconceituoso e a professora que não sabe lidar com esse menino que não corresponde às noções de masculinidade socialmente construídas e legitimadas. Um dia, a professora encontra Jamie experimentando maquiagem na escola. Ela se incomoda com o fato, expõe Jamie e acredita estar ensinando para ele uma boa lição. Sua ação tem como objetivo trazê-lo para o lado “correto” do gênero, educá-lo sobre o que é ser “homem de verdade”. Entretanto, Jamie resiste a norma que lhe é imposta de forma criativa e inspiradora. Através do roteiro e da filmagem da peça, passagens serão selecionadas e analisadas tendo como foco suas músicas, diálogos e outros elementos como vestimentas e acessórios. Dessa forma, busca-se identificar quais são os investimentos e ações pedagógicas feitos na construção de suas personagens assim como do público que o assiste. Parte-se do entendimento de que sujeitos se constituem através de jogos de verdade, da linguagem, processos históricos e relações de poder-saber e que não há uma essência,. As contribuições teórico-metodológicas são dos trabalhos de Michel Foucault e da perspectiva pós-estruturalista.

Palavras-chave: Educação; Masculinidades; Disciplinas; Resistências.

A CONSTRUÇÃO DE REGISTROS PELO PROFESSOR DE AEE: viabilizando redes de articulação

Área temática: Diversidade e Cultura

Luciana Castro
lu_casttro@yahoo.com.br
Doutora em Educação
Professora da rede municipal de Juiz de Fora

Graziela Donado
grazieladonado@gmail.com
Especialista em Educação
Professora da rede municipal de Juiz de Fora

Raquel Grazzinoli
qxgrazzinoli@hotmail.com
Especialista em Educação
Professora da rede municipal de Juiz de Fora

Resumo: a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a qual passou a instituir a estruturação e oferta para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação no ensino regular, pode ser apresentada como um avanço se comparada a políticas anteriores. Por meio dela, busca-se a partir de aportes legais, instituir a superação do caráter substitutivo da Educação Especial e a segregação desses alunos em espaços educacionais separados. Nessa lógica, implementou-se o atendimento educacional especializado (AEE) (BRASIL, 2008). No entanto, o preceito legal trouxe o desafio de ampliar o debate para além do princípio da integração e assim favorecer a construção e o fortalecimento de práticas inclusivas capazes de garantir condições de permanência e sucesso escolar para estudantes com deficiência na escola regular. No entanto, sabe-se que para a efetivação legal, variadas ações precisam ser articuladas. Com base nesse entendimento, a proposta central deste texto é fomentar a discussão acerca das possibilidades de articulação do professor de AEE com os professores da classe regular de modo a garanti uma relação dialógica que se consolide uma rede de apoio efetiva, permitindo a inclusão e a permanência do público alvo do AEE na escola.

Considerando o universo desafiador para a viabilização dos processos de articulação, apresenta-se enquanto possibilidade de concretização dessa ação, a necessidade de se

pensar o registro escrito expresso nos planos e relatórios de atendimentos como uma estratégia capaz de permitir a necessária aproximação entre os profissionais envolvidos no trabalho realizado com esses alunos. A discussão aqui proposta, integra um estudo exploratório, ainda na versão inicial, construído a partir da pesquisa documental e bibliográfica de artigos que abordam fatores que podem implicar no fortalecimento de uma escola efetivamente inclusiva. A discussão respalda-se nos documentos legais brasileiros e no diálogo com pesquisadores como António Nóvoa, Lev Vigotski e Paulo Freire. O estudo vem indicando que na busca de práticas inclusivas, o registro escrito é uma variável importante. Por meio deles é possível acompanhar as ações implementadas, revisadas e reelaboradas. Portanto, serve ao caráter processual do ato pedagógico podendo se materializar como um meio de viabilizar a ação pedagógica colaborativa. Importante destacar que embora seja realidade que muitas vezes represente um documento burocrático, percebe-se que quando essa perspectiva é ultrapassada, se configura como um meio importante para ressignificar a práxis docente.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Ação Pedagógica Colaborativa. Registros Escritos.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

A EJA PRISIONAL EM FACE DAS HISTÓRIAS DE VIDA DE EDUCANDOS EM SITUAÇÃO DE CONFLITO COM A LEI: AS NARRATIVAS DA ESCOLA PELOS EXCLUÍDOS

Área temática: Diversidade e Cultura

Fabiana Gabriel

fabianagabriel.historia@gmail.com

GRUPPEEJA/FACED/UFJF

Palavras-chave: educação prisional; narrativas; sentidos.

Este resumo tem por objetivo socializar parte da pesquisa de mestrado desenvolvida no contexto da educação prisional, com foco nas narrativas da escolarização de jovens e adultos que frequentam a escola no cárcere. Apesar de assegurado por lei, o acesso e permanência da população carcerária na escola ainda é um desafio em nosso país. A garantia da aceleração do cumprimento da pena através da remição pelos estudos, incluída na Lei de Execução Penal n. 7.210/84 (Brasil, 1984) foi um avanço, mas não é suficiente para garantir o direito social à educação das pessoas que se encontram nesta situação. A LEP garante aos presos que frequentam a escola, o direito de remir um dia de pena a cada 12 horas de estudo. A sala de aula é, para muitos, um refúgio do ambiente hostil da cela, uma oportunidade de sociabilização e de recuperação de um tempo perdido, ainda assim, a alta taxa de evasão é uma realidade na E.E.de Ensino Fundamental e Médio – EJA- PPACP. Paiva (2007) sinaliza a necessidade de não pensarmos a evasão na EJA como falta de interesse, mas como um movimento dinâmico de idas e vindas em função das necessidades da vida cotidiana. Isto posto, somos levados a refletir: estaria esse movimento relacionado apenas as necessidades do cotidiano na prisão? Diante dessa inquietação apostamos ser potente ouvir o que os educandos privados de liberdade têm a contar, conhecer suas histórias de vida e trajetória escolar. Assim, pretendemos investigar: quais os sentidos que os estudantes da Escola Estadual Ensino Fundamental e Médio - EJA- da Penitenciária Ariosvaldo de Campos Pires produzem sobre a escola e suas trajetórias escolares, buscando compreender: 1) quais sentidos produzem de sua escolarização? 2) como esses sentidos se relacionam com o que buscam e esperam da escola dentro do sistema prisional? 3) como significam suas experiências escolares na EJA prisional? Perspectivados pelo referencial teórico da educação popular, encontramos

nas obras de Álvaro Vieira Pinto e de Paulo Freire, principalmente na Pedagogia do Oprimido (2018), desdobramentos de conceitos e ideias que nos auxiliam a compreender os sujeitos privados de liberdade como seres sociais resultado da situação de opressão. O presente resumo trata de uma pesquisa em construção, que apresenta limitações e certamente enfrentará desafios em seu caminho metodológico. O universo da educação prisional envolve complexidades que vão muito além das dificuldades de acesso ao local, seus sujeitos são, em grande parte, produtos de uma sociedade perversa que os privou de direitos sociais básicos, como saúde, moradia e educação muito antes do cárcere.

A ERA DOS TRANSTORNOS: O SENTIDO DA DOCÊNCIA FRENTE OS PROCESSOS DE PATOLOGIZAÇÃO DA INFÂNCIA

Área temática: Diversidade e cultura

Iúry Fagundes da Silva

iuryfagundes9@gmail.com

Mestrando em Educação – UERJ/RJ

Matheus Modesto de Azevedo

matheusmodestodeazevedo@hotmail.com

Professor do Ens. Fundamental I - Secretaria Municipal de Educação de Miracema – RJ

Esse trabalho tem como ponto de partida, olhares e escutas em um caso de enfrentamento a uma criança dita disléxica na sala de aula do ensino regular de uma rede privada, a partir desse objeto junto a uma bibliografia crítica em relação a temática produzimos questionamentos ante a transformação qualitativa de uma criança em seu processo educacional. Tiosso (1989) e Corsini (1998) trazem para a discussão o aumento considerável de queixas e encaminhamentos para núcleos de atendimento especializados tendo a dificuldade de aprendizagem como justificativa. Por outro lado, Brenelli (2014) destaca que grande parte desses encaminhamentos não caracterizam nenhum distúrbio de aprendizagem. Nesse sentido, Patto (1996, 1999) nos elucida quanto a questão histórica e paradigmática na qual se inscreve a engenharia desse processo, e aprofundando essa questão, abre-se levantar contradições presentes nos discussos em relação ao fracasso escolar. Os processos de subjetivação, enquanto lugares que produzem verdades (Larrosa, 2002) a partir de vozes legitimadoras, reduzem os sujeitos por meio de rótulos e estigmas. A docência e a medicina aliadas abrem caminhos para o acontecimento supracitado (Machado, 2013), aprofundando pela medicalização da aprendizagem, um modelo que se julga reajustar o que se apresenta fora dos moldes que se deseja de aprender ou comportar (Moysés, 2001, 2008). Esse ensaio desenha-se como um Estudo de Caso (Goode e Hatt, 1973), por nos auxiliar na disposição dos dados e na organização das informações, bem como sendo capaz de guardar seu caráter unitário. A interpretação desse, parte da situação de enfrentamento com a complexidade do objeto estudado em diálogo com o Sentido da

Docência (Rodrigues, 2013), que eleva a responsabilidade docente destacando a dimensão pedagógica no contexto da sala de aula. A desconstrução de processos de subjetivação que pretende a substituição de um olhar clínico pela possibilidade de encontro compreendendo a aprendizagem como plural e processual, considera os tempos, modos, espaços e a constituição dos sujeitos como dotados de direitos, dignidade e vida. O apelo da indústria farmacêutica em extensão nas últimas décadas pela medicalização de crianças em idade escolar, adjetivadas por suas singularidades travam nesse ensaio um lócus de questionamento diante de bases frágeis e até mesmo duvidosas, mas com interesses muito bem demarcadas. Como resultados, consideramos a necessária e urgente transformação do espaço escolar em um espaço fundamentalmente pedagógico, não clínico e/ou patológico, de modo que, a diferença na escola produza uma nova escola, com a emergência de outras metodologias, como as propositadas nesse caso, bem como a composição de uma rede de auxílio afim de não entender o diagnóstico como dado, mas como possibilidade de transformar o sujeito em capaz. A mediação escolar como um mecanismo potente de viabilizar os processos de ensino aprendizagem logrou inúmeros benefícios nesse caminho, assumindo um papel de responsabilidade junto ao docente regente da sala de aula, bem como a orientação e gestão pedagógica.

Palavras-chaves: infância, medicalização, sentido da docência.

A IMPORTÂNCIA DO IMAGINÁRIO PARA A EDUCAÇÃO

3) Diversidade e cultura

Aline Assis Augusto - UFJF

Williana Freitas de Oliveria - UFJF

alineaugusto89@gmail.com

willianafoliveira@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho constitui-se como um desdobramento das investigações científicas iniciadas durante o curso de Mestrado, na Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Trata-se de uma pesquisa qualitativa centrada na análise de livros e artigos que discorrem sobre a temática do imaginário e educação. Destarte o objetivo central é apresentar a Pedagogia simbólica como uma possibilidade de releitura do fazer pedagógico. Nessa concepção apresenta-se a partir de teóricos como Durand (1998), Peres; Kurek, (2008) Teixeira (2006), Pitta (2017) a conceituação de imaginário e como a escola seria organizada através de uma proposta que busque trabalhar a razão e também o lado afetivo. Esta pesquisa surge devido à necessidade de a escola valorizar o discente como um ser em sua completude, ou seja, inserir no espaço escolar, as vivências que contemplem a dimensão simbólica, abrindo o espaço para aflorar as novas mediações, pois, os binarismos bom ou mau esgotam a efervescência de novos olhares e aprendizagens. A diversidade existente no Brasil perpassa o cenário educacional, sendo necessário, ampliar a discussão e inserir a dimensão poética da vida, para que o saber não seja visto apenas sob o prisma cientificamente comprovado, por isso, consideramos este estudo de extrema relevância, haja vista, que todos os envolvidos nos diversos processos educativos precisam repensar constantemente as práticas pedagógicas, de modo à não continuar adotando modelos excludentes ou que desconsiderem o aluno enquanto ser dotado de emoções. Nesta proposta, as noções de tempo, do currículo, de apropriação do saber são analisadas sob outra ótica, que não está alicerçada apenas na transmissão do conhecimento, mas, sobretudo, no modo em que o aluno apreende o saber, sendo assim, o professor amplia o seu olhar, e organiza o espaço escolar de modo a incentivar o desenvolvimento da afetividade, e da percepção dos alunos na relação professor/aluno, aluno/contexto escolar e social e entre os demais funcionários. A escola

é vista como uma mediadora e acolhe o aluno em sua totalidade, considerando que é um animal racional e simbólico, assim, instauram-se a razão e a sensibilidade, propondo atividades que incentivam o desenvolvimento do imaginário e experiências que privilegiam a emoção e o sonho. Portanto, com esse trabalho concluímos que é possível estimular o imaginário na escola e no aluno, colaborando para a formação de pessoas mais sensíveis, críticas e conscientes de que é viável e preciso se colocar no lugar do outro. Principalmente, diante do cenário político atual de cortes e desvalorização da educação em nosso país.

Palavras-chave: educação, imaginário, práticas educativas

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR – UMA PROPOSTA INVESTIGATIVA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Área temática: Diversidade e Cultura

Gabriel Pigozzo Tanus Cherp Martins

gptcm84@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Pensar a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior é algo que me faz revolver minha caminhada profissional e acadêmica e também pensar como posso contribuir para esse movimento dentro da instituição que agora me abriga. A inclusão me faz refletir e ansiar por um espaço que acolha as diferenças, que conviva com culturas, posturas, concepções, visões, desejos, identidades, línguas e o que mais de singular cada um de nós trazemos em nossa(s) subjetividade(s). É a partir dessa ânsia e desse movimento de refletir sobre esse espaço que parte meu desejo de investigar aquilo que hoje, não só me afeta, mas afeta a Universidade como um todo. A magnitude social e científica em se pesquisar a inclusão das pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES), tem como um de seus objetivos o de romper com estigmas e marcas construídas social e historicamente em que associam a incapacidade, a improdutividade e o demérito à pessoa com deficiência. Cahini (2016) aponta que essa inclusão não é uma “concessão de privilégios, mas sim a promoção de uma equiparação de oportunidades [...] objetivando o desenvolvimento de suas potencialidades”.

Nesta perspectiva podemos apontar duas questões: a primeira se refere ao papel da Universidade Federal de Juiz de Fora frente ao ingresso das pessoas com deficiências e a segunda é identificar qual o papel docente em relação a esse público. Como procedimento metodológico, pretendo inicialmente buscar junto a Pró Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE), a Pró Reitoria de Graduação (PROGRAD) e ao recentemente criado Núcleo de Apoio a Inclusão (NAI) os dados referentes ao quantitativo de alunos com deficiência. A partir desses dados iniciais buscarei identificar quais as deficiências e quais os cursos estes alunos estão regularmente matriculados. Num segundo momento enviarei uma carta convite para cada aluno, via email e/ou SIGA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica) e/ou carta convencional, com intuito de ouvi-los, conhecer sua realidade, especificidades, demandas e as inúmeras percepções sobre o espaço acadêmico (*momentos de conversa*). A ênfase da pesquisa está na

participação e contribuição de cada um durante o processo de investigação, para que juntos consigamos encontrar possíveis novos caminhos para a inclusão dos discentes com deficiência. A educação superior tem como uma de suas várias finalidades a formação e capacitação de profissionais para atuar em diferentes áreas, além da estimulação cultural, científica e do conhecimento, sendo assim, diante do exposto, acredito na relevância do processo investigativo das práticas inclusivas e de seus atores na Universidade Federal de Juiz de Fora.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão no Ensino Superior; Acessibilidade; Políticas Inclusivas; Ações inclusivas

REFERÊNCIAS:

CAHINI, Telma Helena Costa. **O Percorso da Inclusão da Pessoa com Deficiência na Educação Superior**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.

A PESSOA COM AUTISMO: SEXUALIDADE SILENCIADA

Eixo: Diversidade e Cultura

Autor: Gabriel de Moraes Nery – gabrielmoraesnery@gmail.com

Coautora: Angélica de Oliveira Caçador Lisboa - angelicaoliveiracl@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Este trabalho visa discorrer a respeito da sexualidade do indivíduo com transtorno do espectro autista em diversos aspectos: como ela se manifesta, como afeta suas relações intra e interpessoais, como é, ou não, discutida nos espaços de educação, como o assunto é tratado em sua estrutura familiar. Lidando com um assunto considerado por muitos um tabu, a sexualidade no geral ainda é motivo de discussões complexas e que deveriam ser tratadas com muita naturalidade. Quando trazemos o assunto para o campo do sujeito autista, os preconceitos aumentam: a sexualidade e suas nuances são negadas a pessoas com deficiência, sendo um assunto evitado por pais e pela família – muitas vezes são os genitores que mais infantilizam e superprotegem os filhos com TEA. Porém, é inegável que a biologia fala mais alto, e como qualquer indivíduo neurotípico, o autista também vivenciará a sexualidade desde a infância até a fase adulta: Não existe escolha quanto a fases da vida, e é uma violação moral negar o direito da vivência da sexualidade e suas relações. Além dos aspectos sociais, existem as dificuldades internas ao sujeito autista: as dificuldades em comunicação, em perceber subjetividades na fala como metáforas e figuras de linguagem, o contato visual e no caráter gestual. Ou seja, é necessário levar em conta que mesmo com seus prejuízos sociais, o autista possui desejos sexuais e deve ter a chance de vivê-los. A sexualidade abarca relações amorosas e sentimentos como paixões e atrações físicas e psicológicas, e é fundamental que o indivíduo com TEA possa viver sua afetividade em plenitude. A metodologia partiu de um compilado de artigos e trabalhos acadêmicos relacionados à sexualidade da pessoa com deficiência, assim como suas implicações sociais e culturais. Também foi utilizado como material empírico diversos relatos em vídeo disponibilizados na internet – relatos feitos por autistas, pedagogos e sexólogos – o que foi fundamental para a validação dessa discussão.

Palavras chave: Pessoa com autismo. Sexualidade. Educação. Família.

ADOECIMENTO DISCENTE E SUAS IMPLICAÇÕES NO RENDIMENTO ACADÊMICO

Área temática: Diversidade e Cultura

Ana Carolina Brunoni Santos
Raquel Rinco Dutra Pereira
Ruthmary Fernanda de Souza Fernandes
carolbrunoni.s@gmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora
Grupo Acolhe/ NEPED/FACED/UFJF

PROPP/UFJF

O adoecimento discente tem sido assunto amplamente discutido nos debates acadêmicos contemporâneos como apontam Gonçalves e col. (2015), Accorsi (2015), Andrade e col. (2016), Silva e Silva (2018) e assunto também de grande preocupação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PROAE. A PROAE é parte integrante da estrutura da Universidade Federal de Juiz de Fora que visa formular, implantar e acompanhar políticas de assistência estudantil, além de possibilitar um respaldo psicopedagógico aos alunos.

No âmbito do respaldo psicopedagógico desenvolvido pela PROAE há a aplicação de um questionário, ao final de cada semestre, que tem, dentre os seus objetivos, identificar as possíveis causas do baixo rendimento acadêmico.

Importante esclarecer que o questionário é respondido por alunos assistidos pela PROAE e que tem o rendimento acadêmico abaixo de 60% dos créditos (referentes a disciplinas) nos quais o estudante estava matriculado no semestre avaliado.

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma investigação em torno de alguns dados registrados pela PROAE nos questionários aplicados aos estudantes da UFJF, no segundo semestre de 2016 e no primeiro e segundo semestres de 2017, visando identificar possíveis causas do baixo rendimento acadêmico. Ao estudar as respostas ao questionário, foram encontrados indícios de adoecimento discente, que podem ter implicações no rendimento acadêmico.

Como recurso teórico metodológico utilizamos a pesquisa qualitativa através da análise documental dos dados da PROAE e de uma revisão bibliográfica.

Numa análise dos questionários foi possível perceber indícios de fatores relacionados a promotores de estresse e que estariam intrinsicamente ligados ao adoecimento e baixo rendimento acadêmico, tais fatores em sua maioria se apresentam relacionados a vida privada (dificuldades financeiras e problemas com a família), e a vida acadêmica (inflexibilidade de professores, carga horária excessiva e incompatibilidade de horários para o acesso a atividades extracurriculares), o que vem ocasionando um aumento de quadros de esgotamento, cansaço, ansiedade e depressão entre os estudantes. A partir dos dados foi possível a construção de categorias de análises que possibilitaram levantar hipóteses para o baixo rendimento acadêmico. Dentre as questões apontadas como justificativa para o baixo rendimento acadêmico, que envolve fatores de adoecimento destacam-se: saúde física (enxaqueca, gastrite, câncer, gestação com problemas e cirurgia no joelho); saúde mental e psicológica (ansiedade e depressão).

Esses dados tem sido base de apoio para que a PROAE possa pensar ações de acolhimento e apoio psicopedagógico aos estudantes como: Grupo Fora de Casa, Grupo De Boas, ciclo de palestras, cine PROAE, dentre outros que visam atender as diversidades dos alunos visando uma universidade inclusiva.

Palavras-chave: Adoecimento discente; rendimento acadêmico; assistência estudantil

**AMBIENTE MATEMATIZADOR PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL NO CENTRO DE ATENDIMENTOS EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO**

Modalidade: Diversidade e cultura

Marta Elaine de Oliveira
martaoliveirajf@gmail.com
Prefeitura de Juiz de Fora

O presente texto busca apresentar uma proposta educacional que visa a implementação de ambiente matematizador para o trabalho com alunos com deficiência intelectual no Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) – Oeste/Sudeste, da rede municipal de Juiz de Fora/MG. Um ambiente de aprendizagem no qual o aluno possa matematizar o local que frequenta diariamente, formulando, conjecturando hipóteses, criando e desenvolvendo modos de relacionar-se com o mundo. A grande dificuldade que a maioria de nós enfrentamos com a matemática vem atrelada ao fato de que não percebemos a finalidade de determinado conteúdo em seu ensino. Essa situação advém, para muitos casos, das experiências matemáticas vivenciada em sala de aula ser calcada em atitudes, em procedimentos e em métodos que reforçam a crença, errônea, de que a matemática é só para “gênios” e por vezes distantes de nosso cotidiano. Nesse contexto, a matemática em muitos momentos não se encontra acessível a todos. Essa situação se agrava a alunos com deficiência intelectual. Um ensino de matemática pautado em abstrações e em sequência de conteúdos matemáticos aquém da realidade dos alunos, limita ainda mais as experiências de alunos com DI. Em outras palavras, um ensino de matemática distante de práticas diárias vem apresentando-se como barreiras para alunos de um modo geral, mas principalmente, a alunos com DI. Um aluno com DI apresenta dificuldades significativas no que se refere as experiências de efetuar as construções lógicas. Sendo assim, uma prática escolar que se distancia de suas vivências rotineiras aumenta, ainda mais, essa barreira na aprendizagem. Baseando-se nos trabalhos Skovsmose (2000), Lorenzato (2006) e (2008), buscaremos apresentar a proposta de criação de um ambiente matematizador, no qual os alunos possam perceber as práticas matemáticas do nosso dia a dia. Além disso, procuraremos descrever, por meio da utilização desses ambientes matematizadores, possíveis respostas a pergunta, quais atividades os professores podem desenvolver para favorecer a compreensão do conceito número em alunos com deficiência intelectual? Para tanto, delinea-se um breve histórico

da implementação Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e dos CAEE, no estabelecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Juiz de Fora. Esse atendimento é realizado, preferencialmente, nas escolas em espaços denominados, caracterizando o serviço e sua abrangência. Além disso, são abordados aspectos do ensino da matemática bem como as noções matemáticas para a construção do conceito de número da criança com deficiência intelectual. Com esse trabalho espera-se que as ações sobre o ambiente matematizador envolvam-se em um saber matemático e em um saber sobre os processos de construção do número pelo educando, compreendendo a importância das relações favorecidas pela ação do professor. Enfatiza-se a necessidade de trocas constantes de práticas dos professores de AEE, assim como dos demais professores, para organizar os processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos público-alvo do AEE.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Ambiente matematizador. Professor

AUTISMO NA ESCOLA: UM ESTUDO DE CASO DA RELAÇÃO FAMÍLIA, ESCOLA E CRIANÇA ATÍPICA

Área temática: Diversidade e cultura

Jamile Monteiro Pereira – jamilemontperfdj@gmail.com – UFJF

Prof.^a Elita Betania de Andrade Martins – elita.martins@ufjf.edu.br – UFJF

O interesse pelo tema inclusão passou a ser alvo dos meus estudos, como graduanda em história, ao perceber a necessidade e urgência em se aprender sobre o assunto, afinal nos formaremos professores (a) e nas salas de aulas, encontraremos diversas realidades, para as quais deveremos estar preparados no sentido de concretizar o direito de todos a educação, assegurado pela Constituição e pela própria LDB. Nesse momento de busca por estudar o tema durante a graduação, iniciei a participação no Projeto de Extensão “Alunos com TEA como desencadeadores de processos formativos e inovação pedagógica”, o objetivo de tal projeto é identificar barreiras ao processo de inclusão e elaborar estratégias para garantir ensino de qualidade para todos, especialmente aos alunos com transtorno do espectro autista (TEA). Um dos aspectos discutidos dentro do projeto é a relação escola, família e aluno com TEA, tema eleito para ser tratado no presente texto. Tal assunto tem relevância acadêmica, principalmente quando consideramos o desafio de fortalecer a proposta de inclusão, envolver a maior quantidade de pessoas na discussão sobre o tema, para que inicialmente, seja possível compreender melhor o TEA, aprendendo e discutindo formas de organização do processo escolar e forma a garantir que esses alunos com TEA não estejam apenas matriculados nas escolas regulares, mas que possam contar de fato com um espaço-momento de aprendizagem. Em nossos estudos, o Plano de Desenvolvimento Individual tem se mostrado um importante instrumento para a construção de uma proposta pedagógica mais adequada as necessidades e potencialidades destes alunos. Para a construção de tal instrumento é fundamental a colaboração da família destes alunos, por serem talvez, aqueles que melhor os conheçam. Porém é interessante indagar como essa relação família, escola e aluno com o transtorno se dá no ambiente escolar e no ambiente familiar? Tal questionamento pode se desdobrar em outros como: existe uma ajuda mútua entre pais e escolas? Na opinião dos familiares, o aluno com TEA é realmente incluído ou somente integrado no ambiente escolar? Buscando respostas para estas questões foi desenvolvido um estudo de caso, em uma escola pública de Juiz de Fora, que atende a um aluno de 6 anos, com diagnóstico de TEA. Como referencial teórico, contamos como Mantoan (2003), Borges e Nogueira

(2018) e Cunha (2012) que com suas contribuições auxiliam na compreensão das características do TEA que precisam ser consideradas quando pensamos na proposta de uma escola inclusiva, o que não pode se desenvolver sem a devida articulação família e escola. A família deve se fazer presente no ambiente escolar, para apoiar o aluno com TEA, quanto dar apoio a equipe docente e de funcionários, a escola deve se manter numa constante busca e renovação para poder sempre melhorar e garantir a todos uma boa educação e inclusiva. A relação deve ser vista como uma via de mão dupla, uma não funciona em sua completude sem a outra.

Palavras Chave: Inclusão, escola, autismo

CINEMA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA: DISCUTINDO A PARTILHA DE AFETOS NA CONTEMPORANEIDADE

Área temática: Diversidade e cultura

Sammy Hadassa Soares Itaborahy

sam.itaborahy@hotmail.com – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Mayara Moratori Peixoto

mm.peixoto@hotmail.com – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

O objetivo dessa comunicação é investigar o cinema como possibilidade de ferramenta pedagógica. O uso de mídias visuais oferece recursos para além dos comumente explorados em sala de aula, o que pode criar maior engajamento e participação dos alunos. Para o presente trabalho, busca-se compreender o tema da partilha de afetos através de dois filmes, *Pretty Woman* (1990) e *Her* (2013) – seus personagens principais apresentam aspectos instigantes relativos à forma como mulheres e homens se relacionam afetivamente, o que pode gerar discussões e aprendizados necessários à formação emocional dos indivíduos. A contemporaneidade nos faz testemunhar uma série de desencontros e dificuldades de comunicação entre o eu e o outro. São várias as formas de opressão e exclusão do “outro” em relação ao “eu” dominante – a saber, o homem cisgênero, heterossexual, rico e branco, entre outras categorias. Contudo, o futuro da educação deve apontar para uma tentativa de integração das diferenças, de forma a não mais endossar modelos retrógrados que perpetuam a lógica da exclusão da diversidade. O problema da pesquisa centra-se na seguinte pergunta: como fazer do cinema uma via de aprendizado escolar sobre os dilemas e conflitos emocionais decorrentes da opressão pautada nas questões de gênero? Visamos, aqui, uma perspectiva da educação para a democracia como apontada por Maria Vitória Benevides (1996), bem como da educação como prática da liberdade, como trabalhada por Bell Hooks (2017) em seu livro *Ensinando a transgredir*. Baseando-nos nas autoras citadas, bem como em bibliografia específica para análise fílmica e de narrativas em geral, pretendemos, através de revisão bibliográfica, apresentar uma reflexão sobre possibilidades de expandir temas transversais ao conteúdo escolar – a saber, as chamadas “políticas do sofrimento cotidiano”, como nomeadas pelo psicanalista Christian Dunker (2017), bem como as questões de gênero, a partir de Butler (2016), Rubin (2017) e Bourdieu (2014) – dentro de uma prática de letramento específica, que é

o letramento em narrativas audiovisuais. Além disso, contamos com um relato de experiência transformado em *best-seller*, o livro *Clube do filme*, de David Gimour (2009), como inspiração de uma experiência bem-sucedida de aplicação do cinema como procedimento pedagógico. Tenciona-se possibilitar que o aluno investigue estratos cada vez mais sutis de uma dada narrativa, tornando-se capaz de relacionar a ficção a aspectos de sua vida cotidiana, instrumentalizando-a, para expandir suas possibilidades de pensar de forma crítica e autônoma sobre o mundo circundante.

Palavras chave: afetos; cinema; contemporâneo; democracia; diversidade; feminismo.

CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS POR CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL A PARTIR DO JOGO BOLA NA CAÇAPA

Diversidade e cultura

Flávia Cristina dos Reis Abud Fonseca¹

Ana Paula Xavier²

Muitos são os desafios que envolvem a construção de conceitos matemáticos por crianças com Deficiência Intelectual (DI). Algumas crianças com DI podem apresentar significativo comprometimento na aquisição de habilidades matemáticas, pois em seu histórico, apresentam dificuldades em trabalhar no campo simbólico e no campo dedutivo-hipotético. Este trabalho tem como objetivo apresentar um material confeccionado para o trabalho com crianças com Deficiência intelectual em um Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE/Centro) para o auxílio da construção de conceitos matemáticos. A criança que trazemos para este relato tem 9 (nove) anos de idade, se encontra matriculada no 4º ano do Ensino Fundamental, frequenta o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e apresenta laudo de DI. No AEE buscamos fomentar a autonomia e fortalecimento da aprendizagem e para isso, nos valem do uso de variadas estratégias. Uma das estratégias a que recorreremos é a confecção de material. Na tentativa de auxiliar uma criança com DI na construção da referência número/quantidade, confeccionamos o jogo “BOLA NA CAÇAPA”³. O uso de jogos faz com que o aprendiz reflita sobre os resultados, suas atitudes e escolhas. Desta forma, permite que atuemos sobre suas tentativas, seus erros e acertos, promovendo um momento importante de avaliação da aplicabilidade do jogo escolhido e sua contribuição para o desenvolvimento do aluno. Assim como o uso e funções pensadas para cada jogo confeccionado, as regras estabelecidas também são importantes, pois a criança precisa compreendê-las e realizar o que lhe é solicitado. Neste momento, é importante que as regras sejam claras e o professor de AEE precisa ter certeza que o aluno as compreendeu. No jogo, a intenção é que a criança se comporte

¹ Mestranda em Educação/UNR, Professora de AEE/CAEE-Centro flaviafonseca7084@gmail.com

² Doutoranda em Educação/UNR, Mestre em Diversidade e Inclusão/UFF, Professora de AEE/CAEE-Centro anapaulaxavier74@gmail.com

³ A imagem do jogo se encontra ao final deste relato.

de forma autônoma possibilitando oportunidades para o desenvolvimento de habilidades, como o pensamento individualizado na busca de soluções para o problema elencado. A oferta constante de estratégias e materiais adaptados às individualidades dos alunos é fundamental na busca de minimizar as barreiras frente às reais condições de aprendizagem de crianças com DI, e é um passo importante para a concretização do direito a aprendizagem. É através do lúdico, das brincadeiras e jogos que as crianças desenvolvem fatores importantes como o desenvolvimento cognitivo, motor, social e afetivo, além de estimular a imaginação, criatividade, autonomia, atenção, concentração, desenvolvimento da linguagem e organização do pensamento. O AEE tem como premissa a eliminação das barreiras que impedem ou dificultam o aprendizado de crianças que são público alvo da Educação Especial e, desta maneira, é seu papel facilitar os processos de aprendizagem, tomando os jogos e brincadeiras como suporte e transformando-os em importantes elementos constitutivos do aprender e do desenvolvimento do aprendente.

Palavras-chave: Matemática, Jogo, Deficiência Intelectual e Atendimento Educacional Especializado.

Anexo:



DÁ UM LIKE! IDENTIDADES DE GÊNERO EM VÍDEO

Diversidade e cultura

Michele Priscila Gonçalves dos Santos

michele_pgs@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF)

A temática que envolve as relações de gênero e sexualidade está vinculada com a construção do sujeito. Entendo gênero e sexualidade como construções sociais, culturais e históricas (LOURO, 2010), assim “as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural” (ibid, p.12). Estudar as construções dessas identidades é relevante para pensarmos como nos tornamos o que somos, que corpos e que atitudes são valorizadas ou recriminadas na sociedade. Para esse estudo me embaso na perspectiva Pós-estruturalista, principalmente nos Estudos Culturais e Estudos de Gênero que refletem sobre a relevância do âmbito cultural na constituição dos sujeitos.

Segundo Guacira Louro (2008, p.75), “os sujeitos vêm sendo indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideais da cultura”. Esses padrões são constantemente reafirmados por diversos artefatos culturais que estão presentes na sociedade como espaços educativos: televisão, cinema, músicas, livros, revistas... aparatos que “produzem valores e saberes; regulam condutas e modos de ser; fabricam identidades e representações” (SABAT, 2001, p.9). Diante da relevância desses artefatos na educação e constituição dos sujeitos, considero importante problematizar como as questões de gênero circulam nesse meio. Para isso, escolhi o vídeo “É homem, ou é mulher (sem trans no vídeo)” (NETO, 2018) de um youtuber bastante popular nas redes sociais, o Felipe Neto.

O presente texto é produto de análise preliminar referente à minha pesquisa de mestrado em andamento. Seu objetivo é discutir como as representações de masculino e feminino buscam enquadrar as pessoas em determinadas identidades. Essa discussão parte de um vídeo no qual Felipe Neto é desafiado pela produção (e desafia os/as espectadores/as) a classificar como homem ou mulher as pessoas apresentadas em fotografias pré-selecionadas. Durante o desafio, o youtuber classifica as pessoas e

ressalta fatores que direcionam sua escolha. Porém, ao longo do vídeo, é possível perceber que esse enquadramento baseado em características físicas, algumas vezes, é incoerente com as identidades assumidas pelas pessoas. A partir disso, busco problematizar a construção de identidades de gênero considerando seu caráter cultural, discursivo e relacional baseando-nos em autores como Guacira Louro, Tomaz Tadeu a Silva, Richard Miskolci, Stuart Hall e Michel Foucault. Além disso, pretendo discutir a potencialidade do artefato vídeo de youtubers na problematização das questões de identidades de gênero e orientação sexual.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; sexualidade; identidade; youtuber; artefato cultural.

REFERÊNCIAS:

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **Um corpo estranho - Ensaio sobre sexualidade e teoria Queer**. 1 ed.; 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

NETO, Felipe. **É homem ou mulher? (sem trans no vídeo)**. 2018 (15m34s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0VrMh6ce3U0&t=6s>> Acesso em: 20 de maio de 2019.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 9, jan. 2001. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100002>>. Acesso em: 02 jun. 2019. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100002>.

DE MÃOS DADAS: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR

Área Temática: Diversidade e Cultura

Alexa Costa de Freitas Alexandre – Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora.

alexaaalexandre@ymail.com

Ana Karina Martins - Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora.

anakarinamartins@rocktemail.com

Silvania de Souza Andrade - Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora.

Universidade Federal de Juiz de Fora

silvaniandrade2@hotmail.com

RESUMO

Este relato de experiência apresenta uma atividade interdisciplinar realizada com os alunos da Jornada Ampliada, na Escola Professor Oswaldo Velloso, da rede municipal de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, no ano de 2018. O projeto atende crianças de 8 a 11 anos no contraturno das aulas.

A proposta inicial era desenvolver um trabalho envolvendo literatura e dança, levando em consideração a importância de promover a literatura em todo contexto escolar, não somente nas aulas de Língua Portuguesa. Esse tema seria desenvolvido pelos professores de dança e apresentado em um evento realizado pela Secretaria Municipal de Educação, denominado “Dança no Calçadão”.

A princípio o trabalho envolveria somente as aulas de dança, mas através do envolvimento dos outros professores nos ensaios, o trabalho foi tomando contornos interdisciplinares. Os alunos fizeram pesquisas sobre o autor Lázaro Ramos, trazendo para as aulas trechos de seus livros que acharam interessantes. Temas como racismo, preconceito, violência e etnia foram discutidos. Esse trabalho envolveu pesquisas realizadas pelos alunos com as famílias sobre relatos de preconceitos e também relatos dos próprios alunos a respeito do tema. Essas discussões e depoimentos proporcionaram a criação de novos movimentos para a dança, novas propostas literárias sobre o tema e a abordagem de conceitos sobre a tradição da capoeira.

Segundo Freire (2001, p. 83), “a escola deve ser o lugar da apreensão crítica do conhecimento significativo através das relações dialógicas, estimulando o aluno a perguntar, criticar e a criar”.

Todo esse processo culminou em uma riquíssima apresentação que contou com teatro, dança e capoeira. As apresentações traziam denúncias de preconceito, racismo. Além de contribuir para uma cultura de respeito e empoderamento.

A construção coletiva do projeto proporcionou não só a integração entre o trabalho dos professores, mas uma aprendizagem coletiva que envolveu os professores de dança, português, matemática, capoeira e todos os alunos que se tornaram também autores da proposta.

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2017), a educação integral deve estar comprometida com a construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens significativas e relacionadas com os desafios da sociedade contemporânea.

Os resultados foram sendo observados ao longo do processo de criação e desenvolvimento do projeto junto aos alunos que se sentiram empoderados e autores de todo trabalho criativo.

Palavras-chave: Diversidade; Interdisciplinaridade; Trabalho criativo.

Referências:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** educação é a base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DEFICIÊNCIA, INCLUSÃO E AVALIAÇÃO ASSISTIDA: UM ESTUDO DE CASO

Área Temática: Diversidade e Cultura

Ondina Francislene Aparecida Cândido. ondinacandido@hotmail.com. Faculdade Metodista Granbery

Emerson Rodrigues Duarte, emerson01duarte@gmail.com, Faculdade Metodista Granbery

RESUMO

O objetivo deste artigo foi de analisar a utilização da avaliação assistida no processo de inclusão de um aluno com deficiência intelectual, para isso, orientou-se a pesquisa através das seguintes questões: "No processo de inclusão, a avaliação assistida se faz presente? De que forma?". O tema norteador surgiu a partir da experiência e vivência dos autores sobre a atuação do profissional de Docência Compartilhada, ou seja, como o docente que atua em sala de aula com alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento na Rede Municipal de Educação da Prefeitura de Juiz de Fora, planeja e executa a avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, focou-se na perspectiva da Avaliação Assistida, definida como um processo mais dinâmico e interativo de avaliação que inclui o ensino durante o procedimento, pois se trata da utilização de uma série de estratégias durante o processo avaliativo como forma de garantir a disponibilização de ajuda necessária para que o avaliando possa apresentar o seu melhor desempenho e, ao mesmo tempo, para a obtenção de níveis crescentes de autonomia. Participaram deste estudo uma criança com deficiência física e intelectual frequente ao 3º ano do Ensino Fundamental, sua família, além da professora, coordenação e direção da escola. Utilizou-se de entrevista semiestruturada para coleta de dados que foram gravadas e transcritas na íntegra, analisadas individual e conjuntas visando captar os pontos de convergência e divergência entre os discursos de acordo com a temática pesquisada. Os discursos foram divididos em temáticas definidas à medida que foram analisados e relacionados às categorias que emergiam a partir dessa análise a partir da análise de conteúdo que tem como intento epistemológico que o entrevistado consiga dar sentido a seus atos. Os resultados indicaram que a avaliação assistida é um instrumento desconhecido pelos docentes e equipe diretiva, porém, mostrou-se que, de certa forma, essa metodologia é utilizada nos processos de avaliação do aluno com deficiência, entretanto, sem uma clara intencionalidade e sistematização. Também foi observado que diferentes fatores atrapalham e interferem o processo de avaliação dos alunos com deficiência ou outras necessidades especiais na escola, como formação profissional, infraestrutura e investimento em políticas

públicas voltadas a Educação e inclusão. Conclui-se, neste estudo de caso, que a avaliação assistida é uma metodologia desconhecida pelos docentes, mas factível de utilização frente às necessidades de compreender o processo de desenvolvimento dos alunos com deficiência física e intelectual.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência intelectual. Avaliação assistida. Inclusão. Processos de ensino e avaliação.

DOCÊNCIA COMPARTILHADA E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL.

Catarina Xavier Gonçalves Martins¹

Eixo: Diversidade e cultura

RESUMO

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa-ação sobre a Docência Compartilhada na perspectiva da inclusão de alunos com deficiência nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em uma escola municipal de Juiz de Fora. Docência compartilhada corresponde a “uma composição de partilha da reflexão e da prática pedagógica” entre os professores envolvidos no processo de inclusão. (TRAVERSINI, p.158,2009). Segundo o Dicionário Eletrônico Aurélio, compartilhar significa “ter ou tomar parte em; participar de; partilhar, usar em comum”. Docência, por sua vez, significaria “qualidade do docente, ensino do magistério”. Assim, o compartilhamento da docência se dará na partilha, de forma participativa como o outro. Para Samuel Fernández (1993), compartilhar a docência “permite a utilização flexível e eficiente do tempo do professor e se beneficia dos diferentes estilos de ensino, da colaboração entre profissionais e da utilização de alternativas de ensino”. A pesquisa em questão, de cunho interventivo, foi fruto de um projeto aplicado em uma escola pública. O nosso objetivo foi analisar os limites e as possibilidades do processo de inclusão, no sentido de garantir aprendizagem e participação a todos os alunos nessa instituição, e verificar como os professores de docência compartilhada têm contribuído para oferecer condições de participação e acessibilidade curricular aos alunos com deficiência. Utilizamos como recurso metodológico, aplicação de questionários junto a dez professores de docência compartilhada e entrevista com cinco pais de alunos com deficiência, para de modo exploratório, verificar como tem ocorrido o processo de inclusão na escola. Nosso referencial foi constituído a partir dos seguintes autores: Otto Beyer (2013); Mantoan (2009); Edler Carvalho (2002); Vygotsky (2007). Após a coleta de dados, promovemos junto aos professores, formação continuada com estudo de textos que abordam a temática. Os resultados da pesquisa apontaram que, a reflexão da teoria/prática

1

Coordenadora pedagógica na E.M. Cosette de Alencar e professora da rede Municipal de JF, Pós-graduada em Coordenação Pedagógica pela Escola de Gestores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestre em Literatura Brasileira e Pedagoga pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES) martins.catarina@yahoo.com.br

favoreceu o trabalho colaborativo em sala de aula. A inclusão de alunos com deficiência na escola tem possibilitado mudanças na cultura institucional e nas práticas pedagógicas possibilitando a convivência com as diferenças, o que tem proporcionado aprendizagens significativas e ampliado os conhecimentos de todos os sujeitos envolvidos nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Coordenação Pedagógica. Docência Compartilhada. Inclusão. Deficiência.

EDUCAÇÃO (INTER) CULTURAL: O LUGAR DO LIVRO DIDÁTICO NO CONTEXTO DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Diversidade e Cultura

Lucila Carneiro Guadalupe

luguadalupe@yahoo.com.br

UFJF

Este trabalho é um recorte de nossa pesquisa de doutorado direcionada à análise do tratamento dos gêneros discursivos como mediadores (inter) culturais no livro didático de Espanhol / Língua Estrangeira (E/LE). Nossos objetivos ancoram-se na perspectiva de um ensino de línguas que priorize o diálogo entre culturas, ressaltando-se, desta maneira, a importância em promover uma maior aproximação entre os países da América Latina. Dessa forma, a pesquisa se propõe a verificar a abordagem intercultural apresentada pelo livro didático destinado à aprendizagem de E/LE, por alunos da educação básica, no Ensino Médio. Ao utilizar o livro didático como objeto de estudo, a análise considerou a forma como os gêneros discursivos representam as questões interculturais, e como o livro didático articula suas propostas às orientações dos documentos oficiais no que tange o tema da interculturalidade. Neste sentido, defende-se a adoção de uma perspectiva intercultural (MENDES, 2012; PARAQUETT, 2012, 2014) para o ensino de línguas, que tome a noção de gênero como eixo norteador. No que diz respeito aos gêneros, tomamos como referência a perspectiva dialógica (BAKHTIN, 1979/2010). Tendo como parâmetros as políticas relativas ao ensino de línguas estrangeiras e por entendermos que os gêneros podem ser instrumentos de ensino que contribuem para que questões sociais, históricas e culturais, em muitos casos desconsideradas no ensino de línguas, possam ser valorizadas e respeitadas, nos propomos a buscar elementos que contemplem a variedade cultural hispano-americana e promova uma interculturalidade com a cultura brasileira. A partir dos dados elencados anteriormente, apresentamos os questionamentos que motivaram esta pesquisa: Como os elementos interculturais e socioculturais são apresentados nos gêneros selecionados pelo livro didático de espanhol/língua estrangeira? Buscamos, através deste estudo, contribuir para a reflexão de professores e pesquisadores a respeito desse importante eixo temático em nossa prática pedagógica, considerando que o ensino de línguas estrangeiras através dos gêneros do discurso propicia a percepção da função social da língua como forma de atuação na sociedade contemporânea. Os resultados obtidos demonstram que o livro didático analisado considera também o conhecimento prévio e

o conhecimento de mundo do aluno como facilitadores para conduzir o seu aprendizado e levá-lo a (re) conhecer e respeitar outras culturas e, promover uma maior integração com a cultura hispano-americana, e desta forma, (re) pensar sobre os comportamentos e hábitos de sua própria realidade cultural, na tentativa de promover a interculturalidade.

Palavras-chave: Gêneros discursivos; Língua Espanhola; Interculturalidade.

EDUCAÇÃO FÍSICA E DEFICIÊNCIAS NOS PERIÓDICOS BRASILEIROS (1980 A 2017): UM OLHAR SOBRE O CONTEXTO NÃO ESCOLAR

Diversidade e cultura

Rodrigo Ribeiro Nascimento; Fernando Araujo Crescencio; Neil Franco Pereira de
Almeida

nascimento.ribeiro.rodrigo@gmail.com; fernando-a.-crescencio@hotmail.com;
neilfranco010@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Grupo de Estudos e Pesquisas Corporeidades[s], Culturas e Diferença (GPCD)

Considerando que nas últimas décadas uma série de investimentos sociais e políticos no campo da inclusão tem ocorrido e gerado estudos científicos, nossas inquietações nortearam-se em entender quais aspectos e contextos da deficiência têm gerado interesse investigativo na área da Educação Física e o que têm sido divulgado em periódicos científicos que contemplam essa área de conhecimento. Diante disso, esse estudo teve como objetivo identificar, compreender e problematizar os significados atribuídos pela produção de conhecimento em Educação Física em relação às discussões referentes à temática deficiência, entre o período de 1980 e 2017. Metodologicamente, consistiu-se em uma pesquisa de caráter bibliográfico e de abordagem quanti-qualitativa, pautada na correlação de fontes bibliográficas e documentais. As teorias críticas e pós-críticas do conhecimento nortearam as análises dos dados. A investigação estruturou-se em três etapas: uma de coletas de dados e duas correspondentes à categorização e análise do material levantado. Nos 13 periódicos investigados foram encontradas 236 publicações, sendo 155 enfocando o contexto não escolar (65,65%) e 81 o contexto escolar (34,35%). Para este estudo o foco de análise foram as publicações que enfocavam o contexto não escolar, que foram divididas em 05 categorias: Deficiência Auditiva (DA), Deficiência Física (DF), Deficiência Intelectual (DI), Deficiência Visual (DV) e Múltiplas Deficiências (MD). A história das pessoas com deficiência mostra que esses sujeitos sempre estiveram à margem da sociedade, estudos de diversas áreas confirmam que foram e ainda são apontadas como incapazes e/ou incompletas, por não se assemelharem a imagem do “homem-padrão” e conseqüentemente não atenderem o que se exige socialmente do comportamento ideal de uma pessoa. A sociedade espera comportamentos normatizados das pessoas, ações que seriam consideradas normais e obedecem a uma

norma de comportamento. Contudo, quando alguém se comporta de forma diferente, as expectativas dirigidas a ele/a são quebradas passando a ser considerado/a como um desvio, como alguém fora do padrão dessa normalidade instituída. Diante das considerações dessa pesquisa, concluímos que o maior número de publicações é referente a categoria Educação Física e DF e - não diferente das demais categorias - evidencia-se que a produção científica nessa área ainda é focada sob a necessidade de “normalizar” o homem/mulher. As pessoas devem ser conduzidas à conquistarem uma melhor performance física, seja ela no campo do esporte, da ginástica e/ou do exercício físico de forma geral. Pressupõe-se que as pessoas com deficiência devam aumentar o seu rendimento, realizar testes e avaliações para identificar possíveis falhas de desempenho físico e saná-las. Essa visão desconsidera o lado humano e aproxima as pessoas apenas do biológico e do potencial; a prática de um exercício físico e/ou do esporte é considerada na maioria dos artigos sob a ótica da eficiência.

Palavras-chaves: Deficiências; Educação Física; Revisão bibliográfica; Rendimento.

**ENSINO DE GEOGRAFIA PARA SURDOS: A EXPERIÊNCIA DO ALUNO
SURDO EM AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO
ÁREA TEMÁTICA: DIVERSIDADE E CULTURA**

Carlos Vinicius Silva dos Santos*¹

Andressa Maria da Silva*²

Segundo Vlach (1988), a Geografia escolar tinha como função: “Mostrar através de descrições, mapas com contornos do país e da observação direta do meio circundante o próprio Estado-Nação, valorizando-o e criando laços de respeito e dedicação à imagem da pátria, para que, se fosse preciso, se lutasse/guerreasse por ela. Assim, a Geografia oficializou-se nas escolas com o objetivo de formar o futuro patriota/soldado“ (p. 2684). Pensar em uma aula de geografia, assim como os demais conteúdos escolares, para uma sala de aula com alunos surdos pode ser um desafio, principalmente considerando que a maioria dos profissionais teve pouco ou nenhum acesso a libras ou a estratégias didáticas por meio da língua brasileira de sinais durante o processo de formação. Para os alunos, cria-se uma lacuna no entendimento da disciplina, visto que é a língua adequada para os surdos enquanto potenciais sujeitos críticos e reflexivos. O artigo visa trabalhar nas estratégias trabalhadas em sala de aula com o aluno surdo durante as aulas de geografia no ensino fundamental II, por um professor que não é fluente em Libras e se depara com a situação de ter um ou mais alunos surdos em sala de aula. Discutiremos aqui as problemáticas acerca da formação escolar desse aluno diante das dificuldades encontradas nos currículos educacionais. Não discutiremos aqui sinais e terminologias específicas, mas sim as estratégias, métodos e metodologias de ensino para os alunos surdos ou com surdez presentes em uma sala de aula inclusiva, realidade da maioria dos surdos estudantes da rede pública de ensino de Juiz de Fora. Utilizaremos como embasamento teórico legislações vigentes e projetos governamentais como o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (PNDPD) – Plano Viver Sem Limite, lançado por meio do decreto nº. 7.612 de 17 de novembro de 2011 que ressalta

*¹ Carlos Vinicius Silva dos Santos

carlosvinicius.ssantos2@gmail.com

Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora

*² Andressa Maria da Silva

andressa_silva@outlook.com

Mestranda em Linguística UFJF (Agência financiadora: FAPEMIG)

Professora de Libras – PJF

Professora Intérprete de Libras - SEEMG

compromissos referentes ao acesso à educação, inclusão e acessibilidade. Além disso, nos referenciaremos em leis mais específicas à Língua Brasileira de Sinais e em programas como o BNCC, PNE e PNLD. Para fins de pesquisa acrescentaremos relatos de surdos do município de Juiz de Fora com relação às aulas de geografia que tiveram no período da educação básica e suas problemáticas. Diante disso, apresentaremos os conceitos que basearam a pesquisa, como os conceitos de método, metodologia, estratégia e sala de aula inclusiva seguidos da metodologia de pesquisa, os objetivos, e por fim a conclusão, sendo que durante todo o trabalho acrescentaremos informações referentes aos relatos apresentados pelos surdos. O artigo ainda se encontra em andamento, a depender do andamento das entrevistas com os surdos e análise para construção do trabalho, sendo assim, apresentaremos os resultados até o momento.

Palavras-chave: Geografia; ensino; libras.

EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES LGBTI+ NO ENSINO SUPERIOR: APONTAMENTOS INICIAIS

Área temática: Diversidade e Cultura

Roney Polato de Castro

roneypolato@gmail.com

Marcio Henrique Scotelano Evangelista

marcio.scotelano@hotmail.com

Cláudio Orlando Gamarano Cabral

claogc@hotmail.com

Faculdade de Educação – UFJF

O trabalho tem como objetivo apresentar os dados iniciais produzidos no âmbito da pesquisa intitulada ‘Experiências de gêneros e sexualidades de estudantes no ensino superior: processos de (de)subjetivação, narrativas e experiência de si’. O foco central é a construção de narrativas de si por estudantes LGBTI+ da UFJF, entremeando elementos constitutivos de uma experiência no ensino superior. Isso implica pensar um processo que antecede a entrada na universidade – experiências familiares, religiosas, escolares – e que nesse contexto pode adquirir outros contornos, a partir de elementos que seriam próprios do ensino superior, como disciplinas, eventos, atividades de extensão e iniciação científica, participação em coletivos e movimentos estudantis, etc. Além disso, intentamos pensar em vivências que atravessam a constituição de identidades sexuais e de gêneros, como aquelas relacionadas à própria construção de sentidos sobre ser LGBTI+, que passa também pelos rituais de preconceito e violência. Portanto, o motivo principal que nos leva a realizar esta pesquisa é a necessidade de uma investigação mais qualificada sobre as experiências vividas por estudantes no contexto do ensino superior em relação às suas expressões e identidades de gênero e sexualidade, a fim de conhecê-las e, a partir delas, produzir questionamentos sobre os modos como os currículos e as dinâmicas institucionais atravessam essas experiências. O referencial teórico-metodológico que nos orienta são as perspectivas pós-críticas em educação, especialmente os estudos pós-estruturalistas e os estudos foucaultianos. O escopo da pesquisa é composto por uma metodologia que busca criar contextos de construção narrativa pelos sujeitos, tendo como estratégias (1) um questionário *on line*,

respondido por estudantes da UFJF, com questões básicas para traçarmos um perfil inicial de possíveis participantes das próximas etapas da pesquisa e para pensarmos naquilo que afeta as experiências no ensino superior e que ainda não tinha sido pensado por nós; (2) a realização de quatro grupos focais com um mesmo grupo de estudantes, onde foram discutidas temáticas relacionadas ao objetivo da pesquisa, buscando ouvir o que as/os participantes nas suas experiências e saberes. Para este trabalho, apresentaremos os dados iniciais da pesquisa, construídos com o questionário *on line*, com o qual obtivemos oitenta e duas respostas sobre dados gerais de autoidentificação (gênero, orientação sexual, raça-etnia, religião, territorialidade), curso de graduação, experiências com disciplinas, grupo de pesquisa, atividades de extensão e de pesquisa, eventos, participação em coletivos. O questionário também nos possibilitou conhecer experiências de violências e preconceitos vividas na universidade, se as/os estudantes conhecem as instâncias que podem procurar nesses casos e se conhecem ações da UFJF no combate a essas violências.

Palavras-chave: LGBTI+; ensino superior; narrativas de si; experiência; processos de subjetivação.

HEROÍNAS BRASILEIRAS NO RITMO DO CORDEL

Diversidade e Cultura

Mariele Furtado de Barros Gomes

furtadobarros@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora – Mestrado Profissional em Letras

Ana Cristina Miranda Fajardo

habela35@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestrado Profissional em Letras

O presente trabalho buscou promover o letramento literário e a ampliação de repertório por meio da identificação dos recursos linguísticos e estilísticos que contribuem para a construção rítmica e poética do gênero cordel, bem como apresentar liricamente grandes mulheres negras relevantes na construção da história brasileira. Nesse sentido, justificou-se essa abordagem devido à importância dessa literatura característica do Brasil, considerada patrimônio cultural imaterial brasileiro em 2018 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e ainda devido à temática trabalhada nos textos, uma vez que contribui para garantir o ensino da história e da cultura afro-brasileira, conforme institui a Lei 10.639/03. A partir dessa compreensão, o trabalho pretendeu contemplar essas duas perspectivas de ensino ainda pouco cultivadas em sala de aula no ensino fundamental II na escola Estadual Dr. Norberto Custódio Ferreira, em Cataguases, Minas Gerais, *lócus* do trabalho. Dessa forma, fundamentou-se o estudo em Thiollent (1985) em relação à pesquisa-ação; em Iser (1996) no tangente à ampliação de repertório; em Cosson (2016) no que se refere ao letramento literário; em Colomer (2007) no que diz respeito a criação de comunidade de leitores; em Candido (2004) no referente a um dos mais importantes direitos, o direito à literatura; e em Marinho e Pinheiro (2012) para o embasamento teórico específico do gênero literatura de cordel. Assim, observou-se um satisfatório envolvimento dos estudantes em todas as etapas do estudo, assim como na produção textual final de um livreto de cordel. Em vista disso, compreendeu-se que um trabalho sistematizado e fundamentado na construção de conhecimentos literários e da identidade cultural dos estudantes é de inegável relevância para a sala de aula atual da educação básica.

HISTÓRIAS E SUBJETIVIDADES FEMININAS NA EJA: MEMÓRIAS E NARRATIVAS SOBRE A DITADURA

Área temática: diversidade e cultura

Júlia Canella da Silva (Bolsista Proex UFJF)

juliacanella97@gmail.com

O presente texto pretende apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido no Curso de Licenciatura em História da UFJF¹. A pesquisa surge a partir de um meu interesse, e inserção pessoal enquanto pesquisadora no campo da Educação de Jovens e Adultos, e pelo reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos de pesquisa. Além disso, a pesquisa se ancora nas inquietações sobre temas sensíveis no Ensino de História, inquietações estas que se colocam a partir de questões políticas do tempo presente. Sendo assim, temos como objetivo investigar as memórias e representações que o período da Ditadura Civil-militar no Brasil, compreendido entre 1964 e 1985, imprimiu na vida de mulheres iletradas ou com pouca escolarização, que vivenciaram este período, e que hoje retornam à escola através da Educação de Jovens e Adultos. Para tanto, é pertinente questionar como a narrativa escolar se imprime em sua representação do período, visto que os sujeitos retornaram à escola na vida adulta e estavam em idade escolar durante a ditadura. Enquanto embasamento teórico-metodológico a presente pesquisa se pauta pelo tratamento da narrativa, centrada na abordagem biográfica, que busca perceber, através das histórias de vida destas mulheres enquanto contam a si mesmas, suas memórias e representações sobre a experiência social da ditadura civil-militar. Para o desenvolvimento da pesquisa serão mobilizadas narrativas orais – através da história oral – centradas nas histórias de vida de cinco mulheres com faixa etária entre 68 e 71 anos de idade, que estão cursando a EJA em diferentes etapas de escolarização. Através destas narrativas, objetivamos compreender de que forma o período de repressão política, ideológica e de liberdade se imprimiu no cotidiano dessas mulheres e como elas constroem suas percepções sobre o regime no momento presente. O trabalho com mulheres diz do processo de silenciamento ao qual estas sempre foram subjugadas em nossa

¹ Histórias e subjetividades femininas na eja: memórias e narrativas sobre a ditadura. Trabalho de conclusão de curso entregue como requisito para obtenção do título de licenciada em História pela UFJF.

sociedade, dando visibilidade e importância às suas narrativas de forma a colocá-las enquanto sujeitos ativos na história através de suas vivências. A partir da análise das entrevistas foi possível perceber a potência da utilização da memória e dos relatos orais destas mulheres enquanto fontes de pesquisa, dar a estes sujeitos a oportunidade de contar suas histórias, partilhar memórias e lembranças de sua vida, colaborar com a construção de sua autoestima, além de provocar um exercício de reflexão sobre o contexto que viveram e o espaço da escola em sua vida ontem e hoje.

Palavras-chave: Ensino de História, Narrativas de memórias, Ditadura Civil - Militar, Subjetividades femininas, Educação de Jovens e Adultos.

INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO: PROCESSOS FORMATIVOS EM CONTEXTO DE EXTENSÃO

Isadora das Graças Freitas¹

Mylene Cristina Santiago²

O projeto de extensão “Alunos com Transtorno do Espectro Autista como desencadeadores de processos formativos e inovação pedagógica”, desenvolvido na Universidade Federal de Juiz de Fora, tem como principal objetivo identificar os desafios postos no processo de inclusão e pensar possibilidades para garantir ensino de qualidade para todos os alunos, em especial aos alunos com transtorno do espectro autista (TEA). Diante das demandas apresentadas por professores da Educação Básica no que tange ao crescimento de matrículas de alunos com TEA e, simultaneamente as barreiras enfrentadas para promover e garantir a participação e aprendizagem desses alunos no contexto da turma, temos buscado estudar e compreender estratégias de acessibilidade curricular que possibilite a inclusão de todos e a garantia do direito à educação. Dessa forma, para qualificar o desenvolvimento do projeto, produzimos um processo de formação a partir de um grupo de estudos sobre a temática inclusão, cujos participantes são professoras da Educação Básica e do Ensino Superior do município de Juiz de Fora/MG e estudantes de cursos de licenciatura (Pedagogia, História, Geografia), Arquitetura e Serviço Social da UFJF, visando construir de forma coletiva novos conhecimentos e possíveis estratégias de intervenção e inovação pedagógica, em busca de condições que propicie a acessibilidade curricular. O grupo se estrutura a partir de reuniões e planejamentos, além do estudo de artigos e livros que servem de sustentação para as práticas realizadas pelo grupo e para a criação de planos de intervenção. Temos realizado grupo de estudo do livro “O aluno com autismo na escola”, organizado por Adriana Araújo Pereira Borges e Maria Luísa Magalhães Nogueira, que aborda possibilidades e dificuldades de aprendizagem dos alunos, em especial aos alunos com TEA e busca instruir atores que participam do movimento atual da Educação Inclusiva, principalmente os pais e educadores. Assim, ao realizar o estudo desse livro, muitas questões e reflexões têm sido levantadas pelos envolvidos no projeto, acerca das temáticas sobre inclusão, autismo, bidocência, adaptação curricular, tecnologia assistiva, desenho universal, etc. Além disso, o relato de experiências dos profissionais e dos bolsistas a partir do acompanhamento acadêmico com os alunos com

¹ isadoragf1033@gmail.com. UFJF. Pró-reitoria de extensão.

² Mylenesantiago87@gmail.com. UFJF. Pró-reitoria de extensão.

TEA nas escolas, tem possibilitado que esse processo formativo se torne cada vez mais rico e pertinente, uma vez que a observação do ambiente escolar, do processo de aprendizagem desses alunos e da própria convivência com os mesmos, propicia o desenvolvimento de estratégias e táticas que visem garantir o processo da Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão em educação. Extensão universitária. Processos formativos.

INFÂNCIA CIGANA: UMA RELAÇÃO DE MULTIPLICIDADE E DIFERENÇA

Área temática: Diversidade e Cultura

Apolônia de J. Ferreira Silva¹

Gláucia Siqueira Marcondes²

Resumo:

Este trabalho busca compreender e problematizar as diversas maneiras para se pensar o período da vida entendido como infância, atentando-se em especial a infância cigana. Buscamos problematizar o pensamento que associa a infância a um tempo cronológico, relacionando-a, unicamente, a uma fase da vida que vai do nascimento até os onze anos de idade. Concordamos com Clarice Cohn que “[...] o que é ser criança, ou quando acaba a infância, pode ser pensado de maneira muito diversa em diferentes contextos socioculturais” (COHN, 2005a, p. 2). Algumas experiências de campo, vivenciadas em uma comunidade cigana, nos ajudaram a pensar essas questões, e também a estabelecermos um diálogo com autores(as) como: Antonella Tassinari (2007), Aracy Lopes e Ângela Nunes (2002), Camila Codonho (2007), Clarice Cohn (2005), Edilma do Nascimento Monteiro (2015), Irene Rizzini (1995), Maria de Lourdes Santana (1983), Philippe Ariès (1981), Rodrigo Corrêa Teixeira (2008), entre outros/a que se aproximam da perspectiva pós-estruturalista e dos estudos foucaultianos. As meninas ciganas da comunidade pesquisada costumam abandonar a escola por volta de 10 e 11 anos para se casarem. O que para muitos/as seria um absurdo e até pedofilia, para outros/as é vivenciado sem problemas. Assim, buscamos problematizar a naturalização do pensamento e as verdades enraizadas, de modo a perceber que a constituição da infância não está isenta das relações de forças e poder. Compreendemos que a busca pelo entendimento de como as questões referentes à infância vêm sendo tratadas em meio à comunidade cigana surge como uma potencialidade para se pensar os processos formativos que os/as constituem como sujeitos. É importante ressaltar que estamos entendemos a educação no sentido mais amplo, em que os conhecimentos e saberes

¹Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. apoloniasilva13@gmail.com.

² Mestranda em Doutorado em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. glauciamarianinho@hotmail.com.

vinculados na cultura cigana exercem influência no modo das meninas ciganas se constituírem. Nesse sentido, a escola não é o único lugar em que esses processos formativos acontecem. Nessa perspectiva, considerando que os distintos grupos sociais são marcados por relações de saber/poder³ em que regras e valores são culturalmente legitimados como verdades, talvez seja possível pensar que a infância cigana não se apresenta de maneira única, fixa, tampouco imutável, entendendo-a apenas enquanto uma categoria meramente homogênea e universal. Posto isso, este trabalho entende que pesquisar a infância cigana não se resume apenas em reproduzir essencialismos e estereótipos, mas compreender a riqueza presente nesta comunidade, capaz de demarcar diferenças e multiplicidades.

Palavras- chaves: Infância. Ciganos/as. Educação.

³ Michel Foucault, ao analisar instituições que retiram os indivíduos do espaço familiar ou social mais amplo e os internam, durante um determinado período, para moldar suas condutas, formatar seus pensamentos e disciplinar seus comportamentos, afirma que saber e poder se implicam mutuamente, onde, para ele, não há poder sem que se tenha estabelecido um saber, como também, o saber constitui relações de poder.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA, ESCOLA E SOCIEDADE

Área Temática: Diversidade e Cultura

Leandra Jacinto Pereira - FUNIBER
tutoraleandra@yahoo.com.br

Andressa Rocha Mauro- UERJ
andjr37@gmail.com

Mirella da Silva Rodrigues – UERJ
mirellar@live.com

RESUMO:

Esta investigação tem como tema o cotidiano escolar de alunos adeptos de religiões de matriz africana e/ou afrobrasileira em tempos de intolerância religiosa. Para Placeres (2017, p. 122-141) a intolerância religiosa é caracterizada pela não aceitação da religião ou crença de outra pessoa expressa mediante críticas em âmbito público ou privado, piadas, agressões verbais e físicas, ataques aos locais de culto e, por fim, assassinatos. Tais fatos adentram as escolas estabelecendo relações excludentes e marcadas pelo racismo institucional. O objetivo geral da investigação é analisar vivências de alunos adeptos às religiões de matriz africana em tempos de intolerância, a partir do seguinte problema central: os alunos adeptos de religiões de matriz africana e/ou afrobrasileira sofrem intolerância religiosa dentro da escola? Justifica-se a presente investigação, muito embora não se apresente como uma novidade, mas que vem recebendo maior atenção das comunidades escolares, tendo em vista as ondas crescentes de crimes com natureza religiosa que se apresentam nos últimos anos no Brasil. O referencial teórico do estudo está apoiado em autores como: Placeres (2017), Ribeiro (2017), Marques (2017), Lei nº 9.459/1997, dentre outros. Essa investigação foi iniciada em março de 2018 utilizando como referencial metodológico a abordagem qualitativa de Estudo de Casos. O campo de pesquisa foi o C.E. Moacyr Padilha -Três Rios – RJ e como sujeitos foram selecionados alunos adeptos de religiões de matriz africana e/ou afrobrasileira dentre os 365 alunos que compõem o corpo discente do Ensino Médio. A coleta de dados foi feita através de observações, entrevistas semiestruturadas e análise documental. A análise de dados se baseou na análise de conteúdo que de acordo com

Minayo (2014, 1103-1112) visa verificar hipóteses e ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto. Como resultado é possível afirmar que neste contexto escolar os sujeitos adeptos a religião de matriz africana e/ou afro-brasileiras sofrem com o preconceito e intolerância. Conclui-se que tal intolerância é uma ação decorrente da miscigenação cultural imposta no Brasil desde a época da colonização. Dentro das escolas, a intolerância religiosa é a quarta maior causa de agressões entre os alunos. Ainda assim, dados da pesquisa apontam que 75% dos alunos entrevistados em algum momento de suas vidas já sofreram intolerância religiosa em instituições de ensino, lugar que deveriam se sentir seguros e protegidos contra a violência social. Evidencia-se que a hipótese levantada é verdadeira e que tal metodologia supriu as expectativas almejadas. A intolerância religiosa está estritamente ligada ao ato de racismo, sendo cabível ao ambiente educacional analisar e promover reflexões sobre ensinamentos que tenham como objetivo-mor o respeito pelo próximo. A escola deve desenvolver estratégias de ações educativas para enfrentar o preconceito fazendo com que essas ações sejam replicadas na sociedade.

Palavras-chaves: intolerância religiosa, racismo, escola, sociedade.

LÍNGUA DE HERANÇA: EXPERIÊNCIAS LINGUÍSTICAS E IDENTIDADE CULTURAL

Área Temática: Diversidade E Cultura

Denise Barros Weiss – denisebarros150@gmail.com

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora adjunta no departamento de Letras, atuante na área de estudos linguísticos sobre o ensino de português para estrangeiros.

Maíra Candian – maira.candian@gmail.com

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

Mestranda do curso de Pós-graduação em Linguística.

Resumo: Embora a migração seja uma condição recorrente ao longo de toda a trajetória humana, o estudo sistemático dessa situação de contato linguístico é bastante recente. Segundo Edleise Mendes (2014), quando se estava no início desse tipo de prática docente, por não haver materiais direcionados ao ensino de Português como Língua de Herança (PHL), por exemplo, e devido à demanda urgente, faltou uma análise teórica apropriada. Desse modo, a prática docente de Língua de Herança (LH), que possui peculiaridades de ensino-aprendizado, necessita de reflexão teórica para ser desenvolvida. Temos como objetivo, nesse trabalho, apresentar as repercussões pedagógicas para as famílias e para os professores de falantes de línguas de herança, com base nas análises que constataram que falantes de português brasileiro como língua de herança, ao retomarem os estudos da língua na fase adulta, produzem elementos fonéticos/fonológicos relacionados à variante dialetal da região de origem dos pais, que foram aprendidos na primeira infância. Para isso, utilizamos da seguinte base teórica: Cummins (1983), o primeiro a abordar o conceito de Língua de Herança (LH), Mendes (2014), professora e pesquisadora de ensino de Português como Língua de Herança (PHL) no Brasil, Izquierdo et al (2013) e Xavier (2013), estudiosos de aspectos de formação da memória humana. Também nos baseamos em Fonseca, Weiss e Dutra (2018), e Weiss e Dutra (2019), que observaram os indícios da atuação da memória fonológica no registro da fonética das línguas aprendidas na primeira infância; em Gontijo e Silva (2016) e em Souza (2016), que estudam o ensino de Português como Língua de Herança em contextos de diáspora. O aprendiz que também é falante de herança tem capacidades linguísticas, como a produção fonética, que devem e precisam

ser estimuladas dentro de sala de aula e deve ser objeto de elogio e valorização por parte do professor. Essa memória fonológica também se apresenta como uma vantagem: é uma marca que confere ao aluno uma identidade cultural e uma habilidade apreciada na proficiência em segunda língua. Buscamos, por isso, promover a reflexão sobre os filhos de migrantes que têm chegado às escolas de educação básica, muitas vezes, sem o conhecimento da língua portuguesa, sabendo apenas sua língua de herança ou sua língua materna. Assim, consideramos de extrema urgência e relevância despertar nos professores da rede básica de ensino essa sensibilização para a questão da LH de um modo mais amplo.

Palavras-chave: Língua de Herança (LH). Ensino de Língua de Herança. Português como Língua de Herança (PLH).

LINGUAGEM, IDENTIDADE E ENSINO DE PORTUGUÊS PARA SURDOS NO ENSINO SUPERIOR

Área temática: 3 – Diversidade e cultura

Camila Ribeiro Lisboa

camilauf@hotmail.com

Kassandra da Silva Muniz

muniz@ufop.edu.br

Universidade Federal de Ouro Preto

O presente resumo é fruto de uma pesquisa em andamento, realizada no Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem, na Universidade Federal de Ouro Preto, e tem como objetivo principal investigar as aulas de Português, como segunda língua (L2), na modalidade escrita, para alunos surdos em um curso de Letras Libras em uma universidade pública federal com o propósito de analisar a relação entre linguagem, identidade e ensino de Língua Portuguesa. Após a promulgação da Lei nº 10.436/02, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira, fez necessário sua regulamentação. Sendo assim, em 2005, foi publicado o Decreto 5.626 o qual regulamenta, entre outros assuntos, o ensino de Português como L2 para surdos. Essa temática carece de pesquisas, principalmente no contexto do ensino superior, que geralmente se concentram na trajetória escolar e formas de acesso e permanência. Diante do exposto, questionamo-nos qual é a relação entre linguagem, identidade e ensino de Português para surdos no âmbito acadêmico? Qual é a nossa visão de ensino de língua? Que língua queremos ensinar? Que língua portuguesa vamos ensinar aos surdos? De que forma? Os gêneros textuais são uma opção para deslocar, para repensar? Mas, quais gêneros? Que perspectiva de letramento temos? Os alunos surdos podem ser considerados sujeitos de letramentos? A pesquisa é qualitativa de caráter etnográfico linguístico, valendo-se de uma metodologia multiseriada com múltiplos instrumentos, como por exemplo, diário de campo, observação participante, análise de documentos formais e características da Biografização (rodas de conversas). Neste resumo, nossa fundamentação teórica será embasada nas pesquisas de Magda Soares (2004; 2005), no tocante aos estudos sobre letramentos; em Souza (2009) para discutir o conceito de letramentos de reexistências e em Barbosa (2018) para dissertar sobre Língua de Acolhimento. Será importante também o conceito de gêneros textuais tal qual Marcuschi (2008) preconiza ao afirmar o caráter cultural e social dos gêneros. Os estudos de Skliar (1997), Gladis Perlin (2003) Miranda (2003) e Pinto (2007) serão

fundamentais para discutir as identidades surdas uma vez que nosso olhar visa recair sobre como sujeitos surdos em contextos escolares universitários lidam com a concepção de aula de LP que é ministrada para eles e elas. Nesta comunicação, nos interessará então cotejar o ensino de L2 para surdos a fim de verificar como e se suas identidades são acolhidas dentro das aulas, no que se refere aos conteúdos, metodologias e relação professor/aluno.

Palavras-chave: ensino de Português para surdos; linguagem; identidade.

O ROLEPLAYING GAME (RPG) NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM TEA

Eixo: Diversidade e Cultura

Autora: Caroline Souza da Costa

O Roleplaying Game (RPG) pode ser utilizado como uma metáfora para a vida colocando ao entendimento dos alunos como eles próprios podem ser heróis em suas vidas cotidianas. Por meio da produção oral e escrita podemos analisar e compreender a jornada vivenciada pelo jogo com outras histórias já conhecidas e embates pessoais de cada aluno. Esse processo ocorre por meio da criação da ficha da personagem, a escolha do tema da mesa e com a construção da narrativa. É um processo social, pois somente por meio da interação com o outro se pode conquistar objetivos específicos. Acreditamos que por meio da vivência proporcionada pelo RPG podemos produzir experiências que ampliem o processo de aprendizagem e de interação social de alunos com transtorno do espectro autista (TEA). Desse modo, nossos objetivos com essa proposta são: indicar possíveis maneiras de incluir o RPG nas salas de aula, em especial nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE); contribuir para a investigação de práticas pedagógicas que auxiliem o processo de inclusão do aluno com TEA; propor os jogos narrativos (RPG) como estímulos de ensino aprendizagem e desenvolvimento pessoal e social dos alunos com TEA. As hipóteses desse trabalho buscam confirmar se após estudo e observação da prática do jogo é possível afirmar que o RPG contribui para a aprendizagem e participação de alunos com TEA; como também verificar se é possível constatar que o RPG auxilia para o desenvolvimento da Teoria da Mente, que consiste em identificar seus próprios estados mentais, assim como atribuir estados mentais às outras pessoas, e com base nisso, no comportamento do outro: a decodificação e a dedução são componentes importantes na avaliação da Teoria da Mente. Estudos realizados sugerem que o RPG é uma atividade lúdica que auxilia o desenvolvimento social do aluno com TEA e, é uma ferramenta que auxilia em atividades que ampliam a Teoria da Mente. Desse modo, tal atividade será realizada em uma escola pública que conta com alunos com TEA matriculados no Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Roleplaying Game. Teoria da Mente. Transtorno do Espectro Autista.

**PERFORMANCES DISCURSIVO-SOCIAIS:
RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE NA OBRA DE SAMUEL STEWARD,
O CASOL DE PHIL E ACE**

Área temática: Diversidade e Cultura

Carlos Henrique de Brito Furquim
Universidade Federal de Ouro Preto
CNPq
pintordasletras@gmail.com

O presente trabalho apresenta o relatório da pesquisa de iniciação científica, fomentada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). A pesquisa, já concluída, esteve vinculada ao Departamento de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto. A proposta investigou o papel linguístico-discursivo das expansões por intensificação na construção das identidades sociais de dois personagens gays em dois capítulos de uma tradução, em Língua Portuguesa, de literatura homoerótica. A obra, de origem norte-americana, *As Aventuras de um Garoto de Programa*, autoria de Phil Andros (pseudônimo de Samuel Steward), possui significativas contribuições, tanto no Brasil quanto no exterior, para a consolidação deste tipo de literatura. Parte deste estudo de caso esta pautado nos trabalhos de Rodrigues-Júnior (2009 e 2015) acerca das questões linguísticas que envolvem a narrativa homoerótica. Em 2009, o linguista lança um trabalho sobre homoerotismo e tradução cultural na obra de Samuel Steward, fazendo uma breve discussão a respeito das construções e conflitos identitários entre os personagens principais (Phil Andros e Ace), no capítulo 5 de *As Aventuras de um Garoto de Programa* (*Stud*). Nesse momento, o pesquisador está preocupado em abordar como a obra de Samuel Steward retrata o homossexual masculino e também de descendência africana em contexto estadunidense (seja na tradução para o português brasileiro, ou em seu original). Não muito distante da realidade em que foi concebida a versão original (*Stud*), a sua tradução para o português brasileiro (*As Aventuras de um garoto de programa*), via Editora GLS em 1998, possivelmente tenha sido capaz de proporcionar

impactos semelhantes nos leitores brasileiros. Logo esta investigação, por meio de uma análise da força discursivo social na constituição das identidades raciais e gays, teve por finalidade contribuir para os estudos sobre literatura homoerótica, uma vez que os princípios básicos da Linguística Sistêmica Funcional tem tido grande importância para a análise da constituição da literatura gay. Serão apresentadas, neste trabalho, algumas discussões sobre as performances identitárias homoeróticas e raciais dos personagens perante os respectivos processos de enunciação discursiva dos mesmos, seja em discurso direto ou indireto (pois, trata-se de uma narrativa que foi escrita em primeira pessoa). Os procedimentos metodológicos da pesquisa seguiram uma orientação qualitativa, respaldados pela análise das gerundivas sob a força discursiva social no corpus. Por fim, a proposta assentou suas bases na necessidade de maiores investigações de como os papéis das expansões por intensificação constroem as identidades (gays) dos personagens Phil Andros e Ace. Portanto, aspira-se apresentar os resultados obtidos pelo bolsista perante o seu processo de iniciação científica.

PALAVRAS-CHAVE: Performances discursivo-sociais; Literatura Gay; Linguística Aplicada;

POR UMA IGUALDADE SOCIAL ENTRE MENINOS E MENINAS: UM ESTUDO DE CASO ENTRE CRIANÇAS.

Práticas Educativas.

MARCELINO, Myrian Alcelmo. m.yrian@hotmail.com. CESVA/FAA.

TEIXEIRA, Mônica de Carvalho. monica.teixeira@faa.edu.br. CESVA/FAA.

Este trabalho é um recorte do projeto de iniciação científica em andamento que estamos realizando no âmbito do curso de Pedagogia do CESVA/FAA. Por conta da nossa atuação no PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – entramos na realidade cotidiana de uma escola pública municipal e, assim, fomos observando o modo de agir de meninos e meninas dentro desse espaço. Nós, da área de educação, vemos como ação necessária compreender a forma como meninos e meninas se portam em nossa sociedade, para assim, delinear práticas que desmistifiquem os paradoxos criados culturalmente dando hegemonia para apenas um único gênero. Cientes de que o caminho para a igualdade é um caminho ainda longo a ser percorrido, pensamos em buscar através de literaturas da área e, junto à crianças do 1º segmento do Ensino Fundamental, saber como estão concebidas a divisão social entre os gêneros e, se essa divisão pode ser usada para reforçar o desprestígio em relação ao gênero feminino. Os objetivos desse trabalho são: verificar como as crianças do 1º segmento da Educação Básica veem a constituição de seus papéis sociais em relação ao gênero que possuem e analisar se meninas e meninos já se encontram imbuídos dos padrões sociais ‘determinantes’ de cada gênero; analisar qual o sentimento das crianças em relação ao gênero que possuem e identificar a existência ou não de bullying provocados pela crença na divisão social entre os gêneros. Um dos meios, senão o principal, para mudar essa situação é a educação, o tratamento igualitário entre meninos e meninas, sem distinção mostrando desde cedo para as crianças que ambos são capazes de serem e conseguirem o que querem. As atitudes e práticas com crianças de hoje será o reflexo da postura dos adultos de amanhã. Acreditamos que o caminho para isso está na educação; enquanto meninos forem criados para se mostrarem fortes, que não choram, não podem brincar de boneca e nem gostar de rosa e, as meninas sempre sendo princesas, delicadas e não podendo brincar de carrinho ou jogar futebol, haverá em um futuro não tão distante, a continuação dessa divisão de funções e tarefas. Muito tem se falado sobre o feminismo e na maior parte das vezes sendo mal interpretado o que leva uma visão

distorcida e o pré-julgamento. Enxergam como uma negação ao sexo masculino, os homens que principalmente possuem uma aversão ao feminismo, talvez por medo de serem tratados como as mulheres são ou que substitua o patriarcado pelo matriarcado, mas pelo contrário, o feminismo busca a igualdade entre os gêneros. São atitudes que se mudadas trarão grandes diferenças para a vida das mulheres e consequentemente uma sociedade mais igualitária e digna para todos. A meta é tratar crianças como crianças, com os mesmos direitos, sem distinção entre os sexos, para que no futuro não haja superioridade de homens sobre mulheres e vice-versa almejando o resultado de crianças se reconhecendo como crianças sem haver divisão social entre os sexos.

Igualdade. Feminismo. PIBID. Prática Educativa.

Referências

ADICHIE, C. N. **Para Educar Crianças Feministas**: Um Manifesto. Tradução Denise Bottmann. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rosa dos Tempos. 2018

RELAÇÕES ENTRE CURRÍCULO E CULTURA: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DOS VALORES

Área temática: Diversidade e Cultura

Bianca Silva Martins

Email: biancaa.martins@hotmail.com

Universidade Católica de Petrópolis (UCP)

Josely Ferreira Rabelo

E-mail: josely@gmail.com

Vanessa Serafim da Silva

Email: nessass9@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho discute a importância do currículo escolar, destacando a educação contemporânea como possível referência na hierarquização de valores. Apresentaremos uma reflexão sobre os conceitos de educação, cultura e valor com o intuito de analisar a relação entre currículo e poder. A escola pode tornar-se reprodutora social na medida em que desempenha o papel de não oferta das estruturas material e curricular de modo a garantir equidade e bem-estar em todas as unidades, independente de região, comunidade escolar e dos diferentes marcadores sociais. É um dado que o acesso à escola em todos os níveis de escolarização vem crescendo em todo o território brasileiro, contudo, este acesso não é acompanhado com rigor quando são analisados os critérios de qualidade curricular e de ensino, compreendendo que o currículo é sempre resultado de uma seleção de um universo amplo que vai eleger conhecimentos e saberes que vão se constituir. Nesse contexto, é inegável a importância que o currículo tem, nesse quadro de mudanças da avaliação da educação brasileira. “Afinal, um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão “seguir” aquele currículo. (SILVA, 2014, p. 15). Desse modo, faz necessário descortinar as relações de poder imbricadas a essa seleção e pensar nas especificidades de um currículo que envolva a emancipação dos sujeitos. Pretende-se então, compreender a realidade atual e se esta seria resultante de um acesso ao ensino marcado por abismos sociais, culminando assim nos resultados percebidos neste determinado tempo e espaço históricos. Elencaremos, nessa pesquisa, como objetivo geral: desenvolver a reflexão sobre a função social e cultural do

currículo; e como objetivos específicos: (1) analisar a relação entre currículo e sujeito; (2) investigar as considerações acerca do currículo como ação e práxis pedagógica, respeitando a diversidade cultural e construindo valores; (3) observar e verificar se a escola promove medidas reprodutoras de desigualdade social, a partir da compreensão dos conceitos de educação, cultura e valor. Esta investigação que está em andamento será de abordagem qualitativa, a qual faremos uso de pesquisa bibliográfica e reuniremos as contribuições científicas no campo de currículo, cultura e valor. Nas considerações finais, apresentamos a compreensão que não podemos negar os significativos avanços alcançados com relação ao acesso a educação, porém, ainda existem indícios da necessidade de agregação de qualidade na oferta das escolas e seus currículos.

Palavras-chave: Currículo; Cultura e Valores; Desigualdade Social.

SURDEZ E LINGUAGENS: UM TRABALHO DE INCENTIVAÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA

Diversidade e cultura

Queila Érica Taligliatti de Souza (queilaerica23@gmail.com) UFJF – Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares.

O presente projeto apresenta o desenvolvimento de atividades de intervenção pedagógica com um aluno surdo matriculado no Ensino Fundamental, em uma escola da Rede Municipal de Juiz de Fora, Minas Gerais. As atividades foram desenvolvidas com o objetivo de trabalhar as linguagens despertando no aluno o interesse pela leitura e escrita reconhecendo sua utilidade social. Assim como refletir sobre as especificidades do indivíduo surdo e sua forma de acesso as informações, para que a atividade pudesse ser desenvolvida de acordo com o aluno, foi se usada a Libras, língua brasileira de sinais, como língua de instrução e a Pedagogia Visual, apresentada por Campello (2007), como método de organização das atividades. No primeiro momento foi feita uma pesquisa bibliográfica que embasou a construção de todo o projeto com textos sobre a discussão da importância das diversas linguagens no contexto escolar, como Micarello e Schapper (2012), Amaral, Jenevain e Ribeiro (2012), como também a importância do uso na Libras como língua de instrução para a educação de surdos apresentado por Gesualí (2003), Peixoto (2006), Pizzio e Quadros (2011). No segundo momento, a prática, na qual foram desenvolvidas com o aluno, atividades reflexivas sobre o uso social da escrita e da leitura, com recursos visuais. O aluno interagiu de forma satisfatória apresentando um bom interesse. Após análise da aplicação do projeto, foi possível concluir a grande carência em se tem de pesquisas nessa área, como também as dificuldades em que os professores encontram para trabalharem com alunos surdos.

Palavras-chave: surdez, educação, leitura, escrita e linguagem.

TEORIA DA MENTE E COMUNICAÇÃO: ESTUDO DE CASO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA REGULAR

Diversidade e Cultura

Greiciene da Silva Carminate

greicecarminatti@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Este relato tem por objetivo refletir sobre como se realiza o processo de inclusão, aprendizagem e participação dos alunos com transtorno do espectro autista (TEA) na escola regular, favorecendo o desenvolvimento da criança e do adolescente com autismo, essenciais para a qualidade de vida e convívio social. Dessa forma, através do Projeto de Extensão denominado “Alunos com Transtorno do Espectro Autista como desencadeadores dos processos formativos e inovação pedagógica”, tive a oportunidade como bolsista de observar e acompanhar dois alunos, sendo um da educação infantil e o outro do ensino fundamental de uma escola regular do município de Juiz de Fora. Assim, verificamos como estes alunos têm acesso e permanência no espaço escolar para que ocorra de fato a inclusão nas diferentes etapas da escolarização. Deste modo, teremos apresentação do estudo dos casos vivenciados através do projeto de extensão, dialogando com o livro “O aluno com autismo na escola” organizado por BORGES e NOGUEIRA (2018). Com este material destacamos o capítulo sobre a Teoria da Mente (ToM), percebemos como é importante e pois “Uma das características mais marcantes do Transtorno do Espectro Autista (TEA) é o déficit no desenvolvimento da Teoria da Mente. As crianças com TEA podem apresentar dificuldades em diferentes níveis e de diferentes formas” (p. 117). E também tomamos o capítulo da Comunicação, uma vez que, “A criança com autismo, tanto a verbal quanto a não verbal, pode apresentar dificuldades em vários aspectos da linguagem, que, por sua vez, alteram a comunicação no ambiente escolar” (p.229). Tais capítulos abrangem o comportamento e interação social dos alunos com TEA em todos os ambientes que vivem e frequentam, principalmente na escola onde passam maior parte do dia com seus colegas de turma, professores, demais discentes e profissionais da instituição. Então, relatamos nossas experiências a partir de estudo de casos, destacando os alunos com TEA como protagonistas, os desdobramentos e as situações elaboradas por eles, diante das atividades e interações propostas dentro e fora da sala de aula. Este projeto nos proporcionou observar que os alunos com TEA, apesar de terem o mesmo diagnóstico apresentam cara

características diferentes, logo, serão diversas as formas de envolvimento com as aulas, com todos os espaços e dinâmica da escola, tornando o aprendizado uma construção coletiva com elementos que têm sentido para eles. Portanto, são desencadeadores de processos formativos e de inovação pedagógica, cultivando as práticas inclusivas e a possibilidade de mais projetos de inclusão impactando toda a comunidade escolar, ajustando um currículo flexível, respeitando as especificidades dos alunos com TEA.

Palavras-chave: teoria da mente, comunicação, inclusão, aprendizagem, transtorno do espectro autista.

TRATAMENTO DADO ÀS RELAÇÕES DE GÊNERO NOS CONTOS INDÍGENAS PRESENTES NOS MATERIAIS DIDÁTICOS

Prof. Dr. Carolina Alves Magaldi - UFJF

(carolina.a.magaldi@gmail.com)

Joaquim Junior da Silva Castro - UFJF

(joaquim.castro@letras.ufjf.br)

Vera Fernandes - UFJF

(vera.fernandes@gmail.com)

Provoque/UFJF

Área temática: Diversidade e Cultura

Objetivo

Na presente comunicação, parte integrante de pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida na UFJF, buscaremos analisar exemplos de cânones das narrativas infanto-juvenis de origem indígena para problematizar a construção de gênero e sexualidade, contrapondo as recentes narrativas e os estudos que buscam elucidar a diversidade sexual e de gênero que permeia as culturas indígenas nas Américas do Norte e Sul, bem como comunidades aborígenes na África, Europa e Oceania.

Justificativa

A contemporaneidade tem visto um aumento exponencial de possibilidades de definições identitárias nos campos do gênero e da sexualidade. No Facebook já há mais de 50 possibilidades de definições de gênero e pelo menos uma delas é advinda de culturas indígenas: a noção de “dois espíritos”. “Dois espíritos” é um termo guarda-chuva, que engloba uma profusão de conceitos não heteronormativos em culturas indígenas. Os indígenas “dois espíritos” acreditavam ser seres abençoados pela natureza por serem dotados de espírito masculino e feminino e por, ainda, poderem desempenhar funções destinadas a ambos os gêneros. No entanto, no campo da literatura infanto-juvenil, as narrativas de origem indígena não refletem essa riqueza de construções identitárias, priorizando, na maioria das vezes, os modelos heteronormativos.

Problema

Em contextos escolares, uma pesquisa de campo, conduzida via buscas de internet, nos possibilitou perceber que cada site¹ menciona aspectos diferentes de caracterização e papéis sociais de gênero das personagens. As lendas analisadas foram as lendas da Iara, da Vitória Régia e do Boto Cor-de-rosa. Recolhemos dados que sugerem que tais lendas encontram-se em descompasso com algumas lendas indígenas atuais, tal como a lenda de Cunhataí, além de outras narrativas contemporâneas.

Resultados e Conclusões

Percebemos, portanto, que as narrativas mais clássicas divergem das contemporâneas por apresentarem papéis de gênero que não estão mais de acordo com a cultura indígena na atualidade, ou pouco estiveram, se levarmos em conta apenas o modo de viver dos índios. Assim sendo, tais obras carregam um olhar conservador, o qual é passado para as crianças, sobretudo, nas escolas, visto que tais textos se encontram em muitos materiais didáticos.

Referencial teórico-metodológico

SOUZA, Gisele Maria Costa; ABREU, Marcela de Almeida. **Lendas do folclore brasileiro: um estudo com crianças do ensino fundamental**. Revista Língua e literatura, Frederico Westphalen, v.15, n.25, p.127-143, nov. 2013.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. Tradução de Ana Regina Lessa, Heloísa Cintrão e Gênese Andrade. 4. Ed. São Paulo: Edusp, 2003.

FERNANDES, Estevão Rafael. **Ativismo homossexual indígena e descolonialidade: da teoria queer às críticas two-spirit**. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, SPG 16 Sexualidade e gênero: espaço, corporalidades e relações de poder, 29., 2013, Águas de Lindoia (SP). Anais da ANPOCS, 2013.

Palavras-chave: Literatura. Culturas indígenas. Gênero.

¹ Os sites escolares que nortearam a pesquisa foram: <https://brasilecola.uol.com.br>
<https://escolakids.uol.com.br>
<https://www.suapesquisa.com/folclorebrasileiro>
<https://portalsuaescola.com.br>
<https://www.todamateria.com.br>
<https://www.soescola.com>
<https://www.infoescola.com/folclor>

ACOMPANAMENTO ESCOLAR NO HOSPITAL

Faremos o relato de um projeto de extensão/pesquisa, ainda em andamento, que consiste em trabalhar os conteúdos escolares junto a crianças e adolescentes hospitalizados que ao interromperem o processo educacional escolar, devido a internações e consultas médicas periódicas, poderiam manifestar alguma defasagem em relação aos outros alunos matriculados nas escolas de educação básica. O trabalho está sendo realizado num hospital que presta assistência a crianças e adolescentes com idades entre 4 a 15 anos que enfrentam a leucemia - o câncer das células brancas do sangue (leucócitos) - que começa na medula óssea e se espalha por outras partes do corpo, de origem na maioria das vezes desconhecida.

A equipe que desenvolveu os atendimentos é composta pela professora orientadora do projeto, por duas bolsistas, alunas do curso de pedagogia (uma de pesquisa e outra de extensão), uma psicanalista e uma pedagoga. Foram formados dois grupos para os acompanhamentos que aconteciam nas segundas e sextas-feiras. Nas segundas após os atendimentos voltávamos para a universidade para discutir a respeito dos atendimentos e das dificuldades encontradas no desenvolvimento do nosso projeto e também para o estudo do referencial teórico que sustenta o trabalho realizado.

O que fundamenta, teoricamente, nossa atuação é, inicialmente, a ideia, advinda da psicanálise, de que as questões da aprendizagem são embaraços do real o que acentua o lugar do sujeito e não somente os problemas de aprendizagem que os pacientes possam apresentar e também o lugar que ocupa o brincar para a psicanálise. O brincar pode ser um modo de atenuar o sofrimento psíquico das crianças em situação dolorosa, já que por meio dele a tensão gerada por situações difíceis, vivenciadas pelas crianças pode ser amenizada. Freud observou numa criança de 18 meses a repetição de uma situação desagradável num jogo que ela repetia constantemente. E brincando a criança construía as primeiras simbolizações que aliviavam a angústia causada pelo afastamento da mãe. E apesar de ser a repetição de uma situação dolorosa – a partida da mãe – o jogo era acompanhado de prazer. Quanto às questões de aprendizagem fomos com a convicção de que elas não seriam dificuldades primárias, ou seja, como resultado de uma falha no desenvolvimento ou consequência de alguma deficiência, pois a posição colocada sobre a falha tende a apagar o lugar do sujeito naquilo que o acomete. Apresentaremos nesta comunicação os resultados preliminares dos nossos encontros com as crianças que vão periodicamente ao hospital para receber tratamento para sua doença.

Orientadora: Professora Ana Maria Moraes Fontes - e-mail: afontesjf@uol.com.br

**ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DO TESTE DE MATEMÁTICA DO
ENSINO MÉDIO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS
(SAEGO): UMA DISCUSSÃO CURRICULAR**

Área temática: Avaliação

*Tatiane Gonçalves Moraes
tatanemoraes@hotmail.com*

Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora-MG

Rosângela Veiga Júlio Ferreira

rosangelaveiga.ferreira@ufjf.edu.br

Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF

Luís Antônio Fajardo Pontes

luis@caed.ufjf.br

Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação/UFJF

Este texto tem por objetivo apresentar e discutir uma síntese dos resultados de uma pesquisa concluída no âmbito do *Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP)*, do *Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF)*. A pesquisa versa sobre o estudo dos resultados de um teste de Matemática do Ensino Médio do Sistema de Avaliação do Estado de Goiás, do ano de 2014, em que se consideram: i) as habilidades avaliadas no teste em comparação com as expectativas de aprendizagem do currículo de referência do estado; ii) a metodologia de mapeamento dos erros cometidos pelos alunos ao resolver as tarefas do teste com vistas a contribuir com a divulgação de resultados. O problema que suscitou essa pesquisa, qual seja, o deslocamento acentuado entre as faixas de proficiência dos estudantes avaliados e a faixa dos parâmetros de dificuldade dos itens, revelou ser um ponto adequado de partida para as análises que subsequentemente se fizeram no que tange à investigação dos conteúdos matemáticos avaliados. Os esforços que aqui se fizeram foram em função de se produzir uma compreensão mais detalhada de como o aprendizado dos conteúdos curriculares de Matemática vêm se desenvolvendo ao longo do ensino médio. Para isso, nos pautamos na análise estatística do desempenho dos alunos nos itens individuais componentes do teste do SAEGO de acordo com o padrão de desempenho em que se encontram. Foram considerados em nossa análise os percentuais de acerto dos itens controlados pelo índice socioeconômico dos alunos e obtidos por meio da correção para o

acerto casual, com vistas a poder identificar os diferentes descritores da matriz de Matemática utilizada segundo um grau de maior ou menor sucesso com que os estudantes vem demonstrando dominá-los. Em seguida, analisamos pedagogicamente esses itens, utilizando a metodologia de análise de erros, que, com base nas respostas dadas pelos alunos, visa compreender as formas como os mesmos vêm se apropriando de determinados tipos de conhecimento (Cury, 2013, p.63). Com isso, procuramos mostrar qual tipo de erros os alunos estão mais propícios a cometer quando o grau de complexidade da habilidade avaliada aumenta. Dessa forma, e com base nas implicações advindas da metodologia empregada, discorreremos, acerca das contribuições que uma interpretação pautada na análise de erros poderá trazer, com o propósito de orientar a promoção de ações mais efetivas para o trabalho pedagógico em Matemática na rede pública de ensino de Goiás, visto que, por ela, pudemos apresentar um método de aferição que permite identificar variáveis do processo de interpretação estatística e pedagógica dos itens que sustentam a análise de acertos e erros, constatando a presença de aspectos lacunares específicos da aprendizagem matemática.

Palavras-Chave: Avaliação educacional em larga escala. Análise estatística de itens. Currículo e Ensino de Matemática.

AVALIAÇÕES EXTERNAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E O COTIDIANO ESCOLAR

Área temática: Avaliação

Vanessa Serafim da Silva

Email: nessass9@hotmail.com

Bianca Silva Martins

Email: biancaa.martins@hotmail.com

Universidade Católica de Petrópolis (UCP)

RESUMO: Este estudo traz como foco de investigação e discussão a organização escolar e as propostas pedagógicas desenvolvidas em uma escola localizada em Imbariê, terceiro distrito do município de Duque de Caxias, baixada fluminense da cidade do Rio de Janeiro: a Escola Municipal Barro Branco. Esta unidade foi fundada em 1987 a partir da mobilização e reivindicação da comunidade pela criação de uma escola pública no bairro, e, desde então é proposto por toda a equipe diretiva e docente construir o trabalho escolar a partir da compreensão das diferenças entre as culturas das famílias e da escola, valorizando os diferentes percursos individuais dos alunos em um estabelecimento de ensino de periferia e difícil acesso do município. O destaque a ser dado nesta pesquisa está no fato de que os professores dessa unidade escolar são atuantes em militâncias sindicais e exercem a gestão democrática através de eleições mesmo antes dessa conquista ser contemplada por todas as escolas de Duque de Caxias/RJ e ademais, por esta escola não realizar nenhuma das edições das avaliações externas, desvinculando-se da subordinação imposta pelas políticas públicas em curso. É pertinente apontar que o uso das avaliações externas é reconhecido como um dos principais instrumentos de elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino e como monitoramento da sociedade sobre a educação no Brasil. Nesse sentido, este trabalho pretende, como objetivo geral, analisar os desdobramentos e as implicações da não participação nas avaliações de larga escala no processo ensino-aprendizagem da Escola Municipal Barro Branco e por objetivos específicos: (1) acompanhar e analisar o funcionamento da escola e os documentos que norteiam a organização curricular e o plano pedagógico da unidade; (2) analisar e refletir sobre as relações sociais e práticas

pedagógicas desenvolvidas na escola; (3) diagnosticar e analisar os dados sobre a aprendizagem e quais são os indicadores de avaliação adotados pelos professores. Para fundamentar a análise dos dados, serão utilizados os trabalhos acadêmicos do campo de estudos sobre avaliação educacional, descaremos aqui os autores que contribuirão para este trabalho: Fernandes, Freitas, Nóvoa, Paro e Saviani. A metodologia que será adotada nesta pesquisa em andamento será de abordagem qualitativa de caráter exploratório, para a qual se fará uso da pesquisa documental, de observação participante e das entrevistas semiestruturadas com os gestores, coordenadores, professores e os demais sujeitos da comunidade escolar como instrumento de produção de dados. Nas considerações finais relataremos as percepções verificadas e analisadas ao longo dessa investigação.

Palavras-chave: Avaliações Externas, Organização Escolar; Identidade Escolar.

ESTRATÉGIAS DE LEITURA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: AS CONTRIBUIÇÕES DA APLICAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE LEITURA

Área temática 1: Avaliação

Josieli Almeida de Oliveira Leite

josielioliveira_jf@hotmail.com (UFJF)

Rosângela Veiga Julio Ferreira

rosangelaveiga.ferreira@ufjf.edu.br (UFJF)

Soraia Loures Lins Ribeiro de Sá

sollrdesajf@hotmail.com (UFJF)

RESUMO:

Este trabalho apresenta uma análise das estratégias de leitura mobilizadas por estudantes do segundo ano do ensino fundamental de um Colégio de Aplicação ao lerem palavras, frases e diferentes gêneros textuais de um protocolo de leitura. Traz, além disso, os desdobramentos, que aqui chamamos de ações responsivas, dos resultados dessa aplicação. Partimos do entendimento de que a apropriação da leitura é um processo complexo, que precisa de um trabalho sistemático do professor alfabetizador. Nesse sentido, a compreensão de como se dão as estratégias de leitura empreendidas pelos alunos são essenciais para o ensino e a aprendizagem do ato de ler. Essa análise é feita à luz dos conceitos de estratégias leitura, de Coscarelli (2002) e Kleiman (1998), de protocolo de leitura, de Leal (2014), e de ato responsável, de Bakhtin (2017). Os dados obtidos foram analisados considerando três grupos: estudantes que leram palavras e frases (Grupo I); aqueles que as leram com dificuldades de diferentes naturezas (Grupo II) e os que não leram (Grupo III). Após a organização dos dados nesses três grupos, foram analisados como os estudantes mobilizaram as estratégias de antecipação, monitoramento e avaliação da leitura. Com base nos resultados, houve uma ampla discussão com o coletivo de professores, em que a Coordenação pedagógica, sustentada por ações que buscam responder responsivamente ao lugar que ocupam na escola, apresentou um projeto de alfabetização em que os diferentes tempos de apropriação do sistema alfabético e de desenvolvimento leitor poderiam ser considerados tanto em atividades do próprio turno como em atividades extra-turno. O projeto de alfabetização busca trabalhar com as

dificuldades apresentadas por cada grupo, tendo por base teorias do conhecimento da área da Linguística e do desenvolvimento, elaborando intervenções pedagógicas avaliadas pelos pais quinzenalmente e pelo grupo de professores diretamente envolvidos na proposta, o que vem gerando uma proposição responsiva do lugar que um Colégio de Aplicação ocupa na promoção de uma educação pública de qualidade.

Palavras-chave: Protocolo de leitura. Estratégias de Leitura. Ato responsável.

JORNAL UNIBAIRROS E O ENSINO DE HISTÓRIA: POTENCIALIDADES DA IMPRENSA ALTERNATIVA

Área temática 1: Avaliações

Vanessa Ferreira Lopes,
graduanda licenciatura UFJF,
Contato: vanessalooopes13@gmail.com

O presente trabalho aborda o uso da imprensa no ensino de História na escola básica, em particular, os jornais alternativos impressos que circularam em períodos anteriores a realidade do aluno, - para a compreensão histórica de grupos, organizações sociais e conjunturas políticas. De forma a incitar a capacidade crítica do indivíduo relacionado a manipulação de fontes, informações e visualizar as forças de poder em volta do que é transmitido, o jornal em especial a ser trabalhado é o Unibairros, circulado na cidade de Juiz de Fora – MG entre os anos de 1980 a 1989, no contexto de redemocratização do país. O referido foi produzido pela população periférica da cidade (Linhares, Vitorino Braga, Santa Cândida, Vila Ideal, São Benedito e Olavo Costa) - área compreendida como espaço público subalterno em contraposição as áreas centrais e de produção das grandes mídias hegemônicas.

O objetivo é fomentar a identificação dos alunos nos sujeitos históricos e incitá-los ao exercício de cidadania e contestação crítica em contextos adversos, apresentando os artifícios utilizados pela periferia em meio a época de abertura política de um regime ditatorial. Localizar Juiz de Fora no ensino de História é de suma importância, uma vez que o estudo da história local contribui diretamente na compreensão múltipla de História, possibilitando o visualizar de mais de um eixo histórico e a análise de micro-histórias, pertencentes a um contexto maior que reconhece as particularidades locais (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 139). Estudar o local complementa o estudo nacional e global dos acontecimentos, proporcionando um deslocamento de hierarquias, privilegiando uma busca de integridade global do social (GONÇALVES, 2007, p. 33).

Com pautas diversas, o jornal Unibairros incentivava a população a participação política, atuando de forma ativa na sociedade juiz forana. Com diversas temáticas de assuntos regionais e nacionais (de econômica, política e social), o presente trabalho se aterá principalmente na abordagem das temáticas do movimento negro no impresso (das 41

edições do periódico, em 25 delas tal temática estava presente). O recorte de faz visando a contemplar os 42% da população juiz forana que se auto identificam como negros (IBGE 2010) e que encabeçam a terceira cidade no país, e a primeira no Estado de Minas Gerais, com o pior índice de desigualdade entre negros e brancos (Pnud e Ipea, 2017). Tais números refletem nas salas de aulas, na participação social e no processo de ensino e aprendizagem.

A utilização de jornais como recurso pedagógico no ensino de História tem como tarefa contribuir para a construção do saber individual, coletivo, criticidade na análise de discursos e inserção do aluno na sociedade (FARIA, 1996). Além disso, visa a contribuição direta para o rompimento do silenciamento da atuação da população negra de Juiz de Fora – MG no processo de redemocratização da política brasileira.

Palavras-chave: imprensa alternativa, ensino de História, Unibairros, movimento negro.

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO E A AVALIAÇÃO ESCOLAR: UM OLHAR
SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES AO FINAL DO BLOCO
PEDAGÓGICO**

Avaliação

Daniele Dias Pereira Sales

Prefeitura Municipal de Educação de Juiz de Fora

Este trabalho visa discorrer sobre a relação entre o trabalho do Coordenador Pedagógico e a avaliação escolar - em especial sobre os desafios enfrentados ao estabelecer uma educação alicerçada na qualidade e democratização do ensino -, e verificar como são conduzidas as formações continuadas de professores no município de Juiz de Fora, tendo em vista a mudança e melhoria da aprendizagem dos alunos no âmbito educacional. Refletindo sobre as questões educacionais, a avaliação escolar perpassa os limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, além disso, deve conduzir as transformações, oferecendo elementos de reflexão para subsidiar ações de mudança e melhoria, cumprindo seu papel educacional. Diante das considerações feitas, o meu objetivo é investigar, analisar e inferir sobre quais potenciais fatores, práticas e condições escolares o coordenador pedagógico pode contribuir para a efetiva aprendizagem dos alunos, por meio de formação em contexto dos professores, e as implicações que a avaliação escolar tem para qualidade e melhoria do ensino público. Visto que a temática da avaliação não é competência apenas do docente, devido a sua complexidade, que envolve o ensino e o fazer pedagógico; tais como os objetivos da formação, as metodologias e os procedimentos avaliativos, a situação do aluno, as condições e a organização do ensino. Motivos que nos permite visualizar a avaliação educacional como um todo. Nesse sentido, verificarei e analisarei como é realizada a discussão na escola a respeito do processo avaliativo, como os professores concebem a avaliação escolar na sua prática pedagógica, e como o coordenador pedagógico legitima sua ação no âmbito educacional proporcionando momentos de formação continuada, promovendo o ensino de qualidade. Na busca em atender às novas demandas sociais vividas pela escola, a mesma precisa repensar suas práticas pedagógicas na tentativa de elevar os índices de escolarização dos educandos. Desse modo, o trabalho só poderá ser efetivo, mediante a reflexão sobre os resultados obtidos através das avaliações, juntamente com o corpo docente da escola. Para tal, emerge

nas instituições educacionais a figura do Coordenador pedagógico, integrando, articulando e possibilitando o processo de reflexão e redimensionamento das práticas pedagógicas.

Como instrumento metodológico utilizarei investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, considerando o foco da pesquisa, bem como as categorias teóricas e o próprio *design*, só deverão ser definidos no decorrer do processo de investigação, pois a realidade é múltipla, socialmente construída. Diante das contribuições teórico-metodológicas, anseio, delinear junto aos profissionais, considerações sobre o papel do coordenador pedagógico diante da avaliação escolar frente à formação de professores em contexto, permitindo ressignificar seu saber-fazer pedagógico, promovendo a qualidade do ensino público.

Palavras-chave: Coordenador Pedagógico, avaliação escolar, formação de professores.

**O ENSINO DE LEITURA E O PROCESSO INFERENCIAL:
INTERFACES COM A FORMAÇÃO DE PROFESSOR E COM AS
AVALIAÇÕES EXTERNAS**

Área temática: 1) Avaliação

Clarice de Matos Oliveira
claricematos2013@hotmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Thais Fernandes Sampaio
thais.fernandes@ufjf.edu.br
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Thenner Freitas da Cunha (UFJF)
thenner.ufjf@gmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado realizada na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). As avaliações externas de Língua Portuguesa têm como foco avaliar o nível de leitura, verificando as estratégias e as habilidades desenvolvidas pelos estudantes. Ao nos depararmos com os resultados de descritores relativos à construção de inferências, verificamos que os alunos demonstram grande dificuldade nos processos inferenciais. Assim, assumindo que a habilidade de construir inferências é elemento central no processo de formação de leitores cada vez mais proficientes, este trabalho teve como objetivo compreender quais as tarefas que a Prova Brasil e o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Simave) propõem para a aferição da habilidade de inferir uma informação em um texto e investigar, no contexto da formação de professores, como os futuros docentes percebem essa atividade sociocognitiva, traçando, assim, um comparativo entre esses dois conjuntos de tarefas e estabelecendo relações entre as avaliações de desempenho dos estudantes e as práticas de formação dos professores, com relação à abordagem da construção de inferências no processo de leitura. Como suporte teórico, embasamo-nos em estudos de Solé (1998), Aplegate, (2002), Soares (2004), Koch e Elias (2006), Kleiman (2007; 2008), Marcuschi (2008), Silva (2012; 2013; 2016), Ferrarezi Jr e Carvalho (2017). Assim, com base em tais teorias, exploramos as seguintes questões em nossas análises: i) Como os itens das

avaliações externas avaliam a inferência nos textos?; ii) Quais os tipos de textos que são usados para a construção de itens dessa habilidade?; e iii) Como os graduandos propuseram o trabalho com a inferência nas atividades de leitura?. Utilizamos a metodologia de pesquisa documental para nossas análises, adotando a concepção de documento proposto por Appolinário (2009, p. 67): “Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova”, e tais dados foram submetidos a um tratamento de cunho qualitativo e interpretativo (DENZIN; LINCOLN, 2006). Os resultados da pesquisa revelam que, no que diz respeito à habilidade de realizar uma inferência de uma informação implícita em um texto, há um descompasso entre a maneira como o processo inferencial é solicitado nas avaliações em larga escala e a forma como os graduandos construíram as atividades de leitura para serem trabalhadas em sala de aula. Além disso, verificamos que os estudantes da graduação apresentam uma dificuldade para explorar o texto nas atividades de leitura, fazendo com que, muitas das vezes, o texto sirva apenas como um “pretexto” para a realização de uma atividade, que não compreende a interpretação de um texto.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura; Interpretação de texto; Inferência; Avaliação Externa; Formação do professor de Língua Portuguesa.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DO INCENTIVO À PRODUÇÃO E O PROCESSO DE APRIMORAMENTO DA HABILIDADE DE ESCRITA

Área temática: Avaliação

Thalita Pereira da Silva,

Julia Baltar,

Priscila Sant'Anna

thalita.pereira@letras.ufjf.br

jbaltar182@gmail.com

Priscila_1803@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Agência: CAPES / PIBID

O objetivo deste trabalho é analisar uma proposta de avaliação da aprendizagem em função da progressão da escrita argumentativa dos alunos do 9º ano, do ensino fundamental II, de uma escola Municipal de Juiz de Fora - MG. O interesse de análise deu-se após duas alunas do curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora – ambas participantes do programa de iniciação à docência - PIBID – observarem que houve um avanço significativo na habilidade de escrita dos alunos desde o início do ano letivo. Tal observação foi possível, visto que foi aplicada uma prova diagnóstica com o objetivo de coletar informações a respeito do conhecimento prévio dos alunos e perceber quais habilidades e competências deveriam ser desenvolvidas ao longo do ano. Uma das questões presentes na prova diagnóstica solicitava que fosse construída uma crítica ao tema tratado no texto. Percebeu-se, naquele momento, que os alunos tiveram dificuldade de desenvolver a crítica solicitada na questão, respondendo de forma vaga e previsível, sem expor seus argumentos; além desses tópicos, percebeu-se a necessidade de se discutir ortografia e aspectos de análise linguística. Ao longo do semestre, a professora, ancorada aos pressupostos curriculares que regulam o eixo de produção de textos, iniciou, com os alunos, diversos projetos de letramento, visando à formação de alunos críticos, capazes de interagir e produzir textos em diálogo com a proposta de formação cidadã dos estudantes (OLIVEIRA, 2017), conscientes da necessidade de se posicionarem enquanto sujeitos que atuam socialmente. Por meio dessas atividades realizadas, foram trabalhados

elementos discursivos e gramaticais que transpareceram inicialmente naquela avaliação diagnóstica. Consideramos pertinente, ainda, para análise pretendida, o entendimento teórico de que o trabalho com diversos gêneros textuais pode confluir para uma escrita argumentativa mais madura dos alunos. Assim, a sistematização de uma sequência de atividades voltadas para o rap e para a poesia acústica pôde favorecer a construção do posicionamento e da crítica desses estudantes. Diante desse cenário, considera-se em consonância com Chaves (2004) que a construção de uma proposta de avaliação é uma opção que demonstra o entendimento do professora acerca do ensinar e do aprender, tal opção retrata, então, um modelo epistemológico-pedagógico, que, por sua vez, explicita o pensar, o ensino e as bases da proposta pedagógica. No cenário das práticas voltadas para a produção textual de alunos do Ensino Fundamental, foi evidente a necessidade de um processo sistemático de avaliação de aprendizagem, a fim de que as ações de ensino de Língua Portuguesa fossem direcionadas às concretas demandas educacionais dos alunos. Como conclusão desses processo, os estudantes puderam produzir textos argumentativos, nos quais seus posicionamentos foram construídos de modo coerente, assim, demonstrando suas competências comunicativas para essa esfera discursiva.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem, Produção Textual, Formação Cidadã

“FAKE OU NEWS?” CONTRIBUIÇÕES DO LETRAMENTO DIGITAL CRÍTICO EM TEMPOS HIPERMODERNOS

Área Temática: Tecnologias Digitais e Educação

Fernanda Abreu Gualhano (UFJF)
fernandagualhano@hotmail.com

Nayara Faria Silva (UEMG)
nayara.fariasilva1@gmail.com

Laynara Viana Tavares (UEMG)
laynaraviana2710@gmail.com

Dra. Anna Carolina Ferreira Carrara Rodrigues (UEMG)
annacarolinacarrara@yahoo.com.br

Com o avanço tecnológico e a rapidez com que as informações circulam no mundo digital, percebe-se que as notícias postadas muitas vezes não passam aos leitores uma confiabilidade maior no que tange sua funcionalidade, uma vez que é transmitida uma proximidade da interação social e cultural entre as pessoas no mundo digital (BRISOLA; ROMEIRO, 2018). No entanto, da mesma forma que os conteúdos apresentados na era tecnológica resulta em pontos positivos, há também fatores negativos dentro do cenário midiático, causando preocupações e discussões diariamente realizadas pela circulação de “Fake News” (notícias falsas) no cotidiano virtual dos sujeitos, podendo considerar esse momento como “Crise Informacional” (CASTRO; RIBEIRO, 1997). Por esse motivo, é de suma importância que as instituições de ensino trabalhem com os alunos esses tipos de gêneros digitais de forma mais aprofundada e sobretudo, a importância da criticidade na formação de leitores (SELBER, 2004), para que esses possam ter condições de discernir entre notícias falsas ou verdadeiras, tendo em vista que estamos inseridos na Era hipermoderna, caracterizada, principalmente, pela globalização e rapidez. (LIPOVETSKY, 2004). Além disso, a BNCC propõe explorar o tema dentro do campo jornalístico e midiático: “Eis, então, a demanda que se coloca para a escola: contemplar de forma crítica essas novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético.”(BNCC, 2018, p. 67). Diante desse aporte teórico, percebe-se a importância de transpor a teoria do Letramento Digital Crítico para as salas

de aula. Como proposta prática em desenvolvimento, objetiva-se promover uma discussão acerca da circulação de notícias falsas no meio digital e os princípios da verificação de fatos, tendo como público-alvo alunos do 3º ano do Ensino Médio. Dessa forma, organiza-se da seguinte maneira: a primeira aula será destinada à introdução do tema proposto por esta oficina. Sendo assim, a princípio será exposto aos alunos o poema “Fake News” de Pier (1994), que chama bastante atenção para essas temáticas, como: ‘Era moderna’, ‘real’, ‘não real’. Após essa conversa, será apresentado o gênero notícia, suas características, com intuito deles relembrá-lo, uma vez que suas especificidades poderão ser ilustradas/observadas por meio do site Truco – site com agência de jornalismo investigativo que verifica notícias, correntes que estão em alta na internet. Essa plataforma classifica as checagens por meio de selos intitulados: verdadeiro, sem contexto, discutível, exagerado, subestimado, impossível provar e falso. Posteriormente, solicitará que os alunos procurem notícias atuais, analisem-as criticamente e insiram selos tendo como base a Plataforma Truco. Espera-se que os estudantes compreendam o gênero notícia e mais do que isso, que eles sejam críticos tanto na leitura quanto na escrita de textos orais, escritos e/ou digitais.

AS ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA: DO IMPRESSO AO DIGITAL

Temática: Tecnologias Digitais e Educação

Lizane Ferreira Abritta

lizane@yaho.com.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

Com o intuito de ir além nas pesquisas sobre estratégias de leitura no meio digital e tomando como base o estado da arte existente até o momento, constatou-se que os estudos não se voltam, de maneira direta, para o aspecto das estratégias de leitura digital. Nesse sentido, objetiva-se fazer um levantamento sobre estudos que avaliaram as estratégias de leitura desde o ambiente impresso até o ambiente digital, sendo que a justificativa desse trabalho está relacionada à proficiência em leitura que se configura como uma preocupação constante para estudiosos e docentes de muitas áreas. Tal fato se deve à grande mudança de paradigma que ocorreu com o advento das novas tecnologias, quando o homem passou a ler não somente textos verbais, mas também os não-verbais. Portanto, faz-se mister reconhecer e ensinar estratégias de leitura tanto em ambiente impresso quanto em ambiente digital, visando a um aprendizado ainda mais profícuo. Com essas perspectivas, o estudo está separado da seguinte forma: análises sobre estratégias de leitura em textos impressos, pesquisas sobre estratégias de leitura em textos digitais e, por fim, estudos sobre estratégias de leitura em textos digitais no ensino de língua estrangeira. Serão levados em consideração os teóricos da área de leitura, como Kleiman (1985), Coscarelli (2016), Souza & Bastos (2001), Souza (2004), Cavalcanti (1989), Lemke (2002), Landow (1997), Santaella (2004), Sosnoski (1999) e Salmerón e Llorens (2019), que darão embasamento para o desenvolvimento de todo este trabalho. Assim, espera-se que, com esta pesquisa, seja possível elencar os estudos desenvolvidos sobre estratégias de leitura, bem como corroborar para o ensino de leitura em língua estrangeira. É importante apontar que os estudos sobre as estratégias de leitura em textos impressos se baseavam em estratégias de leitura que focalizavam o texto, o leitor ou a interação entre os dois. No que tange à língua estrangeira, ainda em relação aos textos impressos, os estudos se baseavam em estratégias de leitura em língua materna, bem como na competência linguística na língua alvo. Por outro lado, Sosnoski (1999), ao focar no ambiente digital, desenvolveu um estudo sobre as

estratégias de leitura e apontou que a leitura hipertextual carece de estratégias específicas. Assim, elencou oito estratégias baseadas na agência e liberdade do leitor em relação à unidade e coerência do texto. Aliado a isso, outro estudo mais recente desenvolvido por Salmerón e Llorens (2019) apontou um maior êxito em compreensão de leitura digital através do auxílio de um vídeo instrucional (EMME), o que justifica a importância de levar em consideração estratégias específicas de leitura a fim de alcançar a proficiência em ambiente digital. Assim, constatou-se a existência de alguns estudos sobre estratégias de leitura digital, porém pesquisas voltadas para a língua estrangeira neste tipo de ambiente ainda se configuram como um campo que carece de investigação.

Palavras chave: Estratégias. Leitura. Texto impresso. Texto digital.

Referencial teórico

CAVALCANTI, M. do C. **Interação leitor-texto: aspectos de interpretação pragmática.** Campinas: Unicamp, 1989.

COSCARELLI, Carla Viana. **Tecnologias para aprender.** São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

DE SOUZA, Patrícia Nora; BASTOS, Lúcia Kopschitz Xavier. **O Conhecimento Lexical no Ensino de Leitura em Língua Estrangeira.** The ESPECIALIST, v. 22, n. 1, 2001.

KLEIMAN, Angela B. **Estratégias de inferência lexical na leitura de segunda língua.** Ilha do Desterro. A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies, n. 13, p. 067-082, 1985.

LEMKE, J.L. **Travels in Hypermodality.** Visual Communication, v.1, n.3, p. 299-325, 2002.

LANDOW, George P. **Hypertext 2.0: The Convergence of Contemporary Critical Theory and Technology.** Baltimore, London: University Press, 1997.

SALMERÓN, Ladislao; LLORENS, Ana. **Instruction of digital reading strategies based on eye-movements modeling examples.** Journal of Educational Computing Research, v. 57, n. 2, p. 343-359, 2019.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo.** Paulus, 2004.

SOSNOSKI, James. **Hyper-readers and their reading engines.** Passions, Pedagogies, and Twenty-First Century Technologies, p. 161-77, 1999.

SOUZA, Patricia Nora de et al. O uso da hipermídia para o ensino e a aquisição lexical no contexto da leitura em língua estrangeira. 2004.

COMPETÊNCIA DIGITAL DOCENTE E APRENDIZAGEM COM TECNOLOGIAS MÓVEIS

ÁREA TEMÁTICA: TECNOLOGIAS DIGITAIS E EDUCAÇÃO

Luciana de Fátima da Silva Lana Machado
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
lucianalanamachado@hotmail.com

Valnides Araujo Costa
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
valnides.costa@uemg.br

Os recursos digitais presentes nas tecnologias móveis são uma realidade que não pode ser descartada nos processos educativos, seja na formação de professores ou na atuação docente. De forma evidente, se constata a utilização de *smartphones*, *tablets*, computadores e tantos outros tipos de tecnologia embutidos na vida das pessoas e das escolas (MARTINHÃO, 2018). Emerge daí a necessidade de se aderir e desenvolver competências no campo das tecnologias digitais de informação, voltadas para educação, pensadas e elaboradas de forma pedagógica, que venham facilitar a aprendizagem e potencializar conhecimentos. Mudanças estruturais, sociais e econômicas afetam a educação na era digital fazendo-se necessário o desenvolvimento de habilidades digitais que preparem os cidadãos para exercerem suas profissões (BATES, 2017). Confirmando esse engajamento, a Base Nacional Comum Curricular, diz sobre as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, que os alunos, após vivenciar o itinerário formativo correlato às TDICs, precisam compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais para se comunicar, acessar, disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. Assim, cabe aos professores, utilizar de forma eficiente as tecnologias digitais de informação, particularmente as tecnologias móveis, como ferramenta de ensino e aprendizagem. Ressaltamos que ações ligadas à melhoria de infraestrutura ou da articulação com políticas já existentes na área de ampliação tecnológica se fazem necessários para o êxito nesse processo. As TDICs, praticadas e exploradas, têm potencial de aperfeiçoar em muito os processos de ensino-aprendizagem. Ascendem então

discussões relevantes: a) sobre o valor das ferramentas tecnológicas no processo de ensino e aprendizagem, b) É possível estabelecer métodos de ensino que abarcam somente tecnologias móveis digitais, c) A importância do papel do professor como mediador do processo de ensino e aprendizagem, d) Educação digital on-line, e) políticas públicas educacionais e tecnológicas (UNESCO, 2008; WEST; VOSLOO, 2014; BATES, 2017). Assim, o projeto Competência Digital Docente e Aprendizagem com Tecnologias Móveis, em andamento, visa verificar a capacidade de professores em utilizar e aplicar conhecimentos, habilidades pessoais, sociais e/ou metodológicas, com os recursos digitais, em situações de trabalho ou estudo e no desenvolvimento profissional e pessoal. Os dados sobre os indicadores de competências digitais dos professores serão coletados via *survey* e analisados com estatística descritiva e inferencial, por meio da Modelagem de Equações Estruturais (MARÔCO, 2010; 2018), uma análise técnica de análise multivariada que possibilita inferir a adequação dos resultados ao modelo teórico do quadro de Competência Digital para Educadores (LUCAS; MOREIRA, 2018).

PALAVRAS-CHAVE: Competência Digital Docente. Formação de Professores. Tecnologias móveis. Aprendizagem Tecnológica.

Referências

BATES, Tony. **Educar na era digital:** design, ensino e aprendizagem. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC, 2017.

LUCAS, Margarida; MOREIRA, António. **DigCompEdu:** quadro europeu de competência digital para educadores. Aveiro: UA, 2018.

MARÔCO, João. **Análise de equações estruturais:** fundamentos teóricos, software & aplicações. Lisboa: Report Number, 2010.

MARÔCO, João. **Análise estatística com o SPSS Statistics.** Lisboa: Report Number, 2018.

MARTINHÃO, Maximiliano Salvadori (Coord.). **TIC educação 2017:** pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2018. Disponível em:

<https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic_edu_2017_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

UNESCO. **Padrões de competências em TIC para professores: diretrizes de implementação.** Brasília: Unesco, 2008.

WEST, Mark; VOSLOO Steven. **Diretrizes de políticas para a aprendizagem móvel.** Brasília: Unesco, 2014.

JOVEM – #CONECTADO – ALUNO NA/DA ERA DIGITAL:

VISLUMBRES DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

NA CLÍNICA PSICOPEDAGÓGICA

Tecnologias Digitais e Educação

Ma. Jennifer da Silva Gramiani Celeste

(djeceleste@gmail.com / Faculdade Metodista Granbery)

Prof.^a Dr.^a Juliana Célia de Oliveira

(julianaoliveirapsi@gmail.com / Faculdade Metodista Granbery)

Este estudo objetivou refletir acerca das interfaces dialógicas entre os campos de saber relativos à Educação e à Cibercultura, considerando, para tanto, a existência de jovens nativos digitais atuantes nas instituições escolares. Frente a esta prerrogativa, justificamos a seleção desta temática com base nas discussões emergentes à execução de um estágio psicopedagógico, desenvolvido como atividade de caráter obrigatório inerente ao curso de Especialização *Lato Sensu* em Psicopedagogia, ofertado por uma instituição de ensino superior da cidade de Juiz de Fora. Assim, nos embasamos no atendimento de um adolescente de doze anos, matriculado no sétimo ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede privada do município. As demandas trazidas à época, em meados do segundo semestre de 2018, atrelaram-se à dificuldade de aprendizagem dos conteúdos, bem como desconforto nos momentos de realização das avaliações. Concomitante a isto, o aprendiz trouxera à tona sua significativa predileção pelo manuseio de equipamentos eletrônicos conectados à Internet, além do acesso a aplicativos digitais e a interação virtual em distintas redes sociais, fatores os quais seus pais atribuíram-lhes a responsabilidade por seu quadro pedagógico. Em contraponto, o adolescente relatara seu entediamento defronte às circunstâncias de aprendizagem propiciadas por sua escola. Este panorama nos apresentou à nossa questão orientadora: “como podemos ponderar o ensino de jovens nativos digitais imersos em um sistema

escolar no qual ainda prevalecem concepções metodológicas outrora instauradas no século XX?”. Primeiramente, optamos por apresentar a exposição de aporte teórico, encabeçado, a exemplo, por Pierre Lévy, Marc Prensky e Wim Veen & Bem Vrakking. Secundariamente, trouxemos alguns apontamentos a respeito do supramencionado atendimento, bem como de seus resultados, a partir dos quais constatamos a importância do apoio e da presença familiar no cotidiano escolar do aluno, além de estratégias a fim de tornar a imersão do aprendiz no universo digital engenhoso não apenas ao seu entretenimento, mas, sobretudo, ao seu percurso de aprendizado. Esta prática nos trouxe à luz devaneios a respeito da influência das novas tecnologias digitais no que concerne ao desempenho escolar dos estudantes, além de seus olhares em relação à educação contemporânea. É preciso ressaltar que aqui não nos detivemos às discussões tangentes aos méritos de cunho positivo ou negativo atinentes aos artifícios digitais, mas à atenção que este domínio nos demanda, tendo em vista as configurações que a dinâmica do ensino escolar ainda hoje assume. Acreditamos que as facetas peculiares à atualidade digital não devem ser ignoradas em contexto pedagógico, ainda que nos deparemos com paradoxos cujos delineamentos alastram-se para além dos pressupostos imanentes ao século passado, logrando alcançar a presente temporalidade, e desencadeando, por conseguinte, contrastantes incongruências entre o analógico e o digital.

Palavras-chave: Educação. Cibercultura. Nativos Digitais. Clínica Psicopedagógica. Relato de Estágio.

Referências

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010b.

PRENSKY, Marc. **Nativos e imigrantes digitais**. 2001. Disponível em < <http://www.overpixels.com/sitio/2015/04/15/nativos-e-inmigrantes-digitales-por-marc-prensky> > Acesso em 30 de mai. 2019.

VEEN, Wim; VRAKKING, Ben. **Homo zappiens: educando na era digital**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

METODOLOGIA ATIVA DE APRENDIZAGEM: UMA EXPERIÊNCIA PARA AULAS DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Área temática: Tecnologias digitais e Educação

Carolina Ferreira Soares – carolinasoressanders@gmail.com – UFJF

Rafaela Reis Azevedo de Oliveira – rafareis2001@yahoo.com.br - UFJF

Esse trabalho tem como objetivo apresentar relato de prática realizada no âmbito de uma disciplina de licenciatura em ciências sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora, que envolve o estudo e aplicação de metodologias ativas de aprendizagem, em especial a sala de aula invertida. Esse trabalho se justifica levando em conta que as aulas de sociologia no ensino médio são consideradas, por vezes, bastante maçantes e teóricas pelos estudantes e que os professores precisam passar pela dificuldade de desenvolver seu trabalho com um tempo de aula bastante reduzido por semana: 50 minutos. Nesse sentido, inverter a sala de aula se coloca como uma possibilidade de ganhar tempo e também potencializar o aprendizado sociológico dos estudantes, já que será realizada de maneira mais dinâmica e apoiada em recursos tecnológicos, como vídeos e podcasts, por exemplo. Como problema, apontamos a dificuldade de pensar uma aula invertida, considerando que os estudantes da graduação e alunos da educação básica vivem uma cultura de sala de aula tradicional, com aulas expositivas e atividades para serem realizadas em casa, além das dificuldades com a própria tecnologia, tanto para operar, quanto para utilizar, considerando que, num contexto de escola pública, nem todos os alunos possuem acesso a computador ou similares e internet em casa, ou mesmo na própria escola. Contudo, insistimos nessa proposta, considerando o destaque que José Moran (2015) faz às metodologias ativas de aprendizagem, visto que elas oportunizam um aprendizado a partir de situações reais de maneira antecipada; e ao que Bergmann e Sams (2016) defendem a respeito da sala de aula invertida, em que é possível dedicar um tempo maior em sala de aula para compreensão de conceitos por meio de exercícios contextualizados, visto que o conteúdo terá sido estudado em casa, deixando para as aulas o esclarecimento das dúvidas. Deste modo, tal metodologia se aproveita das tecnologias digitais para apoiar e dinamizar os conteúdos, trazendo a sala de aula para o século XXI e para a linguagem dos jovens, chamados nascidos digitais (PRINSK). São os mesmos jovens que estão hoje cursando o ensino médio, que ficam conectados à web a maior parte do tempo, que possuem acesso à informação de maneira indiscriminada por esses meios e, por vezes,

sem orientação, que poderão receber, assim, conteúdos atrativos para serem vistos e ouvidos, ao invés de uma exposição enfadonha para eles ou a necessidade de copiar em seu caderno o conteúdo passado no quadro negro. Finalmente, cumpre dizer que ao final da disciplina, os alunos da licenciatura foram capazes de produzir e aplicar pequenos vídeos de conteúdos da sociologia do ensino médio em uma sala de aula, obtendo resultados parcialmente exitosos, visto que nem todos os alunos assistiram o conteúdo antes da aula.

Palavras-chave: Metodologia Ativa; Sala de aula invertida; Sociologia no Ensino Médio

MONITORIA EM RÁDIO: A EXPERIÊNCIA DO USO DE REDES SOCIAIS NAS OFICINAS EXTRACURRICULARES

Área Temática: 7) Tecnologias digitais e Educação

Carla Baldutti Rodrigues carlabaldutti@gmail.com UFJF
Márcio de Oliveira Guerra marcio.guerra@ufff.edu.br UFJF

Resumo

O exercício da atividade de monitoria durante as disciplina "Laboratório de Radiojornalismo", entre os anos 2017 e 2019, teve o objetivo de criar um projeto de digitalização, divulgação e memória para a Rádio Facom UFJF. Além de tirar dúvidas dos alunos, foi montada uma estrutura para divulgação e arquivo do acervo. Com internet *wi-fi* gratuita dentro do Campus é possível criar conteúdo digital para os alunos. Ao usar as redes sociais tornou-se possível a aproximação dos alunos com o conteúdo e aumento do interesse pelo tema.

Com a digitalização dos meios de Comunicação, torna-se necessário gerar produções específicas para a web especificamente na área de educação. Alves (2012) ressalta o desperdício de novas possibilidades da *internet* já que a mudança é social, pois modificaram também as formas de se relacionar com a tecnologia e com a informação. Ele incentiva as produções próprias para este novo ambiente, uma vez que o público atual não conhece o mundo sem internet e sem os *smartphones*.

Lévy (1999) destaca o território no qual se expressam as relações culturais geradas na internet com as tecnologias digitais - o ciberespaço, utilizado de forma interativa pela *web*. E o transbordamento de conteúdos, possibilitado pelas características hipertextuais e multimídias dessa interface, dá nova materialidade ao que Marshall McLuhan (1974) percebeu, em meados do século XX, de que um meio tinha a possibilidade de influenciar o outro. Ele compreendeu os meios de comunicação movidos à energia elétrica como extensões dos sentidos dos homens, meios estes que estabeleceram novos tipos de relações não apenas entre os indivíduos, mas também entre os próprios meios de comunicação utilizados pela sociedade.

Isso se torna materializado no estudo de Sganzerlla (2014) que identifica os interesses dos jovens e considera suas aspirações no cotidiano da escola, utilizando a rádio web como recurso dos espaços digitais. Outra pesquisa considerada cita sobre a necessidade do adolescente de "estar conectado". Quadros (2013) considera que é no cotidiano que os

indivíduos expressam sua significância cultural através de distintas práticas, que se referem inclusive ao uso de dispositivos de mídias em suas relações de interação.

Com isso, Martín-Barbero (1999) afirma que a sociedade possui hoje diversos dispositivos de armazenamento, classificação, difusão e circulação de informações que podem ser utilizados na educação.

Com este estudo avaliamos o impacto do uso das tecnologias na participação dos alunos nas oficinas e no interesse pelas disciplinas de Radiojornalismo. Observamos o número crescente de participantes e de produções nos encontros presenciais, com maior aproveitamento das aulas.

A prática da monitoria deve se reciclar pelo contexto social e local, como no ambiente acadêmico informatizado e digitalizado. Com a convergência das mídias, é possível usar as redes sociais para divulgar e incentivar o aprendizado.

Palavras-chave: monitoria, mídia e educação, cibercultura, convergência das mídias inovações educacionais.

Referências

ALVES, R. C. Jornalismo digital: Dez anos de web... e a revolução continua. **Comunicação e sociedade**, v. 9, n. 10, p. 93-102, 2012.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MCLUHAN, H. M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 4.ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

QUADROS, Marta Campos de. Sempre ligados! Estilos de vida, práticas culturais e identidades juvenis urbanas contemporâneas. GT 16: Educação e Comunicação. **Anais 36ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)**, Goiânia, 2013.

SGANZERLLA, Sérgio. **Rádios web e educação:** comunicação protagonista na formação do cidadão. 2014.

NOVAS PERSPECTIVAS DIDÁTICAS: OS JOGOS ELETRÔNICOS COMO FERRAMENTA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Área Temática: Tecnologias digitais e educação

JORGEANA ROBERTA ALCÂNTARA TEIXEIRA – UFJF

joo_alcantara@hotmail.com – bolsista Proex.

O presente artigo apresenta os resultados obtidos através da pesquisa desenvolvida para o meu Trabalho de conclusão de curso. Nesta pesquisa temos como objetivo analisar as potencialidades educativas presentes nos jogos eletrônicos contemporâneos, enquanto ferramenta didática no ensino de história. Partindo dessa análise, visamos entender e problematizar qual a construção de conhecimento histórico esses alunos obtêm através dos games, e como eles podem complementar na apreensão de conteúdos em sala de aula ajudando os alunos em seu processo de aprendizagem. Especificadamente, pretendemos analisar games que possuem temática histórica, sendo estes games que em seu enredo e narrativa tragam um contexto ou se baseiem em algum fato da história específico ou período em geral, como por exemplo História Antiga, 1ª Guerra Mundial, 2ª Guerra Mundial dentre outros. Esta pesquisa dialoga com produções do campo do Ensino de História, especificamente, pesquisas voltadas para a relação entre jogos eletrônicos e aprendizagem histórica. Tendo por objetivo analisar como a história, enquanto conteúdo se faz presente nos jogos fora da sala de aula e o quanto os jogos podem contribuir na aproximação entre alunos, conteúdo escolar e professor, tornando-se uma prática inovadora. Compreendemos então os games como uma potente ferramenta que facilita o entendimento do aluno, principalmente em história, que traz conteúdos distantes de suas realidades o que dificulta sua localização de espaço tempo. A pesquisa visa esclarecer e apontar o olhar que os alunos têm sobre o universo dos games e principalmente os games com temáticas históricas, bem como de que forma esses games contribuíram para a construção de seu conhecimento histórico. A metodologia de pesquisa se centrou em uma abordagem quali-quantitativa, com a aplicação de um formulário preenchido por alunos do ensino fundamental II e ensino médio, com idades de 11 a 18 anos. Neste formulário, analisamos suas opiniões sobre a relação entre os jogos eletrônicos que costumam jogar e o conteúdo de história ensinado na escola. Como resultado, apresentamos reflexões acerca das estratégias de ensino e aprendizagem e a experimentação de novos métodos de abordagem educacional, os quais possam contribuir com a prática dos professores para

utiliza-los como recursos didático-pedagógicos no ensino de História. Afinal, acreditamos que a mediação do professor se faz fundamental e indispensável para resultar em um conhecimento histórico cientificamente embasado.

Palavras-chave: Educação, jogos eletrônicos, ensino de história.

O FAZER DOCENTE E A INTERNET: UTILIZAÇÃO DE UMA PLATAFORMA DIGITAL DE VÍDEOS COMO INSTRUMENTO AUXILIAR-FORMATIVO PARA PROFESSORES – EXPERIÊNCIAS INICIAIS DE UM PROJETO DE EXTENSÃO

Área temática: 7 – Tecnologias digitais e educação

Lara Casarim Leite¹; Isys Bastos da Silva¹; Thamiris Dornelas de Araújo²

¹Universidade Federal de Juiz de Fora; ²Colégio de Aplicação João XXIII – UFJF

¹laracasarim@hotmail.com; ²thamiris.dornelas@ufjf.edu.br

Apoio: Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora

Um dos maiores desafios no ensino de ciências é torná-lo contextualizado, interdisciplinar, interativo e interessante. Quando os professores apresentam aos alunos as mais diversas possibilidades de estudo através de atividades experimentais, isso implicará na construção mais significativa do conhecimento, que envolve pensamentos, sentimentos e ações para o enriquecimento da cidadania do indivíduo.

Nessa perspectiva, somada à universalização da internet como instrumento de pesquisa, atualização e produção de saberes, o projeto de extensão “Laboratório na Rede” foi idealizado por professoras do Departamento de Ciências Naturais do CAp. João XXIII atuantes no ensino de ciências para os anos finais do Ensino Fundamental, objetivando tornar públicas algumas práticas de ensino ligadas ao uso do laboratório e realizadas no próprio CAp., tendo como público-alvo a figura do próprio professor. Para tanto, produz e disponibiliza na web vídeos periódicos de atividades experimentais, de modo que os elementos que compõem a prática, além de refletirem a rotina do colégio, sejam, em grande parte, padronizados e adaptados visando à fácil reprodução em diferentes cenários do ensino de ciências em escolas públicas brasileiras.

Para a divulgação dos vídeos, o YouTube foi escolhido como meio de hospedagem, visto que, com a democratização da comunicação, esta plataforma se tornou não apenas um ambiente digital que oferece liberdade para criar, mas que também naturalmente convida à participação e ao engajamento.

O Projeto iniciou suas publicações de vídeos há poucos meses, o que ainda limita o seu alcance. Entretanto, podem ser observados aspectos audiovisuais dinâmicos e característicos do formato que predomina no YouTube, e que simultaneamente buscam

adequar-se aos interesses da prática docente, público-alvo da proposta. Durante o processo de construção dos vídeos, o grupo encontrou desafios a serem vencidos para se somarem a esses objetivos, como protocolos que precisavam ser revisados no roteiro por não produzirem resultados estáveis após repetição (comprometendo a interpretação do aluno), ou mesmo que exigiam cautela e/ou simplificação cuidadosa das explicações. Em suma, o esforço é de se produzir um conteúdo leve, explicativo, bem produzido, sucinto e com intencionalidade prática.

A iniciativa segue com seu maior objetivo, que é o de conquistar maior engajamento junto ao público-alvo, produzindo informações sobre o comportamento do professor-usuário e lançando dados à uma área de pesquisa ainda pouco conhecida. É necessário olhar para o professor como um indivíduo em constante formação e também um sujeito de seu processo de aprendizagem, que precisa e merece receber conteúdo atualizado e de qualidade, acompanhando os avanços tecnológicos e aproximando-os à realidade dos alunos.

Palavras-chave: Ensino de Ciências, Experimentação, Divulgação Científica, YouTube

O QUE A EDUCAÇÃO TEM A VER COM A CULTURA HACKER?

Área Temática: Tecnologia digitais e Educação

Nome da Autora: Elisiana Frizzoni Candian

E-mail: elisfrizzoni@gmail.com

Instituição: PPGE/UFJF

Agencia financiadora: CAPES

Resumo:

O movimento hacker surgiu na metade do século XX quando jovens estudantes do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts, EUA), “interessados no desenvolvimento tecnológico e nas mudanças do mundo, começaram a desenhar programas e máquinas a partir de uma nova linguagem que começava a ser escrita” (PRETTO, 2010), ou seja, a linguagem binária, de programação.

Assim, disseminou-se pelo mundo a chamada “cultura hacker”, por meio da ação de programadores, que acreditavam no poder da computação para transformar o mundo, democratizar a sociedade, sob forte influência da contracultura americana e de valores libertários, as criações hackers foram guiadas pela paixão e pela necessidade de colaborar, compartilhando conteúdo.

Concordamos com o Professor Nelson Pretto (2015), quando afirma que em meio às Tecnologias Digitais e da Informação, já não é possível apostar em um sistema educacional centrado na distribuição de informações. O autor aposta na figura do “Hacker” como inspirador de novos formatos para se pensar o ensino, uma vez que, um dos itens que compõem a ética, que orienta o fazer hacker, profere que o acesso aos computadores, e a qualquer coisa que possa ensinar sobre o funcionamento do mundo, deve ser livre de empecilhos.

Manuel De Landa (1999, apud MATTOS, 2015) defende a necessidade de se adotar uma “atitude hacker”, para além do conhecimento técnico ligado aos sistemas operacionais, ou para *hackear* um sistema de computador, e defende que tal atitude deve ser transplantada para aprender economia, sociologia, física, biologia, enfim, para *hackear* a própria realidade. Nesse mesmo sentido, Himanen (2001) esclarece que “é possível ser hacker sem ter nada a ver com computadores” e recupera a definição do *Jargon* (léxico amplamente reconhecido de gírias *hackers*) “um perito ou um entusiasta de qualquer área. É possível ser um *hacker* em astronomia, por exemplo.” (apud HIMANEN, 2001).

Na nossa pesquisa de doutorado, iniciada em 2017 no Programa de Pós Graduação em Educação da UFJF, estudamos espaços criados em meio à chamada Cultura Hacker, e denominados Hackespaces, Makerspaces, FabLabs etc, enquanto espaços responsáveis por dar acesso às tecnologias digitais,

compartilhar conhecimento e práticas de aprendizado. Pesquisamos como esses espaços, “não-formais” de educação criam (ou podem criar) pontes com a “educação formal” e ajudam nos necessários “hacks” à Educação.

Para esta proposta, nosso objetivo é apresentar o que configura a cultura hacker, bem como a chamada “Ética hacker” e apresentar algumas ações realizadas em espaços de fomento da cultura hacker, discutir algumas iniciativas promovidas por eles e o que os configura enquanto espaços “não-formais de educação”, a fim de debater em torno da pergunta que nomeia a presente proposta: “O que a educação tem a ver com a cultura hacker?”.

Palavras-chave: Cultura Hacker; Ética Hacker; Espaços Formais de Educação; Espaços Não-Formais de Educação.

O QUE DIZEM OS TUTORES PRESENCIAIS DE TELEAULAS

Tecnologia Digitais e Educação
Mônica de Souza Corrêa
monicacorreajr@yahoo.com.br
Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO

RESUMO

A fim de refletir acerca de aspectos relevantes que afetam direta e indiretamente a Educação, pode-se partir do princípio de que é uma seara bastante generosa. Nesta comunicação será apresentado de forma sucinta uma Dissertação de Mestrado em Educação apresentada em 2015, à Faculdade de Educação da Universidade Católica de Petrópolis (UCP), *O Tutor Presencial em Teleaulas*. No Brasil, a cada dia, mais alunos se matriculam em cursos de Educação a Distância - EaD, especialmente no âmbito do Ensino Superior. O surgimento da *internet* representou um novo avanço nos mecanismos de comunicação vigentes ampliou o campo da EaD até então limitada aos suportes impresso, rádio e televisão. Diante da abrangência e disseminação dessa modalidade de ensino alguns questionamentos surgiram justamente a partir da minha experiência de quatro anos como tutora presencial do curso semipresencial de Pedagogia da Universidade do Norte do Paraná- UNOPAR no polo de Teresópolis. O presente estudo teve como objetivo analisar a função atribuída ao tutor presencial da UNOPAR, sua atuação e como esse profissional se vê no modelo da modalidade de EaD de aulas teletransmitidas ou teleaula. Para atingir tais objetivo foram definidas as seguintes questões norteadoras. Como os tutores do polo de Teresópolis da UNOPAR definem sua função e como descrevem sua atuação junto as aulas? Tratou-se de uma pesquisa exploratória, de cunho qualitativo, com procedimentos metodológicos que envolveram uma pesquisa documental e a análise de entrevistas semiestruturadas. Para melhor compreender a temática apresentada, foi utilizado o aporte de teóricos como: Belloni, Kenski, Maggio, Mill e Segenreich. As declarações dos tutores junto às turmas, a leitura dos dados e a análise das informações das entrevistas geraram um retrato O que Dizem os Tutores presenciais de Teleaulas da UNOPAR: *“Tenho que conhecer todas as disciplinas de um curso, agora tiro de letra estou aqui há muito tempo, mas no início foi difícil tinha que pesquisar e estudar muito para elaborar minha função de uma forma responsável e dedicada”*. *“Nos tutores somos uma referência devemos ir além da função*

de tutor por isso acredito que minha atuação não é só orientar e sim ensinar”. E quando me perguntam sobre que aula eu dou explico todas as disciplinas de um curso inteiro”. “Na atuação como tutor no CEDERJ sou tutor de uma disciplina. Aqui sou de todas, na tutoria da UNOPAR tenho que desenvolver uma capacidade de compreensão e domínio da matéria”. Os resultados levantados constataram que as atribuições e funções relatadas pelos tutores presenciais destacam a relevância deste ator no processo ensino e aprendizagem. As análises mostraram que o Tutor presencial nas aulas teletransmitidas recebe múltiplas atribuições necessitando superar deficiências no que diz respeito à sua preparação para atuar como tutor presencial.

Palavras-chave: Educação a Distância. Tele Aula. Tutor presencial.

O USO DE NOVAS TECNOLOGIAS EM DIÁLOGO NÃO SO COM A APRENDIZAGEM GEOGRÁFICA, MAS TAMBÉM COM A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Área temática: Tecnologias digitais e Educação

Leda Valéria Santos
leda.santos@design.ufjf.br
Cleber Abreu da Silva
clebera3@gmail.com

Pensar em uma educação direcionada aos nativos digitais possui muitos desafios, por isso existem aspectos potencialmente positivos a serem vislumbrados. A sociedade, em geral, está aceleradamente mais conectada, sendo que a maior parte dos avanços tecnológicos das últimas décadas modificou intensamente as relações espaço-temporais. Estas transformações, como não poderia ser diferente, foram rapidamente absorvidas por uma geração nascida em período concomitante a essa transição, fazendo com que esse contexto, claro, alcançasse as escolas. Como resposta, infelizmente, o que ainda se vê são as muitas instituições educacionais impedindo o uso de alguns desses objetos eletrônicos, negligenciando, talvez, o enorme potencial de aprendizagem que os mesmos apresentam. E, a partir da constatação desse distanciamento temporal e espacial das escolas em relação à intensa integração da maior parte dos discentes com as novas tecnologias, questiona-se se, efetivamente, é possível que a simples ação da proibição pode apresentar alguma efetividade? Este trabalho tem a hipótese que não. Tal inquietude afligiu diretamente um grupo de educadores, composto por um docente já em atuação, além de uma bolsista do programa PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência). Um dos objetivos da proposta era viabilizar uma dialogicidade entre algumas das propostas curriculares da geografia com o potencial a ser explorado através de recursos relacionados à tecnologia da informação, sendo estes bem básicos. Além disso, e aí surge um outro diferencial da proposta metodológica, havia o interesse, dado o afloramento de demandas dos sujeitos educandos envolvidos com as atividades, de que alguns desses exercícios pudessem também contemplar um aprimoramento na alfabetização, no letramento e em um aprimoramento nas noções gramaticais e ortográficas dos alunos compreendidos, possibilitando uma ação pedagógica de intenção interdisciplinar. Todas as propostas foram mediadas pelo docente da escola, também supervisor do PIBID-Geografia, com relevante suporte da bolsista em formação. Houve, portanto, o desenvolvimento de

atividades diversas, desde pesquisas, elaboração de textos, digitação, elaboração e apresentação de slides, organização e produção de vídeos, entre outras. As propostas tiveram como objetivo principal a materialização de práticas educativas que pudessem apresentar o enorme potencial que as novas tecnologias, algumas nem tão novas, possui. Constatou-se uma universalização do envolvimento dos educandos, realmente convidados à construção de um protagonismo durante as reflexões e aprendizagem. Uma didática interdisciplinar possibilitou um currículo dialógico e dialético, passos pedagógicos apenas alcançados por razão de uma proposição que envolveu a prática de metodologias que tornaram, e tornam, o discente efetivamente um sujeito. Sujeitos como educandos, sujeitos em suas vidas na atualidade, mas viabilizando aos mesmos o conhecimento e desenvolvimento de habilidades, todas essenciais, cada vez mais, a algumas das demandas para a construção de uma dignidade humana e uma cidadania ativa.

Palavras Chave: Educandos, digitais e dialógico.

O USO DE RECURSOS DO GOOGLE DRIVE PARA ATUALIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Área Temática:

7) Tecnologia digitais e Educação

O uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação para fins educacionais.

Andréa Otoni Antunes Sales da Cruz – andreaotonisales@gmail.com

Patrícia Cimino Cavalieri Brandão - pcbr12@gmail.com

Escola Estadual Antônio Carlos/ Juiz de Fora

Neste primeiro semestre do ano realizamos a atualização do Projeto Político Pedagógico da escola de acordo com a orientação da Secretaria de Educação de Minas Gerais. Esse documento é de grande importância para a escola e através dele o gestor e a equipe pedagógica podem reconhecer a participação de todos na construção das metas a serem alcançadas pela escola, além de definir junto com sua equipe, as ações em direção ao alcance das metas. Assim, a SEE/MG disponibilizou o preenchimento dos *Itinerários Avaliativos de Minas Gerais* que reúnem orientações para a revisão do Projeto Político Pedagógico – constituição do marco referencial, do diagnóstico e do plano de ação. Construídas em forma de itinerários, essas orientações são estruturadas a partir do sequenciamento de atividades que permitem ampliar o conhecimento sobre a escola e orientam o trabalho a ser realizado. O objetivo é promover não apenas a formação em serviço dos participantes, mas contribuir para a promoção de mudanças significativas em prol da qualidade e da equidade da educação ofertada. Essa revisão e atualização do Projeto Político Pedagógico da escola precisa da participação coletiva e envolver a comunidade escolar nesse processo não é tarefa fácil. Como sabemos que é imprescindível para que este documento seja construído de forma realmente democrática e participativa e buscamos alternativas para incentivar a participação de todos. Precisávamos consultar a comunidade escolar para conhecê-la melhor, caracterizar o público que atendido pela escola e reavaliar as ações pedagógicas da escola. Iniciamos com uma pesquisa para caracterização da comunidade atendida, já no final de 2018, durante o período de renovação de matrículas. Utilizamos a ferramenta Formulários do Google Drive e através da aplicação de questionários aos pais no final de 2018 e aos alunos, professores e funcionários no primeiro bimestre de 2019, obtivemos dados para

um melhor embasamento da reestruturação do Projeto Político Pedagógico da escola. Os gráficos construídos automaticamente pelo sistema nos ofereceram uma melhor visualização das informações e auxiliaram significativamente a equipe responsável pela reestruturação do documento. A participação do coletivo escolar durante o processo contribuiu para que a formulação do documento final fosse democrática e participativa. Acreditamos que utilizar os recursos disponíveis da Web para auxiliar na construção de documentos que dependem também de uma consulta coletiva é imprescindível na sociedade digital atual. Assim como Martín-Barbero (2009), questionamos sobre como a escola pode ser hoje um verdadeiro espaço social e cultural de produção e apropriação de conhecimento e estamos na busca de caminhos que nos fortaleçam nessa missão. Entendemos que utilizar os recursos digitais para conhecer o público que atendemos é construir coletivamente os caminhos que a escola deve seguir dentro de uma gestão democrática, muito pertinente na sociedade atual, tão imersa no universo digital.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Google drive, gestão democrática.

PESQUISA ESCOLAR EM TEMPOS DE *WEB*: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Área temática: Tecnologias digitais e Educação.

Esp. Pâmela Tamiris Santos Cruz - pamsantos.20@gmail.com

Faculdade Metodista Granbery.

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a refletir acerca das pesquisas escolares a partir do advento da Internet, mais especificamente sobre as pesquisas realizadas pelos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental utilizando a referida rede. Para isso, levantamos a seguinte questão de investigação: Como os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental navegam na Internet para a realização de pesquisas escolares? Nesta perspectiva, nosso objetivo é compreender as estratégias de navegação na web, utilizadas por esses alunos, para a realização de pesquisas escolares. A partir desta questão e objetivo, elencamos como os principais autores de nosso referencial teórico: Prensky (2001), Santaella (2007) e Xavier (2005), por abordarem temáticas que dizem respeito à presença das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC- na sociedade atingindo o contexto educacional. Como caminho metodológico adotamos a pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como sujeitos 16 crianças que estavam cursando o 5º ano do ensino fundamental numa escola da rede privada. A coleta de dados para o estudo exploratório se deu por meio de um questionário, e também de um encontro com as crianças para a realização de uma pesquisa escolar na sala de informática da escola. Os dados coletados foram analisados buscando dialogar com a teoria estudada. Percebemos que a presença do computador associado à web é a ferramenta mais utilizada no que se refere às pesquisas escolares em geral. E que entender as rotas de navegação feitas pelos alunos é entender a linguagem usada por eles enquanto buscam conhecimento. Tais observações levaram-nos à escolha do tema, tendo em vista o fato de que as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) desafiam os educadores a terem um novo olhar no que se refere à busca por informações e conhecimento. Se, antes, os alunos se deparavam com uma biblioteca cheia de livros, agora se deparam com um oceano imenso chamado web, onde não existem fronteiras para as buscas e

trocas de informação. Dessa forma, e com base nas implicações advindas da metodologia empregada, foi possível constatar que os sujeitos da pesquisa, ao navegarem no ciberespaço, são envolvidos por uma estrutura não-linear que se transforma continuamente, rompendo, assim, com a ideia de um currículo cartesiano. Acessos aleatórios como os que podem ocorrer nos hipertextos permitem que a todo momento novas informações venham à tona, através de hiperlinks. Dessa forma, conseguimos vislumbrar pontos importantes em relação às estratégias e rotas realizadas pelas crianças durante pesquisas na rede.

Palavras-chave: Escola. Ciberespaço. Conhecimento. Navegação na Web.

Práticas formativas na extensão universitária: contribuições do programa E-teia para a formação dos graduandos em Licenciatura em Computação (UFJF)

**¹Liamara Scortegagna
Fabiano Rodrigues de Carvalho²
Josiane Silva³
Lucyenne Christina Oletto Viana Farnezi⁴
Priscila Rodrigues de Oliveira⁵**

Este artigo apresenta uma pesquisa desenvolvida a partir do Programa de Extensão Universitária “e-TEIA: Tecnologias de informação e comunicação na Educação: Inovação na sala de Aula”. O programa é desenvolvido por alunos bolsistas do curso de Licenciatura em Computação (LiCOMP) na modalidade de Educação a Distância (EAD) nos polos de apoio presenciais/cidades origens destes, acompanhados por uma equipe de professores da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e, tem o objetivo de ampliar a formação dos alunos do curso, inserindo-os no cotidiano das escolas da rede pública com o intuito de capacitar e informar os professores no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na sala de aula, bem como melhorar a formação dos alunos do curso, através de uma proposta integrada de ensino, pesquisa e extensão e ainda, aproximar os alunos da modalidade EAD com a UFJF, promovendo a construção de um processo de identidade e pertencimento e, a UFJF com a comunidade. O Programa atualmente está em sua 3ª edição e o universo da pesquisa são professores da rede pública de ensino do estado de Minas Gerais. Pretende-se produzir uma reflexão acerca do programa, buscando demonstrar que extensão é espaço de vivências e confrontos entre teoria e prática numa dinâmica de diálogo, integrando os campos profissionais e sociais.

Palavras-chave: Tecnologias de Informação e Comunicação. Extensão Universitária. Licenciatura em Computação. Educação a Distância. e-TEIA.

¹Coordenadora do Curso de Licenciatura em Computação e do Programa de Extensão e-TEIA da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. liamara@ice.ufjf.br

²Graduando em Licenciatura da Computação e bolsista na modalidade de Treinamento Profissional do Programa de Extensão e-TEIA da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. fabiano@ice.ufjf.br

³ Graduanda em Licenciatura da Computação e bolsista na modalidade de Treinamento Profissional do Programa de Extensão e-TEIA da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. josiane@ice.ufjf.br

⁴ Graduanda em Licenciatura da Computação e bolsista na modalidade de Treinamento Profissional do Programa de Extensão e-TEIA da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. lucyenneviana@gmail.com

⁵ Graduanda em Licenciatura da Computação e bolsista na modalidade de Treinamento Profissional do Programa de Extensão e-TEIA da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. prijf05@gmail.com

V Semana da Faced e X Semana da Educação da UFJF

MODALIDADE: Comunicação Oral - Para submeter uma proposta de trabalho na modalidade Comunicação Oral, os (as) proponentes deverão apresentar um resumo que contemple as seguintes informações e critérios acadêmicos: o objetivo, a justificativa, o problema, o referencial teórico-metodológico, os resultados e as conclusões. Cada proposta poderá conter até 3 coautores e obedecer às regras de formatação abaixo.

PRODUÇÃO COLABORATIVA DE CONHECIMENTO: REDES PARA MULTIPLICAR E APRENDER

Lubélia de Paula Souza Barbosa¹

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma experiência realizada com os Servidores do Departamento de Planejamento Pedagógico e de Formação (DPPF/SE/PJF) com o objetivo atribuir conhecimento prático na utilização do pacote de aplicativos do Gmail, dentre outras ferramentas, a fim de aperfeiçoar as habilidades dos servidores no uso de recursos disponíveis na Internet, através do Núcleo Tecnológico Municipal (NTM/JF), da Secretaria de Educação da Prefeitura de Juiz de Fora. Percebendo a necessidade de otimização das reuniões pedagógicas mensais, oficinas e minicursos são realizados de acordo com as solicitações dos departamentos, e atualmente, a evasão, vem sinalizando que se faz necessário buscar novas formas de interação, recursos ferramentas para incentivar os Servidores a participarem destes momentos ampliando as possibilidades de reflexão/ação sobre a prática diária. Neste sentido, referencial teórico está centrado nas reflexões de Moran (2000), a educação a distância “É uma opção cada vez mais importante para aprender ao longo da vida, para a formação continuada, para a aceleração profissional, para conciliar estudo e trabalho”. Em Wenger (1998), o conceito de Comunidade de Práticas postula que, são pessoas que aprendem, constroem e “fazem” a gestão do conhecimento, com responsabilidades no processo – por interesses comuns na aprendizagem e principalmente na aplicação prática do aprendido Parte da capacitação foi desenvolvida por meio do curso Docência, Tecnologias e EAD, veiculado essencialmente, via internet, no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) Moodle/PJF, utilizando diversos recursos multimídia que facilitam a busca de informações, aperfeiçoam a reflexão e incrementam a interação entre os Servidores da Supervisão que compõem a DPPF/SE/PJF. As atividades tiveram início nas reuniões pedagógicas do mês de março de 2018 e os materiais foram disponibilizados durante o mês para os participantes no AVA. Ocorreram dois momentos presenciais de 04 horas cada, na abertura do curso, 01 sessão presencial de 04 horas no final do curso e mais 04 sessões online perfazendo uma carga horária total de 30 horas. Foi disponibilizado um questionário final, com vistas à avaliação. As respostas permitiram-nos perceber que houve grandes contribuições na formação e no desenvolvimento pessoal, foram apontados motivos de contribuição para a formação pessoal, para além da esfera profissional, e também a possibilidade de desenvolver a capacidade de trabalhar em equipe.

¹ Professora da rede municipal de ensino de Juiz de Fora. Coordenadora do Núcleo Tecnológico Municipal e do Grupo Mídia Educação. Supervisora de Administração do Centro de Formação do Professor SACFP/SE/PJF ti.lubelia.barbosa@gmail.com

Palavras-Chaves: Formação Continuada, Tecnologias,

Projeto da horta desenvolvido no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)

Os projetos pedagógicos que foram e estão sendo desenvolvidos dentro da Escola Estadual Mariano Procópio, tem por objetivo levar os alunos da instituição a construir seus conhecimentos de uma maneira diferenciada e dinâmica dentro e fora do espaço escolar. Tais trabalhos foram pensados e constituídos pelos integrantes do Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) que fazem parte do grupo Ciência e Tecnologia do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Juiz de Fora. O intuito de tal programa (PIBID) é proporcionar aos graduandos uma ampliação de suas formações através do contato com a realidade de escolas públicas brasileiras, o que contribui significativamente para suas futuras práticas pedagógicas.

Enfocando a disciplina de Ciências e o uso de tecnologias, os projetos trazem possíveis atividades que poderão ser desenvolvidas pelos estudantes da instituição com o intuito de auxiliar os mesmos no processo de construção de seus conhecimentos. É importante salientar que os sujeitos, atualmente, vivenciam diariamente diversas situações nas quais o uso da tecnologia se faz presente. Os jovens, desde muito cedo, tem um contato constante com variados aparatos tecnológicos e, por esse motivo, é relevante que a escola inclua em suas atividades oportunidades para que os alunos utilizem tais instrumentos em seus aprendizados e percebam que é possível construir seus conhecimentos com o auxílio da tecnologia. Mesmo diante de uma atualidade na qual os alunos vivem imersos em um contexto de extrema globalização e constroem seus conhecimentos, não de maneira linear, e sim como um mosaico (Diversas informações que se conectam e constituem um conhecimento amplo), a escola ainda apresenta-se como uma instituição pautada em um ensino linear que se baseia prioritariamente no livro didático.

Um dos projetos propostos diz respeito à criação de uma horta agropedagógica como espaço de construção de conhecimentos e vivências de novas experiências. Os principais lugares utilizados na escola para a realização do projeto em questão foram a sala de informática e a área verde. Na sala de informática orientamos os alunos a realizarem pesquisas na internet para que eles

pudessem investigar, por exemplo, como se prepara o solo, quais materiais seriam necessários em seus trabalhos e quais os cuidados o solo precisaria receber mesmo depois que a horta estivesse pronta.

O espaço verde, por sua vez, foi o local onde montamos nossa horta. Trata-se de um espaço amplo e arejado que até então não era utilizado pela escola para nenhuma função. Desse modo, por meio da horta, conseguimos trabalhar com os alunos diversos conteúdos do terceiro ano de forma prática e divertida, como por exemplo, abordamos questões sobre a estrutura e composição do solo, assim como a sua importância para a sobrevivência dos seres vivos (já que vem dele grande parte dos alimentos que consumimos e são as plantas que produzem o oxigênio que respiramos). Também é possível estudar, a partir do projeto, questões sobre as plantas, fotossíntese e alimentação saudável que também são conteúdos do terceiro ano. Finalmente, as observações realizadas nas transformações.

Realizar o projeto tem sido um aprendizado imenso, tanto para nós, pibidianos, como para os alunos. Desde o início dos trabalhos, os alunos foram extremamente participativos, o que contribuiu ainda mais para que pudéssemos obter os resultados satisfatórios e produtivos que tivemos, tanto na realização da pesquisa como na construção da horta.

Autores:

Maria Eduarda Beto Rodriguez

e-mail: mariaeduardabetto@gmail.com

Roberta Martins de Amorim

e-mail: roberta.28.martins@gmail.com

Mariana Silva Nascimento

e-mail: nana_nascto@hotmail.com

Teresa Rita David Egydio

e-mail: teresardegydio@gmail.com

QUIZ COMO FERRAMENTA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE CONCEITOS INICIAIS DE GENÉTICA.

Área temática: Tecnologias digitais e Educação

Marcela Oliveira Afonso

marcelaoa@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestranda PROFBIO / UFJF - Bolsista Capes

Michele Munk

michele.munk@ufjf.edu.br

Universidade Federal de Juiz de Fora
Coordenadora PIBID Biologia - Capes

RESUMO

Na busca de um processo de ensino-aprendizagem eficaz na educação formal, o professor, em sala de aula, passa a atuar numa postura de provocador (SHUNEMANN, 2012). O papel do professor é fazer o aluno pensar, agir e promover novas reflexões, acompanhando os passos do educando na sua trajetória de construção do conhecimento. Nesse sentido, o professor deve ser sempre um pesquisador, não só de conhecimentos científicos, metodológicos, mas também da sua própria prática pedagógica (FREIRE, 2013). Atividades em grupos heterogêneos se justificam em um ambiente em que ha diversidade de opiniões e argumentos, o pensamento e o discurso individuais serão mais ricos, desde que o professor apresente aos alunos situações-problema que os façam pensar, falar e agir (PEDRANCINI, 2011). Já que o celular (smartphone) é um aparelho tão presente na vida do aluno seu uso pode deixá-lo mais à vontade para expor suas habilidades e conseqüentemente seu conhecimento. É importante aqui mudar o objetivo da utilização deste aparelho para a geração de conhecimento e estímulo ao aprendizado. Visto que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) estão presentes no cotidiano dos alunos, e que poderão fazer parte da sua vida profissional, é esperado que elas sejam exploradas nas escolas. Nesse contexto, a utilização das TIC e das ferramentas da WEB 2.0 em Google Docs, Google Forms e Flubaroo, podem ser ferramentas que contribuem para se conseguir ensino e aprendizagem de qualidade. (PÁDUA, 2016). No presente trabalho foi criado um formulário no software Google Forms com a pergunta "É uma característica genética?" e em seguida alguns atributos em seres humanos como cor do cabelo e tipo sanguíneo; e algumas condições como depressão e miopia, totalizando 15 caracteres. Os alunos foram organizados em grupos de acordo com afinidade entre

eles, com o critério que pelo menos um dos integrantes do grupo deveria ter um smartphone com acesso a internet. Foi disponibilizado o link para o formulário e, ao mesmo tempo, os grupos começaram a responder. A professora acompanhou, em tempo real, a finalização da atividade e orientou os grupos a conferirem suas respostas, o próprio formulário mostra, ao final, as respostas corretas. Este momento foi o mais rico, os alunos se surpreenderam com algumas questões e conversaram bastante sobre as respostas que deram. Foi possível observar o processo de aprendizagem acontecendo a partir do próprio debate entre os alunos. Os alunos participaram ativamente na resolução da atividade. Em sua totalidade mostraram bastante facilidade com a metodologia deixando a energia e memória de trabalho para a discussão entre os participantes do grupo e resolução da atividade.

Palavras-chave: Estratégia de ensino; Tecnologias de Informação e Comunicação; Ensino de Biologia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Robson. **Mudança ou enganação?**. Professor Digital, SBO, 21 jan. 2013. Disponível em: <<https://professordigital.wordpress.com/2013/01/21/mudanca-ou-enganacao/>>. Acesso em 04 de março de 2019.

PÁDUA, A e SOUZA, F. A. **Google Forms e Flubaroo: feedback escolar de forma sustentável**. Congresso regional sobre tecnologias nas educacao. 2016. Disponível em: <<http://ceur-ws.org/Vol-1667/Minicurso03.pdf>> Acesso em 04 de março de 2019

PEDRANCINI, M. J. C. e GALUCH, M. T. B. **Mediação pedagógica e formação de conceitos científicos sobre hereditariedade**. 2011. Disponível em <https://reec.uvigo.es/volumenes/volumen10/ART6_Vol10_N1..pdf> Acesso em 20 de janeiro de 2019.

SCHUNEMANN, H. E. S; Duarte, E. C.; Sousa, E. C. e Amorim, M. B. B. **Metodologias Ativas de Ensino: Um Instrumento Significativo no Ensino-Aprendizagem de Genética**. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas - 2012. Disponível em <http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/1486p.pdf> Acesso em 26 de setembro de 2018.

RECURSOS, ANALOGIAS E ALTERNATIVAS PARA O ENSINO DO ÁTOMO QUÂNTICO NO ENSINO MÉDIO: UMA PROPOSTA DE ENCORAJAMENTO.

Área Temática: Tecnologias Digitais e Educação

Danilo Cardozo Flôres - danielcardozo007@hotmail.com - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

O presente trabalho busca desenvolver uma metodologia de ensino encorajadora sobre o ensino dos átomos na sua perspectiva quântica aos discentes do ensino médio, buscando revelar uma atual verdade sobre a constituição da matéria que os cercam. Um dos maiores desafios de um professor de química em uma sala de aula é fazer com que a evolução dos modelos atômicos seja compreendida pelos alunos. Porém, segundo Melo e Neto (2013), para o aluno, não fica claro até que momento se pode ou não trabalhar com um determinado modelo, quando é necessário um conhecimento mais aprofundado, e quais as necessidades reais que levaram à elaboração de um modelo mais aprimorado. O modelo de Niels Bohr, que por sua vez é o último estudado nos planejamentos curriculares atuais, apresenta ainda algumas limitações, e o modelo que o sucede historicamente durante a evolução e o avanço da ciência, é o modelo desenvolvido nos trabalhos de Louis de Broglie, Werner Heisenberg, e Erwin Schrödinger durante o século XX, onde a mecânica quântica foi desenvolvida. Seu entendimento total é um tópico extremamente avançado e abstrato na física moderna, porém, de acordo com Duit (1991), o uso de analogias pode facilitar a compreensão de conceitos ou fenômenos abstratos, bem como a “visualização” deles, desde que estabelecidas suas distinções. Desta forma, têm-se como objetivo a elaboração de uma metodologia de ensino para os fenômenos mais importantes, pilares da mecânica quântica baseada em analogias e contextualizações com objetos e fenômenos macroscópicos que podem ser visualizados no cotidiano, que remetem a uma compreensão verdadeira intuitiva desta matéria. Através de buscas utilizando livros didáticos de física, estudos das analogias científicas presentes dentro da química e da literatura que estuda a utilização dessas abordagens alternativas para o aprendizado de conteúdos abstratos, foi possível construir maneiras de se relacionar fenômenos cotidianos com alguns dos conceitos reguladores da física quântica, como o princípio da incerteza e a sua semelhança interpretativa com uma filmagem de uma corrida de fórmula 1, o comportamento dual da matéria e as oscilações durante a brincadeira de pular corda, e a semelhança de forma e compreensão

interna entre o tratamento probabilístico da localização do elétron no átomo em seus orbitais e um balão de festa cheio de confetes dentro. A conclusão deste conjunto de analogias estruturadas para abordagem no ensino médio mostra a real possibilidade de se trabalhar e desenvolver métodos didáticos de baixo custo para o ensino da mecânica quântica. Podendo proporcionar aos alunos uma compreensão mais verdadeira, atual, estável, e justificada da estrutura da matéria, tornando o ensino dos átomos mais coerente e real do ponto de vista científico através da perspectiva experimentação e ludicidade em sala de aula.

Palavras Chave: Ensino de Química. Analogias. Átomos. Mecânica Quântica.

Referências Bibliográficas:

MELO, Marlene. R.; NETO, Edmilson. G. L. Dificuldades de Ensino e Aprendizagem dos Modelos Atômicos em Química. **Química Nova na Escola**, V. 35, n. 2, p. 112-122, mai. 2013.

DUIT, Reinders. On the Role of Analogies and Metaphors in Learning Science. **Science Education**, v. 75, n. 6, p. 649-672, nov. 1991.

MONTEIRO, Ivone G.; JUSTI, Rosária S. Analogias em Livros Didáticos de Química Brasileiros Destinados ao Ensino Médio. **Investigações em Ensino de Ciências**, Porto Alegre, v.5, n.2, p. 67-91, ago. 2000.

FRANCISCO JUNIOR, Wilmo Ernesto. Analogias em Livros Didáticos de Química: um Estudo das Obras Aprovadas Pelo Plano Nacional do Livro Didático Para o Ensino Médio 2007. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.121-143, mar. 2009.

UM ESTUDO SOBRE O USO DA REALIDADE VIRTUAL PARA O ENSINO E A APRENDIZAGEM DE VOCABULÁRIO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Tecnologias digitais e educação

Ana Maria Vieira Monteiro - anamvmonteiro@gmail.com
Doutoranda em Linguística na Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista CNPq
Patrícia Nora de Souza Ribeiro – patnora.souza@gmail.com
Professora da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

Os estudos avaliativos dos efeitos da hipermídia na aquisição de segunda língua têm se baseado em interfaces cuja interação com o usuário se resume ao *input* (entrada de dados) na forma de cliques, textos digitados e voz. Contudo, essas formas de interação não são mais as únicas possibilidades de se pensar a relação do usuário com uma máquina de processamento de dados. Desde 2012, a realidade virtual (RV) tem sido utilizada por experimentos diversos, não raro com funções pedagógicas, utilizando-se sobretudo do sentimento de presença do usuário na narrativa, possível através de certas técnicas imersivas. O conteúdo desses dispositivos é visualizado em 360 graus por meio de telas muito próximas aos olhos, localizadas em um *headset* ou visor. Em vez de utilizar o teclado de um computador ou um mouse, o usuário desses dispositivos pode acessar um link simplesmente direcionando o olhar para ele durante alguns segundos ou acionar um botão no *headset*. Ainda, controles que podem acompanhar os dispositivos ampliam as possibilidades de interação e manipulação dos objetos da cena. Quanto maior for a interferência do usuário nas imagens, maior é a sensação de presença no ambiente. É nesse contexto que esta pesquisa exploratória investigou a RV com o objetivo de observar os efeitos de seu uso para a aprendizagem e retenção de vocabulário de língua inglesa. Esta comunicação, portanto, apresenta a elaboração e os resultados de um estudo, realizado em sala de aula, aplicado a alunos de graduação do curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. Com a função de construir um ambiente narrativo para o ensino de vocabulário, foram utilizados o aplicativo Google Expeditions e o *headset* de realidade virtual Google Cardboard. Além do conteúdo criado para essa tecnologia, foi elaborado um plano de aula que a inseriu em meio à discussão com os

alunos sobre o tema do *tour* virtual, a saber, a vida e a obra da artista mexicana Frida Kahlo. À população selecionada para compor a amostra desse estudo foram direcionadas as seguintes ações metodológicas: teste de nivelamento em língua inglesa, testes de vocabulário, exposição ao ambiente virtual, participação nas discussões de sala de aula e redação sobre o tema da experiência. No plano teórico, o presente estudo fundamenta-se nos pressupostos da Teoria Cognitiva da Aprendizagem Multimídia (MAYER, 2001) e nas contribuições da neurobiologia no estudo sobre o papel do afeto no aprendizado de línguas (SCHUMMAN, 1998; 2001). Conclui-se, a partir dos testes de vocabulário e da redação, que a realidade virtual se mostrou uma ferramenta de ensino com o potencial de maximizar o aprendizado e o engajamento do aprendiz na atividade didática.

PALAVRAS-CHAVE: realidade virtual, ensino e aprendizado de língua estrangeira, afetividade.

A ARTE COMO FORMA DE EXPRESSÃO E DISCUSSÃO DE CONFLITOS DOS JOVENS DO ENSINO MÉDIO

Área Temática:

8) **Arte, visualidades e educação:** Arte-educação.

Menezes, Lucas Nascimento

lucasmenezesdesign@gmail.com

Cruz, Andréa Otoni Antunes Sales

andreaotonisales@gmail.com

Escola Estadual Antônio Carlos/ Juiz de Fora

Nos últimos anos, recebemos vários alunos e alunas do Ensino Médio, com problemas emocionais relacionados à ansiedade e depressão que acabam influenciando as relações sociais dentro e fora da escola, além de impactar também no desenvolvimento escolar. Recentemente perdemos um ex-aluno, vítima de suicídio o que acabou sensibilizando toda a comunidade escolar. Este trabalho tem como objetivo de relatar o processo de criação de uma peça teatral envolvendo alunos do 3º ano do Ensino Médio considerando temas presentes no cotidiano dos jovens estudantes: amizade, depressão, mídias digitais, suicídio. O desenvolvimento deste trabalho foi iniciado quando professor lançou aos alunos um desafio de criar uma produção artística por completo. A orientação inicial era que o teatro seria no estilo itinerante, ou seja, todas as turmas juntas seriam divididas em 12 cenas. O processo era itinerante pois o público não seria passivo, eles, em grupo, iriam passar por cada cena assistindo o teatro. A proposta do professor era debater no teatro um problema social pertinente à realidade deles, usando a arte como forma de entrada e discussão dos seus problemas e conflitos pessoais. Em reunião com outros professores foi elencado o tema desigualdade social e sua interferência no convívio entre o jovens. Tema que seria utilizado como pano de fundo da peça foi a convivência de dois alunos com diferentes realidades financeiras, que estudavam na mesma escola. O professor de artes então fez uma pequena guia de como seria cada cena. Com esse material em mãos e dividido os grupos, foi solicitado aos alunos que fizessem um resumo inicial de como seria sua cena. Os temas que surgiram foram diversos, como racismo, homossexualidade, xenofobia, porém os que mais se repetiram foram: falsas amizades, depressão e suicídio. Foi realizado um recorte com os temas de maior destaque para que os alunos escrevessem as cenas.. Durante o processo de criação, professores de outras disciplinas discutiram em suas aulas o assunto, dando uma base teórica de argumentação e criação do projeto. A etapa seguinte foi para a criação dos figurinos e cenários, além dos ensaios; tudo isso graças ao apoio de outros professores em suas aulas. No dia da apresentação cada grupo montou sua cena num ambiente da escola (sala de aula, vestiário, pátio, biblioteca), e o público pode passar, refletir e se emocionar com cada cena vendo o debate entre dois amigos que por causa de problemas familiares, falta de apoio e amizades erradas passaram por diversos problemas chegando à depressão e à tentativa de suicídio. Este trabalho relata a importância da arte no currículo como forma de expressão, também, da realidade e da vida.

Palavras chave: Arte, teatro, desigualdade social, amizade.

A ARTE E A CIÊNCIA DO MOVIMENTO: A HISTÓRIA PELA CIÊNCIA PARA EDUCAR

Área temática: Arte, visualidades e educação

Autores:

Nivia de Souza Costa, nivjadesouza@gmail.com, aluna do Curso de Letras/Tradução, bolsista Proex e Anaelli A. Nogueira Campos, anaellicampos@gmail.com, Professora do Departamento de Fisiologia – ICB/UFJF.

RESUMO

Este estudo apresenta um retrato detalhado de como o estudo da fisiologia do movimento contribuiu para o desenvolvimento do conhecimento em diversas esferas da sociedade: artística, cultural e tecnológica. O estudo se baseia no trabalho do estudioso francês Étienne-Jules Marey, o qual revolucionou o estudo da fisiologia do movimento, contribuindo para muito além das barreiras físicas dos sistemas biológicos. Este trabalho mostra como que o entendimento da disciplina de fisiologia do movimento mudou a partir de observações e experimentações, além de abordar suas aplicações nos tempos atuais.

Palavras-chave: arte; educação; fisiologia; movimento; tecnologia.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão da disciplina de fisiologia pode ser essencial para o desenvolvimento do conhecimento em diversas esferas da sociedade. Visando contribuir nesse sentido, um curso, “Marey: A Arte e a Ciência do Movimento”, foi organizado e ofertado à comunidade. Este curso versou sobre a história e a aplicação dos estudos da fisiologia do movimento e o enredo principal foi a obra de Marey. A abordagem global e a paixão pelo estudo do movimento o conduziram às fronteiras do cinema e da arte moderna, por exemplo. Dessa forma, o curso permitiu aos profissionais de diferentes áreas um aprendizado sobre a fisiologia do movimento a partir de uma perspectiva holística.

2. OBJETIVO

O objetivo principal deste curso foi discutir e divulgar como o estudo da fisiologia do movimento contribuiu para o desenvolvimento do conhecimento nas esferas artística, cultural e tecnológica.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi apresentado à comunidade na forma de um curso organizado na modalidade *Mooc* (Curso Online Aberto e Massivo), em uma plataforma de estudo à distância e de forma gratuita. Utilizou-se o paradigma da transversalidade idealizado na contribuição de Marey, cujo trabalho nos ensina formas inovadoras de se entender o cinema, a arte, o treinamento esportivo, a reabilitação de pacientes, entre outras disciplinas. O curso foi organizado em seis semanas e cada aula consistiu na apresentação de vídeos-aula e de atividades.

4. RESULTADOS

O público alcançado com essa atividade foi de 670 pessoas (18 a 60 anos) de todas as regiões do Brasil, de ambos os sexos, a maioria alunos de graduação de vários centros universitários. Cento e oitenta e oito alunos concluíram o curso. A maioria dos alunos (95%) avaliou que o curso correspondeu suas expectativas e atribuiu nota maior que 8,0 ao curso nos quesitos apresentados na avaliação.

5. CONCLUSÃO

Este projeto disponibilizou um conteúdo original para o público, contribuiu para o enriquecimento da cultura do público-alvo, oferecendo um conteúdo à margem do consumo de massas, além de contribuir para a consolidação de um dos pilares da Universidade Pública em nosso país: a Extensão Universitária. Essa proposta oferece ainda uma oportunidade de discussão sobre a necessidade de uma formação acadêmica mais ampla, que considera a perspectiva histórica e cultural.

**A PRESENÇA AFRODESCENDENTE NA ARTE BRASILEIRA E NA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES
ARTES E VISUALIDADES**

Francione Oliveira Carvalhoⁱ,
Matheus Assunção Braz Monteiroⁱⁱ,
Karina Pereira da Silvaⁱⁱⁱ

Resumo: A discussão que fundamenta esta Comunicação Oral é baseada no projeto de pesquisa “Território do Significado: a presença afrodescendente na arte e na escola brasileira” e sua consecutiva investigação “a produção artística de novos criadores afrodescendentes e seus desdobramentos educacionais”. O objetivo central é identificar e problematizar como a produção visual que tematiza as experiências negras surgem na arte e na pesquisa acadêmica brasileira dos últimos dez anos e de que maneira impactam na formação dos licenciandos de arte, como também no ensino da Arte nas escolas brasileiras. O levantamento de dados se deu a partir do banco de teses e dissertações da CAPES; da catalogação da produção de jovens artistas que problematizam as experiências negras em suas obras com base em catálogos de exposições das principais instituições culturais brasileiras, em revistas especializadas em artes visuais e na rede social Instagram. A pesquisa considerou como jovens artistas os nascidos a partir de 1987, entretanto, percebemos que no caso dos artistas afrodescendentes o acesso ao mercado de arte se dá após os trinta anos de idade, sendo o racismo institucional um dos entraves vivenciados por este grupo. A presença de mulheres e dissidentes de gênero e sexualidade surge muito tímida, evidenciando as estatísticas oficiais e o lugar da mulher negra ainda como base da pirâmide social brasileira. Nesse cenário destaca-se o trabalho de pesquisadores (as) negros (as) oriundos das várias partes do país impulsionados pelas políticas públicas educacionais adotadas no Brasil desde 2001. Experiências diversas que podem ser pensadas a partir de um “território do significado” (CARVALHO, 2011), que indo além da noção geográfica de delimitação e ocupação do espaço, dialoga com as estruturas de sentimentos, experiências, crenças e valores que produzem o reconhecimento e o pertencimento aos grupos. A investigação também revela a quase ausência da produção e do pensamento artístico de artistas e pesquisadores que se debruçam sobre a temática negra contemporânea, tanto na academia quanto no currículo

de formação de professores de arte. Essa ausência é apenas uma das consequências históricas de uma despolitização da cultura que, a partir dos seus reflexos nos conteúdos trabalhados nas aulas de Arte – em diferentes níveis e contextos –, evidenciam a necessidade de se (re)conhecerem os currículos como territórios de disputa (ARROYO, 2011). Consolida-se, assim, o fomento ao cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08 que trazem a obrigatoriedade das histórias afro-brasileiras e indígenas no ensino básico e na formação dos professores no Brasil.

Palavras-chave: Arte afrodescendente, arte brasileira, interculturalidade, formação de professores de arte, academia.

Referências:

ARROYO, Miguel Gonzáles. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011, p. 21-52.

CARVALHO, Francione Oliveira. *Fronteiras Instáveis: inautenticidade intercultural na escola de Foz do Iguaçu*. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo: PPGEAHC/Mackenzie, 2011.

CARVALHO, Francione Oliveira. MARTINS, Mirian Celeste. “A Interculturalidade na formação do pedagogo brasileiro: territórios de Arte & Cultura”. *Revista Educação Online*, n. 15, jan./abr. 2014, p. 144-157

ⁱ Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Programa de Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da FFLCH/USP. E-mail:

francioneoliveiracarvalho@gmail.com

ⁱⁱ Estudante da Licenciatura em Artes Visuais IAD/UFJF. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. E-mail:

matheus_assuncao14@yahoo.com.br

ⁱⁱⁱ Estudante da Licenciatura em Artes Visuais IAD/UFJF. Bolsista do programa Bolsa de Iniciação Científica BIC/UJFJ. E-mail: karinaxxpereira@gmail.com

A REVOLUÇÃO FOTOGRÁFICA: ARTE, APARELHO E REPRODUÇÃO

Área temática: Arte, visualidades e educação

Autor: Marcus Vinicius Carnivali de Araujo

Instituição de Origem: UFJF

E-mail: marcuscarnivali@gmail.com

Agência financiadora: GET-FILOSOFIA-UFJF

O presente artigo, utilizado para a apresentação, é baseado no artigo que escrevi como TCC para minha formação em Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela UFJF. O TCC apresenta o título: *A REVOLUÇÃO FOTOGRÁFICA: ARTE, APARELHO E REPRODUÇÃO*, que também será mantido para a apresentação, visto que, a abordagem e os objetivos permanecem os mesmos. A motivação para escrevê-lo, assim como a de apresentá-lo sob essa forma, surgiu de minha percepção sobre a necessidade de textos que busquem aprofundar a abordagem sobre a fotografia, mas que ao mesmo tempo possam ser acessíveis não só para filósofos e interessados em arte, mas também a leitores mais distantes desses temas. Portanto, a intenção é não só buscar um estudo filosófico/estético sobre a fotografia, mas também servir como ponte para o leitor distante e demonstrar o valor, que permanece bastante atual, do estudo sobre as obras de arte. Para a apresentação buscarei resumir o artigo, apresentado como TCC, em sua ideia central, buscando refletir primeiramente sobre a influência da fotografia nas demais obras de arte, apresentar o seu papel revolucionário e posteriormente a refletir sobre sua função como obra de arte própria e forma de “acesso ao mundo”. Ao articular temas filosóficos com questões que permanecem atuais, buscarei na apresentação convidar o ouvinte para reflexão e servir como ponte de acesso dos pontos abordados pelos autores utilizados. O método utilizado na produção foi a leitura de obras dos autores principais, utilizados como espinha dorsal do texto, e articulá-los com outros autores pertinentes e reflexões próprias. Os dois autores centrais são: Walter Benjamin e Vilém Flusser. A escolha desses dois pensadores é proposital, o objetivo é uma análise de forma híbrida, buscando destacar e articular suas visões nos seus contrastes e pontos de convergência. Com Benjamin o artigo analisa o papel da fotografia como forma de reprodução de outras obras de arte, questionando sobre como essa nova forma de acesso modifica nossa percepção sobre elas, para posteriormente, analisar a fotografia como criadora de arte. Com Flusser analisaremos

num primeiro momento sobre o “aparelho” fotográfico e a sociedade pós-moderna, e posteriormente sobre a fotografia produzida por esse “aparelho”. Concluindo, o artigo, como dito acima, não tem a intenção de decretar uma interpretação única e definitiva sobre o papel da fotografia, mas servir de convite e também de ferramenta para que fotógrafos, entusiastas, filósofos, artistas e demais interessados possam refletir sobre uma questão fortemente presente na vida social, mas que frequentemente passa despercebida. O artigo conclui que a fotografia não é apenas mais uma forma de arte, é uma nova maneira de acessar a arte levantando perguntas que permanecem inquietantes. Pensar sobre o tema é pensar não só sobre como a sociedade lida com as fotografias e a arte em geral, mas como lida com a mensagem que as obras tentam passar.

PALAVRAS CHAVE: Fotografia. Benjamin. Flusser. Estética.

ALUNOS BOLSISTAS EM COLÉGIOS PARTICULARES: QUAIS AS DISPOSIÇÕES DAS FAMÍLIAS EM BUSCA DESSE TIPO DE EDUCAÇÃO?

Área Temática: Artes, visualidades e educação

Carolina Leite Cazarim

carolina.cazarim@gmail.com

Mestranda em Educação na Universidade Federal de Juiz de Fora

O presente trabalho é um desdobramento de uma pesquisa de Mestrado que busca apresentar uma revisão de literatura acerca do tema, com o aporte da Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu. Nesse sentido, o objetivo consiste em analisar quais as motivações das famílias de classes populares a procurarem esse tipo de educação em colégios privados para seus filhos, inserindo-os até mesmo em um novo contexto social. Com a contribuição teórico-metodológica de Setton (2005) (2015), Nogueira e Nogueira (2002), Van Zanten (2010), Lacerda (2006), Portes (2001) dentre outros pesquisadores da área, partimos do pressuposto que o ambiente escolar se apresenta como espaço de reprodução das desigualdades sociais, no qual os alunos não competem em condições igualitárias, trazendo consigo uma bagagem cultural e social diferenciada. Destacamos as particularidades contemporâneas dos processos de socialização, e como a família e a escola são produtoras de recursos e valores de identidades e morais, formando extensões de consciência e concebendo matrizes socializadoras responsáveis por um conjunto de disposições, práticas de cultura e experiências. Com isso, é importante refletir sobre a questão dos capitais como pré-disposições que esses alunos e famílias trazem consigo, uma vez que cada indivíduo é composto por uma quantidade relativa dos quatro tipos de capitais: cultural, econômico, social e simbólico; e como a composição desses capitais, e maior ou menor grau, pode influenciar na trajetória escolar desses estudantes, se revertendo em práticas de estratégias de investimento escolar e julgamentos adotados pelas famílias, através da constituição de uma rede social de relações para a aquisição de novas disposições, que refletem os interesses das famílias incorporados nos estudantes, de modo a buscar se inserir nesse novo campo social, com destaque para a autodeterminação desses sujeitos, o desejo de mobilidade social via escolarização e de reconhecimento social. Portanto, a literatura destaca a importância da motivação do

estudante para uma trajetória escolar de sucesso, porém, aliado a esse fator está mobilização da família em prol ao incentivo a esse percurso escolar, sendo de suma importância, como destacado acima, a constituição de uma rede de relações que colabore com a percepção da lógica de funcionamento escolar e que colabore com a busca de alternativas para se inserir e se manter dentro do novo ambiente social e escolar. A relação das pessoas menos abastadas socialmente com a educação passa por uma trajetória de percalços e muitas das vezes não apresenta uma linearidade, no qual a maioria das vezes os próprios familiares não conseguiram dar continuidade aos seus estudos por inúmeros fatores, com isso, buscaremos explorar quais as disposições que esses familiares foram constituindo a fim de investir na escolarização de seus filhos para assim poderem batalhar por um futuro diferente da realidade que os cerca.

Palavras-chave: sociologia da educação, estratégias de escolarização, classes populares.

ARTE-EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM ATIVA: O PAPEL DA ARTE ANTE AS NOVAS DEMANDAS DA EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI.

Área temática: Arte e visualidades

Bruno Gomes de Almeida

brugomes7@yahoo.com.br

Doutor em Arte e cultura contemporânea -UERJ

CAP João XXIII - UFJF

A história da arte-educação no Brasil revela o quanto foi preciso conquistar terrenos para que ela pudesse ter seu espaço nos parâmetros curriculares vigentes. Algo que, de certa forma, deixou um legado de maior reconhecimento da importância que a arte tem para os processos educacionais. Embora algo ainda muito distante do ideal.

Diante das transformações e novas demandas da educação dos dias de hoje, torna-se uma tarefa importante repensar como que a prática educacional da arte pode ser realocada nesse contexto. O anseio por se renovar as práticas pedagógicas se ampara em alguns preceitos que defendem um maior e melhor aprimoramento de habilidades e capacidades que, inevitavelmente, coincidem com aquelas desenvolvidas pela arte.

Com isso, há uma necessidade crescente no meio educacional em se ressignificar a prática da arte-educação de modo a contextualizá-la às questões próprias das demandas da educação do século XXI. Potencializar a sua atuação enquanto um campo de conhecimento indispensável para a aprendizagem e o desenvolvimento.

Desta forma, o texto destaca alguns pontos essenciais dessa questão. Sobretudo, refletindo sobre como a prática educacional da arte é indispensável para uma educação que se fundamenta cada vez mais nos preceitos de uma aprendizagem ativa, de maior protagonismo dos estudantes. Sua contribuição para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de capacidades imprescindíveis para o mundo contemporâneo.

São apresentados alguns termos e conceitos que têm feito, cada vez mais, parte das discussões sobre renovação e inovação na prática pedagógica. Casos de: aprendizagem ativa; pedagogia de projetos; competências do século XXI; autonomia;

criatividade; colaboração; e cidadania global. Temas que ajudam a delinear o contexto de reflexão sobre educação nos dias de hoje, e que podem ser bastante potencializados pela arte-educação. Algo que encontra ressonância no pensamento dos seguintes autores citados no texto: Elliot Eisner, Viktor Lowenfeld, José Morán, Ellen Winner, Thalia Goldstein, Stéphan Vicent-Lancrin e James Catterall.

Além dessas reflexões, o texto também apresenta algumas evidências práticas concretas de iniciativas que demonstram o quanto a arte tem sido cada vez mais pensada como um campo de conhecimento fundamental para práticas pedagógicas inovadoras. São destacados os seguintes exemplos: a metodologia STEAM e sua proposta interdisciplinar; as recentes pesquisas sobre os efeitos da arte na cognição feitos pela *Dana Foudation*; e o caso da *School of the arts* em Singapura.

Palavras-chave: Arte-educação. Aprendizagem ativa. Competências do século XXI.

Referências

BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Mello. Ensino Híbrido – Personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso Editora, 2015.

BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BATTRO, Antonio M; FISCHER, Kurt; LÉNA, Pierre. The educated brain: Essays in Neuroeducation. New York: Cambridge University Press, 2008.

BONWELL, Charles; EISON, James. Active Learning: Creating excitement in the Classroom. Washington: The George Washington University, 1991.

BRUNO, Lúcia (Org.). Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Atlas, 1995.

BUCK INSTITUTE FOR EDUCATION. Aprendizagem baseada em projetos: guia para professores de ensino fundamental e médio. Porto alegre: Artmed, 2008.

CHELLGREN, Paul. What Good Is Arts Education? Educating for the Workplace through the Arts. Business Week, October 28, 1996, p.12.

DOLZ, Joaquim; OLLAGNIER, Edmée. O Enigma da competência em educação. Porto Alegre: Artmed, 2004.

EISNER, Elliot W. The arts and the creation of mind. Harrisonburg: Yale University Press, 2002.

EUA. CISCO Public Information. The Learning Society. 2010.

- FABIÃO, Eleonora B. Ações Cariocas: 7 ações para o Rio de Janeiro. Cavalo Louco, v. 8, 2010.
- FOSTER, Hal. O artista como etnógrafo. In: FOSTER, Hal. O retorno do real. São Paula: Cosac Naify, 2014. P.159-185
- GAZZANIGA, Michael. Learning, Arts, and the Brain – The Dana Consortium Report on Arts and Cognition. New York: Dana press, 2008.
- HARDIMAN, Mariale; MAGSAMEN, Susan; MCKHANN, Guy; EILBER, Janet. Neuroeducation: Learning, Arts, and the Brain. New York: Dana Press, 2009.
- LEVINE, Peter; KAWASHIMA-GINSBERG, Kei. Civic Education and Deeper Learning. Students at the Center: Deeper Learning Research Series. Boston, MA: Jobs for the Future, 2015.
- LOWENFELD, Viktor. Creative and mental growth. New York: Macmillan, 1957.
- MORÁN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (Orgs.). Convergências midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2015.
- NATIONAL RESEARCH COUNCIL. Education for Life and Work: Developing Transferable Knowledge and Skills in the 21st Century. Washington DC, 2012.
- PALFREY, John; GASSER, Urs. Nascidos na Era digital: Entendendo a primeira geração de nativos digitais. Porto alegre: Penso, 2017.
- PERRENAUD, Philippe. Desenvolver competências ou ensinar saberes? A escola que prepara para a vida. Porto Alegre: Penso, 2013.
- POSNER, Michael; ROTHBART, Mary; SHEESE, Brad E; KIERAS, Jessica. How Arts training influences cognition. In: GAZZANIGA, Michael. Learning, Arts, and the Brain – The Dana Consortium Report on Arts and Cognition. New York: Dana press, 2008.
- RESNICK, Lauren B. Education and Learning to Think, Washington, DC: National Academy Press, 1987.
- UNESCO. Educação para a cidadania global – preparando alunos para os desafios do século XXI. Brasília: UNESCO, 2015
- WINNER, Ellen; GOLDSTEIN, Thalia R; VICENT-LANCRIN, Stéphan. Art for Art's Sake? The Impact of Arts Education. Educational Research and Innovation, OECD Publishing, 2013.
- WORKMAN, Emily. Education trends – Beyond the core: advancing student success through the arts. Education commission of the states. September 2017.

ASPECTOS DA PRODUÇÃO SOBRE CINEMA DESENVOLVIDA EM PROGRAMAS BRASILEIROS DE PÓS-GRADUAÇÃO (1987-2016)

Área temática: Artes e Visualidades

Diogo José Bezerra dos Santos - UFJF

diogo.oroiz@gmail.com

Esta proposta de comunicação é um desdobramento da pesquisa *Educação e Cinema: aspectos da produção acadêmica em Educação disponibilizada em plataformas digitais de divulgação científica do Brasil (1987-2016)* (SANTOS, 2019), defendida em fevereiro de 2019 no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei (PPEDU/UFSJ). A proposta é apresentar reflexões a partir dos resultados já obtidos por esse referido estudo. A pesquisa teve como base uma investigação bibliográfica inspirada em estudos do tipo Estado da Arte. Foram mapeadas as publicações sobre educação e cinema produzidas no âmbito de Programas de Pós-Graduação em Educação do Brasil, referentes ao período de 1987 a 2016. A pesquisa compôs um inventário com 285 estudos entre teses e dissertações, produziu também uma lista com dados de 185 filmes utilizados nos estudos inventariados. Para integrar o inventário, cada trabalho foi fichado a partir da íntegra dos textos e dos dados disponibilizados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Das observações dos estudos inventariados emergiram categorias e eixos temáticos. Em cada categoria e eixo temático, a produção foi destacada tendo por base seus focos, objetivos, procedimentos metodológicos e aportes teóricos. Os principais resultados destacam possibilidades de utilização do cinema na educação, em especial na educação de crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência auditiva, com deficiência intelectual, integrantes do sistema prisional, com dependência química, hospitalizadas, entre outros, e destacam também, dificuldades encontradas por professores ao realizarem práticas com o cinema no espaço escolar. Neste sentido, esta proposta de comunicação apresentada a V Semana da FACED e X Semana da Educação da UFJF intenciona, ao mesmo tempo, apresentar os dados já produzidos pelo referido estudo, assim como, apresentar novas conclusões e reflexões, identificando os focos das pesquisas nos últimos 40 anos, dos temas abordados, das metodologias utilizadas, dos resultados e das conclusões obtidas, além de possíveis falhas ou lacunas deixadas, que possam indicar novos caminhos a serem tomados pelos estudiosos da área, servindo como subsídio para futuras investigações.

Palavras-chave: Educação. Cinema. Produção Acadêmica.

CINEDUCA. BR: EXPERIMENTANDO O CINEMA BRASILEIRO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

ARTE, VISUALIDADES E EDUCAÇÃO

Maria Leopoldina Pereira

pofessora.dina2012@gmail.com

LIC/UFJF-SE/JF- FACSUM/JF

Cinema e educação tem mobilizado os estudos e as experiências do Grupo LIC desde 2010, mas pensar essa relação a partir do cinema brasileiro foi a motivação do CINEDUCA. BR. Como professores que já atuam nas escolas veem o cinema brasileiro? Que experiências esses professores têm estabelecido, em suas vidas, em suas escolas com o cinema nacional? Quais os mecanismos de acesso a filmes nacionais possuem? Em relação à Lei 13.006/14, que conhecimento têm dela? Como lidar com esse público? Que filmes “oferecer” para serem “degustados” nos encontros? Que metodologias aplicar? Em junho de 2015 a Lei 13.006/14 completava um ano, mas percebíamos que nem mesmo os órgãos gestores da educação em Juiz de Fora a conheciam. Procuramos a Superintendência Regional de Ensino/MG, primeiro passo na produção do CINEDUCA.BR, cujo objetivo central foi contribuir para a difusão da Lei 13.006/14 bem como oferecer aos professores que atuam nos diversos segmentos educacionais “um encontro com o cinema brasileiro ” (NUNES & FREITAS, 2016). A partir da definição dos temas: cinema como sedução, linguagem, invenção de mundo, risco, alteridade e conflito, passamos a experimentar a novidade da curadoria compartilhada. Escolhemos também textos que trabalham a relação cinema e educação com diferentes enfoques: formação de professores, relação entre cinema e educação na esfera pública, o cinema como invenção de mundos, a obrigatoriedade de ver filmes e o cineclube como acesso formativo aos filmes. Para cada encontro/tema, elegemos enquanto curadores, três filmes para serem apresentados e em seguida votados pelos participantes. Partindo da premissa de Bergala (2008, p.128), de que “para gostar de um filme é preciso ser um cineasta em potencial”, propomos dois exercícios criados por ele que podem ser reproduzidos na escola, com os alunos. Algumas conclusões são possíveis de serem observadas: os participantes perceberam que o cinema brasileiro é bem mais do que passa na TV e do que é fartamente distribuído pelas grandes produtoras; os professores foram se

apropriando de termos relativos ao cinema, construindo/constituindo um vocabulário próprio e compartilhado. Metodologicamente a mediação dialógica firmou-se como método de discussão e oferecer um cardápio de filmes que podem ser escolhidos a partir da leitura de críticas e dos *trailers*, revelou-se uma escolha acertada como forma de ampliar o repertório fílmico dos professores e de continuação dos encontros. Ao serem desafiados a se tornarem realizadores e com seus alunos produzirem filmes, os professores saíram de sua zona de conforto e se lançaram na aventura da produção fílmica. Desmistificamos a ideia de que cinema é só para iniciados. Fomos desaprendendo práticas arraigadas de formas de estar com o cinema, pré-conceitos, desvalores e aprendendo/reaprendendo outras formas de ser e estar no mundo (FRESQUET, 2013, p. 113).

REFERÊNCIAS:

BERGALA, Alain. *A hipótese-cinema: pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola*. Trad. Mônica Costa Netto, Silvia Pimenta. Rio de Janeiro: Booklink, CINEAD-LISE-FE/ UFRJ, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>>. Acesso em junho/2016.

DUARTE, Rosália; GONÇALVES, Beatriz M. de A. Porto. Relações entre Cinema e Educação na esfera pública brasileira. In: BARBOSA, Maria Carmen Silveira; SANTOS, Angélica dos. (Orgs.). *Escritos de Alfabetização Audiovisual*. Porto Alegre: Libretos, 2014.

FRESQUET, Adriana. (Org.). *Cinema e educação: a lei 13.006 – reflexões, perspectivas e propostas*. Belo Horizonte: Universo Produções, 2015. Disponível em: <http://www.cinead.org/files/4deac39ffe2b937b26f5d26439afc2d7livreto_educacao10ci neop_webpdf.pdf>. Acesso em junho/2019.

_____. Princípios e propostas para uma introdução ao cinema com professores e estudantes: a experiência do CINEAD/UFRJ. In: BARBOSA, Maria Carmen Silveira; SANTOS, Angélica dos. (Orgs.). *Escritos de Alfabetização Audiovisual*. Porto Alegre: Libretos, 2014.

_____. *Cinema e educação: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e “fora” da escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Coleção Alteridade e Criação, 2).

MIGLIORIN, Cezar. *Inevitavelmente cinema: educação, política e mafuá*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2015.

_____. FRESQUET, Adriana. Da obrigatoriedade do cinema na escola: notas para uma reflexão sobre a lei 13.006/14. In: FRESQUET, Adriana (org.). *Cinema e Educação: a Lei 13.006 – Reflexões, perspectivas e propostas*. Belo Horizonte: Universo Produções, 2015.

_____. O cinema, a escola, o estudante e a invenção de mundos. In: BARBOSA, Maria Carmen Silveira; SANTOS, Maria Angélica dos. (Orgs.). *Escritos de Alfabetização Audiovisual*. Porto Alegre: Libretos, 2014.

NUNES, Janaina de O.; FREITAS, Maria Teresa de A. Cinema para iluminar a educação: Projeto forma professores para trabalhar com filmes nacionais nas escolas. In: *Revista A3*. Maio, 2016. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaa3 /2016/05/09/cinema-para-iluminar-a-educacao/> . Acesso em: junho, 2019.

CINEMA E ESCOLA: DOS ENCONTROS, DA DOCÊNCIA, DOS DEVIRES

Área temática: Artes e visualidades

Andréa da Silva Casadonte
andreacasadonte2@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ

Este texto apresenta um recorte da pesquisa “Cinema e escola: dos encontros, da docência, dos devires” que investigou os saberes mobilizados na escola, por meio da experiência com o cinema. A questão norteadora do estudo se pergunta: “que saberes mobilizam os docentes na Educação Básica para a realização de uma experiência sensível de cinema na escola?”. Neste sentido, o objetivo geral do estudo em voga foi investigar os saberes mobilizados por professores/ras na(s) prática(s) com cinema em escolas atuais ou recentes. Para isto, consideramos professores/as que desenvolvem ou já desenvolveram projetos de cinema no espaço escolar, tendo em vista a presença do cinema na escola no sentido expandido e considerando-o como arte em uma proposta de alteridade, isto é, de criação (BERGALA, 2002). A proposta de apresentar o cinema na escola como hipótese de alteridade se dá por meio da aproximação das ideias de Bergala (2008) que pensa o cinema de forma institucional e pedagógica, elucidando o caráter político do mesmo, o que possibilita o desenvolvimento de outras relações no espaço escolar. Foi essa a perspectiva que nos inspirou a pesquisar os saberes docentes e, por este motivo, os diálogos que constituíram a trama teórico-metodológica provêm tanto dos autores que apostam nessa relação, como dos docentes que tem assumido essa bandeira no trabalho escolar com cinema. Muitas indagações surgiram durante o percurso do estudo, apresentando desdobramentos durante a pesquisa de campo. Sendo assim, não houve a pretensão de ensaiar um sem-fim de respostas e nem apresentar uma classificação ou categorização de saberes pedagógicos e de saberes cinematográficos. O intuito foi de trazer à tona algumas experiências narradas pelos docentes entrevistados e, assim, contribuir com reflexões que podem dialogar com outras pesquisas sobre esta área de conhecimento.

Neste movimento, a pesquisa problematizou os conceitos de educação e escola em diálogo com Jacques Rancière, Jan Masschelein, Maarten Simons, Jorge Larrosa e outros. Com relação à área de cinema e educação, aprofundamos os pressupostos de Alain Bergala, Adriana Fresquet e Cezar Migliorin, fundamentalmente. Em busca da criação de um plano comum de reflexão com os professores/as escolhidos,

desenvolvemos um abecedário como escolha metodológica, colhetando verbetes que cartografam os saberes docentes. A cartografia dos encontros desta pesquisa apostou no acompanhamento de processos de subjetividades em construção, investigando a experiência pessoal que emerge no contexto da criação da geografia dos afetos, em busca de despertar o desejo nos participantes em pesquisarCOM. No final, formulamos algumas considerações acerca da escola e do ofício do professor- que atualmente assume um viés de proletarização- apostando na presença do cinema na escola como um fermento de anarquia e objeto de ruptura da lógica normatizadora da escola e da docência.

Palavras-chave: Cinema e educação; Escola; Docência; Saberes cinematográficos; Saberes pedagógicos.

**CIRCULAÇÃO, CONEXÕES E CARTOGRAFIAS DE EDUCAÇÃO DA
INFÂNCIA NO *ALMANACH DO TICO-TICO*: ALVORECER DO SÉCULO XX
BRASILEIRO**

Maria Zélia Maia de Souza
E-mail: zeliammaia@yahoo.com.br
Universidade Federal de Juiz de Fora
Thaís S. da Cunha Farina
E-mail: cunhafarina@gmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora

O Objetivo central desse trabalho é investigar como e de que forma o *Almanach d'o Tico Tico* foi utilizado como veículo de construção e circulação de determinada concepção de infância em conexão com a educação, em seu sentido amplo, nas primeiras três décadas do século XX brasileiro. Nesse estudo, perseguimos algumas questões: as redes de circulação e possíveis conexões dos editores da revista em exame contribuíram para a conformação de determinada concepção de infância e de educação? Quais estratégias utilizadas pelos editores para vulgarizarem os seus objetivos de natureza pedagógica? Para buscar respostas a essas indagações operei com a seguinte triangulação: exame do *Almanach* em sua materialidade; identificação de espaços, locais de circulação e possíveis conexões com a imprensa internacional das quais seus editores lançaram mão para afirmar o periódico no mercado editorial; elaboração de uma cartografia de educação da infância a partir do exame de imagens de crianças e de textos de natureza pedagógica presentes nas páginas do *Almanach*. O primeiro número do *Almanach* foi publicado em 1906 pela editora O Malho e o último na década de 1950. De edição anual, era publicado ao final de cada ano, com capa dura, histórias em quadrinhos, brinquedos para montar, páginas duplas e quádruplas ilustradas e coladas manualmente, que podiam formar cenários diversos (VERGUEIRO, 2008). Dessa forma, eleger esse anuário como fonte documental significa, na perspectiva de Marco Morel (2005), manuseá-lo como portador de conteúdos que formularam, de maneira mais consistente, ideias, tendências e projetos de educação. Significa também compreender que seus editores e ilustradores não estão isolados localmente. São parte de um movimento internacional do qual fizeram parte Walt Disney e os editores da *La Semaine de Suzette*, por exemplo. Sujeitos históricos que associaram ideias e produtos culturais em voga no exterior para criarem estratégias editoriais que garantissem a permanência do *Almanach* em um mercado editorial específico: aquele voltado para a

criança leitora, inclusive. Para viabilizar esse intento os editores do *Almanach*, inseridos em amplas redes econômicas, políticas e sociais, fizeram “importante melhoramento” no periódico. Nessa medida, foram criados espaços específicos para a divulgação de fotos de leitores e leitoras, provavelmente enviadas por responsáveis das crianças. A elaboração de uma cartografia utilizando fotografias das crianças e dos textos educativos permitiu uma percepção espacial de seus locais de origem, além de caracterizar a natureza pedagógica do anuário.

Palavras-chave: história em quadrinhos, mercado editorial, educação, infância

COMO RESIDIR ARTISTICAMENTE O ESPAÇOTEMPO ESCOLAR?

Arte, visualidade e educação

Bruna Tostes de Oliveira, brunatostes@hotmail.com, PPGE/UFJF.

Resumo:

Há cerca de dez anos tenho trabalhado com Artes Visuais em escolas públicas da cidade de Juiz de Fora, MG e, ao longo dos três últimos anos, tenho desenvolvido ações nas quais procuro desdobrar arte em processos formativos através da criação, ensino e pesquisa. Por um lado experiências voltadas para a educação em sistemas curriculares e não curriculares, com crianças e adolescentes, por outro a produção artística, com exposições e a formação acadêmica através da arte. A presente pesquisa deriva de desdobramentos que se deram por meio de ações realizadas em parceria com um artista junto à escola Municipal Bom Pastor em 2016 e pelo acompanhamento do Projeto Arte em trânsito realizado pelo Colégio de Aplicação João XXIII que convida artistas a participarem de uma criação coletiva para uma experiência artística.

Trazer as experiências artísticas desenvolvidas no circuito da arte dos museus e galerias para o território das práticas pedagógicas realizadas em sala de aula é um desafio proposto. Pensar com a escola as estratégias e ações até então somente viabilizadas nos espaços museológicos. A partir de então, começo a investigar como seria possível realizar um trabalho, até então individual, com vários sujeitos e como se daria esse processo. Como o artista em residência com o espaçotempo escolar por meio da arte nos possibilitaria atravessar novas experiências de aprendizado e de formação? Como a instituição, o artista e os agentes escolares se movimentariam em torno de um processo artístico coletivo e como isso provocaria deslocamentos? Como essa atuação poderia transformar a percepção e a visualidade daquele ambiente?

Nesse momento da minha pesquisa de doutorado, debruço-me sobre a conceituação do que seria residir artisticamente, em contraponto ao conceito de Residência Artística debatido por Marcos José Moraes (2009), analisando as proximidades e diferenças de como o/a artista atua nesses espaços distintos. Problematizo o verbo residir em situação do /da artista na escola, como a Arte e Educação podem pensar a escola como um lugar de produção contemporânea a partir da noção de “residência”.

Os procedimentos metodológicos se constituem no contato com o movimento dos agentes de pesquisa, analisando os intervalos dos processos, elencando questões que surgem ao longo das experiências vividas, de modo participativo e colaborativo. Portanto, esta pesquisa tem um caráter cartográfico, próximo a autores como Deleuze, Guatarri, Rolnik e Kastrup, discutindo as dimensões das subjetividades enquanto produção e criação de conhecimento para dar conta de um espaçotempo em movimento, deslocado e desterritorializado.

Como resultados, pretendo discutir o verbo residir e o que ele implica para cada artista que teve a intervenção e a criação de seus trabalhos de forma coletiva nos espaços escolares.

Palavras- chave: arte- educação, residência artística, produção de subjetividades.

EMBRIÃO CRIATIVO: O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UMA PINTURA MURAL.

Arte e Visualidades.

Antônio Carlos Rodrigues Braz, tonilbraz@gmail.com, UFJF.

O relato experiência é uma proposta didática na qual seu objetivo foi proporcionar aos estudantes a imersão em um processo criativo semelhante ao de um artista visual. Além das etapas da criação, sua última fase foi a realização de uma pintura mural.

A didática teve como palco uma escola da rede pública de educação com alunos entre 14 e 16 anos, idade com grande interesse nas pinturas murais. Tal fato pode ser atrelado às questões referente à sua estética ou também pela necessidade de deixar suas marcas nas paredes, o que é possível tirar conclusão pelo grande número de pichações encontradas nas escolas.

Pensado na articulação ao envolver professor e aluno e a fim de sintetizar suas etapas na escrita acadêmica, o processo de criação foi intitulado de Embrião Criativo. Em nosso processo criativo, ao trazer tal metáfora, é possível comparar a carga genética do pai e da mãe com o universo cultural de cada aluno, juntamente com a proposta didática escolhida pelo professor e sua bagagem cultural. O Embrião Criativo é o encontro destes universos culturais.

O Embrião criativo ao ser aplicado na escola foi constituído de três fases. Inicialmente a fase de alimentar e despertar o interesse pela prática artística, em seguida a fase de experimentações e por fim a realização da uma pintura mural. Nessa proposta didática, a primeira etapa está relacionada aos conceitos de mediação cultural e nutrição estética das autoras Miriam Celeste Martins e Gisa Picosque. Na etapa seguinte foi estabelecido um diálogo, permitindo interferências tanto do aluno na condução da proposta trazida pelo professor, quanto na orientação do professor nas dúvidas trazidas pelos alunos. Já na última etapa, trouxemos artistas para problematizar sobre a pertinência de um trabalho ocupar e reverberar o espaço público.

O interesse em participar de uma prática até então desconhecida de todos foi significativa, outro atributo importante de ressaltar foi o cuidado e o zelo dos alunos ao

desempenharem tal função, em todo momento foi perceptível a conscientização dos mesmos sabendo da importância de suas ações na modificação visual da escola.

Além da ressignificação e transformação do espaço escolar pela arte é pertinente considerarmos a construção de pertencimento através da prática artística com o desenvolvimento da participação e da corresponsabilidade dos alunos no ambiente em que estão inseridos.

Durante a etapa da pintura mural houve comoção por parte de pessoas fora do processo criativo, como direção, demais professores, alunos de outros seguimentos e da comunidade. Durante a realização do trabalho na parte externa da escola pessoas ao entorno sempre buscavam elogiar tanto a atitude como o trabalho propriamente. Tal constatação está certamente ligada à transformação, trazendo uma nova percepção do espaço escolar. Essa reverberação é pertinente para possíveis abordagens futuras ao pensar a mesma ação artística não apenas nos muros da escola, mas também nas redondezas da comunidade.

Palavras Chaves: nutrição estética - processo de criação – sala/ateliê – pintura mural – espaço escolar.

FAMÍLIA E ESCOLA: O ENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS NA FORMAÇÃO DO LEITOR DE LITERATURA

8) Arte, visualidades e educação

Marcela Brasil Galvão

marcela_galvao27@hotmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

A leitura, tomada como prática cultural, proporciona ao seres humanos o mundo fantástico, o poético, artístico, a formação humana e cultural, além da sensibilização estética do sujeito. É, também, um dos caminhos pelo qual o sujeito pode ampliar seu conhecimento, levando à reflexão e formação do senso crítico. Portanto, o papel do mediador de leitura, ou seja, o adulto responsável por apresentar o mundo da cultura, da palavra, do brincar, da voz, da poesia para os bebês e crianças, esteja ele na escola ou nas famílias, é de educar para a sensibilidade, isto é, para despertar emoções e sentimentos, fazendo com que a criança seja afetada. Por isso, dentre os múltiplos conhecimentos que a escola deve promover, a leitura é aquele que possibilita, para além de novas aprendizagens, a abertura de novos caminhos para ler o mundo. Contudo, as primeiras relações da criança com a leitura se iniciam antes mesmo de seu nascimento. Através das narrações da mãe e de seus familiares a criança aprende a compreender o mundo, a construir sentidos e significados. Esse é primeiro caminho para a construção da linguagem e o início da formação do leitor. Nesse sentido, desenvolvi a presente pesquisa com o objetivo de investigar como as famílias estão envolvidas na formação do leitor de literatura, e como esse envolvimento é visto pelos gestores e professores, de modo a perceber quais as consequências desse envolvimento para tal formação. Pautada na teoria histórico cultural, me baseio em autores como Vigotiski e Bakhtin. Em relação à leitura literária, tenho como aporte teórico autores tais como Cândido, Paulino e Failla. Sendo essa investigação qualitativa, utilizei como instrumentos metodológicos para produção de dados a entrevista com professores e gestoras, a observação participante- das reuniões de pais na escola e a análise documental. Por ser uma pesquisa ainda em andamento, foi possível observar, em análise preliminar dos dados, que a escola mantém o discurso civilizatório em relação às famílias. A família é marcada pelo discurso da falta, da desqualificação, da precariedade, apontando uma

visão muito negativa delas por parte das professoras. As professoras não veem nenhuma possibilidade das famílias contribuírem na formação das crianças, de modo geral. Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do curso de mestrado, do Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora e aqui apresento o seu desenvolvimento até o exame de qualificação.

Palavras-chave: Famílias- Escola; Mediação; Formação de leitor; Leitura literária.

Meio e vivência: uma análise de distopias na perspectiva de Vigotski

Área temática: 8) Arte, visualidades e educação.

Luise Ramos Gomes de Araújo - luiser.araujo@gmail.com - Universidade Federal de Juiz de Fora - Graduanda

Luiz Henrique Ribeiro Carneiro - luizhufjf@gmail.com - Universidade Federal de Juiz de Fora - Graduando

O atual trabalho nasce a partir da proposta da disciplina Processo de ensino e Aprendizagem, com a professora Núbia Schaper, a qual nos impulsionou a expor nossas percepções individuais acerca do pensador Lev Semionovich Vigotski, atravessando suas contribuições com o nosso meio. Assim, temos como objetivo principal analisar duas distopias atuais: a série “Orphan Black” e o filme “Onde Está Segunda?”. Ambos, série e filme, retratam um grupo de mulheres iguais fisicamente, mas como trataremos aqui, há uma diferença crucial entre o primeiro e o segundo exemplo: enquanto em um todas são criadas em realidades, culturas, meios completamente diferentes; no outro, as mulheres têm sua criação num mesmo ambiente, com a mesma disciplinarização e no “mesmo meio”.

Sendo assim, entramos então nas análises de Lev Vigotski acerca não apenas da influência do meio na formação e no desenvolvimento humano, mas das diferentes vivências que cada um pode ter a partir do meio, podendo elas serem diferentes, e por final, tendo resultados também distintos na personalidade. Ressaltando as contribuições de Vigotski acerca das vivências, diferentes percepções do meio e, conseqüentemente, influências distintas na personalidade das personagens. Outro ponto que gostaríamos de enfatizar em nossa análise é a que diz respeito a imaginação e criação que modelam as atuais distopias e como o teórico explica tal processo de criação.

Para analisarmos tais questões, utilizaremos como referencial teórico-metodológico as obras de Lev Vigotski, com ênfase em “Imaginação e Criação na Infância” e “Quarta aula: a questão do meio na Pedologia”. Além do aporte teórico faremos uma análise fílmica das distopias citadas relacionando-as com as contribuições do autor. Chegando dessa forma, à conclusão de que o meio não pode ser visto como um objeto estático e exterior em relação ao desenvolvimento da personalidade humana, devendo sempre ser visto como variável e dinâmico, já que está sempre ligado à vivências individuais.

Isto é, seja na série, onde as diferentes mulheres possuem diferentes meios culturais e relacionais, ou no filme, onde estas possuem os “mesmos meios”, relações e culturas, não podemos avaliar o meio como algo inerte. Todas elas terão vivências diferentes independente do meio, podendo ele influenciar ou não na realidade constitutiva das personagens. Em detrimento disso, podemos ver o trama da série e do filme se desenrolar com base nas personalidades das personagens, muitas vezes conflitivas.

Palavras-chave: Vigotski; Análise fílmica; Orphan Black; Onde Está Segunda?; Meio.

O QUE PODE UMA FOLHA BRANCA? PENSAR E REPENSAR A CRIAÇÃO EM ARTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Arte, Visualidades e Educação

Karine Teixeira Gomes

karine2tg@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora/SEE-MG

A trajetória do ensino de Arte na educação pública brasileira carece, desde sua legitimação na década de 70, de subsídios que a permitam funcionar como o elemento potente de transformações educacionais que é. Ainda que teorias acerca da relevância da arte sejam endossadas pela comunidade acadêmica, observamos que, na prática escolar, grande parte das escolas estaduais assiste a disciplina como de pouca relevância para o processo formativo, e desimportante para a conclusão da Educação Básica. Desta forma, o objetivo deste trabalho é investigar algumas das possibilidades de transformação na escola pública que se deem a partir das práticas artísticas, compreendendo-as como um dos caminhos que auxiliem a educação a operar de forma abrangente. Não é nosso objetivo romantizar o ensino de Arte como se este fosse única e intransferível fonte de criação possível na escola, mas sim discutir possibilidades de mudar o olhar para a arte, enxergando-a como ação para a formação integral, em meio a tempos de uma possível e discutida decadência do ensino e da escola pública.

A pesquisa se justifica por pensar e impulsionar o (re)posicionamento das escolas públicas e a forma destas de lidar com a Arte, observando através dela a transformação dos indivíduos e auxiliando a escola a se tornar, de fato, espaço que promova a cultura e o reconhecimento da história de sua comunidade, seus valores e capacidades.

Diante dos mais antigos e também mais recentes ataques sofridos à educação pública, o problema que se instala é: como a arte pode auxiliar na constituição de uma escola onde a educação se veja como formadora e transformadora e não como mais um lugar de ocupações irreflexivas na escola? Que possibilidades formativas a arte reverba e suscita em seus alunos na rede pública?

Este texto é parte da pesquisa de mestrado da autora, concluída no ano de 2018, e apresenta como referencial teórico básico as obras de Jorge Larrosa (2006) na discussão sobre o poder transformador do olhar pela arte; Ana Mae Barbosa (1998) sobre o

percurso da arte-educação no Brasil e Sandra Richter (2007) sobre os desafios da arte na educação básica. A pesquisa incorpora também, imagens fotográficas de algumas práticas artísticas realizadas em duas escolas públicas do interior de Minas Gerais.

A abordagem metodológica caracteriza-se como qualitativa e exploratória-expositiva, uma vez que levanta, com base no referencial teórico e nas observações práticas, hipóteses sobre o problema exposto, investigando suas possíveis razões.

Dadas às dificuldades envolvidas na relação arte-escola, a pesquisa não possui uma conclusão irrefutável, embora mostre que a arte é potente lugar de diálogo, descoberta e questionamento na escola, ainda que em meio a diversos obstáculos. Seus resultados são construídos diariamente na análise e na prática docente, através das possibilidades oferecidas pela Arte em grande parte das escolas públicas brasileiras.

Palavras-chave: Arte; Educação Pública; Transformação.

O QUE REVELA O CORPO?: EXPERIÊNCIAS EM ARTE EDUCAÇÃO

Comunicação Oral – Artes e Visualidades

Fernanda de Oliveira

fernandance.br@gmail.com

Professora da educação básica/PJF

Mestranda em educação/UFJF

“ O essencial é invisível aos olhos...”

Quando Saint-Exupéry (1943) afirma que só se vê o essencial com o coração, logo pensamos que o essencial deve ser invisível, que não haveriam imagens possíveis que pudessem dizê-lo. Seria ele sentimento, valor, ética, afeto, pensamento? Ou talvez tudo isso? Sim, talvez tudo isso, e ainda assim o corpo percebe, a si, ao mundo e às suas manifestações. O corpo que penetra nas coisas, que se relaciona, é o mesmo que toca no essencial e que pode revelá-lo ao mundo visível, pela arte e pela poética. Merleau-Ponty (2004), citando Mallarmé, relaciona o poeta como a pessoa que:

“substitui a designação corrente das coisas, que as dá como bem conhecidas, por um gênero de expressão que nos descreve a estrutura essencial da coisa e nos força assim a entrar nela.. Falar poeticamente do mundo é quase calar-se...” (2004, p.63)

Poesia, música, pintura, dança, fotografia, cinema. Arte. Se na arte brota a possibilidade de tocar o essencial, na *arte-educação*, floresce a possibilidade de sensibilizar as pessoas sobre esse essencial que habita a vida, para que elas possam tocá-lo também.

O objeto dessa escrita pretende dar a ver os movimentos de arte educação em uma escola municipal da Prefeitura de Juiz de Fora, onde diálogos entre linguagens artísticas permitiram a composição de obras sensíveis; onde os corpos dos educandos permitiram a visibilidade de pedaços de mundo através da poética, ou, da “frequentação do silêncio que advém da *poieses*”, como salienta Manoel Antônio de Castro no Dicionário digital de Poética e Pensamento/UFRJ.

O Centro de Educação de Jovens e Adultos – Dr. Geraldo Moutinho (CEM) iniciou suas atividades do Projeto de Leitura em 2009, inaugurando uma proposta temática que perpassaria todas as modalidades (Ensino de Jovens e Adultos/EJA, ensino regular, cursos artísticos e profissionalizantes) e culminaria em apresentações das atividades desenvolvidas em sala de aula, a partir do tema escolhido a cada ano.

Destacamos duas atividades artísticas realizadas no ano de 2018, mediadas pela professora de Artes/Dança com educandos da EJA – fase V a VIII, turno da tarde – com idades entre 14 e 17 anos. Do tema do Projeto de Leitura “Os outros e eu”, emergiram:

- ✓ Uma instalação com sonoridade de 5 línguas estrangeiras e 1 nacional, a partir da leitura, estudo e gravações de *Sobre o bem e o mal*, capítulo da obra “O Profeta” de Khalil Gibran (2010).
- ✓ Um vídeoensaio intitulado “Artes Invisíveis” inspirado na leitura de *Zemrude*, uma das cidades da obra “As Cidades Invisíveis” de Ítalo Calvino (1990).

Os caminhos metodológicos para a construção desses trabalhos percorreram atividades do corpo percebendo e sendo percebido, revelando e sendo revelado. Escuta de si, do outro e do ambiente. Práticas de leituras. Construção de pequenas escritas poéticas. Visita e fotografias em espaço urbano. Gravação de áudios. Digitação de textos. Montagem e edição de um vídeo.

Palavras-chave: corpo, arte educação, poética, linguagens, CEM.

PROTAGONISMO DAS MULHERES E PRODUÇÃO DE SENTIDOS: QUAL OS EFEITOS DA SÉRIE *VIKINGS* NOS SUJEITOS?

Área temática: Arte, visualidades e educação

Karine Natalie Barra Godoy, karine.godoy@hotmail.com, UFJF

Anderson Ferrari, aferrari13@globocom.com, UFJF

“Qual é o lugar de uma mulher neste mundo?” Quem faz essa indagação é Lagertha, personagem protagonista da série televisiva *Vikings*, que de fazendeira responsável pelos cuidados domésticos, torna-se condessa e posteriormente rainha da cidade fictícia de Kattegat. As palavras foram ditas em um vídeo que fez parte de uma gravação extra na qual a atriz Katheryn Winnick, que interpreta Lagertha no seriado, incorpora sua personagem para passar uma mensagem de encorajamento e incentivo às mulheres, com a intenção de manifestar a força e apoio contra o assédio sexual sofrido em ambientes de trabalho. Na internet, a personagem tem sido destaque principalmente no que diz respeito ao empoderamento feminino representado em séries e filmes. O vídeo foi veiculado no Brasil nas duas maiores páginas do Facebook sobre a série atualmente: *Vikings da Depressão* e *Super Vikings*. Sendo assim, o foco deste estudo é problematizar os efeitos da série – que mostra um protagonismo das personagens mulheres – na constituição dos sujeitos. Partimos da ideia de que as estratégias de linguagem presentes nas produções fílmicas e audiovisuais têm um papel fundamental na produção e veiculação de sentidos e que, por isso, estão na base da constituição dos sujeitos, de identidades individuais e grupais. Esta pesquisa se pauta, portanto, nos Estudos Culturais e Estudos Visuais que apresentam como premissa compreender os impactos das práticas discursivas visuais em diferentes grupos sociais e como elas constroem e participam da vida das pessoas. Para isso, escolhemos analisar os comentários do vídeo publicado pela página *Vikings da Depressão* em função da repercussão nos compartilhamentos, e principalmente de comentários. O vídeo conta atualmente com 9.000 reações, 8.264 compartilhamentos e 1.599 comentários. Os comentários foram categorizados em: 1) comentários que qualificam atriz/personagem, 2) comentários que desqualificam atriz/personagem, 3) comentários sobre o vídeo, 4) comentários que qualificam o vídeo, 5) comentários que desqualificam o vídeo, 6) comentários sobre os comentários, 7) comentários marcando alguém na postagem, 8) comentários com imagem/emoji, 9) comentários de incentivo a outras mulheres e 10) comentários que não se encaixam nas categorias anteriores. Para a construção deste

estudo, serão analisadas as categorias de comentários que qualificam e desqualificam a atriz/personagem.

Palavras-chave: Cultura visual. Processos educativos. Constituição de sujeitos. Vikings.

RELATOS DE DUAS PESQUISAS SOBRE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL NA ESCOLA

Área temática: Arte, visualidades e educação

Carla Silva Machado

CAEd/UFJF

carlasingular@yahoo.com.br

Mirna Juliana Santos Fonseca

UCP

mirnajulina@gmail.com

O presente trabalho apresenta interseções entre duas pesquisas realizadas em escolas públicas municipais. A primeira pesquisa (pesquisa A), era parte da pesquisa de doutorado de uma das autoras deste artigo, realizada na cidade de Juiz de Fora (MG), cujo objetivo inicial era a visualização de uma série de filmes com temática juvenil para entender a relação destes jovens com o audiovisual. Ao longo das atividades da oficina que ocorreram durante o ano letivo de 2016, uma vez por semana, os próprios alunos manifestaram a vontade de produzir um filme. Houve, então, uma oficina de produção, em que a pesquisadora convidou uma pessoa que além de trabalhar algumas técnicas de produção audiovisual (tais como enquadramento e movimento de câmera entre outros) se propôs a auxiliá-los no roteiro, gravação e, em função do pouco tempo para o fim do ano letivo, visto que o primeiro contato com a produção ocorreu em outubro, editou o filme. A proposta inicial, caso tivessem mais tempo, seria que essa profissional os ensinasse a editar para criar mais autonomia em todo o processo. Todas as decisões dos alunos em torno do roteiro, figurino, lugares de gravação das cenas, atuação (se em frente às câmeras ou por trás delas) de cada um deles foi decidida coletivamente com o apoio da pesquisadora, da professora responsável pela turma e da professora convidada a dar a oficina de roteiro, porém essa interferência só ocorria de fato quando eles solicitavam, pois a ideia era trabalhar além do filme uma noção de autonomia, responsabilização e compartilhamento de ideias com o trabalho em grupo. O filme, após edição, foi exibido para todos os alunos do ensino fundamental II da escola e os alunos sentiram-se muito realizados com a produção, que no ano seguinte foi selecionado para a Mostra Geração do Festival de Cinema do Rio. A outra pesquisa (pesquisa B), consistiu em observações de uma oficina de produção audiovisual que ocorreu semanalmente no ano de 2017 em uma escola pública do município do Rio de Janeiro, realizada com uma turma de nove alunos do 7º ano do ensino fundamental, durante o contraturno das aulas. Nesta oficina, diferente da apresentada anteriormente, não houve apresentação do filme para a turma

envolvida nem para a comunidade escolar. Um dos motivos para isso foi a não finalização do filme, pois as filmagens se encerraram exatamente no último dia letivo e não houve tempo para edição. Enquanto na pesquisa A, os estudantes tiveram oportunidade de assistir ao filme produzido não apenas na escola, mas em um festival de cinema, na pesquisa B o filme sequer chegou a ser finalizado. Ao analisar os resultados de tais ações para os alunos que puderam apresentar o filme, percebemos que ao saberem que o filme será apresentado para seus pares, há um grande estímulo para realizarem a tarefa até o final, além de ser relevante para sua autoestima e desenvolvimento de integração social entre os participantes da atividade e a comunidade que acompanha e assiste ao filme.

Palavras-chaves: Produção audiovisual escolar. Oficina. Cinema na escola. Autoria discente.

Referências

BERGALA, Alain. *A hipótese-cinema: pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola*. Rio de Janeiro: Booklink, 2008.

HOBBS, Renee; MOORE, David Cooper. Cinekyd: Exploring the Origins of Youth Media Production. *Journal of Media Literacy Education*, v. 6, n. 2, p. 23-34, 2014.

KEARNEY, M.; SCHUCK, S. Students in the director's seat: teaching and learning with student-generated video. In: KOMMERS P.; RICHARDS, G. (Eds.). *Proceedings of ED-MEDIA 2005: World Conference on Educational Multimedia, Hypermedia & Telecommunications*. Montreal, Canada: AACE, 2005.

PIRES, C. L. *Educação, corpo e imagem: desvelando caminhos para a educação emancipatória por meio da produção audiovisual*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RESIDÊNCIA ARTÍSTICA NA ESCOLA

Área temática: artes e visualidades

Autora: Mariana Monteiro de Pinho (IAD/UFJF) mmondp@gmail.com

Coautores: Prof. Doutoranda Bruna Tostes de Oliveira (PPGE/UFJF)

brunatostes@hotmail.com

Rafael da Costa Leal (IAD/UFJF) rafaelatsoc@gmail.com

Prof. Dra. Renata Oliveira Caetano (CAp. João XXIII/UFJF) reolicae23@gmail.com

A presente pesquisa surgiu a partir de alguns anos de vivência de artistas em contexto escolar propiciados pelos oito anos de desenvolvimento do Projeto de Extensão Arte em Trânsito no Colégio de Aplicação João XXIII, unidade acadêmica da Universidade Federal de Juiz de Fora. Desde sua primeira edição, o projeto tem como proposta inicial expor de forma não ilustrativa e nem decorativa as produções de alunos desenvolvidas ao longo do ano letivo nas aulas de Artes Visuais, ao mesmo tempo em que são convidados dois artistas para participar na escola: um para expor na Galeria de Artes Edson Pável Bastos e outro para propor uma intervenção no espaço escolar.

A partir da intervenção artística “**Tecer afeto: risco, fio e gesto**” da professora e artista Ma. Fernanda Morais (Escola Municipal Prefeito Jamil Sabrá – Petrópolis RJ), realizada em 2016, houve um ponto de virada quando a artista propôs que os alunos trabalhassem com ela, após uma breve oficina na qual expunha seus processos criativos. Por meio da observação de que tal presença modificaria a forma como crianças e adolescentes percebem a arte e consequentemente encontrariam outras formas de apreendê-la, iniciou-se uma pesquisa que se move com os acontecimentos das relações de encontro entre artistas-docentes-estudantes.

A presente proposta de comunicação oral visa apresentar um pouco do processo de pesquisa realizado pelo Projeto de Iniciação Científica “Residência Artística na escola”, que consiste em observar, documentar e analisar as ações desenvolvidas durante o processo de “residência” de artistas convidados para criarem proposições no Colégio de Aplicação João XXIII. Tal processo, consiste em convidar artistas para elaborarem proposições no e para o espaço escolar, trabalhando diretamente com estudantes (crianças e adolescentes) e em parceria com professores de Artes Visuais do Colégio de Aplicação. Acompanhar o desenrolar dessa proposta dentro do espaço escolar é, portanto, uma plataforma que nos permite investigar as subjetividades acionadas no encontro do artista com estudantes, professores e demais funcionários do Colégio. Tal investigação acontece por meio de estudos cartográficos que buscam compreender a complexidade dessas relações e refletir sobre as construções feitas no encontro com a arte. Nossos estudos problematizam modos inventivos de aprendizagem e, para isso, mapeamos as produções de subjetividades por meio de entrevistas e observação junto às cartografias contemporâneas da arte-educação.

Palavras-chave:

Vivências artísticas; Processos de resignificação; Arte; Educação; Produção de subjetividades.

ARTES E AFRICANIDADES: UMA EXPERIÊNCIA DE DESCOLONIZAÇÃO COM CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Área Temática: **Práticas educativas**

Ana Carolina Santos Silva
anacssilvaein@gmail.com

O Brasil é formado a partir de uma diversidade cultural, social, e étnica, advinda do encontro de civilizações e etnias que para aqui vieram com as que aqui estavam, resultando em ações e padrões estruturais de nossa sociedade que dão voz a uma narrativa e silenciam outras. Acredita-se que a execução de práticas educacionais que incorporem a diversidade cultural brasileira e que reflitam os seus modos de relacionamentos sejam uma exigência social. Para que estas práticas se efetivem se faz necessário assumir que as diferenças existem, assumir que foram construídas através de invasões territoriais, sociais e culturais por meio de diferentes formas impositivas dos colonizadores sobre os povos em conceitos como o de humanidade, civilidade, identidade, ancestralidade; em uma sociedade que, ainda assim por vezes, assume que o racismo não existe. A oficina “Vivenciando as Artes e Africanidades: propostas e reflexões de ações descolonizadoras com crianças da Educação Infantil” vem ao encontro da demanda de se possibilitar tais práticas objetivando: apresentar a diversidade das Culturas Negras Africanas e os seus desdobramentos nas culturas Negras Brasileiras; expor os pontos belos e significativos dessas culturas; partilhar possibilidades de atividades lúdicas desenvolvidas com crianças; e discutir acerca das práticas pedagógicas estabelecidas e postura antirracista dos professores no contexto escolar. Tem-se como base legal, a lei 10.639/03 que consiste na inserção dos conteúdos de História e Cultura Negra nas escolas nas modalidades do ensino fundamental e médio, e aqui trazidas para a Educação Infantil. Para o desenvolvimento da oficina uma instalação pedagógica será estruturada com elementos dos aspectos mencionados acima e das experiências de atividades lúdicas já desenvolvidas. Em um primeiro momento teremos uma roda de conversa entre os

participantes abordando aspectos históricos, linguísticos, da cultura material, religiosidade, danças e músicas das culturas negras e suas ligações com as práticas pedagógicas na educação infantil. Em um segundo momento, construiremos uma árvore genealógica, alimentar e medicinal, trazendo os aspectos da Ancestralidade que dialogando com a conjuntura atual, culminará em ações coletivas e individuais a serem implementadas nos campos de atuação dos participantes. A oficina está sendo estruturada para atender a vinte pessoas e contará com recursos sonoros como caixa de som para uso de músicas e instrumentos, visuais por meio de apresentação em slide, fotos e vídeos. A partir dos fatos mencionados acima, é de suma importância ratificar a execução desta proposta, proporcionando a reflexão de profissionais que são corresponsáveis por abordar as Relações Étnico-raciais dentro de um viés emancipador, possibilitando a formação de sujeitos que compreendem que as histórias apresentadas podem ser contadas a partir da visão daqueles que, para além de serem escravizados, resistiram e resistem às diversas faces da colonização.

CORPO E MOVIMENTO: ESQUEMA E CONSCIÊNCIA CORPORAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Práticas educativas

Mônica Jardim Lopes – monicajlopes@yahoo.com.br – FAGED/UFJF
Paula Jenevain Grazinoli – paulajgraz@gmail.com – Rede municipal de Juiz de Fora
Vanessa Adriana Carlos Cupertino Barbosa Corrêa – vanescorrea2201@gmail.com –
Rede municipal de Juiz de Fora

O trato do corpo no espaço escolar deve propiciar a vivência de experiências que contribuam com a construção da identidade e da personalidade do(a)s aluno(a)s. O reconhecimento enquanto sujeitos sociais, capazes de se expressar, produzir cultura e de intervir na sociedade, perpassa, inicialmente, pelo autoconhecimento. Conhecer-se significa desenvolver a aceitação de si próprio, de potencialidades e limitações, assim como de perceber no outro características semelhantes e diferentes das suas.

Na Educação Infantil, um universo de descobertas e possibilidades abre-se às crianças e a sua relação com o corpo é elemento significativo e intrínseco para a aprendizagem. Pensar práticas pedagógicas que favoreçam a constituição da identidade corporal e a afirmação da autoimagem corporal é tarefa de todo(a)s o(a)s professore(a)s que atuam nesse segmento de ensino. Essa é, portanto, a proposta desta oficina.

Como professoras de Educação Física escolar e atuando na Educação Infantil, reconhecemos que o corpo e o movimento corporal compõem a especificidade da nossa área de formação. Contudo, sabemos que não são elementos restritos à prática docente do(a)s que lecionam essa disciplina curricular, sendo possível estabelecer o diálogo com as demais licenciaturas e, principalmente, com a Pedagogia.

Buscando compartilhar nossas experiências pedagógicas, propomos a oficina “*Corpo e movimento: esquema e consciência corporais na Educação Infantil*” com o intuito de ser um espaço formativo para estudantes e professore(a)s, destacando a importância de não reduzirmos a compreensão de corpo à dimensão física, de não relacionarmos o movimento corporal a uma prática reprodutivista ausente de significado para o discente e mantendo o horizonte da formação humana e integral.

OBJETIVOS

- Apresentar possibilidades de trabalhar de forma lúdica, criativa e coletiva o esquema corporal, oportunizando o seu reconhecimento e sua organização;
- Propor atividades que auxiliem no desenvolvimento da consciência corporal;
- Fomentar reflexões sobre os corpos e suas singularidades.

METODOLOGIA E DINÂMICA DAS ATIVIDADES

Para o desenvolvimento da oficina, adotaremos a interação e a troca de saberes sistematizados, para que coletivamente possamos vivenciar, refletir, analisar e confrontar os conhecimentos que serão apreendidos, constituindo a relação teoria-prática como o fundamento do processo pedagógico.

Iniciaremos com a apresentação da proposta e dos objetivos a serem alcançados com a oficina. Em seguida, as atividades práticas selecionadas serão organizadas, explicadas e demonstradas para que o(a)s participantes possam executá-las. São elas: Desafio do Arco, Caixa Surpresa, A Peruca Mágica, Música e Corpo, Bonecos de Pano, Boneco de Tampinhas, Jogo da Garrafinha.

O espaço e equipamentos necessários são: uma sala ampla, visto que o(a)s participantes irão se movimentar pelo espaço; aparelho de som, computador e datashow. Indicamos, ainda, o número máximo de 30 inscrições.

Palavras-chave: Consciência corporal. Esquema corporal. Movimento. Educação Infantil

FILOSOFIA MONTESSORI NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO MOTORA

Amanda P. Itaborahy

amandaitaborahy@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Caroline de Paula Ribeiro

caroline-ad@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Júlia Maria Laurindo Cantarino

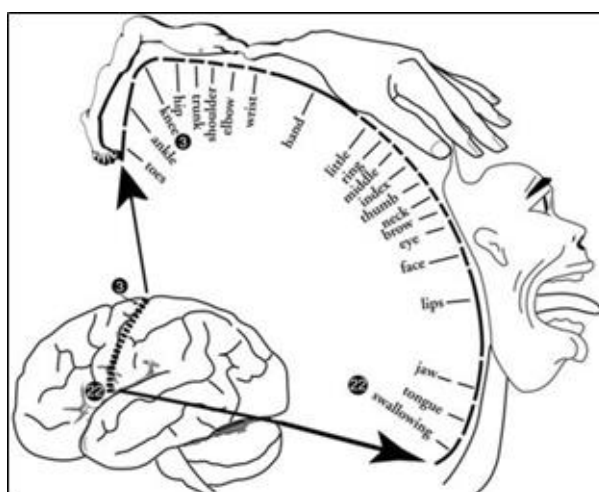
cantarinojulia0@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

É por meio dos movimentos que a criança aprende e se comunica com o mundo. Montessori defende que o homem é essencialmente ação e movimento e se descuidarmos desse princípio iremos deseducar e retirar aquilo que já foi adquirido na evolução de nossa espécie. Embora o movimento seja algo valorizado pela sociedade, nota-se que a própria sociedade não considera a conquista desse movimento adequado, exemplo disso, é o fato de a família buscar fazer tudo pela criança.

Montessori (1967) afirmou que a inteligência humana está nas mãos. Pesquisas também confirmam esta afirmativa, Dr. Wilder Penfield na década de 50 descreveu o “O Homúnculo de Penfield” abaixo podemos ver o gráfico do homúnculo que evidencia a grande extensão das representatividades das mãos no córtex cerebral. Nós possuímos áreas do corpo que são mais sensíveis ao estímulo do que outras. Nossas mãos são uma dessas.

Figura 1- Humuncúlo motor



Fonte: Wilder Penfield

Um dos pilares do método elaborado por Montessori é a vida prática - uma área de desenvolvimento que recebe materiais práticos de nosso dia a dia, como cadeados, fivelas, laços, jarras de água, copos e talheres, que buscam promover a autonomia das crianças, junto com a concentração e o refinamento dos movimentos amplos e finos, que estão diretamente ligados à preparação da escrita.

Para a criança começar a escrever, sua coordenação motora fina e a habilidade de realizar movimentos precisos com os braços, as mãos e os dedos devem ser treinadas.

Buscamos através dessa oficina apresentar possibilidades de trabalho concretos, a luz da filosofia Montessori, que auxiliarão no desenvolvimento da coordenação motora das crianças. Iremos promover reflexões acerca da confecção de materiais de baixo custo para trabalhar o refinamento dos movimentos da criança, a concentração, a cooperação, a espera, entre outros.

Primeiro, iremos apresentar sucintamente a vida e obra de Maria Montessori que estão diretamente ligados à proposta de sua filosofia. Posteriormente vamos trazer algumas considerações do método como um todo. Por último, apresentaremos a área de ensino denominada “Vida Prática” e apresentaremos alguns materiais que utilizamos na sala de aula montessoriana. Através dessas apresentações dos materiais seus conceitos, objetivos e diversas possibilidades de trabalho, iremos propor a confecção de materiais baseados nessa filosofia, com uso de elementos que temos disponíveis em nosso dia-dia. Dessa forma, esperamos poder auxiliar e inspirar as práticas de professores e professoras da Educação Infantil.

A proposta precisa ser desenvolvida em uma sala ampla, onde possamos dispor tapetes e materiais no chão. Os recursos necessários serão a tv ou as telas para projeção de slides. A quantidade máxima será de 20 participantes.

Palavras-chave: Educação Infantil, Método Montessori, Coordenação motora, Vida prática.

Referências:

MONTESORI, Maria. *The absorbent mind* (C. A. Claremont, Trans.). New York: Henry Holt, 1967.

O TRABALHO COM AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO GÊNERO CANÇÃO NA SALA DE AULA DE LÍNGUA ESPANHOLA

Área temática: Práticas educativas

Raquel da Silveira – rachelkamra@yahoo.com.br

Colégio de Aplicação João XXIII – UFJF

A canção é, sem dúvida, um dos maiores meios de expressão dos jovens e, sendo algo tão próximo a todos eles, se transforma em um excelente material autêntico para o professor inserir em sala de aula. Os elementos que compõem a canção vão muito além da letra e podem proporcionar um debate intercultural importantíssimo ao estudo de uma língua estrangeira, tornando mais complexo o trabalho em sala, encarando este ambiente sempre como um espaço de humanização. O início de uma aula sobre canção em língua espanhola em salas de aula compostas por alunos brasileiros é sempre produtivo ao observar que todos conhecem pelo menos um grupo/cantor (a) que canta em espanhol ou alguma canção na referida língua e, descobrem que, escutá-la em sala com um ouvindo mais atento pode ser uma atividade prazerosa. O objetivo desta oficina é propor um espaço aberto, coletivo, afetivo e dinâmico de reflexão, troca de experiências e construção de conhecimentos baseado em práticas desenvolvidas com o gênero canção na sala de aula de língua espanhola para alunos do ensino básico. A canção é considerada por nós como um gênero híbrido, um organismo vivo e provocador (PETRAGLIA, 2010) que é escolhido como lugar de projeção preferido pela maioria dos jovens. É fato que estamos inseridos em um processo no qual temos uma rotina escolar muito corrida e que a prática pedagógica reflexiva acerca dos desafios enfrentados tanto pelos educadores quanto por seus alunos deve fazer parte do trabalho docente de maneira constante. A proposta dessa oficina é que trabalhemos juntos algumas dimensões do gênero canção, como por exemplo, sua dimensão sonora (FANJUL, 2016), através de atividades de caráter teórico-prático que estimulem a criatividade, o reconhecimento de saberes e a sensação de bem-estar de alunos e professores em sala de aula a partir da construção de um ambiente dinâmico e prazeroso que pode estar inserido tanto em uma sala de aula considerada tradicional quanto numa prática desenvolvida em ambiente ao ar livre. As aulas utilizando a canção tornam-se um espaço extremamente participativo, em que o aluno tem seu conhecimento reconhecido e construído na interação com o grupo. Assim, a dinâmica da oficina

contará com três momentos, a primeira parte de caráter mais teórico-reflexivo, ancorada na estrutura de debate sobre as múltiplas concepções de ensino que podem ser utilizadas e mescladas para trabalhar com o gênero em sala de aula, uma segunda parte de caráter prático, em que os inscitos serão apresentados a uma proposta desenvolvida e aplicada na escola pela professora mediadora da oficina em turmas do ensino médio, tomando como base a música pré-colombiana e uma terceira parte, participando de um momento de desafio na construção de uma solução prática, coletiva e autoral em que os participantes tenham tempo para sensibilizar-se, provocar, questionar, criar, analisar e sintetizar o conhecimento, atividade esta pensada à partir de uma canção popular composta em língua espanhola.

Palavras-chave: canção – língua espanhola – educação básica

OFICINA DE JOGOS “CORPOATIVOS”

Área Temática: Práticas Educativas

Autora: Prof^a. Md^a. Letícia A. da S. Vasconcellos, leticiavasconcellos@id.uff.br,
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bolsista CAPES.

Coautor: Prof. Md^o. Caio Cezar Piraciaba de Brito, caio_cbrito@hotmail.com,
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bolsista CAPES.

Vivemos em um contexto social que sofre consequências da construção das relações entre sujeito e o mundo. O crescimento de interesses pessoais, a criação de estereótipos corporais, a formulação de padrões de vida e o estabelecimento de regras, são algumas das consequências nas quais devemos nos encaixar para que sejamos socialmente aceitos. Nesta mesma sociedade, corpos são inferiorizados em detrimento de outros, o que podemos enxergar também nos espaços educativos, através de comportamentos excludentes, que causam silenciamento dos corpos e os tornam cada vez mais obedientes, passivos e reprodutores dessa sociedade desigual e competitiva em que nos encontramos.

Com isso, é fundamental que nós, educadores, tenhamos uma visão que possibilite analisar criticamente as representações hegemônicas, e que possamos compreender a multiplicidade de questões que envolvem o papel do corpo no processo educacional. Portanto, é necessário entender o corpo e respeitá-lo de acordo com suas individualidades, refletindo sobre que corpos estamos ajudando a produzir e de que forma estamos, ou não, comprometidos com a formação destes na sociedade.

A partir da justificativa apresentada, esta oficina tem como objetivo proporcionar vivências corporais que sirvam de base para uma problematização e uma reflexão acerca das questões que envolvem o corpo e a educação. Esta oficina pretende promover um espaço-tempo de experiências, para que os participantes possam (re)conhecer seus próprios corpos no contato com outros e com o mundo.

A realização desta oficina necessita de uma sala ampla e vazia, sem mesas ou cadeiras. Também será necessário que a sala disponha de tomada, pois faremos o uso de uma

caixa de som e aparelho celular para reprodução das músicas durante as atividades. Esta oficina poderá atender até 25 inscritos e o material utilizado será disponibilizado por nós.

Para um melhor desenvolvimento, optamos por dividir a oficina em diferentes momentos: iniciaremos com uma roda de apresentação e contextualização dos objetivos das atividades que serão realizadas. Perguntaremos aos participantes os motivos de sua presença e as expectativas em relação à oficina. Após este primeiro momento, daremos início às atividades de conscientização corporal através da exploração do corpo no espaço. Logo após, faremos atividades de interação dos corpos com objetos e interações coletivas. No intervalo de cada atividade, que terá duração aproximada de 20 a 30 minutos, os inscritos serão separados em pequenos grupos, para que possam compartilhar as sensações que ocorreram durante as atividades e receberão alguns papéis com citações de autores que possam contribuir no diálogo sobre o papel do corpo no processo educacional.

Por fim, faremos uma roda de conversa, propondo um pequeno debate sobre as questões do corpo na educação, relacionando com as citações lidas na oficina, as práticas corporais vivenciadas e as perspectivas particulares de cada um sobre tal problemática.

PALAVRAS-CHAVE: CORPO; EDUCAÇÃO; FORMAÇÃO; SOCIEDADE.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUAS E DECOLONIALIDADE: ENTRE MULTILETRAMENTOS E TRANSLINGUAGENS

Área temática: **Formação de professores**

Rafael Jefferson Fernandes - fernandesrj89@gmail.com - PPG Linguística UFJF
Flávio Souza Rodrigues – flaviorodrigues_jf@hotmail.com - PPG Linguística UFJF

Nos últimos anos, em especial, no âmbito da educação linguística brasileira (BAGNO, 2005), diversos autores têm buscado ressignificar o ensino de línguas, problematizando conceitos e perspectivas oriundos de uma visão mais tradicional de ensino (CANAGARAJAH, 2013). Nesse sentido, o homem se vê imerso numa sociedade dinâmica, fluida, reflexo, principalmente, do surgimento de novas tecnologias, próprias da atual fase da globalização (KUMARAVADIVELU, 2006; MOROSOV ALONSO, 2008; BLOMMAERT, 2010; MOITA LOPES, 2013), em que a mobilidade de pessoas, língua(gem), textos e discursos oportunizam os contatos linguísticos, sociais e culturais, o que, no contexto escolar, implica a ressignificação de velhas práticas pedagógicas para práticas significativas, próprias de um ensino para o século XXI (MOITA LOPES, 2013). Por esse ângulo, alinhando-nos, então, aos documentos oficiais brasileiros, a saber, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e às Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006) e lançando mão da abordagem dos letramentos críticos (STREET, 1984), dos multiletramentos (ROJO, 2013; 2015), bem como dos estudos translíngues (CANAGARAJAH, 2013), essa oficina tem como objetivo refletir acerca de novas perspectivas para o ensino de línguas, ressignificando pensamentos e práticas coloniais (MIGNOLO, 2003) e propondo, em contra partida, caminhos possíveis para que o professor de línguas da educação básica brasileira possa preparar seu estudante para agir em sociedade por meio da linguagem. Para o desenvolvimento da proposta, tendo em vista seu caráter prático, no máximo vinte pessoas almejamos atender a um público ideal de, no máximo, vinte pessoas e utilizar como recursos uma TV e uma projeção. No que diz respeito à dinâmica da oficina, partimos de um texto digital multimodal, um

vídeo, que servirá de base para as reflexões iniciais, convidando os participantes a contribuírem com suas percepções. A partir disso, à luz da Linguística Aplicada da desaprendizagem (FABRICIO, 2006), problematizamos, em uma roda de discussão, ideias como “o que é saber uma língua?”, “o que é ser proficiente em uma língua?”, “qual o papel do professor de língua no contexto atual?”, “qual o papel das novas mídias no ensino de língua?”, “como pensar novos gêneros e suas multimedioses no ensino de língua para a educação básica?”. Em seguida, à luz das discussões da decolonialidade, refletiremos, em conjunto e de forma colaborativa, caminhos possíveis para a inserção de atividades que explorem a multimodalidade de novos gêneros digitais e que ensejem uma perspectiva mais agentiva do aluno no ensino/aprendizagem de línguas.

Palavras-chave: Linguística Aplicada; ensino de línguas; decolonialidade; multimodalidade; formação docente.

MEDIAÇÃO, ESTRATÉGIAS DE LEITURA, TEXTO LITERÁRIO E BNCC: FIOS E NÓS DA FORMAÇÃO DO LEITOR

Modalidade do trabalho: Oficina

Área temática: Formação de Professores

Luciane Aparecida Souza
lucianeape@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora/Grupo de pesquisa LINFE

Silvania de Souza Andrade
Silvaniandrade2@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora/Grupo de pesquisa LINFE

Soraia Loures Lins Ribeiro de Sá
sollrdesajf@hotmail.com

Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/ UFJF- Grupo de pesquisa LINFE

A oficina proposta tem por objetivo refletir sobre as estratégias de leitura mobilizadas por estudantes ao interagirem com textos literários, destacando a importância do professor como mediador de leitura, e como essa prática pode contribuir na formação do leitor nas diversas modalidades do ensino. Pretende-se apresentar elementos da mediação através da exploração do texto literário, apresentando estratégias de leitura que podem contribuir para a formação do leitor, através de atividades que evidenciem a relação entre o trabalho de mediação, as estratégias de leitura e as competências apresentadas pela BNCC.

O referencial teórico que irá subsidiar as reflexões e as atividades propostas na oficina são as leituras/estudos realizados pelo grupo de pesquisa Linfe¹ e os pressupostos teóricos apresentados pela Base Nacional Comum Curricular, BNCC (2017).

Estudos e pesquisas revelam que, apesar do grande volume de material científico que hoje embasa os cursos de formação inicial e continuada, formar leitores competentes *ainda* é um desafio a ser compreendido e efetivado no cotidiano das escolas públicas, pois conforme aponta a BNCC (2017), a concepção de leitura deve ir muito além da compreensão focalizada apenas na codificação e decodificação.

¹ O Grupo de Pesquisa Linguagem, Infâncias e Educação (Linfe) reúne docentes, graduandos e pós-graduandos da Faculdade de Educação (Faced) e pesquisadores do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), ambos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), além de colaboradores da rede pública municipal de ensino de Juiz de Fora/MG. Constituído em 2013, o Grupo Linfe desenvolve estudos sobre os temas currículo, formação de professores, práticas pedagógicas e avaliação da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

Por essa razão, reflexões e atividades como as que pretendemos apresentar nessa oficina devem ser incorporadas pelos docentes, para que a escola cumpra sua função de formar o leitor competente através da prática constante de leitura de textos que circulam socialmente.

Assim, partindo dos pressupostos acima destacados, a oficina propõe três momentos:

Num primeiro momento realizaremos com o grupo a leitura de um texto literário, através das estratégias de antecipação, inferências, verificação e síntese.

No momento seguinte (junto com os participantes) relacionaremos o trabalho realizado a partir do texto literário com as competências estabelecidas para o ensino da leitura apontados pela BNCC.

Para finalizar, iremos propor ao grupo uma atividade que irá permitir aos participantes vislumbrar possibilidades de ensino de estratégias de leitura ajustadas ao texto literário que, além de contribuir para formação do leitor competente, contribuirá para o desenvolvimento do seu senso estético, potencializando as dimensões transformadora e humanizadora da experiência literária.

Palavras-chave: Estratégias de leitura; Texto literário; Mediação de leitura; BNCC.

PRÁTICAS EDUCATIVAS COM BEBÊS NA CRECHE

ÁREA TEMÁTICA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ana Rosa Costa Picanço Moreira
Universidade Federal de Juiz de Fora
anarosamaio6@gmail.com

Eliza Kelly Grosman Amorim
Universidade Federal de Juiz de Fora
elizakellyga@gmail.com

Nayla Ribeiro do Carmo
Secretaria de Educação
naylacarmo@gmail.com

Esta oficina visa atender à demanda de estudantes do curso de Pedagogia e professoras da creche acerca da formação docente voltada para as especificidades da primeiríssima infância. Geralmente, existe uma adaptação das rotinas e atividades de crianças mais velhas para os bebês, resultando em práticas desvinculadas entre si e sem nenhum sentido para os bebês. De natureza teórico-prática, a oficina tem o objetivo de problematizar e ressignificar concepções e práticas de cuidado-educação com bebês, isto é, pessoas de quatro a dezoito meses de idade, no contexto de creche. A partir do enfoque histórico-cultural de crianças/bebês, desenvolvimento e educação, em diálogo com a Abordagem Emmi Pikler, pretende-se refletir sobre o lugar que os bebês ocupam no processo de aprendizagem e desenvolvimento e a qualidade de relação professora-bebê nas práticas cotidianas. Entende-se que cada bebê é único e carrega consigo um mundo (inter)subjetivo específico. É importante que a creche garanta momentos de encontros individuais e constantes entre professora e bebê, nos quais o toque, a voz, o olhar se constituam em instrumentos potentes de uma comunicação de qualidade. Assim, aponta-se para a importância do olhar e da escuta sensível para os sinais que os bebês manifestam, fornecendo dicas de como dirigir-se a eles e o que e como ofertar ambientes favoráveis ao desenvolvimento das capacidades sociais, cognitivas, psicomotoras e simbólicas. Destaca-se a observação e o registro processual das ações dos bebês, via escrita, fotografia e videogravação, e a reflexão crítica e coletiva desse material. Portanto, a metodologia adotada nesta oficina abarca a discussão de alguns episódios de brincadeiras e interações

de bebês na creche e a vivência de situações cotidianas, tais como alimentação, sono e higiene. Ao final, os pontos discutidos serão registrados coletivamente numa folha de papel pardo. O limite de vagas é 25.

Palavras-Chave: Bebês. Práticas educativas. Formação de professoras de berçário.

**CONTOS DE FADA: DESCONSTRUINDO PADRÕES RACIAIS E
HETERONORMATIVOS**
Diversidade e Cultura

AUTORA: Ana Beatriz Steele Santos Gonçalves – anabeatriz.stee@gmail.com,

CO AUTORES: Nathália Melo Gurgel – nathgurgel@hotmail.com

Virgínia Rodrigues Silva – yihrodriguesilva@gmail.com

Melissa Neves Matos – melissamatos565@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Essa proposta de oficina tem como objetivo questionar a diversidade e a heteronormatividade utilizando como ferramenta a análise dos tradicionais contos de fadas. A proposta é um recorte do projeto realizado pelo grupo do PIBID, eixo Literatura e Diferenças, com atuação na Escola Municipal Dante Jaime Brochado desde 2018.

A dinâmica da atividade será dividida em três etapas:

A primeira tarefa é desconstruir o(s) personagem(s) principal(is) das histórias e quais são as concepções de cada um deles. Para isso, a atividade consta em observar o padrão e atributos de gênero existente nas princesas e príncipes. As características observadas devem ser tanto nas questões estéticas do padrão de beleza e de “feitura” e quanto das características emocionais, a princesa sempre é meiga, delicada e salva pelo príncipe, que nunca tem nome, é valente, forte e confiante. Outro ponto importante a ser questionado consta no desafio de desconstruir estereótipo de beleza construído pelas histórias, frequentemente relacionando diretamente ao padrão europeu: corpo magro, loiro e pele clara.

O objetivo nessa etapa é criar discussões sobre as novas possibilidades e diversidade de corpos e jeitos de ser princesa ou príncipe, quebrando os estereótipos e de atributos heteronormativos voltados para determinado padrão idealizado.

A metodologia dessa atividade será dos participantes desenharem a imagem de um príncipe ou princesa, e a partir desses desenhos iniciar o diálogo para as reflexões apontadas acima. Esse primeiro momento também nos servirá de registro e análise do

quanto os participantes têm a imagem naturalizada sobre padrões considerados femininos e masculinos.

Na segunda etapa iremos analisar a sequência padrão dos contos: começo, meio e fim, e analisar o roteiro de amor romântico recorrente nas histórias: por que a princesa sempre deve ser salva?; Porque ela sempre aparece a maior parte do tempo na fase jovem?; Por que sempre ocorre o casamento? Também nesse momento iremos apresentar alguns exemplares de livros e filmes que buscam outras possibilidades e trabalham com as diversidades. Essa etapa tem como objetivo oferecer opções não padronizadas para auxiliar no processo de reconto de um conto de fadas.

E por último, a partir desses estudos, a proposta de conclusão da oficina é criar um novo final para um conto de fadas, previamente escolhido, contendo os tópicos trabalhados de pluralidade, diversidade, gêneros diferentes e desconstrução dos personagens.

Ademais, após a proposta de um novo final para o conto escolhido faremos uma rápida amostra de como tal tema foi trabalhado na escola, com crianças de segundo ao quinto anos, para que seja possível perceber como tais alunos absorveram o tema e, também, para que possa inspirar e servir de orientação.

Quanto ao espaço para a realização da oficina, precisaremos de uma sala que tenha equipamentos de audiovisual para que os fragmentos dos filmes escolhidos possam ser mostrados. Não há restrição para o número de participantes.

Palavras chave: Padrão racial, heteronormatividade, reconto, Pibid, escola.

OFICINA: EXPERIÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Área temática: Diversidade e cultura

Jorgeana Roberta Alcântara Teixeira

joo_alcantara@hotmail.com

Marcio Henrique Scotelano Evangelista – UFJF

marcio.scotelano@hotmail.com

Roney Polato de Castro

roneypolato@gmail.com

Júlia de Castro Martins Ferreira Nogueira – UFJF

juliacmfogueira@hotmail.com

Faculdade de Educação – UFJF

A presente proposta de oficina visa, a partir de debate e compartilhamento de experiências, construir e imaginar caminhos de intervenção da instituição universitária para auxiliar na permanência, proteção e defesa de estudantes fora do padrão hetero-cis-normativo. Faz-se esse movimento a partir da consideração e resultados de uma pesquisa realizada com estudantes fora desse padrão que relataram suas próprias experiências dentro do campus, demonstrando necessidade de adequar ambientes educacionais para lidar com diferentes formas e expressões de gênero e sexualidade, para gerar processos de inclusão e acolhimento. A universidade, ao contrário da sociedade em geral, precisa se consolidar enquanto espaço democrático que acolha e respeite toda a diversidade sexual e de gênero, se colocando assim enquanto foco de resistência contra o preconceito, a discriminação e a violência enfrentada por muitos de seus alunos. Pretende-se, no decorrer da oficina, pensando na presença tanto de estudantes que se encontram tanto dentro quanto fora do padrão heteronormativo e cishnormativo, discutir as impressões e experiências desses estudantes na universidade. Confrontando suas falas a partir dos dados fornecidos pela pesquisa, e problematizando sua experiência, dar-se-ia seguimento a partir da proposição de que os presentes pensem e elaborem formas de intervenção, campanhas e ações que a Universidade poderia empregar em relação a essa temática, de forma contínua, para ajudar a tornar o ambiente universitário acolhedor e seguro para todos e todas as docentes, discentes e

colaboradores. Espera-se poder, a partir dessa oficina, compreender e problematizar impressões e experiências dos estudantes presentes e, a partir da junção destas com dados e análises já obtidos, poder gerar uma discussão produtiva e propositiva, refletindo sobre as possíveis formas de promoção de um ambiente seguro e acolhedor dentro da Universidade onde estudantes professores e funcionários se sintam e estejam em condições de estar e permanecer, e cujos profissionais resultantes dos processos educacionais tenham experiências de um local inclusivo e democrático onde todos e todas são e se sentem bem vindos. Para a realização da atividade proposta acima será preciso uma sala com cadeiras para acomodação dos participantes e uma televisão ou um Datashow para exibição de alguns materiais para auxiliar na discussão. O número máximo de participantes que pretendemos alcançar com essa atividade é de trinta (30) pessoas.

Palavras-Chave: Gênero; Sexualidade, Ensino Superior; Experiência; Subjetivação.

JOGOS INDÍGENAS: POSSIBILIDADES PARA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

ÁREA TEMÁTICA: Diversidade e Cultura

Deborah Cristina Keller Diégues, deborahkdiegues@gmail.com;

Keylla Amélia Dares Silveira, keyllaamelia@hotmail.com.

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

A oficina “Jogos Indígenas: possibilidades para Educação Física Escolar” tem por objetivo propor um espaço/momento de reflexões e possibilidades para a abordagem de jogos indígenas nas aulas de Educação Física do Ensino Fundamental. A Educação Física Escolar, sob uma perspectiva cultural, deve voltar seus olhares para manifestações da cultura e as diversas lutas e conflitos que permearam a sua produção e (re)significação, promovendo uma reflexão sobre como as diferenças foram socialmente produzidas e estabelecidas. Problematizar e questionar a cultura corporal significa priorizar atividades que investigam os mecanismos que a regulam (NEIRA, 2016).

A Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008, prevê a inclusão nos currículos oficiais das redes de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. A legislação, muito mais do que uma simples imposição sobre o que se deve trabalhar nas escolas, resgata a importância da compreensão sobre a constituição histórica do nosso país, para uma leitura mais profunda da sociedade atual por parte das/os alunas/os. Pensando nisso, a cultura indígena, violentamente apagada e marginalizada na nossa história, deve estar presente na escola não apenas em eventos e comemorações isoladas, mas fazer parte do seu cotidiano e ser reconhecida como parte da constituição do povo brasileiro.

A metodologia para realização da oficina envolverá breve apresentação e discussão sobre o tema abordado, através de exibição de imagens, textos e vídeos. Em seguida, pretende-se realizar vivências de alguns jogos indígenas pelo grupo para posterior reflexão sobre as possibilidades/desafios destes nas aulas de Educação Física escolar.

O material e espaço necessário inclui: uma sala de aula (preferencialmente no andar térreo, pois pretende-se utilizar também alguma área externa próxima a mesma), equipamento para exibir PowerPoint (TV ou Datashow). O restante do material a ser

utilizado será providenciado pelas próprias autoras. Estima-se a participação de até 20 (vinte) pessoas.

Para a dinâmica das atividades, propõe-se o seguinte roteiro:

Início: apresentação das autoras e do grupo e esclarecimento do tema proposto. Tempo estimado: 15 a 20 minutos.

Meio: I) Exibição de textos, fotos e vídeos para abordar a constituição histórica do povo indígena no Brasil, os diversos tipos de manifestação desse grupo (dança, arte, culinária e jogos), com destaque para os jogos e brincadeiras. Tempo Estimado: 25 a 30 minutos.

II) Vivência com o grupo de alguns jogos e brincadeiras selecionadas (estas podem sofrer alterações conforme necessidade): jogo da onça, arco-e-flecha, construção da peteca, brincadeira Toloí Kunhügü. Tempo Estimado: 50 a 60 minutos.

Fim: conversa sobre impressões dos jogos indígenas a partir das vivências. Encerramento. Tempo estimado: 15 a 20 minutos.

Palavras-chave: jogos indígenas; educação física escolar; cultura corporal.

CRIAÇÃO DE PODCASTS COMO FERRAMENTAS DA EDUCAÇÃO

Área Temática: 7) Tecnologias digitais e Educação

Carla Baldutti Rodrigues carlabaldutti@gmail.com UFJF -Monitoria

Resumo

Durante o exercício da atividade de monitoria na disciplina "Laboratório de Radiojornalismo", entre os anos 2017 e 2019, são oferecidas oficinas semanais aos alunos inclusive com a criação de podcasts. O objetivo é oferecer essa capacitação prática que vem sendo cada vez mais utilizada na área educacional.

A tecnologia utilizada para a criação de *podcasts* favorece a criação e divulgação de conteúdo em áudio de nichos, temas de áreas específicas. A características da linguagem radiofônica de oralidade permite abordar qualquer temática como em uma conversa, uma discussão ou a exposição de um tema. Com isso, os podcasts geram interesse e fomentam o questionamento e a reflexão.

Os conceitos que norteiam esta tecnologia e as implicações na área de Educação vão ser discutidas. Em seguida, serão abordadas as técnicas de criação, roteiro, entrevista e de linguagem radiofônica para gerar um podcast com o tema do evento, a partir da vivência dos participantes. Utilizaremos os conceitos de Barbosa Filho(2003) sobre formatos e gêneros como entrevista e debate, e de Prado(1989) sobre linguagem.

São características da linguagem radiofônica: a naturalidade, a coloquialidade, a clareza, a concisão, a simplicidade, a instantaneidade, a simultaneidade e a rapidez. O rádio usa uma linguagem descritiva e direta, com frases curtas e não exige grau de instrução para acompanhar o conteúdo, bem como explicitou Prado (1989, p. 28): "A importância do rádio como meio informativo se deve ainda a outra característica: sua "capacidade de se comunicar" com um público que não necessita uma formação específica para decodificar a mensagem."

Desse modo, Prado (1989) formula que a locução informativa deve ser natural, pois o texto para ser dito exige a postura de quem vai explicar algo a um público heterogêneo o que explicita ser fundamental a escolha do vocabulário para a compreensibilidade.

Além das questões de formato e linguagem serão analisadas questões técnicas e conceituais presentes no estudo "Podcast na educação brasileira: natureza, potencialidades e implicações de uma tecnologia da comunicação de Freire (2013). Ele

destaca a simplicidade de produção desta ferramenta que pode ser produzida em um computador de capacidade média, usando fone de ouvido ou caixas de som, um microfone de modelos mais simples, e um programa de gravação e edição de áudio, gratuito como o Audacity, além de uma conexão com a internet de velocidade média.

Após as discussões, um modelo vai ser apresentado para o conhecimento da turma ainda na primeira parte da oficina. Em seguida, vai ser gravado um podcast a partir da discussão do tema do evento.

Para as atividades do treinamento é necessário uma sala, datashow, um reproduutor de áudio e vídeo para mostrar os exemplos. O ideal é ter o máximo de 15 pessoas.

Palavras-chave: podcast, tecnologia educacional, oralidade digital, rádio educativo; inovações educacionais.

Referências

BARBEIRO, H. **Manual de Radiojornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BARBOSA FILHO, A. **Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio**. São Paulo: Paulinas, 2003.

PRADO, E. **Estrutura da informação Radiofônica**. São Paulo: Summus, 1989.

POSSIBILIDADES DOS APLICATIVOS GOOGLE NA EDUCAÇÃO

Área Temática: 7) Tecnologia digitais e Educação

Ana Carolina Guedes Mattos
carolguedemat@gmail.com
PPGE/UFJF

Resumo

A proposta da oficina é refletir sobre a educação a partir das tecnologias digitais, especificamente da *web*, potencializando o debate sobre o contemporâneo. Iniciamos os estudos a respeito das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e sua interface com a educação no Grupo de Pesquisa Aprendizagem em Rede (GRUPAR), coordenado pela professora Dr^a Adriana Rocha Bruno. Continuamos as reflexões como professora-tutora no curso de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Aberta do Brasil (UAB), da UFJF, na Especialização no Ensino Fundamental, no Colégio de Aplicação João XXIII, no Mestrado em Educação, pela UFJF e atualmente no Doutorado em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFJF (PPGE/UFJF).

A partir das reflexões das tecnologias digitais e a educação pretendemos oferecer na oficina caminhos para o trabalho com os aplicativos da google (google mapas, google drive, google fotos, entre outros) na sala de aula. Como ampliar as possibilidades de nossas aulas? De que maneira posso trazer o contemporâneo para nossas aulas?

Consideramos o que Armbrust et. al (2009) destaca, “A computação em nuvem é um conjunto de serviços de rede ativados, proporcionando escalabilidade, qualidade de serviço, infraestrutura barata de computação”, ou seja, o uso de computadores que precisam somente de uma conexão com a internet. O google baseia-se em computação em nuvem (Cloud Computing).

A fundamentação teórica está baseada nos estudos e pesquisas de autores da cibercultura (SANTAELLA, 2004, LEMOS, 2004, LÉVY, 1999, dentre outros). Consideramos que vivemos em uma era digital (SANTAELLA, 2004), o conceito de cibercultura é proposto pelo estudioso Pierre Lévy (1999), ao defender que a sociedade está inserida nesse novo ambiente complexo e multifuncional, um espaço de

possibilidades para a comunicação, definido como ciberespaço. Em relação ao uso do ciberespaço pelo humano, Lemos (2004) reforça que os usuários são livres para visualizarem o que for de seu interesse, podendo estar em vários ambientes ao mesmo tempo.

O número máximo de participantes é de trinta pessoas. Para realizar essa oficina é necessário um laboratório de informática com acesso à internet, ou que os participantes levem computadores pessoais. O horário de preferência é no turno da noite em quaisquer dias da semana.

Palavras-chave: TDIC, educação, computação em nuvem, cibercultura.

Referências

ARMBRUST, M., Fox, A., Griffith, R., Joseph, A. D., Katz, R. H., Konwinski, A., Lee, G., Patterson, D. A., Rabkin, A., Stoica, I., and Zaharia, M. (2009). **Above the clouds:** A berkeley view of cloud computing. Technical report, EECS Department, University of California, Berkeley.

LEMOS, André. **Cibercultura e mobilidade:** a era da conexão. Razón Y Palabra. n.41, out/nov, 2004.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Trad. COSTA, C. I. São Paulo: Editora 34, 1999.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e arte do pós-humano:** da cultura das mídias à cibercultura. CASTRO, Valdir José de (coord). 2. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

USO DE SMARTPHONES NA SALA DE AULA: CAMINHOS PARA SE PENSAR O LETRAMENTO DIGITAL A PARTIR DOS APLICATIVOS CANVA E MEMEGENERATOR

Área temática: Tecnologias digitais e Educação

Mariana Souza Veiga

mariana.veiga@letras.ufjf.br (UFJF)

Fernanda Abreu Gualhano

fernandagualhano@hotmail.com (UFJF)

Resumo: Compreendemos que as atividades dos indivíduos, em todos os campos, inclusive o da Educação, são textualmente mediados e com o advento das novas tecnologias e conseqüentemente, de uma sociedade hipermidiática, multimodal e visual, não podemos mais pensar em textos como relativamente fixos e estáveis. Sendo assim, a todo momento surgem novos gêneros que devem ser levados para a sala de aula pelos professores de línguas preocupados em desenvolver práticas de ensino contextualizadas, visando novas formas de imagem e texto trabalharem poderosamente em conjunto, possibilitando que os alunos se posicionem e posicionem aos outros, desenvolvendo a criatividade e criando uma consciência metalingüística (BARTON; LEE, 2015). Além disso, pretendemos ir de encontro às perspectivas contrárias ao uso de celulares em sala de aula, entendendo que sua utilização não pode mais ser ignorada, já que “como os recursos móveis estão cada vez mais poderosos e versáteis, provavelmente veremos mais usuários usando-os como seus dispositivos principais ou mesmo únicos” (GODWIN-JONES, 2011, p.8); compreendendo, também, que seu uso é uma forma de tornar a aprendizagem mais atraente, motivadora e interessante (COSTA, 2013) e promovendo um empoderamento dos alunos, a partir da concepção de que todos os sistemas semióticos são sistemas semióticos sociais (LEEuwEN, 2005). Sendo assim, essa oficina tem como principal objetivo apresentar caminhos para o trabalho com dispositivos móveis em sala de aula e mais especificamente dos aplicativos Canva (criador de designs diversos para usuários iniciantes ou experientes a partir da edição de templates ou a partir da criação do zero) e Memegenerator (gerador de memes a partir de um banco de imagens ou do upload de imagens do rolo da câmera do celular), para smartphones, em uma perspectiva pedagógica. O público-alvo, portanto, são futuros professores em formação inicial que

precisam estar cientes das novas demandas do ensino, incorporando, em sua atuação, novas atividades de leitura e escrita que priorizem as práticas cotidianas de seus alunos com as mais diversas tecnologias que implicam mudanças constantes dos textos online. Para a dinâmica das atividades, dividimos a oficina em três momentos (tornando-se imprescindível que os participantes levem seus smartphones com os aplicativos baixados): i) apresentação teórica breve dos conceitos de Letramento Digital e Multimodalidade; ii) exposição das ferramentas digitais Canva e Memegenerator; iii) produção, por parte dos alunos, de uma atividade que priorize o uso de uma das duas ferramentas apresentadas.

Palavras-Chave: Educação; Letramento Digital; Multimodalidade; Ferramentas digitais; Dispositivos Móveis.

A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS NA LITERATURA DE CORDEL NAS SÉRIES INICIAIS

Arte, visualidades e educação

Francisca C. V. V. Santos¹; Camila I. G. Joviano²; Ana Carolina B. Santos³.

¹francisviva@hotmail.com

²camila.joviano@colégioapogeu.com.br

³carolbrunoni.s@gmail.com

^{1, 2, 3} Universidade Federal de Juiz de Fora

O objetivo do presente trabalho é proporcionar uma reflexão sobre a importância da história em quadrinhos na literatura de cordel nas séries iniciais.

Em seguida serão abordados os conceitos, contextos históricos, cidades brasileiras que propagam o cordel, como é produzida a história em quadrinhos no formato cordel. Por último, será discutida a sua importância para o processo ensino-aprendizagem, para que se tenha leitores bem como currículo e a metodologia a ser empregada durante esse processo.

O espaço utilizado deverá ser uma sala de aula, o material necessário para a oficina consiste em recurso tecnológico para apresentação de slides, podendo ser data show e computador ou Smart TV. O número máximo de participantes será de 25 pessoas.

Palavras-chaves: literatura, história em quadrinhos, cordel, séries iniciais.

RAP E ESCOLA: *um leque de possibilidades.*

ARTE, VISUALIDADES E EDUCAÇÃO

Autor: José Guilhermando Andrade Novaes,
guilhermandoandrade@gmail.com, Universidade Federal de Juiz de Fora
(UFJF).

Coautor: Prof. Mdº. Caio Cezar Piraciaba de Brito, caio_cbrito@hotmail.com,
Universidade Federal Fluminense (UFJF), Bolsista CAPES.

RESUMO:

A oficina tem como objetivo identificar o RAP enquanto um rico instrumento de trabalho para apreensão de conteúdos específicos na educação escolar, tal como o reconhecimento dos elementos que apresentam críticas sociais, resistências urbanas e lutas sócio-políticas. Buscamos também analisar a importância da representatividade para crianças e jovens (a partir da ótica do RAP), e com isso poderemos analisar coletivamente questões como a construção das identidades, das subjetividades que se reforçam (ou não) no universo escolar; e finalmente identificar os fatores de exclusão social que perpassam o mundo do RAP.

Sabendo que o RAP é uma linguagem musical que nasce enquanto luta e resistência do povo periférico, manifestada enquanto representação simbólica e artística, compreende-se que o mesmo é um meio de se expressar diante das amarras do opressor, que se justifica através dos leques de preconceitos que se instauraram historicamente e vem se reproduzindo na sociedade.

Por isso é necessário depositarmos o devido valor a tais movimentos artísticos, e notarmos a grande importância de se trabalhar linguagem do RAP dentro do meio educacional. Essa característica musical tem como perspectiva expor e libertar anseios oprimidos por uma parcela da sociedade, que historicamente sofre com a repressão, a exclusão espacial/geográfica, por estar inseridas em localidades que quase sempre são vistas com maus olhos perante um pequeno grupo que detém meios de produção e vê no pobre periférico, um objeto de exploração.

Entendemos a Escola como um espaço plural de conhecimento, e enquanto tal é de uma riqueza singular trabalhar tal perspectiva, já que a música, enquanto veículo de socialização, expressão, compreensão do mundo, tem um papel ímpar na formação dos sujeitos e na construção de identidades. O rap pode nos remeter ao um ideário de

possibilidades, para além daquelas que se fazem presente no cotidiano do jovem periférico.

Diante desse saber, há de se fazer real a importância de tal temática se tomamos como base uma perspectiva libertadora e de valorização das inúmeras vivências que a escola contempla, compreendemos então, que o rap tem como base enraizada a crítica social e a construção de um novo imaginar dentro de uma realidade que a desesperança ganha força e cria raízes.

Utilizaremos da metodologia de práticas coletivas e troca de experiências entre os participantes, que oferecem a construção de um tempo-espaco para vivência, reflexão, conceitualização e prática do pensar. Dessa forma, confluem-se pensamentos, sentimentos e ações, no sentido de constituir, ao menos no momento da oficina, um lugar de vínculo da participação, da comunicação e da produção de conhecimentos e acontecimentos que dialoguem sobre RAP e Educação.

Inicialmente, haverá uma apresentação sobre a temática, e daí partiremos para a promoção de indagações que contemplem a importância de se trabalhar tal linguagem dentro do âmbito escolar.

Posteriormente haverá a exposição de seis músicas (selecionadas por nós) através de um dispositivo eletrônico, e as mesmas serão repassadas aos presentes em folha A4, o que possibilita a leitura e a contemplação das letras, a fim de proporcionar maior aquisição de conhecimento e elementos para reflexão a respeito do eixo temático.

Em segundo momento, haverá a abertura de um debate para troca de anseios que possibilitará a construção em conjunto de um novo olhar e uma nova práxis sobre a influência do rap no espaço escolar, com objetivo de promover a reflexão e dos presentes; assim como o exercício do pensar o como, porque e para que trabalhar o rap dentro da sala de aula.

Como atividade final, iremos distribuir dois textos que, entre si, apresentam um contraste entre posições sociais e olhares sobre a realidade brasileira. O que proporciona mais um elemento para enriquecer o debate e o entendimento sobre a presença do RAP na escola.

Será necessária a utilização de uma sala de aula que disponha de tomada; assim como carteiras em quantidade correspondente ao número de participantes (máximo de

35). Além disso, temos uso de caixa de som e aparelho celular para reproduzir as músicas trabalhadas na oficina. Tanto o celular, quanto a caixa de som serão disponibilizadas pelosicineiros.

PALAVRAS CHAVE: RAP. Intervenções urbanas. Mediação Cultural. Arte-educação. Ensino de Música.

Mini-curso:

**ALDRAVIAS EM SALA DE AULA – UMA NOVA PERSPECTIVA DE
LETRAMENTO LITERÁRIO E LINGUÍSTICO PARA ALUNOS DA
EDUCAÇÃO BÁSICA.**

Área temática: Práticas Educativas

Autor: Joseani Adalemar Netto

Co-autor: Professora Doutora Patrícia Pedrosa Botelho

Mestrado em Letras – ProfLetras – UFJF

josesd27@yahoo.com.br

Resumo: o presente minicurso visa apresentar aos seus participantes o gênero aldravia, poema escrito em uma única estrofe de seis versos univoculares, criado em Mariana, MG, em 2010. Um novo gênero que vem ganhando cada vez mais espaço no cenário da Literatura Brasileira entre escritores e poetas e também nas escolas, apresentando-se como um dos caminhos possíveis para o letramento literário e linguístico nas aulas de Língua Portuguesa. Os participantes entrarão em contato com esse novo gênero e poderão exercitar seu fazer poético através de uma dinâmica de escrita que permitirá a experimentação de uma linguagem metonímica, capaz de revelar sentidos e significados contidos em seis palavras-verso.

Palavras-chave: aldravia; letramento literário; letramento linguístico; metonímia

Justificativa: por serem as aldravias um gênero ainda incipiente em nossa Literatura Brasileira, mini-cursos e oficinas de leitura e escrita aldravista se tornam importantes para que, cada vez mais, pessoas conheçam e se apropriem desse fazer poético. Várias escolas vêm utilizando as aldravias como uma maneira de ampliar o repertório literário e linguístico de seus alunos, prática que tem se mostrado bastante interessante nas aulas de Língua Portuguesa.

Metodologia:

No desenvolvimento do mini-curso pretende-se o envolvimento dos participantes no processo através de três momentos:

- Primeiro momento: exposição sobre o surgimento do gênero aldravia; a leitura e análise de algumas aldravias para o entendimento de suas regras, sendo apresentado aos participantes o ABC das Aldravias.

- Segundo momento: leitura e pequeno comentário da crônica *Teus medos, meus medos*, de Juliano Martinz, como motivação para a escrita aldravianista que se proporá.

- Terceiro momento: apresentação das aldravias criadas pelos participantes e considerações finais.

O mini-curso poderá ser realizado em uma sala de aula, com o máximo de 30 participantes.

Haverá necessidade do equipamento data-show para projeção do material preparado, quadro branco para anotações e caneta para quadro.

CRÍTICA À MEDICALIZAÇÃO DA VIDA E DA EDUCAÇÃO

Área Temática: Práticas Educativas

Paula Carpanez Corrêa

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)/ CAPES

paulacarpanez@yahoo.com.br

O presente trabalho se constitui em uma síntese dos estudos teóricos desenvolvidos até aqui para o delineamento de uma dissertação de Mestrado.

Objetivo: À luz da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica buscamos compreender a Medicalização da Vida e da Educação; evidenciar como nossa sociedade vem reduzindo os diversos problemas sociais, históricos, políticos e econômicos da vida humana ao que é biológico e individual, bem como analisar os reflexos deste fenômeno na área educacional.

Justificativa: Estudos apontam que vivemos uma epidemia de diagnósticos: novos medicamentos e novas patologias são arquitetadas por pesquisas fomentadas pela indústria farmacêutica. A medicalização adentra a educação como promessa de resolução dos ditos transtornos de aprendizagem, em um contexto educacional que dá protagonismo à aprendizagem e gera a desvalorização do ensino. Se consideramos que a humanização do homem só se efetiva através da mediação do outro, é preciso analisar qual tem sido a qualidade das mediações exercidas pela educação escolar antes de estigmatizar os alunos. Faz-se urgente a superação da concepção de desenvolvimento infantil pela maturação, que naturaliza o processo social e, por isso, dá aval à medicalização. Compreendemos que a escola deve ser espaço articulador entre as práticas socioculturais e a formação científica de forma a suplantarmos a culpabilização do aluno pelo não aprender, promovendo, assim, a socialização dos conhecimentos historicamente acumulados e o desenvolvimento humano.

Metodologia: Pretendemos promover uma discussão teórica e conceitual acerca da Medicalização da Vida e da Educação, fenômenos sociais atuais e importantes para a formação docente comprometida com uma prática pedagógica reflexiva e pautada na perspectiva crítica. Faremos uma dinâmica inicial para aproximação do tema com o auxílio de um caso disparador da discussão, em seguida utilizaremos do powerpoint

para explanar o conteúdo e utilizaremos vídeos e dinâmicas para promover a discussão coletiva.

Para o desenvolvimento da proposta de minicurso será necessário o espaço da sala de aula, bem como um equipamento para projetar a apresentação do conteúdo e os vídeos que serão utilizados. Definimos que a quantidade máxima é de 30 participantes para que o debate seja garantido.

Palavras-chave: medicalização da educação; psicologia histórico-cultural; pedagogia histórico-crítica; transtornos de aprendizagem.

ECONOMIA SOLIDÁRIA, EDUCAÇÃO POPULAR E PROCESSOS FORMATIVOS: INVENÇÃO DE MODOS DE EXISTIR

Práticas Educativas

Pedro Rocha Silveira de Mendonça

pedro.rsm.ufjf@gmail.com; Pedagogo formado pela FACED-UFJF; Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFJF; Bolsista da INTECOOP-UFJF; Financiador por emenda parlamentar.

Liz Oliveira

liz.oslima@gmail.com; Graduada em Psicologia pelo CES-JF; Especialista em Políticas e Pesquisa em Saúde Coletiva pela UFJF; Técnica consultora da INTECOOP-UFJF; Financiador por emenda parlamentar.

Luiza Bastos Freesz

luizafreesz@gmail.com; Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Licencianda no mesmo curso; Bolsista na INTECOOP-UFJF; Bolsa financiada pela própria instituição.

Objetivo:

O presente artigo propõe um exercício de reflexão acerca dos processos formativos que acontecem no movimento de economia solidária, a partir dos conceitos de educação popular, e perceber quais os seus possíveis efeitos na produção de subjetividades das cooperadas e dos cooperados, ou seja, refere-se à possibilidade de construção coletiva de outros modos de existir. Antes de adentrar ao tema central dessa produção, talvez seja interessante dar um passo atrás e pontuar sobre o que é repetido, enquanto conceito quase hegemônico, quando o termo “economia solidária” aparece. Economia solidária é, num senso comum, um movimento político e econômico que se ocupa diretamente com outro modo de lidar com a produção de trabalho e renda, sendo assim, uma forma alternativa de composição de trabalhadoras e trabalhadores.

Justificativa:

A título de esclarecimento e elucidação, fala-se aqui a partir dos olhares de um bolsista de pós-graduação e de uma técnica, que compõe hoje o programa de extensão da

UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) conhecido por INTECOOP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares). Vale ressaltar que as análises que são feitas partem desses muitos olhares e perspectivas que o campo da incubadora proporciona cotidianamente. Para subsidiar as discussões, usaremos conceitos fundamentais e atualizados de educação popular, mobilização social, práticas educativas e economia solidária. É importantíssimo ressaltar a validade e importância dessas discussões nesse momento de ataques à educação e a todo tipo de ação que não faça parte do projeto liberal e conservador.

Como supramencionado, os empreendimentos que tem como escopo funcional a economia solidária não são empresas, o que compõe um campo interessante e fértil para a educação ocupar-se. Os coletivos organizados em associações ou cooperativas tem o objetivo de gerar renda para seus cooperados de forma mais justa e igualitária, diferindo substancialmente da maquinaria capitalista/empresarial, onde, em sua maioria, enriquecem apenas os donos dos meios de produção sob a condição básica da exploração da mão de obra de seus funcionários.

Metodologia:

Pretendemos dialogar com as/os participantes e propor a seguinte discussão: a partir desse exercício introdutório, voltemo-nos para o tema central em questão: como ações formativas e pedagógicas, que tem a educação popular como prioridade, podem adulterar e potencializar a produção de subjetividades? E, como processos formativos são capazes de pensar e produzir uma economia solidária que se ocupe para além da pura produção de trabalho e renda, mas invista na invenção de uma outra vida?

Para que essa discussão e a produção de conhecimento se dê, precisaremos apenas da disponibilidade de uma sala e, seria interessante, a composição do grupo de inscritas e inscritos não ultrapassar 30 pessoas.

Palavras-chave: educação; popular; vida; economia; solidária.

OS DESAFIOS DA IMPLMENTAÇÃO DA BNCC:TEORIA E PRÁTICA

Área Temática: Currículo

Modalidade: Minicurso

Alessandra Cerqueira Gongora

acgongora@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Comendador Levy Gasparian

Érica Carvalho Vieira

ericalettras79@gmail.com

Prefeitura Municipal de Comendador Levy Gasparian

Luciane Aparecida Souza

lucianeape@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

LINFE

O minicurso proposto tem por objetivo discutir e refletir sobre os conceitos utilizados para organizar a Base Nacional Comum Curricular, que à primeira vista, podem parecer um pouco “confusos”, quando não são bem compreendidos. No documento, o foco das escolas passar a ser não apenas a transmissão de conteúdos, mas o desenvolvimento de competências, compreendidas como a soma de **conhecimentos** (saberes), **habilidades** (capacidade de aplicar esses saberes na vida cotidiana), **atitudes** (força interna necessária para utilização desses conhecimentos e habilidades) e **valores** (aptidão para utilizar esses conhecimentos e habilidades com base em valores universais, como direitos humanos, ética, justiça social e consciência ambiental). Nesse contexto, a Base apresenta as 10 competências gerais que se constituem em propósito final de tudo que os estudantes irão vivenciar, aprender e desenvolver na Educação Básica. Dessa forma, pretende-se apresentar cada um desses conceitos, relacionando-os com a prática pedagógica, com a intenção de pensar em caminhos e possibilidades da concretização desses conceitos em sala de aula. Assim, a proposta apresentada fundamenta-se na importância de pensar sobre o processo de revisão ou elaboração curricular, que não é pouco complexo e por isso deve ser amplamente debatido e discutido com os profissionais da educação responsáveis pela implementação da Base no cotidiano das escolas. O referencial teórico que subsidiou as análises da discussão e que orientará o trabalho com o grupo são as referências

nacionais e internacionais que integram o capítulo introdutório da BNCC, entre elas marcos legais importantes, como: 1.a Constituição Federal; 2. a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); 3. as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN); 4. o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014. Partindo de nossas experiências enquanto Coordenadoras de Ensino e Avaliação da Secretaria Municipal de Educação de Comendador Levy Gasparian/RJ (que vem pensando e discutindo sobre a implementação da Base junto aos docentes, técnicos e gestores da rede), pretende-se propor atividades e reflexões que permitam vislumbrar possibilidades de apropriação deste documento, a partir da experiência escolar e cotidiana dos estudantes da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

Palavras-chave: BNCC; Educação Básica; Currículo

**POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL PELO VIÉS
HISTORIOGRÁFICO: REFLEXÕES A PARTIR DE DUAS EXPERIÊNCIAS
DE PESQUISA**

Área temática: Gestão e Políticas Públicas

Polyana Gomes de Matos (UFRJ/CAPES)

E-mail: poly.j.f@hotmail.com

Rosana Maria de Souza Alves (UFRJ/IFMA).

E-mail: rosanamaria@ifma.edu.br

O curso propõe discutir algumas possibilidades de problematizar políticas e legislações educacionais pelo viés historiográfico, utilizando como “chaves de entrada” duas pesquisas realizadas em nível de mestrado. O objetivo é apresentar possíveis contribuições do campo da história da educação na análise e produção de sentidos nas mudanças da escolarização brasileira.

No escopo desta análise está a emergência de leis gerais da educação nacional, especialmente quanto a ampliação da obrigatoriedade escolar, além de políticas e programas que apregoam a necessidade de promover reformas educacionais. Isso porque a criação dessas políticas esteve (e permanece) relacionada à luta pela redemocratização do país e pela superação das desigualdades de acesso, permanência e qualidade nas escolas. Soma-se a isso a reivindicação por uma melhor formação dos quadros profissionais que atuam nessas instituições, com destaque para os professores (GATTI, BARRETO, ANDRÉ, 2011; OLIVEIRA, 2010, BRZEZINSKI, 2008).

Com tal escopo, as discussões pelo viés historiográfico tencionam realçar as disputas de poder-saber que permeiam a concepção, a realização e a prática das legislações e políticas educacionais como *acontecimentos* (FOUCAULT, 1988; FARIA FILHO, 1999; GONDRA, 2018). A consequência, no tocante ao uso dessa postura investigativa, reflete-se no reconhecimento da complexidade empírica que caracteriza o fenômeno (PAULILO, 2010) e na investigação das condições de possibilidade que fazem emergir as afirmações das mudanças almejadas como necessidades.

Diante de tal complexidade e em se tratando do universo documental sob esse viés a ser explorado, a proposta é discutir alguns elementos que permearam a investigação de Alves (2013), sobre a experiência da política PARFOR em Codó/Maranhão (2010-2014) e o estudo de Matos (2019), que discute normativas e concepções em torno do dispositivo da obrigatoriedade escolar no Brasil (2006-2016). Tais análises, acredita-se,

podem contribuir para o aprofundamento teórico-metodológico de pesquisas que examinam políticas e gestões educacionais que, de maneira geral, buscam contemplar e reconhecer a diversidade das (re)ações produzidas pelos sujeitos sociais.

Para tanto, o curso propõe explorar a noção de que compreender historicamente as políticas educacionais implica em não se restringir apenas ao estudo dos atos do poder público no decorrer dos períodos históricos, mas incorporar, conjuntamente, a análise das articulações e conflitos erigidos durante/com/nos regimes decisórios, bem como as disputas e os lugares de saber-poder constituídos e as práticas mobilizadas em resposta aos dispositivos empregados.

Nessa empreitada seriam necessários um projetor multimídia, quadro e pincel com a finalidade de promover uma exposição conceitual acerca das condições contemporâneas das políticas e leis educacionais pelo viés historiográfico das pesquisas em questão. A duração seria de até 3 horas e o público máximo de 20 pessoas.

Palavras-chave: história da educação; políticas educacionais; leis educacionais; experiência de pesquisa.

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: EFETIVANDO A EDUCAÇÃO
COMO DIREITO HUMANO NA PERSPECTIVA DE SABERES E FAZERES
CONTEXTUALIZADOS**

Área Temática: Gestão e Políticas Públicas

Ana Carolina Guedes Mattos
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF
carollsmattos@hotmail.com

Higor Everson Araújo Pifano
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd/UFJF
higorpifano@gmail.com

Kátia Cristina Cândido Aquino Marciano
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF
Secretaria de Educação de Juiz de Fora – SE/PJF
katyakino12@gmail.com

Riza Amaral Lemos
Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP
Prefeitura de Campinas/PMC
riza.lemos@campinas.sp.gov.br

Ementa minicurso:

O presente minicurso tem por objetivo promover reflexões acerca da educação brasileira, tendo em vista as mudanças nas políticas públicas educacionais gestadas ao longo da constituição da educação nacional, em especial aquelas direcionadas à Educação Básica, bem como trazer as contribuições dos principais teóricos da área na formação do sistema educacional brasileiro, trazendo à baila discussões que retratem as características assumidas pelo campo educacional na esfera do conhecimento nestes tempos pós-modernos, em uma perspectiva crítico-reflexiva, evidenciando a ruptura de diversos paradigmas e a ressignificação de saberes e fazeres no lócus da educação. Para isso, serão tratadas estratégias de ensino em relação às novas tecnologias, com um enfoque que privilegie as especificidades dos sujeitos de cada modalidade da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio e Educação de Jovens e Adultos), além de se repensar o papel das avaliações em larga escala, nos referidos contextos, analisando novas formas de olhar capazes de delinear potenciais

embasamentos na consolidação de políticas públicas eficazes para que se configure, essencialmente, a construção de trabalhos significativos, articulados, coerentes e contextualizados à realidade vivenciada pelos educandos, pois na atualidade a pedagogia busca sentidos para se (re)constituir, objetivando revestir os saberes de verdadeiros sabores, conferindo aos aprendizes a capacidade de desenvolvimento de habilidades e competências que lhes permitam vislumbrar muito além da aquisição de conhecimentos. Esse movimento nos conduz à direção da estruturação de propostas curriculares concebidas no âmbito de um projeto educacional cuja concepção privilegie a formação humana a que se visa e ao delineamento de instituições mais sensibilizadas com os clamores da emancipação humana. Dessa forma, esse trabalho tem como eixo fundamental a compreensão da educação enquanto direito humano e a importância da efetiva garantia desse direito, não se restringindo apenas às políticas públicas educacionais, mas, sobretudo, a uma nova visão no interior das instituições de ensino brasileiras, tendo em vista a educação e o direito ao aprendizado como algo inerente à condição humana e que, por esse motivo, se dá ao longo de toda a vida. Assim, abordaremos, inicialmente, um breve histórico da educação no Brasil e os sujeitos de direito nela figurados, perpassando pelos aspectos legais e organizacionais dos sistemas de ensino, além da configuração desses sistemas, a constituição de seus respectivos currículos, programas de avaliação e formação continuada dos educadores, com foco em seus impactos e desdobramentos no trabalho desenvolvido por gestores e professores no interior das escolas, a fim de possibilitar diferentes e arrojadas proposições no espaço das diversas instituições educacionais de nosso país, que podem e devem subverter concepções, garantindo um futuro calcado na formação plena e responsável dos sujeitos.

Palavras-chave: Educação – Políticas Públicas – Direito – Sujeitos

“C” DE “COERÊNCIA”: REFLEXÕES SOBRE PAULO FREIRE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Área temática: Formação de Professores

Alan Willian de Jesus

alan.faced@yahoo.com.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

Luciana Pacheco Marques

luciana.marques65@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Luka de Carvalho Gusmão

lukagusmao87@yahoo.com.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

No presente minicurso, teceremos reflexões sobre o conceito de “coerência” no âmbito da vida e da teoria de Paulo Freire e discutiremos as implicações desse conceito no horizonte da formação de educadores na atualidade brasileira. Para tanto, primeiramente apresentaremos uma síntese histórica da formação de professores no país, problematizando a teoria tecnicista, cujas marcas são ainda perceptíveis na realidade educacional de hoje. Em seguida, analisaremos as concepções de Freire sobre ontologia e gnosiologia, bem como os modos pelos quais tais concepções engendram uma práxis que vê na busca pela coerência um dos princípios fundantes do fenômeno educacional. Por fim, dialogaremos com as mencionadas concepções de Freire para apontar a importância da ampliação do sentido da formação docente na atualidade do país.

Utilizaremos os seguintes recursos:

- Slides em Data-Show para apresentação das concepções de formação de professores.
- Leitura e discussão de pequenos trechos de obras de Freire, como: Pedagogia do Oprimido; Cartas à Cristina; e Pedagogia da Autonomia.
- Vídeo em Data-Show com narrativas do próprio Paulo Freire sobre sua formação.

As concepções que permearam o campo da formação de educadores no Brasil têm suas raízes em capítulos anteriores de nossa história. Cabe destacar a influência da lógica educacional tecnicista, que, para Lopes e Macedo (2011), ainda se mostra influente no contexto atual.

Para Freire (2007), não é possível pensar a condição humana fora de sua relação com o mundo. O “estar sendo” do mundo se coloca para o “estar sendo” do ser humano como desafio a ser transposto. Admirando filosoficamente a si e ao mundo, o ser humano torna-se capaz de agir conscientemente sobre a realidade objetivada.

No seio da práxis, os seres humanos não admiram, problematizam e agem sobre a realidade apenas como individualidades, mas também o fazem em comunhão por meio da dialogia. A “palavra”, na medida em que consubstancia a práxis humana, amplia o sentido do ato comunicacional e, conseqüentemente, do fenômeno educacional. Isso equivale a dizer que as reflexões, os discursos e as ações humanas são portadoras de sentidos e, por isso, comunicam ideias, crenças e posicionamentos. Por isso, Freire (2016) considera que é necessário a “[...] corporificação das palavras pelo exemplo” (p. 35).

A exigência da coerência foi desenvolvida por Freire (2016) a partir da tomada de consciência das incoerências que nos habitam. Dessa maneira, ao admirar filosoficamente a si mesmos, os educadores encontrariam a possibilidade de denunciar as práticas desumanizantes das quais participam e reproduzem, e de anunciar a superação das mesmas em favor da construção de relações mais humanizadas. Nesse permanente movimento de denúncia e anúncio a coerência do educador não chega a um ponto final, isto é, a um lugar no qual se possa definitivamente dizer “agora sou coerente”, mas sim se apresenta como uma busca constante do sujeito.

Palavras-chave: Coerência – Formação de professores – Paulo Freire

Referências:

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2007.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

**REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO
INFANTIL POR MEIO DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA UFV –
LDI E LDH**

EIXO TEMÁTICO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ana Clara Ramos Correa /UFV – Discente EIN/LDH/LDI
Ana.correa3@ufv.br

Kamilla Botelho de Oliveira/UFV/PPGE-EDU/LDI/LDH
Kamilla.oliveira@ufv.br

Prof^a Naise Valéria Guimarães Neves/UFV/PPGE-UFJF/LICEDH
nneves@ufv.br

Uma instituição que promove a formação de professores pode se orientar por diferentes paradigmas para se estruturar, Gómez (1992) e Schön (1992) apresentam dois deles: racionalidade técnica, modelo baseado em ensinar procedimentos e teorias aplicáveis em sala de aula, e racionalidade prática, baseada em uma importância equilibrada entre teoria e prática e uma valorização da reflexão. A formação do professor da educação infantil possibilita que ele se aproprie de determinados conhecimentos e experimente, em seu próprio processo de aprendizagem, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para atuar nessa etapa da educação. Isto posto, inferimos que a prática docente na formação inicial deve ser considerada tão importante quanto o conteúdo teórico, pois, teoria e prática não podem estar dissociadas (NEVES, 2019). O objetivo deste minicurso é discutir e refletir sobre a formação do professor de educação infantil, especificamente no que tange a prática, bem como apresentar a contribuição dos Laboratórios de Desenvolvimento Infantil (LDI) e de Desenvolvimento Humano (LDH) como espaços que promovem esta formação. O LDI/LDH localizam-se no campus da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, e são unidades de ensino públicas federais que objetivam desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio do atendimento às crianças de 3 meses a 5,11 anos, promovendo o desenvolvimento integral da criança e o envolvimento da família, oferecendo estágios, prestando assessoria técnica e realizando pesquisas. Ainda que a formação docente seja tema discutido desde a década de 1970, ampliando-se em 1990 (PEREIRA, 2013), este minicurso se justifica pela sua proposta de diálogo e de apresentação de uma instituição que há 40 anos valoriza a prática e teoria na formação docente, em especial na formação do educador infantil. Instituição esta em que os estudantes, em aulas práticas, atuam diretamente com as crianças atendidas, vivenciam o cotidiano escolar por meio da participação em atividades, observam e desenvolvem projetos e atividades lúdicas variadas. Ao término da aula, junto ao professor formador, os estudantes relatam, discutem e fazem reflexões sobre as atividades observadas e vivenciadas, as ações do professor, as crianças, o ambiente e as interações. A metodologia envolve exposição dialogada, discussão e apresentação de situações-problema. A dinâmica das atividades

será interativa, com organização em roda que estimule o diálogo e reflexão entre os participantes. Iniciando com apresentação de alguns conceitos, passando por apresentação das atividades promovidas pelo LDI/LDH e permitindo problematizar situações apresentadas. Quanto aos materiais, serão utilizados recursos impressos, com informações e principais conceitos teóricos discutidos, bem como elementos audiovisuais para a exibição de vídeos, fotos e exposição de questões norteadoras. Estipula-se uma capacidade máxima de 20 pessoas para esse curso.

Palavras-chave: formação inicial de professores, educação infantil, práticas formativas, espaços de práticas formativas.

RUMOS DA EDUCAÇÃO: REFLEXÃO, CRITICIDADE E MUDANÇA VIA ANÁLISE DO DISCURSO

(Formação de professores)

Leomar Francisco (UFJF)

catenanta@hotmail.com

Ana Paula El-Jaick (UFJF)

anapaulaeljaick@gmail.com

Fábio de Oliveira Vargas (UFF)

fabiovargasadv@yahoo.com.br

Este minicurso se justifica na medida em que vivenciamos, atualmente, as seguintes situações - que incluem a educação: (a) um cenário político-social marcado pelas consequências do desenvolvimento acelerado de uma pós-modernidade em ebulição (MOITA LOPES, 2006), o que inclui o espaço escolar e nos leva a; (b) uma necessidade de que a ação de ensino e aprendizagem seja um processo libertador (FREIRE, 1996), o que requer que o professorado assuma seu papel de intelectual transformador (GIROUX, 1997). A partir destes entendimentos, temos como objetivo geral construir uma compreensão sobre como a Análise do Discurso (FAIRCLOUGH, 1992; FOUCAULT, 1969; PÊCHEUX, 1975) constitui-se como uma possível estratégia de criação de inteligibilidade das práticas sociais (MOITA LOPES, 2006) e educacionais, uma vez que as esferas da atividade humana estão sempre relacionadas à utilização da língua(gem) (BAKHTIN, 1997). Como objetivos específicos, buscamos trazer discussões e metodologias que, muitas vezes, aparecem nos projetos pedagógicos de cursos e escolas, mas que não são efetivadas na prática do magistério: (i) a possibilidade de se ensinar análise crítica de discurso em interpretação/produção de texto: (ii) a urgência de se formar professores analistas do discurso, levando em conta a ideologia inerente às nossas formações discursivas; (iii) a necessidade de se debater o estudo do discurso como uma instância de luta de poder. Para tal, este minicurso apresentará duas abordagens distintas da Análise do Discurso, que convergem no interesse em elucidar, criticamente, a relação entre *Discurso e Poder*: (i) a Análise norte-americana, na qual fazemos uso de instrumental teórico-analítico de viés

sociolinguístico e pragmático (SILVERSTEIN, 2003; BLOMMAERT, 2015; HANKS, 2008; WHORTAM, 2015); e (ii) a Análise de discurso francesa, mais especificamente as perspectivas de discurso de Michel Foucault e Michel Pêcheux (ORLANDI, 1999; HAROCHE, 1992; COURTINE, 2009). Ambas as propostas de análise são apresentadas a partir de exercícios analíticos de dados de pesquisas realizadas no âmbito da formação de professores e no âmbito jurídico, no intuito de sinalizar possíveis caminhos e práticas pedagógicas - pela instrumentalização dos participantes para a interpretação e mudança de práticas sociais/educacionais – e de demonstrar o amplo alcance das ferramentas analíticas mobilizadas – nas mais diversas esferas sociais, especialmente na da educação. (Como pode-se ver, não necessitamos de mais do que uma sala de aula e um data-show para realizar este minicurso.)

Análise do discurso; Educação; Linguagem; Formação de professores;

DEVIR-NEGRO DO MUNDO: POLÍTICAS DE IDENTIDADE RACIAL NO ENCONTRO ENTRE O AFRICANO ACHILLE MBEMBE E OS EUROPEUS GILLES DELEUZE E FÉLIX GUATTARI

DIVERSIDADE E CULTURA

Tarcísio Moreira Mendes
tarcisiodumont@yahoo.com.br
Doutorando do PPGE/FACED/UFJF
Bolsista UFJF

Este minicurso se propõe a pensar o conceito de *devir-negro do mundo*. Em sua obra *Crítica da Razão Negra* (2018), o camaronês Achille Mbembe põe a pensar o conceito Razão. Efeito do pensamento Ocidental, a produção deste conceito excluiu, desde sua origem, toda possibilidade de uma produção de um pensamento Negro. Pretende-se apresentar a argumentação do autor que defende que a Modernidade produziu uma violência epistêmica inigualável ao condicionar a racionalidade à Raça Branca. Mbembe faz uma genealogia da produção ocidental de termos como “negro”, “raça” e “África” e sua inseparável relação ao desenvolvimento do Capitalismo Mundial. Ele denuncia, deste modo, a transformação da pessoa humana “em coisa, objeto, mercadoria” resultado da falta de capacidade de racionalizar. Esta empreitada de subjetivação, com um objetivo muito claro, explorar incondicionalmente grupos humanos, inaugurou um modo de opressão que hoje faz vítimas para além dos africanos de pele preta. Atualmente, massas de desempregados, nos cinco continentes, não são tratadas como objetos exploráveis, com valor venal. Ou pior, são entregues ao abandono, sem funcionalidade ao Capital, como uma “humanidade supérflua”. Esta condição, esta institucionalização generalizada de uma “humanidade excedente”, é efeito do que Mbembe chama de “devir-negro do mundo”. Para entender este processo é mister a problematização da racialização promovida pela dita Modernidade, sobretudo, a invenção do negro pelo Ocidente branco, a invenção deste “homem coisa”, “homem objeto”, “homem mercadoria”. Que outras políticas de identidade são ainda possíveis de serem experimentadas por um devir-negro do mundo? Que novo movimento mundial é possível se toda humanidade subalterna desse conta de que se torna, cada vez mais neste mundo globalizado, “efetivamente negra”, como provoca o filósofo negro? Neste sentido é importante pensar que a escolha de Mbembe pelo conceito devir não é ao acaso. Desse modo, será apresentada também a aliança com os filósofos brancos Gilles Deleuze e Félix Guattari, especialmente nas obras *O anti-Édipo* (1972) e *Mil Platôs* (1980) – lançado no Brasil em cinco volumes – na qual Mbembe põe para funcionar o

conceito *devenir*, exercício que movimenta as políticas de identidade para além da dicotomia, da Falta, da Identidade como exclusão. Será problematizado ainda o conceito *devenir* para esta dupla de pensadores europeus que não se trata de imitar ou negar uma forma, mas pôr todas as formas existentes em movimento na produção de formas outras. O encontro entre a filosofia de Mbembe, Deleuze e Guattari inaugura uma aliança multirracial. Desse modo, espera-se mostrar como o devir-negro do mundo denuncia o racismo do projeto da Modernidade e, sobretudo, põe a pensar um novo Mundo no qual o negro é então convocado a pensar sobre si mesmo e a inventar uma nova raça por vir. Para o andamento do minicurso serão necessários um projetor e um computador. Com número máximo de 20 participantes.

Palavras-chave: Achille Mbembe. Devir-negro. Razão Negra.

QUADRILHA JUNINA: DEPREENDENDO ASPECTOS E SENTIDOS PARA SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Área temática: Diversidade e Cultura

Bárbara Gonçalves da Silva

bargonsil@hotmail.com

Faculdade de Letras

Universidade Federal de Juiz de Fora

O presente trabalho tem como objetivo discutir o papel da quadrilha e sua inserção nas festas juninas do calendário letivo das escolas, os aspectos referentes a ela e a necessidade de estabelecer um sentido para essa prática no contexto escolar. A carência de tal debate é observada quando, na maioria das escolas, não há uma devida contextualização a respeito do que é a quadrilha, como e por que essa dança se tornou o que é atualmente e sua importância no cenário sociocultural brasileiro, além de não haver qualquer menção à existência do movimento junino enquanto organização que visa a manutenção da tradição das festas juninas.

As escolas tendem a organizar suas festas juninas de forma isolada, sem uma análise e apresentação da conjuntura que envolve a quadrilha, como algo sem qualquer relação com a realidade e com as disciplinas lecionadas, sendo que poderiam tratar a temática junina de forma interdisciplinar, abordando a história da dança, sua relação com o êxodo rural e com a literatura sertaneja e de cordel e sua trajetória, desde que foi trazida para o Brasil - como ela passou de dança palaciana europeia a festa religiosa - até suas manifestações atuais – enquanto movimento sociocultural independente, não necessariamente ligado à religião católica, passando a ser vista como uma “interpretação da vida do ‘homem do campo’” (ZARATIM, 2014).

Ao não abordarem o tema das festividades juninas e suas respectivas danças de maneira histórica e sociocultural em suas disciplinas e no Projeto Político Pedagógico, as escolas tendem a corroborar com a manutenção e perpetuação de estereótipos relacionados ao meio rural, além de uma diminuição e depreciação da cultura e dos habitantes do campo/interior. Tais estereótipos reforçados pelas quadrilhas de escolas e

de certa parte do movimento junino foi o que desencadeou, no próprio movimento, um rompimento, a divisão entre duas vertentes de quadrilha, matuta e estilizada.

Para abordar tais temas, haverá uma exposição da conjuntura histórica que envolve a quadrilha enquanto dança, sua trajetória de modificações até se tornar um movimento sociocultural nacional e sua separação em vertentes divergentes (matuta e estilizada) e conceitos relacionados ao movimento junino de modo que, a partir disso, possamos analisar os impactos da inserção desorientada da quadrilha no ambiente escolar e abordar formas de inseri-la nas festas juninas do calendário letivo de forma contextualizada e interdisciplinar, para que não auxilie na perpetuação de estereótipos em relação à cultura rural e às pessoas provenientes do campo/interior e não se torne, simplesmente, uma festa organizada para cumprir o calendário letivo e apartada da realidade social do Brasil.

Palavras-chave: educação e cultura popular; quadrilha junina; interculturalidade e educação; interdisciplinaridade.

Para a realização da atividade será necessária uma sala com televisão para expor uma apresentação de slides e o número máximo de participantes deve ser de 30 pessoas.

Referências

- CHIANCA, Luciana de Oliveira. Quando o campo está na cidade: migração, identidade e festa. *Sociedade e Cultura*. Goiânia. n. 1. v. 10. p. 45-59, jan./jun. 2007.
- CHIANCA, Luciana de Oliveira. Devoção e diversão: expressões contemporâneas de festas e santos católicos. *Revista Antropológicas*. Recife. v. 18(2):49-74, ano 11, p. 50-74, out. 2007.
- SANTOS, Eufrázia Cristina Menezes. Arte, ritual e brincadeira nas performances das quadrilhas juninas. *Cultures-Kairós*. Théma, Imploder les temps/ Implodindo tempos. 2016.
- ZARATIM, Samuel Ribeiro. *Quadrilhas juninas em Goiânia: novos sentidos e significados*. Dissertação (Mestrado em Performances Culturais) – Escola de Músicas e Artes Cênicas, Universidade Federal de Goiás. Goiás.

A COMPLEXIDADE DE HABILIDADES DE LEITURA EM AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA DE LÍNGUA PORTUGUESA

ÁREA TEMÁTICA: AVALIAÇÃO

Hilda Micarello – Hilda.micarello@uab.ufjf.br - UFJF

Begma Tavares Barbosa – begmatb@gmail.com – Colégio de Aplicação João

XXIII/UFJF

Rosângela Veiga Júlio Ferreira Colégio de Aplicação Joãos XXIII/UFJF -

rosangelaveiga.ferreira@ufjf.edu.br

Pesquisa financiada pelo CAED/UFJF

O objetivo do minicurso é discutir os diferentes níveis de complexidade em que uma mesma habilidade de leitura pode se apresentar, quando consideradas diferentes etapas de escolarização. Para tal, são considerados resultados de avaliações em larga escala de Língua Portuguesa. As avaliações em larga escala subsidiam a definição de políticas públicas para a educação. Para isso, devem ser capazes de oferecer diagnósticos consistentes sobre os níveis de aprendizagem dos estudantes nas áreas de conhecimento avaliadas, de modo que os gestores e docentes possam se apropriar dessas informações visando a um melhor direcionamento das práticas pedagógicas e de gestão. A pesquisa em avaliação desenvolvida pelo CAED – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora - tem, com base numa análise dos itens já aplicados em avaliações municipais, estaduais e nacionais e fundamentada em critérios estatísticos e em conhecimentos do campo da linguística, produzido conhecimentos relevantes sobre o desempenho dos estudantes na leitura e compreensão de textos. No caso específico da pesquisa em curso no CAED, cujos resultados subsidiam o minicurso que está sendo proposto, foram analisados aproximadamente 800 itens relacionados a dez habilidades (descritores) da matriz de Referência para Avaliação em Língua Portuguesa. As teorias do texto e procedimentos de análise estatística relacionados à Teoria da Resposta ao Item foram as referências teórico metodológicas que subsidiaram as análises empreendidas. Os conhecimentos produzidos com base nessas análises dizem respeito, no recorte que se pretende abordar no minicurso, ao modo como os estudantes demonstram avançar no desenvolvimento de habilidades de leitura ao longo de seu processo de escolarização. Com base na análise dos itens aplicados em avaliações em

larga escala é possível identificar como uma mesma habilidade pode se apresentar em diferentes níveis de complexidade, o que demanda menor ou maior proficiência em leitura dos estudantes. A partir da análise de suportes utilizados nos itens (textos de diferentes gêneros) pretende-se, no minicurso, explorar as características desses textos, as sinalizações que oferecem ao leitor para que este possa produzir sentido para o que lê e as intervenções pedagógicas que podem ser utilizadas para o ensino da compreensão em leitura. A metodologia a ser utilizada na oficina consiste em apresentação dos dados da pesquisa, seguida de leitura e análise de textos de diferentes gêneros a partir dos quais são avaliadas as habilidades constantes da Matriz de Referência para Avaliação em Língua Portuguesa e construção coletiva de propostas de intervenção pedagógica que possam contribuir para o desenvolvimento das habilidades de leitura avaliadas.

Palavras Chave: Avaliação da aprendizagem; Avaliação em larga escala; Compreensão em leitura; Habilidades de leitura

A ORIGEM DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO E SEU PAPEL COMO FORMADORA DO SER

Artes e visualidades

Lucas Toshitaka Yatsugafu Longo¹; Pedro Calixto Ferreira Filho²
lucastoshitaka00@gmail.com¹; calixto_ferreira@hotmail.com²
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF^{1,2}

Esta composição tem como objetivo discutir a origem do Conceito de Educação ou, Paideia (em grego antigo: παιδεία), como fundamental para a formação da essência do que significa ser Ser humano, diante da virada socrática que na era filosófica que introduziu os estudos antropológicos, apresentando, assim, como a Educação está relacionada com todos os tipos de relações sociais que envolvem conceitos intrínsecos aos indivíduos como: Justiça; Ética; Amor; Felicidade; Amizade; Sabedoria; Bem; Arte e Estética. Além disso, o objetivo final, é iniciar um diálogo com pensadores contemporâneos e com a exposição de experiências a priori dos interlocutores, de forma a enfatizar como a educação está presente como uma “engrenagem” que exerce o papel fundamental de força motriz no movimento de todo o organismo social. Nesse sentido, a Educação como ação de cultivar e gerar novos conhecimentos, é discutida para os gregos como forma de cultivar o saber direcionado para o bem comum. Com efeito, essencial da Paideia para os antigos é alcançar o Bem Comum como possibilidade de Eudaimonia e, nele, implica a noção de Justiça. Assim, a Justiça que constitui a sociedade configura-se a partir da Justiça comum, tendendo, de fato a preparar os indivíduos às virtudes (Aretê): Temperança; Coragem; Prudência e Sabedoria. Essas virtudes, para Platão, são adquiridas somente por meio da Paideia e, possuem relações estruturais diretas com as formas de como o Ser humano dirige seus próprios desejos que, consistem-se em impulsos instintivos e Vontades. Além disso, a beleza constitui o equilíbrio das virtudes no Ser, sendo a Justiça o meio para formar a sociedade esteticamente perfeita para Platão. Dessa forma, influenciado por Platão, imediatamente, Aristóteles formula uma ética teleológica na qual o Bem comum está imediatamente relacionado com a causa final de todas as ações humanas movimentadas por uma causa eficiente, ou seja, a Vontade boa. Com efeito, portanto, desde o início, a Educação é formadora da condição humana e está inteiramente e condiciona todos os tipos de relações sociais, pois a condição humana está intrinsecamente ligada à sociedade na antiguidade e não à individualidade.

Para a discussão deste tema, primeiramente, será apresentado um aprofundamento teórico utilizando como base, principalmente, as obras: *A República* e *o Mênon* de Platão; *Ética a Nicômaco* de Aristóteles e *O Emílio* de Rousseau. Por conseguinte, o será aberto para discussões e trocas de experiências dos interlocutores acerca da importância formação do Ser em sua plenitude como Ser justo e ético. Sendo que, o Ser ético sabe controlar seus desejos em vista da felicidade, tendo como amizade e a sabedoria como elementos fundadores relevantes para os problemas contemporâneos relacionados à educação. Na a apresentação, será utilizado dispositivos de mídia, sem limites de participantes.

Filosofia; Paideia; Ética.

EDUCAÇÃO E CINEMA NO BRASIL

Área temática: Artes e Visualidades

Diogo José Bezerra dos Santos - PPGE/UFJF

diogo.oroiz@gmail.com

A proposta do minicurso é apresentar aspectos da relação da educação brasileira com o cinema e estreitar a discussão percorrendo recortes históricos, tomando por base os momentos em que a utilização do cinema pela educação foi objeto de política pública oficial, como na Reforma Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, em 1927, conhecida como a primeira legislação que buscou regulamentar a utilização de filmes nas escolas públicas brasileiras, que além de recomendar e orientar o uso do cinema como instrumento didático, determinou a destinação de salas de projeção de filmes para fins educativos nas escolas (ALEGRIA, 2008; FAHEINA, 2015). Outro momento importante da relação educação e cinema no Brasil foi a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), em 1937, o primeiro órgão oficial planejado para articular a utilização do cinema nas escolas de todo o país. O Instituto funcionou por trinta anos e passou por sete governos diferentes, sendo considerada a maior experiência do cinema educativo no Brasil. Com o fim do INCE, não existiu por parte do Estado brasileiro nenhuma medida que visasse estreitar a relação da educação com o cinema, até o ano de 2014, quando foi promulgada a Lei 13.006, que ficou conhecida como a Lei do Cinema, fruto de Projeto de Lei nº 185, de 2008, proposto pelo Senador Cristovam Buarque. Em 26 de junho de 2014, após seis anos de debates, a presidente Dilma Rousseff promulga a Lei 13.006, que diz: “A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, duas horas mensais.” (BRASIL, 2014). Desde então a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional passa a vigorar com o acréscimo do parágrafo 8 ao art. 26, incorporando a prescrição da Lei 13.006/2014. Apesar da promulgação, a lei ainda não foi regulamentada e continua sem efeitos práticos nas escolas. Neste sentido, esta proposta de minicurso apresentada a V Semana da FACED e X Semana da Educação da UFJF intenciona, ao mesmo tempo, apresentar um histórico da relação do cinema com a educação no Brasil, e contribuir com as discussões acerca da regulamentação da Lei 13.006/2014, entre outros temas relacionados. O ideal é que o minicurso aconteça com até 25 participantes, em uma sala com projetor.

Palavras-chave: Educação. Cinema. Reforma Fernando de Azevedo. INCE. LEI 13.006

EDUCAÇÃO PROIBIDA

Área Temática: PRÁTICAS EDUCATIVAS - Práticas educativas democráticas e saberes produzidos sobre o cotidiano escolar. Práticas educativas na Educação Superior com reflexões a partir dos diversos campos do conhecimento. Modelos teóricos de práticas educativas na educação infantil.

Modalidade do trabalho: Cine-debate.

Tamires Cristina dos Reis Carlos Alvim/PPGE-UFJF/LICEDH
tamialvimped@gmail.com

Naise Valéria Guimarães Neves/UFV/PPGE-UFJF/LICEDH
nneves@ufv.br

Lídia Mara de Souza/PEDAGOGIA-UFJF/LICEDH
lidiamara141@gmail.com

Como proposta para a modalidade Cine-debate da Semana da Faced - Universidade Federal de Juiz de Fora, propomos a exibição do documentário Educação Proibida com a direção de Germán Doin. O curta metragem se propõe a refletir e questionar os sentidos da escolarização moderna. O documentário produzido em 2012, financiado de forma coletiva, se constituiu a partir de uma pesquisa em oito países da América Latina com mais de 90 educadores que possuem propostas educativas alternativas, problematiza o modelo tradicional pedagógico e fomenta um debate sobre os pilares da educação, na busca de um ensino de qualidade que seja pautado na liberdade, no respeito e na aprendizagem de forma significativa. Diante do contexto vivenciado no país, frente a cortes e ataques que comprometem o cerne educacional brasileiro a proposta se justifica, pois compreendemos ser primordial a reflexão sobre a educação e suas dimensões em tal contexto. Temos como objetivo ao apresentar o documentário Educação Proibida na semana da Faced, refletir e problematizar de forma coletiva os apontamentos que o documentário nos revela sobre a educação, além de incentivar uma interlocução entre a linguagem cinematográfica e o debate acadêmico. Como aportes teóricos para embasar nossa discussão utilizaremos o patrono da educação brasileira, Paulo Freire. Em Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire (2019) nos revela que “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2019, p.85), além de Michel Foucault (2014) e seus conceitos de governamentalidade e corpos dóceis, em que, segundo o autor francês : “Uma relação de fiscalização, definida e regulada, está inserida na essência da prática do ensino: não como uma peça trazida ou adjacente, mas como um

mecanismo que lhe é inerente e multiplica sua eficiência.” (FOUCAULT, 2014, p.173). Diante dessa lógica, tais pensadores contribuirão na discussão pois, o documentário, ao elucidar diferentes questionamentos sobre a educação nos permite essa interface com esses e outros autores que poderão surgir ao longo do debate. Para dinamizar a proposta realizaremos a exibição do documentário e posteriormente utilizaremos temas geradores para desencadear o debate com o público. Como estrutura física será necessário o uso de uma sala com TV para a projeção do documentário e, quanto ao número de participantes, entendemos que para um debate que todos possam contribuir de forma efetiva 20 participantes será o número máximo.

Palavras- chave: Educação Proibida; Debate; Educação.

CINE-DEBATE

NARRADORES DE JAVÉ: UM LONGA-METRAGEM SOBRE A IMPORTÂNCIA CULTURAL DA ESCRITA E DA ORALIDADE

Área temática: práticas educativas

Daniela Thielmann - UFJF
(daniela.thielmann@letras.ufjf.br)

Fabiana Vieira Fernandes - UFJF
(fabi.v.f@hotmail.com)

Joaquim Castro - UFJF
(joaquim.castro@letras.ufjf.br)

Objetivo: fazer uma reflexão crítica acerca da importância da escrita e da oralidade em nossa sociedade.

Justificativa: o filme brasileiro intitulado *Narradores de Javé* foi produzido no ano de 2001 e foi dirigido por Eliane Caffé. Ambientado no interior da Bahia, na cidade de Gameleiro da Lapa, o longa-metragem narra a história de um distante vilarejo chamado Javé que estava prestes a ser destruído devido à construção de uma usina hidrelétrica. Seus habitantes, ao saberem da notícia, logo procuraram uma alternativa para que a pequena vila não fosse destruída e a solução encontrada pelos habitantes foi escrever a história do vilarejo de Javé, que, por ter a maioria dos habitantes analfabeta, não possuía nenhum relato histórico documentado. A personagem de Antônio Biá, um dos poucos que sabia ler na vila, recebeu a missão de escrever o “livro Javérico”, que contaria toda a história do vilarejo baiano para que a região fosse considerada patrimônio histórico e cultural do país, impedindo, assim, o seu desaparecimento.

Trata-se, portanto, de um filme que nos mostra a forma como a escrita é valorizada em todos os seus aspectos, mas também a importância da cultura oral para a construção das histórias do livro escrito pela personagem de Antônio Biá. Imagine se ele não

escrevesse o livro. Simplesmente, a vila seria destruída, pois se tornou necessário um registro por escrito para que se comprovasse a história e existência do local.

Dessa forma, o objetivo de exibir o filme é mostrar a importância da cultura escrita e oral para a sociedade e de que maneira elas contribuem para a valorização de culturas e identidades.

Metodologia: Ainda prevalece nas instituições escolares um privilégio da língua escrita em detrimento da oral (MAGALHÃES, 2006/2013). Nesse sentido, o que provém da oralidade, muitas vezes, é interpretado como duvidoso, não planejado e indesejado. Esclareceremos que a escola tem o papel de desmistificar esses preconceitos e promover uma reflexão crítica acerca dessas questões.

Dinâmica: a ideia é, primeiramente, fazer com que o público presente assista ao filme *Narradores de Javé* para, em seguida, promovermos uma roda de conversa reflexiva sobre a temática do longa, de maneira a relacioná-las à importância da escrita e também da oralidade nas vivências do dia a dia. O grupo norteará rodas de conversa aos participantes, e fará perguntas do tipo:

- Vocês gostaram da temática abordada pelo filme?
- Quais os aspectos mais relevantes que eles puderam perceber?
- De acordo com o filme, qual a importância da escrita? E da oralidade?

Dessa maneira, o intuito é fazer com que o filme gere importantes diálogos e reflexões sobre a temática abordada.

Referências:

CYRANKA, L. F. M.; MAGALHÃES, T. G. M. **O trabalho com a oralidade/variedades linguísticas no ensino de Língua Portuguesa.** Veredas on-line - temática - 1/2012, p. 59-74 - PPG Linguística/UFJF - Juiz de Fora.

MAGALHÃES, T. G. **Oralidade na sala de aula: alguém “fala” sobre isso?** Instrumento, revistas de estudo e pesquisa em Educação. v. 7 (2006). UFJF - Juiz de Fora.

CINE-DEBATE:

“FORA DE SÉRIE”: A EJA PELO OLHAR DOS JOVENS EDUCANDOS

ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

**Autora: Geruza Cristina Meirelles Volpe – líder do
PELEJA/FACED/NETEC/UFJF – profgeruza@bol.com.br**

**Co-autoras: Flaviana de Araújo Anacleto -
flavi_fajf@hotmail.com; Gisele Aparecida Barbosa – gisele_1902@hotmail.com e
Rosiane Carla Rodrigues de Lima - rosiane_jf@hotmail.com – Participantes do
PELEJA/FACED/NETEC/UFJF**

Produzido por Ana Karina Brenner (UERJ) e dirigido por Paulo Carrano (UFF), como fruto de pesquisa realizada por pesquisadores da UFF, da UERJ e da UniRio, com apoio da Faperj e do CNPq, *Fora de Série* (Observatório Jovem do Rio de Janeiro, 2018) busca compreender os processos de escolarização de alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Médio de escolas públicas do Rio de Janeiro. Os pesquisadores centraram sua preocupação em compreender os obstáculos que jovens, destacadamente os de classes populares, enfrentaram para progredir ao longo dos anos de escola. Portanto, a expressão *fora de série* denota dupla conotação: são, ele e elas, ‘fora de série’ por terem repetido de ano e/ou abandonado a escola, mas também porque seus percursos ilustram esforços significativos de superação de dificuldades sociais, materiais e simbólicas, em seus cursos de vida, evidenciando o valor que conferem à educação. Sua exibição na V Semana da Faced, X Semana da Educação, visa a sobrelevar a EJA, modalidade historicamente secundarizada no Brasil, na implementação das políticas que asseguram o direito à educação e em seu financiamento, além de outras relevantes reflexões que ele suscita. Importa conhecer, de forma mais aprofundada, quem são os jovens sujeitos destinatários da EJA, que restitui o direito à educação negado no que se convencionou como “idade certa”. Aliás, no âmbito de valer direitos, a conclusão de um Ensino Médio de qualidade acadêmica e socialmente referendada se apresenta como uma significativa fronteira de direitos que vêm sendo negados para uma parcela expressiva da juventude brasileira. Valendo-se de dispositivos reflexivos de evocação da memória, de fotografia e filme produzidos pelos

próprios jovens, eles/elas se fazem autores e intérpretes de suas próprias histórias, coletiva e solitária, ambas invisibilizadas. Logo, percebem-se vivendo na fronteira das responsabilidades da vida adulta e o como a baixa escolaridade é fator de agravo das condições de vida. Em um Brasil em que se acentuam as desigualdades sociais e a ampliação dos níveis de pobreza, o estigma sobre os jovens pobres e negros, público majoritário da EJA, em especial, acentua-se. Os sistemas públicos enfrentam graves dificuldades para constituírem políticas estáveis, articuladas e adequadamente financiadas para que possam ser capazes de integrar ações que não se resumam a mudanças curriculares pontuais e projetos especiais de fôlego curto e pouca abrangência. As vozes que ecoam em *Fora de Série* nos lembram do desafio de reencontrar uma educação humanista e plural, que produza sentidos de presença na escola e reconheça os indivíduos em suas singularidades. Apresentados objetivos e justificativa, assinalamos que, metodologicamente, após breve apresentação do documentário faremos sua exibição e seguiremos para o debate norteado por algumas questões roteirizadas e outras que o grupo deseje discutir.

Palavras-Chave: Juventudes; Políticas Públicas; EJA.

CARAMBA, CARAMBOLA: O BRINCAR TÁ NA ESCOLA

ÁREA TEMÁTICA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ana Rosa Costa Picanço Moreira
Universidade Federal de Juiz de Fora
anarosamaio6@gmail.com

Maria do Carmo Couto Teixeira
Universidade Federal de Viçosa
cacateixeira6@gmail.com

Patrícia Vaz de Mello
Universidade Federal de Juiz de Fora
patriciavazdemello@hotmail.com

O cine-debate do vídeo “Caramba, Carambola: o brincar tá na escola” se insere no corpo de discussões e ações voltadas para a valorização do brincar na vida de bebês, crianças e adultos. O vídeo se configura num documentário poeticamente construído para expressar a riqueza da cultura infantil existente em diversas instituições públicas de educação do Brasil constituindo-se numa ferramenta potente na formação docente. Falas e imagens em diálogo com uma melodia brincante destacam a importância dos tempos, espaços, relações e materiais para propiciar a vivência do brincar por bebês e crianças de diferentes idades e, ao mesmo tempo, trazem as inquietações de educadoras sobre os modos de favorecer a aprendizagem. O brincar com materiais não estruturados e a construção de brinquedos e brincadeiras pelas próprias crianças são enfatizados nesse aprendizado, que reconhece a importância da autoria desses sujeitos. Cenas de brincadeiras vivenciadas nos pátios e áreas descobertas das instituições também são destacadas no vídeo. Considerando o brincar como atividade criadora, tipicamente humana, a partir da perspectiva de Lev Vigotski, o cine-debate tem o objetivo de problematizar o lugar que a brincadeira tem ocupado no contexto de educação coletiva e o papel do adulto na oferta de ambientes que potencializem o brincar livre. Para tanto, o debate procurará fazer emergir conceitos e ideias desse autor sobre o desenvolvimento humano, tais como vivência, zona de desenvolvimento iminente, relação entre fantasia e realidade etc. Será proposta a discussão sobre algumas cenas previamente selecionadas e a construção de possíveis

relações com experiências concretas dos/as participantes a partir da abordagem histórico-cultural. As discussões serão mediadas pelas proponentes, e, ao final, será proposto o registro coletivo num painel dos principais pontos discutidos. Para a realização da proposta de Cine-debate é necessário que seja disponibilizada uma sala ampla para comportar um número máximo de quarenta participantes, entre estudantes de pedagogia e outras licenciaturas, professores/as e demais pessoas interessadas na temática do brincar e das infâncias. Além de uma sala com cadeiras móveis, será necessário providenciar equipamento de TV, Vídeo e Som, e outros materiais como papéis e canetas para os registros em grupos.

Palavras-Chave: Brincar. Escola. Criação. Crianças. Formação de professores.

**EDUCAÇÃO (PÚBLICA):
(R)EX(S)ISTIR, A FAVOR DE QUE ESTILO DE VIDA?**

Área temática: Formação de professores

Diogo José Bezerra dos Santos - diogo.oroiz@gmail.com (PPGE-UFJF)

Maria Paula Pinto dos Santos Belcavello - mariapaulaufjf@gmail.com (PPGE-UFJF)

Wescley Dinali - wescleydinali@yahoo.com.br (PPGE-UFJF)

Este trabalho é uma extensão de um exercício de experimentação que se deu junto à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na III Semana de Acolhimento da Faculdade de Educação (FACED), na qual propomos um debate após a exibição do filme *Rabbit-Proof Fence* (2002), dirigido por Phillip Noyce. Desta vez, optamos pela escolha do documentário *Granito de Arena* (2005), dirigido por Jill Freidberg. Um exercício fílmico que coloca em pauta questões importantes no que se refere à luta dos professores de Oaxaca no México, país governado há mais de 70 anos pelo PRI (Partido Revolucionário Institucional), famoso pela corrupção e alinhamento aos interesses neoliberais dos EUA. O filme trata de como a destruição da educação pública é um projeto articulado a partir de diretrizes internacionais. Como resistências a esses ataques, alunos, pais e professores fizeram protestos contra a privatização das escolas técnicas, exigida pelo Banco Mundial e FMI (Fundo Monetário Internacional). Quando os professores e alunos ocuparam tais escolas, foram presos e torturados em prisões de segurança máxima. Muitos foram mortos ou “desaparecidos” do país. Diante dos ataques que vem sofrendo a Educação brasileira atualmente, esse documentário pode proporcionar discussões acerca do que isso representa e nos levar a refletir, paralelamente, sobre a educação na sociedade capitalista neoliberal. Nas palavras de Eduardo Galeano, “este é um sistema que arrebenta tudo o que toca: destrói em pedaços; e que nos ensina que se vive para TER e que se vive para trabalhar, em vez de viver para SER”. Com a projeção do filme, nosso objetivo é abrir uma roda de debate em torno de disparadores como: *O que pode o cinema? O que pode a educação? O que pode o corpo como resistência? O que pode a micropolítica como campo revolucionário?* Essas, e outras problematizações, estão relacionadas à tríade “Cinema-Educação-Filosofia”. Um convite para saída dos clichês, das verdades

cinematográficas e pensar com o cinema, problematizar com o tempo, com o som, com as imagens (DELEUZE, 2013). Trata-se, portanto, de pensar a potência do cinema como abertura a outros modos de produção de subjetividade e de experimentação com a educação e com a vida. Esta proposta terá como movimento inicial a exibição do filme Granito de Arena (duração: 61min) no espaço da FACED da UFJF. Após esse momento, lançaremos um dispositivo-pergunta: *O que pode o cinema e a educação em tempos de ataques e retrocessos?* Esse dispositivo será lançado a fim de problematizar, sobretudo, a formação docente ante a esse cenário político, econômico, social e e... que vem ditando os rumos da educação (pública) no Brasil. Como este trabalho se produz nas proximidades do método da cartografia, constituído pelos pensadores Gilles Deleuze e Félix Guatarri, o exercício será a experimentação junto aos efeitos e afetos disparados pelo filme. Acreditamos que a quantidade de pessoas envolvidas nesse processo seja de, aproximadamente, 30 participantes.

Palavas-chave: Educação Pública. Formação Docente. Cinema Documental.

V Semana da FACED e X Semana da Educação da UFJF - 2019

Tema: A Educação tem futuro? Desafios e Possibilidades

Data: 28 a 30/08/2019

Cine-Debate

Título do Trabalho:

**“Vida, Animada: um documentário sobre o autismo que nos informa e nos
entretém”**

Área Temática: 3- Diversidade e Cultura

Autoras:

Luciana Castro

e-mail: lu_casttro@yahoo.com.br

Professora Doutora da Prefeitura de Juiz de Fora

Nádia de Oliveira Ribas

e-mail: nadiaribas@uol.com.br

Doutoranda em Educação no PPGE/UFJF- Professora Mestra da Prefeitura de Juiz de
Fora

Raquel Xavier Grazzinoli

e-mail: qxgrazzinoli@hotmail.com

Professora Especialista da Prefeitura de Juiz de Fora

RESUMO

O cine-debate sobre o documentário “Vida, animada” se propõe a discutir o TEA- Transtorno do Espectro Autista, através da história de vida de Owen Suskind. O documentário foi produzido a partir do livro homônimo escrito por seu pai, o jornalista Ron Suskind. O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta áreas como a comunicação/fala e a interação social e nos comportamentos restritos e repetitivos. Owen foi diagnosticado como um autista de grau severo. Seu hiperfoco eram os filmes da Disney, sua família conseguiu progressos no seu desenvolvimento a partir da observação e utilização desse hiperfoco, construindo interações e aprendizagens que determinaram sua autonomia. O cineasta que produziu o documentário utilizou, além dos vídeos caseiros que mostram o desenvolvimento de Owen, as obras produzidas por ele a partir dos filmes da Disney, além do papel primordial da família e amigos na compreensão do TEA e os possíveis caminhos para intervenções significativas que podem ser

generalizadas, mesmo considerando as particularidades de cada autista. Acreditamos que o filme pode ser caminho para desencadear e fortalecer a discussão sobre a temática. Acreditamos ainda que Semana da FACED poderá ser um espaço privilegiado para discutirmos com todos os participantes em forma de entretenimento, um tema tão complexo e atual como o autismo. O documentário se apresentou no nosso contexto a partir das nossas buscas para formação continuada na área de educação especial, visto que somos profissionais que atuam diretamente com crianças e jovens autistas nas escolas e também nos CAEEs-Centros de Atendimento Educacional Especializado da Prefeitura de Juiz de Fora. Nos propomos a apresentar o documentário e nas discussões problematizarmos sobre o tema TEA a partir dessa história especificamente. Para tanto, utilizaremos o vídeo sobre o documentário e logo a seguir abriremos para o debate. Assim, solicitamos uma sala com recursos de multimídia, com no máximo 30 pessoas inscritas para participar do cine-debate.

Palavras-chave: educação, autismo, comunicação, superação, inclusão

CINE-DEBATE: “BICHAS, O DOCUMENTÁRIO”, ROMPENDO BARREIRAS A CAMINHO DO RESPEITO ÀS DIFERENÇAS

Área temática: Diversidade e cultura

Marcio Henrique Scotelano Evangelista

marcio.scotelano@hotmail.com

Roney Polato de Castro

roneypolato@gmail.com

Júlia de Castro Martins Ferreira Nogueira

juliacmfogueira@hotmail.com

Jorgeana Roberta Alcântara Teixeira

joo_alcantara@hotmail.com

Faculdade de Educação – UFJF

A atividade tem como objetivo discutir, a partir do documentário do diretor Marlon Parente, intitulado “Bichas, o documentário”, de 2016, como se dá o reconhecimento acerca das expressões de gêneros e sexualidades que são discordantes do modelo hetero-cis-normativo a partir das narrativas de seis jovens pernambucanos que se auto identificam como bichas. O documentário também traz à tona a importância de se discutir o uso equivocado da palavra “bicha”, que deixa de ser um xingamento para se tornar uma palavra de empoderamento e amor. Outros aspectos importantes do documentário são também as relações familiares, religiosas e escolares desses jovens e como se dá esse enfrentamento junto a sociedade. O tema se torna pertinente para se pensar como o papel dos educadores é de extrema importância para o auxílio e identificação desses sujeitos, além de se trabalhar o respeito às diferenças, já que os ambientes educacionais se mostram despreparados para lidar com essas formas e expressões de gênero e sexualidade. Com essa atividade também esperamos poder problematizar a relação das experiências vividas por estudantes nas instituições de ensino superior relacionadas com as experiências de gênero e sexualidade, ajudando a construir as bases para pensar um ensino superior que seja problematizador e se coloque contra os preconceitos, às discriminações e às violências. Como metodologia, primeiro será exibido o documentário e após isso, será proposta a discussão mencionada anteriormente com o auxílio de um mediador para que se possa garantir o espaço de fala

a todos os envolvidos, buscando, assim, promover um espaço respeitoso de diálogo e escuta, evitando julgamentos e a partir dessas falas, produzir questionamentos sobre os modos como os currículos e as dinâmicas institucionais atravessam essas experiências. Utilizaremos também como parte metodológica a discussão de um pequeno trecho do artigo “Histórias de homofobia, empoderamento e aceitação: análise dos documentários bichas e o segredo dos lírios” de autoria de Sullivan Charles Barros da Universidade Federal de Goiás, publicado através do V Congresso Internacional Enlaçando Sexualidades. Esperamos para essa atividade uma participação ativa e que tenhamos uma pluralidade de participantes que se encontram tanto dentro quanto fora do padrão heteronormativo e cisnormativo para que a discussão seja ainda mais proveitosa, procurando assim, refletir sobre diferentes vivências e pontos de vista, mas, não podendo exceder o total de 30 participantes nessa atividade. Para desenvolvimento da atividade será necessária uma sala que contenha televisão ou Datashow com entrada HDMI para conexão com um notebook para exibição do documentário e cadeiras para acomodação dos participantes.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Diferenças; Narrativas; Experiência.

A DIFERENÇA QUE NOS ASSALTA EM SOPHIA E ILHA

DIVERSIDADE E CULTURA

Maria Leopoldina Pereira

pofessora.dina2012@gmail.com

LIC/UFJF-SE/JF- FACSUM/JF

Ana Mary F. da Cruz

ana_mary233@yahoo.com.br

FACSUM/JF

O que é o diferente? Quem é esse outro que nos assombra, nos incomoda, nos entenece, nos estremece, nos assalta? Nos espaços educacionais, sejam eles escolares ou não, como nos portamos frente às diferenças e/ou deficiências? Como as diferenças ditas deficiências aparecem no cinema? Como pensar nelas com filmes que nos convidam a não desviar os olhos apesar da sensação de incômodo? Que relações estabelecemos entre educação, cinema e deficiência? De que forma as imagens, sons e movimentos dos curtas-metragens *Sophia* de Kennel Rógis (2013) e *Ilha* de Ismael Moura (2016)? Teixeira e Grammont (2016), ao analisarem 130 filmes de longas-metragens que trazem a temática/problemática/discussão acerca das deficiências constataram que, ainda que maior parte das produções esteja concentrada nos Estados Unidos, nos últimos anos essa supremacia tem sido quebrada pelas produções conjuntas de outros países. As autoras destacam que entre os anos 200 e 2014 a produção praticamente se equipara com 24 produções e coproduções do EUA e 23 de outros países, incluindo entre eles o Brasil. Pautadas na crença de que o cinema não ficou imune a essa problemática e discussões (p. 33) e, ao mesmo tempo, constatando que, assim como na educação, nas produções cinematográficas aparecem formas de ver e dar a ver as deficiências. Filmes biográficos, que buscam em sua maioria tratar da “superação” da deficiência, filmes pautados pela perspectiva da cura ou do prolongamento da vida e aqueles que destacam como um outro “tipo” de cinema, “que nos coloca diante do diferente, porque mira com outros olhos, observa o que não vimos, abrindo-se ao indeterminado, ao relativismo, à multiplicidade” (p. 41). A partir dessa perspectiva elegemos os curtas *Sophia* de Kennel Rógis (2013) e

Ilha de Ismael Moura (2016), para pensarmos “processos de construção e desconstrução, aprendizagens e desaprendizagens de nós mesmos e do mundo que nos rodeia” (TEIXEIRA E GRAMMONT, 2016, p. 41). Penetrar no mundo da surdez de Sophia, mergulhando no seu silêncio habitado ou ainda comungarmos da solidão e desespero de Seu Antônio na incapacidade de lidar com a deficiência mental de seu filho. Mundos outros que nos convocam a desafiar as certas definições que muitas vezes povoam a presença da deficiência na educação. Mirar a diferença, encará-la na tela e a partir desses gestos, pensá-la, discuti-la pela ótica da arte, das possibilidades. No aspecto metodológico a presente proposta de cine debate se pauta na discussão mediada pelas proponentes, quando a partir de um momento inicial de fala livre acerca das impressões deixadas pelos filmes, os participantes serão divididos em grupos de cinco pessoas para que possam expressar em três palavras as relações que estabelecem entre as obras fílmicas, a educação e as deficiências e/ou diferenças. Para a efetivação da proposta, sugerimos a participação de 30 pessoas e necessitamos de equipamento de vídeo e som que permitam a exibição dos curtas.

REFERÊNCIAS:

TEIXEIRA, Inês A.de Castro & GRAMMONT, Maria Jaqueline de. Filmografia sobre os sujeitos e suas ditas deficiências: Pensando o pensamento. **Revista Teias** v. 17 • n. 47. (jan./mar. - 2016): Cinema e Educação em Debate.

FILME *TOMBOY*: CONSTRUÇÕES DE GÊNERO NA INFÂNCIA

Diversidade e Cultura

Amanda Miranda Garcia, amandamirandajf@hotmail.com

Carla Maria de Souza, carlamariasouzacms@outlook.com

Letícia Vilela Oliveira Magalhães, leticiaamagalhaess@icloud.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

A proposta deste cine-debate tem objetivo de levar aos estudantes, professores e interessados na área da educação e de gênero e sexualidade, a temática abordada no filme *Tomboy*. Esse filme discute a identidade de gênero, trazendo a tona o possível jogo realizado pelas crianças com os papéis sociais que são rigidamente impostos pela sociedade.

O trabalho com este filme foi inspirado a partir do PIBID Pedagogia, no eixo literaturas e diferenças. Visamos apresentar uma das discussões realizadas neste projeto que se mostra extremamente ameaçado diante da atual conjuntura do país. Além disso, a discussão de gênero e sexualidade também se faz necessária principalmente com a promoção da expressão “Ideologia de gênero” que vem sendo explorada por grupos conservadores. Como uma forma pejorativa de se referir aos estudos e pesquisas sobre gênero, ela visa desqualificá-lo e busca transmitir a ideia de que se trata da imposição de uma forma de vivência da sexualidade às crianças. Este trabalho portanto se apresenta como uma resistência a estes ataques e como possibilidade de reflexão da temática.

Abordaremos neste cine-debate, como a sociedade lida com o desejo das crianças de brincar com elementos relacionados aos atributos de gênero, especialmente quando isso ocorre com a identificação com um gênero diferente daquele designado ao nascer. Falaremos dessa percepção naturalizada que delimita fronteira de masculino/feminino, heterossexual/homossexual e normal/anormal, que na verdade se caracterizam como construções sociais.

Ao longo de seu artigo, César (2014) analisa o filme *Tomboy* (2011), dirigido por Céline Sciamma, que constrói o enredo em torno do “problema-desacordo de gênero”. Isto dentro de uma norma estabelecida no interior do sistema corpo-sexo-gênero. No filme, Sciamma inicialmente leva o público a crer que a criança apresentada é um garoto, por conta do cabelo curto, dos gestos, etc. Porém, em uma cena que mostra a criança saindo do banho, a câmera revela que se trata de um corpo feminino, e posteriormente, veremos que a personagem se identifica como Laure.

A obra explicita a necessidade que Laure tem de criar formas para enganar as outras crianças do bairro e como a escola nova é uma grande preocupação para a criança, já que não se enquadra nas normas de gênero. César (2014) ressalta que mesmo existindo leis e decretos que garantem a todas as crianças o direito ao acesso e à educação, as práticas cotidianas tornam a escola um lugar da violência, tirando a liberdade de expressão de crianças como Laure.

A abordagem do filme e do artigo nos sensibiliza para o desafio desta criança que deseja se expressar como sujeito e que se depara com as resistências da sociedade e consequentemente com as feridas que este movimento gera, seja na escola, na família ou em outras instituições.

Não há limites para a quantidade de participantes no cine-debate. Precisaremos de uma TV ou datashow.

Palavras chave: gênero; infâncias; Tomboy; processos educativos; PIBID.

O USO PEDAGÓGICO DE ARTEFATOS CULTURAIS PARA A VISIBILIDADE DE DIFERENTES NARRATIVAS: “A MORTE E VIDA DE MARSHA P. JOHNSON”

Diversidade e cultura

José Rodolfo Lopes da Silva¹

jrodolfoledes@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Iuli do Carmo Melo²

iulimelo05@yahoo.com.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: Em 28 de junho de 1969, após uma invasão da polícia nova-iorquina no *Stonewall Inn* - um bar gay na cidade de Nova Iorque - houve uma rebelião que mudou o curso do movimento LGBTTTQI+. As invasões policiais, que já eram recorrentes, foram sendo somatizadas fazendo com que seus/suas frequentadores/as, cansados/as das prisões arbitrárias e outras violências - físicas e simbólicas -, reagissem àquelas formas de opressão. Marsha P. Johnson - mulher trans, negra, militante e *drag queen* -, supostamente, deu início a rebelião ao atirar um tijolo contra as viaturas policiais. Desde então, o dia 28 de junho se tornou dia do Orgulho LGBTTTQI+. Diferentes manifestações como, por exemplo, paradas do Orgulho LGBTTTQI+, debates e outras discussões acontecem, especialmente durante o mês de junho. Entretanto, nem todas as produções dão visibilidade para esses sujeitos, comumente vistos de forma estigmatizada e/ou patologizada em nossas relações sociais, culturais e de poder. O filme *Stonewall*, lançado em 2015, traz a ativista em sua narrativa como coadjuvante e um homem gay, cisgênero, branco e loiro de olhos azuis como seu protagonista e o responsável por iniciar e liderar a rebelião. *A Morte e Vida de Marsha P. Johnson*, lançado em 2017, é um documentário que mostra a vida e trajetória de Marsha - referência dos movimentos LGBTTTQI+ e também fundadora, junto a Sylvia Rivera, da *S.T.A.R House*, uma casa de acolhimento para jovens trans em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, compreendemos que as produções culturais tem potência social, política e pedagógica possibilitando a visibilidade de outras narrativas e assim a (re)construção de outros saberes,

¹É mestrando em educação no programa de Pós graduação FACED/UFJF na linha de linguagem e formação de professores com pesquisa sobre a construção de masculinidades no contexto de uma cidade pequena.

²É mestra em educação no programa de Pós graduação FACED/UFJF na linha de linguagem e formação de professores com pesquisa sobre a “cultura do estupro”.

relações e configurações sociais. Quais processos de (in)visibilização e construção de saberes os artefatos culturais vêm produzindo? Partimos desse questionamento para refletirmos e problematizarmos sobre quais representações as produções midiáticas vêm engendrando, se vêm viabilizando uma educação para as diferenças e contribuindo no enfrentamento a LGBTTTQI+fobia.. Após a exibição do documentário, que tem duração de 1h 45min, daremos início ao debate tendo como foco o papel das produções culturais enquanto ações pedagógicas, assim como questões de gênero, sexualidade, classe e raça. Compreendemos que é necessário e potente considerar diferentes marcadores sociais - gênero, sexualidade, raça, classe, religião, entre outros - para discussão e reflexão das nossas subjetividades. Isso nos possibilita desprender das essencializações e metanarrativas que comumente atravessam nossas relações. Dessa forma, nosso objetivo, além de refletir sobre a potência dos artefatos culturais, também é problematizar aquilo que aprendemos a entender como referência - o arquétipo do homem, branco, cisgênero, heterossexual e cristão.

Palavras-chave: Educação; Orgulho LGBTTTQI+; Artefatos Culturais; (Re)construção.

Quantidade de pessoas: até 30

Estrutura física: projetor ou TV com computador e caixa de som

XXY: UM FILME PARA FAZER PENSAR

Diversidade e cultura

Cibelle Cristina Lopes e Silva

cibelleufma@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF)

Cláudio Orlando Gamarano Cabral

claogc@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF)

Michele Priscila Gonçalves dos Santos

michele_pgs@hotmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF)

O que podemos aprender com um filme? Considerando que a educação é um processo construído por diversas instâncias culturais é importante que estudiosos/as desse campo voltem “a atenção para outros espaços que estão funcionando como produtores de conhecimentos e saberes” (SABAT, 2001, p.30). Um desses espaços é o cinema, que pode ser um elemento significativo nos processos educativos de constituição dos sujeitos.

Algo acontece quando assistimos um filme. Somos interpelados por imagens, por sons, por ideias, concepções.(...) Lições sutis, discretas e de um intenso potencial, justamente por pouco falar do seu caráter educativo. Um jogo de produção de verdades; uma técnica utilizada também para compreendermos quem somos. (SARAIVA 2011, p.155),

Ao considerar os filmes como artefatos culturais que “produzem valores e saberes; regulam condutas e modos de ser; fabricam identidades e representações” (SABAT, 2001, p.9), essa proposta tem como objetivo problematizar questões de gêneros e sexualidades nos processos educativos que atravessam a obra “XXY” da diretora argentina Lúcia Puenzo. O filme conta a história de Alex, uma adolescente uruguaia intersexual (características dos dois sexos biológicos). Exibindo traços femininos, Alex vive reclusa com os pais em um vilarejo uruguaio. Com a visita de um casal de amigos que tem um filho adolescente, o drama de Alex e de sua família vem à tona mostrando uma série de conflitos vividos pela jovem com seu corpo, seus desejos e as relações estabelecidas com as pessoas que a cercam.

O filme tem um grande potencial para gerar reflexões no/a espectador/a, principalmente a partir das descobertas vividas pelas personagens. Diante das possibilidades de problematizações propiciadas pelo filme, pretendemos conduzir o debate abordando temáticas de extrema importância nos dias atuais como: gêneros, sexualidades, identidades, heteronormatividade, produção de subjetividades, silenciamentos, entre outras. Tal debate parece-nos muito pertinente em função da série de ataques conservadores que tomam o Brasil e o mundo tentando impor a negação e a invisibilidade daqueles/as que, por não corresponderem aos padrões de normalidade, são tratados por anormais, pecadores, promíscuos e abjetos.

Nossas problematizações terão como referência os estudos pós-estruturalistas, sobretudo os Estudos de Gênero, Estudos Foucaultianos e Estudos Culturais que apontam para a produção social e cultural das sexualidades, dos gêneros e do próprio corpo. Por isso, ao propor uma discussão sobre “XXY” pretendemos extrapolar uma simples análise de seus aspectos técnicos e estéticos e realçar sua potencialidade para a produção de sentidos que educam e produzem sujeitos.

Após a exibição do filme, o foco será na escuta atenta às falas dos/as participantes da atividade e concomitante debate embasado nos referências apontados acima. Para tal, necessitaremos de uma sala adequada à projeção e à acomodação de 20 a 30 pessoas, bem como, de uma TV ou projetor com som.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; identidade; intersexualidade; artefato cultural.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 9, jan. 2001. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100002>>. Acesso em: 02 jun. 2019. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100002>.

SARAIVA, Luis Fernando O. **A pedagogização das diferenças sexuais: o cinema como dispositivo educativo**. 168 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

REFLEXÕES A PARTIR DO DOCUMENTÁRIO: “O GAROTO DA INTERNET”

Área Temática: 7) Tecnologia digitais e Educação

Autora: Adriana Rocha Bruno, adriana.bruno@educacao.ufjf.br

Faculdade de Educação/PPGE/PPGP-UFJF

Co-Autora: Elisiana Frizzoni Candian, elisfrizzoni@gmail.com

PPGE, UFJF

Bolsista Capes

A presente proposta de Cine-Debate é a exibição do documentário “O Garoto da Internet” (*The Internet’s Own Boy*, dirigido por Brian Knappenberger, EUA, 2004). O documentário trata da história do hacker e ativista da internet Aaron Swartz e sobre suas ações em prol das possibilidades de se mudar o mundo, a partir da internet e da computação. Swartz defendia o acesso total e irrestrito das pessoas ao conhecimento e à informação.

Na seguinte citação, extraída do documentário citado, Swartz questiona o modo como a sociedade se configura a partir das Escolas:

[Eu comecei a ler sobre] formas alternativas, com as quais as pessoas pudessem realmente aprender, em vez de apenas regurgitar o que os professores diziam. Esse caminho me levou a questionar as coisas.

Uma vez que questionei a escola, questionei a sociedade que construiu a escola, questionei as empresas para as quais a escola treinam as pessoas e questionei o governo, que configura toda essa estrutura.(SWARTZ, 2014)

Swartz foi um grande defensor do acesso livre e “Como hacker, Aaron acreditava em desmontar, abrir a caixa preta de sistemas para expor como as coisas funcionam e criar alternativas fora do previsto” (RENNÓ, 2015, p. 35), nesse sentido, a citação se refere inclusive em abrir a caixa preta do sistema educacional.

Ainda com a leitura da passagem, é impossível não relembrar Paulo Freire e sua crítica à “educação bancária” e a forma tradicional de depósito do conhecimento por parte daqueles “que sabem”, os educadoras e educadores, aos “que não sabem”, educandas e educandos. Segundo nos ensina Freire (2016, p. 107): “Na medida que essa visão ‘bancária’ anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores: para estes o fundamental não é desnudamento do mundo, a sua transformação.”

Corroborando com a temática do evento “A Educação tem futuro? Desafios e possibilidades” e com as discussões do nosso Grupo de Pesquisa Aprendizagem em Rede, GRUPAR, propomos a partir do filme uma discussão acerca do modo como a educação, de modo geral, se comporta de modo rígido, sem grandes alterações: a sala de aula, a figura das professoras e professores como detentores do saber, a organização sistemática do ensino e da sala de aula, o currículo que muitas vezes é determinado de cima pra baixo, dando pouca margem de negociação para as escolas e como, a partir da presença das Tecnologias Digitais, é possível se pensar em alternativas mais libertadoras para as práticas educacionais.

Palavras-Chave: Aaron Swartz; Internet; Acesso o conhecimento e à informação; Educação; Tecnologias Digitais.